ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLVIII Nº 31

Brasília - DF, segunda-feira, 14 de fevereiro de 2011

SEÇÃO 1

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Cultura 3
Ministério da Defesa 5
Ministério da Educação 9
Ministério da Fazenda 10
Ministério da Integração Nacional 82
Ministério da Justiça 82
Ministério da Saúde 88
Ministério das Cidades 106
Ministério das Comunicações 107
Ministério das Relações Exteriores 111
Ministério de Minas e Energia 112
Ministério do Desenvolvimento Agrário 121
Ministério do Esporte 123
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 123
Ministério do Trabalho e Emprego 124
Ministério dos Transportes 125
Conselho Nacional do Ministério Público 126
Ministério Público da União 127
Tribunal de Contas da União 144
Poder Judiciário 172
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 173

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade

(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.158 (1)

ORIGEM : ADI - 13619 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE. : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB
ADVDOS. : ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTROS
REQDO. : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
ADVDOS. : MÁRCIA DIEGUEZ LEUZINGUER E OUTROS
REQDA. : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Decisão: Retirado de pauta por indicação da Presidência. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Eros Grau. Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 10.09.2009.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, rejeitou a preliminar de prejudicialidade, contra os votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio, Ellen Gracie e Celso de Mello. No mérito, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente em parte a ação direta, contra os votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio e Ayres Britto, que não declaravam a inconstitucionalidade do Decreto nº 721/99. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Impedido o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Falou pela requerente o Dr. Alberto Pavie Ribeiro. Plenário, 15.09.2010.

EMENTA

Ação Direta de Inconstitucionalidade. AMB. Lei nº 12.398/98-Paraná. Decreto estadual nº 721/99. Edição da EC nº 41/03. Substancial alteração do parâmetro de controle. Não ocorrência de prejuízo. Superação da jurisprudência da Corte acerca da matéria. Contribuição dos inativos. Inconstitucionalidade sob a EC nº 20/98. Precedentes.

1. Em nosso ordenamento jurídico, não se admite a figura da constitucionalidade superveniente. Mais relevante do que a atualidade do parâmetro de controle é a constatação de que a inconstitucionalidade persiste e é atual, ainda que se refira a dispositivos da Constituição Federal que não se encontram mais em vigor. Caso contrário, ficaria sensivelmente enfraquecida a própria regra que proíbe a convalidação.

2. A jurisdição constitucional brasileira não deve deixar às instâncias ordinárias a solução de problemas que podem, de maneira mais eficiente, eficaz e segura, ser resolvidos em sede de controle concentrado de normas.

3. A Lei estadual nº 12.398/98, que criou a contribuição dos inativos no Estado do Paraná, por ser inconstitucional ao tempo de sua edição, não poderia ser convalidada pela Emenda Constitucional nº 41/03. E, se a norma não foi convalidada, isso significa que a sua inconstitucionalidade persiste e é atual, ainda que se refira a dispositivos da Constituição Federal que não se encontram mais em vigor, alterados que foram pela Emenda Constitucional nº 41/03. Superada a preliminar de prejudicialidade da ação, fixando o entendimento de, analisada a situação concreta, não se assentar o prejuízo das ações em curso, para evitar situações em que uma lei que nasceu claramente inconstitucional volte a produzir, em tese, seus efeitos, uma vez revogada as medidas cautelares concedidas já há dez anos.

4. No mérito, é pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que é inconstitucional a incidência, sob a égide da EC nº 20/98, de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos inativos e dos pensionistas, como previu a Lei nº 12.398/98, do Estado do Paraná (cf. ADI nº 2.010/DF-MC, Relator o Ministro **Celso de Mello**, DJ de 12/4/02; e RE nº 408.824/RS-AgR, Segunda Turma, Relator o Ministro **Eros Grau**, DJ de 25/4/08).

5. É igualmente inconstitucional a incidência, sobre os proventos de inativos e pensionistas, de contribuição compulsória para o custeio de serviços médico-hospitalares (cf. RE nº 346.797/RS-AgR, Relator o Ministro **Joaquim Barbosa**, Primeira Turma, DJ de 28/11/03; ADI nº 1.920/BA-MC, Relator o Ministro **Nelson Jobim**, DJ de 20/9/02).

6. Declaração de inconstitucionalidade por arrastamento das normas impugnadas do decreto regulamentar, em virtude da relação de dependência com a lei impugnada. Precedentes.

7. Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente.

Secretaria Judiciária
LUCIANA PIRES ZAVALA
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 7.438, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Estabelece princípios e diretrizes para criação e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional, institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar estudos sobre temas pertinentes àquele Livro, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999,

D E C R E T A :

Art. 1º O Livro Branco de Defesa Nacional é documento de caráter público, por meio do qual se permitirá o acesso ao amplo contexto da Estratégia Nacional de Defesa, em perspectiva de médio e longo prazos, que viabilize o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor.

Art. 2º O Livro Branco de Defesa Nacional deverá conter dados estratégicos, orçamentários, institucionais e materiais detalhados sobre as Forças Armadas e modelo a ser sugerido a partir dos parâmetros definidos na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

Art. 3º A elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional ficará sob a presidência do Ministério da Defesa, observados os seguintes princípios e diretrizes:

I - incentivo a pesquisas que permitam estudo sobre temas pertinentes ao Livro Branco de Defesa Nacional;

II - realização de parcerias com instituições públicas e privadas para aprimorar e viabilizar os projetos referentes ao Livro Branco de Defesa Nacional; e

III - ação governamental integrada, sob a coordenação do Ministério da Defesa, com a participação de órgãos do governo com atribuições nas áreas temáticas que serão abordadas no Livro Branco de Defesa Nacional.

Art. 4º Fica instituído o Grupo de Trabalho Interministerial do Livro Branco de Defesa Nacional, de caráter temporário, cujas reuniões deverão se realizar ordinariamente, a cada trimestre, e extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante convocação pelo Ministério da Defesa.

Art. 5º O Grupo de Trabalho Interministerial será integrado por um representante, titular e suplente, de cada órgão a seguir indicado:

I - Ministério da Defesa, que o presidirá;

II - Ministério da Ciência e Tecnologia;

III - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

IV - Ministério da Fazenda;

V - Ministério da Integração Nacional;

VI - Ministério da Justiça;

VII - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VIII - Ministério das Relações Exteriores;

IX - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;

X - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e

XI - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º Os membros do Grupo de Trabalho Interministerial serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados em portaria do Ministro de Estado da Defesa.

§ 2º A presidência do Grupo de Trabalho Interministerial poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades da administração pública e da sociedade para participar de suas atividades.

§ 3º Os resultados dos trabalhos serão registrados em atas, que consolidarão as demandas de interesse geral aprovadas e servirão como referência para definição de temas e questões que deverão ser abordados no Livro Branco de Defesa Nacional.

Art. 6º O Ministro de Estado da Defesa decidirá sobre a realização de outras atividades relevantes para o desenvolvimento do Livro Branco de Defesa Nacional.

Art. 7º O Ministério de Estado da Defesa definirá o cronograma de atividades do Grupo de Trabalho Interministerial, observado o prazo a que se refere o § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 1999.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de fevereiro de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Nelson Jobim

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 10 de fevereiro de 2011

Entidades: AR ABMF, vinculada à AC SINCOR RFB, à AC CERTISIGN RFB, à
AC CERTISIGN MÚLTIPLA e à AC SINCOR
Processos nºs.: 0100.000306/2007-12, 00100.000183/2003-96, 00100.000040/2003-84, e 00100.000426/2005-58

Nos termos do parecer AUDIT - ITI 025/2011, DEFIRO os pedidos de alteração de endereço da Instalação Técnica da AR AR ABMF, listado abaixo, para as Políticas de Certificados credenciadas, vinculada à AC SINCOR RFB, à AC CERTISIGN RFB, à AC CERTISIGN MÚLTIPLA, e à AC SINCOR.

NOME	ENDEREÇO
AR ABMF	**Anterior:** Rua Luiz Antônio da Silveira, 964, Fundos, Boa Vista, São José do Rio Preto - SP
	Novo: Avenida Constituição, 1638, Sala 2, Boa Vista, São José do Rio Preto - SP

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Substituto

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

PORTARIA Nº 195, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 15 do Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005, bem como no inciso V do art. 2º do Decreto nº 3.174, de 16 de setembro de 1999, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento do organismo ASEFA - ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE ATENCIÓN Y APOYO A FAMILIA Y ADOPCIÓN, com sede na Calle Trafalgar, 14 - 1º Ext. Izq. 28010 Madri-Espanha, para atuar na cooperação em adoção internacional no Brasil, de acordo com a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia-Holanda, em 29 de maio de 1993, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999.

Art. 2º O organismo deverá cumprir o disposto no Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005, na redação dada pelo Decreto nº 5.947, de 26 de outubro de 2006, sob pena de descredenciamento, nos moldes do artigo 21 daquele decreto.

Art. 3º O credenciamento valerá por 2 (dois) anos, contados da data da publicação desta Portaria, devendo o organismo pleitear a sua renovação junto à Autoridade Central Administrativa Federal, nos 30 (trinta) dias que antecederem o seu vencimento.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 27, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 21044.008322/2008-26, resolve:

Art. 1º Credenciar laboratório da empresa Veterinária Rural Ltda.-ME, CNPJ nº 11.315.425/0001-06, situado na Rua Bonifácio Portela, nº 273, Sobreloja, Centro, CEP 26.900-000, Miguel Pereira/RJ, para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo, mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 58, de 23 de maio de 1995, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 100, de 26 de maio de 1995, Seção 1, pág.: 7492 e 7493.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 28, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto n° 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 21000.001305/2011-70, resolve:

Art. 1º Cancelar a pedido o credenciamento do Laboratório Zoovet Saúde Animal, nome empresarial Heitor Azuaga Aires da Silva Filho, CNPJ nº 37.498.359/0001-40, situado na Rua Treze de Maio, nº 346, Centro, CEP 78.200-000, Cáceres-MT, credenciado para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 157, de 10 de junho de 2009; publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 110, de 12 de junho de 2009, Seção 1, pág.: 9.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 29, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 21052.013522/2009-82, resolve:

Art. 1º Cancelar a suspensão do credenciamento do Paddock Laboratório de Análises Clínicas Veterinárias e Biológicas S/S Ltda., CNPJ nº 02.109.167/0001-10, situado na Rua Pero Leão, nº 149, Butantã, CEP 05.423-060, São Paulo/SP, credenciado para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal, através da Portaria nº 175, de 09 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 69, de 13 de abril de 2010, Seção 1, pág.: 11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 513, de 25 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 206, de 27 de outubro de 2010, Seção 1, pág.: 5.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 30, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 21052.004396/2009-75, resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório de Análises Clínicas João Paulo II Ltda., CNPJ nº 51.838.597/0001-89, situado na Rua Rio de Janeiro, nº 2030, Centro, CEP 15.600-000, Fernandópolis/SP, para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo, mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 31, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011.

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto n° 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 21012.003507/2007-31, resolve:

Art. 1º Suspender a pedido o credenciamento do Laboratório Souza Dantas Veterinários Associados Ltda. - Animal Lab, CNPJ nº 08.764.629/0001-10, situado na Rua Cônego Hugo, nº 05 - A, Centro, CEP 48.970-000, Senhor do Bonfim-BA, credenciado para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal por meio da Portaria nº 92, de 18 de junho de 2008; publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 116, de 19 de junho de 2008, Seção 1, pág. 15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 32, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 21052.023946/2008-74, resolve:

Art. 1º Credenciar laboratório da empresa Cid Haroldo Corrêa, CNPJ nº 12.117.814/0001-90, situado na Rua Major Felício Tarabay, nº 300, Bosque, CEP 19.010-050, Presidente Prudente/SP, para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo, mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 172, de 19 de outubro de 1994, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 203, de 26 de outubro de 1994, Seção 1, pág.: 16115.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 33, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto n° 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 21012.003507/2007-31, resolve:

Art. 1º Suspender a pedido o credenciamento do Laboratório Souza Dantas Veterinários Associados Ltda. - Animal Lab, CNPJ nº 08.764.629/0001-10, situado na Rua Cônego Hugo, nº 05 - A, Centro, CEP 48.970-000, Senhor do Bonfim-BA, credenciado para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal por meio da Portaria nº 92, de 18 de junho de 2008; publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 116, de 19 de junho de 2008, Seção 1, pág. 15.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 34, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto nº 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, e o que consta do Processo nº 21006.001693/2009-14, resolve:

Art. 1º Credenciar laboratório da empresa Andrade e Bezerra Comércio e Serviços Ltda., CNPJ nº 10.932.817/0001-51, situado na Rua Tereza de Azevedo, nº 1178, Gruta de Lourdes, CEP 57.052-600, Maceió/AL, para realizar análises na Área de Diagnóstico Animal em amostras oriundas do controle oficial e programas específicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, com atualizações periódicas a cada avaliação ou solicitação de ampliação de escopo, mantendo disponíveis os arquivos anteriores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 35, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Secretário Substituto de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 10, Seção II, Capítulo III, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 7.127, de 04 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União, em 05 de março de 2010, e tendo em vista o disposto no Capítulo XII, artigo 69 da Instrução Normativa Ministerial Nº 17/2006 e o que consta do Processo MAPA, 21052-016735/2009-66, resolve:

Art. 1º Advertir a entidade certificadora PLANEJAR INFORMÁTICA E CERTIFICAÇÃO LTDA, CNPJ 93.919.009/0001-81, estabelecida à Rua Sete de Setembro nº 730 - 7º Andar / Edifício Muralha - Centro - Município de Porto Alegre / RS, CEP 90010-190, em razão das não conformidades encontradas no processo 21052.016735/2009-66.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

PORTARIA Nº 36, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Secretário Substituto de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 10, Seção II, Capítulo III, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 7.127, de 04 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União, em 05 de março de 2010, e tendo em vista o disposto no Capítulo XII, artigo 69 da Instrução Normativa Ministerial Nº 17/2006 e o que consta do Processo MAPA, 21020.002609/2010-35, resolve:

Art. 1º Advertir a entidade Certificadora Biox - Empresa Zootécnica de Certificação Animal Ltda, CNPJ 06.939.082/0001-10 - , estabelecida à Av. Castelo Branco n 4780 - St. Campina - Goiânia/GO em razão das não conformidades encontradas no processo 21020.002609/2010-35.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENIO ANTONIO MARQUES PEREIRA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Nº 523, de 31 de dezembro de 2010, publicada no DOU nº 2, de 4 de janeiro de 2011, Seção 1, página 2, referente ao reconhecimento da equivalência do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Município de Erechim, localizado no Estado do Rio Grande do Sul para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, onde se lê: "Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico", leia-se:"Secretaria Municipal de Agriculturta, Abastecimento e Segurança Alimentar".

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 19, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 44, inciso XXII, do Anexo I, da Portaria 428, de 09 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa MAPA nº 36, de 24 de novembro de 2009, e o que consta do Processo nº 21024.000003/2011-14, resolve:

Art. 1º Credenciar a estação experimental da empresa Agrolab Sociedade de Pesquisa Agrícola Ltda., CNPJ nº 08.985.110/0001-61, sediada na Rod. BR 070, km 290, +8 km á direita, Zona Rural, Município de Primavera do Leste/MT, para o desenvolvimento de pesquisa e ensaios experimentais de agrotóxicos e afins, bem como a emissão de laudos técnicos de eficiência e praticabilidade agronômica para fins de registro no MAPA.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade indeterminada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO MORAES CHICO COSTA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 20, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 22/2009, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de captação e aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685/93.

07-0332 - Uma Grande Sacada - A Ascensão do Vôlei no Brasil

Processo: 01580.032107/2007-81

Proponente: JBL Serviços Produções e Promoções Artísticas Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 01.235.517/0001-22

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 944.546,85 para R$ 594.250,82

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 500.000,00 para R$ 364.538,28

Banco: 001- agência: 2933-5 conta corrente: 38.634-0

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 397.319,50 para R$ 200.000,00

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 385, realizada em 09/02/2011.

Prazo de captação: de 01/01/2011 até 31/12/2011

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento e mediante patrocínio nos termos dos arts. 1º e 1º-A da Lei nº. 8.685/93, respectivamente.

06-0043 - Dom Quixote do Araguaia

Processo: 01580.006667/2006-07

Proponente: Anhangabaú Produções Ltda. - ME

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 56.119.597/0001-42

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº. 385, realizada em 09/02/2011

Prazo de captação: de 01/01/2010 até 31/12/2011.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO DIAMANTE

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 73, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art. 1.o - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.o - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTE CÊNICAS - (ART.18, §1º)

10 4309 - Expofeira de Giruá

AM9 PRODUÇÕES E COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ/CPF: 07.507.280/0001-78

Processo: 01400.010701/20-10

RS - Caxias do Sul

Valor do Apoio R$: 126.000,00

Prazo de Captação: 14/02/2011 a 30/09/2011

Resumo do Projeto:

Realizar a parte cultural da Expofeira de Giruá que acontecerá no mês de Agosto, com shows regionais e nacionais.

10 7713 - Ninguém é de Ninguém

Herculano Lélis da Silva

CNPJ/CPF: 438.871.129-20

Processo: 01400.016390/20-10

SP - Limeira

Valor do Apoio R$: 423.500,00

Prazo de Captação: 14/02/2011 a 31/12/2011

Resumo do Projeto:

Montar e apresentar o espetáculo teatral " Ninguém é de Ninguém" do livro homônimo de Zibia Gasparetto com adaptação e direção de Sergio Lelys e com um elenco de (9) nove atores a serem selecionados após a aprovação do projeto e a captação dos recursos necessários.

10 3482 - Amador Rojas Ballet Flamenco

Antares Promoções Ltda.

CNPJ/CPF: 31.377.450/0001-21

Processo: 01400.008639/20-10

RJ - Rio de Janeiro

Valor do Apoio R$: 1.400.300,00

Prazo de Captação: 14/02/2011 a 31/12/2011

Resumo do Projeto:

Apresentaremos 12 espetáculos dos bailarinos flamencos Amador Rojas e Lola Greco, com realização de ações sociais onde proporcionaremos o contato de jovens de instituições ligadas à dança e este jovem destaque da dança flamenca e ao universo cultural espanhol e suas influências sul americanas.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)

10 10440 - Coral de Cavalheiros Cariocas

James Paul Telles

CNPJ/CPF: 056.340.707-75

Processo: 01400.020818/20-10

RJ - Rio de Janeiro

Valor do Apoio R$: 187.854,53

Prazo de Captação: 14/02/2011 a 31/12/2011

Resumo do Projeto:

O Coral de Cavalheiros Cariocas é um divertido grupo que se reuniu para produzir música de qualidade e apresentar uma imagem positiva do homem gay. O grupo, com componentes de idades e gostos bastante variados, foi fundado pelo norte-americano Jim Telles, que há 10 anos reside no Brasil. O projeto pretende apresentar um trabalho de alta qualidade, desmistificando preconceitos. Esta proposta viabiliza 1 ano de pesquisa musical e duas apresentações no Rio de Janeiro.

10 10478 - Oficinas Musicais em Timbo

Associacao Comunitaria Musicarte Lazer

CNPJ/CPF: 83.516.963/0001-70

Processo: 01400.020859/20-10

SC - Timbó

Valor do Apoio R$: 176.106,50

Prazo de Captação: 14/02/2011 a 31/12/2011

Resumo do Projeto:

Implantar e Manter, na cidade de Timbo SC, um Projeto de Musica e Inclusão cultural, visando dar a oportunidade a crianças e adolescentes, carentes da região, de aprender e desenvolver seus dons musicais. O projeto visa ministrar Oficinas de violão, acordeon, contra baixo, guitarra, violão e Bateria, para 220 jovens, que terão aulas de musica, individualmente, uma vez por semana, durante 1 ano. As aulas de T. Musical e Canto Coral serao em grupo. Serao realizadas 02 apresentacoes culturais.

10 6833 - SASPD - Banda Brasileira de Gaitas-de-fole Escocesas

Associação Saint Andrew do Estado de São Paulo

CNPJ/CPF: 06.071.606/0001-02

Processo: 01400.014743/20-10

SP - São Paulo

Valor do Apoio R$: 490.974,00

Prazo de Captação: 14/02/2011 a 31/12/2011

Resumo do Projeto:

SASPD - Banda Brasileira de Gaitas-de-fole Escocesas é um projeto de montagem e circulação de show musical com a banda brasileira de gaitas-de-fole escocesas Saint Andrew Society of São Paulo Pipes and Drums SASPD. O projeto realizará 20 apresentações da SASPD, com repertório variado, que mescla músicas tradicionais escocesas e brasileiras, em cidades dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)

10 5855 - Turma da Excursão

L Costa Editora e Produtora Cultural ME

CNPJ/CPF: 12.156.478/0001-94

Processo: 01400.013375/20-10

SP - São Paulo

Valor do Apoio R$: 292.200,00

Prazo de Captação: 14/02/2011 a 31/12/2011

Resumo do Projeto:

Temos por objetivo levar crianças de escolas públicas da periferia da Zona Leste de São Paulo a Museus em visitas mo-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nitoradas a fim de promover nosso patrimônio histórico. As visitas serão isentas de custo aos participantes a fim de permitir que todas as crianças participem, sem exclusão em razão da impossibilidade econômica. Buscamos estimular o aprendizado através de processos pedagógicos que envolvam a arte e nosso patrimônio cultural.

10 1967 - Programa Formativo da Oficina-Escola de João Pessoa
Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa
CNPJ/CPF: 35.589.522/0001-55
Processo: 01400.005509/20-10
PB - João Pessoa
Valor do Apoio R$: 814.960,00
Prazo de Captação: 14/02/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

O Programa Formativo da Oficina-Escola de João Pessoa é um projeto que já se realiza há 19 anos, e objetiva a formação e capacitação de 60 jovens adultos, da faixa etária entre 18 e 25 anos, desempregados, em situação de risco social, de ambos os sexos, em ofícios relacionados ao restauro do patrimônio histórico e cultural, com vistas à inserção neste mercado de trabalho. Trata-se de um curso de 2 anos, com 3.520 horas aula, que se realiza em nossa sede, em João Pessoa - PB.

ANEXO II

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
10 3123 - Semana Farroupilha de São Francisco de Paula
AM9 PRODUÇÕES E COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 07.507.280/0001-78
Processo: 01400.007871/20-10
RS - Caxias do Sul
Valor do Apoio R$: 88.600,00
Prazo de Captação: 14/02/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:

Realizar a Semana Farroupilha de São Francisco de Paula, na praça central, com apresentações artísticas das entidades tradicionalistas gaúchas do município.

PORTARIA Nº 74, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:

Art.1.o - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTE CÊNICAS - (ART.18, §1º)
09 4990 - A História do Blues
3S Produções, Edições Culturais e Com. Liv. Ltda.
CNPJ/CPF: 08.390.847/0001-31
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
09 4654 - Peças da Literatura
3S Produções, Edições Culturais e Com. Liv. Ltda.
CNPJ/CPF: 08.390.847/0001-31
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
09 6565 - PIANO BRASIL VI
Carlos Branco e Cia Ltda.
CNPJ/CPF: 05.060.696/0001-65
RS - Porto Alegre
Período de captação: 01/01/2011 a 30/03/2011
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
10 12281 - Biblioteca Livre Internacional II - versão 4
SABIN - Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional
CNPJ/CPF: 29.415.676/0001-28
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 07/01/2011 a 31/12/2011
09 2740 - Várzea Paulista, imagens e histórias
3S Produções, Edições Culturais e Com. Liv. Ltda.
CNPJ/CPF: 08.390.847/0001-31
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
10 7706 - A História do Brasil em Quadrinhos
3S Produções, Edições Culturais e Com. Liv. Ltda.
CNPJ/CPF: 08.390.847/0001-31
SP - Campinas
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)

ANEXO II

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
08 5573 - Volta ao Mundo em 30 Canções (Uma)
Artmanhas do Som Promoções Musicais - LTDA.
CNPJ/CPF: 09.400.426/0001-07
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2011 a 31/12/2011

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** agora dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação.
Semelhante ao conceito “pré-pago”, o novo modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias.
O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas.
A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema **INCom.**

Mais informações, pelo telefone
0800 725 6787.

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
DIVISÃO JUDICIÁRIA

EXPEDIENTE DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Proc. nº 21.494/05 - Embargos de Declaração - NT "SHINOUSSA"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Embargante : Marco Antonio Auad Barroca (Prático)
Advogado : Dr. José Paulo Barcellos Dias
Embargada : Decisão do Tribunal Marítimo de 26MAI2009.

Despacho : "Indefiro o requerimento de devolução do prazo recursal apresentado por Marco Antonio Auad Barroca às fls. pelas razões a seguir aduzidas:

A contratação da "Global Informações Jurídicas" teria sido do próprio patrono, não havendo qualquer ingerência deste E. Corte Marítima,e principalmente, pela inverídica fundamentação do pedido, por prejuízo, por ter sido a publicação do DJU 214 de 09NOV2010 feita em nome do embargante: "Marco Antonio Auad Barroca (prático) - Adv. Dr. José Paulo Barcellos Dias", com a alegação de que o nome do patrono estaria incompleto visto se chamar - José Paulo LUDERITZ Barcellos Dias e que esta omissão "LUDERITZ inviabilizou a informação e o acompanhamento automático pela empresa contratada por este profissional."

Para justificar o indeferimento, temos que o Patrono assinou o Recurso de Embargos de Declaração de fls. 641 a 643, por "José Paulo Barcellos Dias" e a presente petição que está com o último sobrenome errado "José Paulo Barcellos DAIS".

Demais disso, não há no corpo do processo pedido para que as publicações se fizessem de maneira diferente do constante no citado mandato de procuração (substabelecimento).

Vale, para reforçar o acima citado, usando supletivamente o Código de Processo Civil, temos os artigos: 36 (prevendo que o advogado deve ser legalmente habilitado); 37 (Exigências de instrumento de mandato) e 39 (especificando inclusive o endereço que receberá a intimação), o que foi cumprido, de acordo com mencionada procuração (substabelecimento) juntadas aos autos as fls. 638 e 644 e a peça subscrita pelo patrono às fls. 641 a 643 e ainda a etiqueta na capa dos autos, todas de acordo com "José Paulo Barcellos Dias", não havendo nos autos, ressalte-se, qualquer alteração ou pedido de modificação para que as publicações posteriores ao último julgamento passassem a ser em nome de "José Paulo LUDERITZ Barcellos Dias".

Por tudo isto, indefiro o pedido de fls. por ser incabível a presente petição, mas caso o patrono deseje que as próximas publicações saiam com outro nome diferente daquele constante no mandato de procuração (substabelecimento), de fls. 638 e 644, que o faça formalmente para os devidos fins."

Proc. nº 23.874/09 - BP "PIRACEMA" e outra EMB
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Evanildo Rangel (Condutor)
Advogada : Drª Maria Cecília Lessa da Rocha (DPU/RJ)
: João Tavares de Souza Filho (Condutor)
Advogado : Dr. Adriano Mezzomo

Despacho : "Mantida, dia e hora, a audiência agendada."

Proc. nº 24.123/09 - BP "FLIPPER XIII"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Leandro Lourival Baldança (Mestre)
Advogada : Drª Andréa Rodrigues
Despacho : "Ao Representado para Alegações Finais."
Prazo : "10 (dez) dias."

ACÓRDÃOS

Proc. nº 24.647/2010
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : Balsa "IPUAÇU". Queda na água de um passageiro, vítima não fatal. Tentativa de suicídio. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda na água de um passageiro, vítima não fatal, sem danos materiais e sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: tentativa de suicídio; c) decisão: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (todos os fatos), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de instabilidade psíquica da própria vítima não fatal, acolhendo a promoção por arquivamento da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 30 de setembro de 2010.

Proc. nº 24.524/2009
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : L/M "CAIEIRAS" e L/M "MAHALO". Colisão de lancha com cabo de reboque. Caso fortuito. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de lancha com cabo de reboque de outra lancha, sem vítima e sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: fortuita; c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (colisão), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os presentes Autos, conforme promoção da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 30 de setembro de 2010.

Proc. nº 22.876/2007
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : RB "BARRACUDA" X Plataforma "PRA-1", Colisão de rebocador durante navegação na bacia de Campos, contra plataforma posicionada no campo Marlim Leste, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Danos materiais. Não houve acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; Falha de manobra por parte dos responsáveis pela condução do rebocador, resultado da inobservância às Regras 5, 6,7 e 8 do RIPEAM. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representados: Francisco Cordeiro Barbosa (Comandante) (Advª. Drª. Maria das Neves Santos da Rocha) e Robson dos Santos Silva (Piloto) (Adv. Dr. Alessander Lopes Pinto).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de rebocador durante navegação na bacia de Campos, contra plataforma posicionada no campo Marlim Leste, Campo dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Danos materiais. Não houve acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: falha de manobra por parte dos responsáveis pela condução do rebocador, resultado da inobservância às regras 5, 6, 7 e 8 do RIPEAM; c) decisão: julgar procedente a representação da Douta Procuradoria, fls. 221/224, e considerando o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, e suas consequências, como decorrente das condutas negligente de Francisco Cordeiro Barbosa, imprudente e negligente de Robson dos Santos Silva, condenando o primeiro à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), e o segundo à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais), previstas no art. 121, inciso VII, c/c artigo 127 e 139, inciso IV, alínea "d", todos da Lei nº 2.180/54, com redação dada pela Lei nº 8.969/94. Custas proporcionais. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 16 de setembro de 2010.

Proc. nº 24.508/2009
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
EMENTA : Veleiro "DINORAH III". Colisão de veleiro com laje submersa perfeitamente cartografada, provocando avarias na embarcação e ferimentos leves em dois de seus ocupantes. Erro de navegação do condutor do veleiro. Imprudência. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Ivan Othelo Del Favero (Condutor) (Adv. Dr. Douglas Alexandre Dressano Fiorelli).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente: colisão de veleiro com laje submersa perfeitamente cartografada, provocando avarias na embarcação e ferimentos leves em dois de seus ocupantes; b) quanto à causa determinante: erro de navegação do condutor do veleiro; c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, letra "a", da Lei 2.180/54, como decorrente de imprudência de Ivan Othelo Del Favero, condenando-o à pena de repreensão, de acordo com o art. 121, inciso I, atenuada pelo art. 139, inciso IV, letra "d", da Lei 2.180/54, com a redação dada pela Lei 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 7 de outubro de 2010.

Proc. nº 22.877/2007 - Agravo nº 081/2010
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : N/M "MAIN ORE". Agravante: First Pacific Shipping Co LTD, Representante de Parte. Agravados: TUGBRASIL Apoio Portuário S/A e João Carlos Nogueira. Conhecer e dar provimento ao Recurso de Agravo.
Agravante : First Pacific hipping Co, Ltd. (Adv. Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio).
Agravado : despacho de 11MAI2010, do Exmº Sr. Juiz Relator do Processo nº 22.877/2007.
Representação de Parte: Autor: First Pacific hipping Co, Ltd. (Adv. Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio).
Representação de Parte: Autor: Seaservo Transporte e Navegação Ltda. (Adv. Dr. Artur R. Carbone).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente/fato da navegação: XXX; b) quanto à causa determinante: XXX; c) decisão: conhecer do Recurso de Agravo e lhe dar provimento. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de outubro de 2010.

Proc. nº 23.301/2008
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : Bote/Baleeira "WAG XXIX" Naufrágio. Queda de seus dois ocupantes na água e subsequente morte por afogamento de um deles. Rio do Peixe, Distrito do Campinal, Município de Presidente Epitácio, SP. Não houve registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Imprudência e negligência de condutor habilitado e responsável pela embarcação quando decidiu navegar sob condições meteorológicas sabidamente adversas à navegação, agravada a situação não estar à vítima portando colete salva-vidas, a despeito de sua existência a bordo. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: João Domiciano Garcia (Adv. Dr. Irineu Rocha).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio parcial, com recuperação posterior de pequena embarcação e conseqüente morte por afogamento de um dos seus dois ocupantes quando navegava no rio do Peixe, Distrito de Campinal, Município de Presidente Epitácio, SP. Não houve registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: imprudência e negligência do condutor da pequena embarcação quando decidiu sair para navegar sob condições sabidamente adversas de tempo, agravada a situação de não estar à vítima portando o colete salva-vidas, a despeito de sua existência a bordo; c) decisão: julgar procedente a Representação apresentada pela Douta Procuradoria Especial da Marinha, fls.73/77, para responsabilizar João Domiciano Garcia, pelo acidente da navegação previsto no artigo 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, resultado da conduta imprudente e negligente do mesmo, condenando-o à pena de multa de R$ 600,00 (seiscentos reais) prevista, no artigo 121, inciso VII, c/c art. 135, inciso II, ambos da mesma lei, com redação alterada pela Lei nº 8.969/94, acrescida das custas processuais. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 14 de setembro de 2010.

Proc. nº 24.362/2009
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : Jet-ski sem nome x jet-ski sem nome. Abalroação envolvendo dois jet-skis, sem nome, durante realização de competição náutica. Praia da enseada, município de Guarujá, SP. Resultando em sérios ferimentos a um dos condutores. Sem danos às embarcações ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Manobras radicais realizadas durante competição náutica. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e do fato da navegação: abalroação envolvendo dois jet-Skis, durante competição náutica na praia da Enseada, Guarujá, SP, resultando sérios ferimentos em um dos condutores. Não houve danos às embarcações ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: manobras radicais comuns durante realização de competições; c) decisão: determinar o arquivamento dos autos como requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha - PEM, em sua promoção de fls. 44 a 46, equiparando este aqueles acidentes da navegação, previsto no artigo 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, de origem fortuita. Contudo deve-se oficiar a Diretoria de Portos e Costas, comunicando a infração ao RLESTA, artigo 23, Inciso VI (deixar de cumprir o determinando na NORMAM-03 - 0113 - Regatas, Competições, Exibições e Comemorações Públicas, item "a" e as Normas e Procedimentos para as Capitanias dos Portos (NPCP), seção III-0105, a ser imputada a Liga Paulista de Jet-Ski - LPJS. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 16 de setembro de 2010.

Proc. nº 24.511/2009
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : B/P "JONELI II". Ferimentos. Acidente sofrido por tripulante a bordo de embarcação pesqueira quando realizava a faina de recolhimento do ferro. Litoral norte do estado do Espírito Santo. Sem registro de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico. Desprendimento do cabo da âncora da roldana, por motivos não apurados acima de qualquer dúvida. Infração ao RLESTA/98. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: acidente sofrido por tripulante a bordo de embarcação pesqueira quando realizava a faina de recolhimento do ferro. Litoral norte do estado do Espírito Santo. Sem registro de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: desprendimento do cabo da âncora da roldana, por motivos não apurados acima de qualquer dúvida; c) decisão: Mandar arquivar os Autos como requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha - PEM (74/75), considerando o fato da navegação, previsto no artigo 15, letra "e" da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada. Oficiar a Diretoria de Portos e Costas - DPC, comunicando a infração ao artigo 24 do RLESTA, cometida velo Mestre da embarcação "JONELLI II", o POP João Salvador Borges, quando, ao deixar de comunicar ao Representante Local da Autoridade Marítima o fato da navegação em apreço, tão logo da sua chegada ao porto, descumpriu o determinado no artigo 8º, item V, letra "b", da Lei nº 9.537/97 (LESTA). Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 30 de setembro de 2010.

Proc. nº 24.514/2009
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : Veleiro "BARCHIMEDE". Colisão de veleiro com alto fundo, seguido de encalhe, água aberta e subsequente naufrágio. Foz do Rio Jaguaribe, Fortim, CE. Danos à embarcação, sem registros de acidentes pessoais ou de poluição ao meio ambiente hídrico. Caso fortuito. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: Colisão de veleiro com alto fundo, seguido de encalhe, água aberta e subsequente naufrágio. Foz do Rio Jaguaribe, Fortim, CE. Danos à embarcação, sem registros de acidentes pessoais ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: caso fortuito; c) decisão: Julgar os acidentes da navegação, capitulados no art. 14, alínea "a" (colisão, encalhe, água aberta e naufrágio), da Lei nº 2.180/54, como de natureza fortuita, arquivando-se os Autos, como requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha, em sua promoção de fls. 77/80. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 30 de setembro de 2010.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Proc. nº 24.521/2009
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : N/M "NORSUL CRATEUS". Avaria de máquinas de navio nacional, durante navegação na baía de São Marcos, São Luis, Maranhão. Danos materiais, sem ocorrências de acidentes pessoais ou registro de poluição hídrica. Rompimento da serpentina interna do sistema de lubrificação do mancal intermediário, provocando o superaquecimento do motor, a indicar provocado pelos esforços e vibrações do navio, durante manobra de desencalhe no rio Amazonas, dias antes. Caso Fortuito. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: Avaria de máquinas de navio nacional durante navegação na baía de São Marcos, São Luís, Maranhão. Danos materiais, sem ocorrências de acidentes pessoais ou registro de poluição hídrica; b) quanto à causa determinante: rompimento da serpentina interna do sistema e lubrificação do mancal intermediário, provocando o superaquecimento do motor, a indicar provocado pelos esforços e vibrações do navio, durante manobra de desencalhe o rio Amazonas, dias antes. Caso fortuito; c) decisão: Arquivar os Autos como requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha, em sua promoção de fls. 117/120, equiparando o acidente da navegação, previsto no artigo 14, letra "b", da Lei nº 2.180/54 e suas consequências àqueles de natureza fortuita. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 05 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.528/2009
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : N/P "GRAND CELEBRATION". Encalhe de navio de passageiros, bandeira estrangeira, na margem direita do canal de acesso, próximo à boia nº 03, quando navegava no canal de acesso externo ao porto de Itajaí, rio Itajaí-Açu, SC, sem provocar danos à embarcação, acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Assoreamento do rio Itajaí-Açu, que se encontrava com acúmulo de sedimentos, em razão de fortes chuvas que assolaram a região três meses antes. Caso fortuito. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: encalhe de navio de passageiros, bandeira estrangeira, na margem direita do canal de acesso, próximo à boia nº 03, quando navegava no canal de acesso externo ao porto de Itajaí, rio Itajaí-Açu, SC, sem provocar danos à embarcação, acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: assoreamento do rio Itajaí-Açu, que se encontrava com acúmulo de sedimentos, em razão de fortes chuvas que assolaram a região três meses antes. Caso fortuito; c) decisão: julgar o acidente da navegação, capitulado no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, equiparado àqueles de natureza fortuita, arquivando-se os Autos, como requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha, em sua promoção de fls. 71/73. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 05 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.540/2009
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : Bote "P. CABEÇA BRANCA VIII". Adernamento de embarcação, durante realização de pesca esportiva, no rio Paraná, altura do município de Rubinéia, SP, provocando a queda na água de seus três ocupantes e consequente morte por afogamento de um deles. Sem registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Causa não apurada acima de qualquer dúvida, a despeito de fortes indícios de fortuidade. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: adernamento de embarcação, com posterior resgate, durante realização de pesca esportiva, no rio Paraná, município de Rubinéia, SP, provocando a queda na água de seus três ocupantes e subsequente morte, vítima de afogamento de um deles. Não houve registro de poluição hídrica; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida, a despeito de fortes indícios de fortuidade; c) decisão: arquivar os Autos, considerando o acidente da navegação previsto no artigo 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, e suas consequências, como de origem indeterminada, de acordo com o requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha em sua promoção de fls. 106/108, devendo-se, contudo oficiar à Diretoria de Portos e Costas (DPC), comunicando as infrações ao RLESTA, artigo 23 c/c item 0113, "a". 4, da NORMAM-03, por parte do Sr. Paulo Satoru Hihumi, na condição de responsável pela organização e realização do evento, confraternização anual da pesca esportiva do tucunaré, no rio Paraná, município de Rubinéia, SP, como ainda as infrações cometidas pelo Sr. Rodrigo Rodrigues Ludicsa ao artigo 16 do mesmo RLESTA, c/c item 0211 da NORMAM-03, e ainda ao art. 15, Lei nº 8.374/91, na condição de proprietário da embarcação "P. CABEÇA BRANCA VIII" envolvida no acidente em questão. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 05 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.686/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : Bote "A31". Óbito de ocupante de bote motorizado, após passar mal a bordo, no curso de faina de piscicultura em tanque-rede. Rio Paraná, córrego Bonito, Santa Fé do Sul, SP. Não houve danos materiais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Causas naturais (insuficiência respiratória aguda, crise convulsiva). Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: óbito de ocupante de bote motorizado, após passar mal, no curso de faina de piscicultura em tanque-rede. Rio Paraná, córrego Bonito, Santa Fé do Sul, SP, sem registros de danos à embarcação ou poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: causa natural (insuficiência respiratória aguda, síndrome convulsiva; c) decisão: arquivar os autos como requerido pela Douta Procuradoria, (fl. 58), equiparando o fato da navegação em apreço, previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 7 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.262/2009
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : L/M "ATALAIA". Encalhe. Erro de manobra. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: José Abel dos Santos (Condutor) (Advª Drª Silvia Helena Maurício Martins).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: encalhe de lancha com danos materiais; b) quanto à causa determinante: erro de manobra; c) decisão: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente da imprudência e imperícia de JOSÉ ABEL DOS SANTOS, condenando-o à pena de repreensão e custas. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 7 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.620/2010
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
EMENTA : B/P "FIDJI V". Queda na água de pescador tripulante de barco de pesca, provocando a sua morte por afogamento. Causa não apurada. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato: queda na água de pescador tripulante de barco de pesca, provocando a sua morte por afogamento; b) quanto à causa determinante: não apurada; c) decisão: julgar o fato da navegação, previsto no art.15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar o inquérito, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.641/2010
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
EMENTA : Caíque sem nome. Emborcamento de caíque a remo durante navegação, provocando a queda na água e a morte por afogamento de seu condutor. Causa não apurada. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato: emborcamento de caíque a remo durante navegação, provocando a queda na água e a morte por afogamento de seu condutor; b) quanto à causa determinante: não apurada; c) decisão: julgar o acidente e fato da navegação, previstos no art.14, letra "a" e no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar o inquérito, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.668/2010
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
EMENTA : L/M sem nome. Queda de condutor e de passageiro de lancha na água, provocando ferimento grave na cabeça do condutor. Causa não apurada com a devida precisão. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato: queda de condutor e de passageiro de lancha na água, provocando ferimento grave na cabeça do condutor; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; c) decisão: julgar o fato da navegação, previsto no art.15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar o inquérito, conforme promoção da PEM. Oficiar à DPC a infração ao RLESTA, art. 16, inciso I (deixar de inscrever ou de registrar a embarcação) e a infração à Lei 8.374/91 (falta de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente) cometidas pelo proprietário da lancha sem nome, Aldo Muller. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de outubro de 2010.

Proc. nº 23.908/2009
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
EMENTA : Escuna "ÁGUA VIVA I" x L/M "VERDE VIDA". Abalroação entre escuna com deficiência de equipagem e lancha de esporte e recreio, provocando avarias na lancha e arranhões na escuna, sem ocorrência de danos pessoais ou de danos ambientais. Falta de vigilância do condutor da escuna em relação à navegação que empreendia. Imprudência e negligência. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Sebastião Marcos Ferreira da Silva Filho (Adv. Dr. Carlos Alberto Augusto Fernandes).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato: abalroação entre escuna com deficiência de equipagem e lancha de esporte e recreio, provocando avarias na lancha e arranhões na escuna, sem ocorrência de danos pessoais ou de danos ambientais; b) quanto à causa determinante: falta de vigilância do condutor da escuna em relação à navegação que empreendia; c) decisão: julgar o acidente e fato da navegação previstos no art. 14, letra "a" e no art. 15, letra "a", da Lei 2.180/54, como decorrentes de imprudência e negligência de Sebastião Marcos Ferreira da Silva Filho, condenando-o à pena de multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5º da Lei 2.180/54, com a redação dada pela Lei 8.969/94, dispensando-o do pagamento das custas processuais, conforme requerido e deferido. Oficiar à DPC a infração ao RLESTA, art. 20, inciso III (apresentar-se com falta de equipamento de navegação exigido - dotação de sobrevivência e dispositivo de amarração e fundeio, de acordo com a NORMAM 02/DPC, itens 0412 e 0429, respectivamente) e a infração à Lei 8.374/91 (falta de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente) cometidas pelo proprietário da escuna "ÁGUA VIVA I", Carlos José Medeiros Borges e a infração à Lei 8.374/91 (falta de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente) cometida pelo proprietário da L/M "VERDE VIDA", Alexandre Christianes da Silva. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.809/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : Ferry Boat "ACREJURUNA XXVIII" x canoa sem nome. Abalroação e uma vítima fatal. Provável imprudência da própria vítima. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroação entre canoa sem identificação e ferry boat; b) quanto à causa determinante: possível imprudência da própria vítima; c) decisão: arquivar os autos considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14 letra "a" da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.759/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : R/E "JEAN FILHO XXIV" e voadeira sem nome. Abalroamento e desaparecimento de condutor da voadeira. Provável imprudência da própria vítima. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento entre voadeira e comboio com desaparecimento do condutor da primeira; b) quanto à causa determinante: provável imprudência da própria vítima; c) decisão: arquivar os autos considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14 letra "a" da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.744/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : L/M "MARENOSTRUM". Incêndio e naufrágio. Causa não apurada. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: incêndio e naufrágio de lancha com perda total, sem vítimas; b) quanto à causa determinante: não apurada; c) decisão: arquivar os Autos considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14 letra "a" da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.681/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : Balsa "S4 TRANSPORTES FLUVIAS". Queda na água e desaparecimento de passageiro que voluntariamente se jogou no rio. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda na água de passageiro de balsa, provocando sua morte; b) quanto à causa determinante: ação voluntária da própria vítima; c) decisão: arquivar os autos considerando o fato da navegação, como previsto no art. 15 letra "e" da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.624/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : Lancha "IMBUHY". Avaria nas máquinas. Fortuidade. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: avaria no motor de lancha deixando-a a deriva; b) quanto à causa determinante: fortuidade; c) decisão: arquivar os autos considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14 letra "b" da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.618/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : N/M "PRINSENDAN". Rompimento de cabeço de cais flutuante. Fortuidade. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: rompimento de cabeços de cais flutuante; b) quanto à causa determinante: fortuidade: fortes ventos e redemoinho; c) decisão: arquivar os autos considerando o fato da navegação, como previsto no art. 15 letra "e" da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de outubro de 2010.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Proc. nº 24.604/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : B/M "SÃO JORGE". Naufrágio. Causa não apurada. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de B/M sem vítimas; b) quanto à causa determinante: não apurada; c) decisão: arquivar os Autos considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14 letra "a" da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.699/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : N/M "TOUGH TRADER". Acidente sofrido por tripulante, causando-lhe sérios ferimentos, a bordo de navio mercante estrangeiro, quando navegava cerca de 500 MN, a leste do porto de Vitória, ES, em travessia do porto de Santos, SP, para o porto de Abdijan, Costa do Marfim. Sem registro de danos ao navio, poluição ao meio ambiente hídrico. Necessidade de Arribada ao porto de Vitória, ES. Do fato: desequilíbrio involuntário da vítima. Caso Fortuito. Da arribada: necessidade de prestação de assistência médica adequada ao tripulante acidentado. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente/fato da navegação: acidente sofrido por tripulante, causando-lhe sérios ferimentos, a bordo de navio mercante estrangeiro, quando navegava a cerca de 500 MN, a leste do porto de Vitória, ES em travessia do porto de Santos, SP para o porto de Abdijan, Costa do Marfim. Sem registro de danos ao navio, poluição ao meio ambiente hídrico. Necessidade de arribada ao porto de Vitória, ES; b) quanto à causa determinante: do fato: desequilíbrio involuntário da vítima. Caso fortuito; c) decisão: mandar arquivar os autos a requerimento da Douta Procuradoria (fls.36/37), considerando o fato da navegação, previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita e o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a" (arribada) da mesma lei, como arribada forçada e justificada (art. 741, item 2, do Código Comercial). Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 7 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.593/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : B/M "SANFRANEL". Desaparecimento de passageiro de bordo de embarcação, durante navegação no rio Amazonas, cujo corpo sem vida (vítima de afogamento) foi encontrado posteriormente no Paraná de Monte Alegre, próximo à comunidade de Vila Marisol, PA. Não houve registro de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico. Reais circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida, à despeito de fortes indícios de responsabilidade da própria vítima fatal. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: desaparecimento de passageiro de bordo de embarcação, durante navegação no rio Amazonas, trajeto Santarém/Monte Alegre cujo corpo sem vida (vítima de afogamento) foi encontrado posteriormente, no Paraná de Monte Alegre, próximo à comunidade de Vila Marisol, PA. Sem registros de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: reais circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida, a despeito de provável responsabilidade da própria vítima fatal; c) decisão: determinamos o arquivamento dos Autos considerando o fato da navegação previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, conforme requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha em sua promoção de fls. 97/99. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 05 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.565/2009
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : Bote de alumínio sem nome e não inscrito. Naufrágio parcial de pequeno bote a motor, provocando a queda na água de seus dois ocupantes e que nada sofreram, durante travessia entre os municípios de Itapuí e Boracéia, SP, a montante da eclusa de Bariri, SP, a 160m da margem esquerda do Rio Tietê. Não houve danos materiais. Embarcação resgatada. Sem registros de acidentes pessoais ou de poluição ao meio ambiente hídrico. Reais circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida, à despeito de fortes indícios de fortuidade. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio parcial de pequeno bote a motor, provocando a queda na água de seus dois ocupantes e que nada sofreram, durante travessia entre os municípios de Itapuí e Boracéia, SP, a montante da eclusa de Bariri, SP, a 160m da margem esquerda do rio Tietê. Não houve danos materiais. Embarcação resgatada. Sem registros de acidentes pessoais ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: reais circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida, a despeito de fortes indícios de fortuidade; c) decisão: determinamos o arquivamento dos Autos, considerando o acidente da navegação previsto no artigo 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54 e suas consequências, de origem indeterminada, conforme requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha em sua promoção de fls. 51/53. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas comunicando a infração ao artigo 16, do RLESTA (falta de inscrição da embarcação) e à Lei nº 8.374/91 (embarcação sem a necessária cobertura do Seguro Obrigatório DPEM), ambas por parte do proprietário da embarcação sinistrada, o Sr. Cyrus Gadotti. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 05 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.586/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : N/M "NORSUL RECIFE". Avaria de máquinas, deixando o navio sem energia, e à deriva, durante trajeto Bahia/São Luís, MA. Necessidade de assistência de reboque e arribada. Porto de Mucuripe, CE, Não houve acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Avarias no cabeçote do cilindro nº 1 do MCA, seguida da avaria de máquinas no rotor do gerador 1 não apurada. Necessidade de assistência técnica especializada para substituição das peças avariadas. Arribada forçada e justificada. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: avaria de máquinas, deixando o navio sem energia e a deriva, durante trajeto Aratu, BA/São Luiz, MA, com necessidade de assistência de reboque e arribada ao porto de Mucuripe, CE. Porto mais próximo; b) quanto à causa determinante: avarias no cabeçote do cilindro nº 1 do MCA nº 2, seguida de avaria de máquinas no rotor do gerador nº 1, cujas causas não restaram apuradas; c) decisão: mandar arquivar os autos a requerimento da Douta Procuradoria (fls. 336/338), considerando o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "b", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada e o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a" (arribada) da mesma Lei nº 2.180/54, como arribada forçada e justificada (art. 741, item 2 do Código Comercial). Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.650/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : Veleiro "PHOENIX". Erro de derrota de veleiro estrangeiro, participante de Regata (oceânica) Internacional. Águas costeiras do estado da Bahia, a 150 MN de Porto Seguro, BA. Avarias no equipamento de auxílio à navegação (dois GPS). Caso fortuito. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: erro de derrota por parte de velejador estrangeiro, participante de Regata (oceânica) Internacional. Águas costeiras do estado da Bahia, 150 MN de Porto Seguro, BA. Sem registros de acidentes pessoais ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: avaria no equipamento de auxílio à navegação (GPS's). Caso fortuito; c) decisão: determinar o arquivamento dos Autos como requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha - PEM em sua promoção de fls. 103/104, considerando o fato da navegação, previsto no artigo 15, letra "b", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 21 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.674/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : B/P "DOM MANOEL X". Queda na água seguida de desaparecimento de tripulante de bordo de pesqueiro nacional, nas proximidades da praia do Capão da Canoa, município de Capão da Canoa, RS. Sem registros de danos à embarcação ou poluição ao meio ambiente marinho. Circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida, a despeito de indícios de um desequilíbrio involuntário da vítima. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: Queda na água seguida de desaparecimento de tripulante de bordo de pesqueiro nacional nas proximidades da praia do Capão da Canoa, município de Capão da Canoa, RS. Sem registros de danos à embarcação ou poluição ao meio ambiente marinho; b) quanto à causa determinante: Circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida, a despeito de indícios de um desequilíbrio involuntário da vítima; c) decisão: Arquivar os Autos como requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha - PEM (fls. 82/83), considerando o fato da navegação, previsto no artigo 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 21 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.702/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : Saveiro "PRÍNCIPE REGENTE" x veleiro "VIDAS". Abalroação, durante realização de regata, já na sua fase final rio Paraguaçu, interior da baía de Todos os Santos, BA, nas proximidades do atracadouro da baía de Iguape, Maragojipe, BA. Danos em ambas embarcações, sem ocorrências de acidentes pessoais ou registro de poluição ao meio ambiente hídrico. Circunstâncias não apuradas acima de qualquer dúvida. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: Abalroação envolvendo embarcações participantes da Regata Aratu-Maragogipe, BA, em sua fase final. Rio Paraguaçu, nas proximidades do atracadouro da baía de Iguape, interior da baía de Todos os Santos. Danos materiais, sem registros de acidentes pessoais ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: Circunstâncias não apuradas acima e qualquer dúvida; c) decisão: Arquivar os Autos como requerido pela D. Procuradoria Especial da Marinha - PEM, em sua promoção juntada às fls. 86/88, equiparando o acidente da navegação previsto no artigo 14, letra "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 21 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.745/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : BP "MATTEO". Desaparecimento de tripulante de bordo de pesqueiro em atividade de pesca de polvo. Ponta do Boi, Ilhabela, SP. Sem registro de danos à embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico. Circunstâncias não apuradas com a devida precisão. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: Desaparecimento de tripulante de bordo de embarcação pesqueira em atividade de pesca de polvo. Ponta do Boi, Ilhabela, SP. Sem registro de danos a embarcação ou de poluição ao meio ambiente hídrico; b) quanto à causa determinante: Circunstâncias não apuradas com a devida precisão; c) decisão: Determinamos o arquivamento dos Autos, considerando o acidente da navegação previsto no artigo 15, letra "e" da Lei nº 2.180/54 como de origem indeterminada. Deve-se oficiar à Diretoria de Portos e Costas - DPC, comunicando a infração ao artigo 16 (não providenciar a transferência de propriedade da embarcação dentro do prazo estabelecido pela Autoridade Marítima) do RLESTA cometida pelo Sr. Sérgio Coutinho Datoguia, na condição de proprietário da embarcação pesqueira "MATTEO". Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 21 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.842/2010
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
EMENTA : B/M "ZÉ LUIZ" Escalpelamento sofrido por passageira a bordo de embarcação, quando navegava pelo rio Amazonas, no trajeto entre a ilha do Teles e a ilha Rasa, município de Macapá, AP. Não apurado face o lapso temporal de cinco anos, prejudicando a apuração dos fatos. Prescrição. Lei nº 9.873/99. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: escalpelamento sofrido por passageira a bordo de embarcação, durante navegação no rio Amazonas, no trajeto entre a ilha do Teles e a ilha Rasa, município de Macapá, AP; b) quanto à causa determinante: não apurada, face ao lapso temporal de cinco anos, prejudicando a apuração dos fatos. Prescrição (Lei nº 9.873/99); c) decisão: arquivar os autos como requerido pela Douta Procuradoria (fls. 61/64), considerando o fato da navegação, previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.022/2009
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : L/M "BRUNINHA". Morte do Representado, extinção de punibilidade. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: xxx; b) quanto à causa determinante: xxx; c) decisão: arquivar os Autos diante da extinção de punibilidade do Representado devido ao seu óbito. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.436/2009
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : N/M "LIBERTY SUN". Arribada forçada e justificada. Arquivamento.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Donald Richard Grosse (Comandante) (Adv. Dr. Iwan Jaeger Jr.).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: arribada forçada e justificada; b) quanto à causa determinante: necessidade de reparos; c) decisão: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da lei nº 2.180/54, como decorrente de causa não apurada, exculpando o representado Donald Richard Grosse e arquivando-se os autos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.703/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : B/M "BRINCAR DE VIVER". Queda na água e morte de passageiro. Imprudência da própria vítima. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda na água e morte de passageiro de B/M; b) quanto à causa determinante: imprudência da própria vítima; c) decisão: arquivar os autos considerando o fato da navegação, como previsto no art. 15 letra "e" da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.755/2010
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
EMENTA : L/M "ST TROPEZ". Incêndio e naufrágio. Causa não apurada. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: incêndio e naufrágio de lancha com danos materiais, sem vitimas; b) quanto à causa determinante: não apurada; c) decisão: arquivar os autos considerando o acidente da navegação, como previsto no art. 14 letra "a" da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 9 de novembro de 2010.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Proc. nº 24.812/2010
Relator : Juiz Sergio Cezar Bokel
EMENTA : Bote/Baleeira "ESCORPIÃO". Queda na água de tripulante de barco de pesca, provocando a sua morte. Causa não apurada acima de qualquer dúvida. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato: queda na água de tripulante de barco de pesca, provocando a sua morte; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida; c) decisão: julgar o fato da navegação, previsto no art.15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar o inquérito, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.051/2009
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : L/M "PILOT 07" e catamarã "ZEUS I". Abalroação, danos materiais e lesões corporais em duas pessoas, vítimas não fatais. Descumprimento das Regras de Navegação (RIPEAM). Atenuantes. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representados : José Cláudio Alves Silva (Mestre) (Advª Drª Ana Figueiredo) e Antônio da Costa Nascimento (Comandante) (Adv. Dr. José Washington Castro Freire).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por decisão unânime quanto ao mérito e quanto à pena do primeiro representado e por maioria quanto à pena do segundo representado: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento envolvendo duas embarcações nacionais, com danos materiais, lesões corporais leves nos dois ocupantes da lancha, mas sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: descumprimento das regras do RIPEAM, Regulamento Internacional Para Evitar Abalroamentos no Mar (também previstas na NORMAM 02/DPC, Capítulo 11), pelo Comandante do catamarã "ZEUS I", Regras 7, 8 e 15, e, adicionalmente, das Regras 5 e 6, por ambos os Comandantes; c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (abalroamento), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de erro de manobra do segundo Representado, responsável direto pelo acidente em pauta, e, adicionalmente, de negligência de ambos os Representados, por navegarem em área de intenso tráfego de embarcações com velocidade incompatível e com falha na vigilância, acolhendo os termos da Representação da D. Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando o grau de responsabilidade de cada um, as circunstâncias e consequências do acidente, condenar o primeiro Representado, José Cláudio Alves Silva, Comandante da L/M "PILOT 07", a pena de multa de R$ 200,00 (duzentos reais), com fulcro nos artigos 121 e 127, e o segundo Representado, Antônio da Costa Nascimento, Comandante do catamarã "ZEUS I", a pena de suspensão por 30 (trinta) dias, cumulativamente com a pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais), com fulcro nos artigos 121, 124, inciso I, 127 e parágrafo único do artigo 56, e, para ambos, as atenuantes previstas no art. 139, inciso IV, letra "d", todos os artigos da Lei nº 2.180/54. Custas processuais divididas proporcionalmente aos valores das multas. O Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos votou com o Exmº Sr. Juiz-Relator, sem aplicar a pena de suspensão por 30 (trinta) dias ao segundo representado, sendo acompanhado pelo Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Os demais Juízes votaram com o Exmº Sr. Juiz-Relator. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 21 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.245/2009
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : Canoa "BETE". Naufrágio e queda na água e óbito de um dos ocupantes de canoa a remos. Falta de material de salvatagem. Imperícia. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Thiago Magno Silva Lima (Proprietário/Condutor) - Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda na água de todos os ocupantes de canoa a remos, com o óbito de um deles, e perda da embarcação; b) quanto à causa determinante: falta de material de salvatagem a bordo; c) decisão: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (todos os fatos), da Lei n º 2.180/54, como decorrente de negligência de Thiago Magno Silva Lima, proprietário e condutor da canoa "BETE", dispensada de inscrição na Capitania dos Portos, acolhendo os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, com fulcro nos artigos, 121, 124 e 135, inciso II, todos da Lei n º 2.180/54, aplicar-lhe a pena de multa de R$ 200,00 (duzentos reais). Custas processuais na forma da Lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.322/2009
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
EMENTA : B/M "AJUDA DE DEUS DO GURUPÁ". Naufrágio com quatro óbitos e o desaparecimento de uma pessoa. Excesso de passageiros, falta de material de salvatagem e condução por pessoa não habilitada. Agravante. Infrações ao RLESTA. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representados: Manoel Camilo Dias dos Santos (Condutor inabilitado) e Luis Oberto Reis Cunha (Proprietário) (Adv. Dr. Jorge Lopes de Farias).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e do fato da navegação: naufrágio, com o óbito de quatro pessoas e o desaparecimento de outra, com danos materiais, mas sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto às causas determinantes: excesso de passageiros, além de falta de material de salvatagem e condução por tripulação não habilitada; c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (naufrágio) e o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (todos os fatos), ambos da Lei nº 2.180/54, como decorrentes de imprudência e negligência de ambos os representados, além de imperícia do primeiro Representado, acolhendo os termos da Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha, e, considerando as circunstâncias e consequências dos fatos apurados, com fulcro nos artigos 121, 124, 127 e 135, inciso II, todos da Lei n º 2.180/54, aplicar a pena de multa de R$1.000,00 (mil reais) ao primeiro Representado, Manoel Camilo Dias dos Santos, condutor do B/M "AJUDA DE DEUS DO GURUPA", e a pena de multa de R$2.000,00 (dois mil reais) ao segundo Representado, Luis Oberto Reis Cunha, proprietário deste barco. Custas processuais divididas meio a meio. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas as infrações ao RLESTA cometidas pelo proprietário, Luis Oberto Reis Cunha, que não guardam relação causal com o acidente em pauta: art. 16 e art. 19, c/c o art. 15, da Lei n º 8.374/91. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 04 de novembro de 2010.

Proc. nº 23.746/2008
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : Embarcações "BARBUDO II" e "GUARARAPES". Acidente da Navegação. Abalroamento entre embarcações brasileiras, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Valência, Bahia. Inobservância de regras do RIPEAM. Infração ao RLESTA. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representados: Jorge Correia Santos (Comandante) e Claudio Nascimento dos Santos (Comandante) (Adv. Dr. César Augusto Guerra Picinalli).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento entre as embarcações "GUARARAPES" e "BARBUDO II", seguido do naufrágio desta, quando navegavam nas proximidades da ilha do Galeão, Valência, BA, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: inobservância de regras do RIPEAM; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imperícia do 1º Representado e imprudência do 2º Representado, responsabilizando Jorge Correia Santos, condenando-o à pena de multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais), com fundamento no art. 121, VII e §5º e Cláudio Nascimento dos Santos, condenando-o à pena de repreensão, com fundamento no art. 121, I, todos da mesma lei. Custas divididas igualmente na forma da lei. Oficiar à DPC a infração ao art. 19, inciso I, do RLESTA, cometida pelo proprietário da embarcação "BARBUDO II". Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 11 de novembro de 2010.

Proc. nº 24.657/2010
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : Embarcação "TAMARA I". Fato da Navegação. Morte de passageiro em embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Rio São Francisco, Penedo, Alagoas. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: morte de passageiro embarcado na lancha "TAMARA I", após mergulhar no rio São Francisco, para nadar para terra, quando navegavam com destino a Penedo, AL, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: mergulho do passageiro no rio; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº. 2.180/54, como decorrente de provável imprudência da vítima, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.961/2010
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : Embarcação "SHEKI NAVE". Fato da Navegação. Morte de passageiro em embarcação brasileira em águas brasileiras, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Praia Grande, São Paulo. Infrações ao RLESTA. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda na água e morte de passageiro a bordo da embarcação "SHEKI NAVE" quando navegava nas proximidades do Forte de Itaipu, Praia Grande, SP, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: embriaguez da vítima; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de provável imprudência da vítima, que em razão de óbito tem extinta sua punibilidade, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Oficiar à DPC as infrações aos art. 12, inciso III, art. 13, inciso III e art. 23, inciso VI, todos do RLESTA cometidas por Douglas Garavatti Paim. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.600/2010
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : B/P "SÃO PEDRO". Acidente da Navegação. Naufrágio de embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Rio Grande, Rio Grande do Sul. Força maior. Infração ao RLESTA. Arquivamento.
Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio do B/P "SÃO PEDRO" quando atracado no trapiche do posto de óleo, entre outras duas embarcações, cais da Quarta Secção da Barra, Rio Grande, RS, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: fissura no casco; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de força maior, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Oficiar à DPC a infração ao art. 19, inciso I, do RLESTA cometidas pelo proprietário da embarcação. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de outubro de 2010.

Proc. nº 24.016/2009
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : N/M "GRANDE SAN PAOLO". Fato da Navegação. Ingresso de clandestinos em navio mercante estrangeiro em porto estrangeiro e desembarcado em porto brasileiro, sem registro de danos pessoais, materiais e nem ambientais. Porto de Conakry, Guiné. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Angelo Bellabuono (Comandante) (Adv. Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: ingresso de clandestinos a bordo do N/M "GRANDE SAN PAOLO" quando atracado no porto Conakry, encontrados pela tripulação do navio durante a singradura para porto brasileiro, expondo a riscos a incolumidade e segurança das vidas e fazendas de bordo, sem registro de danos pessoais, materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: falha de segurança, vigilância e inspeção do navio quanto ao ingresso de pessoas estranhas a bordo; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência do Representado, responsabilizando Ângelo Bellabuono, condenando-o à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), com fundamento no art. 121, VII e §5º, todos da mesma lei. Custas na forma da lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de outubro de 2010.

Proc. nº 23.815/2008
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : B/P "VITÓRIA". Acidente da Navegação. Abalroamento entre embarcações brasileiras em águas brasileiras, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Guamaré, Rio Grande do Norte. Erro de navegação. Infrações ao RLESTA. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Pedro Batista da Cruz (Proprietário/Mestre) (Adv. Dr. Breno Cabral Cavalcanti Ferreira).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento entre B/P "VITÓRIA" e a estrutura de um dos queimadores da Plataforma PUB-03, seguido do naufrágio da embarcação de pesca, quando ela navegava no campo petrolífero de Ubarana, em Guamaré, RN, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: erro de navegação; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência e imperícia do Representado, responsabilizando Pedro Batista da Cruz, condenando-o à pena de repreensão, com fundamento no art. 121, inciso I, da mesma lei. Custas na forma da lei. Oficiar à DPC as infrações aos art. 11, art. 14, inciso I, art. 16, inciso I, art. 18, inciso I e art. 19, inciso I, todos do RLESTA, cometidas pelo Representado. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 4 de novembro de 2010.

Proc. nº 23.530/2008
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : Rebocador "HENRIQUE I". Acidente da Navegação. Naufrágio de embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Rio Amazonas, Parintins, Amazonas. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representado: Francisco Henrique Vasconcelos (Proprietário) (Adv. Dr. Paulo Eduardo Borges Guerra).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio parcial do rebocador "HENRIQUE I" que estava atracado a contrabordo da balsa "ESMERALDO SILVA", na margem direita do rio Amazonas, no atracadouro da empresa JH Vasconcelos, Parintins, AM, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: desconexão da mangueira da rede de incêndio; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência do Representado, responsabilizando Francisco Henrique Vasconcelos, condenando-o à pena de repreensão, com fundamento no art. 121, inciso I, da mesma lei. Custas na forma da lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 9 de novembro de 2010.

Proc. nº 23.410/2008
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
EMENTA : Canoa "ILHA" e canoa "RAINHA DO PORTO II". Acidente da Navegação. Abalroamento entre embarcações brasileiras em navegação em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Rio Sergipe, Aracaju, Sergipe. Inobservância de regras do RIPEAM. Condenação.
Autora : A Procuradoria.
Representados: José Davi Santos Cruz (Condutor) - Revel e Jailson Xavier dos Santos (Proprietário) - Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento entre as canoas "ILHA" e "RAINHA DO PORTO II" ao se cruzarem em rumos opostos, quando navegavam na margem esquerda do estuário do rio Sergipe, Aracaju, SE, sem registro de danos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: inobservância das Regras nº 5, 6, 7 e 14 do RIPEAM pelo condutor da canoa "ILHA"; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imperícia e imprudência dos Representados, responsabilizando José Davi dos Santos Cruz e Jailson Xavier dos Santos, condenando o 1º Representado à pena de repreensão, com fundamento no art. 121, inciso I e o 2º Representado à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e §5º, todos da mesma lei. Custas divididas igualmente. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 9 de novembro de 2010.

Em 10 de fevereiro de 2011

Ministério da Educação

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COMISSÃO NACIONAL DE SUPERVISÃO DO PLANO DE CARREIRA DOS CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

A Comissão Nacional de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituída nos termos do art.22 da Lei Nº 11.091de 12 de Janeiro de 2005, em conformidade com o que estabelece o inciso I do Art. 22 do mesmo dispositivo legal e em face da Portaria MEC Nº 39, de 14 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial de 17 de janeiro de 2011, resolve:

Art. 1º - Na aplicação do disposto no § 6º do Artigo 10 da Lei 11.091/2005, com as alterações dadas pela Lei 11.784/2008, regulamentado pela Portaria MEC Nº que prevê o aproveitamento das disciplinas isoladas de mestrado e doutorado como certificação em Programa de Capacitação para fins de Progressão por Capacitação Profissional aos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação/PCCTAE, deverá ser observado os seguintes critérios:

I - A Progressão por Capacitação Profissional de que trata o art. 1º será devida ao servidor após a publicação do ato de concessão, com efeitos financeiros a partir da data de entrada do requerimento na IFE.

II - Aos servidores que na data da publicação da Medida Provisória Nº 431, de 14 de maio de 2008, convertida na Lei Nº . 11.784, de 22 de setembro de 2008, estavam submetidos ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação e já haviam concluído disciplinas isoladas de mestrado ou doutorado, nos termos da Portaria MEC Nº 39, de 14 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial de 17 de janeiro de 2011, será concedida Progressão por Capacitação Profissional com efeito financeiro a contar de 14 de maio de 2008.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando seus efeitos condicionados à existência de disponibilidade orçamentária.

VALÉRIA GRILANDA RODRIGUES PAIVA
Coordenadora da Comissão

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS SERRA

PORTARIA Nº 19, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

O DIRETOR GERAL DO CAMPUS SERRA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria Nº 660, de 27.04.2009, da Reitoria-Ifes, resolve:

Homologar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado à Contratação de Professor Substituto de que trata o Edital-DG-Campus Serra Nº 03/2010, conforme relação anexa.

ANEXO

Área de Estudo/Disciplina: Sistemas Operacionais - 40 horas

Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Ponto	Classificação
12	Francelino Albert Almeida	39,2	1º

Área de Estudo/Disciplina: Matemática - 40 horas

Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Ponto	Classificação
NÃO HOUVE CANDIDATO HABILITADO			

ADEMAR MANOEL STANGE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 33, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

A PRESIDENTA DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP, no uso da competência que lhe foi atribuído, considerando o disposto no inciso III, do art. 1º, do Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007, e:

Considerando os recursos necessários para atender às despesas do Ministério das Relações Exteriores, com sede em Brasília-DF, na Esplanada dos Ministérios - Bloco "H", a fim de garantir a aplicação do Exame para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA no Japão, resolve:

Art. 1º Determinar que sejam efetivados destaque orçamentário e repasse financeiro ao Ministério das Relações Exteriores, visando à execução do objetivo acima considerado.

Parágrafo Único. Tais recursos têm por finalidade custear despesas necessárias para a aplicação do ENCCEJA no Japão.

Art. 2º Estabelecer como condições essenciais para a descentralização objeto desta portaria, as constantes do Termo de Cooperação presente no processo Nº 23036.000168/2011-74, quais sejam:

§1º Constituem Obrigações do Inep:

I. Efetuar a transferência do orçamento previsto para a execução deste Termo de Cooperação, na forma e prazos estabelecidos no Plano de Aplicação e no Cronograma de Desembolso.

II. Orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações do objeto deste Termo de Cooperação.

III. Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos.

IV. Efetuar os registros que lhe couberem no SICONV, mantendo-os atualizados.

§2º Constituem Obrigações do Ministério das Relações Exteriores:

I. Promover a execução do objeto deste Termo de Cooperação na forma e prazos estabelecidos.

II. Aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo de Cooperação, respeitando a forma e prazos estabelecidos.

III. Respeitar as seguintes legislações e suas respectivas alterações:

a) Leis Nº 8.666/93, 8.958/94 e 10.520/02.

b) Decretos Nº 5.450/05, 5.504/05 e 6.170/07.

c) Portarias Interministeriais Nº 75/28, Nº 127/08.

IV. Permitir e facilitar ao Órgão Concedente o acesso a toda documentação, dependências e locais de execução do projeto.

V Manter o Órgão Concedente informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Termo de Cooperação.

VI Incluir em sua Prestação de Contas Anual os recursos e as atividades objeto deste Termo de Cooperação.

VII Apresentar prestação de contas parcial, no início do exercício subsequente, quando as atividades ultrapassarem mais de um exercício, contendo pelo menos:

a) Relatório do cumprimento parcial do objeto.

b) Relatório físico-financeiro parcial.

c) Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

d) Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

e) Fotos do Objeto, quando for o caso.

VIII Apresentar prestação de contas final, contendo pelo menos:

a) Relatório do cumprimento do objeto.

b) Cópia do Plano de Trabalho Aprovado.

c) Cópia da Portaria (ou Termo de Cooperação Técnica) de destinação de recursos, com indicação da data de sua publicação.

d) Relatório completo de execução físico-financeira.

e) Cópia do Termo de Aceitação de obras, quando for o caso.

f) Comprovação, por meio de Registro no Cartório de Registro de Imóveis, de averbação de construção ou ampliação de imóvel, quando for o caso.

g) Cópia de Documentação comprobatória de Serviço de Instrutoria, quando for o caso.

h) Fotos do Objeto, quando for o caso.

i) Devolver, em até 30 dias, os saldos orçamentário e financeiro não utilizados em sua totalidade, ou em caso de rescisão deste Termo de Cooperação.

IX. Devolver em data anterior àquela anualmente estabelecida nas normas de encerramento do correspondente exercício financeiro, ou, obrigatoriamente, até o dia 31 de dezembro, os saldos orçamentário e financeiro não utilizados.

X. Efetuar os registros que lhe couberem no SICONV, mantendo-os atualizados.

§3º Demais Condições:

I. Fica dispensada a apresentação de certidões de regularidade e consulta ao CADIN e SIAFI.

II. O repasse do recurso financeiro fica condicionado a liquidação dos empenhos emitidos pelo proponente, a conta dos créditos descentralizados, e aprovação da área técnica do Inep que está acompanhando a execução do objeto.

III. A execução orçamentária e financeira dos créditos descentralizados deverá se processar em estrita observância ao PPA, LDO e LOA, bem como às condições estabelecidas neste Termo de Cooperação.

a) Nos casos em que circunstâncias adversas não possibilitem a execução orçamentária e financeira de acordo com as condições estabelecidas neste Termo, deverá o proponente devolver ao concedente os créditos correspondentes e submeter novo Termo de Cooperação com a proposta de alteração e suas respectivas justificativas, que ficarão condicionadas a aprovação da área técnica e do Ordenador de Despesas do Inep.

Art. 3º Autorizar o Inep a transferir para o Ministério das Relações Exteriores créditos orçamentários e recursos financeiros constantes da Lei Orçamentária Anual/2011, Programa de Trabalho 12.362.1449.4017.0001 - Exames Nacionais de Habilidades e Competências, no total de R$ 72.324,20 (Setenta e dois mil trezentos e vinte e quatro reais e vinte centavos).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MALVINA TANIA TUTTMAN

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 92, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

OO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, no uso de suas atribuições, considerando o Decreto Nº 5.773, de 09/05/2006, com alterações do Decreto Nº 6.303, de 12/12/2007, a Portaria Normativa Nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010, tendo em vista o Despacho Nº 07/2011, da Diretoria de Regulação e Supervisão de Educação Profissional e Tecnológica, resolve:

Art. 1° - Renovar o reconhecimento, nos termos do art. 10, § 3º, do referido Decreto Nº 5.773/2006, dos Cursos Superiores de Tecnologia abaixo relacionados, ofertados pelas instituições de ensino superior listadas, nos endereços especificados:

Processos e-MEC Nº	IES mantida / Instituição mantenedora	Curso Superior de Tecnologia em	Eixo Tecnológico	Vagas totais anuais / Turno	Endereço de funcionamento do curso
200710342	Universidade Luterana do Brasil / Comunidade Evangélica Luterana São Paulo - CELSP	Gestão Financeira	Gestão e Negócios	50 Noturno	Avenida Farroupilha, Nº 8001, São José, Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul
200803992	Faculdade Uirapuru / Grupo IBMEC Educacional S.A.	Gestão Financeira	Gestão e Negócios	120 Noturno	Rua Professor Arthur Fonseca, Nº 633, Jardim Panorama, Município de Sorocaba, Estado de São Paulo
200803995	Faculdade Uirapuru / Grupo IBMEC Educacional S.A.	Gestão de Recursos Humanos	Gestão e Negócios	120 Noturno	Rua Professor Arthur Fonseca, Nº 633, Jardim Panorama, Município de Sorocaba, Estado de São Paulo
200902515	Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte / Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda.	Gestão de Recursos Humanos	Gestão e Negócios	200 Noturno	Avenida Francisco Sales, Nº 23, Floresta, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais
200902634	Faculdade de Tecnologia Termomecânica / Fundação Salvador Arena	Processos Gerenciais	Gestão e Negócios	64 Noturno	Estrada dos Alvarengas, Nº 4001, Alvarenga, Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo
200903650	Universidade de Itaúna / Fundação Universidade de Itaúna	Gestão Financeira	Gestão e Negócios	120 Noturno	Rodovia MG 431, Km 45, Trevo Itaúna/Pará de Minas, Campus Verde, Município de Itaúna, Estado de Minas Gerais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

200907848	Faculdade de Tecnologia TecBrasil - Unidade Bento Gonçalves / Centro Superior de Tecnologia TecBrasil Ltda.	Processos Gerenciais	Gestão e Negócios	120 Noturno	Rua Osvaldo Aranha, Nº 419, Centro, Município de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul
200911346	Instituto Educacional de Castro / Centro Educacional de Castro - CEDUC S/C Ltda.	Gestão de Recursos Humanos	Gestão e Negócios	100 Noturno	Praça Sant'Ana do Iapó, Nº 15, Centro, Município de Castro, Estado do Paraná
200912775	Faculdade de Tecnologia em Hotelaria, Gastronomia e Turismo de São Paulo / Sociedade Educacional Pinto e Menezes Ltda.	Gastronomia	Hospitalidade e Lazer	150 Diurno 150 Noturno	Rua das Palmeiras, Nº 184, Santa Cecília, Município de São Paulo, Estado de São Paulo
200912777	Faculdade de Tecnologia em Hotelaria, Gastronomia e Turismo de São Paulo / Sociedade Educacional Pinto e Menezes Ltda	Gestão de Turismo	Hospitalidade e Lazer	100 Diurno 100 Noturno	Rua das Palmeiras, Nº 184, Santa Cecília, Município de São Paulo, Estado de São Paulo
200913579	Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte / Centro Integrado para Formação de Executivos	Gestão Financeira	Gestão e Negócios	100 Noturno	Rua Orlando Silva, Nº 2886, Capim Macio, Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte
200913580	Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte / Centro Integrado para Formação de Executivos	Gestão de Recursos Humanos	Gestão e Negócios	100 Noturno	Rua Orlando Silva, Nº 2886, Capim Macio, Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte
200913581	Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte / Centro Integrado para Formação de Executivos	Marketing	Gestão e Negócios	100 Noturno	Rua Orlando Silva, Nº 2886, Capim Macio, Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte
201000909	Centro Universitário Planalto do Distrito Federal - UNIPLAN / Sociedade Objetivo de Ensino Superior	Gestão de Recursos Humanos	Gestão e Negócios	100 Noturno	Setor D Sul - Área Especial, Nº 04, Taguatinga Sul, Município de Brasília, Distrito Federal
201004215	Faculdade de Tecnologia Faesa / Associação de Assistência ao Ensino	Gestão de Recursos Humanos	Gestão e Negócios	100 Diurno 100 Noturno	Rua Anselmo Serrat, Nº 199, Monte Belo, Município de Vitória, Estado do Espírito Santo
201004217	Faculdade de Tecnologia Faesa / Associação de Assistência ao Ensino	Marketing	Gestão e Negócios	100 Diurno 100 Noturno	Rua Anselmo Serrat, Nº 199, Monte Belo, Município de Vitória, Estado do Espírito Santo
201005955	Universidade de Sorocaba / Fundação Dom Aguirre	Marketing	Gestão e Negócios	70 Noturno	Rodovia Raposo Tavares, s/nº , Jardim Novo Eldorado, Município de Sorocaba, Estado de São Paulo
201008908	Centro Universitário Euro-Americano / Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia	Processos Gerenciais	Gestão e Negócios	100 Noturno	Avenida Castanheira, Nº 3700, Águas Claras, Município de Brasília, Distrito Federal
201009436	Centro Universitário Una / Minas Gerais Educação S.A.	Gestão Financeira	Gestão e Negócios	120 Noturno	Rua dos Goitacazes, Nº 1159, Barro Preto, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais
201010061	Centro Universitário Una / Minas Gerais Educação S.A.	Marketing	Gestão e Negócios	120 Noturno	Rua dos Goitacazes, Nº 1159, Barro Preto, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais
201011248	Faculdade de Tecnologia IBTA / Grupo IBMEC Educacional S.A.	Gestão Financeira	Gestão e Negócios	200 Noturno	Avenida Paulista, Nº 302, Bela Vista, Município de São Paulo, Estado de São Paulo
201011871	Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte / Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda.	Gastronomia	Hospitalidade e Lazer	80 Diurno 70 Noturno	Rua Erê, Nº 207, Prado, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas
201013372	Faculdade de Tecnologia IBTA / Grupo IBMEC Educacional S.A.	Marketing	Gestão e Negócios	200 Noturno	Avenida Paulista, Nº 302, Bela Vista, Município de São Paulo, Estado de São Paulo
201013622	Faculdade de Tecnologia IBTA Campinas / Grupo IBMEC Educacional S.A.	Gestão Financeira	Gestão e Negócios	100 Noturno	Rua Sales de Oliveira, Nº 1661, Vila Industrial, Município de Campinas, Estado de São Paulo
201014362	Faculdade de Tecnologia IBTA - São José dos Campos/ Grupo IBMEC Educacional S.A.	Gestão de Recursos Humanos	Gestão e Negócios	100 Noturno	Rua Laurent Martins, Nº 329, Jardim Esplanada II, Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo

Art. 2º - Nos termos do art. 10, § 7º, do mesmo Decreto Nº 5.773/2006, a renovação do reconhecimento é válida até o ciclo avaliativo seguinte.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIEZER PACHECO

RETFICAÇÃO

No artigo 1° da Portaria Nº 90 de 09/02/2011, publicada no Diário Oficial da União de 10/02/2011, Seção 1, página 48, onde se lê: "com oferta na Rua Francisco Getúlio Vargas Nº 130, Petrópolis, Município de Caxias, Estado do Rio Grande do Sul", leia-se: "com oferta na RS 122 KM 69, S/N - Desvio Rizzo, no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul".

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS

PORTARIA Nº 649, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

A Presidente do Colegiado Provisório do Campus Macaé da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Profa. Belkis Valdman, nomeada pela Portaria Nº 1587, de 15/04/2009 publicada no BUFRJ Nº 09, de 30/04/2009, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referente ao Edital Nº 6, de 24 de janeiro de 2011, publicado no DOU Nº 17, seção 3, de 25 de janeiro de 2011, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Curso: Enfermagem, Farmácia, Medicina e Nutrição
Setorização: PARASITOLOGIA GERAL
1- Ingred Goretti Riça
2- Rafaela Ribeiro Silva

BELKIS VALDMAN

PORTARIA Nº 650, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

A Presidente do Colegiado Provisório do Campus Macaé da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Profa. Belkis Valdman, nomeada pela Portaria Nº 1587, de 15/04/2009 publicada no BUFRJ Nº 09, de 30/04/2009, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referente ao Edital Nº 6, de 24 de janeiro de 2011, publicado no DOU Nº 17, seção 3, de 25 de janeiro de 2011, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Curso: Enfermagem, Farmácia, Medicina e Nutrição
Setorização: IMUNOLOGIA GERAL
1- Gisele de Cássia Barra Araújo

BELKIS VALDMAN

PORTARIA Nº 652, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

A Presidente do Colegiado Provisório do Campus Macaé da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Profa. Belkis Valdman, nomeada pela Portaria Nº 1587, de 15/04/2009 publicada no BUFRJ Nº 09, de 30/04/2009, resolve tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professores substitutos referente ao Edital Nº 6, de 24 de janeiro de 2011, publicado no DOU Nº 17, seção 3, de 25 de janeiro de 2011, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:

Curso: Medicina
Setorização: ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA
1- Luiz Carlos Braga Edmundo
2- Daniela Bittencourt dos Santos Dziuba
3- César Ronald Pereira Gomes

BELKIS VALDMAN

Ministério da Fazenda

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

PAUTA DE JULGAMENTO DA 145ª SESSÃO

Pauta de Julgamento de Recursos da 145ª Sessão, que será realizada na data a seguir mencionada, na Sede da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, localizada na Av. Presidente Vargas, 730, 24º andar - sala 2 - Centro - Rio de Janeiro.

DIA 24 DE FEVEREIRO 2011, ÀS 10h.

01)RECURSO Nº 1972 - Processo SUSEP nº 15414.000408/2002-67 - II - Volumes - Recorrente: AGF Brasil Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

02)RECURSO Nº 2037 - Processo SUSEP nº 006-00262/00 - Recorrente: Sul América Seguros de Vida e Previdência S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

03)RECURSO Nº 2232 - Processo SUSEP nº 15414.200048/2002-00 - Recorrente: União Novo Hamburgo Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

04)RECURSO Nº 2812 - Processo SUSEP nº 15414.004863/2002-31 - Recorrente: Recíproca Assistência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

05)RECURSO Nº 3217 - Processo SUSEP nº 15414.002853/2003-42 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

06)RECURSO Nº 3391 - Processo SUSEP nº 15414.200211/2002-26 - Recorrente: Frankfurt Corretora de Seguros Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

07)RECURSO Nº 3539 - Processo SUSEP nº 15414.200192/2002-38 - V volumes - Recorrente: J. Malucelli Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

08)RECURSO Nº 3583 - Processo SUSEP nº 10.006140/01-72 - Recorrente: AGF Brasil Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria.

09)RECURSO Nº 3647 - Processo SUSEP nº 005-00124/01 - Recorrente: Tropical Administradora e Corretora de Seguros S/C Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

10)RECURSO Nº 3687 - Processo SUSEP nº 15414.005529/97-11 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

11)RECURSO Nº 3726 - Processo SUSEP nº 10.005620/00-71 - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

12)RECURSO Nº 3897 - Processo SUSEP nº 15414.003431/2005-56 - Recorrente: Recíproca Assistência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria.

13)RECURSO Nº 3905 - Processo SUSEP nº 005-00241/01 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

14)RECURSO Nº 4005 - Processo SUSEP nº 15414.100340/2005-68 - Recorrente: Santos Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

15)RECURSO Nº 4026 - Processo SUSEP nº 15414.001146/2003-39 - II - Volumes - Recorrente: ACVAT Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

16)RECURSO Nº 4034 - Processo SUSEP nº 10.005259/00-29 - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria.

17)RECURSO Nº 4042 - Processo SUSEP nº 15414.005466/2002-87 - II - Volumes - Recorrente: Federal de Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

18)RECURSO Nº 4056 - Processo SUSEP nº 10.006037/01-13 - II volumes - Recorrente: Pecúlio Abraham Lincoln - AMAL; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisor: Conselheiro Claudio Carvalho Pacheco.

19)RECURSO Nº 4087 - Processo SUSEP nº 15414.003703/2003-56 - Recorrente: Sabemi Seguradora S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

20)RECURSO Nº 4134 - Processo SUSEP nº 15414.005408/2002-53 - Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria.

21)RECURSO Nº 4136 - Processo SUSEP nº 15414.000107/2002-33 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

22)RECURSO Nº 4163 - Processo SUSEP nº 15414.200081/2003-11 - Recorrente: Companhia de Seguros Previdência do Sul; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Francisco Teixeira de Almeida.

23)RECURSO Nº 4184 - Processo SUSEP nº 15414.003962/2002-04 - Recorrente: Bradesco Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

24)RECURSO Nº 4216 - Processo SUSEP nº 15414.003685/2002-21 - Recorrente: RS Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

25)RECURSO Nº 4230 - Processo SUSEP nº 15414.002379/2002-73 - Recorrente: Indiana Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

26)RECURSO Nº 4259 - Processo SUSEP nº 15414.004928/2005-91 - II volumes - Recorrente: José Roberto Salgado - diretor designado como responsável administrativo-financeiro da Investprev Seguros e Previdência S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria.

27)RECURSO Nº 4290 - Processo SUSEP nº 15414.003352/2006-26 - Recorrente: Yasuda Seguros S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

28)RECURSO Nº 4291 - Processo SUSEP nº 15414.001704/2006-17 - Recorrente: Santos Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

29)RECURSO Nº 4318 - Processo SUSEP nº 15414.005894/2002-18 - II volumes - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

30)RECURSO Nº 4323 - Processo SUSEP nº 15414.002171/2006-82 - Recorrente: Seguradora de Crédito do Brasil S.A. (doravante SECREB); Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

31)RECURSO Nº 4326 - Processo SUSEP nº 15414.002732/2005-62 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança da Bahia; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

32)RECURSO Nº 4327 - Processo SUSEP nº 15414.100332/2005-11 - Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

33)RECURSO Nº 4345 - Processo SUSEP nº 15414.003852/2006-68 - Recorrente: Companhia Itaú de Capitalização; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Maria da Glória Faria; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

34)RECURSO Nº 4350 - Processo SUSEP nº 15414.005406/2002-64 - II volumes - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

35)RECURSO Nº 4468 - Processo SUSEP nº 15414.001556/2004-61 - Recorrente: Sul América Capitalização S.A - SULACAP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria.

36)RECURSO Nº 4485 - Processo SUSEP nº 15414.004963/2006-91 - Recorrente: CAPEMI - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria.

37)RECURSO Nº 4523 - Processo SUSEP nº 15414.001798/2006-16 - Recorrente: METLIFE Vida e Previdência S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

38)RECURSO Nº 4555 - Processo SUSEP nº 15414.001834/2003-07 - Recorrentes: Jaime Políbio Nunes e Corretota de Seguros Políbio Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

39)RECURSO Nº 4625 - Processo SUSEP nº 15414.003808/2003-13 - Recorrentes: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisor: Conselheiro Marcelo Augusto Camacho Rocha.

40)RECURSO Nº 4952 - Processo SUSEP nº 15414.200011/2005-16 - Recorrente: Valor Capitalização S.A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Bruno Perrut Ferreira; Revisora: Conselheira Maria da Glória Faria.

Observação:

1) Segundo o disposto no § 3º, do artigo 18 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pelo Decreto Nº 2.824, de 27 de outubro de 1998, "nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subseqüente, independentemente de nova convocação e publicação".

2) Em relação aos processos incluídos na pauta de julgamento acima, o Senhor Conselheiro Presidente do CRSNSP proferiu o seguinte despacho: "Para melhor planejamento dos trabalhos a serem realizados durante a sessão de julgamento designada para o dia 10 de fevereiro de 2011, e tendo em vista o expressivo número de processos incluídos em pauta, DETERMINO, nos termos do art. 7º, incisos I, II e XII do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pelo Decreto Nº 2.824, de 27 de outubro de 1998, que os recorrentes ou representantes legais que desejarem fazer sustentação oral durante a sessão de julgamento encaminhem o correspondente pedido de inscrição à Secretaria-Executiva do CRSNSP até o dia 9 de fevereiro de 2011".

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2011.
FRANCISCO TEIXEIRA DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária Executiva

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIAS REGIONAIS
3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 11, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O PROCURADOR-CHEFE DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO DA PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL - 3ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, letras "o" e "r" do Art. 52 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovada pela Portaria n.º 138, de 1.º de julho de 1997, do Ministro do Estado da Fazenda, e tendo em vista os art. 11 e 12 do Decreto - lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, e o Decreto n.º 83.937, de 6 de setembro de 1979, e considerando a r. decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0000087-48.2011.4.03.0000/SP, em curso o e. Tribunal Regional Federal da 3.a Região, resolve:

Art.1.º Revogar a certidão conjunta positiva com efeitos de negativas de débitos relativos a tributos federais e à Divida Ativa da União, emitida sob o código de controle n.º 1995.E39A.3BAF.7B22, em favor de Promon Engenharia Ltda, CNPJ 61.095.923/0001-69, datada de 08 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO F. M. PAES DE BARROS FILHO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Inscreve peticionário no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO-RO, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e atendendo ao que consta nos autos do processo administrativo em referência, declara que:

Com fundamento nos §§ 4º e 5º do art. 810 do Regulamento Aduaneiro, fica inscrito no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o peticionário abaixo identificado:

Nº	NOME	CPF	Nº DO PROCESSO
2A/00.1218	ALEXANDRE JOSE MARTINS DE ALMEIDA	004.573.772-08	10240.001658/2010-40

Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAQUEL PATRÍCIO DA SILVA

5ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 47, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 5ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições previstas no art.278 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04/03/2009, DOU de 06/03/2009, considerando o incêndio ocorrido em um equipamento localizado na garagem 4 do prédio em que funcionam as instalações da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 5ª Região Fiscal, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Salvador, do Escritório de Corregedoria na 5ª Região Fiscal, do Escritório de Pesquisa e Investigação na 5ª Região Fiscal, e do Centro de Atendimento ao Contribuinte no dia 04 de fevereiro de 2011, resolve:

Art.1º Suspender o expediente a partir das 10:30 horas do dia 04 de fevereiro de 2011.

Art.2º Prorrogar automaticamente os prazos das intimações vencidas neste dia para o primeiro dia útil subseqüente.

SUELY NUNES DA GAMA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O AUDITOR FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, abaixo identificado, Assistente de Gabinete da DELEGACIA EM ARACAJU/SE, matrícula SIAPECAD 26.409, no uso da competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/AJU nº 66, de 22/09/2010, publicada no DOU de 23/09/2010, que deu nova redação ao inciso III do art. 17 da Portaria DRF/AJU nº 18, de 19/03/2009, com fundamento nos arts. 81 e 82 da Lei nº 9.430/96 e no §2º do artigo 41 da Instrução Normativa RFB 1005, de 08/02/2010, declara:

Art. 1º- INAPTA a inscrição no CNPJ nº 07.798.458/0001-87, da empresa ISDAK PESQUISAS E MARKETING LTDA, tendo em vista a caracterização das situações previstas no inciso II do art. 39 e inciso II do art. 41, ambos da Instrução supramencionada (empresa não localizada no endereço informado no CNPJ), objeto da representação fiscal constante do processo 10510.720212/2011-71.

Art. 2º- A não regularização da inaptidão nos cinco exercícios subseqüentes implicará na baixa de ofício da inscrição no CNPJ, nos termos do inciso III do art. 28 da IN RFB nº 1005/2010.

Art. 3º- Serão considerados inidôneos, nos termos do art. 45, caput e seu §3º, inciso I, alínea "b", da IN RFB nº 1005/2010, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos a partir da publicação do presente Ato no Diário Oficial da União.

JÚLIO CESAR MONTEIRO ANDRADE

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

Concede Registro Especial de estabelecimento engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CONTAGEM - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 06 de março de 2009, e, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005, alterada pela IN RFB nº 782, de 09 de novembro de 2007, e pela IN RFB nº 824, de 20 de fevereiro de 2008, e pela IN RFB nº 1.026, de 16 de abril de 2010, e pela IN RFB nº 1.065, de 16 de agosto de 2010 e considerando o que consta no processo administrativo número 13603.723397/2010-44, resolve declarar:

Art. 1º INSCRITA NO REGISTRO ESPECIAL DE BEBIDAS sob o nº 06110/044, na categoria de ENGARRAFADOR, a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CACHAÇA RIO MANSO LTDA., CNPJ nº 07.334.443/0001-68, situada na Fazenda dos Dutra - Rodovia MG 431 Km 1, s/nr., Zona Rural, em Rio Manso - MG.

Art. 2º A referida empresa exerce a atividade típica de engarrafamento de Aguardente de Cana de Açúcar própria ou de terceiros, código TIPI 2208.40.00, marca: "Vira Copos Prata", em recipientes, não retornáveis, em capacidades de: 50 ml; 300 ml; 600 ml; 670 ml; 700 ml e 1000 ml. Art. 3º Este registro especial não alcança nenhum outro estabelecimento da empresa, devendo a mesma cumprir todas as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, e respectivas alterações, sob pena do cancelamento desse registro.

Art. 4º O presente ato terá validade após publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 74, DE 26 DE AGOSTO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 3305.90.00 - Gel capilar infantil, contendo extrato orgânico de frutas, destinado a fixar e modelar os cabelos, acondicionado em frasco plástico, denominado comercialmente Gel Fixador, marca Bio Extratus Kids.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto 97.409 de 23/12/88. Decreto nº 435, de 27/01/1992. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, publicado no D.O.U de 29/12/2006 e republicado no D.O.U de 08/01/2007. RGI-1ª (texto da posição 33.05) e RGI-6 (texto da subposição 3305.90) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI). IN SRF nº 697, de 15/12/2006. IN RFB nº 807, de 11/01/2008. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH da posição 33.05.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 75, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010

ASUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadorias 4421.90.00 - Espetinhos de bambu para churrasco, com comprimentos de 24 e 29 cm e larguras de 4 e 8 mm, respectivamente, acondicionados em embalagens de plástico, com 50 unidades.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto 97.409 de 23/12/88. Decreto nº 435, de 27/01/1992. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, publicado no D.O.U de 29/12/2006 e republicado no D.O.U de 08/01/2007. RGI-1ª (textos das posições 14.01 e 44.21) e Nota 1 b) e 6 do Capítulo 44. IN SRF nº 697, de 15/12/2006. IN RFB nº 807, de 11/01/2008. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 76, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010

ASUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC Mercadoria 8544.42.00 - Cabo de conexão USB 2.0 com amplificador de sinal, de 5 (cinco) metros de comprimento, marca Comtac.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto n° 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa RFB n° 807, de 11 de janeiro de 2008, Resolução Camex n° 43, de 22/12/2006, RGI-1 (texto da posição 85.44), RGI-6, Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 77, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010

ASUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC Mercadoria 8544.42.00 - Cabo de conexão USB 2.0 com amplificador de sinal, de 10 (dez) metros de comprimento, marca Comtac.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto n° 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa RFB n° 807, de 11 de janeiro de 2008, Resolução Camex n° 43, de 22/12/2006, RGI-1 (texto da posição 85.44), RGI-6, Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 78, DE 2 DE SETEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 3305.90.00 - Ampola capilar que trata os cabelos coloridos ou com mechas, devolvendo o brilho e maleabilidade aos fios e ainda prolongando a cor dos cabelos tingidos, acondicionada em bisnaga de 15g, denominada comercialmente Color Dose Aneethun.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto 97.409 de 23/12/88. Decreto nº 435, de 27/01/1992. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, publicado no D.O.U de 29/12/2006 e republicado no D.O.U de 08/01/2007. RGI-1ª (texto da posição 33.05) e RGI-6 (texto da subposição 3305.90) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI). IN SRF nº 697, de 15/12/2006. IN RFB nº 807, de 11/01/2008. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH da posição 33.05.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 79, DE 3 DE SETEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 3305.90.00 - Loção emulsionada capilar, cuja função é a de restaurar a fibra capilar, devolvendo a força, o brilho e a saúde aos cabelos, acondicionada em frasco plástico de 320 ml, denominada comercialmente Elixir Nutritivo Shitake Plus, marca Bio Extratus.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto 97.409 de 23/12/88. Decreto nº 435, de 27/01/1992. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, publicado no D.O.U de 29/12/2006 e republicado no D.O.U de 08/01/2007. RGI-1ª (texto da posição 33.05) e RGI-6 (texto da subposição 3305.90) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI). IN SRF nº 697, de 15/12/2006. IN RFB nº 807, de 11/01/2008. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH da posição 33.05.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 80, DE 2 DE SETEMBRO DE 2010

ASUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 8415.90.00 - Tubo de Ar Condicionado de alumínio, com conector e luva, ambos de alumínio, anéis de vedação em borracha, e eventualmente válvula de carga e válvula para pressostato, ambas de alumínio, destinado ao aparelho de ar-condicionado instalado em veículo automóvel. Fabricante: Dytech do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto n° 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa RFB n° 807, de 11 de janeiro de 2008, RGI-1 (texto da posição 84.15), RGI-6 (texto da subposição 8415.90), Nota 2 da Seção XV, Nota 2 da Seção XVI. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 81, DE 9 DE SETEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 3305.90.00 - Loção emulsionada capilar, cuja função é a de nutrir profundamente os cabelos tingidos e manter a cor intensa dos fios por mais tempo, acondicionada em frasco plástico de 15 ml, denominada comercialmente Noni Plus Fixdose, marca Bio Extratus.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto 97.409 de 23/12/88. Decreto nº 435, de 27/01/1992. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, publicado no D.O.U de 29/12/2006 e republicado no D.O.U de 08/01/2007. RGI-1ª (texto da posição 33.05) e RGI-6 (texto da subposição 3305.90) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI). IN SRF nº 697, de 15/12/2006. IN RFB nº 807, de 11/01/2008. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH da posição 33.05.

WILLIAM LARA
Chefe da Divisão
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 82, DE 6 DE SETEMBRO DE 2010

ASUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 8415.90.00 - Tubo de Ar Condicionado Completo composto de dois ou mais trechos em alumínio e um ou mais trechos em borracha, com conectores em alumínio e anéis de vedação em borracha, e eventualmente válvula de carga e válvula para pressostato, ambas de alumínio, destinado ao aparelho de ar-condicionado instalado em veículo automóvel. Fabricante: Dytech do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto n° 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa RFB n° 807, de 11 de janeiro de 2008, RGI-1 (textos das posições 84.15 e 87.08), RGI-6 (texto da subposição 8415.90), Nota 2 da Seção XV, Nota 2 da Seção XVI e Nota 3 da Seão XVII. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 83, DE 6 DE SETEMBRO DE 2010

ASUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 8415.90.00 - Tubo de Ar Condicionado de alumínio, com conectores de alumínio e anéis de vedação em borracha, e eventualmente válvula de carga e válvula para pressostato, ambas de alumínio, destinado ao aparelho de ar-condicionado instalado em veículo automóvel. Fabricante: Dytech do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto n° 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa RFB n° 807, de 11 de janeiro de 2008, RGI-1 (textos das posições 84.15 e 87.08), RGI-6 (texto da subposição 8415.90), Nota 2 da Seção XV, Nota 2 da Seção XVI, Nota 3 da Seção XVII. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 84, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadorias 1901.20.00 - Massa para broa de milho. Ingredientes: fubá de milho, ovos, leite, fécula, margarina, erva-doce, açúcar e sal. Marca Raro's. Fabricante: Raro's Indústria e Comércio de Massas Alimentícias Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto 97.409 de 23/12/88. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa RFB n° 807, de 11 de janeiro de 2008, RGI-1 (textos das posições 19.01 e 19.05), RGI-6 (texto da subposição 1901.20). Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 85, DE 15 DE SETEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadorias 3917.29.00 - Tubo de plástico rígido reforçado com fibras de vidro (Tubo de "PRFV'), utilizado na condução de água ou de fluidos corrosivos. Fabricante: Safe Indústria e Comércio Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto 97.409 de 23/12/88. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa RFB n° 807, de 11 de janeiro de 2008, RGI-1 (texto da posição 39.17), RGI-2b), RGI-3b), RGI-6 (texto da subposição 3917.29). Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 86, DE 17 DE SETEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 3305.10.00 - Shampoo para cabelos cacheados, contendo Panthenol, extrato de frutas e agentes condicionantes, para uso infantil, denominado comercialmente Shampoo Infantil para Cabelos Cacheados, marca Bio Extratus Kids.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto 97.409 de 23/12/88. Decreto nº 435, de 27/01/1992. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, publicado no D.O.U de 29/12/2006 e republicado no D.O.U de 08/01/2007. RGI-1ª (texto da posição 33.05) e RGI - 6ª (texto da subposição 3305.10) da Tabela de Incidência sobre Produtos Industrializados (TIPI). IN SRF nº 697, de 15/12/2006. IN RFB nº 807, de 11/01/2008. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH da posição 33.05.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 87, DE 21 DE SETEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 3305.90.00 "Ex" 01 - Condicionador capilar sem enxágue para crianças, contendo extrato orgânico de frutas, destinado a hidratar e condicionar os cabelos cacheados, úmidos ou secos, acondicionado em frasco plástico, denominado comercialmente Infantil Finalizador Cabelos Cacheados, marca Bio Extratus Kids.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto 97.409 de 23/12/88. Decreto nº 435, de 27/01/1992. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, publicado no D.O.U de 29/12/2006 e republicado no D.O.U de 08/01/2007. RGI-1ª (texto da posição 33.05), RGI-6 (texto da subposição 3305.90) e RGC/TIPI-1 ("Ex" 01 do código 3305.90.00) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI). IN SRF nº 697, de 15/12/2006. IN RFB nº 807, de 11/01/2008. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH da posição 33.05.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 88, DE 27 DE SETEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 3305.90.00 "Ex" 01 - Condicionador capilar para crianças, contendo extrato orgânico de frutas, destinado a hidratar e amaciar os cabelos cacheados, após a lavagem com shampoo, acondicionado em frasco plástico, denominado comercialmente Infantil Máscara para Cabelos Cacheados, marca Bio Extratus Kids.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto 97.409 de 23/12/88. Decreto nº 435, de 27/01/1992. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, publicado no D.O.U de 29/12/2006 e republicado no D.O.U de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

08/01/2007. RGI-1ª (texto da posição 33.05), RGI-6 (texto da subposição 3305.90) e RGC/TIPI-1 ("Ex" 01 do código 3305.90.00) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI). IN SRF nº 697, de 15/12/2006. IN RFB nº 807, de 11/01/2008. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH da posição 33.05.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 89,
DE 30 DE SETEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 3305.10.00 - Shampoo para cabelos lisos, contendo Panthenol, extrato de frutas e agentes condicionantes, para uso infantil, denominado comercialmente Infantil Shampoo para Cabelos lisos, marca Bio Extratus Kids.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto 97.409 de 23/12/88. Decreto nº 435, de 27/01/1992. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, publicado no D.O.U de 29/12/2006 e republicado no D.O.U de 08/01/2007. RGI-1ª (texto da posição 33.05) e RGI - 6ª (texto da subposição 3305.10) da Tabela de Incidência sobre Produtos Industrializados (TIPI). IN SRF nº 697, de 15/12/2006. IN RFB nº 807, de 11/01/2008. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH da posição 33.05.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 90,
DE 4 DE OUTUBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 3305.10.00 - Shampoo 2 em 1, contendo Panthenol, extrato de frutas e agentes condicionantes, para uso infantil, denominado comercialmente Infantil Shampoo 2 em 1, marca Bio Extratus Kids.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto 97.409 de 23/12/88. Decreto nº 435, de 27/01/1992. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, publicado no D.O.U de 29/12/2006 e republicado no D.O.U de 08/01/2007. RGI-1ª (texto da posição 33.05) e RGI - 6ª (texto da subposição 3305.10) da Tabela de Incidência sobre Produtos Industrializados (TIPI). IN SRF nº 697, de 15/12/2006. IN RFB nº 807, de 11/01/2008. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH da posição 33.05.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 91,
DE 25 DE OUTUBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma da Solução de Consulta SRRF/6ª RF/Diana no 52, de 27 de dezembro de 2007. Mercadoria: Ampola capilar contendo tutano de bambu, henna, melanina e tensoativos catiônicos, dentre outros componentes, destinada a fortalecer, realçar o brilho e realçar a cor dos cabelos escuros, com acondicionamento para venda a retalho em frasco plástico de 15 ml, denominada comercialmente de "Tratamento Instantâneo Tutboo Henna Bio Extratus" classifica-se no código 3305.90.00 da NBM/SH.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1ª (texto da posição 3305) e RGI - 6ª (texto da subposição 3305.90) da Tabela de Incidência sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, publicado no D.O.U de 29/12/2006 e republicado no D.O.U de 08/01/2007. IN SRF nº 697, de 15/12/2006. IN RFB nº 807, de 11/01/2008. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH da posição 33.05.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 92,
DE 28 DE OUTUBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Reforma da Solução de Consulta SRRF/6ª RF/Diana no 47, de 12 de dezembro de 2007. Mercadoria: Ampola capilar contendo tutano de bamboo, camomila, erva-doce, D'Pantenol e tensoativos catiônicos, dentre outros componentes, destinada a fortalecer, dar flexibilidade e luminosidade aos cabelos claros ou com mechas, com acondicionamento para venda a retalho em frasco plástico de 15 ml, denominada comercialmente de "Tratamento Instantâneo Tutboo Camomila Bio Extratus" classifica-se no código 3305.90.00 da NBM/SH.

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI-1ª (texto da posição 3305) e RGI - 6ª (texto da subposição 3305.90) da Tabela de Incidência sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, publicado no D.O.U de 29/12/2006 e republicado no D.O.U de 08/01/2007. IN SRF nº 697, de 15/12/2006. IN RFB nº 807, de 11/01/2008. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH da posição 33.05.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 93,
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010

ASUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC Mecadoria 8542.32.29 - Memória RAM montada, dinâmica, tipo DDR2 SDRAM (Double Data Rate 2 Syncronous Dynamic Random Acess Memory), modelo MV2BA8D-8005G Memória Markvision IC128Mx8 DDR2 800.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa nº 807, de 11/01/2008, Resolução Camex n° 43, de 22/12/2006, RGI-1 (texto da posição 85.42), RGI-6 (texto da suposição 8542.32), RGC-1, NESH da posição 85.42.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 94,
DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010

ASUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC Mercadoria 8542.32.29 - Memória RAM (Random Acess Memory) montada, dinâmica, tipo DDR2 SDRAM (Double Data Rate 2 Syncronous Dynamic Random Acess Memory), modelo Markvision DDR2 800(6) 68 nm BGA H/MI128x8-25 (MFG PN: MT47H128M8QJM-25J). Fabricante: Micron Technology, Inc.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa RFB nº 807, de 11/01/2008, Resolução Camex n° 43, de 22/12/2006, RGI-1 (texto da posição 85.42), RGI-6 (texto da suposição 8542.32), RGC-1, NESH da posição 85.42.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 95,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010

ASUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC Mercadoria 8542.32.29 - Memória RAM montada, dinâmica, tipo DDR2 SDRAM (Double Data Rate 2 Syncronous Dynamic Random Acess Memory), modelo MT47H128QJM-25:JTR. Fabricante: Micron Technology Inc.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa nº 807, de 11/01/2008, Resolução Camex n° 43, de 22/12/2006, RGI-1 (texto da posição 85.42), RGI-6 (texto da suposição 8542.32), RGC-1, NESH da posição 85.42.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 96,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 2010

ASUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC Mercadoria 8542.32.29 - Memória RAM montada, dinâmica, tipo DDR2 SDRAM (Double Data Rate 2 Syncronous Dynamic Random Acess Memory), modelo MV341G804B-25-EA Memória Markvision IC128MX8 DDR2 800.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa nº 807, de 11/01/2008, Resolução Camex n° 43, de 22/12/2006, RGI-1 (texto da posição 85.42), RGI-6 (texto da suposição 8542.32), RGC-1, NESH da posição 85.42.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 97,
DE 17 DE NOVEMBRO DE 2010

ASUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 8516.10.00 - Aquecedor elétrico de água de imersão. Nome vulgar: Ebulidor. Nome comercial: Resistência Ebulidor IMC. Modelos: em alumínio (167) e em cobre niquelado(167, 168 e 169A). Fabricante: Indústria de Aparelhos Elétricos IMC Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto 97.409 de 23/12/88. Decreto nº 435, de 27/01/1992. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, publicado no D.O.U de 29/12/2006 e republicado no D.O.U de 08/01/2007. RGI-1ª (texto da posição 85.16), RGI-6 (texto da subposição 8516.10) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI). IN SRF nº 697, de 15/12/2006. IN RFB nº 807, de 11/01/2008. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH da posição 85.16.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98,
DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010

ASUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 8708.99.90 - Tubo de direção hidráulica de alta pressão, composto de dois ou mais trechos de aço, com conectores tipo banjo ou roscado, de aço, luvas de alumínio, tubo de borracha de múltiplas camadas, e anéis de vedação em borracha. Fabricante: Dytech do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto n° 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa RFB n° 807, de 11 de janeiro de 2008, RGI-1 (texto da posição 87.08), RGI-6 (texto da subposição 8708.99), Nota 2 da Seção XV, Nota 2 da Seção XVI, Nota 3 da Seção XVII. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 99,
DE 19 DE NOVEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC Mecadoria 8542.32.29 - Memória RAM montada, dinâmica, tipo DDR2 SDRAM (Double Data Rate 2 Syncronous Dynamic Random Acess Memory), 800 MHZ, modelo HY5PS1G831CFP-S6-C, fabricante Hynix.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa nº 807, de 11/01/2008, Resolução Camex n° 43, de 22/12/2006, RGI-1 (texto da posição 85.42), RGI-6 (texto da suposição 8542.32), RGC-1, NESH da posição 85.42.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 100,
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC Mecadoria 8542.32.29 - Memória RAM montada, dinâmica, tipo DDR3 SDRAM (Double Data Rate 3 Syncronous Dynamic Random Access Memory), modelo SGG128M8V58BG8GFF-15E TR, 1033 MHZ, fabricante Spectek.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa nº 807, de 11/01/2008, Resolução Camex n° 43, de 22/12/2006, RGI-1 (texto da posição 85.42), RGI-6 (texto da subposição 8542.32), RGC-1 (texto do item e subitem 8542.32.29), NESH da posição 85.42.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 101,
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC Mecadoria 8542.32.29 - Memória RAM montada, dinâmica, tipo DDR2 SDRAM (Double Data Rate 2 Syncronous Dynamic Random Acess Memory), 800 MHZ, modelo M47H128MCFR 25H: G TR, fabricante Micron.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa nº 807, de 11/01/2008, Resolução Camex n° 43, de 22/12/2006, RGI-1 (texto da posição 85.42), RGI-6 (texto da suposição 8542.32), RGC-1, NESH da posição 85.42.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 102,
DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC Mecadoria 8542.32.29 - Memória RAM montada, dinâmica, tipo DDR2 SDRAM (Double Data Rate 2 Syncronous Dynamic Random Acess Memory), 800 MHZ, modelo SGG128M8U68AOACCF-25, fabricante Spectek.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa nº 807, de 11/01/2008, Resolução Camex n° 43, de 22/12/2006, RGI-1 (texto da posição 85.42), RGI-6 (texto da suposição 8542.32), RGC-1, NESH da posição 85.42.

ELZA SERRÃO DE VASCONCELOS
Chefe da Divisão

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 103, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 1902.30.00 - Massa para lasanha e canelone, pré-cozida, sem recheio, composta de farinha de trigo, ovos, água e sal, acondicionada em embalagem plástica contendo 500g. Marca: Massas Volpe. Fabricante: Volpi e Vito Indústria e Comércio Alimentício Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto n° 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa RFB n° 807, de 11 de janeiro de 2008, RGI-1 (texto da posição 19.02), RGI-6 (texto da subposição 1902.30). Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH.

WILLIAM LARA
Chefe da Divisão
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 104, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TIPI Mercadoria 6810.99.00 - Tubo de Concreto pré-moldado para rede hidrográfica e pluvial. Fabricante: Artec - Artefatos de Cimento Ltda.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto n° 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa RFB n° 807, de 11 de janeiro de 2008, RGI-1 (texto da posição 68.10), RGI-6 (texto da subposição 6810.99). Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH.

Chefe da Divisão
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 105, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código TEC Mecadoria 8542.32.29 - Memória RAM montada, dinâmica, tipo DDR3 SDRAM (Double Data Rate 3 Syncronous Dynamic Random Acess Memory), modelo MT41J128M8JP, Fabricante Micron.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa nº 807, de 11/01/2008, Resolução Camex n° 43, de 22/12/2006, RGI-1 (texto da posição 85.42), RGI-6 (texto da suposição 8542.32), RGC-1, NESH da posição 85.42.

Chefe da Divisão
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 106, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TEC MERCADORIA 8705.90.90 - Caminhão Volvo Modelo FM Series, contendo um dispositivo de raios X, cuja finalidade é de inspeção de cargas convencionais, caminhões, contêineres marítimos e outros tipos de contêineres montados sobre caminhões, garantindo que as mercadorias sejam vistoriadas de forma eficiente e segura, nos portos, aeroportos, rodovias, centros de logísticas e fronteiras. Este conjunto é denominado "Sistema Móvel de Inspeção de Contêineres/Veículos Thuscan MT1213LH", fabricante Nuctech Company Limited.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 97.409, de 23/12/1988, Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, Instrução Normativa SRF n° 697, de 15/12/2006, Instrução Normativa nº 807, de 11/01/2008, Resolução Camex n° 43, de 22/12/2006, RGI-1 (texto da posição 87.05), RGI-6 (texto da suposição 8705.90), RGC-1 (texto do item e subitem 8705.90.99), Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH da posição 87.05.

WILLIAM LARA
Chefe da Divisão
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 107, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: CÓDIGO TIPI MERCADORIA 1602.32.00 - Preparação alimentícia denominada comercialmente "Moela de Frango ao Molho de Tomate Congelada" contendo moela, polpa de tomate, margarina vegetal e condimentos e temperos diversos, congelada e embalada em caixas de 500g, marca registrada Pif Paf.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto 97.409 de 23/12/88. Decreto nº 435, de 27/01/1992. Decreto nº 6.006, de 28/12/2006, publicado no D.O.U de 29/12/2006 e republicado no D.O.U de 08/01/2007. RGI-1ª (texto da posição 16.02) e RGI - 6ª (texto da subposição 1602.32) da Tabela de Incidência sobre Produtos Industrializados (TIPI). IN SRF nº 697, de 15/12/2006. IN RFB nº 807, de 11/01/2008. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado - NESH da posição 16.02.

WILLIAM LARA
Chefe da Divisão
Substituto

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 168 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº095, de 30 de abril de 2007, publicada no D.O.U. de 02 de maio de 2007, e com base no preceituado nos artigos 81, caput, e 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e no artigo 43 da Instrução Normativa do Secretário da Receita Federal do Brasil nº 748, de 28 de junho de 2007, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ relacionada abaixo, sujeitando-se o contribuinte aos efeitos previstos no artigo 44 a 46 da Instrução Normativa RFB nº 1005, de 2010, sendo considerados inidôneos os documentos por ele emitidos, a partir de 14 de abril de 2010.

A declaração de inaptidão baseia-se na ausência de atividade da fiscalizada e o não atendimento a intimação que solicitara a regularização cadastral resultado do Edital de Intimação nº 50, de 20 de julho de 2010, publicado no D.O. U. nº 141, de 26 de julho de 2010, às fls.49, Seção 3, tendo sido constatada a inexistência de fato do contribuinte, de acordo com o inciso II do art. 28 c da Instrução Normativa RFB nº 1005, de 2010.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

Empresa:	CNPJ nº:	Processo. nº:	Efeitos da inaptidão a partir de:
Vip Green comercio de Veículos Ltda.	06.916.144/0001-79	11052.000195/2010-89	14/04/2010

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Declara a inaptidão da inscrição da sociedade perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelos artigos 280, 284, 284-A, 285 e 292, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 125, de 04 de março de 2009, publicada no DOU de 06 de março de 2009, com as alterações da Portaria MF n° 206, de 03 de março de 2010, publicada no DOU de 04 de março de 2010, com base nos artigos 81 e 82 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1005, de 08 de fevereiro de 2010, resolve:

Tornar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da sociedade G PLUS INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 04.039.159/0001-70, conforme artigo 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1005, de 08 de fevereiro de 2010, sendo considerados inidôneos os documentos por ela emitidos a partir de 21 de janeiro de 2009.

A presente declaração de inaptidão baseia-se na não localização da sociedade no endereço constante do CNPJ, de acordo com o artigo 39, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1005, de 08 de fevereiro de 2010, e em conformidade com os registros contidos no Processo Administrativo nº 10074.001942/2010-85.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÔNICA PAES BARRETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 7 DE OUTUBRO DE 2010

Concede inscrição no registro especial para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - II , no uso da atribuição que lhe confere o art. 285 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, com as alterações previstas na Portaria MF nº 206, de 03 de março de 2010 e tendo em vista o disposto no artigo 2º, da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações introduzidas pelas Instruções Normativas RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder a inscrição nº GP-07109/043 no registro especial de que trata o art. 1º, § 1º, inciso V (gráfica) da IN/RFB nº 976/2009, alterada pelas IN/RFB nº 1.011/2010 e IN/RFB nº 1.048/2010, ao estabelecimento da empresa ALTIVA GRÁFICA E EDITORA LTDA, CNPJ 33.581.745/0001-40, situado na Av. Segal, 40 - Del Castilho - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20771-590, requerida no processo administrativo nº 10768.003198/2010-45.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

Concede inscrição no registro especial para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - II , no uso da atribuição que lhe confere o art. 285 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, com as alterações previstas na Portaria MF nº 206, de 03 de março de 2010 e tendo em vista o disposto no artigo 2º, da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações introduzidas pelas Instruções Normativas RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder a inscrição nº UP-07109/053 no registro especial de que trata o art. 1º, § 1º, inciso II (usuário) da IN/RFB nº 976/2009, alterada pelas IN/RFB nº 1.011/2010 e IN/RFB nº 1.048/2010, ao estabelecimento da empresa DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS GALLIO LTDA, CNPJ 04.615.174/0001-10, situado na Rua Coronel Tamarindo, 4.010 - Senador Camará - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21843-702, requerida no processo administrativo nº 15455.002552/2010-61.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

Concede inscrição no registro especial para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - II , no uso da atribuição que lhe confere o art. 285 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, com as alterações previstas na Portaria MF nº 206, de 03 de março de 2010 e tendo em vista o disposto no artigo 2º, da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, com as alterações introduzidas pelas Instruções Normativas RFB nº 1.011, de 23 de fevereiro de 2010 e IN/RFB nº 1.048, de 29 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Conceder a inscrição nº GP-07109/054 no registro especial de que trata o art. 1º, § 1º, inciso V (gráfica) da IN/RFB nº 976/2009, alterada pelas IN/RFB nº 1.011/2010 e IN/RFB nº 1.048/2010, ao estabelecimento da empresa JPK GRÁFICA E EDITORA LTDA, CNPJ 10.919.337/0001-50, situado na Rua Curitiba, 538-parte - Realengo - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 21730-240, requerida no processo administrativo nº 10872.000526/2010-64.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ AUGUSTO DO COUTO CHAGAS

8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

Concede Regime Especial de Emissão de Documentos e Escrituração de Livros Fiscais, com vigência até 28 de fevereiro de 2011, para a empresa que menciona.

O SUPERINTENDENTE-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida no artigo 5º da Instrução Normativa SRF nº 85, de 11 de outubro de 2001, publicada no DOU de 16/10/2001, tendo em vista o Parecer da Diretoria Executiva da Administração Tri-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

butária da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo, no processo UA-51175 Nº 585442/2005, datado de 09/02/2006, e o que consta no processo administrativo nº 10880.002361/2006-80, declara:

Art. 1º - Concedo à empresa SCANIA LATIN AMERICA LTDA., CNPJ (MF) nº 59.104.901/0001-76 e Inscrição Estadual nº 635.010.727.112, com domicilio tributário na Avenida José Odorizzi nº 151, Vila Euro, São Bernardo do Campo - SP, o Regime Especial de Emissão de Documentos e Escrituração de Livros Fiscais que lhe permite emitir e utilizar o documento interno denominado "Guia de Trânsito para Embalagens Retornáveis", em substituição à Nota Fiscal prevista no artigo 131, do RICMS/2000, para acompanhar a movimentação de embalagens retornáveis entre seus estabelecimentos e os de empresas fornecedoras, e a emitir mensalmente Nota Fiscal totalizadora para documentar as referidas movimentações.

Art. 2º - O documento interno ora autorizado conterá, no mínimo, as seguintes indicações:

I - a denominação: "Guia de Trânsito para Embalagens Retornáveis";

II - o número de ordem, a série e o número da via;

III - os dados cadastrais do emitente (razão social, endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ);

IV - o local e data da emissão;

V - a natureza da operação de que ocorrer a saída: remessa ou retorno;

VI - os dados cadastrais do destinatário (razão social, endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ);

VII - a discriminação das embalagens: quantidade, marca, tipo, modelo, espécie e demais elementos que permitam sua perfeita identificação;

VIII - o nome do transportador, endereço e o número da placa do veículo;

IX - o nome, o endereço e os números de inscrição, estadual e no CNPJ, do impressor do documento, a data e a quantidade de documentos impressos, número de ordem do primeiro e do último documento impresso e o número da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais - AIDF.

X - a expressão: "Procedimento autorizado por Regime Especial - Processo UA-51175-585442/2005 e Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 02/2011".

§ 1º - As indicações dos incisos I, II, III, IX e X serão impressas tipograficamente.

§ 2º - O documento interno ora autorizado será emitido no mínimo em 02 (duas) vias, que terão a seguinte destinação:

1 - a 1ª via acompanhará o transporte das embalagens, permanecendo em poder do estabelecimento destinatário;

2 - a 2ª via ficará presa ao bloco à disposição do Fisco.

Art. 3º - Cada veículo que transportar mercadorias nos termos deste Regime Especial deverá portar uma cópia deste Ato Declaratório Executivo para ser exibido à fiscalização de trânsito, se for exigido.

Art. 4º - Aplicam-se ao documento interno ora autorizado as disposições previstas nos Regulamentos do ICMS e do IPI para a impressão, emissão, guarda e conservação, pelo prazo regulamentar, de documentos fiscais.

Art. 5º - No último dia útil de cada mês, com base no documento interno previsto no artigo 2º, a interessada emitirá Nota Fiscal, a fim de documentar as remessas ou retornos das embalagens ocorridas no período.

Art. 6º - A Nota Fiscal de que trata o artigo anterior será emitida por destinatário, englobando-se numa mesma Nota Fiscal as várias remessas ou retornos a ele efetuadas no período mensal respectivo, indicando-se no corpo da Nota Fiscal os números das "Guias de Trânsito para Embalagens Retornáveis" correspondentes.

Parágrafo único - Os documentos fiscais de que trata este artigo serão escriturados regularmente no período de apuração correspondente ao mês de sua emissão.

Art. 7º - Este Regime Especial terá vigência até 28 de fevereiro de 2011, devendo a interessada, se assim entender, solicitar a sua prorrogação antes da expiração de seus efeitos.

Art. 8º - Cessarão imediatamente os efeitos deste Ato Declaratório Executivo, independentemente de qualquer notificação do Fisco, nas hipóteses de:

I - superveniência de norma legal conflitante com as disposições estabelecidas pelo presente Regime Especial, e

II - modificação dos dados cadastrais da requerente (razão social, endereço, inscrição estadual e CNPJ) sem as respectivas solicitações de alteração perante a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo, conforme estabelece o artigo 485 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 45.490, de 30/11/2000, e à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 9º - Este Regime Especial poderá ser estendido, mediante averbação, a outros estabelecimentos da empresa interessada, de acordo com o disposto nos artigos 9º a 12 da Instrução Normativa SRF nº 85/2001.

Art. 10 - Este Regime Especial que não dispensa a interessada e os terceiros intervenientes do cumprimento das demais obrigações, principal e acessórias, previstas nos Regulamentos do ICMS e do IPI, poderá ser alterado, suspenso, revogado ou cassado, a qualquer tempo a critério do Fisco, nos termos do disposto nos artigos 14 a 17 da Instrução Normativa SRF nº 85/2001.

Art. 11 - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO BARRETO DE ARAÚJO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo n° 13, de 7 de fevereiro de 2011, publicado no DOU em 09/02/2011, Seção 1, página 13:

Onde lê-se: PROCESSO: 13.807.009661/2010-47
CONTRIBUINTE: FUJITSU GENERAL, LTD.
CNPJ: 05.470.479/0001-43
Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

Leia-se: PROCESSO: 13.807.009661/2010-47
CONTRIBUINTE: FUJITSU GENERAL, LTD.
CNPJ: 05.720.288/0001-92
Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Anular inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 1° da Portaria de Delegação de Competência n° 199, publicada no DOU em 02 de setembro de 2003, convalidada pela Portaria nº 169, de 02 de maio de 2007, publicada no DOU em 16/05/2007 resolve:

Anular as inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos contribuintes descritos abaixo. A anulação da inscrição é motivada pela constatação de mais de um número de inscrição para a mesma pessoa jurídica (multiplicidade de inscrição do CNPJ), conforme previsto no inciso I do art.. 35 da Instrução Normativa nº 1.005 de 08/02/2010.

PROCESSO: 13.807.009250/2009-18
CONTRIBUINTE: MDA. ATELIER LTDA. ME.
CNPJ: 06.890.609/0003-21
Data de cancelamento: efeitos a partir da data de abertura da inscrição

LEANDRO AUGUSTO MAZZEI BATISTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Declara canceladas as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas.

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 1° da Portaria de Delegação de Competência n° 199, publicada no DOU em 02 de setembro de 2003, convalidada pela Portaria nº 169, de 02 de maio de 2007, publicada no DOU em 16/05/2007 resolve:

Declarar CANCELADAS as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, abaixo relacionadas, por determinação judicial, conforme o disposto no art. 30, inciso IV, e art. 31 da IN/RFB nº 1.042 de 10 de junho de 2010.

PROCESSO: 14311.000018/2011-73
CONTRIBUINTE: FRANCISCO ROBERTO SALLES
CPF: 304.495.888-15

LEANDRO AUGUSTO MAZZEI BATISTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Declara insubsistente a exclusão da Pessoa Jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, no uso de suas atribuições, conforme art. 280, inciso VI do Regimento Interno da RFB aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de Março de 2009, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, declara:

Art. 1º Tornar insubsistente a exclusão do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, realizada por meio do ADE DRF/SBC/SEORT Nº 004/2006, publicado no DOU em 31/01/2006, da pessoa jurídica abaixo discriminada, tendo em vista o disposto no DESPACHO DECISÓRIO EQPAR/SECAT/N°143 /2010, de 28 de outubro de 2010 proferido no processo 13816.000157/2006-96.

CNPJ: 74.320.037/0001-33

Art. 2º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO RIEGER DE MELLO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, e tendo em vista o disposto no artigo 81, § 5º da Lei nº 9.430/96 e nas disposições contidas no artigo 41, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, declara INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da sociedade KGM PLÁSTICOS LAMINADOS LTDA., CNPJ 61.252.490/0001-08, por não ser localizada no endereço informado à RFB, conforme artigo 39, inciso II, combinado com artigo 41, incisos I e II, da mesma Instrução Normativa. Pelo que consta no processo administrativo nº 16024.000241/2010-09, será considerado inidôneo, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica acima identificada, a partir da data da publicação do presente ADE, conforme previsto no artigo 45, § 3º, inciso I, alínea "b", da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELO CELSO BOSSO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Sorocaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, e tendo em vista o disposto no artigo 81, § 5º da Lei nº 9.430/96 e nas disposições contidas no artigo 41, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, declara INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da sociedade EMPRESA CONSTRUTORA WRS LTDA. ME, CNPJ 08.865.256/0001-73, por não ser localizada no endereço informado à RFB, conforme artigo 39, inciso II, combinado com artigo 41, incisos I e II, da mesma Instrução Normativa. Pelo que consta no processo administrativo nº 16024.000210/2010-40, será considerado inidôneo, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, os documentos emitidos pela pessoa jurídica acima identificada, a partir da data da publicação do presente ADE, conforme previsto no artigo 45, § 3º, inciso I, alínea "b", da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ÂNGELO CELSO BOSSO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 4º da Ordem de Serviço nº 2, de 28 de outubro de 2010, da Superintendência da Receita Federal do Brasil - 8ª RF, resolve:

Art. 1º Cancelar no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, a seguinte inscrição:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8A.10.938	PAULO HENRIQUE VÍTOR	260.374.868-83	10860.000604/05-01

Art. 2º Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros a seguinte inscrição:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8D.06.012	PAULO HENRIQUE VÍTOR	260.374.868-83	12452.000299/10-43

Art. 3º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes inscrições:

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PROCESSO Nº
8A.15.274	NILTON SILLOS NETO	220.715.018-61	12452.000296/10-18
8A.15.275	MILTON LOBATO SANTOS JUNIOR	294.722.638-01	12452.000343/10-15
8A.15.276	REMO SANCHES NOVAES	314.491.378-22	10314.013227/10-15

Art. 4º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAILTON DE PAULA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

EDUARDO TORRES SIMÃO, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD nº 1495288, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 235, de 05 de agosto de 2010, publicada no DOU de 06 de agosto de 2010, atendendo à SAT nº 246, de 23/06/2010, e ao que consta do Processo 10314.007861/2010-19, em tramitação nesta Inspetoria, declara, com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009, que, após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o veículo marca Toyota, modelo Lexus, ano-fabricação 2007, ano-modelo 2007, chassi JTJHT00W674015308, cor preta e seus respectivos equipamentos de série, pertencente a Consulado Geral do Japão em São Paulo, desembaraçado com privilégio diplomático, através da declaração de importação nº 07/0649497-5, na Alfândega Porto de Santos, em 24/05/2007, estará liberado para fins de transferência de propriedade para Consulado Geral do Japão em São Paulo, dispensado o pagamento de tributos por efeito da depreciação total do bem, em conformidade com o disposto nos artigos 13 a 15 da IN-SRF-338/2003.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO TORRES SIMÃO

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011

Cancela inscrição no CPF.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA - PR, no uso da atribuição que lhe é conferida pelos artigos 30 e 31 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.042, de 10 de junho de 2010, declara:

Artigo único. Canceladas as inscrições no Cadastro de Pessoa Física (CPF) abaixo identificadas, tendo em vista a constatação de multiplicidade de inscrição, conforme apurado no respectivo processo administrativo fiscal.

CONTRIBUINTE	CPF	PROCESSO
CLAUDENIR MEIRA DOS SANTOS	086.193.499-70	10980.000101/2011-17
CLAUDENIR MEIRA DOS SANTOS	088.288.439-50	10980.000101/2011-17
CLAUDENIR MEIRA DOS SANTOS	090.424.779-11	10980.000101/2011-17
CLAUDENIR MEIRA DOS SANTOS	093.865.049-10	10980.000101/2011-17

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com fundamento nos artigos 81 e 82 da Lei nº 9430, de 27 de dezembro de 1996, artigo 41, incisos I e II, da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, com efeitos previstos nos artigos 44 e 45 da referida IN, declara:

Artigo 1º. Inaptas as inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificadas, conforme constatado nos respectivos Processos Administrativos Fiscais, caracterizando as empresas como inexistentes de fato.

Artigo 2º. Tributariamente ineficazes os documentos emitidos por estas empresas, a partir da data informada.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO	DATA DE INAPTIDÃO
CATARATAS IND E COM DE LIVROS LTDA	02.602.898/0001-01	19615.000644/2009-44	01-03/2007

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com fundamento nos artigos 81 e 82 da Lei nº 9430, de 27 de dezembro de 1996, artigo 41, incisos I e II, da Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, com efeitos previstos nos artigos 44 e 45 da referida IN, declara:

Artigo 1º. Inaptas as inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificadas, conforme constatado nos respectivos Processos Administrativos Fiscais, caracterizando as empresas como inexistentes de fato.

Artigo 2º. Tributariamente ineficazes os documentos emitidos por estas empresas, a partir da publicação deste ato.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO
TILEVA TRANSP RODOVIÁRIOS LTDA	08.289.457/0001-70	10945.000894/2010-10

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, com fundamento nos artigos 81 e 82, da Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e no artigo 42, § 2º da IN RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, com efeitos previstos nos artigos 44 e 45 da referida IN, declara:

Artigo 1º. Inaptas as inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificadas, conforme constatado nos respectivos Processos Administrativos Fiscais, caracterizando as empresas, por Práticas Irregulares em Operações de Comércio Exterior.

Artigo 2º. Tributariamente ineficazes os documentos emitidos por estas empresas, a partir da data informada.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO	DATA DE INAPTIDÃO
VANDERLEI EVANDRO DOMANSKI	09.007.083/0001-15	12457.010324/2009-13	24/06/2008
BIRANI & BRANDÃO LTDA	08.306.325/0001-09	10945.001089/2010-03	19/06/2008

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Declara o cancelamento de inscrição que menciona no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), por óbito.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 280, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, fundamentado no inciso II do artigo 26, art. 30 inciso II e art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010, e considerando a análise constante dos autos do processo administrativo nº 10920.005428/2007-03, declara:

Art. 1º CANCELADAS, de ofício, as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) conforme anexo I, por motivo de óbito.

Art. 2º Este ato declaratório executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIM BARTHOS

ANEXO I

NOME	CPF	NOME	CPF
Alfredo da Veiga Coutinho	248.157.999-20	Helogio da Cunha	889.907.299-04
Nelson Ott	791.591.179-15	Helena Borger Rohling	989.776.799-15
Angela Maria Cercal	789.219.709-59	Paulina Maria dos Santos	218.925.639-91
Antonio Leônidas Brandão	381.463.809-30	Edílson Rodrigues dos Santos	674.076.419-00
Rosalina Lehnkuhl	719.906.829-87	Maria do Carmo Ferreira Santos	016.232.059-05
Jorimar dos Santos	496.982.579-34	Joana Sabel Sadzinski	031.157.489-06
Francisca Alice Rodrigues	323.046.689-68	Marli Schmitz Novaes	920.269.159-20
Fernando Eduardo Simas	153.803.519-72	Helena Borges de Jesus	660.301.299-53
Roque da Costa Silva	111.037.879-34	Francisca Ferreira da Silva	015.764.189-95
Maria Lopes	611.571.719-15	Maura Gonçalves da S Fernandes	005.227.949-98
Nair Vandrech	497.556.840-72	Ademilson Marcolla	713.458.769-04
Ozires José Vitorino Bogo	613.607.839-20	Milton Antonio Silvano	521.891.209-34
Florentina Maria Fernández	016.389.979-77	Luiz Lorrenzzetti	081.763.539-49
Algomiro de Oliveira	176.098.529-53	Pedro Buono	447.266.869-68
Altemir Stefen	789.213.259-72	Nilta Amorim Marques	034.720.919-08
Orlando Pereira	031.890.418-73	Vandrigo Vieira	052.888.069-18
João Ambrozio de Amorim	174.095.439-49	Pedro Damião Correa	071.911.849-22
Vergina Chiquetti klaumann	049.995.519-69	Aroldo Donbroski	312.911.129-87
Sebastião da Costa Cidral Filho	719.797.359-72	Eder Marcos Petri	047.606.589-55
Nair Valentim Izo	684.416.579-04	Edeme Porto Bez	440.409.209-10

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Declara o cancelamento de inscrição que menciona no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), por óbito.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 280, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, fundamentado no inciso II do artigo 26, art. 30 inciso II e art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010, e considerando a análise constante dos autos do processo administrativo nº 10920.005428/2007-03, declara:

Art. 1º CANCELADAS, de ofício, as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) conforme anexo I, por motivo de óbito.

Art. 2º Este ato declaratório executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIM BARTHOS

ANEXO I

NOME	CPF	NOME	CPF
Mario Wendt	311.976.399-34	Anna Poteraiko dos Santos	788.533.709-04
Fermino Brandão	010.475.499-05	Maria Rosalina Schneider	486.620.469-91
José Antonio Bonato	628.075.609-20	Sergio Mondini	181.949.239-72
Luzia Schmitz da Costa	755.169.909-06	Leonir Maria da Cruz	481.102.809-00
Selma da Silva	043.082.309-69	Turíbio Engels Boing	092.401.369-91
Antonio Alves Simões	452.796.409-72	Valdevino Bagio Baskiroti	163.140.429-68
Rosina Rofini	008.751.229-73	Geraldina Maia Bagattoli	988.006.989-72
Mafalda Salvador Fortunato	486.599.839-04	Alicia Werdiana	055.527.079-31
Evaldo Blazius	511.947.249-49	José Moura	081.628.759-72
José Pedro Steil	217.691.259-49	Simone Jaqueline Schroeder	712.868.969-91
Rosane Maria Giehl Cavaleiro	655.379.129-53	Nelson Luis Klein	965.491.909-59
Vilmar Chegatti	249.062.809-78	Donina de Bitencourt Boaventura	020.822.479-37
Amélia Stascovian Mregblud	988.149.159-20	Israel Marcelino Alves	902.347.409-06
Annibal Francesconi do Valle	061.131.338-34	Merentina Gomes de Oliveira	293.698.009-72

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Zuleide Antonello Rabelo	478.446.129-91	Avelino Sarmento	528.969.279.72
Leonora Glasenapp Hase	853.535.909-53	Assis Teixeira Alves	306.553.159-34
Arvelino Pereira	010.430.869-94	Irene Trapp	600.245.009-25
Benta Caetano	753.716.779-68	Delourdes Cidral da Costa	007.194.379-03
Mauri Francisco Tavares	063.291.089-51	Pedro Jacinto	019.095.509-06
João Batista Leandro	890.891.389-00	Raimundo Maria Pereira	052.541.919-53

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Declara o cancelamento de inscrição que menciona no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), por óbito.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 280, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, fundamentado no inciso II do artigo 26, art. 30 inciso II e art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010, e considerando a análise constante dos autos do processo administrativo nº 10920.005428/2007-03, declara:

Art. 1º CANCELADAS, de ofício, as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) conforme anexo I, por motivo de óbito.

Art. 2º Este ato declaratório executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIM BARTHOS

ANEXO I

NOME	CPF	NOME	CPF
Salvador Fagundes de Oliveira Fº	399.597.409-00	Eurides de Assis	119.214.120-20
Teresa Alves Correia	517.587.849-20	Miguel Cardoso	710.624.409-00
Maria José dos Passos	948.979.139-34	João Ferreira dos Santos	165.961.029-04
Rudimar Coelho	817.139.919-34	Eduvirges Ernestino de Mello	247.974.809-04
Natalia de Assis Pereira	607.103.579-15	Antonio da Silva	458.699.369-34
Floriano Jesus de Sena	050.719.685-68	Francisco de Assis Luiz	464.249.038-68
Germano Benvenutti	010.976.019-00	Maria Ap. da Rosa Guaitolini	725.146.559-00
Luiz Victor Silva	069.113.809-52	Maria Delfina Lopes	015.361.219-32
Leonor Perez de Lima	066.621.989-35	Alair Fernandes Dias	684.265.509-91
Julia Voltolini Pezzi	057.590.709-67	Judit Alves Luiz	014.843.609-90
Sonia Regina Camilo Mauricio	704.842.609-87	Paulo Severino da Silva	194.326.829-00
Miguel Edu Basso	255.866.100-00	Carlos Manoel Dutra	294.629.599-00
João Lemos	418.192.099-20	Lucinéia Gonçalves da Silva	006.611.709-77
Laurentino José Spada	089.954.780-04	Elizeu Machado da Silveira	750.814.319-15
Everton Forneck Amâncio	062.542.639-80	Sidinei Tavares de Oliveira	251.683.308-35
Jair Pereira	311.943.469-87	Mario Wilson Wendt	029.918.269-08
Zaqueo Lino André	529.251.109-91	João Januário de Oliveira	166.456.429-20
Hercílio da Maia Silva	248.304.889-72	Márcia Regina Hoffmann	035.434.449-80
Miguel Felisardo	837.158.438-53	Oscar Fernandes de Abreu	096.031.318-49
Walfredo Sonego	307.302.208-26	Darcy José Pereira	006.531.449-20

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Declara o cancelamento de inscrição que menciona no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), por óbito.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 280, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, fundamentado no inciso II do artigo 26, art. 30 inciso II e art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010, e considerando a análise constante dos autos do processo administrativo nº 10920.005428/2007-03, declara:

Art. 1º CANCELADAS, de ofício, as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) conforme anexo I, por motivo de óbito.

Art. 2º Este ato declaratório executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIM BARTHOS

ANEXO I

NOME	CPF	NOME	CPF
Fabiane Gonçalves Pereira	071.388.169-01	Carlos Waldemar do Rosário	350.929.129-87
Letícia Machado Hoepers	377.299.509-87	Maria Cordeiro Brenneisen	924.112.079-72
Jaci Macedo de Andrade	884.325.309-30	Osni Bayer	548.091.349-20
Sidio Richter	256.940.659-72	Domingos Simões	312.898.519-72
Severino Carvalho de Souza	727.092.789-87	Josina Maria do Patrocínio	902.852.639-00
Luzia de Oliveira	011.085.139-05	Annita Briesemeister	948.056.799-72
Eloi Faria	853.890.489-20	Joaquim Manoel Vieira Filho	293.704.509-04
Dulce Back Luz	683.987.789-20	Thecla Wolf Saramento	040.561.689-97
Jose Plácido	010.795.659-49	Pedro de Moraes	293.492.579-04
Joanna Dias Ochner	860.296.069-72	Francisco Correia de Moraes	062.906.639-68
Herri Ilhéo	019.582.329-04	Valdeci Carvalho de Oliveira	454.892.119-20
Maria de Ávila de Souza	518.968.509-87	Ondina Gonçalves	556.048.899-20
Dalila Silveira dos Santos	418.678.829-49	Mônica Bondoski	881.175.889-00
Ariel Cardozo	293.789.319-87	Rosa Silva Justino	016.091.729-81
João Agostinho Tobler	478.438.029-91	Leonides Schneider	222.837.229-34
Lucilla schwarz e Lima	003.563.899-01	Donilia de Sousa	050.467.999-60
Maria Delair Berndt	926.018.557-20	Adair Alodias Bechtloff	791.949.159-20
Walter Nessler	050.694.409-34	Rose Maria de Souza	854.041.109-10
Thereza Mariano Bueno	401.306.739-00	Nadir Emmenderfer	720.633.199-87
Dulce da Veiga	821.886.459-87	Leonidio de Oliveira	654.199.369-68

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Declara o cancelamento de inscrição que menciona no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), por óbito.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 280, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, fundamentado no inciso II do artigo 26, art. 30 inciso II e art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010, e considerando a análise constante dos autos do processo administrativo nº 10920.005428/2007-03, declara:

Art. 1º CANCELADAS, de ofício, as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) conforme anexo I, por motivo de óbito.

Art. 2º Este ato declaratório executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO BENJAMIM BARTHOS

ANEXO I

NOME	CPF	NOME	CPF
Elias Heiler	222.844.009-49	Jose Martins	049.373.769-34
Yvany Kubiak Rhenius	032.477.709-41	Hercílio Policarpo da Costa	466.407.549-91
Sebastiana Rodrigues Machado	874.581.879-72	Zenaide Nandi Medeiros	895.204.249-20
Olimpio Jose Rosa	066.702.459-04	Carmelita da Silva	382.097.489-04
Adelaide da Silva Wanka	727.342.569-91	João Ignácio Filho	420.177.009-59
Davia Maria Correa	639.470.309-59	Juvenal dos Santos Baptista	218.723.689-72
Luiz Carlos de Oliveira	181.561.699-72	Helena Probst Schüssler	936.328.199-04
Pedro Cardoso de Meira Neto	597.015.369-91	Sandra Mari do Rocio Vernich	005.555.959-00
Erich Liermann	081.682.459-20	Waldemar Casas	217.532.379-04
Genoefa Gerardi da Silveira	250.509.518-36	Samuel Beilke	970.753.539-34
Célia Gonçalves Ferreira	720.480.699-91	Jose Antonio Paulo	561.165.009-00
Miguel Franco da Rocha Neto	356.928.559-68	Gerani Machado de Oliveira	920.335.399-20
Edelza Maximina De Lima	048.734.709-94	Francisco Lexandre	066.822.519-04
Paulo Roberto Aguiar	288.881.899-04	Ezilton Budant	124.058.929-87
Jose Acacio Moreira	009.806.219-09	Elza Cunha	501.060.159-15
Mercedes Borges	015.384.029-39	Maria Paula Da Silva	384.003.249-00
Jose Hilario Vailuti	434.514.899-53	Iderico Jose Sabel	180.487.149-49
Felis Antonio Da Gloria	597.208.089-34	Maria Aparecida Valentim Izo	955.751.209-10
Alceu Joao Vieira	420.189.359-68	Ananias Dos Santos	121.867.759-72
Elvira Gaspareto	072.883.969-59	Lily Marta Wegener	889.885.899-04

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas, segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE-SC, no uso da competência delegada pela Portaria RFB nº 1.069, de 4 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), e no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 866, de 6 de agosto de 2008, declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 3º As classes de enquadramento previstas neste ADE aplicam-se apenas aos produtos fabricados no País.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO BENJAMIN BARTOS

ANEXO ÚNICO

ENQUADRAMENTO DE PRODUTOS PARA EFEITO DE CÁLCULO E PAGAMENTO DO IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
03.408.722/0001-78	KISLLA APPLE	De 181ml até 375ml	2206.00.90	B
03.408.722/0001-78	KISLLA APPLE	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
03.408.722/0001-78	KISLLA LEMON	De 181ml até 375ml	2206.00.90	B
03.408.722/0001-78	KISLLA LEMON	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
03.408.722/0001-78	KISLLA MARACUJA	De 181ml até 375ml	2206.00.90	B
03.408.722/0001-78	KISLLA MARACUJA	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
03.408.722/0001-78	KISLLA RED FRUITS	De 181ml até 375ml	2206.00.90	B
03.408.722/0001-78	KISLLA RED FRUITS	De 671ml até 1000ml	2206.00.90	D
04.799.053/0001-75	FEIN SCHINAPS (AGUARDENTE SIMPLES DE PLANTAS OU DE FRUTAS)	De 181ml até 375ml	2208.90.00	I
04.799.053/0001-75	FEIN SCHINAPS (AGUARDENTE SIMPLES DE PLANTAS OU DE FRUTAS)	De 376ml até 670ml	2208.90.00	P
05.897.662/0002-00	SPEVITA COCO	De 671ml até 1000ml	2208.70.00	L

10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Inscreve no Registro Especial e autoriza o engarrafamento dos produtos que menciona.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 280 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 125, de 4 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 6 de março de 2009, considerando o disposto no inciso II, § 1º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, o despacho exarado no processo n° 11020.000046/2011-78, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/118 como engarrafador de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa Indústria de Vinhos Zanella Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 04.995.207/0001-02, situado na Linha Rosita, s/n, no município de São Marcos - RS.

Artº 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Tinto Seco	Paladar	2204.21.00	não retornável	750 e 870 ml
Vinho Tinto Seco	Paladar	2204.21.00	não retornável	1.480 e 1.980 ml
Vinho Tinto Seco	Paladar	2204.29.00	não retornável	4.550 ml
Vinho Tinto Suave	Paladar	2204.21.00	não retornável	750 e 870 ml
Vinho Tinto Suave	Paladar	2204.21.00	não retornável	1.480 e 1.980 ml
Vinho Tinto Suave	Paladar	2204.29.00	não retornável	4.550 ml
Vinho Branco Seco	Paladar	2204.21.00	não retornável	750 e 870 ml
Vinho Branco Seco	Paladar	2204.21.00	não retornável	1.480 e 1.980 ml
Vinho Branco Seco	Paladar	2204.29.00	não retornável	4.550 ml
Vinho Branco Suave	Paladar	2204.21.00	não retornável	750 e 870 ml
Vinho Branco Suave	Paladar	2204.21.00	não retornável	1.480 e 1.980 ml
Vinho Branco Suave	Paladar	2204.29.00	não retornável	4.550 ml
Vinho Rosê Seco	Paladar	2204.21.00	não retornável	750 e 870 ml

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Vinho Rosê Seco	Paladar	2204.21.00	não retornável	1.480 e 1.980 ml
Vinho Rosê Seco	Paladar	2204.29.00	não retornável	4.550 ml
Vinho Tinto Seco Isabel	Paladar	2204.21.00	não retornável	750 e 870 ml
Vinho Tinto Seco Isabel	Paladar	2204.21.00	não retornável	1.480 e 1.980 ml
Vinho Tinto Seco Isabel	Paladar	2204.29.00	não retornável	4.550 ml

TARSILA MARIA PASA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Inscreve no Registro Especial de Importador.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 280 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 125, de 4 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 6 de março de 2009, considerando o disposto no inciso IV, § 1.º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, e o despacho exarado no processo n° 11020.003192/2010-74, declara:

Art. 1.º Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/119 como importador de bebidas o estabelecimento da empresa Velha Laje Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 01.534.113/0001-30, situado na Av. José Luiz Correa Pinto, 251, Centro, no município de Canela - RS.

TARSILA MARIA PASA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Inscreve no Registro Especial de Importador.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 280 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 125, de 4 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 6 de março de 2009, considerando o disposto no inciso IV, § 1.º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, e o despacho exarado no processo n° 11020.000044/2011-89, declara:

Art. 1.º Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/120 como importador de bebidas o estabelecimento da empresa Makonys Importação e Exportação Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 06.169.286/0001-10, situado na Rua Severino Inocente Zini, 333, Industrial, no município de Canela - RS.

TARSILA MARIA PASA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Inscreve no Registro Especial de Importador.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 280 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 125, de 4 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 6 de março de 2009, considerando o disposto no inciso IV, § 1.º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, e o despacho exarado no processo n° 11020.002895/2010-85, declara:

Art. 1.º Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/121 como importador de bebidas o estabelecimento da empresa Sociedade de Bebidas Mioranza Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 89.962.351/0001-97, situado no Travessão Alfredo Chaves, s/n, Distrito de Alfredo Chaves, no município de Flores da Cunha - RS

TARSILA MARIA PASA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Inscreve no Registro Especial e autoriza o engarrafamento dos produtos que menciona.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 280 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 125, de 4 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 6 de março de 2009, considerando o disposto no inciso II, § 1.º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, o despacho exarado no processo n° 11020.002896/2010-20, declara:

Art. 1.º Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/122 como engarrafador de bebidas o estabelecimento da empresa Sociedade de Bebidas Mioranza Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 89.962.351/0001-97, situado no Travessão Alfredo Chaves, s/n, Distrito de Alfredo Chaves, no município de Flores da Cunha - RS

Artº 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Vinho Tinto Seco	Mioranza	2204.21.00	não retornável	375 e 750 ml
Vinho Tinto Seco	Mioranza	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Tinto Seco	Mioranza	2204.29.00	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto Bordo Seco	Mioranza	2204.29.00	não retornável	4.000
Vinho Tinto Suave	Mioranza	2204.21.00	não retornável	375 e 750 ml
Vinho Tinto Suave	Mioranza	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Tinto Suave	Mioranza	2204.29.00	não retornável	4.000 e 4.600 ml
Vinho Rosado Suave	Mioranza	2204.29.00	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco Seco	Mioranza	2204.21.00	não retornável	375 e 750 ml
Vinho Branco Seco	Mioranza	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Branco Seco	Mioranza	2204.21.00	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco Seco Especial	Mioranza	2204.29.00	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco Suave	Mioranza	2204.21.00	não retornável	375 e 750 ml
Vinho Branco Suave	Mioranza	2204.21.00	não retornável	2.000 ml
Vinho Branco Suave	Mioranza	2204.29.00	não retornável	4.000 e 4.600 ml
Vinho Tinto Fino Seco Cabernet Sauvignon Reserva	Mioranza	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Seco Cabernet Sauvignon Gran Reserva	Mioranza	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Seco Cabernet Sauvignon	Mioranza	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Seco Cabernet Sauvignon	Mioranza	2204.29.00	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto Fino Seco Merlot	Mioranza	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Seco Merlot	Mioranza	2204.29.00	não retornável	4.600 ml
Vinho Tinto Fino Ancellotta	Mioranza	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Ancellotta 50D'Oro	Mioranza	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Ancellotta 50D'Oro	Mioranza	2204.21.00	não retornável	3.000 ml
Vinho Rose Fino Seco	Mioranza	2204.29.00	não retornável	750 ml
Vinho Rose Fino Seco	Mioranza	2204.29.00	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco Fino Chardonay	Mioranza	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Fino Chardonay Reserva Especial	Mioranza	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Fino Seco Chardonay	Mioranza	2204.29.00	não retornável	4.600 ml
Vinho Branco Fino Seco Malvasia	Mioranza	2204.29.00	não retornável	4.600 ml
Vinho Espumante Moscatel	Mioranza	2204.10.90	não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Mioranza	2204.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Seco	Catania	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Demi-Sec	Catania	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Suave	Catania	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Fino Seco	Catania	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Fino Demi-Sec	Catania	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Fino Suave	Catania	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Espumante Natural Brut	Catania	2204.10.10	não retornável	660 ml
Vinho Branco Espumante Meio Doce	Catania	2204.10.10	não retornável	660 ml
Vinho Tinto Fino Seco Cabernet Sauvignon	Alvise	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Meio Seco Cabernet Sauvignon	Alvise	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Seco Cabernet Sauvignon Reserva	Alvise	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Seco Merlot	Alvise	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Meio Seco Merlot	Alvise	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Seco Merlot Reserva	Alvise	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Seco Tannat	Alvise	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto Fino Meio Seco Tannat	Alvise	2204.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco Fino Seco Chardonay	Alvise	2204.21.00	não retornável	750 ml

TARSILA MARIA PASA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Inscreve no Registro Especial de Importador.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 280 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 125, de 4 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 6 de março de 2009, considerando o disposto no inciso IV, § 1.º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, e o despacho exarado no processo n° 11020.003762/2010-26, declara:

Art. 1.º Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/123 como importador de bebidas o estabelecimento da empresa Vinícola Geisse Ltda Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 89.831.788/0001-91, situado na Linha Jansen, s/n, no município de Pinto Bandeira - RS.

TARSILA MARIA PASA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Inscreve no Registro Especial de Importador.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 280 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 125, de 4 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 6 de março de 2009, considerando o disposto no inciso IV, § 1.º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, e o despacho exarado no processo n° 11020.000171/2011-88, declara:

Art. 1.º Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/124 como importador de bebidas o estabelecimento da empresa Cooperativa Vinícola Garibaldi Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 90.049.156/0001-50, situado na Av. Rio Branco, 833, Centro, no município de Garibaldi - RS.

TARSILA MARIA PASA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Inscreve no Registro Especial de Importador.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 280 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 125, de 4 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 6 de março de 2009, considerando o disposto no inciso IV, § 1.º, artigo 2º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, e o despacho exarado no processo n° 13016.000537/2010-22, declara:

Art. 1.º Está inscrito no Registro Especial sob o nº 10106/125 como importador de bebidas o estabelecimento da empresa Domno do Brasil Indústria e Comércio de Bebidas Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 09.276.690/0001-80, situado na Rodovia RST 470, Km 224, s/n, no município de Garibaldi - RS.

TARSILA MARIA PASA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Declara cancelada a habilitação ao regime previsto na Instrução Normativa SRF nº 296, de 06 de fevereiro de 2003, a pessoa jurídica que menciona.

A DELEGADA SUBSTITUTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 280, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 4 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 6 de março de 2009, e tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 18 da Instrução Normativa SRF nº 948, de 15 de junho de 2009, e o que consta do processo nº 13016.000104/2004-29, declara:

Artigo único.Cancelada, a partir da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, a habilitação ao regime de suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagens adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, previsto na Instrução Normativa SRF nº 296, de 06 de fevereiro de 2003, realizada por meio do Ato Declaratório Executivo SRRF10 nº 28, de 26 de abril de 2004, publicado no D. O. U. de 29 de abril de 2004, em nome da empresa BRV Móveis Ltda., CNPJ nº 05.775.024/0001-36, observadas as exigências contidas nos § 3º do artigo 14 dessa Instrução.

TARSILA MARIA PASA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011

Declara inscrição no registro especial dos estabelecimentos produtores, engarrafadores ou importadores de bebidas alcoólicas e respectivos produtos.

O Delegado da Receita Federal do Brasil de Porto Alegre/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.026, de 16 de abril de 2010 e em conformidade com o que dispõe o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.593/77, de 21 dezembro de 1977, com a redação dada pelo art. 32, § 6º da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, art. 46 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964 e arts. 284 e 322 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º. A empresa Alexandre S C Mahfuz, estabelecida na Rua Santa Cecília nº 1.899 - Bairro Santa Cecília - Porto Alegre-RS, CNPJ nº 12.506.453/0001-73, pelo processo nº 11080.000587/2011-91, requer inscrição no Registro Especial dos Estabelecimentos Produtores, Engarrafadores ou Importadores de Bebidas Alcoólicas, sendo-lhe concedida a inscrição nº 10101/464.

Art. 2º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LEOMAR WAYERBACHER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Declara inscrição no registro especial dos estabelecimentos produtores, engarrafadores ou importadores de bebidas alcoólicas e respectivos produtos.

O Delegado da Receita Federal do Brasil de Porto Alegre/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.026, de 16 de abril de 2010 e em conformidade com o que dispõe o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.593/77, de 21 dezembro de 1977, com a redação dada pelo art. 32, § 6º da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, art. 46 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964 e arts. 284 e 322 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º. A empresa Preebor Company do Brasil Ltda, estabelecida na Rua Serro Azul nº 740 - Bairro Santa Maria Goretti - Porto Alegre-RS, CNPJ nº 05.412.475/0001-09, pelo processo nº 11080.000681/2011-41, requer inscrição no Registro Especial dos Estabelecimentos Produtores, Engarrafadores ou Importadores de Bebidas Alcoólicas, sendo-lhe concedida a inscrição nº 10101/465.

Art. 2º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LEOMAR WAYERBACHER

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 3.948, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Dispensa o pagamento dos juros para efeito da renegociação de que trata a Seção 1 do Capítulo 13 do Manual de Crédito Rural (MCR), em favor dos agricultores atingidos pelo excesso de chuvas no estado do Rio de Janeiro.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2011, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º A Seção 1 do Capítulo 13 do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar acrescida do item 11 com a seguinte redação:

"11 - Fica dispensada, até 31 de dezembro de 2011, a exigência de que trata a alínea "b" do item 2 desta Seção para as operações renegociadas na forma desta seção por agricultores que tiveram perda de renda, comprovada por laudo técnico individual ou coletivo, em decorrência de excesso de chuvas ou enxurradas, e suas consequências, ocorrido nos municípios do estado do Rio de Janeiro que tenham decretado, em função das citadas intempéries, entre os dias 26 de novembro de 2010 e 31 de janeiro de 2011, situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do governo estadual." (NR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco

RESOLUÇÃO Nº 3.949, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Institui linha emergencial de crédito de custeio para financiamento das unidades familiares de produção enquadradas no Pronaf, autoriza a contração de operação de investimento ao amparo do Pronaf Mais Alimentos e dispensa o pagamento dos juros para efeito da renegociação de que trata a Seção 5 do Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), em favor dos agricultores familiares atingidos pelo excesso de chuvas no estado do Rio de Janeiro.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2011, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º Fica instituída linha emergencial de crédito para financiamento das unidades familiares de produção enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), observadas as normas gerais de crédito rural e as seguintes condições especiais:

I - beneficiários: agricultores familiares que tiveram perda de renda, comprovada por laudo técnico individual ou coletivo, em decorrência de excesso de chuvas ou enxurradas, e suas consequências, ocorrido nos municípios no estado do Rio de Janeiro que tenham decretado, entre os dias 26 de novembro de 2010 e 31 de janeiro de 2011, em função das citadas intempéries, situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do governo estadual;

II - finalidades: custeio de atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de atividades que sejam compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural, como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários, e de qualquer demanda que possa gerar renda para a família, observados as propostas ou planos simples específicos, facultado ao mutuário utilizar o financiamento em todas ou em algumas das atividades listadas na proposta simplificada de crédito;

III - limite: até R$2.000,00 (dois mil reais) por unidade familiar, em operação única, independente dos limites estabelecidos para outras modalidades de crédito no âmbito do Pronaf;

IV - encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano);

V - prazo de reembolso: até 2 (dois) anos;

VI - remuneração da instituição financeira: 6% a.a. (seis por cento ao ano) sobre os saldos devedores;

VII - fonte e volume de recursos: Orçamento Geral da União (OGU) - Operações Oficiais de Crédito (OOC): até R$13.000.000,00 (treze milhões de reais);

VIII - período de contratação: até 30 de dezembro de 2011;

IX - risco da operação: da União.

Art. 2º Fica autorizada, excepcionalmente, até 30 de dezembro de 2011, a concessão de crédito rural ao amparo da linha de crédito Pronaf Mais Alimentos, de que trata o item 1 da Seção 18 do Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), também para investimentos em projetos de reconstrução e revitalização das unidades familiares de produção que tiveram perda de renda, comprovada por laudo técnico individual ou coletivo, em decorrência de excesso de chuvas ou enxurradas, e suas consequências, ocorrido nos municípios do estado do Rio de Janeiro, que tenham decretado, em função das citadas intempéries, entre os dias 26 de novembro de 2010 e 31 de janeiro de 2011, situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do governo estadual.

Art. 3º A Seção 5 do Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar acrescida do seguinte item 19:

"19 - Fica dispensada, até 31 de dezembro de 2011, a exigência de que trata a alínea "c" do item 8 para as operações renegociadas, na forma do item 8, por agricultores familiares que tiveram perda de renda, comprovada por laudo técnico individual ou coletivo, em decorrência de excesso de chuvas ou enxurradas, e suas consequências, ocorrido nos municípios do estado do Rio de Janeiro que tenham decretado, em função das citadas intempéries, entre os dias 26 de novembro de 2010 e 31 de janeiro de 2011, situação de emergência ou estado de calamidade pública, com reconhecimento do governo estadual." (NR)

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI
Presidente do Banco

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.532, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a CREDIT SUISSE COSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA., C.N.P.J. nº 05.832.580, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.533, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. ATILA NOALDO SEREJO ALVES SILVA, C.P.F. nº 707.828.227-20, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.534, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. EDMOND CHAKER FARHAT JUNIOR, C.P.F. nº 255.935.868-96, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.535, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. FÁBIO DIAS DA SILVA, C.P.F. nº 275.493.938-50, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.536, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 09/02/2011, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
ANQA - AUDITORES & CONSULTORES
CNPJ: 01.861.687/0001-12

ANTÔNIO CARLOS DE SANTANA

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.484, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010

O Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 405, de 10 de outubro de 2001, autoriza, nesta data, a OLIVEIRA TRUST DTVM S/A, C.N.P.J. 36.113.876/0001-91, a prestar serviços de Custódia de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 6.385/76, da Instrução CVM nº 89/88.

EDUARDO JOSÉ BUSATO
Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 11.485, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010

O Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 405, de 10 de outubro de 2001, resolveu autorizar, nesta data, a OLIVEIRA TRUST DTVM S/A, C.N.P.J. 36.113.876/0001-91, a prestar serviços de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, nos termos da Instrução CVM nº 89/88, e Instrução CVM n° 261/88.

EDUARDO JOSÉ BUSATO
Em exercício

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BALANÇO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA, relativas ao ano de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

- **Introdução**

No prenúncio dos seus 150 anos, a CAIXA se consolida como o banco mais próximo do dia a dia dos brasileiros e é reconhecida pela sociedade como um dos que mais contribui para o crescimento do País. Os números e realizações recentes são apresentados com grande orgulho de ser o banco público que acolhe as diversas parcelas do povo brasileiro.

Nos seus negócios, a Instituição tem compromisso com a relação ética e transparente com o seu público, com a busca do desenvolvimento sustentável, preservação dos recursos naturais, respeito à cultura e à diversidade.

A Empresa atende de forma equânime todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que se apresentam em suas agências ou entram em contato por qualquer canal de atendimento. Somente para receber benefícios sociais ou ao trabalhador, são atendidos mais de 24 milhões de clientes por mês.

A Poupança CAIXA é o destino das economias de mais de 40 milhões de poupadores no País. Atualmente, acolhe mais de R$ 129 bilhões em depósitos e se mantém líder no mercado.

Nos últimos 8 anos, também permitiu acesso ao mercado bancário de aproximadamente 11 milhões de brasileiros por meio da Conta CAIXA Fácil.

Atuando em prol da inclusão digital, a Instituição dá prioridade aos órgãos, entidades e instituições reconhecidas de utilidade pública pelo Governo Federal. Desde 2004, foram doados 33.511 microcomputadores ao Programa de Inclusão Digital do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Desde o início do programa Bolsa Família, ajudou a desenvolver, cadastrar e pagar mais de 12 milhões de benefícios por mês, levando uma melhor distribuição de renda para todos os cantos do País, o que contribui para a redução das desigualdades regionais e da pobreza.

O trabalhador também é foco de atuação da CAIXA. Entre pagamentos do seguro-desemprego, quotas e rendimentos do PIS, abono salarial e benefícios do INSS, são mais de 12 milhões de trabalhadores atendidos por mês. Na administração do FGTS, a movimentação chegou a aproximadamente 93 milhões de contas.

Como administrador das Loterias Federais, somente nos últimos 4 anos, viabilizou repasse de cerca de R$ 10 bilhões para a saúde, esporte, justiça, previdência, educação e cultura.

A CAIXA participa da execução do PAC desde 2007 como o principal agente financeiro e já beneficiou mais de 135 milhões de pessoas com obras de habitação, abastecimento, esgoto, drenagem, pavimentação, transportes entre outros, ajudando a criar mais de 23 milhões de empregos. Essas obras somaram contratos acima de R$ 165 bilhões.

No Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, lançado em 2009 pelo Governo Federal e com a meta de financiar um milhão de moradias às famílias com baixa renda, a CAIXA superou o desafio e reafirmou o seu potencial como agente de transformação para a sociedade.

Quando da crise financeira internacional de 2008, a CAIXA atuou de forma efetiva no mercado e ajudou a manter a oferta de crédito às pessoas físicas e jurídicas, contribuindo para manter o ritmo de crescimento da economia nacional. Desde então, acumulou volume de contratações na ordem de R$ 95 bilhões em empréstimos e financiamentos ao consumo das famílias e cerca de R$ 115 bilhões em créditos ao setor produtivo, que fomentou a geração de emprego e renda.

Ao passo em que aumentava a oferta de crédito, os juros foram reduzidos sistematicamente e até hoje são tidos como um dos mais baixos do mercado. Naquele momento difícil da economia brasileira e mundial, a Empresa comprou carteiras e formalizou acordos operacionais no valor de R$ 8,4 bilhões, o que foi, também, fundamental para minimizar a repercussão da crise no sistema financeiro brasileiro.

Como referência em juros baixos, a CAIXA oferece produtos que atendem todas as classes sociais. Atualmente, mantém R$ 26,9 bilhões de saldo na carteira de pessoas físicas, com uma parcela considerável voltada ao microcrédito, apoio ao microempresário e financiamento de bens.

Por sua postura em oferecer linhas de crédito para todos os ramos de negócio, atraiu a atenção dos empresários e quase triplicou sua carteira de crédito para pessoas jurídicas nos últimos 4 anos e já acumula saldo de R$ 28,5 bilhões entre empréstimos para capital de giro, infraestrutura e créditos voltados para a exportação.

Uma evolução marcante nos últimos anos foi no financiamento habitacional. A CAIXA manteve seu posto de referência no atendimento e no provimento de soluções para que o brasileiro possa realizar o sonho da casa própria. Desde 2007, foram celebrados mais de 3,4 milhões de contratos no valor de R$ 145 bilhões, que beneficiaram quase 5 milhões de pessoas e geraram mais de 6 milhões de empregos.

Sem abrir mão da busca incessante pela eficiência, a Instituição aumentou em 14,6% o seu volume de receitas, gerando lucro líquido de R$ 3,8 bilhões no ano de 2010. Esses resultados demonstram a confiança dos nossos clientes e da população brasileira que veem nesta Instituição secular um alicerce do desenvolvimento sustentável e parte atuante no processo de crescimento econômico e social do País.

- **Conjuntura Econômica**

O cenário internacional, no ano de 2010, teve como um dos fatores mais marcantes a recuperação econômica nos principais países desenvolvidos. Todavia, esse processo tem sido mais lento do que se previa, contrastando com a forte expansão observada nas economias emergentes.

Pelo lado da atividade econômica interna, a evolução deve se materializar de forma compatível com o crescimento de longo prazo, culminando com uma taxa de expansão do PIB em 2010 de 7,3%, e de 5% em 2011.

No que se refere ao nível de preços, apesar do ano se iniciar com pressões, principalmente pontuais e sazonais, a inflação doméstica tende a convergir para uma trajetória consistente com as metas estipuladas, em função da estabilidade da taxa de câmbio, do crescimento econômico mais equilibrado e da maturação e ampliação dos investimentos domésticos. Além disso, devem-se considerar os efeitos dos ganhos de credibilidade da política monetária nos últimos anos, bem como a possível redução da taxa neutra de juros. Não obstante, o controle inflacionário continuará exigindo constante monitoramento por parte do Banco Central.

- **Estratégia Empresarial**

A CAIXA busca ser referência mundial como banco público integrado, rentável e socialmente responsável, além de consolidar-se como o banco da maioria da população brasileira.

Tem como missão atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro e, para isto, estabeleceu os seguintes objetivos estratégicos:

- Consolidar-se como principal agente de políticas públicas do Governo Federal;
- Ampliar a participação no mercado de crédito e na captação de recursos;
- Ser referência de excelência no atendimento e ampliar a capacidade e as alternativas de distribuição;
- Ser reconhecida como uma das melhores empresas para se trabalhar;
- Adequar e racionalizar processos e integrar áreas da empresa;
- Implementar soluções integradas de tecnologia da informação; e
- Ser referencial como banco focado na Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e no apoio ao desenvolvimento regional sustentável.

Como agente das políticas públicas do Governo Federal, a CAIXA mantém como prioridade a área habitacional, buscando incentivar e estimular a concessão de financiamentos voltados para o atendimento à população de baixa renda, reduzir o déficit habitacional e as desigualdades sociais e regionais e, ainda, gerar novos empregos.

- **Clientes**

A CAIXA é a escolha de 52,5 milhões de clientes bancários, entre correntistas e poupadores de todas as faixas de renda, que realizaram aproximadamente 4,1 bilhões de transações nos diversos canais, incluindo o *internet banking.*

Para garantir a qualidade do atendimento, a Instituição concluiu, em 2010, a implantação de um novo modelo que prevê alterações nos processos de atendimento e na remodelagem física das suas unidades. Um dos instrumentos criados foi o Gerenciador de Atendimento, que permitiu diminuir o tempo de espera para atendimento no guichê de caixas e demais ambientes.

Na mesma linha, foi implantado o Atendimento Móvel CAIXA, uma solução tecnológica composta de um equipamento portátil, semelhante às máquinas de pagamento com cartões de crédito e débito, que pode ser utilizado não só dentro das agências, mas principalmente fora delas e até em localidades remotas. Este equipamento possui as mesmas funcionalidades de uma máquina de autoatendimento, exceto transações financeiras diretas com numerário.

- **Rede de Atendimento**

A CAIXA atende os seus milhões de clientes, correntistas ou não, em sua rede de 40 mil pontos de atendimento. São 6,9 mil unidades próprias, entre agências, postos e salas de autoatendimento e 33 mil correspondentes, sendo 10,7 mil lotéricos.

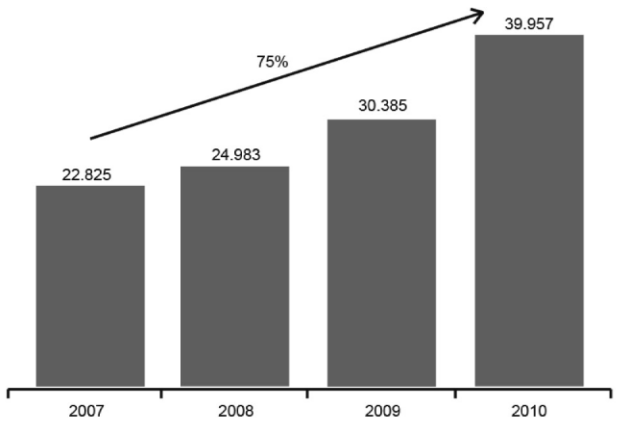
continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Gráfico – Quantidade de Unidades de Atendimento



Baseada nos princípios da sustentabilidade e com foco na inclusão bancária, foi inaugurada a Agência Chico Mendes, primeira agência barco, para atender comunidades ribeirinhas dos municípios da Bacia Amazônica. São oito municípios atendidos, contemplando uma população de 253 mil habitantes.

Outro marco foi a inauguração, em 21 de dezembro de 2010, da Agência Alemão, localizada no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro.

Espalhados pelo País, os mais de 22 mil Correspondentes CAIXA Aqui levam os serviços e produtos da Empresa até mesmo aos locais de difícil acesso, onde não existem agências bancárias. Os pontos de atendimento são conectados em tempo real com a Instituição.

O grande volume de transações nas unidades lotéricas exige uma infraestrutura tecnológica robusta. Para isto, em 2010, alterou-se a estrutura do ambiente tecnológico desse canal para tratamento da segregação das transações bancárias das de jogos, visando evitar retenção no processo de comunicação e melhorar o tempo de resposta.

Também, a capacidade computacional do sistema que suporta o canal foi aumentada, de forma a garantir a totalidade do atendimento das demandas, principalmente na ocorrência de concursos com prêmios acumulados ou especiais como a Mega da Virada.

Para o autoatendimento, foram investidos, somente em 2010, R$ 66 milhões na aquisição de novos terminais. São cerca de 20 mil equipamentos instalados, através dos quais são realizadas, em média, 90 milhões de transações por mês.

A Instituição também disponibiliza, pelo *Internet Banking* CAIXA, consulta a saldos, extratos, pagamento de contas e transferências para 4,6 milhões de clientes. Foram realizadas, em 2010, 495 milhões de transações nesse canal.

O serviço de mensagens via celular que disponibiliza, gratuitamente, avisos SMS com informações do FGTS e sobre débitos em conta corrente ou poupança, beneficiou mais de 1,3 milhão de usuários no mesmo período.

Para sustentar esta estrutura de atendimento, a CAIXA investiu R$ 380 milhões em tecnologia da informação e R$ 71 milhões em infraestrutura e segurança dos imóveis, além de manter contratos de conservação, serviços de concessionárias públicas e manutenção de bens no valor de R$ 1,5 bilhão ao ano.

Despendeu, também, R$ 878 milhões em serviços de processamento de dados no mesmo período. Os serviços de comunicações e segurança somaram R$ 428 milhões e R$ 464 milhões, respectivamente.

Despesas Manutenção Rede de Atendimento (em R$ milhões)	**2009**	**2010**	**Δ% 09/10**
Instalações	1.323	1.480	11,9
Comunicações e Processamento de Dados	1.258	1.306	3,8
Segurança	422	464	10,1
Total	**3.003**	**3.250**	**8,2**

Com intuito de facilitar o acesso à informação e possibilitar que os clientes registrem reclamações, sugestões ou elogios, a CAIXA disponibiliza o Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC pelo telefone 0800 726 0101. Esse serviço registrou média de 18 mil contatos por mês, em 2010. A CAIXA também disponibiliza atendimento telefônico, através do 0800 726 2492, para pessoas com deficiência auditiva e de fala.

- **Desempenho**

Em 31 de dezembro de 2010, a CAIXA possuía R$ 400,6 bilhões em ativos e patrimônio líquido de R$ 15,4 bilhões, ambos com expansão de cerca de 17% quando comparados ao ano de 2009.

Além dos recursos próprios, a CAIXA é responsável pela administração de mais de R$ 435,8 bilhões em ativos, destacando os R$ 260,3 bilhões do FGTS e os R$ 123,5 bilhões de fundos de investimento de rede e exclusivos.

- **Títulos e Valores Mobiliários - TVM**

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários finalizou 2010 com saldo de R$ 108,6 bilhões, sendo 98,8% em títulos públicos federais e 1,2% em títulos de emissão privada.

Os títulos classificados na categoria III - mantidos até o vencimento - nos termos da Circular 3.068/2001 - totalizaram R$ 69,5 bilhões e, de acordo com o exposto no artigo 8º da citada Circular, a CAIXA declara possuir capacidade financeira e que tem a intenção de manter os títulos registrados nesta categoria até o vencimento.

O resultado apurado para TVM e Derivativos foi de R$ 15,3 bilhões, referente às remunerações dos papéis, negociações e pagamentos de amortizações e juros.

- **Operações de Crédito**

O saldo das carteiras atingiu R$ 175,8 bilhões, com 41,3% de crescimento em relação a 2009 e as contratações totalizaram R$ 203,1 bilhões em 2010, crescimento de 31,4% em relação a 2009.

As provisões para crédito de liquidação duvidosa totalizaram R$ 11,1 bilhões, aumento de 25,9% frente ao exercício anterior.

Operações de Crédito (em R$ milhões)	**2009**	**2010**	**Δ% 09/10**
Comercial	44.933	55.441	23,4
Pessoa Física	21.401	26.908	25,7
Pessoa Jurídica	23.532	28.532	21,2
Habitacional	70.521	108.330	53,6
Infraestrutura	8.917	12.013	34,7
Total	**124.371**	**175.784**	**41,3**

Nas operações de créditos comerciais foram contratados R$ 102,2 bilhões no ano com crescimento de 15,9% em relação ao ano anterior.

Em 2010, a carteira de pessoas físicas obteve saldo de R$ 26,9 bilhões, valor 25,7% maior do que o registrado no ano anterior. As contratações totalizaram R$ 47,1 bilhões, aumento de 14,0%.

Neste segmento merecem destaque o financiamento de materiais de construção pelo Construcard, com crescimento de 65% no ano, bem como o Cheque Especial e Financiamento de Veículos que aumentaram suas participações no mercado. Além destes, o Crédito Consignado, com saldo maior em 27,3% em relação ao final de 2009, encerrou o exercício de 2010 com 13,7% de mercado.

Para os clientes de baixa renda são disponibilizadas linhas de crédito voltadas para o consumo, dentre elas o Micropenhor, que em 2010 contratou R$ 1,4 bilhão e beneficiou mais de 3 milhões de pessoas.

A carteira de pessoas jurídicas encerrou 2010 com saldo de R$ 28,5 bilhões, crescimento de 21,2% comparado ao ano de 2009. O volume de contratações foi de R$ 55,0 bilhões, com evolução de 17,5%.

- **Crédito Habitacional e de Infraestrutura**

No ano, do total de R$ 15,2 bilhões de recursos aplicados em saneamento e infraestrutura, saúde, agricultura, educação e desporto, R$ 12,4 bilhões corresponderam a financiamentos e R$ 2,8 bilhões a repasses do Governo Federal.

As operações habitacionais registraram saldo de R$ 108,3 bilhões, com contratações de R$ 77,8 bilhões, incluindo repasses, valor 57,2% maior do que ao final de 2009. Foram R$ 60,0 bilhões em financiamentos, R$ 6,3 bilhões com subsídios, R$ 10,6 bilhões em arrendamentos e R$ 670,8 milhões em consórcios.

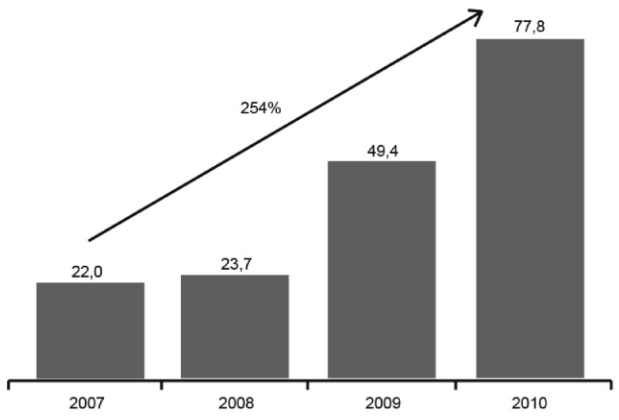
continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Gráfico – Evolução das Contratações Habitacionais
Valores em R$ bilhões



Das unidades financiadas em 2010, desconsiderados os consórcios, repasses e o programa Pró-Moradia, cerca de 53% foram destinadas a pessoas na faixa de renda de até 6 salários mínimos, onde se encontra o maior déficit habitacional.

Financiamentos Habitacionais

Faixas de Renda (Salários Mínimos)	Quant.	Valor (R$ milhões)	% Quant.	% Valor
Até 3 SM	418.136	19.862	34,0	26,2
Entre 3 e 6 SM	231.608	18.204	18,8	24,0
Entre 6 e 10 SM	75.570	6.226	6,1	8,2
Acima de 10 SM	506.195	31.637	41,1	41,7

Os financiamentos com recursos das cadernetas de poupança atingiram R$ 32,1 bilhões, evolução de 44,9% comparados a 2009. Nas linhas que utilizam recursos do FGTS, foram contratados R$ 27,8 bilhões, excluindo os subsídios, o que representa um crescimento de 74,5% em relação ao ano anterior.

A sexta edição do Feirão CAIXA da Casa Própria contribuiu para os resultados em habitação. O Feirão movimentou R$ 8,4 bilhões em recursos. Os números registrados superaram as edições anteriores e representaram um aumento de 70% em comparação ao volume movimentado nos Feirões de 2009.

O evento foi realizado em Belém, São Paulo, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Rio de Janeiro, Recife, Brasília, Uberlândia, Campinas, Florianópolis e Porto Alegre. Somados os contratos assinados no local e os encaminhados para as agências, inclusive pelos parceiros, o total chegou a 94 mil negócios. O programa Minha Casa Minha Vida ganhou destaque neste Feirão com a oferta de 200 mil imóveis para famílias com renda superior a três salários mínimos, cerca de 44,4% do total de unidades habitacionais disponíveis para o evento.

- **Recuperação de Créditos**

A CAIXA tem atuado fortemente no processo de negociação e recuperação de ativos, tanto das carteiras próprias quanto das carteiras oriundas de outras instituições financeiras.

Durante o ano, foram recuperadas operações de créditos comerciais próprios num total de R$ 2,1 bilhões, dos quais R$ 1,4 bilhão representam ingresso financeiro efetivo e os demais R$ 726 milhões, representam o montante de operações parceladas, conforme quadro abaixo:

Recuperação de Créditos (em R$ milhões)	2009	2010	Δ% 09/10
Parcelado	678	726	7,2
À Vista	1.270	1.355	6,7
Total Recuperado	**1.948**	**2.082**	**6,9**

Relativamente às carteiras oriundas de outras instituições financeiras, foram concluídas em 2010, negociações que proporcionaram a recuperação de ativos na ordem de R$ 760 milhões.

- **Gestão de Risco de Crédito**

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito adotada pela CAIXA está em conformidade com a Resolução BACEN nº 3.721 e com as boas práticas de governança corporativa e de gerenciamento de riscos adotadas no mercado.

A CAIXA utiliza modelos de avaliação do risco de crédito suportados por métodos estatísticos, especialistas ou fundamentalistas aplicados às propostas de crédito ou à prospecção de clientes, sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas.

O escopo de gerenciamento do risco de crédito de tomador envolve as práticas, processos, modelos, documentação e ferramentas do risco de crédito.

A avaliação, classificação do risco e definição de limites de todas as operações consideram as características do tomador e da operação, a liquidez e suficiência das garantias, o estudo da carteira, o *credit scoring,* a viabilidade econômico-financeira do projeto e o equilíbrio financeiro da operação.

- **Captação de Recursos**

Os depósitos totalizaram R$ 215,2 bilhões, um incremento de 19,1% em relação a 2009. Os depósitos em Poupança totalizaram saldo de R$ 129,4 bilhões, 19,1% de aumento em relação ao ano anterior. A captação líquida foi de R$ 13,2 bilhões, alcançando participação no mercado de 34,2%.

Os depósitos à vista, exceto em moeda estrangeira, registraram R$ 19,6 bilhões, aumento de 17,4% comparado a 2009 e evolução de 13,4% na quantidade de contas.

	2009		2010	
Depósitos à Vista	**Contas (mil)**	**Saldo (R$ milhões)**	**Contas (mil)**	**Saldo (R$ milhões)**
PF	13.490	6.271	15.283	7.919
PJ	956	10.439	1.122	11.705
PJ - Privado	822	8.631	965	10.399
PJ - Público	134	1.808	157	1.306
Total	**14.446**	**16.710**	**16.405**	**19.624**

No mesmo período, a Conta CAIXA Fácil foi responsável pela inclusão de mais de 1 milhão de brasileiros no sistema bancário. Em dezembro eram mantidas 7,4 milhões de contas ativas nessa modalidade.

Os depósitos a prazo encerraram o ano com saldo de R$ 54,2 bilhões e os demais depósitos com R$ 11,9 bilhões, juntos somaram 19,7% a mais do que o registrado ao final de 2009.

Outra fonte de recursos importante para a Empresa é a captação em Letras Imobiliárias, cujo montante atingiu R$ 9,6 bilhões no ano.

Em julho de 2010, a CAIXA iniciou a emissão privada de Letra Financeira, que são títulos de crédito de emissão das instituições financeiras com foco na captação de longo prazo. O saldo no final do ano foi de R$ 1,7 bilhão nesse tipo de captação.

O patrimônio líquido total dos fundos de investimentos administrados pela Instituição, incluindo os fundos de rede, exclusivos, carteiras, FI FGTS, FI FAR, FI FDS e FI de FIC, apresentou aumento de 10,9%, passando de R$ 261,8 bilhões em 2009, para R$ 290,2 bilhões em 2010, com R$ 1,1 bilhão gerado com receita de administração.

- **Serviços Bancários**

A CAIXA mantém portfólio completo de produtos bancários para seus clientes. Para pessoas físicas detentoras de conta corrente, oferece vários tipos de cestas de serviços, feitas para atender todos os tipos de transações, incluindo a cesta padrão em cumprimento à normatização do BACEN.

Para os clientes pessoa jurídica, são disponibilizados convênios de arrecadação de contas, pagamento de salários, custódia de valores, cobrança bancária e arrecadação de cartões de débito e crédito. Esses clientes ainda contam com todos os serviços de conta corrente e cartões específicos para empresas.

Receita Serviços Bancários (em R$ milhões)	2009	2010	Δ% 09/10
Convênios	1.236	1.482	19,9
Conta Corrente	942	1.282	36,2
Cobrança	374	433	15,8
Outros	73	89	22,8
Total	**2.624**	**3.287**	**25,2**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Todos estes serviços movimentaram 3,8 bilhões de transações bancárias, por meio de toda rede de atendimento, gerando receita de serviços e tarifas bancárias no montante de R$ 3,3 bilhões, crescimento de 25,2% em relação a 2009.

- **Cartões**

A Empresa encerrou o ano com 63,7 milhões de cartões, evolução de 5,8%. Desse total, 58,4 milhões são de débito e 5,3 milhões de crédito. Foram registradas 470,0 milhões de transações no valor de R$ 31,9 bilhões contra R$ 24,8 bilhões em 2009, crescimento de 28,6%.

	2009		2010	
Cartões	**Crédito**	**Débito**	**Crédito**	**Débito**
Quantidade (mil)	4.982	55.191	5.316	58.372
Transações (Quant. em mil)	115.347	269.091	135.192	334.813
Transações (R$ milhões)	10.866	13.909	13.746	18.111

Em 2010, a CAIXA iniciou a substituição dos atuais cartões de débito com tarja magnética por novos cartões que trazem embutido um chip e são conhecidos por *smart cards* ou cartões inteligentes.

A tecnologia empregada no novo cartão agrega vantagens tanto para os clientes quanto para a própria Empresa, como a redução das fraudes, falsificações e clonagens de cartões, agilidade nas operações de débito, maior interoperabilidade entre bancos e sistemas de pagamento e desenvolvimento de aplicações ainda mais seguras para o comércio e os pagamentos via *internet banking,* mediante utilização de certificação digital.

Para aumentar sua participação no mercado de cartões, a Instituição assinou memorando de entendimentos com o Banco do Brasil e o Bradesco para avaliar a operação com uma nova bandeira, Elo, inteiramente nacional, que projeta o início de suas operações no primeiro semestre de 2011.

- **Seguros**

Em parceria com o Grupo CAIXA Seguros, coligado da CAIXAPAR que possui 48,21% do seu capital e um dos dez maiores grupos de seguros privados do Brasil, a CAIXA oferece ao público em geral seguros de vida, automóvel, residenciais e habitacionais, bem como capitalização e previdência privada. Somente com tarifas recebidas em 2010 foram recebidos R$ 80 milhões, valor 38,6% maior que em 2009.

- **Serviços de Governo**

Como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, a CAIXA realizou cerca de 297 milhões de pagamentos de benefícios no ano. Os recursos distribuídos totalizaram R$ 137,7 bilhões.

Nos programas de transferência de renda foram distribuídos mais de 147 milhões de benefícios, no total de R$ 15,0 bilhões. Desse valor, R$ 13,4 bilhões referem-se ao Bolsa Família, principal programa social do Governo Federal.

No ano, foram pagos 149 milhões de benefícios a título de Previdência Social, Abono Salarial, Seguro-Desemprego e PIS Quotas e Rendimentos, representando R$ 122,7 bilhões.

A arrecadação total do FGTS, somados CAIXA e outros bancos, foi de R$ 61,8 bilhões. Foram efetuados saques no valor de R$ 50,6 bilhões por mais de 31 milhões de trabalhadores.

Para contribuir com a efetividade das políticas públicas do Governo Federal, foi criado o Cadastro Único, que consiste em solução sistêmica de mapeamento da situação socioeconômica da população brasileira, utilizado atualmente para a concessão de benefícios do Programa Bolsa Família, tarifa social de energia elétrica e a seleção para o Programa Minha Casa Minha Vida.

Como administradora do FCVS, a CAIXA novou 162 mil contratos no ano de 2010, representando um valor superior a R$ 7 bilhões. No caso do FGHab, cerca de 259 mil brasileiros tiveram seus contratos habitacionais, no âmbito do PMCMV, garantidos pela cobertura desse fundo, no valor total de R$ 14,9 bilhões.

- **Loterias**

Na administração das loterias, durante 2010, foram destinados ao Governo Federal e demais beneficiários legais R$ 3,2 bilhões para aplicação em programas nas áreas de seguridade social, educação, cultura, esporte, saúde e segurança e R$ 814 milhões foram recolhidos à Receita Federal a título de Imposto de Renda.

Destinação Social das Loterias (em R$ milhões)	**2009**	**2010**	**Δ% 09/10**
Destinação Social	2.672	3.205	19,9
Previdência Social	1.241	1.490	20,1
Educação	518	625	20,6
Esporte	482	573	18,8
Outros	431	517	19,9
Prêmios	2.550	3.093	21,3
Tributos	718	814	13,3
Manutenção	1.420	1.702	19,9
Arrecadação Total	**7.360**	**8.814**	**19,8**

As loterias arrecadaram R$ 8,8 bilhões no ano. A Mega-Sena foi novamente o destaque na captação de apostas, com R$ 4,4 bilhões e, em conjunto com a Lotofácil e a Quina, responderam por 84,6% das vendas das Loterias CAIXA. Os prêmios de todas as modalidades das loterias somaram R$ 3,1 bilhões.

- **Modernização da Gestão Pública**

A CAIXA atua junto aos governos estaduais e municipais para provê-los de recursos para investimentos na melhoria da qualidade dos seus instrumentos de gestão. Destacam-se os seguintes programas:

O PNAFM – Programa Nacional de Apoio à Gestão e Administração Fiscal dos Municípios, programa com recursos originários do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a finalidade da melhoria no atendimento ao cidadão e gestão fiscal. Até 2010, foram contratados R$ 558,2 milhões pelo programa, beneficiando 90 municípios. As liberações totais já atingiram R$ 299,3, dos quais R$ 48,6 milhões referem-se ao ano de 2010.

O PNAGE – Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do DF, também viabilizado com recursos do BID, visa apoiar os processos de modernização da gestão, cujo valor foi estabelecido em US$ 155 milhões. Deste valor, já foram liberados, em moeda nacional, cerca de R$ 116,3 milhões, dos quais R$ 5,8 milhões no exercício de 2010.

O PMAT – Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos, onde a CAIXA celebrou junto ao BNDES, em agosto de 2007, contrato de prestação de serviços para atuar como sua mandatária. Foram contratados R$ 15,4 milhões até 2010, cujos recursos são direcionados à execução de projetos voltados à melhoria da gestão municipal. O PMAT teve suas contrações suspensas pelo BNDES, em dezembro de 2010, tendo em vista a reformulação do Programa por aquele Banco e disponibilização do PMAT Automático em fase final de formatação.

O Monumenta – Imóveis Privados que utiliza recursos do BID para financiamento a pessoas físicas e jurídicas de projetos de recuperação de imóveis privados considerados de especial interesse histórico. Foram realizados até 2010, 433 contratos, no valor total de R$ 20,9 milhões. Deste total, 76 contratos foram efetuados em 2010, cujas liberações atingiram R$ 3,5 milhões.

- **Atuação Internacional**

A CAIXA mantém escritórios de representação nos EUA, Japão e Venezuela que tem por missão prospectar novos negócios e divulgar a marca da empresa no exterior.

Em outubro de 2010, foi firmado acordo com o banco japonês *Japan Post Bank,* que disponibilizará mais de 8.000 pontos de atendimento para o envio de remessas para a CAIXA a partir de janeiro de 2011.

Neste ano, a Empresa ampliou sua atuação em cooperação técnica internacional, alinhada à política externa brasileira, que prioriza países da África e América Latina. Foram firmados projetos com Moçambique - 2ª fase, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, visando apoiar a redução do déficit habitacional desses países.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

O projeto com Cabo Verde encontra-se em fase de conclusão e visa apoiar a elaboração de procedimentos de execução de programa habitacional criado nos moldes do Programa Minha Casa Minha Vida.

Na cooperação com Moçambique, apoiou a formatação da Política Nacional de Habitação, do Sistema Nacional de Custos e Índices da Construção Civil, bem como a estruturação do Centro Tecnológico para pesquisa e divulgação de Sistemas Construtivos Inovadores, com capacitações de técnico, instalação de laboratório e incubadora de empresas.

De janeiro a dezembro de 2010, o Programa de Remessas da CAIXA contabilizou, por meio dos bancos parceiros (conveniados) e dos bancos correspondentes (SWIFT), um crescimento de 24,7% em relação a 2009. Foram recebidos US$ 114,4 milhões em remessas internacionais, permitindo a inclusão de parcela da população no fluxo financeiro global.

No apoio ao comércio exterior brasileiro, a CAIXA registrou em 2010 o montante de R$ 2,6 bilhões entre operações de câmbio e capital de giro para financiamento à exportação.

- **Participações Estratégicas**

A Caixa Participações S/A. se consolidou como braço estratégico da Caixa Econômica Federal, atuando em setores da economia em que o banco já aparece como líder no mercado, na prospecção de novos negócios e na governança de participações já existentes. Em 2010, a CAIXAPAR foi responsável pelo repasse das participações societárias da CAIXA Seguradora, da Companhia Brasileira de Securitização S/A, da Tecnologia Bancária S/A – Tecban e da CIELO.

Em 19 de julho de 2010, foi aprovada pelo Banco Central do Brasil a operação de aquisição do Banco Panamericano S/A, condicionando sua aprovação final, em síntese, à inclusão expressa da CAIXAPAR no grupo de controle da instituição, providência que foi integralmente adotada.

No dia 04 de novembro de 2010, a CAIXAPAR recebeu o Termo de Comparecimento DESUP/GTSP4-2010/0003 – Departamento de Supervisão de Bancos e Conglomerados Bancários – do BACEN que informou aos representantes legais do Banco Panamericano e os seus controladores sobre o comprometimento da situação econômicofinanceira do Conglomerado Panamericano.

O Banco Panamericano S/A. publicou Fato Relevante em 09 de novembro de 2010 comunicando aos acionistas e ao mercado em geral que o Grupo Silvio Santos, na qualidade de principal acionista controlador do Panamericano, decidiu aportar na instituição o valor de R$ 2,5 bilhões, obtido mediante operação financeira contratada com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e integralmente garantido por bens do patrimônio empresarial do Grupo. O aporte destinou-se a restabelecer equilíbrio patrimonial e ampliar a liquidez operacional da instituição, de modo a preservar o nível de capitalização.

Com base nessa nova realidade, a CAIXAPAR e o Grupo Silvio Santos deram efetividade ao Acordo de Acionistas firmado e instalaram, em 26 de novembro de 2010, por meio de AGE - Assembléia Geral Extraordinária, o novo Conselho de Administração preconizado no Acordo de Acionistas doravante vigente, com a finalidade de implementar ações que visem à recuperação da companhia e, conseqüentemente, agreguem valores à CAIXAPAR e à CAIXA, quanto aos investimentos realizados no Banco Panamericano S/A.

- **Controles Internos**

O Sistema de Controles Internos da CAIXA é definido como o conjunto de elementos compostos de políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela CAIXA para o alcance de seus objetivos, manutenção e o fornecimento de consistentes informações gerenciais e financeiras, para que tenha todas as suas atividades realizadas de acordo com a legislação interna e externa.

Para garantir a efetividade do Sistema de Controles Internos – SCI, foram estabelecidos princípios e diretrizes por meio da Política de Controles Internos e *Compliance.* Essa Política é revista e adequada periodicamente, tendo a atualização mais recente ocorrida no 2º semestre de 2010.

A verificação do cumprimento da Política é feita semestralmente, por meio do Monitoramento do Sistema de Controles Internos, que permite evidenciar o nível de efetividade do SCI da CAIXA.

A CAIXA promove continuamente a disseminação do conhecimento sobre o tema "Lavagem de Dinheiro" e divulga procedimentos a serem adotados caso sejam identificadas situações suspeitas.

Desde 1999 todas as normas internas estão disponíveis para consulta dos empregados na *intranet* CAIXA. A Instituição também monitora a publicação das normas externas com o objetivo de assegurar a adequação dos seus produtos, serviços e atividades à regulamentação externa no prazo determinado pelo órgão regulador.

A Instituição monitora os seus modelos de avaliação dos riscos de mercado, de crédito e operacional para a conformidade e controle da CAIXA, observando as diretrizes, princípios e procedimentos aprovados pelo comitê interno de riscos, bem como as normas externas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelo BIS.

A validação dos modelos de risco analisa, dentre outros, os seguintes aspectos: fundamentos teóricos, metodologias e premissas; adequação dos testes realizados; compatibilidade dos cálculos gerados pelo sistema de risco; integridade abrangência e adequação da documentação; conteúdo e abrangência dos relatórios de mensuração de risco e nível de acurácia dos modelos.

- **Gestão de Riscos Corporativos**

Uma das principais ações de aperfeiçoamento do gerenciamento de riscos na CAIXA no ano de 2010 foi a apresentação da candidatura à adoção de modelos avançados de risco de mercado para o cálculo da exigência de capital, conforme o Novo Acordo de Capitais da Basiléia - Basiléia II, realizada no final do primeiro semestre de 2010, com base na Circular BACEN 3.478/2009.

Alinhada às melhores práticas e às expectativas dos órgãos reguladores, confirmada pela publicação dos primeiros estudos de Basiléia III, a gestão do risco de liquidez foi aprimorada com o desenvolvimento de novos modelos e o aperfeiçoamento daqueles em produção, assegurando maior precisão às projeções e monitoramento da exposição a este risco.

A continuidade da expansão da carteira de crédito da CAIXA, em 2010, exigiu que a gestão do risco de crédito tivesse como foco a manutenção de índices de inadimplência, provisão para devedores duvidosos e perdas dentro de parâmetros definidos pelos órgãos de direção da Empresa, alinhados à diretriz estratégica para o seu crescimento sustentável.

Com isto, a inadimplência total (atrasos superiores a 90 dias) do crédito na CAIXA, durante 2010, manteve-se estável em 2,0% e abaixo do percentual de dezembro de 2009, que foi de 2,2%.

Nos créditos comerciais, o percentual de atraso referente a 2010 foi de 3,0%, ante 3,4% apurados em 2009. O Crédito Imobiliário apresentou inadimplência de 1,6% em 2010, 0,2 p.p inferior ao registrado em 2009.

A melhora destes indicadores em todos os segmentos ao longo do ano evidencia a eficácia das ações adotadas, as quais contribuíram para a continuidade da disseminação da cultura de gestão de risco de crédito em todos os níveis.

Para a gestão do risco operacional, a CAIXA considera a adoção das melhores práticas, visando dar sustentabilidade às suas crescentes necessidades de operação. Esses elementos, somados ao Programa de Continuidade de Negócios CAIXA e a Política de Segurança da Informação aumentam a efetividade do gerenciamento dessa categoria de risco e fortalecem a solidez da Instituição.

Nos últimos doze meses, a CAIXA manteve nível de capital adequado ao estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional e suficiente para a continuidade dos seus negócios de acordo com o seu planejamento estratégico.

- **Governança**

A adoção de melhores práticas em governança corporativa tem possibilitado à CAIXA responder aos desafios centrais das organizações modernas: integrar as dimensões social, econômica e ambiental, na busca da sustentabilidade, por meio do desempenho empresarial responsável, que prioriza a transparência e a ética na geração de valor para a sociedade.

Conforme o Estatuto da Empresa, o Conselho de Administração e a Diretoria são constituídos pela Presidência, Conselho Diretor e, além dos Vice-Presidentes que integram o Conselho Diretor, a CAIXA ainda conta com dois Vice-Presidentes que respondem exclusivamente pelas áreas segregadas, a gestão de ativos de terceiros e a administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal.

Além da governança corporativa, a CAIXA consolidou, no ano de 2010, dois outros eixos do seu modelo de gestão, o sistema de planejamento e a avaliação de resultados, ambos baseados no plano estratégico, construído, em 2009, com a participação dos seus empregados, controladores e parceiros.

A CAIXA consolidou o seu sistema de planejamento em duas outras frentes: o plano de implementação da estratégia e os planos operacionais, estes por área de negócios da Instituição.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

O plano também se alinhou às práticas de gestão de ativos e passivos e às suas diretrizes orçamentárias, de risco e de necessidades de alocação de capital.

O outro eixo do modelo de gestão, o de avaliação de resultados, foi aprimorado culminando com a aprovação da política de monitoramento estratégico e avaliação de resultados. Essa política tem como objetivo orientar a construção, gestão e comunicação de informações sobre a efetividade, eficácia e eficiência da CAIXA no cumprimento da sua missão e na execução do seu plano estratégico, de forma a subsidiar a tomada de decisão dos seus gestores.

- **Gestão de Pessoas**

Em 31 de dezembro de 2010, a CAIXA contava com 83,2 mil empregados concursados e quase 16 mil estagiários e aprendizes.

Faixa Etária	Emp. Concursados	%
Até 19 anos	89	0,1
De 20 a 29 anos	16.825	20,2
De 30 a 39 anos	20.560	24,7
De 40 a 49 anos	28.766	34,6
Acima de 50 anos	16.945	20,4

A remuneração fixa do pessoal, somada aos encargos e benefícios, totalizou R$ 9,2 bilhões no ano, destacando-se os benefícios sociais proporcionados aos colaboradores e seus dependentes no valor de R$ 1,2 bilhão. Adicionalmente, foram investidos R$ 62,3 milhões em programas de formação, treinamento e desenvolvimento.

Do seu quadro, 70,2% possuem curso superior completo ou mais, muitos desses beneficiando-se do programa de incentivo para realização de cursos de graduação e pós-graduação mantidos pela Empresa.

Escolaridade	Emp. Concursados	%
Mestrado/Doutorado	919	1,1
Pós-Graduação	16.510	19,8
Superior Completo	41.005	49,3
Ensino Médio	24.501	29,5
Ensino Fundamental	250	0,3

Para modernização das políticas e instrumentos de gestão de pessoas, foi desenvolvido um novo plano de funções em substituição ao antigo plano de cargos. O Plano de Funções Gratificadas – PFG trouxe uma nova estrutura de funções gratificadas que se constitui na base para o planejamento profissional de todos os empregados, inclusive os não comissionados.

A CAIXA patrocina para seus empregados planos de previdência complementar fechados, administrados pela FUNCEF, proporcionando-lhes a possibilidade de planejar o futuro após a aposentadoria. O percentual de empregados associados à FUNCEF vem crescendo gradativamente, com registro de 93,2% em 2010, ante 90,6% em 2009. Hoje, a FUNCEF possui mais de 111 mil associados, entre empregados e ex-empregados.

E, ainda, para estreitar ainda mais o relacionamento com os seus empregados, foi implantado novo modelo para o canal de Ouvidoria Interna, exclusivo para o registro de sugestões, elogios, reclamações e denúncias relacionadas às atividades e ao cotidiano das pessoas na Empresa.

- **Responsabilidade Social Empresarial**

Para a CAIXA, o desafio da Responsabilidade Social Empresarial consiste em internalizar em suas práticas o equilíbrio entre os pilares social, econômico e ambiental, concebendo que esse é o único caminho que assegura sustentabilidade para continuidade da vida, do planeta e da instituição.

Nessa perspectiva, realiza a Campanha "NÓS FAZEMOS: Sustentabilidade e Responsabilidade Social Empresarial nos 150 anos da CAIXA". A Campanha está inserida na Política de Reconhecimento e Valorização de Pessoas e Equipes da CAIXA e tem como objetivo estimular práticas de desenvolvimento sustentável em toda a Organização.

Para consolidar o seu compromisso com a causa socioambiental, foi criado, em 2010, o Fundo Socioambiental CAIXA destinado ao apoio financeiro de projetos de caráter social e ambiental. Tem como objetivo ampliar a atuação da CAIXA no incentivo a ações que promovam o desenvolvimento sustentável. O FSA apoiará financeiramente projetos e investimentos de caráter social e ambiental por meio de recursos correspondentes a até 2% do lucro líquido ajustado do ano anterior da Empresa.

- **Negócios**

A CAIXA tem por premissa gerir seus negócios com base em princípios e valores que a consolidem como empresa socialmente responsável, por meio de práticas que promovam o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, nas operações de crédito com valores iguais ou superiores a R$ 10 milhões, é realizada análise socioambiental do cliente pessoa jurídica e, se forem identificados riscos ambientais, a CAIXA faz o acompanhamento do cumprimento de determinadas cláusulas, cujo objetivo é levantar os riscos e recomendar medidas mitigadoras e/ou compensatórias.

Desde que foi implantada, a análise socioambiental já avaliou 186 empresas e contratou, até 2010, R$ 25,1 bilhões. A licença ambiental é a primeira condição para todos os financiamentos a atividades ou empreendimentos que sejam potenciais poluidores ou que utilizam recursos naturais no processo produtivo.

A CAIXA também oferece produtos específicos para ecoeficiência empresarial dentro da linha de crédito de bens de consumo duráveis com modalidades voltadas para projetos socioambientais.

Os sistemas de aquecimento solar de água (SAS) são itens financiáveis em todos os programas de financiamento imobiliário. Os empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida para famílias com renda até R$1.395,00, recebem um incentivo para projetos com aquecimento solar localizados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste. Em 2010, foram contratadas mais de 28 mil unidades habitacionais com SAS.

- **Acessibilidade**

No intuito de oferecer acessibilidade aos seus clientes e empregados com necessidades especiais, em 2010 a CAIXA iniciou a emissão de extrato em braile e adaptou o *internet banking* às pessoas com deficiência visual, bem como atendimento telefônico para deficientes auditivos. Outro foco foi a capacitação de empregados para atendimento em libras e adaptação das salas e dos equipamentos de autoatendimento.

- **Apoio ao Esporte**

Como empresa pública comprometida com o desenvolvimento social do país, a CAIXA apóia decisivamente o esporte brasileiro e, em 2010, patrocinou eventos esportivos como competições de atletismo de rua e os jogos dos povos indígenas.

No ano, liberou R$ 40,7 milhões para patrocínio da Confederação Brasileira de Atletismo, da Confederação Brasileira de Lutas Associadas e da Confederação Brasileira de Ginástica e, para o Comitê Paraolímpico Brasileiro, foram desembolsados R$ 10,5 milhões.

- **Incentivo à Cultura**

A Instituição também investe na cultura. A CAIXA Cultural surgiu em 1980 e atualmente conta com sete espaços em cinco cidades - Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Os espaços têm proporcionado estímulo à produção de artistas brasileiros e ao intercâmbio internacional de idéias e experiências.

Dentre os projetos patrocinados, está a Orquestra Cidadã dos Meninos do Coque, que foi criada há quatro anos, para promover a inclusão social de cerca de 130 crianças e adolescentes da comunidade do Coque, favela de Recife. Em 2010, o total de investimento em patrocínios culturais foi de R$ 39,1 milhões.

- **Valorização da Diversidade**

Alinhada às diretrizes governamentais e às novas tendências empresariais, a CAIXA vem realizando um conjunto de ações voltadas para conscientizar os empregados sobre a impor-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

tância da Responsabilidade Social Empresarial, destacando em seu planejamento estratégico a elaboração de Políticas de Valorização da Diversidade.

Em 2010 a CAIXA deu posse aos empregados membros das Comissões Regionais de Igualdade Racial, Pessoas com Deficiência (PCD) e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT). Para a CAIXA, a gestão participativa na formulação de políticas de gestão de pessoa é o diferencial para uma administração justa e igualitária.

Realizou também a Campanha de Autodeclaração de Raça/cor com o objetivo de fazer uma pesquisa com dados fidedignos relativos à cor ou raça, que retratem a realidade funcional da CAIXA e que subsidiarão políticas e ações para o público interno, visando a promoção, reflexão e discussão sobre a temática racial na empresa.

A participação mais equânime de homens e mulheres nos cargos decisórios é fundamental para a CAIXA consolidar-se como uma empresa inclusiva e cada vez mais competitiva. No intuito de alcançar esses objetivos, foi lançada a Campanha Equilíbrio de Gênero nos Cargos de Gestão na CAIXA, que objetiva possibilitar que as decisões da Empresa sejam perpassadas pelos olhares feminino e masculino e provocar a incorporação de atitudes e valores atinentes à equidade de gênero pelas pessoas da CAIXA.

Outra ação foi a adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres, iniciativa resultante da parceria entre o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - parte da ONU Mulheres (UNIFEM) e o Pacto Global das Nações Unidas, que tem por objetivo oferecer à comunidade empresarial uma nova ferramenta no trabalho para ampliar e valorizar a liderança feminina no mercado de trabalho.

- **Proteção a Crianças e Adolescentes**

Por meio do Programa de Aprendizagem e Estágio, a CAIXA capacita adolescentes e jovens que estejam em condição de vulnerabilidade social, para atuarem em serviços administrativos e financeiros, possibilitando assim, sua inserção no mercado de trabalho.

Categoria	Quantidade em 2010
Adolescente Aprendiz	3.703
Jovem Aprendiz	693
Estagiário	11.582

A CAIXA assinou a Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Uma das ações implementadas, no contexto do documento, foi a orientação as suas unidades de que deveriam escolher entre seus fornecedores, um para assinar a declaração de compromisso com a promoção e reforço da conduta ética e social da empresa contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

- **Resultado Econômico-Financeiro**

A atuação da CAIXA como banco que atua efetivamente na execução das políticas públicas do Governo Federal, ao mesmo tempo em que oferece serviços bancários a todos os segmentos da sociedade, gerou números expressivos no ano de 2010, seja na captação e aplicação de recursos e na prestação de serviços diversos.

A preocupação sempre presente de executar a sua missão observando os princípios de eficiência e eficácia e diante dos novos desafios que lhe são apresentados, tem feito a Empresa atuar de forma contínua sobre os seus processos para garantir o seu equilíbrio e sustentabilidade econômicofinanceiros.

Dessa forma, a CAIXA registrou lucro líquido de R$ 3,8 bilhões em 2010, 25,5% superior ao registrado em 2009, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 26,3%, índice de eficiência de 70,1% e índice de cobertura de despesas de pessoal de 105,3%.

Indicadores em %	2009	2010
Retorno sobre Ativo Médio	0,9	1,0
Índice de Basiléia	17,5	15,4
Endividamento Setor Público	30,8	30,4
Provisão / Op. Créditos	7,1	6,3
Cobertura de Desp. Administrativas	60,1	65,4
Cobertura de Desp. de Pessoal	95,9	105,3
Retorno PL Médio	23,2	26,3
Índice de Eficiência	71,5	70,1

Os valores dos repasses com tributos e encargos sociais à União, estados e municípios, juntamente com juros sobre capital próprio, somaram R$ 4,3 bilhões.

- **Prêmios e Reconhecimentos**

O Prêmio Destaque de *Marketing 2010,* promovido pela Associação Brasileira de *Marketing* e Negócios, teve a CAIXA como grande vencedora, com maior número de troféus. Dividido em nove categorias, o Prêmio contempla os casos bem-sucedidos do segmento, com reconhecimento para empresas e profissionais. Nesta edição, a Empresa foi premiada em três categorias: *"Marketing* de Serviços", *"Marketing* Promocional" e "Comunicação Integrada" com as campanhas Loterias CAIXA, Promoção Fatura Zero e Feirão da CAIXA, respectivamente.

A CAIXA possui a 8ª marca mais valiosa do mercado segundo estudo da Brand Finance que, em parceria com a revista *The Brander/IAM,* publica a sexta edição anual do estudo das 100 marcas mais valiosas presentes no Brasil.

A Poupança da CAIXA recebeu, pela nona vez consecutiva, o prêmio *Folha Top of Mind 2010,* pesquisa anual do Instituto Datafolha, como a marca mais lembrada pelos brasileiros na categoria Caderneta de Poupança. Nesta edição, a marca atingiu um índice histórico de lembrança com 41%, o que representa três pontos a mais em relação ao ano de 2009. O percentual é quase quatro vezes maior do que o do segundo colocado na pesquisa.

Pela sétima vez consecutiva a CAIXA está entre as melhores gestoras de recursos do país. A Empresa foi a vencedora no *ranking* da Revista Exame de melhor gestor de Fundos de Renda Fixa. O prêmio foi concedido nas categorias de melhor gestor de Fundos de Renda Fixa no segmento gestão ativa e varejo.

A Empresa foi premiada pela revista Valor Investe como a melhor na categoria Maiores Gestoras de Renda Fixa, e ficou com o prêmio *Top Gestão 2010.* Para escolher os ganhadores do prêmio Top Gestão 2010, a *Standard & Poor`s* (S&P), empresa que pesquisa bolsa de valores e títulos, levou em conta dois grupos de gestores: o dos maiores e o dos especializados, os quais são definidos pelo número de fundos e de modalidades abrangidas. As instituições também são avaliadas por sua capacidade de gestão em determinado mercados ou setores principais.

Em decorrência da implementação de ações que visam à equidade de gênero na Empresa, a CAIXA recebeu o Selo Pró-Equidade de Gênero, promovido pela Secretaria de Promoção da Mulher e, também, um troféu por ter sido certificada pela terceira vez consecutiva com o Selo que reconhece o esforço da Organização no desenvolvimento de práticas de equidade de gênero.

A CAIXA foi contemplada com o 2º Prêmio Melhores Práticas da Agenda Ambiental na Administração Pública, na categoria Inovação da Gestão. O projeto "Construção Sustentável - Uso racional da água nos prédios da CAIXA" ficou em 2º lugar na categoria Gestão de Recursos Naturais. O prêmio é oferecido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.

A *Fitch Ratings,* agência internacional de classificação de riscos, anunciou a elevação das notas da CAIXA de "AA(bra)" para "AA+(bra)". O rating de uma instituição financeira é uma medida balizadora para o mercado operar e reflete, entre outras questões, a qualidade e a eficiência na gestão do crédito e as práticas de governança corporativa adotadas. Nesse contexto, a gestão de riscos assume papel relevante, uma vez que fornece os balizadores para que as operações de crédito possam ser realizadas com segurança, considerando a relação risco-retorno.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	CAIXA - Individual		CAIXA - Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
CIRCULANTE	**186.514.012**	**152.944.041**	**186.495.832**	**152.940.518**
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	**3.490.993**	**3.234.702**	**3.490.993**	**3.234.702**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	**12.207.242**	**29.428.685**	**12.207.242**	**29.428.685**
Aplicações no Mercado Aberto	12.005.555	29.336.351	12.005.555	29.336.351
Aplicações em depósitos interfinanceiros	202.058	92.334	202.058	92.334
Provisões para perdas	(371)		(371)	
TÍTULOS E VAL MOBIL e INSTRUM FINANC DERIVATIVOS (Nota 6)	**57.737.196**	**52.974.464**	**57.737.196**	**52.974.464**
Carteira Própria	43.969.630	43.721.756	43.969.630	43.721.756
Vinculados a Compromissos de Recompra	13.757.826	9.070.598	13.757.826	9.070.598
Vinculados a Prestação de Garantias	9.739	181.714	9.739	181.714
Instrumentos Financeiros Derivativos	1	396	1	396
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 7)	**54.649.646**	**25.315.876**	**54.649.646**	**25.315.876**
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	156.494	130.445	156.494	130.445
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central	53.927.391	25.039.766	53.927.391	25.039.766
Correspondentes	565.761	145.665	565.761	145.665
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**105.508**	**36.045**	**105.508**	**36.045**
Recursos emTrânsito de Terceiros	433	50	433	50
Transferências Internas de Recursos	105.075	35.995	105.075	35.995
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**38.879.196**	**31.017.999**	**38.879.196**	**31.017.999**
Setor Público	1.611.398	2.601.044	1.611.398	2.601.044
Setor Privado	41.610.958	32.501.424	41.610.958	32.501.424
Provisão para Operações de Créditos	(4.343.160)	(4.084.469)	(4.343.160)	(4.084.469)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**18.161.291**	**9.454.028**	**18.143.111**	**9.450.505**
Créditos por avais e fianças honrados	28.223	27.930	28.223	27.930
Carteira de Câmbio	28.055		28.055	
Rendas a Receber	1.065.273	737.446	1.046.436	735.591
Negociação e intermediação de valores	484	1.666	484	1.666
Créditos Específicos	141.650	500.255	141.650	500.255
Diversos	17.044.133	8.306.572	17.044.790	8.304.904
Provisão para outros créditos	(146.527)	(119.841)	(146.527)	(119.841)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	**1.282.940**	**1.482.242**	**1.282.940**	**1.482.242**
Outros Valores e Bens	874.487	923.199	874.487	923.199
Provisões para Desvalorizações	(148.527)	(174.677)	(148.527)	(174.677)
Despesas Antecipadas	556.980	733.720	556.980	733.720
NÃO CIRCULANTE	**214.898.478**	**188.887.782**	**214.117.712**	**188.371.100**
TÍTULOS E VAL MOBIL e INST FINANC DERIVATIVOS (Nota 6)	**50.838.077**	**65.475.760**	**50.838.077**	**65.475.760**
Carteira Própria	30.105.480	26.931.712	30.105.480	26.931.712
Vinculados a Compromissos de Recompra	20.426.795	26.407.936	20.426.795	26.407.936
Vinculados a Prestação de Garantias	304.587	164.048	304.587	164.048
Vinculados ao Banco Central	1.215	11.972.064	1.215	11.972.064
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 7)	**20.987.128**	**24.570.207**	**20.987.128**	**24.570.207**
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	20.987.128	24.570.207	20.987.128	24.570.207
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**125.758.305**	**84.498.023**	**125.758.305**	**84.498.023**
Setor Público	13.972.393	9.064.991	13.972.393	9.064.991
Setor Privado	118.588.926	80.203.503	118.588.926	80.203.503
Provisão para Operações de Créditos	(6.803.014)	(4.770.471)	(6.803.014)	(4.770.471)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**11.064.183**	**9.114.305**	**11.064.183**	**9.114.305**
Rendas a Receber	21.847	94.205	21.847	94.205
Diversos	11.049.565	9.025.395	11.049.565	9.025.395
Provisão para outros créditos	(7.229)	(5.295)	(7.229)	(5.295)
PERMANENTE	**6.250.785**	**5.229.487**	**5.470.019**	**4.712.805**
INVESTIMENTOS (Nota 11)	**2.930.349**	**2.442.924**	**2.149.582**	**1.926.243**
Participações em Coligadas e Controladas	2.868.733	2.331.322	2.087.966	1.813.408
- No país	2.867.884	2.330.089	2.087.117	1.813.408
- No exterior	849	1.233	849	
Outros Investimentos	72.709	122.695	72.709	123.928
Provisão para Perdas	(11.093)	(11.093)	(11.093)	(11.093)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	**1.982.438**	**1.839.924**	**1.982.439**	**1.839.924**
Imóveis de Uso	202.591	177.296	202.591	177.296
Reavaliações de Imóveis de Uso	819.507	831.101	819.507	831.101
Outras Imobilizações de Uso	3.681.171	3.182.577	3.681.172	3.182.577
Depreciações Acumuladas	(2.720.831)	(2.351.050)	(2.720.831)	(2.351.050)
INTANGÍVEL (Nota 13)	**1.259.958**	**784.903**	**1.259.958**	**784.903**
Ativos Intangíveis	1.622.537	957.256	1.622.537	957.256
Amortizações Acumuladas	(362.579)	(172.353)	(362.579)	(172.353)
DIFERIDO (Nota 14)	**78.040**	**161.736**	**78.040**	**161.735**
Gastos de Organização e Expansão	336.198	466.517	336.198	466.517
Amortizações Acumuladas	(258.158)	(304.781)	(258.158)	(304.782)
TOTAL	**401.412.490**	**341.831.823**	**400.613.544**	**341.311.618**

PASSIVO	CAIXA - Individual		CAIXA - Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
CIRCULANTE	**297.816.041**	**274.530.260**	**297.017.095**	**274.010.055**
DEPÓSITOS (Nota 15)	**214.496.772**	**180.537.890**	**214.490.066**	**180.537.875**
Depósitos à Vista	19.626.291	16.714.242	19.626.215	16.714.227
Depósitos de Poupança	129.429.635	108.709.642	129.429.635	108.709.642
Depósitos interfinanceiros	1.203.585	29.110	1.203.585	29.110
Depósitos a Prazo	53.524.898	43.656.923	53.518.268	43.656.923
Depósitos Especiais e de Fundos e Programas	10.594.286	11.312.425	10.594.286	11.312.425
Outros depósitos	118.077	115.548	118.077	115.548
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**46.012.658**	**65.036.181**	**45.210.885**	**64.288.790**
Carteira Própria	34.684.793	35.700.150	33.883.020	34.952.759
Carteira de Terceiros	11.327.865	29.336.031	11.327.865	29.336.031
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**2.533.901**	**1.897.033**	**2.533.901**	**1.897.033**
Recursos de Letras Imob., Hipotec., de crédito e similares	2.533.901	1.897.033	2.533.901	1.897.033
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**103.585**	**81.377**	**103.585**	**81.377**
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	94.281	73.943	94.281	73.943
Correspondentes	9.304	7.434	9.304	7.434
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**1.064.503**	**1.111.449**	**1.064.503**	**1.111.449**
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.055.944	931.178	1.055.944	931.178
Transferências Internas de Recursos	8.559	180.271	8.559	180.271
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**83.340**		**83.340**	
Empréstimos no Exterior	83.340		83.340	
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 18)	**636.879**	**602.350**	**636.879**	**602.350**
TESOURO NACIONAL - PIS	595.447	567.701	595.447	567.701
BNDES	19.364	6.078	19.364	6.078
FGTS	22.068	28.571	22.068	28.571
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	**1.644**	**982**	**1.644**	**982**
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.644	982	1.644	982
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 19)	**32.882.759**	**25.262.998**	**32.892.292**	**25.490.199**
Cobrança e Arrecadações de Tributos e Assemelhados	143.912	169.126	143.912	169.126
Carteira de Câmbio	28.193	94	28.193	94
Sociais e Estatutárias	1.950.196	793.488	1.950.196	793.488
Fiscais e Previdenciárias	1.130.507	966.775	1.139.478	966.897
Negociação e Intermediação de Valores	7.790	1.136	7.790	1.136
Recursos para Destinação Específica:				
Obrigações de Operações com Loterias	920.316	767.888	920.316	767.888
Obrigações por Fundos e Programas Sociais	2.978.609	2.392.444	2.978.609	2.392.444
Obrigações por Fundos Financ. e de Desenvolvimento	937.561	949.679	937.561	949.679
Diversas	24.785.675	19.222.368	24.786.237	19.449.447
NÃO CIRCULANTE	**88.159.499**	**54.157.796**	**88.159.499**	**54.157.796**
DEPÓSITOS (Nota 15)	**692.230**	**131.831**	**692.230**	**131.831**
Depósitos a Prazo	689.145	131.831	689.145	131.831
Depósitos interfinanceiros	3.085		3.085	
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**8.781.619**	**578.408**	**8.781.619**	**578.408**
Recursos de Letras Imob., Hipotec., de crédito e similares	8.781.619	578.408	8.781.619	578.408
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**6.040**	**9.524**	**6.040**	**9.524**
Empréstimos no Exterior	6.040	9.524	6.040	9.524
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 18)	**60.374.094**	**40.507.630**	**60.374.094**	**40.507.630**
BNDES	6.004.490	2.461.675	6.004.490	2.461.675
FGTS	54.150.523	37.828.911	54.150.523	37.828.911
Outras	219.081	217.044	219.081	217.044
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 19)	**18.305.516**	**12.930.403**	**18.305.516**	**12.930.403**
Fiscais e Previdenciárias	200.165	212.565	200.165	212.565
Dívidas Subordinadas - Elegíveis a Capital	5.089.202	4.750.992	5.089.202	4.750.992
Instrum. Híbridos de Capital e Dívida - Elegíveis a Capital	13.016.149	7.966.846	13.016.149	7.966.846
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 20)	**15.436.950**	**13.143.767**	**15.436.950**	**13.143.767**
Capital Social	12.473.724	11.676.683	12.473.724	11.676.683
Capital de domiciliados no país	13.562.443	9.292.000	13.562.443	9.292.000
Aumento de capital	2.783.743	2.384.683	2.783.743	2.384.683
Capital a realizar	(3.872.462)		(3.872.462)	
Reserva de reavaliação	478.318	509.236	478.318	509.236
Reservas de lucros	2.652.206	918.677	2.652.206	918.677
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(167.298)	39.171	(167.298)	39.171
TOTAL	**401.412.490**	**341.831.823**	**400.613.544**	**341.311.618**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	2010		2009	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	**20.999.481**	**39.387.205**	**34.554.635**	**20.999.481**	**39.387.205**	**34.554.635**
Operações de Crédito (Nota 8 (f))	10.758.598	19.573.718	14.305.710	10.758.598	19.573.718	14.305.710
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6 (e))	7.722.193	15.381.864	17.559.804	7.722.193	15.381.864	17.559.804
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(76.623)	(119.147)	(400.212)	(76.623)	(119.147)	(400.212)
Resultado de Câmbio (Nota 9 (a.1))	1.059	2.570		1.059	2.570	
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7 (c))	2.592.905	4.546.011	3.086.874	2.592.905	4.546.011	3.086.874
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	1.349	2.189	2.459	1.349	2.189	2.459
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 23)	**(14.767.186)**	**(27.056.383)**	**(22.946.049)**	**(14.728.708)**	**(26.986.018)**	**(22.925.430)**
Operações de Captação no Mercado (Nota 15 (c) e (e) Nota 16 (b))	(10.496.154)	(19.172.304)	(16.866.792)	(10.457.676)	(19.101.939)	(16.846.173)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses (Nota 18 (a))	(2.152.628)	(3.834.038)	(2.754.613)	(2.152.628)	(3.834.038)	(2.754.613)
Resultado de Câmbio (Nota 9 (a.1))			(3.863)			(3.863)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.118.404)	(4.050.041)	(3.320.781)	(2.118.404)	(4.050.041)	(3.320.781)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**6.232.295**	**12.330.822**	**11.608.586**	**6.270.773**	**12.401.187**	**11.629.205**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(5.139.740)**	**(9.632.240)**	**(8.707.456)**	**(5.166.712)**	**(9.684.337)**	**(8.723.484)**
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 24)	4.986.485	9.491.226	7.996.417	4.986.485	9.491.226	7.996.417
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 24)	535.921	985.920	769.987	535.921	985.920	769.987
Despesas de Pessoal (Nota 25)	(5.298.811)	(9.953.186)	(9.140.881)	(5.299.367)	(9.954.278)	(9.141.401)
Outras Despesas Administrativas (Nota 26)	(3.212.458)	(6.073.027)	(5.430.238)	(3.214.672)	(6.075.258)	(5.434.651)
Despesas Tributárias (Nota 30)	(758.073)	(1.470.127)	(1.247.494)	(758.333)	(1.470.462)	(1.247.505)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	260.251	480.961	324.835	220.642	428.190	317.027
Outras Receitas Operacionais (Nota 27)	3.080.981	5.487.484	5.029.137	3.098.032	5.502.926	5.027.394
Outras Despesas Operacionais (Nota 28)	(4.734.036)	(8.581.491)	(7.009.219)	(4.735.420)	(8.592.601)	(7.010.752)
RESULTADO OPERACIONAL	**1.092.555**	**2.698.582**	**2.901.130**	**1.104.061**	**2.716.850**	**2.905.721**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 29)	**(80.963)**	**(150.997)**	**(151.095)**	**(80.963)**	**(150.997)**	**(151.095)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**1.011.592**	**2.547.585**	**2.750.035**	**1.023.098**	**2.565.853**	**2.754.626**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 21)	**1.561.200**	**1.894.086**	**699.661**	**1.549.694**	**1.875.818**	**695.662**
Despesa de Imposto de Renda	(33.454)	(84.618)	(82.329)	(41.910)	(98.047)	(85.263)
Valores correntes	(35.634)	(84.237)	(90.249)	(44.090)	(97.666)	(93.184)
Valores diferidos	2.180)	(381)	7.920	2.180	(381)	7.921
Despesa de Contribuição Social	(13.715)	(38.550)	(34.606)	(16.764)	(43.391)	(35.671)
Valores correntes	(15.023)	(38.321)	(39.358)	(18.072)	(43.164)	(40.423)
Valores diferidos	1.308	(229)	4.752	1.308	(227)	4.752
Ativo Fiscal Diferido	1.608.369	2.017.254	816.596	1.608.368	2.017.256	816.596
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	**(476.065)**	**(677.260)**	**(449.990)**	**(476.065)**	**(677.260)**	**(449.990)**
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	**2.096.727**	**3.764.411**	**2.999.706**	**2.096.727**	**3.764.411**	**3.000.298**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	CAIXA - Individual			CAIXA - Consolidado		
	2º sem. 2010	31.12.2010	31.12.2009	2º sem. 2010	31.12.2010	31.12.2009
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**4.839.066**	**8.944.000**	**7.927.211**	**4.878.675**	**8.996.771**	**7.935.611**
Lucro Líquido	2.096.727	3.764.411	2.999.706	2.096.727	3.764.411	3.000.298
Ajustes ao Lucro Líquido:	2.742.339	5.179.589	4.927.505	2.781.948	5.232.360	4.935.313
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instr Financ Deriv (Ativos/ Passivos)	(192.633)	(206.469)	52.175	(192.633)	(206.469)	52.175
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.118.404	4.050.041	3.320.781	2.118.404	4.050.041	3.320.781
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	172.554	306.110	544.505	172.554	306.110	544.505
Depreciações e Amortizações	348.735	680.969	605.205	348.735	680.969	605.205
Ajuste de Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	21.166	85.746	89.332	21.166	85.746	89.332
Ajuste de Provisão de Passivos Contingentes	534.364	744.153	640.342	534.364	744.153	640.342
Resultado de Participação em Coligadas	(260.251)	(480.961)	(324.835)	(220.642)	(428.190)	(317.027)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**(25.207.781)**	**(29.875.144)**	**3.019.172**	**(25.172.230)**	**(30.139.226)**	**2.501.898**
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(201.686)	(109.352)	24.923.189	(201.686)	(109.352)	24.923.189
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria I	(448.046)	8.919.760	(10.048.198)	(448.046)	8.919.760	(10.048.198)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(9.682.441)	(28.887.625)	4.184.570	(9.682.441)	(28.887.625)	4.184.570
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	4.174.889	3.159.142	-9.650.136	4.174.889	3.159.142	-9.650.136
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	609.414	(116.409)	588.329	609.414	(116.409)	588.329
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos	(27.307.802)	(53.171.520)	(45.674.432)	(27.307.802)	(53.171.520)	(45.674.432)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(10.703.492)	(10.657.141)	(1.593.028)	(10.635.154)	(10.642.483)	(1.589.505)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	188.077	199.302	169.029	188.077	199.302	169.029
(Redução) Aumento em Depósitos	19.309.556	34.519.281	15.141.918	19.302.929	34.512.590	15.141.903
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(22.580.128)	(19.023.523)	13.833.412	(22.542.496)	(19.077.905)	13.086.021
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	5.482.924	8.840.079	958.576	5.482.924	8.840.079	958.576
(Redução) Instrumentos Financeiros Derivativos	45	661	(6.677)	46	662	(6.677)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	11.748.407	19.980.849	11.982.004	11.748.407	19.980.849	11.982.004
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	4.202.502	6.471.352	(1.789.384)	4.138.709	6.253.684	(1.562.775)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(20.368.715)**	**(20.931.144)**	**10.946.383**	**(20.293.555)**	**(21.142.455)**	**10.437.509**
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria II	(271.788)	(111.784)	260.834	(271.788)	(111.785)	260.834
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria III	2.257.523	1.066.975	11.919.007	2.257.523	1.066.976	11.919.007
Alienação de Investimentos		103.642	47.898			40.090
Alienação de Imobilizado de Uso	17.651	17.651	58.776	17.651	17.651	58.776
Aquisição de Investimentos	87.042	(110.106)	(1.261.983)	11.883	204.848	(745.301)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(341.496)	(535.185)	(601.658)	(341.496)	(535.185)	(601.658)
Aquisição de Intangível	(598.099)	(702.691)	(422.007)	(598.099)	(702.691)	(422.007)
Redução do Diferido	(710)	(629)	(2.848)	(711)	(630)	(2.848)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**1.150.123**	**(272.127)**	**9.998.019**	**1.074.963**	**(60.816)**	**10.506.893**
Aumento (Redução) em Obrigações por Dívida Subord. e Instrumentos Híbridos de Capital	672.434	5.387.513	3.590.109	672.434	5.387.513	3.590.109
Adiantamento para antecipação de dividendos	121.976	-		121.976	-	
Ajuste em reservas de margem operacional			(1.931.061)			(1.931.061)
Dividendos/remuneração	(1.320.315)	(1.698.339)	(634.218)	(1.320.315)	(1.698.339)	(634.218)
Aumento de Capital	439.593	439.593		439.593	439.593	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(86.312)**	**4.128.767**	**1.024.830**	**(86.312)**	**4.128.767**	**1.024.830**
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(19.304.904)**	**(17.074.504)**	**21.969.232**	**(19.304.904)**	**(17.074.504)**	**21.969.232**
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES, LÍQUIDA						
Caixa e Equivalentes no início do Período	34.801.453	67.372.506	10.601.821	34.801.453	32.571.053	10.601.821
Caixa e Equivalentes no fim do período	15.496.549	50.298.002	32.571.053	15.496.549	15.496.549	32.571.053
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes	**(19.304.904)**	**(17.074.504)**	**21.969.232**	**(19.304.904)**	**(17.074.504)**	**21.969.232**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTE AO VALOR JUSTO	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL E OUTRAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	**11.676.683**	**495.672**	**1.131.104**	**25.335**	**966.420**	**14.295.214**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				(192.633)		(192.633)
AUMENTO DE CAPITAL - LOTERIAS 2010 (Nota 21(a))	357.448				(357.448)	
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRAS (Nota 21(a))	2.426.294					2.426.294
AUMENTO DE CAPITAL - REVERS RESERVA MARG OPER (Nota 21(a))	(2.384.683)					(2.384.683)
AUMENTO DE CAPITAL - LOTERIAS 2009 (Nota 21(a))	397.982					397.982
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		7.359				7.359
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO					(9.161)	(9.161)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(22.903)			22.903	
AJUSTES AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		(1.810)				(1.810)
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE					2.096.727	2.096.727
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE					121.976	121.976
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (Nota 20 (d))						
RESERVA LEGAL			104.837		(104.837)	
RESERVA DE LOTERIAS			(129.043)		129.043	
RESERVA DE MARGEM OPERACIONAL			1.545.308		(1.545.308)	
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PROPOSTOS					(378.382)	(378.382)
DIVIDENDOS PROPOSTOS					(941.933)	(941.933)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	**12.473.724**	**478.318**	**2.652.206**	**(167.298)**		**15.436.950**

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTE AO VALOR JUSTO	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL E OUTRAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**11.676.683**	**509.236**	**918.677**	**39.171**		**13.143.767**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				(206.469)		(206.469)
AUMENTO DE CAPITAL - LOTERIAS 2010 (NOTA 21(A))	357.448				-357.448	
AUMENTO DE CAPITAL - AÇÕES PETROBRAS (NOTA 21(A))	2.426.294					2.426.294
AUMENTO DE CAPITAL - REVERS RESERVA MARG OPER (NOTA 21(A))	(2.384.683)					(2.384.683)
AUMENTO DE CAPITAL - LOTERIAS 2009 (NOTA 21(A))	397.982					397.982
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		12.400				12.400
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO					(16.603)	(16.603)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(41.508)			41.508	
AJUSTES AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		(1.810)				(1.810)
LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO					3.764.411	3.764.411
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (NOTA 20 (D))						
RESERVA LEGAL			188.221		(188.221)	
RESERVA DE MARGEM OPERACIONAL			1.545.308		(1.545.308)	
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PROPOSTOS					(756.406)	(756.406)
DIVIDENDOS PROPOSTOS					(941.933)	(941.933)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	**12.473.724**	**478.318**	**2.652.206**	**(167.298)**		**15.436.950**

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTE AO VALOR JUSTO	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL E OUTRAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	**9.292.000**	**551.197**	**2.874.477**	**-13.004**		**12.704.670**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL				52.175		52.175
AUMENTO DE CAPITAL (NOTA 21(A))	2.384.683		(397.982)		(1.986.701)	
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO		14.205				14.205
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO		(143)			(14.915)	(15.058)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(37.386)			37.386	
AJUSTES AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS		(18.637)				(18.637)
LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO					2.999.706	2.999.706
DIVIDENDOS DISTRIBUIDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					(1.931.061)	(1.931.061)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO: (NOTA 21(D))						
RESERVA LEGAL			149.985		(149.985)	
RESERVA DE LOTERIAS			223.258		(223.258)	
RESERVA DE MARGEM OPERACIONAL			(1.931.061)		1.931.061	
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PROPOSTOS					(627.567)	(627.567)
DIVIDENDOS PROPOSTOS					(34.666)	(34.666)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**11.676.683**	**509.236**	**918.677**	**39.171**		**13.143.767**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

	CAIXA - Individual						CAIXA - Consolidado					
	2º Semestre - 2010		Exercício - 2010		Exercício - 2009		2º Semestre - 2010		Exercício-2010		Exercício-2009	
DESCRIÇÃO	**R$**	**%**	**R$**	**%**	**R$**	**%**	**R$**	**%**	**R$**	**%**	**R$**	**%**
1. RECEITAS	**27.403.501**	**371,93**	**51.150.797**	**350,61**	**44.878.300**	**326,08**	**27.420.552**	**371,93**	**51.166.240**	**350,42**	**44.876.557**	**325,97**
Intermediação Financeira	24.080.462	326,83	44.874.689	307,59	39.583.772	287,60	24.097.513	326,83	44.890.132	307,42	39.582.029	287,51
Prestação de Serviços	5.522.406	74,95	10.477.146	71,81	8.766.404	63,70	5.522.406	74,95	10.477.146	71,78	8.766.404	63,68
Provisão p/deved duvidosos - Reversão/(constituição)	(2.118.404)	(28,75)	(4.050.041)	(27,76)	(3.320.781)	(24,12)	(2.118.404)	(28,75)	(4.050.041)	(27,75)	(3.320.781)	(24,12)
Não Operacionais	(80.963)	(1,10)	(150.997)	(1,03)	(151.095)	(1,10)	(80.963)	(1,10)	(150.997)	(1,03)	(151.095)	(1,10)
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**12.648.782**	**171,68**	**23.006.342**	**157,69**	**19.625.268**	**142,58**	**12.610.304**	**171,68**	**22.935.977**	**157,40**	**19.604.649**	**142,40**
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**7.298.393**	**99,06**	**13.355.307**	**91,54**	**11.210.754**	**81,46**	**7.301.991**	**99,06**	**13.369.208**	**91,56**	**11.216.701**	**81,47**
Materiais, energia e outros	1.201.238	16,30	2.233.427	15,31	1.969.334	14,31	1.201.238	16,30	2.233.444	15,30	1.969.334	14,30
Serviços de terceiros	1.363.118	18,50	2.540.389	17,41	2.232.202	16,22	1.363.118	18,50	2.540.389	17,40	2.232.202	16,21
Outras	4.734.037	64,25	8.581.491	58,82	7.009.218	50,93	4.737.635	64,25	8.595.375	58,86	7.015.165	50,96
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**7.456.326**	**101,20**	**14.789.148**	**101,37**	**14.042.278**	**102,04**	**7.508.257**	**101,20**	**14.861.055**	**101,46**	**14.055.207**	**102,10**
5. RETENÇÕES	**348.735**	**4,73**	**680.970**	**4,67**	**605.205**	**4,40**	**348.735**	**4,73**	**680.969**	**4,67**	**605.205**	**4,40**
Depreciação, amortização e exaustão	348.735	4,73	680.970	4,67	605.205	4,40	348.735	4,73	680.969	4,67	605.205	4,40
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**7.107.591**	**96,47**	**14.108.178**	**96,70**	**13.437.073**	**97,64**	**7.159.522**	**96,47**	**14.180.086**	**96,80**	**13.450.002**	**97,70**
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**260.251**	**3,53**	**480.961**	**3,30**	**324.835**	**2,36**	**220.642**	**3,53**	**428.190**	**3,20**	**317.027**	**2,30**
Resultado da equivalência patrimonial	260.251	3,53	480.961	3,30	324.835	2,36	220.642	3,53	428.190	3,20	317.027	2,30
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**7.367.842**	**205,84**	**14.589.139**	**100,00**	**13.761.908**	**100,00**	**7.380.164**	**205,84**	**14.608.276**	**100,00**	**13.767.029**	**100,00**
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**7.367.842**	**205,84**	**14.589.139**	**100,00**	**13.761.908**	**100,00**	**7.380.164**	**205,84**	**14.608.276**	**100,00**	**13.767.029**	**100,00**
Pessoal e encargos	5.069.154	68,80	9.279.463	63,61	8.314.211	60,42	5.069.710	68,80	9.279.992	63,57	8.314.731	60,40
- Salários	3.505.702	47,58	6.539.978	44,83	5.946.145	43,21	3.506.258	47,58	6.540.506	44,81	5.946.665	43,19
- Encargos Previdênciários	308.905	4,19	578.524	3,97	399.974	2,91	308.905	4,19	578.524	3,96	399.974	2,91
- Previdência Privada	191.683	2,60	365.483	2,51	322.023	2,34	191.683	2,60	365.484	2,50	322.023	2,34
- Benefícios	586.799	7,96	1.118.218	7,66	1.196.079	8,69	586.799	7,96	1.118.218	7,66	1.196.079	8,69
- Participação nos Resultados	476.065	6,46	677.260	4,64	449.990	3,27	476.065	6,46	677.260	4,64	449.990	3,27
Impostos, taxas e contribuições	(97.404)	(1,32)	927.025	6,35	1.824.494	13,25	(85.638)	(1,32)	945.633	6,40	1.828.503	13,28
- Imposto de Renda-IR e Contribuiçao Social-CSLL	47.169	0,64	123.168	0,84	116.935	1,19	58.674	0,64	141.439	0,88	120.934	0,88
- Ativo Fiscal Diferido IR/CSLL	(1.608.369)	(21,83)	(2.017.254)	(13,83)	(816.596)	(6,28)	(1.608.368)	(21,83)	(2.017.256)	(13,81)	(816.596)	(5,93)
- Contribuição COFINS/PIS/PASEP/INSS	1.303.406	17,69	2.481.610	17,01	2.256.598	16,40	1.303.666	17,69	2.481.877	17,00	2.256.598	16,39
- ISSQN / IPTU / TAXAS	160.390	2,18	339.501	2,33	267.557	1,94	160.390	2,18	339.573	2,33	267.567	1,94
Aluguéis	299.365	4,06	618.240	4,24	623.497	4,53	299.365	4,06	618.240	4,24	623.497	4,53
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.320.315	5,14	1.698.339	11,64	662.233	4,81	1.320.315	5,14	1.698.339	5,18	662.233	4,81
Lucros retidos	776.412	23,32	2.066.072	14,16	2.337.473	16,99	776.412	23,32	2.066.072	20,61	2.338.065	16,98

Em conformidade com o art. 188 da Lei nº 11.638/07, e as orientações de preenchimento estabelecidas pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP Nº 01 de 14 de fevereiro de 2007, a CAIXA elaborou a DVA - Demonstração do Valor Adicionado com o objetivo de evidenciar o valor da riqueza gerada pela empresa, e a distribuição desta da seguinte forma:

a) 63,57% foram distribuídos para Pessoal e Encargos, perfazendo um total no exercício de R$ 9.279.992 mil;

b) 6,40% foram recolhidos aos cofres públicos nas formas de Imposto de Renda-IR, Contribuição Social-CSLL, COFINS, PIS, PASEP, INSS, ISSQN, IPTU e taxas, perfazendo um total no exercício de R$ 945.633 mil, considerando o Ativo Fiscal Diferido. Ao desconsiderar o Ativo Fiscal Diferido, o percentual sobe para 20,28% e perfaz um valor de R$ 2.962.889 mil;

c) 5,81% foram destinados a aluguéis, perfazendo um total de R$ 618.240 mil

d) 4,24% foram destinados ao Governo Federal, na forma de Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos, perfazendo um total de R$ 1.698.339 mil;

e) 20,61% foram retidos na forma de lucros, perfazendo um total líquido no exercício de R$ 2.066.072 mil.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota 1 – Contexto operacional

A CAIXA é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O capital da CAIXA pertence integralmente a União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da Empresa se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA está autorizada a atuar em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infra-estrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria e suas operações são apresentadas em demonstrações contábeis individuais.

Conforme artigo 1º da Lei n° 11.908, de 3 de março de 2009, a CAIXA constituiu em 31 de março de 2009 a sociedade comercial, sob a forma de sociedade anônima, denominada Caixa Participações S.A. (CAIXAPAR) com o capital social de R$ 2.500.000 representado por 2.500.000 ações ordinárias com vistas ao cumprimento de atividades de seu objeto social e à aquisição de participações acionárias em instituições financeiras públicas ou privadas do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculadas

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da CAIXA são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para permitir um melhor entendimento da evolução patrimonial e dos resultados da CAIXA, tendo em vista a consolidação da CAIXAPAR a partir de junho de 2010, apresentamos, também, as informações consolidadas referentes a dezembro de 2010 e dezembro de 2009.

A CAIXAPAR por não se tratar de uma instituição financeira não apresenta as operações típicas de um Banco como, por exemplo, operações de crédito, dessa forma algumas informações da CAIXA Consolidado irão coincidir com as da CAIXA Individual.

Para clareza nas informações evidenciadas quando apresentarmos a nomenclatura CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO denota que as informações são coincidentes tanto na demonstração individual quanto na demonstração consolidada.

Para a elaboração dessas demonstrações consolidadas, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações sendo que a carteira de títulos para negociação e os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo com reflexo no resultado.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas: à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para contingências; a outras provisões; a planos de previdência complementar; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Por meio da Resolução do CMN n° 3.786/2009, da Carta Circular n° 3.472/2009 e Carta Circular 3.516/2010 o Banco Central do Brasil reiterou o compromisso assumido com a convergência brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) estabelecendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor, devem, a partir da data base de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar até cento e vinte dias após essa data suas demonstrações contábeis consolidadas, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do parecer do auditor independente, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board*.

A CAIXA concluiu os estudos dos impactos da adoção das referidas normas internacionais e atualmente encontra-se no processo de elaboração das demonstrações contábeis em IFRS com a previsão de conclusão e divulgação nos prazos estabelecidos pelo BACEN.

Visando a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade (BRGAAP) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) o Conselho Monetário Nacional já aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

– CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução do CMN n° 3.566/08;

– CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa; aprovado pela Resolução do CMN n° 3.604/08;

– CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas, aprovado pela Resolução do CMN n° 3.750/09;

– CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução do CMN n° 3.823/09.

Os pronunciamentos acima descritos já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários que não divergem com as normas emitidas pelo órgão regulador.

A aprovação e autorização para a publicação das demonstrações contábeis do semestre findo em 31 de dezembro de 2010 foram concedidas de acordo com a deliberação dos conselheiros em 10 de fevereiro de 2011.

Nota 3 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas pela CAIXA estão assim resumidas:

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registrados pelo valor de resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades em moeda nacional são avaliadas pelo seu valor de face, e as em moedas estrangeiras são convertidas usando-se a taxa de fechamento divulgada pelo BACEN na data do Balanço Patrimonial.

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira, as aplicações em operações interfinanceiras compromissadas, com vencimento original de até 90 dias e que apresentam risco mitigado de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos a curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(d) Títulos e valores mobiliários

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

– Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

– Títulos disponíveis para venda: que não se enquadram como títulos para negociação

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste ao valor justo TVM e derivativos". As valorizações/desvalorizações serão levadas a resultados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.

– Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados "pro-rata" dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos *(hedge*) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

(f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso		Classificação do cliente
Prazo normal	**Prazo especial (i)**	
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(i) Compreendem as operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução do CMN nº 2.682/1999.

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60° dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias (360 dias – prazo especial), são baixadas contra a provisão, e controladas por no mínimo cinco anos em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

(g) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A partir de 1° maio de 2008, a contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.059/2002 alterada pela Resolução do CMN n° 3.355/2006.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objetos de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Liquido.

(h) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

(i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas, cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(j) Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidas com essas finalidades. O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, com incorporação ao custo do valor do saldo da reserva de reavaliação por força da Resolução do CMN nº 3.617/2008, submetidos a testes de redução ao valor recuperável e depreciados pelo método linear sem valor residual.

(k) Intangível

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável, conforme estabelece a Resolução do CMN nº. 3.642/2008

(l) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Conforme determinado na Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

(m) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

(n) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

(i) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Passivos contingentes – são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

(o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata" dia).

(p) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. As perdas são reconhecidas diretamente no resultado do período.

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios de curto prazo devidos aos empregados são reconhecidos contabilmente no resultado do período em que o empregado faz jus ao benefício.

O reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, para os benefícios pós-emprego, é efetuado de acordo os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM n° 600/2009.

(i) A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

I. 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido;

II. 10% do valor justo dos ativos do plano.

(ii) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados conforme item (i), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Caixa	1.767.713	1.824.823
Disponibilidade em moeda nacional	1.686.505	1.379.224
Disponibilidade em moeda estrangeira	36.775	30.655
Total de Disponibilidades (caixa)	**3.490.993**	**3.234.702**
Aplicações interfinanceiras de liquidez*	12.005.555	29.336.351
Total	**15.496.548**	**32.571.053**

* Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
Aplicações no mercado aberto	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro de 2010	%	31 de dezembro de 2009	%
Posição bancada	**677.690**	**-**	**-**	**-**	**677.690**	**5,55**	**321**	**0,00**
Letras Financeiras do Tesouro	120.684	-	-	-	120.684	0,99	21	0,00
Letras do Tesouro Nacional	507.006	-	-	-	507.006	4,15	300	0,00
Notas do Tesouro Nacional	50.000	-	-	-	50.000	0,41	-	0,00
Posição financiada	**11.327.865**	**-**	**-**	**-**	**11.327.865**	**92,80**	**29.336.030**	**99,69**
Letras Financeiras do Tesouro	11.026.875	-	-	-	11.026.875	0,00	5.279.745	17,94
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	0,00	5.247.536	17,83
Notas do Tesouro Nacional	300.990	-	-	-	300.990	2,47	18.808.749	63,91
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**-**	**201.687**	**-**	**-**	**201.687**	**1,65**	**92.334**	**0,31**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	202.058	-	-	202.058	1,66	92.334	0,31
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	-	(371)	-	-	(371)	0,00	-	0,00
Total	**12.005.555**	**201.687**	**-**	**-**	**12.207.242**	**100,00**	**29.428.685**	**100,00**
Ativo circulante	**12.005.555**	**201.687**	**-**	**-**	**12.207.242**	**100,00**	**29.428.685**	**100,00**

(a) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2010		2009
	2° semestre	Exercício	Exercício
Rendas de aplicação em operações compromissadas:	**1.969.055**	**3.889.579**	**4.359.821**
Posição bancada	76.587	315.793	612.409
Posição financiada	1.892.468	3.573.786	3.747.412
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**3.914**	**7.898**	**116.276**
Total	**1.972.969**	**3.897.477**	**4.476.097**

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2010		2009	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
I – Títulos para negociação	**37.531.591**	**34,57**	**46.451.351**	**39,2**
Letras Financeiras do Tesouro	7.132.082	6,57	7.543.167	6,37
Letras do Tesouro Nacional	22.134.575	20,39	18.138.673	15,3
Notas do Tesouro Nacional	8.197.330	7,55	20.708.982	17,5
Debêntures	50.084	0,05	46.014	0,04
Cotas de Fundos	17.520	0,02	14.515	0,02
II – Títulos disponíveis para venda	**1.582.856**	**1,46**	**1.471.071**	**1,24**
Letras Financeiras do Tesouro	211.313	0,19	260.053	0,22
Notas do Tesouro Nacional	6.196	0,01	207.830	0,18
Títulos da Dívida Agrária	266	0,00	260	-
Certificado Financeiro do Tesouro	64.318	0,06	57.369	0,05
Debêntures	301.802	0,28	313.413	0,26
Notas Promissórias	723.966	0,67	-	-
Cotas de Fundos	7.880	0,01	668	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	64.235	0,06	69.304	0,06
Outros	202.880	0,19	562.174	0,47
III – Títulos mantidos até o vencimento	**69.460.825**	**63,97**	**70.527.406**	**59,5**
Letras Financeiras do Tesouro	5.494.117	5,06	10.420.993	8,8
Letras do Tesouro Nacional	9.683.462	8,92	8.792.353	7,42
Notas do Tesouro Nacional	54.114.797	49,84	47.751.907	40,3
Tesouro Nacional/Securitização	168.449	0,16	3.203.027	2,7
Debêntures	-	0,00	56.186	0,05
Notas Promissórias	-	0,00	302.940	0,26
Instrumentos Financeiros Derivativos	**1**	**0,00**	**396**	**-**
Total	**108.575.273**	**100,00**	**118.450.224**	**100,00**
Ativo circulante	**57.737.196**	**53,18**	**52.974.464**	**44,7**
Ativo não circulante	**50.838.077**	**46,82**	**65.475.760**	**55,3**

(b) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos por prazo

(b.1) Categoria I – Títulos para negociação

	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
	31 de dezembro de 2010							31 de dezembro de 2009		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	**10.113.294**	**5.441.767**	**5.688.916**	**16.262.407**	**37.506.384**	**(42.397)**	**37.463.987**	**46.373.584**	**17.238**	**46.390.822**
Letras Financeiras do Tesouro	-	445.081	2.584.234	4.103.686	7.133.001	(919)	7.132.082	7.544.236	(1.069)	7.543.167
Letras do Tesouro Nacional	7.078.136	4.996.686	3.104.682	6.979.309	22.158.813	(24.238)	22.134.575	18.156.884	(18.211)	18.138.673
Notas do Tesouro Nacional	3.035.158	-	-	5.179.412	8.214.570	(17.240)	8.197.330	20.672.464	36.518	20.708.982
Títulos – Empresas	**-**	**-**	**-**	**67.078**	**67.078**	**526**	**67.604**	**59.999**	**530**	**60.529**
Debêntures	-	-	-	49.558	49.558	526	50.084	45.484	530	46.014
Cotas de Fundos	-	-	-	17.520	17.520	-	17.520	14.515	-	14.515
Total	**10.113.294**	**5.441.767**	**5.688.916**	**16.329.485**	**37.573.462**	**(41.871)**	**37.531.591**	**46.433.583**	**17.768**	**46.451.351**
% Pz Venc.	26,92	14,48	15,14	43,46	100,00	-	-	100,00	-	-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b.2) Categoria II – Títulos disponíveis para venda

	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
	31 de dezembro de 2010							31 de dezembro de 2009		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	**-**	**-**	**-**	**770.105**	**770.105**	**(342.193)**	**427.912**	**1.010.489**	**6.515**	**1.017.004**
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	210.757	210.757	556	211.313	259.003	1.050	260.053
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	3.998	3.998	2.198	6.196	202.288	5.542	207.830
Títulos da Dívida Agrária	-	-	-	254	254	12	266	236	24	260
Certificado Financeiras Tesouro	-	-	-	63.604	63.604	714	64.318	57.470	(101)	57.369
Outros	-	-	-	491.492	491.492	(345.673)	145.819	491.492	-	491.492
Títulos – Empresas	**80**	**724.187**	**-**	**390.096**	**1.114.363**	**40.581**	**1.154.944**	**400.912**	**53.155**	**454.067**
Debêntures	80	-	-	294.308	294.388	7.414	301.802	305.247	8.166	313.413
Notas Promissórias	-	724.187	-	-	724.187	(221)	723.966	-	-	-
Cotas de Fundos	-	-	-	7.880	7.880	-	7.880	668	-	668
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	62.952	62.952	1.283	64.235	70.041	(737)	69.304
Outros	-	-	-	24.956	24.956	32.105	57.061	24.956	45.726	70.682
Total	**80**	**724.187**	**-**	**1.160.201**	**1.884.468**	**(301.612)**	**1.582.856**	**1.411.401**	**59.670**	**1.471.071**

(b.3) Categoria III – Títulos mantidos até o vencimento

	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	31 de dezembro de 2010						31 de dezembro de 2009	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos – Brasil	**10.995.071**	**3.061.789**	**5.424.698**	**49.979.267**	**69.460.825**	**71.639.162**	**70.168.279**	**70.204.969**
Letras Financeiras do Tesouro	-	515.881	899.563	4.078.673	5.494.117	5.493.604	10.420.993	10.423.067
Letras do Tesouro Nacional	9.683.462	-	-	-	9.683.462	9.682.131	8.792.353	8.765.069
Notas do Tesouro Nacional	1.311.609	2.545.908	4.525.135	45.732.145	54.114.797	56.323.296	47.751.907	48.317.965
Tesouro Nacional/ Securitização	-	-	-	168.449	168.449	140.131	3.203.027	2.698.868
Títulos – Empresas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**359.127**	**355.710**
Debêntures	-	-	-	-	-	-	56.186	52.730
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	302.940	302.980
Total	**10.995.071**	**3.061.789**	**5.424.698**	**49.979.267**	**69.460.825**	**71.639.162**	**70.527.406**	**70.560.679**

(c) Classificação consolidada por prazos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
	31 de dezembro de 2010											
	Custo	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado refletida		Valor de Mercado categoria I e II	Valor de Mercado*	%	1-30	31 – 90	91 – 180	181 – 360	361 – 720	Acima de 720 dias
		Resultado	Patrimônio líquido									
Títulos Públicos – Brasil	**107.737.315**	**(42.397)**	**(342.194)**	**107.352.724**	**109.531.061**	**98,90**	**21.108.366**	**692.461**	**7.811.095**	**11.113.614**	**28.382.788**	**38.628.991**
Letras Financeiras do Tesouro	12.837.875	(919)	556	12.837.512	12.836.999	11,59	-	692.461	268.501	3.483.797	2.871.407	5.521.709
Letras do Tesouro Nacional	31.842.275	(24.238)	-	31.818.037	31.816.706	28,73	16.761.599	-	4.996.686	3.104.682	2.492.926	4.486.382
Notas do Tesouro Nacional	62.333.365	(17.240)	2.198	62.318.323	64.526.822	58,26	4.346.767	-	2.545.908	4.525.135	23.018.201	27.897.354
Tesouro Nacional/Securitização	168.449	-	-	168.449	140.131	0,13	-	-	-	-	-	168.449
Títulos da Dívida Agrária	254	-	12	266	266	0,00	-	-	-	-	254	-
Certificado Financeiro do Tesouro	63.605	-	713	64.318	64.318	0,06	-	-	-	-	-	63.605
Outros	491.492	-	(345.673)	145.819	145.819	0,13	-	-	-	-	-	491.492
Títulos – Empresas	**1.181.441**	**526**	**40.581**	**1.222.548**	**1.222.548**	**1,10**	**80**	**724.187**	**-**	**-**	**78.344**	**378.830**
Debêntures	343.946	526	7.414	351.886	351.886	0,32	80	-	-	-	78.344	265.522
Notas Promissórias	724.187	-	(221)	723.966	723.966	0,65	-	724.187	-	-	-	-
Cotas de Fundos	25.400	-	-	25.400	25.400	0,02	-	-	-	-	-	25.400
Certif. de Recebíveis Imobiliários	62.952	-	1.283	64.235	64.235	0,06	-	-	-	-	-	62.952
Outros	24.956	-	32.105	57.061	57.061	0,05	-	-	-	-	-	24.956
Subtotal – TVM	**108.918.756**	**(41.871)**	**(301.613)**	**108.575.272**	**110.753.609**	**100,00**	**21.108.446**	**1.416.648**	**7.811.095**	**11.113.614**	**28.461.132**	**39.007.821**
Para negociação	37.573.462	(41.871)	-	37.531.591	37.531.591	33,89	10.113.295	445.081	4.996.686	5.688.916	9.115.063	7.214.421
Disponíveis para Venda	1.884.469	-	(301.613)	1.582.856	1.582.856	1,43	80	724.187	-	-	72.681	1.087.521
Mantidos até o Vencimento	69.460.825	-	-	69.460.825	71.639.162	64,68	10.995.071	247.380	2.814.409	5.424.698	19.273.388	30.705.879
Derivativos (ATIVO)	**1**	**-**	**-**	**1**	**1**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Derivativos (PASSIVO)	**1.521**	**-**	**-**	**1.644**	**1.644**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
TVM e Derivativos (ATIVO)	**108.918.757**	**(41.871)**	**(301.613)**	**108.575.273**	**110.753.610**	**100,00**	**21.108.446**	**1.416.648**	**7.811.095**	**11.113.614**	**28.461.132**	**39.007.821**
TVM e Derivativos (PASSIVO)	**1.521**	**-**	**-**	**1.644**	**1.644**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

* Os títulos mantidos até o vencimento foram marcados a mercado para análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio liquido.

(d) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
	Carteira Própria	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	%
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central			
Títulos Públicos – Brasil	**72.852.562**	**34.184.622**	**314.325**	**1.215**	**1**	**107.352.725**	**98,87**
Letras Financeiras do Tesouro	5.019.100	7.814.569	3.843	-	-	12.837.512	11,82
Letras do Tesouro Nacional	24.144.582	7.663.716	9.739	-	-	31.818.037	29,31
Notas do Tesouro Nacional	43.310.028	18.706.337	300.743	1.215	-	62.318.323	57,4
Tesouro Nacional/ Securitização	168.449	-	-	-	-	168.449	0,16
Títulos da Dívida Agrária	266	-	-	-	-	266	-
Certificado Financeiro do Tesouro	64.318	-	-	-	-	64.318	0,06
Outros	145.819	-	-	-	1	145.820	0,13
Títulos – Empresas	**1.222.548**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.222.548**	**1,13**
Debêntures	351.886	-	-	-	-	351.886	0,32
Notas Promissórias	723.966	-	-	-	-	723.966	0,67
Cotas de Fundos	25.400	-	-	-	-	25.400	0,02
Certificado de Recebíveis Imobiliários	64.235	-	-	-	-	64.235	0,06
Outros	57.061	-	-	-	-	57.061	0,05
31 de dezembro de 2010	**74.075.110**	**34.184.622**	**314.325**	**1.215**	**1**	**108.575.273**	**100,00**
31 de dezembro de 2009	**70.653.467**	**35.478.534**	**345.762**	**11.972.065**	**396**	**118.450.224**	**100,00**

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Os títulos CVS referentes a contratos de novação de dívida do FCVS, cujo prazo de vencimento é em 2027, são remunerados com base na variação da TR mais juros anuais de até 6,17%. Tendo por base a Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União está autorizada a permutá-los por outros títulos de emissão do Tesouro Nacional ao valor de face atualizado. Ciente de que a permuta, quando necessária, será realizada e considerando a capacidade financeira da CAIXA, a Administração decidiu classificar os referidos títulos na categoria mantidos até o vencimento – Tesouro Nacional/Securitização.

Em 30 de dezembro de 2010 foi emitida a portaria STN n° 728 que autorizou a emissão de 3.578.288 Letras do Tesouro Nacional – LTN no valor de R$ 2.876.426 com vencimentos em 01/07/2012 (R$ 1.438.220) e 01/04/2013 (R$ 1.438.206) a favor da CAIXA em permuta por 1.323.797 títulos CVS com valor de R$ 2.876.426 com vencimento em 1/01/2027.

(e) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2010		2009
	2° semestre	Exercício	Exercício
Operações compromissadas	1.969.055	3.889.579	4.359.821
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.582	7.527	116.276
Ativos financeiros disponíveis para venda	16.621	131.488	252.423
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.789.534	3.161.715	3.750.514
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.943.401	8.191.555	9.080.770
Total	**7.722.193**	**15.381.864**	**17.559.804**

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) registrados em contas patrimoniais e contas de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados com instrumentos de hedge, destinam-se a proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada por causa dos ajustes diários. Os contratos de swap, registrados na Cetip e na BM&F, estão sujeitos a risco de crédito no caso de a contraparte não ter capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em "swap" em 31 de dezembro de 2010 é de R$ 94 (2009 – R$ 56.246).

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

As posições desses derivativos têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação, e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R$ 19.140.129 (2009 – R$ 30.898.288). O diferencial a pagar de *Swap* nessa data monta R$ 1.521 (2009 – R$ 982) e o diferencial a receber de *Swap*, R$ 1 (2009 – R$ 396).

(g) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	31 de dezembro de 2010				31 de dezembro de 2009			
	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber/Pago	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber/Pago	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de futuros	18.809.362	-	-	18.809.362	17.677.068	-	-	17.677.068
Compromissos de venda	18.809.362	-	-	18.809.362	17.677.068	-	-	17.677.068
Moeda estrangeira	8.368	-	-	8.368	7.453	-	-	7.453
Índices	18.800.994	-	-	18.800.994	17.669.615	-	-	17.669.615
Contratos de swaps								
Posição ativa								
Taxa Referencial	136.804	1	14.515	151.320	1.855.620	396	21.010	1.877.026
Posição passiva								
Pós-Fixados	136.804	1.644	13.537	151.985	1.855.620	982	22.684	1.879.286

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, local de negociação, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de custo e valor de mercado

	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	2010							2009
	31 de dezembro							31 de dezembro
Descrição	1 – 30 dias	31 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 365 dias	366 – 720 dias	Acima de 720 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
ATIVO – DI – Futuros – posição vendida								
BM&F Bovespa	3.250.888	-	4.603.729	3.100.175	5.147.971	2.698.231	18.800.994	17.669.615
ATIVO DOLAR – Futuros – posição vendida								
BM&F Bovespa	-	8.368	-	-	-	-	8.368	-
ATIVO DOLAR – Futuros – posição comprada								
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	7.453
ATIVO DDI – Futuros – posição vendida								
BM&F Bovespa	57.604	-	-	-	-	-	57.604	-
ATIVO DDI – Futuros – posição comprada								
BM&F Bovespa	-	-	-	65.609	-	-	65.609	-

(i) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício
Swap	(4.186)	(5.099)	(698)
Futuro	(72.437)	(114.048)	(399.514)
Total	**(76.623)**	**(119.147)**	**(400.212)**

(j) Margem de garantia

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco em aberto, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

Descrição	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Títulos públicos	314.168	345.618
– Notas do Tesouro Nacional	300.744	–
– Letras do Tesouro Nacional	9.739	–
– Letras Financeiras do Tesouro	3.685	345.618

(k) Marcação a mercado

A marcação a mercado desempenha importante papel no gerenciamento do risco de mercado, demonstrando as flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela Instituição. Seu objetivo é estimar os preços dos fatores de risco de mercado aos quais estão expostas as operações ativas e passivas e, conseqüentemente, os preços que reflitam, da melhor maneira possível, as condições de negociação das posições das carteiras da CAIXA no mercado financeiro.

Na CAIXA, o processo de marcação a mercado é baseado nas cotações de mercado, quando existente. Na inexistência de mercado ativo adota-se a construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das curvas de taxas de juros de mercado. Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, sendo utilizados modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido e as curvas a partir dos preços e taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

A atividade de marcação a mercado está inserida no processo de gerenciamento do risco de mercado e é executada por unidade específica, sob a responsabilidade do Vice-Presidente de Controle e Risco.

A metodologia de marcação a mercado da CAIXA está alinhada às melhores práticas de governança corporativa e gestão de riscos. Abrange todas as operações ativas e passivas da Instituição que possuem essa exigência e tem como princípios fundamentais a transparência da informação e a independência da unidade gestora.

Os preços e taxas utilizados na avaliação do valor de mercado das operações ativas e passivas são oriundos de fontes com representatividade e confiabilidade no mercado: preços públicos ou disponíveis a todas as instituições financeiras e preços decorrentes de coletas privadas ou acessíveis a um grupo específico ou limitado destas instituições.

Os dados são capturados e utilizados para representar as informações de mercado relativas ao mesmo momento, sendo validados sob os aspectos físico e lógico.

A validação física ou de integridade consiste em verificar se os dados de mercado capturados nas fontes primárias e disponíveis nos sistemas envolvidos no processo de marcação a mercado apresentam os mesmos valores.

A validação lógica consiste em verificar se os dados capturados são consistentes e compatíveis com o comportamento do mercado, evitando imprecisões, erros ou não sincronismo e compreende duas funcionalidades:

• Verificação comparativa entre os valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado e os valores e estruturas temporais geradas em dias anteriores ou apresentadas pelos fatores de risco dos instrumentos, contratos, ativos ou títulos que possam servir de referência.

• Verificação absoluta para detectar e observar variações e descontinuidades inesperadas ou inconsistentes dentro dos próprios valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado, como, por exemplo, as variações no valor da taxa a termo utilizada para a interpolação ou extrapolação dos dados.

Nota 7 – Relações interfinanceiras – Créditos vinculados

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

Descrição	Remuneração	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	5.218.082	3.408.338
Compulsório sobre depósito de poupança	TR + 6% a.a	25.729.976	21.631.421
Compulsório sobre depósito a prazo	Taxa selic	3.869.412	-
Compulsório adicional	Taxa selic	19.109.921	7
Total		**53.927.391**	**25.039.766**

(b) A rubrica "Sistema Financeiro da Habitação – SFH" inclui preponderantemente os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, no montante de R$ 23.734.553 (2009 – R$ 27.658.844) e provisões de R$ 2.913.331 (2009 – R$ 3.250.597), que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Nos dias 28 e 29 de dezembro de 2010 foram celebrados contratos de novação com a União no valor de R$ 5.493.700 sendo R$ 3.546.063 em títulos CVS e o restante no valor de R$ 1.947.638 referente aos juros que serão pagos em 01/02/2011.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
Situação dos contratos	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Não habilitados (i)	2.557.588	(447.211)	2.577.827	(552.859)
Habilitados e não homologados (ii)	5.529.138	(1.999.363)	5.215.350	(1.990.401)
Habilitados e homologados (iii)	15.647.827	(466.757)	19.865.667	(707.337)
Total	**23.734.553**	**(2.913.331)**	**27.658.844**	**(3.250.597)**

(i) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação na CAIXA.
(ii) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte da CAIXA e/ou do FCVS, para homologação final do FCVS.
(iii) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício
Créditos vinculados ao BACEN	1.824.702	2.942.783	1.329.431
Créditos vinculados ao SFH	768.203	1.603.228	1.757.443
Total	**2.592.905**	**4.546.011**	**3.086.874**

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição das carteiras de crédito por tipo de operação

(a.1) Curso normal

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010		2009	
							31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	2.828.104	1.862.564	1.643.552	4.535.863	6.678.774	24.094.220	41.643.077	27,92	33.064.686	32,21
Financiamentos	873.686	223.343	213.577	600.201	1.031.902	5.526.369	8.469.078	5,68	5.394.154	5,25
Financiamentos imobiliários	2.174.141	1.070.655	1.061.420	3.180.891	6.304.865	71.392.642	85.184.614	57,12	53.810.328	52,42
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	63.763	63.449	63.421	190.243	380.474	10.378.664	11.140.014	7,47	8.215.055	8,00
Outros Créditos	1.293.050	518.747	324.325	396.703	155.908	13.457	2.702.190	1,81	2.176.370	2,12
31 de dezembro de 2010	**7.232.744**	**3.738.758**	**3.306.295**	**8.903.901**	**14.551.923**	**111.405.352**	**149.138.973**	**100,00**	-	-
31 de dezembro de 2009	**5.821.652**	**3.135.448**	**2.726.348**	**7.307.145**	**11.750.064**	**71.919.936**	-	-	**102.660.593**	**100,00**

(a.2) Curso anormal – Parcelas vencidas

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010		2009	
							31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	279.167	198.997	208.590	470.780	588.366	93.749	1.839.649	52,33	1.794.119	59,86
Financiamentos	22.597	29.253	136.195	273.408	331.939	15.893	809.285	23,02	650.219	21,69
Financiamentos imobiliários	118.079	68.520	137.801	248.773	257.232	7.906	838.311	23,85	533.671	17,81
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	-	17	5.433	-	3.787	-	9.237	0,26	54	-
Outros Créditos	5.728	4.909	1.730	2.168	2.552	2.001	19.088	0,54	19.083	0,64
31 de dezembro de 2010	**425.571**	**301.696**	**489.749**	**995.129**	**1.183.876**	**119.549**	**3.515.570**	**100,00**	-	-
31 de dezembro de 2009	**383.669**	**268.733**	**455.641**	**844.834**	**959.920**	**84.349**	-	-	**2.997.146**	**100,00**

(a.3) Curso anormal – Parcelas vincendas

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010		2009	
							31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	111.833	105.830	103.605	281.725	478.424	1.496.540	2.577.957	9,97	4.137.920	19,78
Financiamentos	35.351	27.384	26.710	75.620	131.225	377.180	673.470	2,60	536.029	2,56
Financiamentos imobiliários	995.178	266.938	266.049	796.792	1.581.600	18.400.543	22.307.100	86,26	16.176.638	77,33
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	2.813	2.813	2.813	8.438	16.876	258.130	291.883	1,13	58.089	0,28
Outros Créditos	8.314	218	69	186	316	1.191	10.294	0,04	10.027	0,05
31 de dezembro de 2010	**1.153.489**	**403.183**	**399.246**	**1.162.761**	**2.208.441**	**20.533.584**	**25.860.704**	**100**	-	-
31 de dezembro de 2009	**708.229**	**357.163**	**353.611**	**1.039.227**	**1.964.616**	**16.495.857**	-	-	**20.918.703**	**100,00**

(a.4) Consolidação da composição das carteiras de crédito por tipo de operação

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2010		2009	
	Total em 31 de dezembro (a1)+(a2)+(a3)	%	Total em 31 de dezembro (a1)+(a2)+(a3)	%
Empréstimos e títulos descontados	46.060.683	25,80	38.996.725	30,81
Financiamentos	9.951.833	5,57	6.580.402	5,20
Financiamentos imobiliários	108.330.025	60,68	70.520.637	55,71
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	11.441.134	6,42	8.273.198	6,54
Outros Créditos (nota 9 c.1)	2.731.572	1,53	2.205.480	1,74
Total	**178.515.247**	**100,00**	**126.576.442**	**100,00**

(b) Modalidades e níveis de risco

Operações de Crédito	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2010		2009	
										31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Empréstimos e títulos descontados	6.238.458	25.998.482	6.835.955	3.005.916	1.254.044	486.491	404.490	320.100	1.516.747	46.060.683	25,80	38.996.725	30,81
Financiamentos	2.823.357	3.510.805	1.133.675	582.489	469.184	166.792	157.475	141.273	966.784	9.951.834	5,57	6.580.402	5,20
Financiamentos imobiliários	134.283	49.846.934	31.102.049	19.224.048	1.259.722	654.794	508.365	434.989	5.164.842	108.330.026	60,68	70.520.637	55,71
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	637.961	8.208.226	1.163.606	878.536	448.738	63.743	-	35.888	4.437	11.441.134	6,41	8.273.198	6,54
Outros Créditos	2.589	1.147.933	699.810	303.259	429.766	70.483	15.185	7.806	54.739	2.731.570	1,54	2.205.480	1,74
31 de dezembro de 2010	**9.836.648**	**88.712.380**	**40.935.095**	**23.994.247**	**3.861.454**	**1.442.303**	**1.085.515**	**940.056**	**7.707.549**	**178.515.247**	**100,00**	-	-
%	5,51	49,69	22,93	13,44	2,16	0,81	0,61	0,53	4,32	**100,00**	-	-	-
31 de dezembro de 2009	**8.091.645**	**57.494.139**	**33.878.291**	**15.550.843**	**3.381.216**	**842.003**	**716.694**	**850.136**	**5.771.475**	-	-	**126.576.442**	**100,00**
%	6,39	45,42	26,77	12,29	2,67	0,67	0,57	0,67	4,56	-	-	-	-

(c) Faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Curso normal

	Níveis de risco												
	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
	Operações em Curso Normal									2010		2009	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
01 a 30	849.796	3.167.709	1.734.428	744.269	423.485	80.337	51.752	41.090	139.878	7.232.744	4,85	5.821.652	5,67
31 a 60	280.677	1.825.394	818.853	416.644	218.990	46.587	25.407	21.962	84.244	3.738.758	2,51	3.135.448	3,05
61 a 90	176.248	1.713.067	722.714	374.357	164.940	35.380	20.004	21.323	78.262	3.306.295	2,22	2.726.348	2,66
91 a 180	387.897	4.878.032	1.911.429	974.617	348.467	79.281	51.824	58.178	214.176	8.903.901	5,97	7.307.145	7,12
181 a 360	730.017	8.508.356	3.060.421	1.404.801	336.897	102.546	73.351	26.430	309.104	14.551.923	9,75	11.750.065	11,45
Acima de 360	7.295.010	60.704.093	25.152.938	14.465.585	1.102.522	237.212	178.382	144.075	2.125.535	111.405.352	74,70	71.919.935	70,05
Total	**9.719.645**	**80.796.651**	**33.400.783**	**18.380.273**	**2.595.301**	**581.343**	**400.720**	**313.058**	**2.951.199**	**149.138.973**	**100,0**	**102.660.593**	**100,00**
%	**6,52**	**54,18**	**22,40**	**12,32**	**1,74**	**0,39**	**0,27**	**0,21**	**1,98**	**100,00**	-	**100,00**	-

(c.2) Curso anormal

	Níveis de risco												
	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
	Operações em Curso Anormal									2010		2009	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Parcelas Vincendas	**25.873**	**7.835.317**	**7.343.589**	**5.342.111**	**904.526**	**545.640**	**373.195**	**330.537**	**3.159.916**	**25.860.704**	**100,00**	**20.918.703**	**100,00**
01 a 30	7.766	266.106	592.175	144.377	29.582	15.405	12.166	8.301	77.611	1.153.489	4,46	708.228	**3,38**
31 a 60	626	127.039	115.286	71.158	18.747	9.863	7.981	5.111	47.372	403.183	1,56	357.163	1,71
61 a 90	626	126.169	114.278	70.293	18.373	9.727	7.815	5.052	46.913	399.246	1,54	353.612	1,69
91 a 180	1.864	373.429	324.826	206.103	52.799	28.313	22.372	14.744	138.311	1.162.761	4,50	1.039.226	4,97
181 a 360	3.502	722.539	610.947	389.590	94.608	52.600	39.967	27.976	266.713	2.208.441	8,54	1.964.614	9,39
Acima de 360	11.489	6.220.035	5.586.077	4.460.590	690.417	429.732	282.894	269.353	2.582.996	20.533.584	79,40	16.495.860	78,86
Parcelas Vencidas	**91.130**	**80.412**	**190.723**	**271.863**	**361.627**	**315.320**	**311.600**	**296.461**	**1.596.434**	**3.515.570**	**100**	**2.997.146**	**100,00**
01 a 30	89.180	76.776	148.158	36.333	18.367	7.681	8.532	3.010	37.534	425.571	12,11	383.667	12,80
31 a 60	-	3.636	41.992	146.628	29.840	12.839	12.822	13.105	40.834	301.696	8,58	268.733	8,97
61 a 90	-	-	573	58.704	250.180	51.693	26.330	20.936	81.333	489.749	13,93	455.642	15,20
91 a 180	-	-	-	30.198	63.158	204.179	228.624	225.263	243.707	995.129	28,31	844.834	28,19
181 a 360	-	-	-	-	82	38.928	35.292	34.114	1.075.460	1.183.876	33,68	959.921	32,03
Acima de 360	1.950	-	-	-	-	-	-	33	117.566	119.549	3,40	84.349	2,81
subtotal	**117.003**	**7.915.729**	**7.534.312**	**5.613.974**	**1.266.153**	**860.960**	**684.795**	**626.998**	**4.756.350**	**29.376.274**	-	**23.915.849**	-
%	**25.873**	**7.835.317**	**7.343.589**	**5.342.111**	**904.526**	**545.640**	**373.195**	**330.537**	**3.159.916**	**25.860.704**	**100,00**	100,00	-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(d) Composição por setor de atividade da carteira de crédito

DESCRIÇÃO	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2010		2009	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
SETOR PÚBLICO	**15.583.878**	**8,73**	**11.666.037**	**9,22**
Administração Direta	6.363.069	3,56	4.937.291	3,90
Petroquímico	5.659.945	3,17	3.613.751	2,85
Saneamento	2.266.076	1,27	1.914.756	1,51
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	598.865	0,34	555.838	0,44
Outros	695.923	0,39	644.401	0,51
SETOR PRIVADO	**162.931.369**	**91,27**	**114.910.405**	**90,78**
PESSOA JURÍDICA	**37.933.073**	**21,25**	**28.213.056**	**22,29**
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	**18.265.635**	**10,23**	**14.480.340**	**11,44**
Comércio Varejista e Atacadista	6.433.934	3,60	6.282.108	4,96
Metalurgia	3.100.198	1,74	2.101.443	1,66
Fabricação de Produtos Químicos	296.159	0,17	1.158.188	0,92
Alimentos	2.138.161	1,20	1.045.515	0,83
Veículos Leves e Pesados	668.403	0,37	842.005	0,67
Vestuário e Acessórios	359.045	0,20	354.082	0,28
Outros Indústria e Comércio	5.269.735	2,95	2.696.999	2,13
SERVIÇOS	**19.667.438**	**11,02**	**13.732.716**	**10,85**
Petroquímico	493.977	0,28	387.880	0,31
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	2.693.267	1,50	1.759.146	1,39
Saneamento	207.208	0,11	202.144	0,16
Construção Civil	1.014.892	0,57	1.767.009	1,40
Saúde	1.352.890	0,76	1.070.101	0,85
Atividades de Serviços Financeiros	3.452.306	1,93	2.335.308	1,84
Escritório	401.856	0,23	313.823	0,25
Transporte Terrestre	376.421	0,21	522.321	0,41
Educação	303.384	0,17	233.142	0,18
Infraestrutura	242.229	0,14	154.208	0,12
Habitação	1.870.616	1,05	50.099	0,04
Telecomunicações	2.075.466	1,16	2.263.150	1,79
Outros Serviços	5.182.926	2,90	2.674.385	2,11
PESSOA FÍSICA	**124.998.296**	**70,02**	**86.697.349**	**68,49**
Habitação	98.675.809	55,28	65.612.878	57,10
Empréstimos	26.322.487	14,75	21.084.471	18,35
Total	**178.515.247**	**100,00**	**126.576.442**	**100,00**

(e) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	2010				2009	
	31 de dezembro				31 de dezembro	
	Setor público	Setor privado	Total	%	Total	%
Curto prazo	**1.615.852**	**41.444.889**	**43.060.741**	**24,12**	**35.102.468**	**27,73**
De 0 a 90 dias	480.087	15.753.631	16.233.718	9,09	13.199.103	10,43
De 91 a 360 dias	1.135.765	25.691.258	26.827.023	15,03	21.903.365	17,3
Longo prazo	**13.967.939**	**117.970.997**	**131.938.936**	**73,91**	**88.635.763**	**70,03**
De 1 ano até 3 anos	2.981.009	47.949.032	50.930.041	28,53	39.063.579	30,86
De 3 anos até 5 anos	2.651.869	32.873.024	35.524.893	19,90	24.452.890	19,32
De 5 anos até 15 anos	4.870.083	31.927.265	36.797.348	20,61	18.908.606	14,94
Mais de 15 anos	3.464.978	5.221.676	8.686.654	4,87	6.210.688	4,91
Total normal	**15.583.791**	**159.415.886**	**174.999.677**	**98,03**	**123.738.231**	**97,76**
Total vencido	**4.454**	**3.511.116**	**3.515.570**	**1,97**	**2.838.211**	**2,24**
Total geral	**15.588.245**	**162.927.002**	**178.515.247**	**100,00**	**126.576.442**	**100,00**

Os itens de balanço que compõem o montante de R$ 2.731.572 (2009 – R$ 2.205.480), referente a "Outros créditos com características de concessão de crédito" estão descritos na Nota nº 9 (c.1).

(f) Rendas de operação de crédito

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	5.827.600	10.851.620	8.473.481
Financiamentos imobiliários	4.516.622	7.961.166	5.317.355
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	409.592	751.383	514.874
Outros créditos	4.784	9.549	-
Total	**10.758.598**	**19.573.718**	**14.305.710**

(g) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Saldo inicial	**8.980.076**	**7.001.125**
Provisão específica	8.980.076	6.365.842
Provisão adicional (i)	-	635.283
Constituição	5.093.556	3.900.761
Baixas	(1.043.515)	(579.980)
Transferência para prejuízo	(1.730.187)	(1.341.830)
Saldo final	**11.299.930**	**8.980.076**
Provisão específica	**11.299.930**	8.408.422
Provisão adicional (i)	-	571.654

(i) No 1° trimestre de 2010 foi revertida a provisão adicional anteriormente constituída, em função da melhora das condições macroeconômicas e do comportamento da inadimplência da carteira de crédito comercial da CAIXA.

(h) Concentração dos principais devedores

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2010		2009	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Principal devedor	5.659.943	3,17	3.613.751	3,13
10 maiores devedores	16.143.293	9,04	12.176.652	10,54
20 maiores devedores	20.003.915	11,21	15.119.922	13,09
50 maiores devedores	25.073.515	14,05	19.142.960	16,57
100 maiores devedores	28.300.232	15,85	21.814.456	18,88

(i) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Operações Renegociadas	**2.632.371**	**2.468.213**
Operações Comerciais	2.082.136	1.948.115
Operações Habitacionais	550.235	520.098
Operações Recuperadas	**695.192**	**632.317**
Operações Comerciais	336.789	301.267
Operações Habitacionais	358.403	331.050

(j) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários	Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total
A	129.992	17.554	249.235	41.041	5.740	443.562
B	68.360	11.337	311.020	11.637	6.998	409.352
C	90.177	17.475	576.721	26.357	9.098	719.828
D	125.404	46.918	125.972	44.874	42.978	386.146
E	145.948	50.037	196.438	19.124	21.146	432.693
F	202.246	78.738	254.183	-	7.593	542.760
G	224.070	98.891	304.493	25.122	5.466	658.042
H	1.516.747	966.784	5.164.841	4.437	54.738	7.707.547
Subtotal	**2.502.944**	**1.287.734**	**7.182.903**	**172.592**	**153.757**	**11.299.930**
31 de dezembro de 2010	**2.502.944**	**1.287.734**	**7.182.903**	**172.592**	**153.757**	**11.299.930**
%	22,15	11,40	63,57	1,53	1,35	100,00
31 de dezembro de 2009	**2.582.369**	**1.346.679**	**4.687.865**	**238.027**	**125.136**	**8.980.076**
%	28,76	15,00	52,20	2,65	1,39	100,00

Os itens de balanço que compõem o montante de R$ 153.757(2009 – R$ 125.136), referente à "provisão para outros créditos com características de concessão de crédito" estão descritos na Nota nº 10(d).

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 9 – Outros créditos

(a) Carteira de câmbio

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Ativo – Outros créditos	**28.055**	**0,00**
Câmbio comprado a liquidar – ME	4.014	-
Direitos sobre vendas de câmbio – MN	24.041	-
(-) Adiantamentos recebidos – MN	-	-
Ativo circulante	**28.055**	**0,00**
Passivo – Outras obrigações	**28.193**	**94**
Câmbio vendido a liquidar – ME	4.152	94
Obrigações por compras de câmbio – MN	24.041	-
Passivo circulante	**28.193**	**94**

(a.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas	**108.329**	**197.242**	**57.824**
Disponibilidade em moeda estrangeira	108.329	197.242	57.824
Despesas	**(107.270)**	**(194.672)**	**(61.687)**
Despesas de variações e diferenças de taxas	(107.270)	(194.672)	(61.687)
Resultado de câmbio	**1.059**	**2.570**	**(3.863)**

(b) Rendas a receber

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	2010		2009		2010		2009	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Dividendos e JCP a receber	134.689	12,4	96.059	11,55	115.852	10,84	94.204	11,35
FGTS	235.208	21,6	197.454	23,74	235.208	22,02	197.454	23,8
Seguro-desemprego	108.807	10	55.733	6,7	108.807	10,19	55.733	6,72
Orçamento Geral da União	139.268	12,8	148.692	17,88	139.268	13,04	148.692	17,92
Convênios	28.441	2,62	25.049	3,01	28.441	2,66	25.049	3,02
INSS	82.513	7,59	45.615	5,48	82.513	7,72	45.615	5,5
FAR	13.349	1,23	13.997	1,68	13.349	1,25	13.997	1,69
Fundos de investimento	65.580	6,03	60.022	7,22	65.580	6,14	60.022	7,23
Bolsa Família	74.761	6,88	60.613	7,29	74.761	7,00	60.613	7,3
Bolsa Escola	8.744	0,8	9.021	1,08	8.744	0,82	9.021	1,09
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)	22.066	2,03	24.964	3	22.066	2,07	24.964	3,01
PIS	108.763	10	60.975	7,33	108.763	10,18	60.975	7,35
FIES	42.394	3,9	7.862	0,95	42.394	3,97	7.862	0,95
Outros	22.537	2,07	25.595	3,08	22.537	2,11	25.595	3,07
Total	**1.087.120**	**100**	**831.651**	**100**	**1.068.283**	**100,00**	**829.796**	**100**
Ativo circulante	**1.065.273**	**98,00**	**737.446**	**88,67**	**1.046.436**	**98,00**	**735.591**	**88,65**
Ativo não circulante	**21.847**	**2,00**	**94.205**	**11,33**	**21.847**	**2,00**	**94.205**	**11,35**

(c) Diversos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	2010		2009		2010		2009	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Adiantamentos	236.176	0,84	196.968	1,12	236.175	0,84	196.968	1,14
Créditos tributários (Nota 21)	11.191.118	39,6	9.037.238	51,57	11.191.125	39,83	9.037.238	52,15
Devedores por depósitos em garantia (Nota 31 a(ii))	8.514.615	30,1	3.943.556	22,5	8.514.615	30,31	3.943.556	22,76
Impostos e contribuições a compensar	215.109	0,76	372.467	2,13	216.061	0,77	373.440	2,15
Pagamentos a ressarcir	405.756	1,44	93.144	0,53	405.454	1,44	90.503	0,52
Participações pagas antecipadamente	1.698.339	6,01	517.756	2,95	1.698.339	6,05	517.756	2,99
Outros créditos c/caracter. de concessão de crédito (c.1)	2.703.350	9,57	2.177.550	12,43	2.703.350	9,62	2.177.550	12,56
Outros créditos s/caracter. de concessão de crédito (c.2)	99.437	0,35	106.066	0,61	99.437	0,35	103.425	0,61
Devedores diversos (c.3)	3.193.994	11,3	1.080.016	6,16	3.193.994	11,37	1.080.016	6,23
Provisão para perdas – Diversos (i)	(164.195)	-	(192.794)	-	(164.195)	-	(192.794)	-
Total	**28.093.698**	**100**	**17.331.967**	**100**	**28.094.355**	**100,00**	**17.330.299**	**100**
Ativo circulante	**17.044.133**	**60,67**	**8.306.572**	**47,92**	**17.044.790**	**60,67**	**8.304.904**	**47,92**
Ativo não circulante	**11.049.565**	**39,33**	**9.025.395**	**52,08**	**11.049.565**	**39,33**	**9.025.395**	**52,08**

(i) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

(c.1) Outros créditos com características de concessão de crédito

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Devedores por compra de valores e bens	14.305	12.260
Direitos a receber de operações de venda ou transfer. de ativos	7.590	11.136
Cartão de crédito	2.681.455	2.111.921
Governo do Estado da Bahia – EMBASA	-	42.233
Subtotal	**2.703.350**	**2.177.550**
Créditos por avais e fianças honradas	28.222	27.930
Total	**2.731.572**	**2.205.480**

(c.2) Outros créditos sem características de concessão de crédito

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Cartão de crédito	53.636	46.143	53.636	46.143
SAÚDE CAIXA	(270)	(6.912)	(270)	(6.912)
Aquisição de Royalties e compensações FI	43.392	59.146	43.392	59.146
Outros	2.679	7.689	2.679	5.048
Total	**99.437**	**106.066**	**99.437**	**103.425**

(c.3) Devedores diversos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Valores a apropriar (i)	919.423	743.053
Juros de FCVS a receber	1.947.638	-
Seguros a receber	88.084	110.929
Outros devedores	150.999	143.132
Créditos adquiridos	87.850	82.902
Total	**3.193.994**	**1.080.016**

(i) Esses valores estão correlacionados a registros credores de mesma natureza indicados na (Nota nº 19 (c.3)).

(d) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Com característica de concessão de crédito	**(153.756)**	**(125.136)**
Cartão de crédito	(140.870)	(112.812)
Governo do Estado da Bahia – EMBASA	-	(4.223)
Créditos por avais e fianças honradas	(8.824)	(3.895)
Devedores por compra de valores e bens	(3.986)	(4.095)
Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativos	(76)	(111)
Total	**(153.756)**	**(125.136)**
Ativo circulante	**(146.527)**	**(119.841)**
Ativo não circulante	**(7.229)**	**(5.295)**

Nota 10 – Outros valores e bens

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2010		2009	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Bens não de uso próprio (i)	692.125	53,95	719.501	48,54
Imóveis patrimoniais não de uso	117.927	9,19	64.891	4,38
Imóveis adjudicados/Arrematados	574.198	44,76	654.610	44,16
Despesas antecipadas (ii)	556.980	43,41	733.720	49,5
Material de consumo	33.835	2,64	29.021	1,96
Total	**1.282.940**	**100**	**1.482.242**	**100**

(i) Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA, que são submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(ii) O montante relativo à "Despesas antecipadas", refere-se sobretudo a antecipação das contribuições ordinárias ao FGC.

Nota 11 – Investimentos

(a) Caixa Participações S/A – CAIXAPAR

A Caixa Participações é subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, constituída no exercício de 2009 com a integralização de parte do capital social no montante de R$ 1.250.000, por intermédio da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, convertida na Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

No corrente ano foi integralizado o valor de R$ 1.250.000 totalizando o capital social da empresa no montante de R$ 2.500.000, sendo R$ 1.177.778 por meio da transferência de participações existentes na CAIXA, R$ 7.440 em dividendos a receber e R$ 64.782 em espécie conforme demonstra quadro abaixo:

Descrição	Valor Integralizado
Caixa Seguros	1.074.136
VISANET/CIELO	65.824
TECBAN	31.818
CIBRASEC	6.000
Dividendos da Caixa Seguros	7.440
Valor em espécie	64.782
Total	**1.250.000**

O quadro abaixo apresenta o valor do patrimônio liquido da CAIXAPAR:

Descrição		2010	2009
	Participação CAIXA %	31 de dezembro	31 de dezembro
CAIXA PARTICIPAÇÕES	100	2.867.884	1.255.957

No exercício de 2010, foram apropriados R$ 422.355 provenientes das receitas de participações em coligadas e controladas pela CAIXAPAR que representam o resultado da equivalência patrimonial da Caixa Seguros de R$ 386.516, CIBRASEC de R$ 647 e Banco Panamericano de R$ 35.192.

(i) Banco Panamericano

Em 01 de dezembro de 2009, foi celebrado entre a Caixa Participações S.A. e o Grupo Silvio Santos Participações Ltda, contrato de compra e venda de ações para aquisição de 35,54% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., por intermédio da aquisição de 64.621.700 ações ordinárias, equivalentes a 49% do capital social votante e 24.712.286 ações preferenciais equivalentes a 21,97% das ações preferenciais do referido banco.

A aprovação do ingresso da CAIXAPAR no grupo de controle do Banco Panamericano foi realizada por meio do oficio Deorf/Gabin – 2010/06731 do Banco Central, em 19 de julho de 2010, restando apenas a apresentação dos pertinentes atos relativos à conclusão da operação. Com a referida aprovação a CAIXAPAR concluiu a operação de compra com o pagamento do valor residual de R$ 234.215. Em 09 de novembro de 2010, a Diretoria Colegiada de Normas e Organização do Sistema Financeiro aprovou a alteração do grupo de controle societário do Banco Panamericano com a entrada da CAIXAPAR conforme publicação no Diário Oficial da União.

O Banco Central, em 04 de novembro de 2010, cientificou e alertou o Banco Panamericano por meio do Termo de Comparecimento Desup/GTSP4 – 2010/0003 o comprometimento da situação econômico-financeira do Conglomerado Panamericano evidenciado após ajustes da fiscalização com conseqüente descumprimento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), cuja observância é condição indispensável para o funcionamento das instituições, nos termos do art.10 da Resolução 3.398, de 29 de agosto de 2006. Assim sendo, o Banco Central determinou a implementação de plano de regularização de modo a promover o referido reequilíbrio patrimonial do Conglomerado.

Visando assegurar o equilíbrio patrimonial e ampliar a liquidez operacional do Banco Panamericano, em virtude de terem sido constatadas inconsistências contábeis que não permitem que as demonstrações contábeis reflitam a real situação patrimonial da entidade, o Grupo Silvio Santos, em 05 de novembro de 2010, na qualidade de principal acionista controlador do Banco Panamericano S.A. decidiu aportar na conta "Depósito de Acionista", o valor de R$ 2,5 bilhões, obtidos mediante operação financeira contratada com o FGC – Fundo Garantidor de Créditos, integralmente garantida por bens do patrimônio empresarial do Grupo.

O referido aporte de recursos teve o objetivo de suportar eventuais ajustes, sem qualquer alteração no capital social ou no patrimônio liquido da instituição identificados até aquele momento.

Em 26 de novembro de 2010 os acionistas do Banco Panamericano nomearam o novo Conselho de Administração da instituição, que passou a ter 11 integrantes sendo presidido pela presidenta da CAIXA e a vice presidência ocupada por um representante indicado pelo Fundo Garantidor de Crédito – FGC. Adicionalmente, com a implementação do acordo entre os acionistas a CAIXAPAR passou a ter representantes na diretoria da instituição e manteve inalterados os percentuais de participação da CAIXAPAR quando da aquisição de ações do Banco.

Conforme fato relevante divulgado em 28 de janeiro de 2011, a nova administração do Banco Panamericano iniciou o processo de apuração dos valores e eventuais ajustes que poderiam decorrer dessas inconsistências e até o momento não divulgou os efeitos decorrentes desse processo de apuração.

Considerando a data de elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis a CAIXA não possuí as informações que reflitam a real situação patrimonial do Banco Panamericano em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, essas demonstrações mantém os saldos registrados na posição de 31 de julho de 2010

(ii) Composição da Carteira de Participações Societárias

CAIXA INDIVIDUAL				
Descrição	2010		2009	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
CAIXA SEGUROS (ii)	-		1.074.136	43,97
CAIXAPAR (iii)	2.867.884	97,87	1.255.953	51,41
CIP – Câmara Interbancária de Pagamento (i)	2.967	0,10	2.967	0,12
CIBRASEC Cia Brasileira de Securitização (ii)	-	-	6.000	0,246
TECBAN – Tecnologia bancária (ii)	-	-	31.818	1,302
VISANET (ii)	-	-	65.824	2,694
BIAPE	849	0,03	1.233	0,05
Outros investimentos (i)	58.649	2,00	4.993	0,20
Total	**2.930.349**	**100**	**2.442.924**	**100**

(i) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.
(ii) As participações foram transferidas para a Caixa Participações – CAIXAPAR.
(iii) Investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

CAIXA CONSOLIDADO				
Descrição	2010		2009	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
CAIXA SEGUROS (ii)	1.201.979	55,92	1.074.136	55,76
Banco Panamericano (iii)	780.848	36,33	739.272	38,38
CIP – Câmara Interbancária de Pagamento (i)	2.967	0,14	2.967	0,15
CIBRASEC – Cia Brasileira de Securitização (ii)	6.647	0,31	6.000	0,31
TECBAN – Tecnologia bancária (ii)	31.818	1,48	31.818	1,65
VISANET (ii)	65.825	3,06	65.825	3,42
BIAPE	849	0,04	1.233	0,06
Outros investimentos (i)	58.649	2,73	4.992	0,26
Total	**2.149.582**	**100,00**	**1.926.243**	**100,00**

(i) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.
(ii) Investimento proveniente da CAIXAPAR e avaliado pelo método de equivalência patrimonial

(ii) Resultado de participações em coligadas

	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2010		2009	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
CAIXAPAR	260.508	480.704	7.808	-	-	-
Banco Panamericano	-	-	-	35.192	35.192	-
CAIXA SEGUROS	-	-	316.473	185.565	392.607	316.473
CIBRASEC*	-	-	-	142	648	-
Participações no exterior	(257)	(257)	554	(257)	(257)	554
Total da participação	**260.251**	**480.961**	**324.835**	**220.642**	**428.190**	**317.027**

[1]Avaliado em Dez/2009 pelo Custo de Aquisição

Nota 12 – Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	2009	2010				
	31 de dezembro	Adições	Baixas	Depreciação	31 de dezembro	%
Imóveis de uso	909.102	31.031	(17.330)	(37.237)	885.566	44,67
– Edificações	626.651	31.031	(6.926)	(37.237)	613.519	30,95
– Terrenos	282.451		(10.404)	-	272.047	13,72
Imobilizações em curso	4.645	80.524	-	-	85.169	4,30
Instalações, móveis e equip. de uso	194.441	145.111	-	(50.084)	289.468	14,60
Sistema de comunicação	22.304	3.514	-	(4.717)	21.101	1,06
Sistema de proces. de dados	658.285	244.687	-	(247.332)	655.640	33,07
Sistema de transporte e segurança	51.147	24.757	-	(30.410)	45.494	2,29
Total	**1.839.924**	**529.624**	**(17.330)**	**(369.780)**	**1.982.438**	**100**

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R$ 566.924 – Edificações; R$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e sistema de segurança de 10 anos para 5 anos, conforme tabela abaixo:

	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de Segurança	5 anos
Sistema de Comunicação	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Móveis e Equipamentos	10 anos

Com o índice de imobilização apurado de 17,16%, a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

Nota 13 – Intangível

Em atendimento à Resolução do CMN nº 3.642/2008, os saldos relativos a direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, saldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e projetos logiciais – Software, ambos registrados anteriormente no Ativo Diferido (Nota 14) foram transferidos para o Ativo Intangível. Para o item "aquisição de folha de pagamento" foi realizado o teste de redução ao valor recuperável pelo método do fluxo de caixa descontado

Descrição	2009	2010				
	31 de dezembro	Adições	Valor recup de ativos	Amortiz.	31 de dezembro	%
Aquisição de folha de pagto	765.347	294.700	(1.811)	(181.645)	876.591	69,6
Outros ativos intangíveis	-	324.200	-	-	324.200	25,7
Projetos logiciais – Software	19.556	48.191	-	(8.580)	59.167	4,7
Total	**784.903**	**667.091**	**(1.811)**	**(190.225)**	**1.259.958**	**100**

Nota 14 – Diferido

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes anteriores a edição dessa Resolução, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização. Os valores de adições e baixas realizados após 30 de setembro de 2008, tiveram os seguintes procedimentos:

– Os gastos em imóveis de terceiros foram registrados como despesa e as benfeitorias em imóveis próprios foram registrados em imobilizado de uso (Nota 12 – Edificações).

– Os gastos com projetos logiciais foram reclassificados para o ativo intangível (Nota 13).

Descrição	2009	2010			
	31 de dezembro	Baixas	Amortiz.	31 de dezembro	%
Gastos em imóveis de terceiros	76.077	(82.156)	42.719	36.640	46,95
Gastos com projetos logiciais	50.838	(25.455)		25.383	32,52
Benfeitorias em imóveis próprios	34.820	(27.267)	8.462	16.017	20,53
Total	**161.735**	**(134.878)**	**51.181**	**78.040**	**100**

Nota 15 – Depósitos e captações no mercado aberto

a) Depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	2010		2009		2010		2009	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Depósitos à Vista	**19.626.291**	**9,12**	**16.714.242**	**9,25**	**19.626.215**	**9,12**	**16.714.227**	**9,25**
Pessoas Físicas	7.885.465	3,66	6.248.121	3,46	7.885.465	3,66	6.248.121	3,46
Pessoas Jurídicas	9.526.626	4,43	7.774.612	4,3	9.526.474	4,43	7.774.597	4,3
Vinculados	841.781	0,39	830.224	0,46	841.781	0,39	830.224	0,46
Governo	1.064.234	0,49	1.335.344	0,74	1.064.234	0,49	1.335.344	0,74
Moedas Estrangeiras	1.604	0	4.793	0	1.604	0	4.793	0
Instituições do sistema Financeiro	17.678	0,01	14.870	0,01	17.678	0,01	14.870	0,01
Entidades públicas	242.162	0,11	472.634	0,26	242.162	0,11	472.634	0,26
Outros	46.741	0,03	33.644	0,02	46.817	0,03	33.644	0,02
Depósitos de Poupança	**129.429.635**	**60,15**	**108.709.642**	**60,17**	**129.429.635**	**60,15**	**108.709.642**	**60,17**
Pessoas Físicas	127.116.245	59,07	107.272.821	59,38	127.116.245	59,07	107.272.821	59,38
Pessoas Jurídicas	2.310.186	1,08	1.433.057	0,79	2.310.186	1,08	1.433.057	0,79
Vinculados	3.204	0	3.764	0	3.204	0	3.764	0
Depósitos Interfinanceiros	**1.206.670**	**0,56**	**29.110**	**0,02**	**1.206.670**	**0,56**	**29.110**	**0,02**
Depósitos a prazo	**54.214.043**	**25,19**	**43.788.754**	**24,24**	**54.207.413**	**25,19**	**43.788.754**	**24,24**
Depósitos a prazo em moeda nacional	30.429.778	14,14	22.945.396	12,7	30.423.148	14,14	22.945.396	12,7
Depósitos judiciais com remuneração	23.784.265	11,05	20.843.358	11,54	23.784.265	11,05	20.843.358	11,54
Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas (f)	**10.594.286**	**4,92**	**11.312.425**	**6,26**	**10.594.286**	**4,92**	**11.312.425**	**6,26**
Depósitos em conta movimento	**118.077**	**0,05**	**115.548**	**0,06**	**118.077**	**0,05**	**115.548**	**0,06**
Total	**215.189.002**	**100**	**180.669.721**	**100**	**215.182.296**	**100,00**	**180.669.706**	**100**
Passivo circulante	**214.498.772**	**99,68**	**180.537.890**	**99,93**	**214.490.066**	**99,68**	**180.537.875**	**99,93**
Passivo não circulante	**692.230**	**0,32**	**131.831**	**0,07**	**692.230**	**0,32**	**131.831**	**0,07**

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	CAIXA INDIVIDUAL							CAIXA CONSOLIDADO	
	2010						2009	2010	2009
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Depósitos à Vista	19.626.291	-	-	-	-	19.626.291	16.714.242	19.626.215	16.714.227
Depósitos de Poupança	129.429.635	-	-	-	-	129.429.635	108.709.642	129.429.635	108.709.642
Depósitos Interfinanceiros	-	1.183.729	19.856	3.085	-	1.206.670	29.110	1.206.670	29.110
Depósitos a prazo	23.784.266	2.416.197	4.911.214	11.399.397	11.702.969	54.214.043	43.788.754	54.207.413	43.788.754
Depósitos Judiciais	23.784.266	-	-	-	-	23.784.266	20.843.358	23.784.265	20.843.358
Aplicações	-	2.416.197	4.911.214	11.399.397	11.702.969	30.429.777	22.945.396	30.423.148	22.945.396
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.594.286	-	-	-	-	10.594.286	11.312.425	10.594.286	11.312.425
Depósitos em conta movimento	118.077	-	-	-	-	118.077	115.548	118.077	115.548
Total	**183.552.555**	**3.599.926**	**4.931.070**	**11.402.482**	**11.702.969**	**215.189.002**	**180.669.721**	**215.182.296**	**180.669.706**
%	**85,30**	**1,67**	**2,29**	**5,30**	**5,44**	**100**	**100,00**	**100,00**	**100**

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2010		2009	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos de Poupança	(4.063.214)	(7.498.661)	(6.405.207)	(4.063.214)	(7.498.661)	(6.405.207)
Depósitos Interfinanceiros	(34.953)	(36.606)	(1.992)	(34.953)	(36.606)	(1.992)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(1.415.367)	(2.426.648)	(1.967.742)	(1.415.187)	(2.426.468)	(1.967.742)
Depósitos judiciais	(599.683)	(1.101.810)	(1.002.069)	(599.683)	(1.101.810)	(1.002.069)
Depósitos especiais e de fundos e programas (f.1)	(463.875)	(997.163)	(1.075.398)	(463.875)	(997.163)	(1.075.398)
FGC-Fundo Garantidor de Crédito	(130.447)	(247.321)	(201.958)	(130.447)	(247.321)	(201.958)
Total	**(6.707.539)**	**(12.308.209)**	**(10.654.366)**	**(6.707.358)**	**(12.308.028)**	**(10.633.366)**

(d) Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto no montante de R$ 68.592.786 (2009 – R$ 64.288.790), estão garantidas por títulos do Governo Federal e têm suas operações realizadas no curto prazo.

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Carteira Própria	**34.684.793**	**35.700.150**	**33.883.020**	**34.952.759**
Letras Financeiras do Tesouro	7.805.155	6.963.102	7.805.155	6.963.102
Letras do Tesouro Nacional	7.654.676	14.062.764	7.654.676	14.062.764
Notas do Tesouro Nacional	19.224.962	14.674.284	18.423.189	13.926.893
Carteira de Terceiros	**11.327.865**	**29.336.031**	**11.327.865**	**29.336.031**
Letras Financeiras do Tesouro	11.026.875	5.279.745	11.026.875	5.279.745
Letras do Tesouro Nacional	-	5.247.537	-	5.247.537
Notas do Tesouro Nacional	300.990	18.808.749	300.990	18.808.749
Total	**46.012.658**	**65.036.181**	**45.210.885**	**64.288.790**
Passivo circulante	**46.012.658**	**65.036.181**	**45.210.885**	**64.288.790**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(e) Despesas de Captações no mercado aberto

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2010		2009	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Carteira própria	(1.467.347)	(2.682.285)	(2.424.814)	(1.428.867)	(2.612.101)	(2.424.814)
Carteira de terceiros	(1.891.324)	(3.571.635)	(3.658.300)	(1.891.323)	(3.571.634)	(3.658.300)
Total	**(3.358.671)**	**(6.253.920)**	**(6.083.114)**	**(3.320.190)**	**(6.183.735)**	**(6.083.114)**

(f) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas. A seguir, descrevemos os quadros de composição e de remuneração dos depósitos especiais e de fundos e programas (f.1):

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2010		2009	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Depósitos – FGTS	4.531.934	42,78	4.359.428	38,54
Depósitos – Especiais com remuneração	1.325.294	12,51	1.474.918	13,25
Depósitos – FAT (f.2)	3.144.120	29,68	3.812.776	34,31
Depósitos – FISANE	6.958	0,07	6.519	0,06
Depósitos – PRODEC	41.416	0,39	38.995	0,34
Depósitos – PIS	86.143	0,81	106.788	0,94
Depósitos – FIEL	-	0,00	54.291	0,48
Depósitos – FGS	21.041	0,20	135.467	1,20
Depósitos – FAR	56.053	0,53	56.997	0,50
Depósitos – FDS	565.139	5,33	350.744	3,10
Depósitos – Profrota pesqueira	50.343	0,48	45.860	0,41
Depósitos – FAS	4.607	0,04	4.646	0,04
Depósitos – PREVHAB	407.691	3,85	371.964	3,29
Saúde CAIXA	143.382	1,35	98.266	0,87
Outros	210.165	1,98	394.766	2,67
Total	**10.594.286**	**100,00**	**11.312.425**	**100,00**
Passivo circulante	**10.594.286**	**100,00**	**11.312.425**	**100,00**

(f.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição		CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
		2010		2009
	Taxa de Remuneração	2º semestre	Exercício	Exercício
Depósitos – FGTS	Selic	(206.975)	(477.970)	(499.863)
Depósitos – FAT	Selic e TJLP	(102.545)	(229.201)	(245.340)
Depósitos – FISANE	TR	(233)	(439)	(387)
Depósitos – PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.461)	(2.778)	(2.414)
Depósitos – PIS	Extra mercado	(26.254)	(60.195)	(84.658)
Depósitos – FIEL	TRPRE + Juros 0,50% a.m.	(1.679)	(3.435)	(3.510)
Depósitos – FGS	Selic fator dia/Extra mercado	(2.020)	(5.062)	(10.330)
Depósitos – FAR	selic	(18.148)	(33.647)	(15.478)
Depósitos – FDS	Selic fator dia	-	-	(13.231)
Depósitos – Profrota pesqueira	Selic fator dia	-	-	(4.142)
Depósitos – FAS	TR	(18)	(24)	(55)
Depósitos – PREVHAB	selic	(22.562)	(40.351)	(113.929)
Depósitos – Caução	TR	(13.413)	(26.094)	(26.270)
Outros	-	(68.567)	(117.967)	(55.791)
Total	-	**(463.875)**	**(997.163)**	**(1.075.398)**

(f.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

Descrição	Resolução/ TADE	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
		Devolução de Recursos do FAT (1)			2010			2009		
		31 de dezembro			31 de dezembro					
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL
Programas					**178.981**	**2.792.236**	**2.971.217**	**259.324**	**3.238.218**	**3.497.542**
Proger urbano				-	2.191.022	2.425.978	2.114.674	234.892	2.191.022	2.425.914
Investimento	08/2005	RA	10/10/2005	-	2.150.700	2.376.350	2.095.827	225.650	2.150.700	2.376.350
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	1.356	8.379	9.735	6.897	20.838	27.735
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	46	46	-	656	656
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	1.137	7.929	9.066	2.409	18.828	21.237
FAT – habitação	05/2007	SD	09/11/2007	-	2.772	55.601	58.373	19.679	171.729	191.408
FAT infra estrutura				-	103.742	676.878	780.620	1.486	864.098	865.584
Infra estrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	103.742	676.878	780.620	1.486	864.098	865.584
FAT – PNMPO				-	1.194	16.356	17.550	3.203	11.369	14.572
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	1.194	16.356	17.550	3.203	11.369	14.572
Linhas de crédito especiais					**7.970**	**164.933**	**172.903**	**82.444**	**232.790**	**315.234**
FAT – inclusão digital	12/2005	RA	10/10/2005	07/01/2010	-	-	-	-	-	-
FAT – vila panamericana	01/2005	SD	09/12/2005	-	-	114.897	114.897	-	147.062	-
FAT – material de construção	03/2006	RA	10/02/2006	-	-	-	-	7.720	51.618	59.338
FAT – giro setorial				-	7.970	50.036	58.006	74.724	34.110	108.834
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	4.668	31.630	36.298	53.892	22.333	76.225
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	3.302	18.406	21.708	20.832	11.777	32.609
FAT – moto-frete	01/2009	RA	10/03/2010	13/04/2010	-	-	-	-	-	-
Total					**186.951**	**2.957.169**	**3.144.120**	**341.768**	**3.471.008**	**3.812.776**

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível.

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro acima.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis, são remunerados, pro rata die, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros a Longo Prazo durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pela Resolução CODEFAT n° 439/2005 e n° 489/2006.

Nota 16 – Recursos de letras hipotecárias, de letras de crédito imobiliário e de letras financeiras

a) Recursos de letras

Papel	Indexador	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
		2010					2009
		Prazo mínimo de resgate				31 de dezembro	31 de dezembro
		3 meses	12 meses	3 anos	5 anos		
Letra Hipotecária	IGP-M	-	11.326	-	501.885	513.211	461.613
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	10.705	10.705	10.072
Letra Hipotecária	TR	-	-	-	35.012	35.012	41.843
Letra. Imobiliária	IGP-M	-	31.343	8.112	7.269	46.724	42.014
Letra. Imobiliária	INPC	-	-	35.111	-	35.111	33.043
Letra. Imobiliária	CDI	-	6.068	-	-	6.068	-
Letra. Imobiliária	TR	-	2.485.164	6.434.614	-	8.919.778	1.886.856
Letra. Financeira	CDI	-		1.748.911	-	1.748.911	-
Total		-	**2.533.901**	**8.226.748**	**554.871**	**11.315.520**	**2.475.441**
Passivo circulante						**2.533.901**	**1.897.033**
Passivo não circulante						**8.781.619**	**578.408**

b) Despesas com recursos de letras

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2010		2009	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Letras Imobiliárias	(309.907)	(439.026)	(82.799)	(309.907)	(439.026)	(82.799)
Letras Hipotecárias	(53.025)	(104.138)	(46.513)	(53.025)	(104.138)	(46.513)
Letras Financeiras	(67.012)	(67.011)	-	(67.011)	(67.011)	-
Total	**(429.944)**	**(610.175)**	**(129.312)**	**(429.943)**	**(610.175)**	**(129.312)**

Nota 17 – Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 3,00% ao ano e a variação cambial da moeda a que estão vinculados. Substancialmente, nossas operações estão atreladas a dólares norte-americanos, com vencimentos até 2013, cujo saldo em 31 de dezembro de 2010, monta a R$ 89.380 (2009 – R$ 9.524).

Nota 18 – Obrigações por repasses no País – Instituições oficiais

Compostas, principalmente por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infra-estrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitas à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
FGTS	54.172.590	37.857.482
BNDES	6.002.181	2.467.753
Tesouro Nacional – PIS	617.133	567.701
Outras instituições	219.069	217.044
Total	**61.010.973**	**41.109.980**
Passivo circulante	**636.879**	**602.350**
Passivo não circulante	**60.374.094**	**40.507.630**

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(a) Despesas com obrigações por repasses no País – Instituições oficiais

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício
FGTS	(1.990.876)	(3.514.631)	(2.561.435)
BNDES	(104.988)	(216.221)	(117.685)
Tesouro Nacional – PIS	(19.684)	(34.455)	(37.929)
Outras instituições	(37.080)	(68.731)	(37.564)
Total	**(2.152.628)**	**(3.834.038)**	**(2.754.613)**

Nota 19 – Outras obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	2010		2009		2010		2009	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	**126.170**	**9,48**	**78.336**	**6,64**	**135.103**	**10,09**	**78.336**	**6,64**
Imposto de Renda	-	-	-	-	8.917	**0,67**	-	-
COFINS	108.654	8,17	67.498	5,72	108.667	**8,11**	67.498	5,72
PASEP	17.516	1,32	10.838	0,92	17.519	**1,31**	10.838	0,92
Imp. e contrib. a recolher	**387.080**	**29,1**	**337.343**	**28,6**	**387.118**	**28,90**	**337.394**	**28,61**
Sobre salários	230.079	17,3	204.177	17,31	230.090	**17,18**	204.228	17,32
Sobre serviços	157.001	11,8	133.166	11,29	157.028	**11,72**	133.166	11,29
Imp. e contrib.diferidos	**241.850**	**18,2**	**273.835**	**23,22**	**241.850**	**18,05**	**273.835**	**23,22**
IR s/ reserva reaval. Edificações	125.103	9,4	132.853	11,27	125.103	**9,40**	132.853	11,26
CS s/ reserva reaval. Edificações	75.062	5,64	79.712	6,76	75.062	**5,60**	79.712	6,76
IR s/ ajustes ao vlr de mercado – Títulos disp. para venda	-	-	14.918	1,26	-	-	14.918	1,26
CS s/ ajustes ao vlr de mercado – Títulos disp. para venda	-	-	8.951	0,76	-	-	8.951	0,76
IR s/ ajustes ao vlr de mercado – Títulos para negociação	-	-	4.442	0,38	-	-	4.442	0,38
CS s/ ajustes ao vlr de mercado – Títulos para negociação	-	-	2.665	0,23	-	-	2.665	0,23
Contratos futuros	14.536	1,09	5.848	0,5	14.536	**1,09**	5.848	0,5
PASEP	27.149	2,04	24.446	2,07	27.149	**2,03**	24.446	2,07
Prov. riscos fiscais (Nota nº 31 (a))	**575.572**	**43,3**	**489.826**	**41,53**	**575.572**	**42,96**	**489.897**	**41,53**
INSS	271.304	20,4	240.331	20,38	271.304	**20,25**	240.402	20,37
ISS	152.560	11,5	109.926	9,32	152.560	**11,39**	109.926	9,32
IRPJ/CSLL	123.774	9,3	116.499	9,88	123.774	**9,24**	116.499	9,88
Outros	27.934	2,1	23.070	1,96	27.934	**2,08**	23.070	1,96
Total	**1.330.672**	**100**	**1.179.340**	**100**	**1.339.643**	**100,00**	**1.179.462**	**100**
Passivo circulante	**1.130.507**	**84,96**	**966.775**	**81,98**	**1.139.478**	**85,05**	**966.897**	**81,98**
Passivo não circulante	**200.165**	**15,04**	**212.565**	**18,02**	**200.165**	**14,95**	**212.565**	**18,02**

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela Instituição e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela Instituição.

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2010		2009	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Obrigações de operações com loterias	**920.316**	**19,02**	**767.888**	**18,68**
Obrigações por fundos e programas sociais	**2.978.609**	**61,59**	**2.392.444**	**58,21**
FGTS	1.886.208	39,00	1.600.864	38,95
Minha Casa Minha Vida	423.940	8,77	-	-
FIES	20.125	0,42	17.067	0,42
Bolsa Família	183.828	3,80	80.268	1,95
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	327.761	6,78	373.906	9,10
PRONASCI	788	0,02	76.143	1,85
PRODEC	19.545	0,40	18.300	0,45
Outros fundos e programas	116.414	2,40	225.896	5,50
Obrigações por fundos financeiros de desenvolvimento	**937.561**	**19,39**	**949.679**	**23,11**
PIS	503.049	10,40	648.696	15,78
FAT	433.181	8,96	299.663	7,29
Outros	1.331	0,03	1.320	0,03
Total	**4.836.486**	**100,00**	**4.110.011**	**100,00**
Passivo circulante	**4.836.486**	**100,00**	**4.110.011**	**100,00**

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL				CAIXA CONSOLIDADO			
	2010		2009		2010		2009	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Obrig. por contrib ao SFH	114.414	0,46	112.877	0,59	114.414	0,46	112.877	0,58
Obrig.convênio oficiais	224.861	0,91	219.651	1,14	224.861	0,91	219.651	1,13
Obrig. por prest. serviços de pagamento	98.604	0,40	72.056	0,37	98.604	0,40	72.056	0,37
Prov.pgto efetuar (c.1)	7.656.134	30,89	7.155.635	37,23	7.656.466	30,89	7.155.701	36,79
Prov. passivos contingentes (c.2)	7.054.598	28,46	6.310.445	32,83	7.054.598	28,46	6.310.445	32,45
Rec.vinculados a operações de crédito (i)	206.797	0,83	158.132	0,82	206.797	0,83	158.132	0,81
Recursos do FGTS para amortizações	88.982	0,36	49.931	0,26	88.982	0,36	49.931	0,26
Credores por recursos a liberar	2.577.147	10,40	-	-	2.577.147	10,40	-	-
Credores diversos Exterior	26	0,00	4	0,00	26	0,00	4	0,00
Credores diversos – País (c.3)	6.764.112	27,29	5.143.637	26,76	6.764.342	27,29	5.370.650	27,61
Total	**24.785.675**	**100,00**	**19.222.368**	**100,00**	**24.786.237**	**100,00**	**19.449.447**	**100,00**
Passivo circulante	**24.785.675**	**100,00**	**19.222.368**	**100,00**	**24.786.237**	**100,00**	**19.449.447**	**100,00**

(c.1) Provisão para pagamentos a efetuar

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Despesas de pessoal	**1.403.021**	**1.295.169**	**1.403.353**	**1.295.235**
Benef.pós-emprego – NPC 26 (Nota nº 33(g))	**5.840.201**	**5.534.092**	**5.840.201**	**5.534.092**
SAÚDE CAIXA	5.169.596	4.766.048	5.169.596	4.766.048
Auxilio e cesta alimentação	626.970	725.420	626.970	725.420
PREVHAB	43.635	42.624	43.635	42.624
Outros pagamentos	**412.912**	**326.374**	**412.912**	**326.374**
Total	**7.656.134**	**7.155.635**	**7.656.466**	**7.155.701**

(c.2) Provisão para passivos contingentes

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Provisão para contingências (Nota nº 31)	**7.054.598**	**6.310.445**
Trabalhistas	2.687.488	2.426.990
Ações judiciais cíveis	3.587.568	3.173.779
Outras	779.542	709.676

(c.3) Credores diversos – País

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL		CAIXA CONSOLIDADO	
	2010	2009	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Cartões de crédito	2.671.756	2.118.344	2.671.756	2.118.344
Contas a pagar	665.194	502.068	665.424	729.081
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (ii)	322.648	308.979	322.648	308.979
Créditos adquiridos	416.338	405.547	416.338	405.547
Valores a apropriar (Nota nº 09(c.3))	979.143	930.068	979.143	930.068
Outros credores diversos	1.709.033	878.631	1.709.033	878.631
Total	**6.764.112**	**5.143.637**	**6.764.342**	**5.370.650**

(i) Recursos vinculados a operações de crédito

Referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(ii) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)

Referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Nos termos da Resolução do CMN nº 2.837/01, foi convertida, em 11 de outubro de 2005, parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS em dívida subordinada, utilizado no cálculo dos limites de Basiléia. Essa operação foi aprovada pelo BACEN em outubro de 2005 e apresenta o montante de R$ 5.089.202 (2009 – R$ 4.750.992). O início do retorno da dívida ora contratada será a partir de 20 de março de 2013. O prazo de carência de 88 meses para pagamento da dívida subordinada se estenderá até 20 de fevereiro de 2013 e será automaticamente prorrogado em caso de desenquadramento da

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, a partir de 20 de março de 2013, ou no caso de o próprio pagamento gerar desenquadramento. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento, incidirão atualização monetária e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa de 6,125%, correspondente à taxa efetiva de 6,300% ao ano, que equivalem à taxa média contemplada nos contratos vigentes.

(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R$ 5.200.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução do CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular, celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar elegíveis ao nível II de capital os recursos ora contratados. A dívida não possui data de vencimento e mensalmente são incorporados ao saldo devedor e pagos anualmente de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009 por meio da medida provisória n° 470 uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R$ 6.000.000. Dessa forma, no 4° trimestre de 2009, houve a liberação de R$ 2.000.400 e no 1° trimestre do corrente ano houve a liberação de R$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.

Segue abaixo quadro contendo os valores, atualizações monetárias e juros dos créditos concedidos:

Descrição	2010		2009	
	31 de dezembro	%	31 de dezembro	%
Medida provisória 347/2007	5.200.000	39,95	5.200.000	65,27
Medida provisória 470/2009	5.999.999	46,10	2.000.400	25,11
Atual. Monet. e juros – Med. Prov. n° 347/07	1.082.067	8,31	766.446	9,62
Atual. Monet. e juros – Med. Prov. n° 470/09	734.083	5,64	-	-
Total	**13.016.149**	**100,0**	**7.966.846**	**100,0**

Nota 20 – Patrimônio líquido

(a) Capital social

Conforme o Decreto nº 6.473 de 05 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, em seu art. 6º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R$ 13.562.433 e em seu art. 7º foi aprovado o Capital Social no montante de R$ 9.292.000, exclusivamente integralizado pela União Federal.

O valor destacado para aumento de capital em Dez/2009 no montante de R$ 2.384.683, R$ 1.986.701 foi destinado para complemento de dividendos referente a 2009 e o montante de R$ 397.982 proveniente das reservas de loterias foi incorporado ao capital da empresa.

Por meio do Decreto publicado em 26 de agosto de 2010 foi autorizado o aumento de capital da CAIXA no valor de R$ 2.500.000 mediante a transferência de 77.641.422 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

Em 10 de setembro de 2010 as ações recebidas para aumento de capital foram alienadas para o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização – FFIE pelo valor de R$ 2.426.294.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução do CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basiléia)

Conforme determinações da Resolução do CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 15,44% (Nota 34 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(c) Reservas de capital e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias e reserva de margem operacional.

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2010		2009
	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
Reservas de Reavaliação	**478.318**	**484.131**	**509.236**
Reservas de Lucros	**2.652.206**	**1.131.105**	**918.677**
Reserva legal	1.106.898	1.002.062	918.677
Reservas estatutárias – Loterias	-	129.043	-
Reservas margem operacional	1.545.308		-

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto n° 2.673/98, de no mínimo, 25%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram provisionados dividendos correspondentes a 45,12% do lucro líquido ajustado no montante de R$ R$ 1.698.339 (2009 – R$ 662.233). O valor provisionado para o exercício de 2010 é referente a dividendos e juros sobre o capital próprio, calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação *pro rata* dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que reduziu a despesa de imposto de renda e contribuição social em, aproximadamente, R$ 302.562 (2009 – R$ 251.027). No ano de 2010 já foram repassados ao Tesouro Nacional o montante de R$ 1.698.339 como antecipação de dividendos e JCP e atualizações.

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2010	2009
Lucro líquido	**3.764.411**	**2.999.706**
Reserva legal	(188.221)	(149.985)
Realização de reserva	24.905	22.471
Reserva de loterias	(357.448)	(223.258)
Base para cálculo dos dividendos	**3.243.647**	**2.648.934**
Dividendos propostos	**1.698.339**	**662.233**
Juros sobre o capital próprio	756.406	627.567
Dividendos	941.933	34.666

Nota 21 – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "Créditos tributários" possui como valores relevantes:

– Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº. 2.158-35/2001;

– Créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e;

– Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%;

– Créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

O crédito tributário constituído é de R$ 10.426.968 (2009 – R$ 9.403.787) para o IRPJ e de R$ 5.492.275 (2009 – R$ 4.855.822) para a CSLL, R$ 2.234 PASEP e R$ 13.747 para COFINS, totalizando o montante de R$ 15.935.224 (2009 – R$ 14.259.609), com provisão para realização desses créditos no valor de R$ 4.744.106 (2009 – R$ 5.222.371), resultando em um total de créditos tributários líquidos de provisão de R$ 11.191.118 (2009 – R$ 9.037.238).

A CAIXA realizou estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos e, com base nos resultados obtidos, determinou-se a reversão de crédito de Prejuízo Fiscal no montante de R$ 383.502 e constituição de créditos de diferenças temporárias no montante de R$ 2.043.430, sendo R$ 2.031.558 equivalentes a IRPJ e CSLL, e R$ 11.872 correspondentes a PASEP e COFINS.

Valor contábil

Ano de realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa 15%	Crédito à 18% – 1998	Diferença Temporal	Total
2011	67.669	40.602	28.421	2.475.097	2.611.789
2012	122.083	73.250	51.275	2.177.863	2.424.471
2013	155.016	93.009	65.107	2.071.892	2.385.024
2014	108.079	64.848	45.393	367.204	585.524
2015	106.928	64.157	44.910	357.399	573.394
2016 a 2020	774.726	64.361	178.770	1.456.434	2.474.291
TOTAL	1.334.501	400.227	413.876	8.905.889	11.054.493

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Ano de realização	Prejuízo Fiscal	Base Negativa 15%	Crédito à 18% – 1998	Diferença Temporal	Total
2011	59.549	35.730	25.011	2.178.102	2.298.391
2012	100.877	60.526	42.368	1.799.563	2.003.334
2013	120.271	72.163	50.514	1.607.511	1.850.459
2014	78.885	47.331	33.132	268.016	427.364
2015	73.558	44.135	30.894	245.862	394.448
2016 a 2020	357.303	41.769	109.199	862.277	1.370.548
TOTAL	790.444	301.654	291.118	6.961.331	8.344.546

No decorrer de 2010 observou-se a realização de créditos tributários no percentual de 51,37% em relação às projeções efetuadas.

(b) Origem dos créditos tributários

CAIXA INDIVIDUAL				
Descrição	2010		2009	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prov. para créditos de liquidação duvidosa	3.286.916	1.833.302	2.595.874	1.373.075
Provisão SFH	728.333	437.000	812.649	487.590
Provisão para contingências	1.735.786	1.041.471	1.582.881	949.728
Outros	946.243	473.536	787.043	381.978
Provisão SAÚDE CAIXA – NPC 26	1.292.399	775.439	1.191.512	714.907
Ajuste a Valor de Mercado – Resultado	120.307	72.184	146.795	88.077
Ajuste a Vlr Mercado – PL (Disp. p/ Venda)	75.403	45.241	-	-
Subtotal das diferenças temporárias	**8.185.387**	**4.678.173**	**7.116.754**	**3.995.355**
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	-
Baixas até o período	(731.989)	-	(686.537)	-
Base negativa até 2000	-	701.139	-	701.139
Baixas até o período	-	(300.913)	-	(273.639)
Crédito a 18% – 1998	-	624.515	-	624.515
Baixas até o período	-	(210.639)	-	(191.547)
Total dos créditos tributários	**10.426.968**	**5.492.275**	**9.403.787**	**4.855.822**

	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS
Ajuste a Valor de Mercado – Resultado	273	1.682	-	-
Ajuste a Vlre Mercado – PL (Disp. p/ Venda)	1.961	12.065	-	-
Total créd. tributários PASEP / COFINS	**2.234**	**13.747**	**-**	**-**

CAIXA CONSOLIDADO				
Descrição	2010		2009	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prov. para créditos de liquidação duvidosa	3.286.916	1.833.302	2.595.874	1.373.075
Provisão SFH	728.333	437.000	812.649	487.590
Provisão para contingências	1.735.786	1.041.471	1.582.881	949.728
Outros	946.249	473.538	787.043	381.978
Provisão SAÚDE CAIXA – NPC 26	1.292.399	775.439	1.191.512	714.907
Ajuste a Valor de Mercado – Resultado	120.307	72.184	146.795	88.077
Ajuste a Vlre Mercado – PL (Disp. p/ Venda)	75.403	45.241	-	-
Subtotal das diferenças temporárias	**8.185.393**	**4.678.175**	**7.116.754**	**3.995.355**
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	-
Baixas até o período	(731.989)	-	(686.537)	-
Base negativa até 2000	-	701.139	-	701.139
Baixas até o período	-	(300.913)	-	(273.639)
Crédito a 18% – 1998	-	624.515	-	624.515
Baixas até o período	-	(210.639)	-	(191.547)
Total dos créditos tributários	**10.426.974**	**5.492.277**	**9.403.787**	**4.855.822**

	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS
Ajuste a Valor de Mercado – Resultado	273	1.682	-	-
Ajuste a Vlre Mercado – PL (Disp. p/ Venda)	1.961	12.065	-	-
Total créd. tributários PASEP / COFINS	**2.234**	**13.747**	**-**	**-**

(c) Movimentação do crédito tributário

CAIXA INDIVIDUAL			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldos em 31.12.2009	**14.259.609**	**(5.222.371)**	**9.037.238**
Constituição no Período	2.492.573	-	2.492.573
Reversão de Provisão	(478.265)	478.265	-
Constituição PASEP/COFINS	1.957	-	1.957
Constituição Tit. Disp.p/ Venda	134.670	-	134.670
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(45.452)	-	(45.452)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(27.274)	-	(27.274)
Baixa de Crédito Tributário – Ano 2002 MP 2.158-35/01	(19.092)	-	(19.092)
Reversão de Crédito de Prejuízo Fiscal	(383.502)	-	(383.502)
Saldos em 31.12.2010	**15.935.224**	**(4.744.106)**	**11.191.118**

CAIXA CONSOLIDADO			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldos em 31.12.2009	**14.259.609**	**(5.222.371)**	**9.037.238**
Constituição no Período	2.492.582	-	2.492.581
Reversão de Provisão	(478.266)	478.266	-
Constituição PASEP/COFINS	1.957	-	1.957
Constituição Tit. Disp.p/ Venda	134.670	-	134.670
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(45.452)	-	(45.452)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(27.274)	-	(27.274)
Baixa de Crédito Tributário – Ano 2002 MP 2.158-35/01	(19.092)	-	(19.092)
Reversão de Crédito de Prejuízo Fiscal	(383.502)	-	(383.502)
Saldos em 31.12.2010	**15.935.232**	**(4.744.106)**	**11.191.126**

(d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

CAIXA INDIVIDUAL						
Descrição	2010				2009	
	Exercício		2º semestre		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes dos Tributos e Participações	**2.547.585**	**2.547.585**	**1.004.830**	**1.004.830**	**2.750.035**	**2.750.035**
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	**(636.872)**	**(382.138)**	**(251.183)**	**(150.725)**	**(687.485)**	**(412.505)**
Efeitos trib. adições e exclusões	126.974	76.176	24.695	18.098	267.714	159.134
Juros sobre o capital próprio	189.101	113.461	94.595	56.757	156.892	94.135
Part. dos empregados nos lucros	169.315	101.589	119.016	71.410	112.497	67.498
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	45.452	46.365	20.475	19.212	45.122	46.786
Incentivo Fiscal	11.416		6.404	-	5.689	
Reserva de Reavaliação	10.377	6.226	5.726	3.435	9.321	5.593
Part. em coligadas e controladas	-	-	(50.364)	**(30.219)**	-	
Outros	-	-	**(25)**	**(1.198)**	-	-
Despesa corrente	**(84.237)**	**(38.321)**	**(30.661)**	**(13.229)**	**(90.249)**	**(39.359)**
Desp. diferida/Marcação a mercado	**(381)**	**(229)**	**2.180**	**(1.306)**	**7.920**	**4.752**
Despesa total	**(84.618)**	**(38.550)**	**(28.481)**	**(11.923)**	**(82.329)**	**(34.606)**

CAIXA CONSOLIDADO						
Descrição	2010				2009	
	31 de dezembro		2º semestre		31 de dezembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes dos Tributos e Participações	**2.565.853**	**2.565.853**	**1.023.098**	**1.023.098**	**2.754.626**	**2.754.626**
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	**(641.463)**	**(384.878)**	**(255.775)**	**(153.465)**	**(688.657)**	**(413.194)**
Efeitos trib. adições e exclusões	126.974	76.176	24.695	18.098	267.714	159.134
Juros sobre o capital próprio	189.101	113.461	94.595	56.757	156.892	94.135
Part. dos empregados nos lucros	169.315	101.589	59.790	37.891	112.497	67.498
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	45.452	46.365	20.475	19.212	45.122	46.786
Incentivo Fiscal	11.416	-	6.404	-	5.689	
Reserva de Reavaliação	10.377	6.226	5.726	3.435	9.321	5.593
Part. em coligadas e controladas	-	-	-	-	-	
Outros	(8.838)	(2.330)	-	-	(1.762)	(375)
Despesa corrente	**(97.666)**	**(43.164)**	**(44.090)**	**(18.072)**	**(93.184)**	**(40.423)**
Desp. diferida/Marcação a mercado	**(381)**	**(227)**	**2.180**	**1.308**	**7.921**	**4.752**
Despesa total	**(98.047)**	**(43.391)**	**(41.910)**	**(16.764)**	**(85.263)**	**(35.671)**

Nota 22 – Receitas de intermediação financeira

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações compromissadas	1.969.055	3.889.579	4.359.821
Empréstimos e financiamentos com clientes	10.758.598	19.573.718	14.305.710
Ativos financeiros disponíveis para venda	16.621	131.488	252.423
Instrumentos financeiros derivativos	(76.623)	(119.147)	(400.212)
Ativos financeiros mantidos para negociação	1.789.534	3.161.715	3.750.514
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.943.401	8.191.555	9.080.770
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	1.824.702	2.942.783	1.329.431
Juros de ativos financeiros – FCVS	753.287	1.578.850	1.737.115
Resultado com câmbio	1.059	2.570	-
Outras	19.847	34.094	139.063
Total	**20.999.481**	**39.387.205**	**34.554.635**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 23 – Despesas de intermediação financeira

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2010		2009	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Operações c/instit. financeiras	(34.953)	(36.606)	(1.992)	(34.953)	(36.606)	(1.992)
Outros depósitos especiais e fundos e programas	(463.875)	(997.163)	(1.075.398)	(463.875)	(997.163)	(1.068.441)
Operações compromissadas	(3.358.671)	(6.253.919)	(6.083.114)	(3.320.193)	(6.183.554)	(6.069.452)
Empréstimos, cessões e repasses	(2.152.628)	(3.834.039)	(2.754.613)	(2.152.628)	(3.834.039)	(2.754.613)
Operações com clientes	(6.638.655)	(11.884.615)	(9.706.288)	(6.638.655)	(11.884.615)	(9.706.288)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(2.586.534)	(5.093.556)	(3.900.761)	(2.586.534)	(5.093.556)	(3.900.761)
Reversões de provisões para créditos de liquid. duvidosa	468.130	1.043.515	579.980	468.130	1.043.515	579.980
Resultado de câmbio	-	-	(3.863)	-	-	(3.863)
Total	**(14.767.186)**	**(27.056.383)**	**(22.946.049)**	**(14.728.708)**	**(26.986.018)**	**(22.925.430)**

Nota 24 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício
Administração do FGTS	1.265.484	2.456.397	2.162.238
Administração do FCVS	41.292	94.859	87.215
Administração do PIS	34.340	52.041	53.396
Administração das loterias	490.993	863.876	724.258
Administração do FIES	50.802	98.519	103.813
Pagamento abono salarial – PIS	45.939	47.915	53.670
Seguro-Desemprego	25.925	53.076	55.231
Orçamento Geral da União (OGU)	38.182	85.760	74.350
Bolsa Família	125.452	247.923	238.099
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	29.681	56.951	53.434
Administração de fundos de investimento	424.358	821.145	728.800
Tarifas de convênios	602.484	1.199.415	1.092.573
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	47.879	92.619	104.393
TAC	204.982	386.126	344.952
Cartão de crédito	346.221	613.956	347.742
Cobrança de títulos	226.108	433.142	374.083
EMGEA – Administração de Contratos	118.410	242.079	269.632
Taxa de risco – Agente financeiro	120.897	221.189	157.277
Coligadas	192.337	352.592	286.532
Crédito imobiliário	335.797	619.240	361.840
Saneamento e Des. Urbano	57.213	110.784	85.003
Outros serviços	161.709	341.622	237.886
Subtotal	**4.986.485**	**9.491.226**	**7.996.417**
Rendas de tarifas bancárias	**535.921**	**985.920**	**769.987**
Pessoa Física	458.846	833.462	629.565
Pessoa Jurídica	77.075	152.458	140.422
Total de prest. de serviços e tarifas bancárias	**5.522.406**	**10.477.146**	**8.766.404**

Nota 25 – Despesas com pessoal

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2010		2009	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas com pessoal						
Proventos	**(3.409.036)**	**(6.375.098)**	**(5.786.470)**	**(3.409.449)**	**(6.375.600)**	**(5.786.956)**
Salários e proventos	(3.166.580)	(5.920.398)	(5.336.232)	(3.166.993)	(5.920.900)	(5.336.718)
Indenizações trabalhistas	(242.456)	(454.700)	(450.238)	(242.456)	(454.700)	(450.238)
Benefícios	**(586.798)**	**(1.118.217)**	**(1.196.078)**	**(586.817)**	**(1.118.236)**	**(1.196.105)**
Encargos sociais	**(1.206.311)**	**(2.294.991)**	**(1.998.658)**	**(1.206.435)**	**(2.295.123)**	**(1.998.665)**
FGTS	(230.980)	(438.997)	(395.612)	(231.011)	(439.030)	(395.614)
Previdência social	(705.723)	(1.350.984)	(1.276.661)	(705.801)	(1.351.067)	(1.276.665)
Previ. complementar	(191.683)	(365.483)	(322.022)	(191.698)	(365.499)	(322.023)
Outros	(77.925)	(139.527)	(4.363)	(77.925)	(139.527)	(4.363)
Outros	**(96.666)**	**(164.880)**	**(159.675)**	**(96.666)**	**(165.319)**	**(159.675)**
Total	**(5.298.811)**	**(9.953.186)**	**(9.140.881)**	**(5.299.367)**	**(9.954.278)**	**(9.141.401)**

Nota 26 – Despesas administrativas

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2010		2009		2010	2009
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas administrativas						
Comunicações	(243.163)	(427.509)	(443.430)	(243.163)	(427.509)	(443.430)
Manutenção e conservação de bens	(353.067)	(632.002)	(482.941)	(353.067)	(632.002)	(482.941)
Água e energia	(115.208)	(229.560)	(216.132)	(115.208)	(229.560)	(216.132)
Aluguéis e arrendamento de bens	(299.366)	(618.241)	(623.496)	(299.366)	(618.241)	(623.496)
Despesas de material	(63.029)	(114.732)	(105.577)	(63.033)	(114.738)	(105.583)
Processamento de dados	(484.335)	(878.196)	(814.967)	(484.335)	(878.196)	(814.967)
Promoções e relações públicas	(65.317)	(131.011)	(129.670)	(65.317)	(131.011)	(129.670)
Propaganda e publicidade	(179.375)	(347.017)	(284.464)	(179.375)	(347.017)	(284.464)
Serviços do sistema financeiro	(125.798)	(242.189)	(210.631)	(125.798)	(242.189)	(210.631)
Serviços de terceiros	(379.116)	(713.222)	(617.533)	(379.116)	(713.222)	(617.533)
Serviços especializados	(205.995)	(353.697)	(249.680)	(208.189)	(355.891)	(254.055)
Serviços de vigilância e segurança	(228.355)	(464.296)	(420.352)	(228.355)	(464.264)	(420.352)
Depreciação e amortização	(348.736)	(680.970)	(605.205)	(348.736)	(680.970)	(605.205)
Outras administrativas	(121.598)	(240.385)	(226.160)	(121.614)	(240.448)	(226.192)
Total	**(3.212.458)**	**(6.073.027)**	**(5.430.238)**	**(3.214.672)**	**(6.075.258)**	**(5.434.651)**

Nota 27 – Composição das contas "outras receitas operacionais"

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2010		2009	2010		2009
	2º Semestre	Exercício	Exercício	2º Semestre	Exercício	Exercício
Outras receitas operacionais						
Comissões e tx s/ operações	1.461.384	2.758.677	1.824.030	1.461.384	2.758.678	1.824.030
Recuperação de despesas	430.611	803.955	601.794	427.592	799.383	600.051
Reversão de outras prov. Operac	205.965	672.218	1.703.020	205.965	672.218	1.703.020
Rendas de outros créditos	-	783	8.837	-	783	8.837
Receitas de cartões de crédito	66.517	136.392	229.607	66.517	136.392	229.607
Receitas de dividendos	119	9.229	64.472	20185	29.295	64.472
Atualização de dep. em garantia	153.318	227.913	148.862	153.318	227.913	148.862
Rec. de títulos renda variável exterior	-	-	47.417	-	0	47.417
Outras receitas operacionais	763.067	878.317	401.098	763.071	878.264	401.098
Total	**3.080.981**	**5.487.484**	**5.029.137**	**3.098.032**	**5.502.926**	**5.027.394**

Nota 28 – Composição das contas "outras despesas operacionais"

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2010		2009	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Outras despesas operacionais						
Contribuição ao SFH	(520)	(1.022)	(1.059)	(520)	(1.022)	(1.059)
FCVS a receber – Provisão/Perdas	(100.946)	(306.504)	(814.489)	(100.946)	(306.504)	(814.489)
Sobre obrig com fundos e programas	(194.429)	(338.330)	(161.996)	(194.429)	(338.330)	(161.996)
Provisão para contingências	(564.274)	(1.078.096)	(1.249.359)	(564.274)	(1.078.096)	(1.249.359)
EMGEA/UNIÃO	(16.420)	(32.129)	(58.951)	(16.420)	(32.129)	(58.951)
Revendedor lotérico	(100.557)	(190.369)	(192.532)	(100.557)	(190.369)	(192.532)
Cartão de crédito	(306.403)	(586.755)	(474.705)	(306.403)	(586.755)	(474.705)
Serviços automatizados	(50.474)	(100.139)	(115.424)	(50.474)	(100.139)	(115.424)
Descontos de operações de crédito	(176.190)	(190.968)	(73.535)	(176.190)	(190.968)	(73.535)
Correspondente não bancário	(530.514)	(995.747)	(762.024)	(530.514)	(995.747)	(762.024)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(671.194)	(1.428.281)	(616.812)	(671.194)	(1.428.281)	(616.812)
FGTS – Arrecadação/pagamento	(208.978)	(412.538)	(407.067)	(208.978)	(412.538)	(407.067)
Benefícios sociais	(44.269)	(80.166)	(72.027)	(44.269)	(80.166)	(72.027)
Fundo de investimento do FGTS	(17.892)	(22.638)	(26.236)	(17.892)	(22.638)	(26.236)
Ágio na de carteiras comerciais	-	-	(9.377)	-	-	(9.377)
Alavancagem de negócios	(59.974)	(103.014)	(77.666)	(59.974)	(103.014)	(77.666)
Condenações judiciais	(252.686)	(547.448)	(544.110)	(252.686)	(547.448)	(544.110)
Créditos administrados por terceiros	(19.366)	(33.403)	(17.629)	(19.366)	(33.403)	(17.629)
Gestão financ c/ fundo de previdência	(110.719)	(187.919)	(135.878)	(110.719)	(187.919)	(135.878)
Benefício pós-emprego	(268.854)	(537.708)	(604.859)	(268.854)	(537.708)	(604.859)
Desp. Atual e juros pagos ao vendedor créd. Imob	(98.431)	(144.362)	(1.868)	(98.431)	(144.362)	(1.868)
Desp. Atual. monetária restituições e recolhimentos	(183.527)	(185.874)	(134.666)	(183.527)	(185.874)	(134.666)
Desp. Revendedor lotérico	(42.917)	(70.968)	(21.926)	(42.917)	(70.968)	(21.926)
Desp. Provisões operacionais	(414.669)	(481.464)		(414.669)	(481.464)	
Outras	(299.833)	(525.649)	(300.770)	(301.217)	(536.759)	(436.557)
Total	**(4.734.036)**	**(8.581.491)**	**(7.009.219)**	**(4.735.420)**	**(8.592.601)**	**(7.010.752)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 29 – Resultado não operacional

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas não operacionais	**152.491**	**337.267**	**324.320**
Lucro na alienação de valores e bens	83.144	147.462	116.383
Alienação de bens imóveis	23.413	126.056	176.738
Outras rendas não operacionais	45.934	63.749	31.199
Despesas não operacionais	**(233.454)**	**(488.264)**	**(475.415)**
Desvalorização de outros valores e bens	(7.692)	(97.939)	(147.505)
Indenizações por perdas e danos	(35.007)	(62.630)	(79.180)
Perdas em Imóveis	(16.680)	(36.523)	(45.051)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(11.157)	(16.632)	(21.261)
Outras despesas não operacionais	(162.918)	(274.540)	(182.418)
Total	**(80.963)**	**(150.997)**	**(151.095)**

Nota 30 – Despesas tributárias

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL			CAIXA CONSOLIDADO		
	2010		2009	2010		2009
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Contribuição COFINS	(512.570)	(974.141)	(841.722)	(512.782)	(974.354)	(841.722)
PIS/PASEP	(83.293)	(158.298)	(136.780)	(83.339)	(158.344)	(136.780)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(152.501)	(283.197)	(219.090)	(152.501)	(283.197)	(219.090)
Despesas com IPTU	(2.337)	(37.254)	(33.325)	(2.337)	(37.254)	(33.325)
Outras	(7.372)	(17.237)	(16.577)	(7.374)	(17.313)	(16.588)
Total	**(758.073)**	**(1.470.127)**	**(1.247.494)**	**(758.333)**	**(1.470.462)**	**(1.247.505)**

Nota 31 – Passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

(a) Os passivos contingentes estão assim apresentados:

(i) Movimentação dos saldos de provisão

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
	2009	2010			
	31 de dezembro	30 de setembro	Adições	Reversões/ Baixas	31 de dezembro
Fiscais	**489.826**	**562.496**	**20.854**	**(7.778)**	**575.572**
– INSS	240.331	266.660	4.644	-	271.304
– ISS	109.926	148.062	4.640	-	152.702
– Outros	139.569	147.774	11.570	(7.778)	151.566
Cíveis	**3.173.779**	**3.349.769**	**291.100**	**(53.301)**	**3.587.568**
Trabalhistas	**2.426.990**	**2.874.976**	**67.612**	**(255.100)**	**2.687.488**
Outras	**709.676**	**700.608**	**78.934**	**-**	**779.542**
Total	**6.800.271**	**7.487.849**	**458.501**	**316.179**	**7.630.170**

A provisão para contingências fiscais está registrada na conta "Outras Obrigações – Fiscais e previdenciárias" (Nota 19(a)), e a provisão para as demais contingências na conta "Outras obrigações – Diversas" (Nota 19(c.2)).

(ii) Composição dos depósitos judiciais:

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Depósitos judiciais	**8.514.615**	**3.943.556**
Fiscal	6.515.569	2.218.468
Trabalhista	1.332.171	1.076.239
Cível	666.875	648.850

(iii) Composição por classificação de risco Provável

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Risco provável	**7.630.171**	**6.800.271**
Perdas e danos	1.307.726	1.375.050
Poupança	1.488.774	1.197.456
Loterias	42.917	82.203
Crédito imobiliário	213.283	131.035
Contingenciamento do FGTS	534.868	388.035
Trabalhista	2.687.488	2.426.990
Fiscais	575.572	489.826
Outras	779.543	709.676

(iv) Composição por classificação de risco possível

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não reconhecidos contabilmente:

Descrição	CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Demandas Trabalhistas	43.571	121.361
Demandas Fiscais	4.355.918	4.265.640
Demandas Cíveis	1.164.729	1.228.114

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade.

As ações cíveis estão relacionadas com os seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que encontram-se provisionadas aos critérios descritos na norma vigente.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensa reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS ocorrido de acordo com as normas vigentes a época.

(c) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, CPMF, CSLL, PASEP, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ICMS, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

(i) A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993.

A CAIXA recorreu em âmbito administrativo, junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, contestando referida autuação, tendo o respectivo processo administrativo fiscal tramitado até Nov/10, e, nesse interregno, a CAIXA teve parte de seus argumentos providos, em sede de Recurso Voluntário (Acórdão 202-17402), tendo sido negado o pleito discutido em sede de Recurso Especial. A CAIXA foi cientificada quanto à decisão de última instância, da qual não cabia mais nenhum recurso administrativo, sendo intimada a recolher o montante recalculado para o auto de infração composto por R$ 667.691 de principal, R$ 500.768 de multa e R$ 2.885.050 de juros, os quais totalizam R$ 4.053.509 a valores de 30 de dezembro de 2010 (2009 – R$ 3.951.791, valor total).

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Dado o esgotamento das possibilidades de discussão da autuação na esfera administrativa, a CAIXA decidiu por ajuizar ação, visando à reversão da autuação, pelo que foi promovido o depósito do montante integral, conforme previsão da legislação tributária para que haja suspensão da exigibilidade do respectivo crédito tributário.

(ii) A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 31 de dezembro de 2010, montam a R$ 1.455.145 (2009 – R$ 1.309.300 para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R$ 271.304 (2009 – R$ 240.331).

(iii) As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 31 de dezembro de 2010 corresponde ao montante de R$ 286.846 (2009 – R$ 299.086).Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R$ 152.560 (2009 – R$ 109.926).

(iv) Dentre Outros processos fiscais destaca-se o que a CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 3 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R$ 123.774 (2009 – R$ 116.499), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(v) A CAIXA possui 19 processos relativos a Imposto de Renda, CPMF, PASEP, Contribuições Previdenciárias e ISSQN e ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e soma R$ 4.355.918 em 31 de dezembro de 2010.

Nota 32 – Partes relacionadas

(a) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

CAIXA INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**2010**	**2009**
	31 de dezembro	**31 de dezembro**
Benefícios de curto prazo	9.277	8.985
Proventos	7.502	6.939
Encargos Sociais	1.775	2.046

Em atendimento ao Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987, estão destacadas abaixo as remunerações pagas a empregados e administradores, nelas não são deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/1987 e Lei nº 8.852/1994:

Descrição	**2010**		**2009**	
	31 de dezembro		**31 de dezembro**	
	Administrador R$	**Empregado R$**	**Administrador R$**	**Empregado R$**
Maior Salário	31.628	26.723	30.063	24.985
Salário Médio	28.750	4.925	26.969	4.402
Menor Salário	28.488	1.600	22.573	1.160

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

(b) Operações ativas e passivas da CAIXA com as partes relacionadas

As operações com a CAIXAPAR, Caixa Seguros, Tesouro Nacional, FUNCEF e Banco Panamericano são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis, praticadas de acordo com as condições de mercado consideradas para as demais operações:

Descrição	**2010**	**2009**
	31 de dezembro	**31 de dezembro**
ATIVOS		
Aplicações em Dep. Interfinanceiros	**202.059**	**-**
Banco Panamericano	202.059	-
Rendas a receber	**952.840**	**729.366**
Caixa Seguros	-	86.997
CAIXAPAR	112.842	1.854
OGU – Orçamento Geral da União	839.998	640.514
Créditos adquiridos	**427.591**	**-**
Banco Panamericano	427.591	-
Total	**1.582.490**	**729.366**
PASSIVOS		
Depósitos à vista	**242.730**	**494.888**
STN – Secretaria do Tesouro Nacional	242.183	482.654
Caixa Seguros	-	10.778
FUNCEF	471	1.433
CAIXAPAR	76	23
Obrigações por operações compromissadas	**801.773**	**747.317**
CAIXAPAR	801.773	747.317
Repasses do país – instituições oficiais	**13**	**581**
OGU – Orçamento Geral da União	13	581
Obrigações diversas	**28.666**	**26.251**
OGU – Orçamento Geral da União	28.666	26.251
Total	**1.073.182**	**1.269.037**
RECEITAS		
Rendas de prestação de serviços	**437.622**	**360.411**
Caixa Seguros	349.339	283.459
OGU – Orçamento Geral da União	88.283	76.952
Rendas de participações	**481.273**	**325.242**
Caixa Seguros	6.143	317.434
CAIXAPAR	475.130	7.808
Outras receitas operacionais	**110.879**	**108.636**
OGU – Orçamento Geral da União	110.879	108.636
Total	**1.029.774**	**794.289**
DESPESAS		
Despesas com Operações Compromissadas	**70.184**	**13.662**
CAIXAPAR	70.184	13.662
Despesas administrativas – aluguéis	**38.398**	**36.857**
FUNCEF	38.398	36.857
Outras despesas operacionais	**3.046**	**3.105**
OGU – Orçamento Geral da União	3.046	3.105
Total	**111.628**	**53.624**

Nota 33 – Benefícios a empregados

Os planos de previdência denominados planos de benefícios são patrocinados pela CAIXA e administrados e executados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF. Os benefícios pós-emprego de Auxílio Pecúlio e Auxílio Alimentação/Cesta-Alimentação e os compromissos com os assistidos EX-PREVHAB são administrados pela CAIXA.

Destinado aos empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS, o Saúde CAIXA é um programa instituído pela CAIXA sob a modalidade de autogestão e tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, nutricional e de serviços sociais, aos titulares e seus respectivos dependentes.

O PAMS – Programa de Assistência Médica Supletiva é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial. O PAMS foi instituído pela CAIXA e é por ela administrada, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a tabela do PAMS.

(a) Plano de benefícios – Previdência privada

a.1) REG/REPLAN

O plano, estruturado na modalidade de Benefício Definido, agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano (INPC/IBGE), com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de Benefícios oferecido pelo patrocinador.

A taxa de títulos empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 10,18% e de 5% a.a. para a inflação.

a.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Com a criação deste Plano, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e, em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Para os eventos programáveis, cujo modelo adotado pelo Plano é na modalidade de Contribuição Definida – CD é registrada a parte correspondente à CD, do total das contribuições efetuadas pelo Patrocinador.

A taxa de títulos empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

a.3) Novo plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 01 de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento). O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

A taxa de títulos empregada é dos Títulos Públicos Federais NTN-B de primeira linha, por ser a mais aderente às normas IFRS. A taxa de juros do Plano foi apurada considerando o último dia de vencimento dos Títulos Públicos, em 15/05/2045. Os investimentos do Plano estão alocados de forma diversificada, sendo a maior parte aplicada em Fundos de Investimentos. A taxa de retorno anual dos ativos é de 11,30% e de 5% a.a. para a inflação.

a.4) Assistidos PREVHAB

A Caixa administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do extinto BNH. Portanto, os valores dos benefícios pagos aos assistidos são debitados dos Recursos Garantidores das Reservas dos Assistidos oriundos da PREVHAB.

i) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial no Início do exercício	**(27.479.152)**	**(32.659.559)**	**(358.031)**	**(334.121)**	**(40.205)**	**(42.680)**	**(154.508)**	**(106.519)**
Custo do serviço corrente	(74.096)	(74.192)	(3.620)	(3.436)	-	-	(20.045)	(19.274)
Custo de juros	(3.017.912)	(3.631.036)	(38.204)	(33.925)	(4.212)	(4.707)	(9.567)	(9.551)
Ganhos / (Perdas) atuariais	(2.092.304)	7.768.892	80.659	(18.189)	4.553	4.205	(110.000)	(21.100)
Benefícios pagos pelo plano	1.333.142	1.090.915	19.145	28.015	3.257	2.977	10.224	961
Passivos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	25.828	-	3.625	-	-	-	975
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**(31.330.322)**	**(27.479.152)**	**(300.051)**	**(358.031)**	**(36.607)**	**(40.205)**	**(283.896)**	**(154.508)**

ii) Análise da obrigação atuarial do plano

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Parcela do valor presente da obrigação atuarial c/cobertura	(31.330.322)	(27.479.152)	(300.051)	(358.031)	(36.607)	(40.205)	(230.424)	(132.388)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial s/cobertura	-	-		-	-	-	(53.472)	(22.120)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**(31.330.322)**	**(27.479.152)**	**(300.051)**	**(358.031)**	**(36.607)**	**(40.205)**	**(283.896)**	**(154.508)**
Status do plano	**Totalmente coberto**	**Totalmente coberto**	**Totalmente coberto**	**Totalmente coberto**	**Totalmente coberto**	**Totalmente coberto**	**Parcialmente coberto**	**Parcialmente coberto**

iii) Conciliação dos saldos do valor justo

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**31.584.152**	**30.495.721**	**438.379**	**513.041**	**42.625**	**42.680-**	**132.388**	**106.840**
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	3.320.653	54.072	51.581	5.712	4.708	18.545	7.781
Ganhos / (Perdas) atuariais	2.813.153	(1.151.009)	(172.119)	(99.692)	(1.444)	(1.786)	85.096	161
Contribuições/Pagamentos (PREVHAB) do empregador	15.781	17.064	234	552			4.619	11.277
Contribuições de participantes do plano	15.781	18.466	-	-	-	-		-
Benefícios pagos pelo plano	(1.333.142)	(1.090.915)	(19.146)	(28.015)	(3.257)	(2.977)	(10.224)	(961)
Despesas administrativas	-	(25.828)	-	(3.625)				(975)
Ativos (adquiridos) / transferidos de outros planos por transação	-	-	-	4.537	-	-		8.265
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**37.230.243**	**31.584.152**	**301.420**	**438.379**	**43.636**	**42.625**	**230.424**	**132.388**

iv) Conciliação entre os itens "i" e "iii" com ativos e passivos reconhecidos

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso)	**(5.899.921)**	**(4.105.000)**	**(1.368)**	**(80.348)**	**(7.028)**	**(2.420)**	**53.472**	**22.120**
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)*	2.949.960	2.052.500	684	40.174	-	-	(26.736)	(11.060)
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos	884.794	524.369	(130.895)	(88.984)	5.527	2.419	(17.127)	(4.674)
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício**	**(2.065.167)**	**(1.528.131)**	**(131.579)**	**(129.158)**	**(1.501)**	**(1)**	**9.609**	**6.386**

* Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar Nº 109/2001 e Resolução CGPC 26/08, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.
** A Empresa optou por não registrar o Ativo/Passivo resultante, face da não existência de certeza de haver reembolso ou redução efetiva de contribuições futuras.

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
(Passivo)/Ativo a ser reconhecido no início do exercício	-	-	-		**1**	-	-	-
Pagamentos para o plano líquido de administração	15.781	17.064	117	276			2.310	5.639
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(15.781)	(17.064)	(117)	(276)	1.500	1	(2.310)	5.639
(Passivo)/Ativo a ser reconhecido no final exercício	-	-	-	-	**1.501**	**1**	-	-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

v) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	(74.096)	(74.192)	(3.620)	(3.436)	-	-	(20.045)	(19.274)
Responsabilidade dos participantes	(521.255)	192.288	(6.124)	276	-	-	5.533	5.638
Custo de juros	(3.017.912)	(3.631.036)	(38.205)	(33.925)	(4.212)	(4.707)	(9.567)	(9.551)
Retorno esperado dos ativos do plano	4.134.518	3.320.653	54.072	51.581	5.712	4.708	18.545	7.780
Amortização de ganhos / (perdas) atuariais		(165.697)	(3.819)	(373)	-	-	-	-
Efeito do limite	(537.036)	340.921	(2.421)	(14.399)	-	-	3.224	9.768
Total da (despesa) / receita reconhecida	**(15.781)**	**(17.064)**	**(117)**	**(276)**	**1.500**	**1**	**(2.310)**	**(5.639)**
Total da (despesa) / receita no exercício	**(15.781)**	**(17.064)**	**(117)**	**(276)**	**1.500**	**1**	**(2.310)**	**(5.639)**

vi) Premissas atuarias adotadas

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
a) Considerações gerais sobre as premissas (pressupostos)								
As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.								
b) Financeiras								
Taxa de juros de desconto atuarial anual	6,00% a.a	6,62 a.a	6,00% a.a	6,62 a.a	6,00% a.a	6,62 a.a	6,00% a.a	6,62 a.a
Projeção de aumentos salariais – média anual	2,41% a.a	2,41% a.a.	2,89 % a.a	2,89% a.a.	-	-	2,89% a.a	2,89% a.a.
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	1,00% a.a.	1,00% a.a.	-	-	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos limites e benefícios do INSS	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,30% a.a.	13,25% a.a.	11,30% a.a.	14,57% a.a.	-	-	11,30% a.a.	15,11% a.a.
c) Demográficas								
Taxa de rotatividade	EXPERIÊNCIA FUNCEF		EXPERIÊNCIA FUNCEF		-		EXPERIÊNCIA FUNCEF	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	-	-	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS	
Tábua de entrada em invalidez	HUNTER		HUNTER		HUNTER		HUNTER	
Tábua de morbidez	-		-		-		-	
Idade de aposentadoria	Máximo dado por:		Máximo dado por:		-		Máximo dado por:	
	M [53 anos; RGPS]		M [55 anos; RGPS]		-		M [53 anos; RGPS]	
	F [48 anos; RGPS]		F [55 anos; RGPS]		-		F [48 anos; RGPS]	
Composição familiar para custos de pensão								
Participantes	75% casados	95% casados	75% casados	95% casados	-	-	75% casados	95% casados
Aposentados	Cadastro Individual		Cadastro Individual		-		Cadastro Individual	

* Os dados cadastrais individuais utilizados são de 30/09/2009, sendo os mesmos posicionados para 31/12/2009.

vii) Divulgação dos resultados atuariais

REG/REPLAN	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	23.073.582	32.659.559	27.479.152	31.330.322
Valor justo dos ativos do plano	24.757.323	30.495.721	31.584.152	37.230.243
Superávit / (Déficit) técnico do plano	1.683.741	(2.163.838)	4.105.000	5.899.921
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	(24,6%)	28,3%	(6,7%)
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	8,3%	(3,6%)	7,6%

REB	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	622.651	334.121	358.031	300.051
Valor justo dos ativos do plano	738.801	513.041	438.379	301.420
Superávit / (Déficit) técnico do plano	116.150	178.920	80.348	1.369
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	9,5%	96,5%	(3,1%)	26,9%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	7,5%	(17,9%)	(22,7%)	(57,1%)

PREVHAB	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	41.108	42.680	40.205	36.607
Valor justo dos ativos do plano	-	-	42.625	43.635
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(41.108)	(42.680)	2.420	7.028
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	0,0%	10,5%	12,4%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	(4,2%)	(3,3%)

NOVO PLANO	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	33.192	106.519	154.508	283.896
Valor justo dos ativos do plano	30.479	106.840	132.388	230.424
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(2.713)	321	(22.120)	(53.472)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	53,9%	(50,2%)	(8,3%)	(38,7)
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	60,9%	50,0%	0,1%	36,9

viii) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Exercício de 2011	REG/ REPLAN	REB		PREVHAB	NOVO PLANO	
Montantes do:	**Benefício Definido**	**Parte Benefício Definido**	**Parte Contribuição Definida**	**Benefício Definido**	**Parte Benefício Definido**	**Parte Contribuição Definida**
Custo do serviço corrente	(58.485)	(3.482)	-	-	(18.602)	-
Responsabilidades dos participantes	(564.720)	(2.146)	-	-	9.764	-
Custo de juros	(3.500.782)	(32.082)	-	(4.034)	(30.593)	-
Retorno esperado dos ativos do plano	4.688.707	39.856	-	6.149	29.666	-
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(6.994)	-	68	(283)	-
Efeito do limite	(581.290)	4.719	-	-	7.487	-
Total da (despesa) / receita a reconhecer	**(16.570)**	**(129)**	**-**	**2.183**	**(2.561)**	**-**
Total da (despesa) / receita no exercício	**(16.570)**	**(129)**	**-**	**2.183**	**(2.561)**	**-**
Montantes de pagamentos esperado pela companhia no exercício seguinte						
Normais	16.570	129	-	-	2.561	-
Total dos pagamentos esperados para o Plano	**16.570**	**129**	**-**	**-**	**2.561**	**-**

ix) Retorno anual dos ativos

	REG/REPLAN		REB		PREVHAB		NOVO PLANO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Retorno real anual dos ativos do plano	10,18%	13,32%	10,18%	14,57%	10,23%	15,11%	10,18%	-
Retorno real anual sobre direitos de reembolso reconhecido como ativos	-	-	-	-	-	-	-	-

(b) Auxílio e Cesta Alimentação

Os benefícios do Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano.

Para o período de setembro de 2010 a agosto de 2011 o valor do auxílio-alimentação/ refeição é de R$ 399,30 (trezentos e noventa e nove reais e trinta centavos) para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2010 a agosto de 2011 é de R$ 311,08 (trezentos e onze reais e oito centavos) para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

(c) Auxílio Pecúlio

A CAIXA, como patrocinadora e administradora dos planos, bem como os participantes, são partes intervenientes no Auxílio Pecúlio contribuindo com R$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) anualmente no mês de janeiro.

O pagamento do benefício é concedido aos beneficiários do participante mediante ocorrência de morte natural deste, desde que comprovada dependência, perfazendo o valor de R$ 792,65 (setecentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos). Caso ocorra morte acidental do participante, o pagamento do benefício será de R$ 1.560,60 (hum mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta centavos) aos beneficiários, desde que apresentados os documentos necessários para sua habilitação.

(d) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência à saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA – um programa instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

O custeio do Plano de Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de participação de 3,5% sobre a despesa com pessoal, incluindo encargos sociais. O beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R$ 5.169.596 (2009 – R$ 4.766.048) e a despesa para o período acumulado até 31 de dezembro de 2010 foi de R$ 559.957 (2009 – R$ 672.473).

O PAMS é custeado com Recursos da CAIXA, anualmente correspondente a 3,5% do valor da folha de pagamento dos empregados, incluindo-se no cálculo os encargos sociais, e com recursos da participação de seus titulares nas despesas efetuadas. É um formato financeiro em extinção e sua vigência se vincula às liminares judiciais pendentes de julgamento e ações judiciais.

1) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	**(744.355)**	**(642.158)**	**(12.026)**	**(11.327)**	**(4.259.459)**	**(4.497.016)**
Custo do serviço corrente	-	-	(308)	(274)	(103.235)	(140.002)
Custo de juros	(80.985)	(70.818)	(1.312)	(1.253)	(456.722)	(532.471)
Ganhos / (Perdas) atuariais	26.440	(87.616)	3.506	590	276.681	771.636
Benefícios pagos pelo plano	54.868	56.237	252	238	155.525	138.394
Reduções	92.530	-	-	-	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**(651.502)**	**(744.355)**	**(9.888)**	**(12.026)**	**(4.387.210)**	**(4.259.459)**

2) Análise da obrigação atuarial do plano

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Parcela do valor presente da obrigação atuarial c/ cobertura	-	-	(6.249)	(5.824)	-	-
Parcela do valor presente da obrigação atuarial s/ cobertura	(651.502)	(744.355)	(3.639)	(6.202)	(4.387.210)	(4.259.459)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**(651.502)**	**(744.355)**	**(9.888)**	**(12.026)**	**(4.387.210)**	**(4.259.459)**
Status do plano	**Sem cobertura**	**Sem cobertura**	**Parcialmente coberto**	**Parcialmente coberto**	**Sem cobertura**	**Sem cobertura**

3) Conciliação dos saldos do valor justo

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	-	-	**5.824**	**5.494**	-	-
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	658	623	-	-
Ganhos / (Perdas) atuariais	-	-	(468)	(530)	-	-
Pagamentos / Contribuições do empregador	-	-	177	178	155.525	138.394
Contribuições de participantes do plano	-	-	310	298	-	-
Benefícios pagos pelo plano	-	-	(252)	(239)	(155.525)	(138.394)
Ativos (adquiridos) / transf. de outros planos por transação	-	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-	**6.249**	**5.824**	-	-

4) Conciliação entre os itens "i" e "iii" com ativos e passivos reconhecidos

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (excesso)	651.502	744.355	3.639	6.201	4.387.211	4.259.459
(Ganhos)/Perdas atuariais não reconhecidos	9.484	(16.956)	(2.802)	(6.113)	777.857	509.102
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido no final do exercício	**660.986**	**727.399**	**837**	**88**	**5.166.068**	**4.768.561**

5) Movimentação do passivo (ativo) líquido

(Passivo) / ATIVO a ser reconhecido no início do exercício	**(727.399)**	**(712.423)**	**(88)**	**620**	**(4.768.561)**	**(4.234.482)**
Pagamentos para o plano líquido de administração	54.869	56.237	177	178	155.524	138.394
Provisão para planos de benefícios e benefícios pós-emprego	11.544	(71.213)	(926)	(886)	(553.031)	(672.493)
(Passivo) / ATIVO a ser reconhecido no final exercício	**(660.986)**	**(727.399)**	**(837)**	**(88)**	**(5.166.068)**	**(4.768.561)**

6) Despesa total reconhecida na demonstração do resultado

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	-	-	(309)	(274)	(103.235)	(140.002)
Contribuição dos participantes	-	-	310	298	-	-
Custo de juros	(80.986)	(70.818)	(1.312)	(1.253)	(456.722)	(532.471)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	-	659	623	-	-
Retorno esperado de direitos de ativos	-	-	-	-	-	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	-	(394)	(274)	(280)	6.926	-
Efeito de qualquer redução ou liquidação	92.530	-	-	-	-	-
Total da (despesa) / receita reconhecida	**11.544**	**(71.212)**	**(926)**	**(886)**	**(553.031)**	**(672.473)**
Total da (despesa) / receita no exercício	**11.544**	**(71.212)**	**(926)**	**(886)**	**(553.031)**	**(672.473)**

As receitas e despesas do Auxílio Pecúlio foram projetadas de acordo com as características de remuneração de cada ativo, aplicando-se o cenário macroeconômico adotado pela FUNCEF. As carteiras que seguem esta regra são Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações e Fundos de Investimentos.

Os planos Saúde-CAIXA e PAMS não mantêm ativos justos para cobertura do Plano.

7) Retorno anual dos ativos

	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Retorno real anual dos ativos do plano	-	-	11,30%	11,08%	-	-
Retorno real anual sobre direitos de reembolso reconhecido como ativos	-	-	-	-	-	-

8) Premissas atuariais adotadas

Bases de dados cadastrais foram coletadas em (*)	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO		AUXÍLIO PECÚLIO		SAÚDE CAIXA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
a) Considerações gerais sobre as premissas (pressupostos)						
As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.						
b) Financeiras						
Taxa de juros de desconto atuarial anual	6,00% a.a	5,50% a.a	6,00% a.a	5,50% a.a	6,00% a.a	6,62% a.a.
Projeção de aumentos salariais – média anual	-	-	-	-	2,89% a.a	1,04% a.a.
Projeção de aumentos real dos custos de saúde (HCTR) média anual	-	-	-	-	2,00% a.a	2,00% a.a.
Projeção de aumentos dos limites e benefícios do INSS	-	-	-	-	-	-
Taxa de inflação média anual	5,00% a.a.	4,00% a.a.	5,00% a.a.	5,24% a.a.	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-
Custo per capita (parte saúde-caixa: 70% dos custos)	-	-	-	-	-	-
Projeção de aumentos dos benefícios média anual	-	-	-	-	-	-
c) Demográficas						
Taxa de rotatividade					3,24%	1,18%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F	AT 2000 M e AT 2000 F	AT 1983 M e AT 1983 F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS		WINKLEVOSS		IAPB-57	
Tábua de entrada em invalidez	-		-		HUNTER	
Tábua de morbidez	-		-		-	
Idade de aposentadoria	-		-		-	
Composição familiar para custos de pensão	-		-		-	
Participantes	-		-		Cadastro Individual	
Aposentados	-		-		Cadastro Individual	

* Os dados cadastrais individuais utilizados são de 30/09/2009, sendo os mesmos posicionados para 31/12/2009.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

9) Divulgação dos resultados atuariais

AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	688.194	642.158	744.355	651.502
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(688.194)	(642.158)	(744.355)	(651.502)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	10,9%	-11,8%	4,1%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A

AUXÍLIO PECÚLIO	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	8.305	11.327	12.026	9.888
Valor justo dos ativos do plano	5.151	5.494	5.825	6.249
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(3.153)	(5.833)	(6.201)	(3.639)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	(18,3%)	4,9%	35,5%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	(14,3%)	(9,1%)	(7,5%)

SAÚDE CAIXA	2007	2008	2009	2010
Montantes do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	4.056.275	4.497.016	4.259.459	4.387.210
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(4.056.275)	(4.497.016)	(4.259.459)	(4.387.210)
Ajustes de experiência resultantes em 31 de dezembro				-
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	N/A	(5,8%)	18,1%	6,3%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A

10) Despesa/receita e pagamentos esperados para o exercício seguinte

Exercício de 2011	AUXÍLIO E CESTA ALIMENTAÇÃO	AUXÍLIO PECÚLIO	SAÚDE CAIXA
Montantes de:			
Custo do serviço corrente	-	(343)	(191.397)
Contribuições dos participantes	-	316	-
Custo de juros	(71.992)	(1.110)	(490.865)
Retorno esperado dos ativos do plano	-	749	-
Amortização do (ganhos) / perdas atuariais	-	(190)	30.903
Total da (despesa) / receita a reconhecer	**(71.992)**	**(578)**	**(651.359)**
Total da (despesa) / receita no exercício	**(71.992)**	**(578)**	**(651.359)**
Montantes de pagamentos esperado pela companhia no exercício seguinte			
Normais	57.612	185	173.099
Total dos pagamentos esperados para o Plano	**57.612**	**185**	**173.099**

(e) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

i.1) REG/REPLAN, REB e Novo Plano: A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (i) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (ii) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos e (iii) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

i.2) Saúde Caixa: as perdas atuariais relativas a esse passivo que ultrapassaram o limite definido na nota 2, item 2.4.13, serão reconhecidas pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

(f) Participação dos empregados nos lucros

Foi destacado para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o montante de R$ 677.260 (2009 – R$ 449.990).

Nota 34 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da Instituição.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco e claramente comunicados a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basiléia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basiléia II são coordenadas por um projeto estratégico e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controle e Risco. O Projeto foi aprovado pelo Conselho Diretor e reflete o devido reconhecimento e a priorização estratégica atribuída pela Administração à implantação das melhores práticas de gestão de riscos.

O Projeto visa assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos / avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a instituição a adotar os modelos internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

A Instituição reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento da missão estratégica da CAIXA.

(b) Exigência de capital regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme as Resoluções CMN nº. 3.444/07 e 3.490/07, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
PR – PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II – DEDUÇÕES)	**32.569.539**	**26.245.187**
NÍVEL I	**16.922.987**	**14.970.201**
Patrimônio Líquido	15.436.950	13.143.767
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	2.207.346	1.952.635
Reservas de Reavaliação	(478.318)	(509.236)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(178.770)	(89.609)
Ativo Permanente Diferido	(59.060)	(97.230)
Ajuste ao Valor de Mercado	(5.16)	(1.780)
Adicional de Provisão ao Mínimo Estabelecido pela 2.682/1999	-	571.654
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	-
NÍVEL II	**15.647.401**	**11.276.219**
Reservas de Reavaliação	478.318	509.236
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	10.074.721	6.014.211
Instrumentos de Dívida Subordinada	5.089.201	4.750.992
Ajuste ao Valor de Mercado	5.161	1.780
Excesso de Capital de Nível II em Relação ao Nível I	-	-
DEDUÇÕES DO PR	**(849)**	**(1.233)**
Participação em instituição financeira no exterior	(849)	(1.233)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	**23.203.522**	**16.502.933**
Risco de Crédito	21.546.092	15.227.231
Risco de Mercado	36.847	89.127
Risco Operacional	1.620.583	1.186.575
MARGEM DE CAPITAL (PR – PRE)	**9.366.017**	**9.742.254**
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	**15,44**	**17,49**

(c) Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, além de perdas decorrentes da desvalorização de contratos de crédito como reflexo da deterioração na classificação de risco do tomador, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação e dos custos de recuperação.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Como parte do aprimoramento constante do processo de gestão de risco de crédito, a CAIXA possui como rotina anual a aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração das revisões de suas políticas, estratégias e limites de exposição.

A gestão do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, mitigação e reporte das exposições a essa categoria de risco por meio de modelos internos e padronizados, além de um processo estruturado de reportes aos gestores de clientes e de atendimento, e à Alta Administração da Instituição.

Visando mitigar esse risco, todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco por modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, o que possibilita mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação. Para novos clientes são utilizados modelos de *Credit Scoring* ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. No caso de clientes que possuem relacionamento de crédito com a CAIXA, são utilizados modelos de *Behaviour Scoring* nas exposições de varejo e reavaliação de *rating* nas demais exposições.

O monitoramento das exposições ao risco de crédito ocorre pelo controle dos indicadores de atraso, perdas realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital, o que possibilita ampla visão do perfil do risco por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros, e pela adoção de medidas de mitigação de risco, quando necessário.

Dentre as atividades realizadas pela área de gestão de risco de crédito de carteira, destaca-se ainda, a calibração dos modelos de monitoramento de risco de carteira, com realização de testes de aderência e de estresse, participação ativa na avaliação de riscos, principalmente na criação e reposicionamento de produtos e no monitoramento da provisão frente às perdas esperadas.

As políticas, estratégias, práticas, processos, modelos e sistemas implantados passam por revisões periódicas visando manter a Instituição aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores. Todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração e validação de modelos, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

(d) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros e preços de ações e de mercadorias (*commodities*).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza, complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações, e dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de gerenciamento do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Os princípios, valores e diretrizes adotados no gerenciamento desta categoria de risco são estabelecidos pelo Conselho de Administração por meio da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, com definição de limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela instituição.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam diminuir a volatilidade dos resultados da Instituição, manter o seu alinhamento às melhores práticas de mercado e atender às exigências legais.

Mensuração do risco de mercado

O início da mensuração do risco de mercado ocorre com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação desses instrumentos no mercado secundário. Para que a marcação a mercado seja realizada, é necessário identificar todas as posições mantidas pela instituição, calcular seus fluxos de caixa e descontá-los pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento, chegando ao seu preço.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

As estruturas a termo de taxas de juros na CAIXA são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average,* método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A qualidade desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, por meio de duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Novo Acordo de Basiléia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados se encontram dentro do VaR calculado para os níveis de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos. Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Em ambos os casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Em complementação à visão fornecida pelo cálculo do VaR foi estabelecido um Programa de Testes de Estresse que adota cenários históricos, prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

Testes de estresse

A CAIXA estabeleceu um Programa de Testes de Estresse em que adota as abordagens tanto de cenários históricos quanto prospectivos para reproduzir períodos históricos e simular condições adversas baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico, respectivamente.

A análise de cenários históricos se utiliza dos piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar os efeitos que, caso se repetissem, provocariam impacto no valor do portfólio da Instituição. São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, portanto, incluindo uma possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos consiste em projetar os impactos no valor do portfólio da Instituição, caso o cenário estabelecido ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam alimentar os modelos de risco.

Atualmente são utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

• Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

• Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico;

• Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

Complementa o Programa de Teste de Estresse a análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco, realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a conseqüente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade(1)		
Fatores de Risco	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
PRE	8,2	16,7
Cupom IGP	0,0	0,2
Cupom IPCA	0,3	1,2
Cupom SELIC	-	-
Cupom TR	-	-
CDI	-	-
VaR sem ED(2)	8,5	18,2
VaR com ED(2)	8,3	13,7

(1) Os valores do VaR de 31/12/2009 foram recalculados em razão de alterações nos parâmetros do modelo
(2) Efeito Diversificação

Operações não classificadas na carteira de negociação

Visando gerir as operações não classificadas na carteira de negociação de forma a assegurar que o Patrimônio de Referência – PR – seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela Instituição, a área de administração risco mensura e avalia o risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira negociação considerando a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

As operações não classificadas na carteira de negociação da CAIXA englobam:

- Títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, nos termos da regulamentação vigente.
- Operações ativas – carteiras comercial, habitacional, saneamento e infra-estrutura.
- Operações passivas – captações e depósitos com e sem vencimento definido.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards – A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk.* Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº. 3.365/07.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento do limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente

Instrumentos financeiros – Valor marcado a mercado

A comparação entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado é apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de Referência		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber no Período	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
ATIVO						
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	**201.687**	92.335	**201.687**	**92.352**	**-**	**(17)**
Aplicações em Operações Compromissadas	**12.005.555**	**29.336.351**	**12.004.677**	**29.335.106**	**(879)**	**(1.245)**
Títulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	**108.575.272**	**118.449.828**	**110.753.609**	**118.483.102**	**2.178.337**	**33.273**
Títulos para negociação	37.531.591	46.451.351	37.531.590	46.451.352	-	-
Títulos disponíveis para venda	1.582.856	1.471.071	1.582.856	1.471.071	-	-
Títulos mantidos ate o vencimento	69.460.825	70.527.406	71.639.163	70.560.679	2.178.337	33.273
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	**178.515.247**	**126.540.315**	**181.043.006**	**124.622.876**	**2.527.759**	**(1.917.438)**
Comercial	56.012.517	45.592.947	66.218.999	49.083.624	10.206.483	3.490.677
Habitação	108.330.025	70.520.637	104.713.947	67.886.681	(3.616.078)	(2.633.956)
Infraestrutura/Desenvolvimento	11.441.134	8.273.198	6.822.855	5.262.887	(4.618.279)	(3.010.311)
Outros Créditos	2.731.571	2.153.533	3.287.205	2.389.684	555.633	236.152

Descrição	Valor de Referência		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber no Período	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
PASSIVO						
Captações de Recursos	**41.745.298**	**25.420.836**	**43.729.138**	**25.471.942**	**1.983.840**	**51.106**
CDB/RDB	30.429.778	22.945.395	32.060.008	22.783.386	1.630.231	(162.009)
LCI LH	11.315.520	2.475.441	11.669.130	2.688.556	353.609	213.115
Captação em Operações Compromissadas	**46.012.658**	**65.036.181**	**48.195.231**	**66.285.435**	**2.182.572**	**1.249.255**
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	**57.688.261**	**41.447.763**	**48.808.157**	**36.798.231**	**(8.880.104)**	**(4.649.532)**
Exterior	89.381	9.523	88.571	9.519	(810)	(5)
Tesouro	29.718	27.308	29.946	26.776	228	(532)
FGTS	54.172.590	37.857.482	45.387.573	33.585.747	(8.785.017)	(4.271.735)
BNDES	1.206.342	856.050	1.348.325	819.768	141.983	(36.282)
Depósitos não remunerados	2.190.230	2.697.400	1.953.742	2.356.421	(236.488)	(340.978)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	**13.016.149**	**7.966.846**	**14.491.312**	**7.705.626**	**1.475.162**	**(261.220)**

Determinação de valor marcado a mercado dos instrumentos financeiros

Os preços de negociação dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento determinadas de acordo com o nível de informação disponível:

Nível 1: Os preços cotados (não ajustados) nos mercados de ativos para ativos e passivos idênticos. Este nível inclui títulos listados e instrumentos de dívida em negociação na bolsa de valores, mercadorias e futuros, por exemplo.

Nível 2: Outros dados observáveis que não os do nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, quer diretamente (isto é, preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). Este nível inclui os títulos públicos federais publicados pela ANBIMA a maioria dos contratos de balcão de derivativos e emissão de dívida estruturada.

Nível 3: Os dados para mensurar o ativo ou passivo que não se baseiam em informações de mercado observáveis (dados não observáveis). Este nível instrumentos de patrimônio e dívida com composto significativamente por dados não observáveis e a determinação das taxas é feita por modelo estatístico a partir de informações de ativos similares.

O processo de marcação a mercado das operações não classificadas na carteira de negociação é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de sensibilidade das posições relevantes – Instrução CVM nº. 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco, devido a variações nas taxas de juros. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 30 de setembro de 2010, incluíram todas as operações com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II**:** Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III**:** Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes – Instrução CVM nº. 475				
Instrumentos Financeiros – 31 de dezembro 2010 – R$				
Descrição	Risco	Cenário Provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	**(72.752.410)**	**(1.721.962.179)**	**(3.263.598.599)**
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	**(38.145.411)**	**(924.912.135)**	**(1.792.856.444)**
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	**(277.608.490)**	**(6.295.731.152)**	**(11.478.449.355)**
Variação cambial	Queda nas taxas de cambio	**(2.601)**	**(65.819)**	**(133.334)**

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade de que o preço de liquidação de ativos seja diferente do seu preço marcado a mercado devido ao volume das operações ou de situações de mercado, e de que a Instituição não tenha recursos para honrar seus compromissos ou ainda tenha dificuldades em obter novos recursos por um preço compatível.

Visando manter a exposição ao risco de liquidez em níveis aceitáveis, foram estabelecidas pelo Comitê de Risco regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes.

A CAIXA desenvolveu e implantou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações classificadas nas carteiras negociação e de não-negociação, e para a mensuração do potencial diário de negociação de títulos existentes em sua carteira de títulos e valores mobiliários em situações de normalidade e de estresse.

A exposição ao risco de liquidez é comunicada por meio de relatórios diários sobre a mensuração, monitoramento e controle desse risco para as Vice-Presidências de Controle e Risco e de Finanças, mensais para o Comitê de Risco e Conselho Diretor e semestrais para o Conselho de Administração.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Adicionalmente, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da Instituição, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem.

O Plano sistematiza os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início de uma possível crise.

(f) Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento do risco operacional implantada na CAIXA é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição, e alinhada aos princípios, valores e diretrizes internas de gestão dessa categoria de risco. O seu funcionamento assegura a criação de um ambiente adequado de gestão, o estabelecimento de um processo de gerenciamento de risco eficaz e a existência de um processo estruturado de divulgação de informações para o público interno e para o mercado, bem como, o cumprimento da Resolução CMN 3.380/06, de 26/06/06.

A atividade de gerenciamento do risco operacional é executada por unidade específica, de forma segregada das áreas negociais e da auditoria interna, o que preserva a independência na gestão desse risco.

A estrutura de gerenciamento do risco operacional está apta a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, inclusive a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da CAIXA.

Identificação

O processo de identificação dos riscos operacionais envolve as metodologias de mapeamento de processos e auto-avaliação (CRSA – *Control & Risk Self Assessment*), permeia toda a Instituição e produtos, serviços, atividades e canais existentes ou a serem lançados, situação em que identificação é realizada previamente. Ele considera os fatores internos e externos que podem afetar adversamente os resultados financeiros da CAIXA.

O mapeamento de risco operacional envolve as unidades da matriz da CAIXA, já a auto-avaliação abrange todas as unidades da Empresa e é realizada em sistema corporativo que captura as informações prestadas pelos gestores sobre a possibilidade da ocorrência de eventos do risco operacional, bem como sobre o nível de criticidade e os controles adotados para mitigar esses riscos.

Avaliação

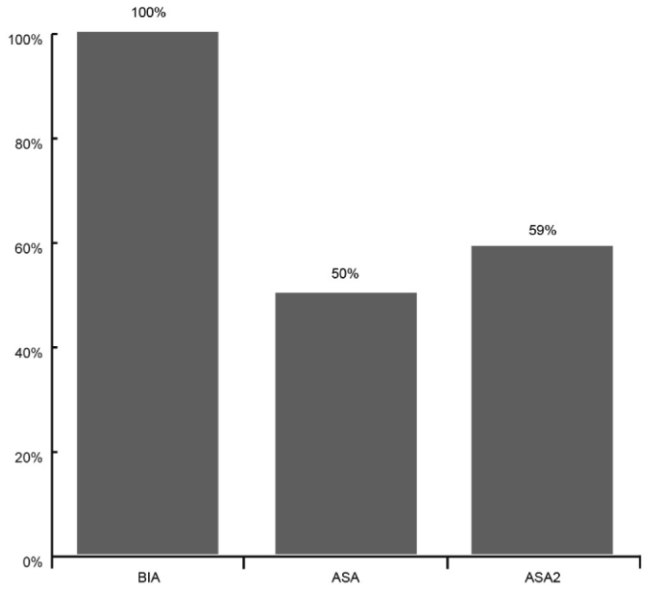
A avaliação do risco operacional é dividida em qualitativa e quantitativa. A primeira envolve as ações de mapeamento e auto-avaliação, descritas no processo de identificação. O processo de mapeamento permite que os riscos operacionais identificados nas áreas possam ser avaliados levando-se em consideração aspectos de relevância, necessidade de ações de mitigação e tendências. É utilizada matriz que agrega informações de gravidade, urgência e tendência. A auto-avaliação permite também estimar os valores envolvidos nas ocorrências potenciais e contribui para divulgação dos conceitos inerentes ao gerenciamento dos riscos operacionais.

Já a avaliação quantitativa estabelece métricas, com o objetivo de analisar o histórico das perdas, projetá-las para períodos futuros verificando possíveis impactos financeiros e realizar o cálculo para alocação de capital. As projeções são realizadas com base na metodologia LDA – *Loss Distribution Approach.*

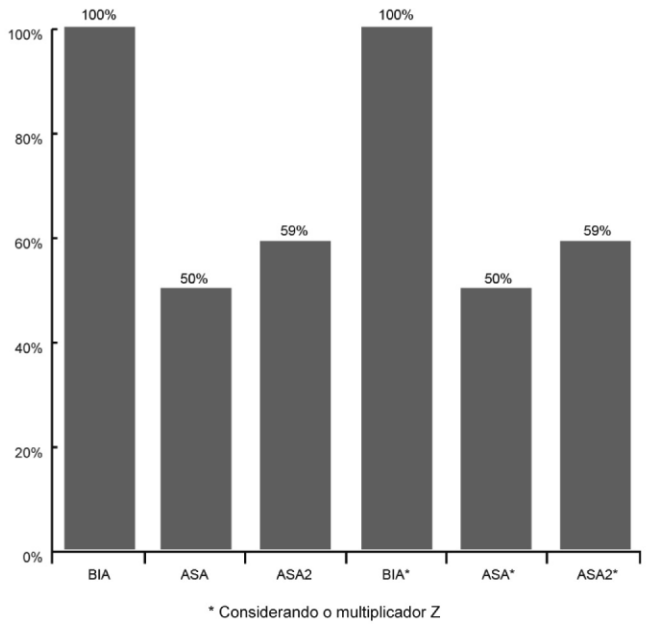
Cálculo de alocação de capital

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA é a atual metodologia de cálculo adotada na CAIXA, sendo que foi desenvolvida uma ferramenta para realização integrada dos cálculos nos três métodos, previstos na Circular 3.383/2008: (1) a Abordagem do Indicador Básico – BIA; (2) a Abordagem Padronizada Alternativa – ASA e (3) a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA2). Os resultados dos cálculos realizados pelos três métodos estão comparados nos quadros a seguir:

Alocação de Capital para Risco Operacional
Proporção da Abordagem BIA



Alocação de Capital para Risco Operacional
Comparativo entre as Abordagens



* Considerando o multiplicador Z

Modelos internos

As abordagens avançadas de mensuração de capital para risco operacional requerem o aperfeiçoamento das práticas, processos, procedimentos e modelos de gerenciamento desse risco tendo como principais objetivos a melhoria de gestão e a diminuição das perdas causadas por risco operacional.

O método interno envolver maior número de variáveis, maior eficiência e sofisticação no gerenciamento de risco operacional, o que geralmente resulta em diminuição do capital regulamentar em relação aos métodos padronizados, reconhecendo a maturidade da gestão. Ele requer no, mínimo, a integração de quatro elementos: bases de dados interna e externa, fatores do ambiente de negócios e de controle interno e análise de cenários.

Monitoramento, controle operacional e mitigação

As ações de monitoramento, mitigação e controle operacional dão continuidade ao ciclo de gerenciamento iniciado na atividade de identificação e visam diminuir as perdas e a expo-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

sição ao risco operacional, contribuindo para a solidez e a sustentabilidade dos negócios da Empresa.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados aos gestores responsáveis pelo processo que originou a perda e às instâncias envolvidas na gestão de riscos com o objetivo de direcionar a implantação das ações de mitigação. Também são monitorados sistematicamente informações que atuam como indicadores da exposição da Instituição às ocorrências dos eventos de risco operacional, como rotatividade de empregados e disponibilidade de sistemas críticos.

O controle operacional dos produtos e serviços a serem lançados é realizado por meio de ferramenta específica, com capacidade para gerar sistematicamente informações sobre a implementação das medidas corretivas recomendadas.

Gestão da continuidade dos negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da Instituição, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da Empresa na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Transparência e divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da Empresa e demonstrar o compromisso da CAIXA com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Nota 35 – Eventos subsequentes

Banco Panamericano

Em 31 de janeiro de 2011 a Silvio Santos Participações S.A. ("SSP") e BF Utilidades Domesticas Ltda. ("BF" e em conjunto com a SSP "Vendedoras") celebraram com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avencas, por meio do qual o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações de titularidade das Vendedoras, correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do Banco Panamericano pelo preço de R$ 450.000 (quatrocentos e cinqüenta milhões de reais) corrigidos, a partir da data de conclusão do negocio, até a data de seu efetivo pagamento, por 110% da Taxa DI, que poderá ser pago, a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, valor este limitado a importância máxima de R$ 3.800.000 (três bilhões e oitocentos milhões de reais).

A CAIXA reitera seu compromisso de manutenção da parceria estratégica com o Banco Panamericano através da celebração de um Acordo de Cooperação Operacional por meio do qual tanto a CAIXA quanto o BTG Pactual adquirirá direitos creditórios e aplicará em depósitos interfinanceiros do Banco.

Neste mesmo sentido, a CAIXAPAR, sociedade por ações, subsidiaria integral da CAIXA, mantém inalterado os seus percentuais de participação na instituição financeira e **não** alienará sua participação no âmbito da oferta publica que será realizada pelo BTG Pactual.

Nesta mesma data o BTG Pactual e a CAIXAPAR celebraram acordo de acionistas do Banco Panamericano, com a substituição das Vendedoras pelo BTG Pactual, que substancialmente mantém as mesmas condições do acordo vigente.

Nota 36 – Outras informações

(a) Administração de entidades sociais

Patrimônios líquidos dos Fundos e Programas Sociais administrados pela CAIXA:

Entidade	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
PIS	27.542.968	26.100.285
FGTS	35.865.937	30.494.293
FAR	5.285.651	4.625.608
FDS	1.323.199	1.110.837
FAS	30.374	31.439
FGS	49.502	179.136
FIEL	-	46.025
FGHAB	131.584	94.406
FCA	5.501	538
FGCN	1.206.234	-
FCE	–	-
Total	**71.440.951**	**62.682.567**
FCVS (i) *	(89.873.424)	(84.520.824)

* posição Novembro/2010

(i) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R$ 69.954 (2009 – R$ 66.813), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R$ 32.129 (2009 – R$ 33.614).

A lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7° item IX, incluído pela Lei n° 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de agente operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável as contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R$ 95.615 (2009 – R$ 72.977)

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007.

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R$ 159.608 (2009 – R$ 149.537).

Maria Fernanda Ramos Coelho - Presidenta; Carlos Antonio de Brito - Vice-presidente; Carlos Augusto Borges - Vice-presidente; Clarice Coppetti - Vice-presidente; Édilo Ricardo Valadares - Vice-presidente; Fábio Lenza - Vice-presidente; Jorge Fontes Hereda - Vice-presidente; Márcio Percival Alves Pinto - Vice-presidente; Marcos Roberto Vasconcelos - Vice-presidente; Sérgio Pinheiro Rodrigues - Vice-presidente; Luiz Antonio de Castro - Superintendente Nacional E.E - Contador CRC 5290/0-O – DF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
2º SEMESTRE DE 2010

INTRODUÇÃO

Nos termos das normas em vigor, o Comitê de Auditoria da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - COAUD deve elaborar, semestralmente, relatório que contemple, no mínimo, posicionamento em relação às demonstrações contábeis, informações quanto às atividades exercidas, recomendações formuladas e avaliação da efetividade do sistema de controles internos, das auditorias independente e interna. Resumo de tal relatório deve ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis. Essa a finalidade do presente trabalho.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Dando prosseguimento ao plano de ação elaborado para o exercício de 2010, o Comitê participou de encontros com diversificadas áreas, debatendo variadas questões que, direta ou indiretamente, se relacionam com as atividades sobre as quais está obrigado a opinar. Nesse sentido, manteve-se informado sobre a política e gestão de riscos corporativos da empresa, eventuais pontos relevantes de criticidade e aperfeiçoamentos incorporados.

Cuidou, igualmente, de debater a elaboração e a execução dos planos de trabalho das auditorias interna e independente, atualizando-se em termos de recomendações formuladas aos gestores e sugerindo, por vezes, ações complementares, na linha de uma atuação voltada a aspectos da preservação patrimonial e que incorpore constantes melhorias nos procedimentos de avaliação dos sistemas de controle, em suas várias dimensões, e de gerenciamento de riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.

Em termos das demonstrações contábeis, realizou periódicas reuniões com a área responsável pela sua elaboração, buscando verificar adequação às normas de regência e coerência com as informações de conhecimento dos membros do COAUD, colhendo, também, como subsídio relevante para formação de sua opinião, o posicionamento das auditorias.

Acompanhou as ações empreendidas nas áreas de controle interno, debateu os respectivos escopos e, em algumas oportunidades, sugeriu aprimoramentos. Com a Ouvidoria, aferiu: a aderência aos novos normativos editados pelas Autoridades Monetárias (Resolução CMN 3.849/2010 e Circular BACEN 3.503/2010); a eficácia do trabalho e o grau de comprometimento da instituição com tão importante missão; a adequação da estrutura disponível; e as melhorias observadas no serviço de atendimento ao cliente.

CONCLUSÕES

As informações e observações colhidas no semestre recém-findo permitem reiterar a avaliação deste Comitê no sentido de que os sistemas de controle interno e de gerenciamento de risco de liquidez, de mercado e de crédito, implantados na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, mostram-se, em seus aspectos nucleares, efetivos e consistentes com a natureza e complexidade das atividades da instituição, o que de nenhum modo afasta a necessidade de revisões periódicas e iniciativas que visem aperfeiçoamentos.

Constata-se que a auditoria independente, de uma forma geral, desenvolveu suas atividades em padrão compatível com o porte e características da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, não sendo identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer sua atuação.

Em relação à auditoria interna, reafirma-se avaliação de sua progressiva efetividade, observando-se evoluções, quer na metodologia adotada, quer na estruturação e no conteúdo de seus relatórios.

Na avaliação da qualidade das demonstrações contábeis, vale-se o COAUD das informações e observações colhidas em várias instâncias e em trabalhos dos auditores internos e externos. A propósito, cumpre destacar que a avaliação do investimento realizado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, por meio da CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A – CAIXAPAR, no Banco Panamericano S.A, baseou-se em demonstrações do referido banco, elaboradas em 31 de julho de 2010 (Nota Explicativa 11.a.i), fato objeto de ressalva no Parecer da auditoria independente.

Excetuado tal aspecto, que impede o conhecimento de possíveis reflexos da reavaliação do investimento na data-base de 31.12.2010, as demonstrações contábeis da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL mantém consonância com as normas legais e regulamentares, em especial com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e com as práticas contábeis adotadas no País, daí recomendar-se sua aprovação.

Brasília, 10 de fevereiro de 2011

JOÃO ACIR VERLE
Membro

JOSÉ CARLOS MONTEIRO MEDEIROS
Membro

ADILSON RODRIGUES FERREIRA
Presidente

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Caixa Econômica Federal – CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA (a "CAIXA" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 11 e na Nota 35 às demonstrações contábeis, a CAIXA, por meio de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR, detém investimento no Banco Panamericano S.A., cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R$ 781 milhões, e o correspondente resultado de equivalência patrimonial registrado é de R$ 37 milhões. Em 9 de novembro de 2010, o Banco Panamericano S.A. divulgou, por meio de fato relevante, a captação de R$ 2,5 bilhões destinados a preservar o equilíbrio patrimonial e a ampliar a liquidez operacional do banco, em função de inconsistências contábeis que não permitiram a apresentação adequada de suas demonstrações contábeis. Em 29 e 31 de janeiro de 2011, o Banco Panamericano S.A. emitiu novos fatos relevantes, que comunicam a não conclusão dos trabalhos para a apuração das inconsistências contábeis informadas anteriormente e a celebração do contrato de compra e venda de ações firmado entre o Grupo Silvio Santos e o Banco BTG Pactual S.A., respectivamente. Portanto, o processo de apuração dessas inconsistências contábeis pelo Banco Panamericano S.A. e a divulgação de suas demonstrações contábeis ajustadas, bem como outros procedimentos de avaliação sobre o investimento da CAIXAPAR nesse banco, ainda não estão finalizados. Consequentemente, a CAIXA e sua subsidiária CAIXAPAR não possuem as informações necessárias para refletir em suas demonstrações contábeis os efeitos de eventuais ajustes oriundos do investimento no Banco Panamericano S.A. Dessa forma, não foi praticável a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação ao saldo desse

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2010
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

investimento em 31 de dezembro de 2010 (individual e consolidado) e ao resultado por ele produzido no exercício e semestre findos nessa data.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos ainda não determinados relacionados ao assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA e da Caixa Econômica Federal – CAIXA e sua controlada em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase – créditos tributários

Conforme Nota 21 (a) às demonstrações contábeis, a CAIXA possuía R$ 15.935 milhões em 31 de dezembro de 2010 de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças intertemporais e contribuição social a compensar, e provisão para realização desses créditos de R$ 4.744 milhões. O valor líquido de R$ 11.191 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. O montante a ser utilizado no futuro para fins de compensações fiscais está diretamente relacionado à geração de lucros tributáveis e pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase – créditos com FCVS

Conforme mencionado na Nota 1, a condução da gestão econômico-financeira da CAIXA é considerada no conjunto das decisões do Governo Federal. Nesse contexto, conforme mencionado na Nota 7 (b), a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante de R$ 25.957 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R$ 8.087 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no montante de R$ 2.447 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante líquido de R$ 15.181 milhões, está condicionada ao processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos – demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Instituição, que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 11 de fevereiro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC 1SP191325/O-0 "S" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, consoante o art. 42 do Estatuto Social da Empresa, combinado com o art. 163, incisos VI e VII, da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e do valor adicionado, as notas explicativas e o Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Os membros do Conselho, à vista dos documentos apresentados pela Empresa, da análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, e com base no Relatório da Auditoria Interna, nos Pareceres do Conselho Diretor, dos Auditores Independentes e do Conselho de Administração, e levadas em consideração as observações apresentadas pelos Auditores Independentes, sobretudo em relação a ressalva e as ênfases contidas em seu relatório, bem como as ressalvas apontadas pela Auditoria Interna, opinam no sentido de que as demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

O Colegiado examinou também, e manifestou-se favoravelmente, a proposta de destinação do resultado do exercício, constante da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

ADRIANO PEREIRA DE PAULA
Conselheiro

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO
Conselheiro

LUIZ ROBERTO BIORA
Conselheiro

RONISE PEREIRA LOPES
Conselheiro

JOSÉ MAURO GOMES
Presidente

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso XI, alínea "e", do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº. 6.473, de 05 de junho de 2008, e alterado pelos Decretos n° 6.796, de 17 de março de 2009, e nº 7.086, de 29 de janeiro de 2010, considerando o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, tendo em vista as considerações do Conselho Fiscal e tomando por base a recomendação contida no último parágrafo do Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA, aprovou as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativas ao exercício de 2010.

Brasília, 10 de fevereiro de 2011.

ALEXANDRA RESCHKE
Conselheira

MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO FILHO
Conselheiro

MARDEN DE MELO BARBOZA
Conselheiro

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Conselheiro

PAULO FONTOURA VALLE
Conselheiro

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Presidente E.E.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CAIXA PARTICIPAÇÕES - EXERCÍCIO 2010

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Submetemos à apreciação da Acionista – CAIXA – este Relatório da Administração, referente às atividades desenvolvidas e os resultados auferidos pela CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A – CAIXAPAR durante o exercício de 2010.

1 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No exercício de 2010, a CAIXAPAR obteve Lucro Líquido de R$ 475.126 mil, proveniente principalmente dos dividendos das participações societárias e das aplicações financeiras efetuadas pela CAIXAPAR S.A.

As Aplicações financeiras geraram rentabilidade de R$ 70.365 mil no exercício de 2010. O Ativo Total da Empresa alcançou o montante de R$ 3.134.216 mil e o Patrimônio Líquido R$ 2.953.925 mil.

2 GOVERNANÇA

A CAIXAPAR prima por empregar as melhores práticas de governança corporativa na busca da sustentabilidade, por meio da gestão responsável que prioriza a ética e a transparência almejando agregar valor para a Controladora e a sociedade em geral.

O Estatuto Social da Empresa dispõe que os seus órgãos de administração são o Conselho de Administração integrado por 3 (três) membros eleitos pela Assembléia Geral e a Diretoria órgão colegiado e deliberativo composto por 4 (quatro) membros eleitos pelo Conselho de Administração.

A Empresa utiliza-se das prerrogativas estabelecidas no Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura firmado com a CAIXA em 06 de Outubro de 2009 para, sob regime de compartilhamento, utilizar-se dos serviços já realizados pelas áreas gestoras da Controladora como contabilidade, auditoria, orçamento, infra-estrutura, jurídico, tecnologia da informação, dentre outros, necessários à manutenção do seu funcionamento.

As atividades executadas para a CAIXAPAR estão discriminadas em Termos Aditivos Operacionais ao Convênio supracitado.

3 GESTÃO DE PESSOAS

A CAIXAPAR contava em 31 de dezembro/2010 com 25 colaboradores distribuídos entre as três Diretorias, sendo 3 dirigentes, 18 empregados, 2 estagiários, 2 menores.

Visando aprimorar e ampliar os conhecimentos técnicos de seus empregados a CAIXAPAR instituiu um Planejamento Educacional, iniciado com a formatação de um dossiê junto à SN de Contratação da CAIXA objetivando a contratação direta de instituição de ensino responsável por realização de curso de capacitação, treinamento e desenvolvimento educacional, com ênfase em Governança Corporativa, Análise Econômico-Financeira e Direito Societário.

Esse estudo é um processo contínuo de aprendizagem e capacitação profissional e terá a continuidade no ano de 2011.

4 GESTÃO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A governança, o monitoramento e controle da carteira de Participações Societárias da CAIXAPAR são realizados por sua Diretoria Executiva de Participações Existentes – DIPAR.

A CAIXAPAR, além de prestar apoio técnico e assessoramento necessário à tomada de decisões no exercício da gestão das participações societárias integrantes da sua carteira, atua também nas demais participações societárias que remanesceram sob a propriedade da CAIXA, por meio de Termo Aditivo Operacional ao Convênio de Execução de Atividades Operacionais e de Compartilhamento de Estrutura firmado entre as partícipes.

A carteira de participações societárias da CAIXA e da CAIXAPAR está composta pelas empresas demonstradas no quadro I e II abaixo:

Quadro I

PARTICIPAÇÕES CAIXA

Empresas	Objetivo Estratégico da CAIXA	Tipo de Títulos	Tipo de Decisão	Participação no Capital Social Total	Valor Financeiro do Investimento R$	%
Banco Interamericano de Ahorro Y Prestamo - BIAPE (*)	Venda da participação (em andamento)	Ações ON	Espontânea	15,44%	782.321,58	0,38%
Biape International Ltd.(*)	Venda da participação (em andamento)	Ações PN	Espontânea	0,16%	136,78	0,00%
Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP	Transferência de fundos de outros ativos financeiros, compensação e liquidação no âmbito do SPB	Cotas	Espontânea	8,32%	367.647,00	0,18%
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	Atender determinação Legal	Cotas	Compulsória	21,61%	202.666.947,10	98,93%
Fundo Nacional de Desestatização - FND	Atender determinação Legal	Ações	Compulsória	-	581.455,23	0,28%
AMBIMA (ex ANDIMA)	Manter sua filiação e representatividade junto à Associação e assim permitir uma integração que proporcione transparência, segurança operacional e amplie o relacionamento com as demais instituições financeiras.	Cotas	Espontânea	-	5.681,00	0,00%
Balcão Organizado de Activos e Derivactivos - CEPTIP S/A	**	Ações ON	Espontânea	-	456.223,04	0,22%
TOTAL					**204.860.411,73**	**100,00%**

Fonte: GEIFI - Relatório de Participações Societárias - Ref. Dezembro/2010 - Emissão: 04/01/2011
(*) Valores convertidos pelo dólar comercial cotação de VENDA do último dia do mês de referência (31/12/2010 - US$ 1,6662)
Elaboração: DIGER/DIPAR

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CAIXA PARTICIPAÇÕES - EXERCÍCIO 2010

Quadro II

PARTICIPAÇÕES - CAIXAPAR

Empresas	Objetivo Estratégico da CAIXA	Tipo de Títulos	Tipo de Decisão	Participação no Capital Social Total	Valor Contábil do Investimento RS	%
Caixa Seguradora S/A (*)	Diversificar carteira de produtos e oferecer atendimento integral aos clientes favorecendo a fidelização.	Ações ON	Espontânea	48,21%	1.135.902.020,48	54,42%
Cia Brasileira de Securitização S/A - CIBRASEC	Promover o desenvolvimento do mercado secundário de recebíveis no Brasil.	Ações ON	Espontânea	9,09%	6.770.908,24	0,32%
Tecnologia Bancária S/A - TECBAN	Diversificar forma de prestação de serviços de caixas automáticos.	Ações ON	Espontânea	5,91%	35.906.126,41	1,72%
CIELO (ex CBMP/VISANET)	Incremento da CAIXA no mercado de cartões, possibilitando, inclusive, o serviço de credenciamento de estabelecimentos na rede VISANET.	Ações ON	Espontânea	1,14%	74.282.139,37	3,56%
Banco PanAmericano S/A	Complementar os processos e atividades desenvolvidos pela CAIXA para a realização de seu objeto social.	Ações ON/PN	Espontânea	36,56%	834.257.209,24	39,97%
	TOTAL				**2.087.118.403,74**	**100,00%**

(*) Grupo Caixa Seguros é formado pelas seguintes empresas: Caixa Seguradora S/A, Caixa Capitalização S/A, Caixa Vida e Previdência S/A, Caixa Consórcios S/A.
Elaboração: DIGER/DIPAR

As principais atividades de gestão, monitoramento e controle realizadas pela CAXAPAR junto às participações societárias de propriedade da CAIXA e CAIXAPAR são as seguintes:

- Adota as providências necessárias para efetivar a indicação dos representantes nas Participações;
- Monitora o atendimento às diretrizes propostas na Política de Participações quanto à atuação dos representantes nas participações estratégicas;
- Propõe ações que permitam a efetiva governança corporativa das Participações;
- Acompanha a elaboração dos Acordos de Acionistas firmados com as Participações;
- Preserva ou busca ampliar os direitos das Empresas como acionista das Participações;
- Propõe alternativa para enquadramento da Carteira de Participações às Políticas de Participações e ao Planejamento Estratégico;
- Monitora o desempenho individual e da carteira de Participações por meio de indicadores e análises dos resultados, econômico-financeira e setorial;
- Presta consultoria técnica aos representantes da CAIXA e CAIXAPAR nos Conselhos de Administração e Fiscal das Participações Societárias;
- Assessora nas negociações de contratos e acordos de operações de aquisição e alienação de Participações;
- Identifica soluções e oportunidades de negócios para as Participações;
- Elabora e encaminha relatórios gerenciais objetivando subsidiar as tomadas de decisões dos gestores;
- Avalia alterações nos instrumentos operacionais de forma a manter a consonância desses com os Acordos de Acionistas porventura existentes;
- Assessorar no relacionamento com órgãos externos em defesa dos interesses comuns;
- Assessora no relacionamento institucional com as participações e eventos preconizados pela Lei 6.404/76.

5 PROCESSO DE AQUISIÇÕES

A Diretoria Executiva de Novas Aquisições - DINOV é responsável pelo processo de aquisições de participações societárias para a CAIXAPAR, seguindo as diretrizes previstas na Lei nº 11.908/2009 para a execução dos procedimentos necessários à formalização dos novos contratos.

No decorrer este processo vários estudos técnicos são realizados objetivando a ampliação da carteira de participações societárias com a aquisição de empresas que agreguem valor às operações realizadas pela Controladora, tomando as medidas e cautelas necessárias visando à identificação de fragilidades e a minimização dos riscos inerentes de cada etapa até a sua finalização.

6 DESTAQUES DO PERÍODO

As principais ocorrências do ano de 2010 foram as seguintes:

- Efetivação, em Fevereiro/2010, da transferência das 4 Participações Societárias da CAIXA para a CAIXAPAR (Caixa Seguros, CIBRASEC, TECBAN e CIELO), no montante de R$ 1.185.218 mil, como integralização de parte do seu Capital Social;
- Alteração do Estatuto Social da Empresa deliberado em Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária da CAIXAPAR realizada em Junho/2010;
- Pagamento de dividendos para a Controladora referente ao lucro do exercício findo em 31.12.2009, no montante R$ 1.855 mil efetuado em Junho/2010.
- A integralização do Capital Social da CAIXAPAR com a parcela restante devida no montante de R$ 64.782 mil, que foi efetivada em Julho de 2010, após autorização do Conselho Diretor da CAIXA por meio da Resolução n° 4.250/2009 de 28 de junho de 2010;
- Pagamento do valor correspondente à parcela remanescente da aquisição de ações no Banco PanAmericano S.A., no total de R$ 232.180 mil, que foram repassados àquela Instituição em 26/07/2010;
- Em sessão realizada no dia 15/07/2010, e por despacho do senhor Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro, em 09 de novembro de 2010, o BACEN aprovou o ingresso da CAIXAPAR no grupo de controle do Banco PanAmericano S.A., através do ofício Deorf/Gabin-2010/09339, de 09/11/2010, encaminhado aquela instituição financeira.
- A CAIXAPAR recebeu o Termo de comparecimento DESUP/GTSP4-2010/0003 – Departamento de Supervisão de Bancos e Conglomerados Bancários – do Banco Central do Brasil, em 04/11/2010, que informou aos representantes legais do Banco PanAmericano S.A e os seus controladores sobre o comprometimento da situação econômico-financeira do Conglomerado PanAmericano após ajustes da fiscalização, identificando-se uma deficiência de R$ 2.199.218 mil.
  - Na seqüência, o Banco PanAmericano publicou no dia 9 de novembro de 2010 Fato Relevante comunicando aos acionistas e ao mercado em geral que o Grupo Silvio Santos, na qualidade de principal acionista controlador do Banco PanAmericano S.A., tinha decidido aportar na instituição, mediante crédito na conta "Depósito de Acionista", o valor de R$ 2,5 bilhões, obtidos mediante operação financeira contratada com o FGC - Fundo Garantidor de Créditos, integralmente garantida por bens do patrimônio empresarial do Grupo, sem qualquer alteração no capital social ou no patrimônio líquido da Instituição.
  - Nesta mesma data, foi realizada reunião do Conselho de Administração onde foi eleita a nova diretoria do Banco PanAmericano S.A..

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CAIXA PARTICIPAÇÕES - EXERCÍCIO 2010

- Contratação do escritório Calixto Salomão Filho Advocacia, em 29/09/2010, no valor de R$100.000,00 (cem mil reais) para elaboração de pareceres que visam ao esclarecimento a questões relativas à CAIXA Participações – CAIXAPAR, conforme extrato publicado no Diário Oficial da União de 30/09/2010.

7 INFORMAÇÕES SUBSEQUENTES

- Contratação do escritório Pinheiro Neto Advogados para prestação de serviços jurídicos, pelo prazo de 30 dias, no valor de R$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais), conforme extrato publicado no Diário Oficial da União de 10/02/2011.
- Em 31/01/2011 a Silvio Santos Participações S.A. celebraram com o Banco BTG Pactual S.A. contrato de compra e venda de ações.
- Nessa mesma data a CAIXAPAR celebra o novo acordo de acionista do Banco PanAmericano, com o Banco BTG Pactual.
- A CAIXAPAR reitera seu compromisso de manutenção da parceria estratégica com o Banco PanAmericano através da celebração de um Acordo de Cooperação Operacional por meio do qual tanto a CAIXA quanto o BTG Pactual adquirirá direitos creditórios e aplicará em depósitos interfinanceiros do Banco.

8 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Sede
SAUS Quadra 5 Lotes 9/ 10
Ed. Matriz II - Térreo
Brasília/ DF
Telefone: (061) 3206-3102
Fax: (061) 3206-4199

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em R$ mil)

ATIVO	DEZ 2010	DEZ 2009
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	**1.144.740**	**748.382**
DISPONIBILIDADES	**76**	**15**
APLICAÇÕES FINANC. DE LIQUIDEZ (Nota 5)	**801.774**	**747.390**
Aplicações no Mercado Aberto	801.774	747.390
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (nota 6)	**247.925**	
Carteira própria	247.925	
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	**94.965**	**977**
Rendas a receber	94.005	
Diversos	960	977
PERMANENTE	**1.989.476**	**739.272**
INVESTIMENTOS (Nota 8)	**1.989.475**	**739.272**
Participações em Coligadas e Controladas	1.989.475	739.272
IMOBILIZADO	**1**	
Imobilizações em curso	1	
TOTAL	**3.134.216**	**1.487.654**

PASSIVO	DEZ 2010	DEZ 2009
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE	**180.291**	**231.697**
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 9)	**180.291**	**231.697**
Sociais e estatutárias	112.843	1.855
Fiscais e Previdenciárias	66.583	122
Diversas	865	229.720
Provisão para pagtos a efetuar	332	66
Credores Diversos - País	533	229.654
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.953.925**	**1.255.957**
Capital Social (Nota 10(a))	2.505.566	1.250.000
Capital Autorizado	4.000.000	2.500.000
Capital a Realizar	(1.494.434)	(1.250.000)
Reservas de lucros (Nota 10(b))	362.674	5.957
Ajustes de avaliação patrimonial	85.685	
Lucros/Prejuízos acumulados		
TOTAL	**3.134.216**	**1.487.654**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em R$ mil)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Período de 31 de março a 31 de dezembro de 2009
RESULTADO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**70.365**	**20.619**
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES	**422.355**	
Receita de Participações	422.430	
Despesas com Participações	(75)	
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**674**	**(8.813)**
Despesas de Pessoal (Nota 12)	(4.206)	(2.539)
Outras Despesas Administrativas (Nota 13)	(2.480)	(4.730)
Despesas Tributárias	(76)	(11)
Outras Receitas Operacionais (nota 14)	20.089	
Outras Despesas Operacionais (Nota 15)	(12.653)	(1.533)
RESULTADO OPERACIONAL	**493.394**	**11.806**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**493.394**	**11.806**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 11)	**(18.268)**	**(3.994)**
Despesa de Imposto de Renda	(13.428)	(2.935)
Despesa de Contribuição Social	(4.843)	(1.063)
Ativo Fiscal Diferido	3	4
LUCRO LÍQUIDO	**475.126**	**7.812**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em R$ mil)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Período de 31 de março a 31 de dezembro de 2009
FLUXO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido	475.126	7.812
Resultado na equivalência patrimonial	(422.355)	
Aumento em TVM e instrumentos financeiros derivativos	(247.925)	
Aumento em outros créditos	(93.988)	(977)
Ajustes de avaliação patrimonial	85.685	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(203.457)**	**6.835**
FLUXO PROVENIENTE DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(Redução)/aumento em outras obrigações	(51.406)	231.697
Integralização de capital	1.255.566	1.250.000
Aumento de capital proviniente de reservas especial de lucros	(5.566)	
Dividendos e Juros sobre o capital próprios	(112.843)	(1.855)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**1.085.751**	**1.479.842**
FLUXO PROVENIENTE DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de investimentos	(827.848)	(739.272)
Aquisição de imobilizado de uso e de arrendamento	(1)	
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(827.849)**	**(739.272)**
AUMENTO/REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES, LÍQUIDA	**54.445**	**747.405**
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES, LÍQUIDA		
Caixa e Equivalentes no início do período	**747.405**	
Caixa e Equivalentes no fim do período	**801.850**	**747.405**
Aumento/Redução de caixa e equivalentes	**54.445**	**747.405**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CAIXA PARTICIPAÇÕES - EXERCÍCIO 2010

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em R$ mil)

EVENTOS	CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		LEGAL E OUTRAS			
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**1.250.000**	**5.957**			**1.255.957**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL			85.685		85.685
AUMENTO DE CAPITAL	1.255.566	(5.566)			1.250.000
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				475.126	475.126
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:					
Reserva Legal		23.756		(23.756)	
Reserva especial		338.527		(338.527)	
Dividendos				(112.843)	(112.843)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**2.505.566**	**362.674**	**85.685**		**2.953.925**

EVENTOS	CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		LEGAL E OUTRAS			
Saldos em 31 de março de 2009	**250.000**				**250.000**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					
AUMENTO DE CAPITAL	1.000.000				1.000.000
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO				7.812	7.812
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:					
Reserva Legal		391		(391)	
Reserva especial		5.566		(5.566)	
Dividendos				(1.855)	(1.855)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**1.250.000**	**5.957**			**1.255.957**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em R$ mil)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Período de 31 de março a 31 de dezembro de 2009
1. RECEITAS	**90.454**	**20.619**
Aplicações Financeiras	70.365	20.619
Outras	20.089	
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**14.971**	**6.155**
Materiais, energia e outros	14.971	6.155
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	**75.483**	**14.464**
4. VALOR ADICIONADO RECEB EM TRANSFERÊNCIA	**422.355**	
Resultado da equivalência patrimonial	422.355	
5. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (3+4)	**497.838**	**14.464**
6. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**497.838**	**14.464**
Pessoal e encargos	4.206	2.539
- Salários	2.017	1.432
- Encargos Previdênciários	836	446
- Benefícios	261	141
- Honorários	1.092	520
Impostos, taxas e contribuições	18.344	4.005
- Imposto de Renda-IR e Contribuiçao Social-CSLL	18.271	3.998
- Ativo/Passivo Fiscal Diferido IR/CSLL	(3)	(4)
- ISSQN / IPTU / IOF / TAXAS	76	11
Aluguéis	162	108
Dividendos	112.843	1.855
Lucros retidos	362.283	5.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em R$ mil)

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Participações S/A – CAIXAPAR, sociedade comercial, sob a forma de sociedade anônima, foi constituída conforme deliberação e aprovação havida em 30 de janeiro de 2009, por meio da Ata 195, pelo Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal.

A referida deliberação teve amparo legal por meio da Medida Provisória nº. 443, de 21 de outubro de 2008, convertida na Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, em seu art. 1º, que autorizou a criação de empresas subsidiárias integrais ou controladas da Caixa Econômica Federal.

A CAIXAPAR foi constituída em 31 de março de 2009 conforme escritura pública de constituição registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob n° 53300010277.

Áreas de atuação

A CAIXAPAR tem por objeto adquirir e alienar participações societárias em empresas públicas e privadas sediadas no Brasil, instituições financeiras públicas ou privadas, empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização e demais ramos descritos nos art. 17 e 18 da lei n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964 sediadas no Brasil.

Para a execução dos serviços necessários ao exercício de suas atividades a CAIXAPAR compartilha os serviços com a Caixa Econômica Federal, como por exemplo, as atividades de auditoria, controladoria, assessoria jurídica e de ouvidoria que serão desempenhadas pelas unidades correspondentes da controladora.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis de acordo com a Lei de das Sociedades Anônimas, as normas e instruções da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nota 3 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CAIXA PARTICIPAÇÕES - EXERCÍCIO 2010

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades em moeda nacional são avaliadas pelo seu valor de face, e as em moedas estrangeiras são convertidas usando-se a taxa de fechamento divulgada pelo BACEN na data do Balanço Patrimonial.

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, as aplicações financeiras de liquidez, com vencimento original de até 90 dias..

(c) Aplicações financeiras

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Os rendimentos das aplicações, independente de como são classificadas, são apropriados "pro--rata" dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

(d) Ativos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria

A administração ao final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.. No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por impairment sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecido no resultado, a perda por impairment é revertida por meio de demonstração do resultado.

(e) Coligadas

As empresas coligadas são todas as entidades sobre as quais a CAIXAPAR tem influência significativa, mas não o controle. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos das coligadas é reconhecida na demonstração do resultado.

(f) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata" dia).

As empresas coligadas são todas as entidades sobre as quais a CAIXAPAR tem influência significativa, mas não o controle. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos das coligadas é reconhecida na demonstração do resultado.

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Caixa - Disponibilidade em moeda nacional	76	15
Total de disponibilidades (caixa)	**76**	**15**
Aplicações financeiras*	801.774	747.390
Total	**801.850**	**747.405**

* Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.

Nota 5 – Aplicações financeiras

Descrição	2010				2009
Aplicações no mercado aberto	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro	31 de dezembro
Posição bancada - Notas do Tesouro Nacional	801.774	-	-	801.774	747.390
Total	**801.774**	**-**	**-**	**801.774**	**747.390**

Nota 6 – Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Títulos disponíveis para venda		
Certificado de depósito bancário - CDB	6.630	-
Ações companhias abertas - CIELO	209.477	-
Ações companhias abertas - TECBAN	31.818	-
Total	**247.925**	**-**

Nota 7 – Outros créditos

Descrição	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Outros créditos	**94.965**	**977**
Rendas a receber	94.005	-
Dividendos e JCP a receber	2.208	-
Dividendos propostos	91.797	-
Diversos	**960**	**977**
Créditos tributários IR e CSLL (diferenças temporais)	8	5
Impostos e contribuições a compensar	952	972
Imposto de Renda a compensar	-	638
Contribuição social a compensar	952	334

Nota 8 – Investimentos

(a) Caixa Seguradora S/A, Cielo S/A, Tecban – Tecnologia Bancária S/A e Cibrasec – Companhia Brasileira de Securitização

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de janeiro de 2010 a CAIXAPAR aceitou a transferência da participação da CAIXA nas empresas Caixa Seguradora S/A, Cielo S/A, Tecban – Tecnologia Bancária S/A e Cibrasec – Companhia Brasileira de Securitização como parte da integralização do capital da CAIXAPAR, pelo valor contábil registrado em Dez/2009 que totalizava R$ 1.177.779.

As participações nas empresas Cielo S/A e Tecban – Tecnologia Bancária S/A foram classificadas em instrumentos financeiros e são apresentadas na nota 6.

(b) Banco PanAmericano

Em 01 de dezembro de 2009, foi celebrado entre a CAIXAPAR e o Grupo Silvio Santos Participações Ltda. contrato de compra e venda de ações para aquisição de 35,54% do total do capital social do Banco PanAmericano S/A. pelo preço de R$ 739.272.

A aprovação do ingresso da CAIXAPAR no grupo de controle do Banco PanAmericano foi realizada por meio do oficio Deorf/Gabin – 2010/06731 do Banco Central, em 19 de julho de 2010, restando apenas a apresentação dos pertinentes atos relativos à conclusão da operação. Com a referida aprovação a CAIXAPAR concluiu a operação de compra com o pagamento do valor residual de R$ 234.215. Em 09 de novembro de 2010 o processo de aprovação foi concluído com a manifestação favorável da diretoria colegiada de normas e organização do sistema financeiro conforme publicação no Diário Oficial da União.

O Banco Central, em 04 de novembro de 2010, cientificou e alertou o Banco PanAmericano por meio do termo de comparecimento Desup/GTSP4 – 2010/0003 o comprometimento da situação econômico-financeira do Conglomerado PanAmericano evidenciado após ajustes da fiscalização com conseqüente descumprimento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), cuja observância é condição indispensável para o funcionamento das instituições, nos termos do art.10 da Resolução 3.398, de 29 de agosto de 2006. Assim sendo, o Banco Central determinou a implementação de plano de regularização de modo a promover o referido reequilíbrio patrimonial do Conglomerado.

Visando assegurar o equilíbrio patrimonial e ampliar a liquidez operacional do Banco PanAmericano, em virtude de terem sido constatadas inconsistências contábeis que não permitem que as

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CAIXA PARTICIPAÇÕES - EXERCÍCIO 2010

demonstrações contábeis reflitam a real situação patrimonial da entidade, o Grupo Silvio Santos, em 05 de novembro de 2010, na qualidade de principal acionista controlador do Banco PanAmericano S.A. decidiu aportar na conta "Depósito de Acionista", o valor de R$ 2,5 bilhões, obtidos mediante operação financeira contratada com o FGC - Fundo Garantidor de Créditos, integralmente garantida por bens do patrimônio empresarial do Grupo.

O referido aporte de recursos tem o objetivo de suportar eventuais ajustes, sem qualquer alteração no capital social ou no patrimônio liquido da instituição para que não haja qualquer tipo de prejuízo aos sócios, clientes e colaboradores do Banco.

Em 26 de novembro de 2010 os acionistas do Banco PanAmericano nomearam o novo Conselho de Administração da instituição, que passará a ter 11 integrantes sendo presidido pela presidenta da CAIXA e a vice presidência por um representante indicado pelo Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

Conforme fato relevante divulgado em 28 de janeiro de 2011 pelo Banco PanAmericano, a nova administração do Banco PanAmericano iniciou o processo de apuração dos valores e eventuais ajustes que poderiam decorrer dessas inconsistências e até o momento não identificou de forma definitiva os efeitos decorrentes desse processo de apuração.

Considerando a data de elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis a CAIXA não possuí as informações que reflitam a real situação patrimonial do Banco PanAmericano em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, essas demonstrações mantêm os saldos registrados na posição de 31 de julho de 2010.

(c) Composição da carteira de participações societárias

Os investimentos na Caixa Seguradora e na Cibrasec são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O investimento no Banco PanAmericano, também, é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, porém a última informação disponibilizada pela instituição está na data base de 31 de julho de 2010. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

Descrição	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Participações em coligadas e controladas	**1.989.475**	**739.272**
Caixa Seguradora (i)	1.201.979	-
Banco PanAmericano (ii)	780.848	739.272
Cibrasec (iii)	6.648	-

(i) Caixa Seguradora

Descrição	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Valor contábil do investimento em dez./2009	1.074.136	-
Ajuste de dividendos propostos 2009	(166.523)	-
Equivalência patrimonial - ajuste no resultado	386.516	-
Equivalência patrimonial - ajuste PL	(353)	-
Dividendos propostos 2010	(91.797)	-
Valor do investimento	**1.201.979**	**-**

(ii) Banco PanAmericano

Descrição	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Valor contábil do investimento em dez./2009	739.272	739.272
Equivalência patrimonial - dez./2009	6.387	-
Equivalência patrimonial no corrente ano	35.192	-
Ajuste dos títulos ao valor de mercado	(3)	-
Valor do investimento	780.848	739.272

(iii) Cibrasec

Descrição	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Valor contábil do investimento em dez./2009	6.000	-
Equivalência patrimonial no corrente ano	648	-
Equivalência patrimonial positiva	723	-
Equivalência patrimonial negativa	(75)	-
Valor do investimento	6.648	-

Nota 9 – Outras obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Fiscais e previdenciárias	**66.583**	**122**
Impostos e contribuições s/ lucro	**8.933**	**-**
Imposto de Renda a pagar	8.917	-
COFINS a pagar	13	-
PASEP a pagar	3	-
Impostos e contribuições a recolher	38	122
Impostos e contribuições sobre salários	23	122
Outros	15	-
Provisão p/impostos e contribuições diferidas	**57.612**	
IRPJ/CSLL	44.324	
PASEP/COFINS	13.288	

(b) Diversas

Descrição	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Diversas	**865**	**229.720**
Provisão para pagamentos a efetuar	**332**	**66**
Despesa de pessoal	332	66
Credores diversos - País	**533**	**229.654**
Banco PanAmericano (i)	-	233.314
Caixa Econômica Federal	533	2.641
Consultoria Técnica	-	3.697
Outros	-	2

(i) Conforme descrito na nota 8 (b) o valor residual devido ao Banco PanAmericano foi liquidado em 19 de julho de 2010

Nota 10 – Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da CAIXAPAR é de R$ 2.505.566 representado por 2.500.000, ações ordinárias, sem valor nominal, subscrito, integralmente pela CAIXA, atendendo o art. 80, III, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Na data da constituição do CAIXAPAR foi integralizado pela CAIXA o valor R$ 250.000 e no decorrer do 2° Semestre de 2009 foi integralizado o montante de R$ 1.000.000.

Em fevereiro de 2010 foi efetivada a integralização do valor de R$ 1.185.218, sendo R$ 1.177.778 por meio da transferência de participações existentes na CAIXA, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da CAIXAPAR realizada em 29 de janeiro de 2010, e R$ 7.440 em dividendos a receber da Caixa Seguradora.

Conforme deliberação ocorrida pela Assembléia Geral Ordinária da CAIXAPAR, em 30 de junho de 2010, o saldo da reserva especial de lucros no valor de R$ 5.566 foi incorporado ao capital social da empresa e o capital autorizado foi elevado ao montante de R$ 4.000.000.

Em 30 de junho de 2010 foi integralizada parcela para compor o capital social da CAIXAPAR autorizado pela Resolução do Conselho Diretor CAIXA n° 4.250/2009 no valor de R$ 64.782, totalizando o capital social da empresa no montante de R$ 2.505.566, conforme demonstra o quadro abaixo:

Descrição	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Capital Social	**2.505.566**	**1.250.000**
Capital autorizado	4.000.000	2.500.000
Capital a realizar	(1.494.434)	(1.250.000)

(b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas pela reserva legal:

Descrição	2010	2009
	31 de dezembro	31 de dezembro
Reservas de lucros	**362.674**	**5.957**
Reserva legal	24.147	391
Reserva especial de lucros	338.527	5.566

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CAIXA PARTICIPAÇÕES - EXERCÍCIO 2010

Nota 11 – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

Foram constituídos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias no montante de R$ 2 para o IRPJ e de R$ 1 para a CSLL, totalizando o montante de R$ 3.

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	2010		2009	
	31 de dezembro		31 de dezembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	**493.394**	**493.394**	**11.806**	**11.806**
Encargo total do IRPJ (25%) E CSLL (9%)	(123.325)	(44.405)	(2.932)	(1.063)
Efeitos tributários das adições e exclusões	109.897	39.563	(3)	-
Acréscimo PL em Soc Coligadas e Controladas	105.589	38.012	-	-
Outras	4.308	1.551	-	-
Despesa corrente	(13.428)	(4.843)	(2.935)	(1.063)
Ativo fiscal diferido	2	1	3	1
Despesa total	**(13.426)**	**(4.842)**	**(2.932)**	**(1.062)**

Nota 12 – Despesas com pessoal

Descrição	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Período de 31 de março a 31 de dezembro de 2009
Despesas com pessoal	**(4.206)**	**(2.539)**
Proventos	**(2.278)**	**(2.093)**
Salários e benefícios	(2.278)	(2.093)
Encargos sociais	**(836)**	**(446)**
FGTS	(157)	(87)
Previdência social	(517)	(282)
Previdência complementar	(113)	(56)
Outros	(49)	(21)
Outros - Honorários	**(1.092)**	**-**

Nota 13 – Outras despesas administrativas

Descrição	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Período de 31 de março a 31 de dezembro de 2009
Outras despesas administrativas	**(2.480)**	**(4.730)**
Despesas com serviços de consultoria	(2.194)	(4.375)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(55)	(187)
Despesas com aluguel	(162)	(107)
Outras	(69)	(61)

Nota 14 – Outras receitas operacionais

Descrição	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Período de 31 de março a 31 de dezembro de 2009
Outras receitas operacionais	**20.089**	**-**
Receita de dividendos participações	17.239	-
Receita JCP participações	2.783	-
Outras	67	-

Nota 15 – Outras despesas operacionais

Descrição	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Período de 31 de março a 31 de dezembro de 2009
Outras despesas operacionais	**(12.653)**	**(1.533)**
Despesas com atualização de obrigações	(11.109)	(1.533)
Despesas contribuição - COFINS	(213)	-
Despesas contribuição - PASEP	(46)	-
Outras	(1.285)	-

Nota 16 – Eventos subsequentes

Banco PanAmericano

Em 31 de janeiro de 2011 a Silvio Santos Participações S.A. ("SSP") e BF Utilidades Domésticas Ltda. ("BF" e em conjunto com a SSP "Vendedoras") celebraram com o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") contrato de compra e venda de ações e outras avencas, por meio do qual o BTG Pactual comprometeu-se a adquirir a totalidade das ações de titularidade das Vendedoras, correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão do Banco PanAmericano pelo preço de R$ 450.000.000 (quatrocentos e cinqüenta milhões de reais) corrigidos, a partir da data de conclusão do negocio, até a data de seu efetivo pagamento, por 110% da Taxa DI, que poderá ser pago, a qualquer momento, a critério do BTG Pactual, até 31 de julho de 2028, valor este limitado a importância máxima de R$ 3.800.000.000 (três bilhões e oitocentos milhões de reais).

Neste mesmo sentido, a CAIXAPAR mantém inalterado os seus percentuais de participação na instituição financeira e não alienará sua participação no âmbito da oferta publica que será realizada pelo BTG Pactual.

Nesta mesma data o BTG Pactual e a CAIXAPAR celebraram acordo de acionistas do Banco PanAmericano, com a substituição das Vendedoras pelo BTG Pactual, que substancialmente mantém as mesmas condições do acordo vigente.

Marcio Percival Alves Pinto
Diretor Presidente - CAIXAPAR

Marcelo Terrazas
Diretor-Geral - CAIXAPAR

Ivan Domingues das Neves
Diretor Executivo - CAIXAPAR

José Roberto de Oliveira Martins
Diretor Executivo - CAIXAPAR

Luiz Antonio de Castro
Contador CRC 5290/0-O – DF

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa Participações S.A. CAIXAPAR (a "CAIXAPAR" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da CAIXAPAR é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CAIXA PARTICIPAÇÕES - EXERCÍCIO 2010

relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da CAIXAPAR para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 8 (b) e 16 às demonstrações contábeis, a CAIXAPAR detém investimento no Banco PanAmericano S.A., cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R$ 781 milhões, e o correspondente resultado de equivalência patrimonial registrado é de R$ 42 milhões. Em 9 de novembro de 2010, o Banco PanAmericano S.A. divulgou, por meio de fato relevante, a captação de R$ 2,5 bilhões destinados a preservar o equilíbrio patrimonial e a ampliar a liquidez operacional do banco, em função de inconsistências constábeis que não permitiram a apresentação adequada de suas demonstrações contábeis. Em 29 e 31 de janeiro de 2011, o Banco PanAmericano S.A. emitiu novos fatos relevantes, que comunicam a não conclusão dos trabalhos para a apuração das inconsistências contábeis informadas anteriormente e a celebração do contrato de compra e venda de ações firmado entre o Grupo Silvio Santos e o Banco BTG Pactual S.A., respectivamente. Portanto, o processo de apuração dessas inconsistências contábeis pelo Banco PanAmericano S.A. e a divulgação de suas demonstrações contábeis ajustadas, bem como outros procedimentos de avaliação sobre o investimento da CAIXAPAR nesse banco, ainda não estão finalizados. Consequentemente, a CAIXAPAR não possui as informações necessárias para refletir em suas demonstrações contábeis os efeitos de eventuais ajustes oriundos do investimento no Banco PanAmericano S.A. Dessa forma, não foi praticável a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação ao saldo desse investimento em 31 de dezembro de 2010 e ao resultado por ele produzido no exercício findo nessa data.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos ainda não determinados relacionados ao assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos – demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia, que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 11 de fevereiro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC 1SP191325/O-0 "S" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da CAIXA Participações S.A., em cumprimento ao disposto no art. 25, Inciso VI, do Estatuto da CAIXAPAR, e no exercício de suas atribuições legais, examinou o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

2. Os membros do Conselho, à vista dos documentos apresentados pela Administração, com base no Relatório da Auditoria Interna e considerados seus apontamentos, amparado no Parecer do Conselho de Administração e ainda levando em consideração as observações apresentadas pelos Auditores Independentes, sobretudo em relação à ressalva contida em seu relatório, **opinam** no sentido de que as demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa CAIXA Participações S.A., estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

3. Face ao exposto o Conselho é de parecer que os citados documentos merecem a aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília, 11 de fevereiro de 2011.

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira
Membro do Conselho

Estilac Martins Rodrigues Xavier
Membro do Conselho

Leopoldo Araújo Rodrigues
Membro do Conselho

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CAIXA Participações S.A., em cumprimento ao disposto no art. 13, do Estatuto da CAIXAPAR, tomando por base o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e tendo em vista as considerações do Conselho Fiscal, aprovou as Demonstrações Financeiras da CAIXAPAR relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Brasília, 11 de fevereiro de 2011.

Murilo Francisco Barella
Membro do Conselho

Marcio Percival Alves Pinto
Membro do Conselho

Maria Fernanda Ramos Coelho
Presidente do Conselho

VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

CIRCULAR Nº 540, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Divulga novas versões de manuais operacionais do agente operador do FGTS.

A Caixa Econômica Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7o, inciso II da Lei no 8.036, de 11.05.90, artigo 67, inciso II do Decreto no 99.684, de 08.11.90, com a redação dada pelo Decreto no 1.522, de 23.06.95, e em cumprimento às disposições das Resoluções do Conselho Curador do FGTS nos 082, de 19.11.92, 180, de 05.06.95, 288, de 30.06.98, 387, de 27.05.02, 411, de 26.11.02, 449, de 22.06.04, 460, de 14.12.04, 469, de 08.03.05, 476, de 31.05.05, 491, de 14.12.05, 526, 529, de 03.05.2007, 535, de 01.08.07 e 567, 25.06.08, 612, de 27.10.09, 632, de 04.05.10 e 647 de 14.12.10, das Instruções Normativas do MCIDADES nos 31, de 21.06.06, 34, de 30.06.08, 08, de 26.03.09, 30, de 01.07.09, 068, de 21.12.09, 22, de 10.05.10, 34, de 17.06.10, 46, de 29.07.10, 78, de 23.11.10, 80, de 10.12.10, 83 e 86, 23.12.10, 02, de 20.01.11, 03, de 28.01.11, 04, de 31.01.11 e Lei 11.977, de 07.07.09, suas alterações e aditamentos, e Portaria da Controladoria Geral da União nº 516, de 15.03.10, resolve:

1Divulgar versões atualizadas dos Manuais abaixo relacionados, que consolidam as diretrizes, conceitos e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Curador do FGTS e pelo Gestor da Aplicação dos recursos do FGTS, tendo como objetivo a racionalização dos procedimentos operacionais a serem observados pelos Agentes Financeiros, Agentes Promotores e Mutuários nas operações de crédito lastreadas com recursos do FGTS:

1.1Manual de Credenciamento, Cadastramento e Habilitação de Agentes;

1.2Manual de Fomento - Pró - Moradia;

1.3Manual de Fomento - Pró-Transporte;

1.4Manual de Fomento Saneamento para Todos - Setor Público, Privado e SPE.

2As versões dos Manuais, ora divulgadas, consolidam as alterações ocorridas nos procedimentos operacionais dos Programas Pró-Moradia, Pró -Transporte e Saneamento para Todos, bem como nos procedimentos para Credenciamento, Cadastramento e Habilitação de Agentes, no período de 06.08.10 a 08.02.11, com destaque em negrito no texto.

2.1Esse Manual está disponível a todos os participantes dos Programas de Aplicações do FGTS, por intermédio das Superintendências Regionais e das Regionais de Sustentação ao Negócio Administrar FGTS da Caixa Econômica Federal, em todo o território

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

nacional e no sítio da CAIXA, no endereço http://www.caixa.gov.br, escolher a opção download, Item FGTS e subitem Manuais de Fomento.

3Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogando as Circulares CAIXA 495 de 25.11.09, 523 de 12.08.10 e 530 de 19.10.10.

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA
Vice-Presidente

BANCO DO BRASIL S/A

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2010

Em quinze de dezembro de dois mil e dez, às dez horas, realizou-se Assembleia Geral Extraordinária do Acionista da BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. (CNPJ: 31.591.399/0001-56; NIRE: 5330000477-3), na Sede Social da Empresa, no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco G, 24º andar (parte), Asa Sul - Brasília (DF), tendo comparecido o Banco do Brasil S.A., seu único acionista, representado pelo seu Vice-Presidente, Sr. Ivan de Souza Monteiro, o qual assinou o Livro de Presença, observadas as prescrições legais. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Denilson Gonçalves Molina, Diretor-Gerente da BB Administradora de Cartões de Crédito S.A., que, ao instalar a Assembleia, registrou a presença do Sr. Lacy Dias da Silva, Presidente do Conselho Fiscal, e convidou o Sr. Luiz Cláudio Ligabue para atuar como Secretário. O Sr. Presidente informou que o único assunto constante da ordem do dia era a alteração do Estatuto Social da BB Administradora de Cartões de Crédito S.A., aprovada pela Diretoria em 14.12.2010. O acionista aprovou a alteração do Estatuto Social, com a consequente renumeração dos seus artigos, que passa a ter a seguinte redação: Art. 20 O exercício social coincidirá com o ano civil, com término no dia 31 de dezembro de cada ano. Art. 21 Serão levantadas demonstrações financeiras ao final de cada exercício social e, facultativamente, balanços intermediários em qualquer data, inclusive para pagamento de dividendos, observadas as prescrições legais. Parágrafo único. As demonstrações financeiras anuais, além dos requisitos legais e regulamentares, devem conter: I balanço patrimonial; II demonstrações do resultado do exercício; III demonstração das mutações do patrimônio líquido; IV demonstração dos fluxos de caixa. Art. 22 Após a absorção de eventuais prejuízos acumulados e deduzida a provisão para pagamento do imposto de renda, do resultado de cada exercício social serão apartadas verbas que, observados os limites e condições exigidos por lei, terão, pela ordem, a seguinte destinação: I constituição de Reserva Legal; II constituição, se for o caso, de Reserva de Contingência e de Reservas de Lucros a Realizar; III pagamento de dividendo, observado o disposto nos artigos 23 e 24 deste Estatuto; IV constituição de Reserva Estatutária para garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, apurado após as destinações anteriores, até o limite do capital social. V constituição de demais reservas e retenção de lucros previstas na legislação. Parágrafo único. Na constituição de reservas serão observadas, ainda, as seguintes normas: I as reservas e retenção de lucros de que tratam os incisos IV e V não poderão ser aprovadas em prejuízo da distribuição do dividendo mínimo obrigatório; II o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; III as destinações do resultado, no curso do exercício, serão realizadas por aprovação da Diretoria, conforme disposto no art. 11, inciso V, ocasião em que serão apresentadas as justificativas dos percentuais aplicados na constituição da reserva estatutária de que trata o inciso IV do caput deste artigo. Art. 23 Aos acionistas é assegurado o recebimento anual de dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, como definido em lei e neste Estatuto. § 1º O dividendo correspondente a cada exercício social será declarado por ato da Diretoria, aprovado pela Assembleia Geral. § 2º Os valores dos dividendos devidos aos acionistas sofrerão incidência de encargos financeiros na forma da legislação, a partir do encerramento do exercício social em que forem apurados até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada em lei, pela Assembleia Geral ou por deliberação da Diretoria. § 3º É admitida a distribuição de dividendos intermediários em períodos inferiores ao previsto no caput deste artigo, observado o disposto nos artigos 11, inciso V, e 23, § 1º. Art. 24 Observada a legislação vigente, a Diretoria poderá autorizar o pagamento ou o crédito aos acionistas de juros, a título de remuneração do capital próprio, bem como imputação do seu valor ao dividendo mínimo obrigatório. § 1º Caberá à Diretoria fixar o valor e a data do pagamento ou crédito de cada parcela dos juros, autorizado na forma do caput deste artigo. § 2º Os valores dos juros devidos aos acionistas, a título de remuneração sobre o capital próprio, sofrerão incidência de encargos financeiros, na forma do § 2º do artigo precedente. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária do Acionista da BB Administradora de Cartões de Crédito S.A., da qual eu, ass.) Luiz Cláudio Ligabue, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.) Denilson Gonçalves Molina, Diretor-Gerente da BB-Administradora de Cartões de Crédito S.A., Presidente da Assembleia e Ivan de Souza Monteiro, Representante do Banco do Brasil. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o Registro em 17.01.2011, sob o número 20110016521 - Antonio Celson G. Mendes, Secretário-Geral.io Celson G. Mendes, Secretário-Geral.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
1ª SEÇÃO

EMENTÁRIO

Processo n° 10821.000205/2008-41
Recurso n° 169.800 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.205 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 11 de dezembro de 2009
Matéria IRPJ e outros
Recorrente Maresias Beach Hotel Ltda.
Recorrida 5 ª Turma da DRJ/CPS-SP
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Exercício: 2004, 2005, 2006
Ementa: NULIDADE - MPF - MANDADO DE PROCEDIMENTO FISCAL - não se comprova nos autos qualquer irregularidade na emissão dos mandados de procedimento fiscal ou desconformidade de seu conteúdo com o objeto da autuação. De toda sorte, o MPF é ato de controle administrativo de natureza discricionária. Seus eventuais vícios, incompatibilidades entre seu objeto e o do lançamento, ou mesmo a sua própria ausência, não maculam o procedimento de lançar, pois é vinculado.

EXCLUSÃO DO SIMPLES - LANÇAMENTO - a autoridade fiscal tem competência para promover o lançamento de crédito tributário segundo o regime geral de tributação das pessoas jurídicas, ainda que o ato de exclusão do Simples Federal não seja definitivo no âmbito administrativo.

NULIDADE - ERRO DE ENQUADRAMENTO - erro ou omissão no enquadramento legal não dá causa à nulidade do lançamento se dele não decorrer concretamente cerceamento do direito de defesa e do contraditório, em especial, se a descrição fática trouxer todos os aspectos relevantes para fins de incidência da regra-matriz tributária.

MULTA QUALIFICADA - são as circunstâncias da conduta que caracterizam o aspecto subjetivo da prática ilícita. Além dos valores omitidos serem de elevada monta em relação aos valores escriturados, o número de operações omitidas, na casa de centenas, leva à convicção de que a conduta °missiva da autuada não decorreu de um mero desleixo na condução de seus negócios, mas sim de prática intencional para deixar de levar ao conhecimento da Fazenda a maior parte de suas operações.

DECADÊNCIA - a prática delitiva intencional em relação a um fato não contamina os demais. Desse modo, deve ser aplicada a regra decadencial do art. 150, § 4°, do CTN, em relação às infrações, cuja sanção não foi qualificada, ainda que no mesmo período outros fatos foram punidos com patamar sancionador majorado,

OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS - deve ser afastada a autuação atinente à omissão de receita presumida a partir de depósitos bancários não comprovados relativamente àqueles que, pela verificação dos extratos bancários, pode-se constatar corresponderem a empréstimos concedidos em razão de descontos comerciais.

ARBITRAMENTO - o arbitramento é medida extrema. Não é todo vício de escrituração que conduz à sua desqualificação para a apuração do lucro real. SELIC - Conforme dicção da Súmula 1° CC n° 4: "A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial cio Sistema Especial de Liquidação e Custódia SELIC para títulos federais".

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, reconhecer a preliminar de decadência em relação aos créditos exigidos com multa de 75% relativos ao PIS e à Cofins dos meses de janeiro a março de 2003 e ao IRPJ e à CSLL do primeiro trimestre do mesmo ano. Vencido o Conselheiro Antonio Carlos Guidoni Filho, que não a acolhia porque entende que, unia vez caracterizado o intuito doloso, o prazo decadencial para constituir o crédito tributo é o mesmo para todas as inflações. Por unanimidade de votos, rejeitar os preliminares de nulidade. Pelo voto de qualidade, manter a exigência relativa ao ano-calendário de 2003, pelo lucro real trimestral, vencidos os Conselheiros Alexandre Barbosa Jaguaribe, Regis Magalhães Soares Queiroz e Antonio Carlos Guidoni Filho, que cancelavam a exigência por ausência de arbitramento do lucro. Quanto às demais matérias de defesa, por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso com o fito de excluir os depósitos relativos a "Operações Desconto Orpag" da receita omitida por presunção calcada em depósitos bancários não comprovados, vencidos os Conselheiros Alexandre Barbosa Jaguaribe e Regis Magalhães Soares Queiroz que reduziam a multa qualificada ao patamar de 75%, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo n° 19515.000390/2005-69
Recurso n° 163.092 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.144 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de julho de 2009
Matéria IRPJ e outros
Recorrente ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO
SOLIDÁRIA
Recorrida 5ª TURMA - DRJ SÃO PAULO SP
IMUNIDADE. INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS, APLICAÇÃO INTEGRAL DE RECURSO NO OBJETO SOCIAL. DESFALQUE DE RECURSOS POR FUNCIONÁRIO. NOTICIA DO CRIME À AUTOPRIDADE POLICIAL. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA CANCELAMENTO DA IMUNIDADE.

A instituição de educação e de assistência social sem fins lucrativos que é vítima de suposto desfalque de recursos por funcionários celetista e que leva o fato ao conhecimento da autoridade policial para apuração das responsabilidades criminais, não deve ter suspensa a sua imunidade ao argumento de que o valor desfalcado não foi utilizado em seu objeto social.

DESFALQUE, PAGAMENTO SEM CAUSA. INOCORRÊNCIA.

O valor desfalcado de sociedade não pode ser considerado pagamento sem causa nem sujeito ao IRRF, uma vez que foi subtraído à propriedade da instituição sem fins lucrativos ao arrepio da lei e de sua vontade.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos dar provimento ao recurso, vencido o Conselheiro Guilherme Adolfo dos Santos Mendes que negou provimento, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo n° 10730.004835/2002-18
Recurso n° 158.969
Resolução n° 1201-00.020 - 2 ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Data 06 de novembro de 2009
Assunto Solicitação de Diligência
Recorrente São Marcos Terraplenagern e Construção Ltda.
Recorrida 1 ª Turma DRJ Rio de Janeiro - RJ
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, Converter o julgamento em diligência, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo n° 13052.000381/2006-67
Recurso n° 164.455
Acórdão n° 1201-00.146 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de julho de 2009
Matéria IRPJ e outros
Recorrente BRASFUMO INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FUMOS S.A.
Recorrida 1ª Turma DRJ Santa Maria RS
DEPÓSITOS BANCÁRIOS NO EXTERIOR. OMISSÃO DE RECEITA.

A confirmação de que os recursos financeiros transferidos pelo importador ao contribuinte são os mesmos que ingressaram em sua conta bancária no País e que foram por ele contabilizados, afasta a imputação de omissão de receita.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos negar provimento ao recurso de oficio, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo n° 16327.001615/2005-23
Recurso n° 166.915 Voluntário
Acórdão n° 1201-00211 - 2 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária
Sessão de 11 de dezembro de 2009
Matéria CSLL
Recorrente ITAÚ SEGUROS S.A.
Recorrida DRJ SÃO PAULO - SP I
AUTO DE. INFRAÇÃO. CRÉDITO TRIBUTÁRIO INTEGRALMENTE DEPOSITADO JUDICIALMENTE, INCIDÊNCIA DE JUROS. IMPOSSIBILIDADE,. SÚMULA N° 5, DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES.

Não incidem juros de mora do crédito tributário integralmente depositado judicialmente Súmula n° 5, do Primeiro Conselho de Contribuintes: São devidos juros de mora sobre o crédito tributário não integralmente pago no vencimento, ainda que suspensa sua exigibilidade, salvo quando existir depósito no montante integral.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo n° 19515.002817/2006-44
Recurso n° l63.298 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.004 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 11 de março de 2009
Matéria IRPJ e outros
Recorrente Tecnologia Bancária S.A.
Recorrida 7ª Turma/DRJ-São Paulo/SP-I
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Exercício: 2002
Ementa: OMISSÃO DE RECEITA E PAGAMENTO SEM CAUSA -

Deve ser mantida a autuação relativa a pagamento sem causa e a omissão de receita presumida em razão de depósitos bancários, se a justificativa para ambos os fatos se calca em contratos, cujo objeto (T-Bills) comprovadamente nunca existiu.

PROVISÕES - provisões somente podem ser deduzidas das bases de cálculo da CSLL se assim a lei expressamente autorizar. Classificam-se como tais, os elementos do passivo, cuja exigibilidade, montante ou data de liquidação, isolada ou conjuntamente, não são certos e determináveis no período de apuração. Assim, valores registrados como tributos, contribuições e demais acréscimos, não passíveis de serem exigidos por força de medida judicial, quadram-se nesta classificação e devem ser adicionados à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro, se seu registro contábil reduziu o resultado do exercício.

PROVA DA ADIÇÃO - a autuação relativa à insuficiência de adição ao lucro real deve ser afastada, uma vez que comprovado que os valores foram adicionados.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar, provimento parcial ao recurso para excluir da base de cálculo do IRPJ a parcela relativa a RS 355.52.2,57 da infração lançada a título de insuficiência de adição na apuração do IRPJ referente a tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, e a parcela de R$ 1.148.377,24, da infração lançada a título de insuficiência de adição na apuração do IRPJ e CSLL referente à provisão do ISS/TUP, vencidos os Conselheiros Carlos Pelá, Régis Magalhães Soares Queiroz e Antonio Carlos Guidoni Filho que, em relação às infrações de omissão de receitas e pagamentos sem causa, deram provimento, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10840.001415/2002-.32

Recurso nº 170.508 Voluntário

Acórdão nº 1201-00.199 - 2 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária

Sessão de 10 de dezembro de 2009

Matéria IRPJ

Recorrente Ceterp - Centrais Triefônicas de Ribeirão Preto SA.

Recorrida 5ª Turma da DRJ/RPO-SP

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Exercício: 1997

Ementa: DCTF - VALORES INFORMADOS COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA - é cabível lançamento de oficio, sempre que a legislação vigente não atribuir, à indicação de valores em DCTF, o caráter constitutivo do crédito tributário, o que instrumentalizaria a Fazenda para inscrevê-los em dívida ativa.

ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO - Apesar de o lançamento tributário corresponder a uma atividade administrativa que guarda elevados rigores formais, não se pode perder de vista seu caráter instrumental. Os rigores formais devem ser analisados sob prisma teleológico, vale dizer, em razão da sua finalidade, São prescritos com o fito de garantir o amplo direito de defesa e o contraditório. Desse modo, se tais garantias não foram violadas por eventuais erros ou omissões, não há que se declarar nulidade do ato. É o caso do lançamento promovido cru .face de pessoa jurídica já extinta por incorporação, uma vez cientificada a incorporadora.

JUROS - DEPÓSITO JUDICIAL - nos termos da Súmula 1º CC nº 5, "são devidos juros de mora sobre o crédito tributário não integralmente pago no vencimento, ainda que suspensa sua exigibilidade, salvo quando existir depósito no montante integral".

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 15374.001141/2001-68

Recurso nº 151.435 De Oficio e Voluntário

Acórdão nº 1201-00.104 - 2 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária

Sessão de 17 de junho de 2009

Matéria IRPJ E OUTROS

Recorrentes 6 ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I e SHOPPING CENTER RIO

CLARO S.A.

Assunto: IRPJ. CSL, EMPRESAS QUE DESENVOLVEM ATIVIDADES LOCATÍCIAS, SHOPPING CENTER, SALAS NÃO LOCADAS. DESPESAS COM MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO DESPESAS NECESSÁRIAS. POSSIBILIDADE

Urna vez comprovada a natureza essencial das despesas suportadas por empresas que possuem como objeto o ramo da locação, é possível a sua dedução, ainda que o espaço não esteja locado, porém colocado à disposição para locação.

Recurso Voluntário Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10768.003482/2002-10

Recurso nº 161.176 Voluntário

Acórdão nº 1201-00.008 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

Sessão de 11 de março de 2009

Matéria: IRPJ Ex(s): 2002.

Recorrente REXAM BEVERAGE CAN SOUTH AMÉRICA S.A. (ANTERIORMENTE LATASA S.A)

Recorrida 7 ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA Jurídica IRPJ

Ano-calendário: 2001

SALDO DEVEDOR DO IMPOSTO. RESTITUIÇÃO.

O deferimento do pedido de restituição do saldo devedor do IRPJ apurado no encerramento do período deve ser limitado ao crédito em relação ao qual foi demonstrada a liquidez e a certeza.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por REXAM BEVERAGE CAN SOUTH AMÉRICA S.A. (ANTERIORMENTE LATASA)

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Vencidos os Conselheiros Alexandre Barbosa Jaguaribe, Carlos Pelá e Régis Magalhães Soares Queiroz, que davam provimento integral.

--

Processo nº 18471.001612/2002-17

Recurso nº 155.587 Voluntário

Acórdão nº 1201-00.140 - 2 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária

Sessão de 30 de julho de 2009

Matéria IRPJ e outros

Recorrente Copem Centro de Pesquisa da Mulher S/C Ltda.

Recorrida 3 ª Turma/DRJ-Rio de Janeiro/RJ-I

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Exercício: 1999

Ementa: BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS - a alegação de que receitas de aluguéis e de aplicações financeiras não compõem a base de cálculo do PIS e da Cofins não guarda pertinência com o objeto da autuação, que se trata de omissão de receita de serviços.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade, no mérito, por maioria de votos, não conhecer das razões do recurso relativas à exigência de multa de oficio, vencidos os Conselheiros Alexandre Barbosa Jaguaribe e Antonio Carlos Guidoni Filho que as conheceram; e, por unanimidade de votos, na parte conhecida pelo relator; negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 13808.001557/98-10

Recurso nº 160.252 Voluntário

Acórdão nº 1201-00.033 - 2 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária

Sessão de 1.3 de março de 2009

Matéria IRPJ e outro

Recorrente Campeche Produtos Naturais Ltda.

Recorrida 2 ª Turma/DRJ-São Paulo/SP-I

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Exercício: 1994

PROVA - DECLARAÇÃO - RETIFICAÇÃO - A apresentação de um formulário, apenas no momento do recurso voluntário com valores alterados em relação à declaração original, não tem o valor de uma declaração retificadora. Pode servir como uma planilha demonstrativa de cálculos, mas a modificação dos valores deveria ter sido comprovada por documentos efetivos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, pelo voto de qualidade, não conhecer das razões do recurso não apresentadas na impugnação, vencidos os Conselheiro Alexandre Barbosa Jaguaribe, Carlos Pela., Régis Magalhães Soares Queiroz e Antonio Carlos Guidoni Filho. Por unanimidade, na parte conhecida, negar provimento, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10218.001329/2007-81

Recurso nº 167.610 Voluntário

Acórdão nº 1201-00.012 - 2 ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

Sessão de 11 de março de 2009

Matéria IRPJ e outros

Recorrente Matadouro Eldorado Ltda.

Recorrida l ª Turma/DRJ-Belém/PA

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Exercício: 2004

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL„ RECURSO INTEMPESTIVO.

É intempestivo o recurso interposto após os 30 (trinta) dias da ciência da decisão recorrida, conforme disposto no art. .33 do Decreto nº 70.235/72. Para fins de contagem do prazo recursal, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por ser intempestivo, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 14120.000564/2005-11

Recurso nº 158.260 Voluntário

Acórdão nº 1201-00.124 - 2 ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

Sessão de 18 de junho de 2009

Matéria SIMPLES

Recorrente BCR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Recorrida 2 ª TURMA DRJ CAMPO GRANDE/MS

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 2002, 2003

Ementa: INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE

É defeso em sede administrativa discutir-se sobre a constitucionalidade ou o ferimento do princípio da legalidade, cabendo o fiel cumprimento da lei em vigor.

LANÇAMENTO BASEADO EM PRESUNÇÕES

Cabe ao contribuinte que pretender refutar a presunção da omissão de receita prevista em lei e estabelecida contra ele provar, por meio de documentação hábil e idônea, a origem de tais valores.

SALDO CREDOR DA CONTA CAIXA

A indicação de saldo credor de conta caixa faz presumir a omissão de receitas, conforme autorização legal.

MULTA AGRAVADA. Ante à falta de insurgência específica quanto ao agravamento da multa e estando configurada a hipótese legal da sua aplicação, deve ser mantida.

MULTA DE OFÍCIO QUALIFICADA

A prática reiterada de omissão de receitas conduz necessariamente ao preenchimento automático das condições previstas nos arts. 71, 72 e 73 da Lei nº 4.502, de 1964, sendo cabível a duplicação do percentual da multa de que trata o inciso I do art. 44 da Lei nº 9.430/96, com nova redação dada pela Medida Provisória nº 351, de 22 de janeiro de 2007.

INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTOS

Sendo decorrente da omissão de receitas cujo lançamento foi considerado procedente, correto o lançamento relativamente à insuficiência de recolhimentos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos,em rejeitar a preliminar de nulidade suscitada e, no mérito, por maioria de votos, negar provimento ao recurso voluntário nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado Vencidos os Conselheiros Carlos Pelá (Relator) e Regis Magalhães Soares Queiroz, que afastavam a qualificação da multa, e o Conselheiro Alexandre Barbosa laguaribe, que afastava tanto a Qualificação quanto o agravamento. Designado o Conselheiro Antonio Bezerra Neto para redigir o voto vencedor.

--

Processo nº 10935.00177.3/2007-09

Recurso nº 167.941 Voluntário

Acórdão nº 1201-00.105 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

Sessão de 17 de junho de 2009

Matéria SIMPLES

Recorrente Transportadora Sabiá Ltda.

Recorrida 2ª TURMA DRJ/CTA

Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 2005

TRANSPORTE DE CARGA. ALEGAÇÃO DE ATIVIDADE DE INTERMEDIAÇÃO, INOCORRÊNCIA. CONTRATO QUE SE APERFEIÇOA ENTRE TRANSPORTADORA E PROPRIETÁRIO DA CARGA.

A operação em que a transportadora contrata o serviço de transportes com o seu cliente, emite o conhecimento de frete e recebe em seu nome o valor total lá constante caracteriza a venda de serviços de transporte e aperfeiçoa o fato gerador dos tributos calculados com base no faturamento. Não se caracteriza agenciamento a contratação de um terceiro sem qualquer vinculação com o proprietário da mercadoria para executar a tarefa.

SIMPLES. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE. BASE DE

CÁLCULO.

A base de cálculo da atividade de transporte é o valor cobrado do contratante, sem possibilidade de abatimento de despesas com subcontratados.

LANÇAMENTOS REFLEXOS: PIS, CSLL COFINS e INSS-SIMPLES.

Aplica-se aos lançamentos reflexos o decidido no principal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 13802.000908/95-55

Recurso nº 165.040 De Oficio

Acórdão nº 1201-00.089 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

Sessão de 15 de maio de 2009

Matéria IRPJ E OUTROS

Recorrente BELIZÁRIO MODAS LTDA.

Interessado 1ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA IRPJ e REFLEXOS - Ano-calendário: 1993

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - RECURSO DE OFÍCIO - LIMITE DE ALÇADA - Não se conhece de recurso de oficio interposto em decisão que exonera o sujeito passivo de credito tributário (tributo e multa) inferior ao limite de alçada previsto no artigo 34, I, do Decreto nº 70.235/72, com as alterações introduzidas por meio da Lei nº 9.532/97 e Portaria MF nº 03/2008.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso de oficio, em razão do limite de alçada, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 11516.000159/2004-72

Recurso nº 142.326 Embargos

Acórdão nº 1201-00189 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

Sessão de 05 de novembro de 2009

Matéria Processo Administrativo Fiscal

Embargante PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.

Interessado FAZENDA NACIONAL

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Exercício: 2000

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REVISÃO DO JULGADO. Os embargos de declaração não são instrumentos hábeis a viabilizar a revisão do ato decisório embargado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, conhecerem dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 13867.000059/2001-49

Recurso nº 156.955 Voluntário

Acórdão nº 1201-00.159 - 2 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária

Sessão de 26 de agosto de 2009

Matéria IRPJ / e outro

Recorrente MD Arquitetura Engenharia e Construção Civil Ltda.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recorrida 1ª TURMA DRJ RIBEIRÃO PRETO - SP
RESTITUIÇÃO. COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO
Compensação supostamente realizada unilateralmente mediante lançamento direto na escrita fiscal, não acolhido pelo fisco que efetua a cobrança, contra a qual o contribuinte não interpõe nenhum recurso, não permite refazer a compensação mediante apresentação de declaração de compensação nem suspende o andamento do prazo prescricional do direito de repetição de indébito tributário.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo n° 10980.005618/2001-12
Recurso n° 155.328 Voluntário
Acórdão n° 1201-00154 - 2 ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de julho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente HUGO PERETTI & CIA LTDA.
Recorrida 1ª Turma DRJ Curitiba PR
Ementa: PRESCRIÇÃO PARA PLEITEAR REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO. RETROATIVIDADE DO ARTIGO 3° DA LEI COMPLEMENTAR 118/2005.
Falece competência ao CARF para reconhecer a inconstitucionalidade do art. 4°, da Lei Complementar 118/2005, que determinou a aplicação retroativa do disposto no art. 3° do mesmo diploma, que estabelece que o prazo do contribuinte para pleitear a restituição de indébito tributário é de cinco anos contados do pagamento indevido ou a maior do que o devido, Aplicação do art. 26-A, do Decreto 70.235/1972 e art. 62, do Regimento Interno do CARF, aprovado pela Portaria ME n° 256/2009.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo n° 16561.000100/2007-03
Recurso n° 167.576 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.158 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 26 de agosto de 2009
Matéria IRPJ / CSLL
Recorrente BANCO ABN AMRO REAL S.A.
Recorrida NDRJ SÃO PAULO I - SP
DECADÊNCIA. APURAÇÃO ANUAL, Estando contribuinte sujeito ao regime de apuração anual, o fato gerador do IRPJ ocorre no último dia do exercício. Aplicação do art. 150, § 4° do CTN.
POSTERGAÇÃO DE PAGAMENTO, LANÇAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DO PERÍODO MAIS ANTIGO.
Quando a fiscalização apura pagamento a menor do que o devido no período mais antigo, deve lançar o valor do tributo omitido integralmente, independentemente de haver crédito do contribuinte nos períodos posteriores, sem compensar o valor do crédito tributário com os créditos do contribuinte, Posto que essa compensação é matéria de execução do lançamento e de formação do mesmo.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado por unanimidade de votos, negar ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que integram o presente.
--
Processo n° 10680.007305/2002-64
Recurso n° 151.731 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.169 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 27 de agosto de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente GEMATUR TRANSPORTES URBANOS LTDA.
Recorrida 3ª TURMA DRJ BELO HORIZONTE - MG
ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica IRPJ
EMENTA: LUCRO PRESUMIDO. BASE DE CÁLCULO. As demais receitas não compreendidas no conceito de receita bruta, tais como as financeiras ou o reembolso de despesas, integrarão, pelo todo, o valor da base de cálculo do imposto sobre a renda da pessoa jurídica que apura pelo lucro presumido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo n° 10909.001872/2005-38
Recurso n° 150.901 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.034 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 13 de março de 2009
Matéria IRPJ e OUTROS
Recorrente Comércio de Derivados de Petroóleo Boga Ltda.
Recorrida 4 ª Turma/DRJ-Florianópolis/SC
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA -IRPJ
Exercício: 2001, 2002, 2003
OMISSÃO DE COMPRAS a omissão no registro de compras presume a sua aquisição com receitas obtidas à margem da escrituração.
MULTA PUNITIVA - não cabe ao julgador administrativo afastar a aplicação de lei por suposto confronto com princípio constitucional. Esta competência é privativa do Poder Judiciário.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, pelo voto de qualidade, negar provimentos ao recurso, vencidos os Conselheiros Alexandre Barbosa Jaguaribe, Carlos Pela, Régis Magalhães Soares Queiroz e Antonio Carlos Guidoni Filho, que deram provimento parcial para reduzir a multa de oficio para o patamar de 75% (setenta e cinco por cento) e, no tocante à omissão de receita, acompanharam o relator pelas conclusões, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo n° 10580.010084/200.3-11
Recurso n° 160.575 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.021 - 2 ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 12 de março de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente MARQUART CIA LTDA
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA
IRPJ COMPENSAÇÃO - PREJUÍZOS FISCAIS - LIMITE - 30% - A compensação de prejuízos fiscais está limitada a 30%, pois as leis 8,981/95 e 9,065/95 determinam esse percentual e, conseqüentemente, o momento dessa compensação.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo n° 13808.001590/99- 76
Recurso n° 172.717 Voluntário
Acórdão n° 1802-00.627 - 2ª Turma Especial
Sessão de 31 de agosto de 2010
Matéria IRPJ e Outros
Recorrente ALTA COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA.
Recorrida 1ª Turma/DRJ/São Paulo/SP OI
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano calendário: 1996
Ementa: RECUPERAÇÃO DE DESPESAS/ ICMS - Na medida em que a pessoa jurídica contabiliza a despesa de ICMS (conta de resultado) e efetivamente recolhe valor a menor (ICMS a recolher), tendo em vista ser este o valor que a empresa entende legítimo; a diferença da "despesa do ICMS"que reduziu indevidamente o lucro contábil, deve ser, no mesmo período de apuração, reconhecida como receita tributável(recuperação de despesa).
FRETES NAS COMPRAS DE. VEÍCULOS CONTABILIZADOS COMO DESPESAS E. NÃO COMO CUSTOS.
Resta demonstrado que a fiscalização considerou os efeitos da postergação do imposto mês a mês, quando considerados os efeitos das despesas glosadas e reconhecidas como custos nos meses posteriores quando da baixa dos veículos pelas vendas.
IRRF INCIDENTE. SOBRE RECEITAS COMPUTADAS NA DETERMINAÇÃO DO LUCRO REAL - Os recolhimentos efetuados à titulo de IRRF sobre rendimentos, constituem, no caso das empresas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, antecipação do imposto (IRPJ) devido, não podendo ser compensado isoladamente com outros tributos. Do imposto apurado na ação fiscal poderá ser deduzido o valor do Imposto de Renda retido na fonte incidente sobre as receitas computadas na base de cálculo do imposto devido.
LANÇAMENTO REFLEXO - Contribuições Sociais - CSLL, PIS e Cofins - Decorrendo a exigência da mesma imputação que fundamentou o lançamento do IRPJ, deve ser adotada, no mérito, a mesma decisão proferida para o imposto de renda, desde que não presentes argüições especificas a ensejar conclusão diversa.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente justificadamente o conselheiro Francisco Bianco.
--
Processo n° 11080.006909/2003-04
Recurso n° 340.159 Voluntário
Acórdão n° 1802-00.616 - 2ª Turma Especial
Sessão de 30 de agosto de 2010
Matéria SIMPLES
Recorrente BROCHMANN MORGANTI COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
LTDA.
Recorrida 4 ª Turma/DRJ/Porto Alegre/RS
Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples.
Ano calendário: 2000
SIMPLES - OPÇÃO - É do fisco o ônus de reunir e apresentar conjunto probatório capaz de demonstrar que a pessoa jurídica não pode optar pelo SIMPLES porque o sócio participa do capital de outra empresa, ou seja, incorreu na vedação de que trata o inciso IX do art, 9° da Lei n° 9.317, de 1996.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente justificadamente o conselheiro João Francisco Bianco.
--
Processo n° 11080.103103/2004-36
Recurso n° 340.166 Voluntário
Acórdão n° 1802-00.617 - 2ª Turma Especial
Sessão de 30 de agosto de 2010
Matéria SIMPLES
Recorrente VS DIGITAL LTDA.
Recorrida 4 ª Turma/DRJ/Porto Alegre/RS
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano calendário: 2002
EXCLUSÃO DE OFÍCIO DO SIMPLES - Incorrendo a pessoa jurídica em situação excludente do Simples estabelecida em lei, resta legítima a sua exclusão de oficio pela autoridade administrativa competente.
RETORNO AO SISTEMA - SIMPLES, NOVA OPÇÃO.
A empresa excluída do Simples por ultrapassar a receita bruta, no ano calendário subseqüentes ao da exclusão, atendidos os requisitos necessários, poderá voltar a optar pelo Sistema. A opção ao Simples deve ser feita mediante alteração da Ficha Cadastral da Pessoa Jurídica - FCPJ.
No caso da exclusão de oficio sem que a pessoa jurídica tenha efetuado a alteração cadastral, os pagamentos mensais por intermédio do Documento de Arrecadação do Simples (Darf-Simples) e a apresentação da Declaração Anual Simplificada são instrumentos hábeis para se comprovar a intenção de aderir ao Simples.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente justificadamente o conselheiro João Francisco Bianco.
--
Processo n° 16327.003755/2003-74
Recurso n° 163.420 Voluntário
Acórdão n° 1892-00.615 - 2 ª Turma Especial
Sessão de 30 de agosto de 2010
Matéria IRPJ
Recorrente VOLKSWAGEN LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL
Recorrida 10 ª /Turma/DRJ/São Paulo/SP OI
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica IRPJ
Ano calendário: 2000
Ementa: Incentivo Fiscal - Aplicação do Imposto de Renda em Investimentos Regionais - PERC - Para fins de deferimento do Pedido de Revisão de Ordem de Incentivos Fiscais (PERC), a exigência de comprovação de regularidade fiscal deve se ater ao período a que se referir a Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica na qual se deu a opção pelo incentivo, admitindo-se a prova da quitação em qualquer momento do processo administrativo, nos termos da Decreto n° 70.235/72 (Súmula CARF N° 37).
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiada, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente justificadamente o conselheiro João Francisco Bianco.
--
Processo n° 13005.000824/2004-1.3
Recurso n° 340.380 Voluntário
Acórdão n° 1802-00.629 - 2ª Turma Especial
Sessão de 31 de agosto de 2010
Matéria SIMPLES
Recorrente KURZ & CIA. LTDA.
Recorrida 2 ª Turma/DRJ/Santa Maria/RS
Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples
Ementa: SIMPLES, EXCLUSÃO DE OFICIO. INÍCIO DOS EFEITOS.
É vedada a opção pelo SIMPLES à pessoa jurídica que participe do capital de outra pessoa jurídica. Comprovada a vedação estabelecida em lei, aplicando a regra disposta no inciso II do parágrafo único do artigo 24 da IN SRF n° 355, de 29/08/2003, no caso presente, os efeitos da exclusão ocorrem a partir de 1 0 de janeiro de 2002.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo n° 19515.00288512005-22
Recurso n° 177.076 Voluntário
Acórdão n° 1802-00.628 - 2 ª Turma Especial
Sessão de 31 de agosto de 2010
Matéria IRPJ E OUTROS
Recorrente CHURRASCARIA PONTEIO LTDA. EPP
Recorrida 1ª Turma/DRJ/São Paulo/SP OI
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano calendário: 2003
Ementa: NULIDADE PROCESSUAL - Não se constatando vícios de ilegalidade ou qualquer ofensa às regras processuais estabelecidas a condução do processo a prejudicar a defesa do contribuinte, rejeita-se a preliminar de nulidade suscitada pela recorrente.
DILIGÊNCIA - A admissibilidade de diligência, depende do livre convencimento da autoridade julgadora como meio de melhor apurar os fatos ao deslinde da questão.
LUCRO ARBITRADO. CABIMENTO. O arbitramento é modalidade ou regime de apuração do lucro. O contribuinte que tenha sido excluído do Simples, e, não mantiver escrituração na forma das leis comerciais e fiscais, está sujeito à tributação com base no lucro arbitrado.
PRESUNÇÃO LEGAL - OMISSÃO DE RECEITAS BASEADA NOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS SEM COMPROVAÇÃO DA ORIGEM.
Não há impedimento na legislação tributária para que a apuração do lucro arbitrado tenha como base as receitas omitidas apuradas com fundamento na presunção legal instituída pelo artigo 42 da Lei n° 9.4.30/96, baseada nos depósitos bancários com recursos de origem não comprovada, considerados, por presunção, como receita bruta da pessoa jurídica.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MULTA DE OFÍCIO - O descumprimento da obrigação tributária impõe a aplicação da multa de oficio no percentual de 75%, conforme prevista no artigo 44, inciso I da Lei n°9.4.30/96.

EXAME DE INCONSTITUCIONALIDADE DE. LEI; Súmula CARF N 2 O CARF não é competente para se pronunciar' sobre a inconslitucionaliclade de lei tributária.

LANÇAMENTO REFLEXO - Contribuições Sociais (CSLL, PIS, Cofins).

Decorrendo a exigência da mesma imputação que fundamentou o lançamento do IRPJ, deve ser adotada, no mérito, a mesma decisão proferida para o imposto de renda, desde que não presentes argüições especificas ou elementos de prova novos a ensejar decisão diversa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por voto de qualidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Vencidos os Conselheiros Gilberto Baptista, Edwal Casoni de Paula Fernandes Junior e Alfredo Henrique Rebello Brandão. Ausente justificadamente o conselheiro João Francisco Bianco.

--

Processo n° 11543.003883/2004-21
Recurso n° 152.755 Voluntário
Acórdão n° 1103-00.234 - 1ª Câmara / 3ª Turma Ordinária
Sessão de 5 de julho de 2010
Matéria IRPJ e reflexos
Recorrente ldealcafé Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda.
Recorrida 2 ª Turma/DRJ/Rio de Janeiro I-RJ
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
Ano-calendário: 1999

Ementa: LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO, FRAUDE DECADÊNCIA. A Fazenda Pública dispõe de 5 (cinco) anos, contados a partir do fato gerador, para promover o lançamento ex officio de tributos e contribuições sociais enquadrados na modalidade do art. 150 do Código Tributário Nacional (CTN), a do lançamento por homologação, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, situação em que se aplica a regra do art., 17.3, I, contando-se o referido prazo a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado.

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 1999, 2000.

Ementa: IRPJ ARBITRAMENTO DO LUCRO. EXTRAVIO DE DOCUMENTOS, DEVER DE RECONSTITUIÇÃO DA ESCRITURAÇÃO.

A adoção dos procedimentos para comunicação de extravio de livros e documentos relativos à escrituração da pessoa jurídica deve ser seguida de reconstituição do acervo da sua contabilidade comercial e fiscal. Eventual perda não exclui o contribuinte do seu dever acessório de reunir, guardar em boa ordem e manter à disposição do Fisco os documentos que dão respaldo à apuração do imposto devido, nem tampouco pressupõe homologação dos valores informados em DIPJ.

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 1999, 2000.

Ementa: MULTA QUALIFICADA. EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE. A

reiterada omissão do registro contábil-fiscal de mais de 95% das vendas realizadas caracteriza o evidente intuito de fraude, requisito para aplicação da multa qualificada (150%).

Assunto: Outros Tributos ou Contribuições
Ano-calendário: 1999, 2000

Ementa: PIS E COFINS. VENDAS PARA EXPORTAÇÃO. ISENÇÃO. São isentas de PIS e Cofins as receitas de vendas destinadas ao fim específico de exportação para o exterior.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, rejeitar as preliminares e, no mérito, dar provimento ao recurso, para determinar a exclusão das notas fiscais relacionadas nas fls. 2.846/2.848, no total de R$ 3.836 735,00, das bases de cálculos de

PIS e Cofins nos respectivos períodos de apuração mensais, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Vencido o conselheiro Mario Sergio Fernandes, quanto a esse item (PIS/Confins).

--

Processo n° 10830.007766/2002-76
Recurso n° 165.88.3 Voluntário
Acórdão n° 1103-00.262 - 1ª Câmara / 3ª Turma Ordinária
Sessão de 6 de julho de 2010
Matéria IRPJ - restituição/compensação
Recorrente Karcher Indústria e Comércio Ltda.
Recorrida 2ª Turma/DRJ/Campinas-SP
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 2001

Ementa: POSSIBILIDADE DE FISCALIZAÇÃO DE PERÍODOS ALCANÇADOS PELA DECADÊNCIA. CONSEQÜÊNCIAS TRIBUTÁRIAS SOBRE PERÍODOS POSTERIORES EM CASO DE PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. O decurso do prazo previsto no art. 150, § 4°, do CTN fulmina a possibilidade de constituição do crédito tributário mediante o competente lançamento de oficio, impedindo, portanto, o Fisco de exigir tributo relativo aos períodos de apuração alcançados pela decadência. No entanto, não impede o exame de tais períodos para fins de verificação da projeção para o futuro dos efeitos tributários de eventuais erros de apuração cometidos pelo contribuinte, porventura identificados.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal
Ano-calendário: 2001

Ementa: COMPENSAÇÃO. COMPROVAÇÃO DO CRÉDITO PELO CONTRIBUINTE_ A compensação pretendida pelo contribuinte pressupõe a prova do seu alegado crédito contra o Fisco.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos,negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo n° 11543.000931/2003-48
Recurso n° 157.787 Voluntário
Acórdão n° 1103-00.278 - 1ª Câmara / 3ª Turma Ordinária
Sessão de 4 de agosto de 2010
Matéria IRPJ e reflexos
Recorrente Carlos Lima Construtoria S/A
Recorrida 4 ª Turma/DRJ/Rio de Janeiro I- RJ
Assunto: Processo Administrativo Fiscal
Ano-calendário: 2009

Ementa: SUSTENTAÇÃO ORAL. INTIMAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU REPRESENTANTE. Inexiste previsão legal ou regimental para intimação do contribuinte ou do seu representante para realizar sustentação oral nos julgamentos do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal
Ano-calendário: 1998, 1999, 2000, 2001

Ementa: FASE. DE FISCALIZAÇÃO. CONTRADITÓRIO. A fase investigatória do procedimento, realizada antes do lançamento ex officio, é informada pelo principio inquisitorial, sendo descabido falar-se em violação da garantia ao contraditório até então.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal
Ano-calendário: 1998, 1999, 2000, 2001

Ementa: CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA, INEXISTÊNCIA. RECUSA DO CONTRIBUINTE DE ACESSO A DOCUMENTAÇÃO.

Descabe a argüição de cerceamento do direito de defesa quando o sujeito passivo, por decisão própria, rejeita o acesso à documentação que embasou o lançamento tributário além de demonstrar, na impugnação, pleno conhecimento das razões de fato e de direito nas quais se fundamentou o referido ato.

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 1998, 1999

Ementa: OMISSÃO DE. RECEITAS. SALDO CREDOR DE CAIXA.

Caracteriza omissão de receitas, por presunção legal, o saldo credor de caixa apurado mediante recomposição do fluxo financeiro da conta caixa, computando-se as saídas de recursos não registradas na contabilidade.

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 1999, 2000, 2001

Ementa: ENCARGOS FINANCEIROS DE EMPRÉSTIMOS CUJOS RECURSOS FORAM DESVIADOS DAS ATIVIDADES DA PESSOA JURÍDICA. IMPOSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO. As despesas financeiras decorrentes de empréstimo cujos recursos foram desviados da atividade da pessoa jurídica, em proveito de seus acionistas e de terceiros não identificados na escrituração contábil, não são dedutíveis para fins de apuração do lucro real.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal
Ano-calendário: 1998, 1999

Ementa: MULTA QUALIFICADA. CARACTERIZAÇÃO DE EVIDENTE

INTUITO DE FRAUDE. A utilização pelo contribuinte de artifícios contábeis para encobrir o excesso de saídas de caixa sobre os ingressos e a transferência ilícita de recursos financeiros ao seu diretor-presidente e a terceiros caracteriza o evidente intuito de fraude, requisito imprescindível para aplicação da multa qualificada (150%).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo n° 10835.000635/2001-37
Recurso n° 165.133 Voluntário
Acórdão n° 1103-00.281 - 1ª Câmara / 3ª Turma Ordinária
Sessão de 4 de agosto de 2010
Matéria IRRF
Recorrente Aoki Distribuidora de Auto Peças Ltda.
Recorrida 4ª Turma/DRJ/Ribeirão Preto-SP
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
Ano-calendário: 2000

Ementa: PENALIDADE. REVOGAÇÃO. RETROATIVIDADE. BENIGNA.

Tratando-se de ato não definitivamente julgado, aplica-se retroativamente a lei que revoga penalidade.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termo do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo n° 19679.001424/2003-06
Recurso n° 174.609 Voluntário
Acórdão n° 110.3-00.284 - 1ª Câmara / 3ª Turma Ordinária
Sessão de 5 de agosto de 2010
Matéria Multa atraso DCTF
Recorrente São Paulo Marcas e Patentes Ltda.
Recorrida 10 ª Turma/DRJ/São Paulo I- SP
Assunto: Processo Administrativo Fiscal
Ano-calendário: 1999

Ementa: RECURSO VOLUNTÁRIO, PRAZO, PEREMPÇÃO, O recurso voluntário contra decisão de primeira instância deverá ser interposto dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à ciência da decisão. O recurso perempto não será conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso por perempto, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo n° 13433.000374/2002-57
Recurso n° 172.019 Voluntário
Acórdão n° 1803-00.522 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 4 de agosto de 2010
Matéria CSLL - AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente INSTITUTO DE OFTAMOLOGIA MOSSORÓ LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Exercício: 1998, 1999, 2000, 2001, 2002

AUTO DE INFRAÇÃO PRELIMINAR DE NULIDADE DESCABIMENTO

Só se pode cogitar de declaração de nulidade de auto de infração quando for, esse auto, lavrado por pessoa incompetente.

IMPUGNAÇÃO, PEDIDO DE DILIGÊNCIA OU PERÍCIA. PRESCINDIBILIDADE INDEFERIMENTO.

Estando presentes nos autos todos os elementos de convicção necessários à adequada solução da lide, indefere-se, por prescindível, o pedido de diligência ou perícia requerido.

ALEGAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI.

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária (Súmula ri° 2).

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Exercício: 1998, 1999, 2000, 2001, 2002

TAXA DE JUROS SELIC.

A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais (Súmula CARF n° 4).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo n° 13805.001973/94-04
Recurso n° 172.610 Voluntário
Acórdão n° 1803-00334 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 5 de agosto de 2010
Matéria IRPJ E CSLL - AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente INDÚSTRIAS HITACHI S/A.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Exercício: 1990

PRAZOS DE PRESCRIÇÃO E DE DECADÊNCIA EM DIREITO TRIBUTÁRIO. ENTENDIMENTO DO STF.

Com a lavratura do auto de infração, consuma-se o lançamento do crédito tributário (art. 142 do CTN.). Por outro lado, a decadência só é admissível no período anterior a essa lavratura; depois, entre a ocorrência dela e até que flua o prazo para a interposição do recurso administrativo, ou enquanto não for decidido o recurso dessa natureza de que se tenha valido o contribuinte,

não mais corre prazo para decadência, e ainda não se iniciou a fluência de prazo para prescrição; decorrido o prazo para interposição do recurso administrativo, sem que ela tenha ocorrido, ou decidido o recurso administrativo interposto peio contribuinte, há a constituição definitiva do crédito tributário, a que alude o artigo 174, começando a fluir, daí, o prazo de prescrição da pretensão do fisco. [Embargos no Recurso Extraordinário n 94.462-1-SP julgado em 06/10/1982 pelo Supremo Tribunal Federal (STF)]

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DESCABIMENTO.

Não se aplica a prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal

(Súmula CARF n° 11).

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Exercício: 1990

REAJUSTE DE PREÇO (RECEITA). JUROS PASSIVOS (DESPESA). REGIME DE COMPETÊNCIA.

Se o reajuste de preço (receita) ou os juros passivos (despesa) se referem a um determinado ano-calendário, é nesse mesmo período que deverão ser reconhecidos, em face do regime contábil da competência dos exercícios, de observância obrigatória para efeitos fiscais (art. 177 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e art. 67, inciso XI, do Decreto-Lei n2 1598, de 26 de dezembro de 1977).

PARTES E PEÇAS. CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL. ATIVO IMOBILIZADO. ATIVO CIRCULANTE. CUSTO OU DESPESA OPERACIONAL.

As partes e peças, enquanto não incorporadas às máquinas e equipamentos a que se destinem, classificam-se, ou no ativo imobilizado ou no ativo circulante, conforme a sua vida útil seja superior a um ano ou não; efetuada aquela incorporação, serão elas reclassficadas, ou para o próprio bem que passaram a compor ou para custo ou despesa operacional, conforme ocorra aumento da vida útil prevista pata o referido bem superior a um ano ou não.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Exercício: 1990

CSLL. DECORRÊNCIA,

Subsistindo o lançamento principal, iguais sortes acolhem os lançamentos que tenham sido formalizados por mera decorrência daquele, na medida em que inexistem fatos ou argumentos novos a ensejarem conclusões diversas.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

--

Processo n° 19515.002257/2004-66
Recurso n° 174.469 Voluntário
Acórdão n° 1803-00.537 - 3ª Turma Especial
Sessão de 5 de agosto de 2010
Matéria IRPJ E OUTROS - AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente CONTORNO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Exercício: 2000
AUTO DE INFRAÇÃO, MATÉRIA DE FATO. PROVA MATERIAL, ALEGAÇÕES.
Somente a prova material tem a virtude de invalidar auto de infração baseado em matéria de fato; meras alegações não ilidem a ação fiscal.
CSLL, PIS, COFINS, DECORRÊNCIA.
Subsistindo o lançamento principal, igual sorte colhem os lançamentos que tenham sido formalizados por mera decorrência daquele, na medida que inexistem fatos ou argumentos novos a ensejarem conclusões diversas.
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Exercício: 2000
TAXA DE JUROS SELIC,
A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais (Súmula Carf n° 4).
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo n° 11065.002019/2003-11
Recurso n° 171.300 Voluntário
Acórdão n° 1803-00.548 - 3ª Turma Especial
Sessão de 5 de agosto de 2010
Matéria IRPJ - DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO
Recorrente OCEAN EXPRESS TRANSPORTE INTERNACIONAL LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Exercício: 2002
RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO, COMPROVAÇÃO DE RETENÇÃO NA FONTE.
O imposto retido na fonte sobre quaisquer rendimentos ou ganhos de capital somente poderá ser compensado na declaração de pessoa física ou jurídica, quando for o caso, se o contribuinte possuir comprovante de retenção emitido em seu nome pela fonte pagadora.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado. Os Conselheiros Walter Adolfo Maresch, Marcelo Fonseca Vicentini, Luciano Inocência dos Santos, Benedicto Celso Benício Júnior e Selene Ferreira de Moraes votaram pelas conclusões.

--

Processo n° 13819.003972/2002-53
Recurso n° 172.873 Voluntário
Acórdão n° 1803-00.566 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 6 de agosto de 2010
Matéria IRPJ - DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO
Recorrente HN PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Exercício: 1999
DECLARAÇÕES DE. COMPENSAÇÃO (DCOMPS), ALEGAÇÃO DE ERRO DE PREENCHIMENTO, VINCULAÇÃO A DIREITO CREDITÓRIO PLEITEADO.
Não comprovado o alegado erro de preenchimento de Declarações de Compensação vinculadas ao direito creditório pleiteado, não se reconhece este na parte consumida por aquelas Dcomps.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo n° 13896.000921/00-97
Recurso n° 173.320 Voluntário
Acórdão n° 180.3-00.559 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 6 de agosto de 2010
Matéria IRPJ- PEDIDO DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Recorrente INTERCEPT PARTICIPAÇÕES LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Exercício: 2000
MANIFESTAÇÃO DE INCONFORMIDADE INTEMPESTIVA NÃO CONHECIMENTO DO MÉRITO.
Não se conhecem das razões de mérito de manifestação de inconformidade apresentada após o trintídio legal.
INTIMAÇÃO POR EDITAL
A partir da edição da Lei n° 11.196, de 21 de novembro de 2005, a intimação poderá ser feita por edital quando resultar improfícuo apenas um dos meios previstos no art. 23 do Decreto n° 70235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo n° 15374.001574/2005-47
Recurso n° 140.710 Voluntário
Acórdão n° 1402-00.220 - 4ª Câmara / 2 ª Turma Ordinária
Sessão de 6 de julho de 2010
Matéria SIMPLES
Recorrente RASCH CONSULT PROJETOS E TELECOM LTDA
Recorrida 3 ª TURMA DR.I RIO DE JANEIRO I
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2000
SIMPLES. EXCLUSÃO, ATIVIDADE ECONÔMICA VEDADA. SERVIÇOS DE ENGENHARIA. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÃO.
A vedação imposta pelo inciso XIII do artigo 9° da Lei 9.317, de 1996 se aplica à pessoa jurídica que, comprovadamente, desempenhe atividades que dependam de habilitação profissional legalmente exigida. Comprovado mediante notas fiscais e contratos de prestação de serviços que a pessoa jurídica presta serviços de engenharia ou assemelhados, relativos a instalação e manutenção de equipamentos de comunicação e telecomunicação, deve o sujeito passivo ser excluído do Regime do Simples.
SIMPLES. EXCLUSÃO EFEITOS. ATIVIDADE ECONÔMICA VEDADA,
Até o advento da MP 2.158-35 de 24.08.2001, a exclusão por força das causas de exclusão de que tratam os incisos III a XIX do art. 9 0 da Lei n° 9.317/1996, com a redação que lhe deu a Lei n° 9.732, de 11 de dezembro de 1998, tinha inicio a partir do mês subseqüente àquele em que se procedia à exclusão, ainda que esta se desse de oficio, Com a edição dessa MP, pelo art. 73 que deu nova redação ao inciso lido art. 15 da Lei 9.317/96, os efeitos da exclusão passaram a retroagir ao mês seguinte ao que incorrida a situação excludente. Nos termos do inciso II, § único do art 24 da IN SRF 355/2003, as pessoas jurídicas que já integravam o Simples antes de 27.07.2001, e tendo a situação excludente ocorrido em 2000, portanto, antes de .31.12.2001, e a exclusão sido efetuada a partir de 2002, os efeitos da exclusão devem-se dar a partir de 01.01.2002.

--

Processo n° 13808.000657/2002-01
Recurso n° 163.880 Voluntário
Acórdão n° 1402-00.038 - 4ª Câmara / 2 ª Turma Ordinária
Sessão de 27 de agosto de 2009
Matéria IRPJ - Ex.: 1997
Recorrente SQUARE D. DO BRASIL EQUIPAMENTOS LTDA.
Recorrida 5 ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 1996
Ementa: DECADÊNCIA. PRAZO. LUCRO INFLACIONÁRIO REALIZADO.
O prazo decadencial para constituição do crédito tributário relativo ao lucro inflacionário diferido é contado do período de apuração de sua efetiva realização ou do período em que, em face da legislação, deveria ter sido realizado, ainda que em percentuais mínimos.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, em cancelar o lançamento por ter sido atingido pela decadência. Vencido o conselheiro Marcos Antonio Pires (Suplente Convocado), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

--

Processo n° 13984.000644/2003-74
Recurso n° 173.520 Voluntário
Acórdão n° 1803-00.647 - 3ª Turma Especial
Sessão de 31 de agosto de 2010
Matéria Compensação
Recorrente Videcar Lages Caminhões Ltda.
Recorrida Fazenda Nacional
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 2002
DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. ALTERAÇÃO DO DIREITO CREDITÓRIO. IMPOSSIBILIDADE, Não é possível alterar o direito creditório indicado na declaração de compensação no curso do processo administrativo.
DIREITO CREDITÓRIO. INEXISTÊNCIA. A compensação não pode ser homologada se não restou comprovada a existência do direito creditório. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo n° 19515.001056/2002-80
Recurso n° 178.706 Voluntário
Acórdão n° 1803-00.654 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 1 de setembro de 2010
Matéria IRPJ
Recorrente Artpack Impressão e Composição Gráfica Ltda. (nova denominação de Allpac Embalagens Ltda.)
Recorrida Fazenda Nacional
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA IRPJ
Ano-calendário: 1997
PEREMPÇÃO.
Não se conhece do recurso interposto além do prazo fixado no artigo 33 do Decreto 70.235, de 1972, por perempto, mormente quando a recorrente não ataca a intempestividade.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, não conhecer do recurso por intempestividade, nos termos do voto do relatar.

--

Processo n° 19515.001057/2002-24
Recurso n° 174.382 Voluntário
Acórdão n° 1803-00.655 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 1 de setembro de 2010
Matéria CSLL
Recorrente Artpack Impressão e Composição Gráfica Ltda. (nova denominação de Allpac Embalagens Ltda.)
Recorrida Fazenda Nacional
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA IRPJ
Ano-calendário: 1997
PEREMPÇÃO,
Não se conhece do recurso interposto além do prazo fixado no artigo 33 do Decreto 70.235, de 1972, por perempto, mormente quando a recorrente não ataca a intempestividade.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, não conhecer do recurso por intempestividade, nos termos do voto do relator.

--

Processo n° 19515.001325/2004-70
Recurso n° 168.396 Voluntário
Acórdão n° 1803-00.656 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 1 de setembro de 2010
Matéria IRPJ
Recorrente Connect Telecomunicações Ltda.
Recorrida Fazenda Nacional
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 1999
PEREMPÇÃO.
Não se conhece do recurso interposto alem do prazo fixado no artigo 33 do Decreto 70.235, de 1972, por perempto, mormente quando a recorrente não ataca a intempestividade.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, não conhecer do recurso por intempestividade, nos termos do voto do relator.

--

Processo n° 13804.008565/2002-00
Recurso n° 177.975 Voluntário
Acórdão n° 1803-00.549 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 5 de agosto de 2010
Matéria IRPJ - DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO
Recorrente PEDREIRAS SÃO MATHEUS LAGEADO S.A.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Exercício: 1995
RESTITUIÇÃO. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.
Para efeito de interpretação do inciso I do art 168 da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), a extinção do crédito tributário ocorre, no caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, no momento do pagamento antecipado de que trata o § 12 do art. 150 da referida Lei.
ALEGAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI.
O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária (Súmula n° 2).
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado. Vencido o Conselheiro Luciano Inocêncio dos Santos, que dava provimento ao recurso.

--

Processo n° 19515.002393/2003-75
Recurso n° 167.972 Voluntário
Acórdão n° 1803-00.634 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 31 de agosto de 2010
Matéria IRPJ
Recorrente Elffi Quimica Ltda.
Recorrida Fazenda Nacional
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 1999
OMISSÃO DE RECEITAS. COMPROVAÇÃO.
Comprovado o fato constitutivo do direito da Fazenda Pública, e não demonstrada a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo deste direito, deve ser mantida a exigência.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA - MATERIAL PROTEGIDO POR DIREITOS AUTORAIS

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10680.009697/2006-20
Recurso nº 501.280 Voluntário
Acórdão nº 1803-00.547 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 5 de agosto de 2010
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente SIMONY ESTEVES JÓIAS LTDA.
Recorrida DRJ BELO HORIZONTE (MG)

ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES

Exercício: 2004

EXCLUSÃO. RECEITA BRUTA SUPERIOR AO LIMITE LEGAL.

Deve ser excluída do Simples a pessoa jurídica que, na condição de empresa de pequeno porte, tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior ao limite legal.

EXCLUSÃO. RECEITA BRUTA. OMISSÃO DE RECEITA.

Para efeito de verificação do limite para enquadramento na sistemática do Simples, deve-se considerar não só a receita bruta declarada pela empresa, mas também as omissões de receitas apuradas em procedimento fiscal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 19515.004808/2003-45
Recurso nº 174.672 Voluntário
Acórdão nº 1803-00.518 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 4 de agosto de 2010
Matéria CSLL - AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente MARINGÁ S/A - CIMENTO E FERRO-LIGA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO CSLL

Exercício: 1999

COMPENSAÇÃO DE BASES DE CÁLCULO NEGATIVAS DA CSLL, LIMITE DE REDUÇÃO DE TRINTA POR CENTO DO LUCRO LIQUIDO AJUSTADO. POSTERGAÇÃO.

A inobservância do limite legal de trinta por cento para compensação de prejuízos fiscais ou bases negativas da CSLL, quando comprovado pelo sujeito passivo que o tributo que deixou de ser pago em razão dessas compensações o foi em período posterior, caracteriza postergação do pagamento do IRPJ ou da CSLL, o que implica em excluir da exigência a parcela paga posteriormente (Súmula Carf nº 36).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para reduzir a exigência fiscal de CSLL, de R$ 37.80.1,97 para R$ 17.909,34, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 13674.000096/2002-03
Recurso nº 177.910 Voluntário
Acórdão nº 1803-00.519 - 3ª Turma Especial
Sessão de 4 de agosto de 2010
Matéria CSLL - AUTO DE INFRAÇÃO DCTF
Recorrente CEREALISTA CAPITÓLIO LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Exercício: 1998

DECADÊNCIA. LANÇAMENTO. REVISÃO.

A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 13674.000181/2002-63
Recurso nº 177.911 Voluntário
Acórdão nº 1803-00.520 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 4 de agosto de 2010
Matéria CSLL - AUTO DE INFRAÇÃO DCTF
Recorrente CEREALISTA CAPITOLIO LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREIT0 TRIBUTÁRIO

Exercício: 1998

DECADÊNCIA. LANÇAMENTO. REVISÃO.

A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 19515.003516/2004-76
Recurso nº 174.595 Voluntário
Acórdão nº 1803-00.523 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 4 de agosto de 2010
Matéria IRPJ - AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente VOTORANTIM PARTICIPAÇÕES S.A.
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Exercício: 2000

LUCRO INFLACIONÁRIO, DIFERENÇA IPC/BTNF REALIZAÇÃO INCENTIVADA.

No período compreendido entre o advento da Medida Provisória nº 312, de 11 de fevereiro de 1993, e suas reedições, e o da Lei nº 8.682, de 14 de julho de 1993, não mais havia obrigatoriedade de cálculo e cômputo do lucro inflacionário correspondente ao saldo credor da diferença de correção monetário IPC/BTNE (Lei no 8.200, de 1991), de modo que o pagamento do Imposto de Renda sobre o saldo normal do lucro inflacionário acumulado, então existente, efetuado nesse período com o benefício previsto no art. 31, inciso V, e seu § 3°, da Lei nº 8.541, de 1992, realizou e zerou todo o saldo existente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado. Declarou-se impedido de votar o Conselheiro Luciano Inocência dos Santos.

--

Processo nº 19515.004823/2003-93
Recurso nº 174.673 Voluntário
Acórdão nº 1803-00.533 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 5 de agosto de 2010
Matéria IRPJ - AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente COMERCIAL E AGRÍCOLA ALPAVI S.A.
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Exercício: 1999

DECADÊNCIA. ART. 173, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CTN.

Por se subordinar ao estatuído no capa do correspondente artigo, o comando previsto no parágrafo único do art. 173 do CTN funciona apenas para antecipar, nunca para postergar o termo inicial de decadência.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado. Os Conselheiros Walter Adolfo Maresch, Marcelo Fonseca Vicentini, Luciano Inocência dos Santos, Benedicto Celso Benício Júnior e Selene Ferreira de Moraes votaram pelas conclusões.

--

Processo nº 13808.004030/2001-31
Recurso nº 167.743 Voluntário
Acórdão nº 1803410.535 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 5 de agosto de 2010
Matéria IRPJ E CSLL - AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente AFONSO FRANÇA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Exercício: 1998

CUSTOS E DESPESAS. CONDIÇÕES DE DEDUTIBILIDADE.

A dedutibilidade dos dispêndios realizados a título de custos ou despesas operacionais requer a prova documental hábil e idônea das respectivas operações e da necessidade às atividades da empresa ou à respectiva fonte produtora, o que não ocorre quando os respectivos lançamentos contábeis são grafados sob histórico vago ("não sei").

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para reduzir a matéria tributável atinente ao IRPJ e à CSLL, de R$ 39.744,69 para R$ 39.372,24, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 18471.00232812004-11
Recurso nº 174.265 Voluntário
Acórdão nº 1803 -00336 - 3ª Turma Especial
Sessão de 5 de agosto de 2010
Matéria IRPJ E OUTROS - AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente MARQUEDIESEL VEÍCULOS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRA I IVO FISCAL

Exercício: 2000, 2001, 2002, 2003

MANDADO DE PROCEDIMENTO FISCAL (MPF), PRORROGAÇÃO. CONFIGURAÇÃO.

De conformidade com o § 1° do art. 13 da Portaria SRE nº 3007, de 26 de novembro de 2001, a prorrogação do MPF não se configura com a entrega do respectivo Demonstrativo de Emissão e Prorrogação ao fiscalizado, mas com o registro dessa prorrogação na Internet.

QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO, AUTORIZAÇÃO TÁCITA DO AUTUADA.

Tendo o autuado dirigido correspondência à instituição financeira, solicitando o fornecimento de extratos bancários para atendimento à intimação fiscal nesse sentido, cuja cópia (da intimação) anexou àquela correspondência, foi tacitamente autorizado o fornecimento à Receita Federal do Brasil (RFB) dos dados requisitados, não havendo, portanto, que se falar em "quebra de sigilo bancário irregular".

DENÚNCIA. ART. 908 DO RIR/1999. CIÊNCIA AO DENUNCIADO DESCABIMENTO.

O art. 908 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/1999 (Decreto n° 3.000, de 26 de março de 1999), em nenhum momento, determina que a denúncia apresentada deva ser dada a conhecer ao denunciado.

ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO, EXTINÇÃO MERAMENTE FORMAL. CONTINUIDADE DA ATIVIDADE.

Descabe a alegação de crio na identificação do sujeito passivo da obrigação tributária quando a empresa, embora formalmente extinta em março de 1999, continuou movimentando suas contas-correntes e operando na compra e venda de caminhões depois daquela data, tendo sido devidamente revertida, de oficio, a baixa da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), antes da lavratura dos autos de infração.

CSLL. PIS, COFINS. DECORRÊNCIA.

Subsistindo o lançamento principal, igual sorte colhem os lançamentos que tenham sido formalizados por mera decorrência daquele, na medida em que inexistem fatos ou argumentos novos a ensejarem conclusões diversas.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Exercício: 2000, 2001, 2002, 2003

DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA. ADIANTAMENTOS DE. OPERAÇÕES DE CRÉDITO. CHEQUES DEPOSITADOS E DEVOLVIDOS EXCLUSÃO.

Excluem-se do montante dos depósitos bancários de origem não identificada os valores que não correspondem a depósitos em contas bancárias ("adiantamentos de operações de crédito") e outros que, apesar de corresponderem a depósitos, referem-se a cheques que acabaram por ser devolvidos ("cheques depositados e devolvidos").

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 19515.002257/2004-66
Recurso nº 174.469 Voluntário
Acórdão nº 1803-00.537 - 3ª Turma Especial
Sessão de 5 de agosto de 2010
Matéria IRPJ E OUTROS - AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente CONTORNO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Exercício: 2000

AUTO DE INFRAÇÃO, MATÉRIA DE FATO. PROVA MATERIAL, ALEGAÇÕES.

Somente a prova material tem a virtude de invalidar auto de infração baseado em matéria de fato; meras alegações não ilidem a ação fiscal.

CSLL, PIS, COFINS, DECORRÊNCIA.

Subsistindo o lançamento principal, igual sorte colhem os lançamentos que tenham sido formalizados por mera decorrência daquele, na medida em que inexistem fatos ou argumentos novos a ensejarem conclusões diversas.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Exercício: 2000

TAXA DE JUROS SELIC.

A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais (Súmula Carf n° 4).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 15374.001634/00-28
Recurso nº 161.965 Voluntário
Acórdão nº 1803-00.628 - 3ª Turma Especial
Sessão de 31 de agosto de 2010
Matéria IRPJ E OUTROS - AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente ARMCO STACO S.A. INDÚSTRIA METALÚRGICA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Exercício: 1996, 1998

DESPESAS OPERACIONAIS. CRÉDITOS INCOBRÁVEIS.

Não é dedutível como despesa operacional, a título de crédito incobrável, parcela de faturamento que se optou por não cobrar.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Exercício: 1996, 1998

ERRO NA DETERMINAÇÃO DO PERÍODO DE APURAÇÃO IMPROCEDÊNCIA DA AUTUAÇÃO NESTA PARTE.

Não procede a autuação na parte em que incorre em erro na identificação do aspecto temporal da exigência (determinação do período de apuração do tributo).

CSLL PIS. COFINS. DECORRÊNCIA

Subsistindo o lançamento principal, igual sorte colhe os lançamentos que tenham sido formalizados por mera decorrência daquele, na medida em que inexistem fatos ou argumentos novos a ensejarem conclusões diversas.

--

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo o° 13433.000373/2002-11
Recurso n° 172.018 Voluntário
Acórdão n° 1803-00.521 - 3ª Turma Especial
Sessão de 4 de agosto de 2010
Matéria IRPJ - AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente INSTITUTO DE OFTAMOLOGIA MOSSORO LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Exercício: 1998, 1999, 2000, 2001, 2002
AUTO DE INFRAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE DESCABIMENTO.
Só se pode cogitar de declaração de nulidade de auto de infração quando for, esse auto, lavrado por pessoa incompetente.
IMPUGNAÇÃO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA OU PERÍCIA, PRESCENDIBILIDADE INDEFERIMENTO.
Estando presentes nos autos todos os elementos de convicção necessários à adequada solução da lide, indefere-se, por prescindível, o pedido de diligência ou perícia requerido.
ALEGAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI.
O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária (Súmula n° 2).
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Exercício: 1998, 1999, 2000, 2001, 2002
TAXA DE JUROS SELIC.
A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais (Súmula CARF n° 4).
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Exercício: 1998, 1999, 2000, 2001, 2002
ARBITRAMENTO DE LUCROS. DESCABIMENTO.
Não tendo ficado claramente evidenciada nos autos a inexistência do livro Caixa ou a recusa de sua apresentação, descabe o arbitramento de lucros sem nova intimação à empresa.
LUCRO PRESUMIDO. SERVIÇOS HOSPITALARES,
Conforme dispõe a legislação de regência, devem ser tributados a alíquota de 8% os serviços decorrentes de serviços hospitalares, sendo improcedente o lançamento que não observa a distinção das receitas em função das diversas alíquotas aplicáveis às atividades desenvolvidas pelo estabelecimento.
LUCRO PRESUMIDO. OMISSÃO DE RECEITAS.
No caso de pessoa jurídica com atividades diversificadas tributadas com base no lucro presumido ou arbitrado, não sendo possível a identificação da atividade a que se refere a receita omitida, esta será adicionada àquela a que corresponder o percentual mais elevado.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos seguintes termos: a) por unanimidade de votos cancelar a exigência relativa ao ano-calendário de 2000, nos termos do voto do Relator; b) por maioria de votos cancelar a exigência relativa à diferença de percentual utilizado para apuração do lucro presumido, calculada sobre as receitas declaradas, vencidos os Conselheiros Sérgio Rodrigues Mendes e Selene Ferreira de Moraes, Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Walter Adolfo Maresch.
--
Processo n° 13808.000155/2002-72
Recurso n° 161.683 De Oficio e Voluntário
Acórdão n° 1401-00.243 - 4ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária
Sessão de 20 de maio de 2010
Matéria IRPJ e CSLL
Recorrentes FAZENDA NACIONAL e BANKAMÉRICA REPRESENTAÇÃO E
SERVIÇOS LTDA.
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica IRPJ
Período de apuração: 01/01/1997 a 31/12/1997, 01/01/1998 a 31/12/1998, 01/01/1999 a 31/12/1999, 01/01/2000 a .31/12/2000, 01/01/2001 a 31/07/2001
FALTA DE ESCRITURAÇÃO DO BALANCETE SUSPENSÃO/REDUÇÃO, MULTA ISOLADA. DESCABIMENTO.
A simples falta de transcrição dos balancetes de suspensão ou redução no Livro Diário, não justifica a aplicação da multa isolada prevista no art. 44, § 1°, inciso IV, da Lei n° 9.430/96, principalmente quando a contribuinte apresenta sua escrita contábil e fiscal e a fiscalização não consegue demonstrar irregularidades suficientes para descaracterizar a sua validade.
Recurso voluntário provido.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento do recurso de oficio. Por maioria de votos, dar provimento ao recurso voluntário, vencido o Conselheiro Fernando Luiz Gomes de Mattos (Relator, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado). Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Alexandre Antonio Alkmim Teixeira.
--
Processo n° 19515.001038/2007-11
Recurso n° 167.178 Voluntário
Acórdão n° 1401-00.258 - 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 08 de julho de 2010
Matéria IRPJ/Reflexos
Recorrente LUGANO RESOURCES DO BRASIL S/C LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 2001, 2002
Ementa: NULIDADE. IRREGULARIDADES FORMAIS. As irregularidades, incorreções ou omissões que não digam respeito à autoridade incompetente ou a despachos e decisões proferidos com preterição do direito de defesa não importarão em nulidade e nem serão sanadas quando não resultarem em prejuízo ao sujeito passivo ou quando não influírem na solução do litígio.
CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA, INOCORRÊNCIA.
Considera-se suficiente ao exercício do direito de defesa o relatório produzido pela Equipe Especial de Fiscalização, que, após o exame dos elementos disponibilizados à Receita Federal, reproduz as operações financeiras em que a contribuinte figura como ordenante.
IRPJ-IRRF E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. PRAZO DECADENCIAL, DOLO FRAUDE OU SIMULAÇÃO.
A existência de dolo, fraude ou simulação na conduta do contribuinte impõe que o termo inicial do prazo decadencial de 5(cinco) anos para constituição de créditos referentes ao IRPJ, submetido a lançamento por homologação, seja deslocado da ocorrência do fato gerador para o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento já poderia ter sido efetuado.
PRESUNÇÃO SIMPLES - PROVA INDICIARIA - ILEGITIMIDADE
PASSIVA, A prova indiciaria é meio idôneo admitido em Direito, quando a sua formação está apoiada em ma concatenação lógica de fatos, que se constituem em indícios precisos, "econômicos" e convergentes.
ORIGEM DA PROVA EVIDÊNCIA CIRCUNSTANCIAL INCOMPATIBILIDADE COM PROVA "PLANTADA - O argumento de que a prova teria sido "plantada- não se compatibiliza com a situação em que a prova foi colhida de maneira circunstancial sem qualquer controle por parte de alguém, mormente onde as autoridades envolvidas tomaram todas as cautelas de segurança necessárias.
OMISSÃO DE RECEITAS - FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE PAGAMENTOS. RECURSOS ESTRANHOS À CONTABILIDADE REMESSA DE NUMERÁRIO PARA O EXTERIOR.
A falta de escrituração de pagamentos sob a forma remessa de numerário para o exterior', comprovadamente de autoria da empresa autuada, autoriza a presunção legal de que tenham sido efetuados com recursos mantidos à margem da escrituração contábil, caracterizando omissão de receitas. A constatação da ocorrência de remessa de numerário para o exterior que não consta da escrituração caracteriza omissão de receita.
IMPOSTO DE RENDA NA FONTE SOBRE PAGAMENTOS A BENEFICIÁRIOS NÃO IDENTIFICADOS / PAGAMENTOS SEM CAUSA.
Ficam sujeitos à incidência do imposto de renda exclusivamente na fonte, a alíquota de trinta e cinco por cento, além de quaisquer pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a beneficiário não identificado, também os pagamentos efetuados ou recursos entregues a terceiros ou sócios, contabilizados ou não, quando não for comprovada a operação ou a sua causa.
MULTA DE OFÍCIO - QUALIFICAÇÃO - EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE - presente o evidente intuito de fraude a que se manter a qualificação da multa de oficio aplicada.
TRIBUTAÇÃO REFLEXA. Estende-se aos lançamentos decorrentes, no que couber, a decisão prolatada no lançamento matriz, em razão da íntima relação de causa e efeito que os vincula.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, negar provimento ao recurso, nos seguintes termos: a) pelo voto de qualidade, rejeitar a preliminar nulidade por erro de sujeição passiva, vencidos os Conselheiros Alexandre Antonio Alkmin Teixeira, Maurício Pereira Faro e Karem Jureidini Dias; b) por maioria de votos, afastar a decadência, vencidos os conselheiros Alexandre Antônio Alkmin Teixeira e Karem Jureidini Dias, que acolhiam parcialmente a
decadência pelo art. 150, § 4° do CTN; e e) no mérito, pelo voto de qualidade, negar provimento ao recurso, vencidos os Conselheiros Alexandre Antonio Alkimin Teixeira,
Maurício Pereira Faro e Karem Jureidini Dias, no tocante ao IRRF e à qualificação da multa, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. O Conselheiro Alexandre Antonio Alkimin Teixeira apresentará declaração de voto.
--
Processo n° 19515.001038/2007-11
Recurso n° 167.178 Voluntário
Acórdão n° 1401-00.258 - 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 08 de julho de 2010
Matéria IRPJ/Reflexos
Recorrente LUGANO RESOURCES DO BRASIL S/C LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Ano-calendário: 2001, 2002
Ementa: NULIDADE. IRREGULARIDADES FORMAIS, As irregularidades, incorreções ou omissões que não digam respeito à autoridade incompetente ou a despachos e decisões proferidos com preterição do direito de defesa não importarão em nulidade e nem serão sanadas quando não resultarem em prejuízo ao sujeito passivo ou quando não influírem na solução do litígio.
CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA, INOCORRÊNCIA.
Considera-se suficiente ao exercício do direito de defesa o relatório produzido pela Equipe Especial de Fiscalização, que, após o exame dos elementos disponibilizados à Receita Federal, reproduz as operações financeiras em que a contribuinte figura como ordenante.
IRPJ-IRRF E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. PRAZO DECADENCIAL. DOLO FRAUDE OU SIMULAÇÃO.
A existência de dolo, fraude ou simulação na conduta do contribuinte impõe que o termo inicial do prazo decadencial de 5(cinco) anos para constituição de créditos referentes ao IRPJ, submetido a lançamento por homologação, seja deslocado da ocorrência do fato gerador para o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento já poderia ter sido efetuado.
PRESUNÇÃO SIMPLES - PROVA INDICIARIA - ILEGITIMIDADE
PASSIVA, A prova indiciaria é meio idôneo admitido em Direito, quando a sua formação está apoiada em ma concatenação lógica de fatos, que se constitui em indícios precisos, "econômicos" e convergentes.
ORIGEM DA PROVA. EVIDÊNCIA CIRCUNSTANCIAL INCOMPATIBILIDADE COM PROVA "PLANTADA" - O argumento de que a prova teria sido "plantada- não se compatibiliza com a situação em que a prova foi colhida de maneira circunstancial sem qualquer controle por parte de alguém, mormente onde as autoridades envolvidas tomaram todas as cautelas de segurança necessárias.
OMISSÃO DE RECEITAS - FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE PAGAMENTOS. RECURSOS ESTRANHOS À CONTABILIDADE REMESSA DE NUMERÁRIO PARA O EXTERIOR.
A falta de escrituração de pagamentos sob a forma remessa de numerário para o exterior, comprovadamente de autoria da empresa autuada, autoriza a presunção legal de que tenham sido efetuados com recursos mantidos à margem da escrituração contábil, caracterizando omissão de receitas. A constatação da ocorrência de remessa de numerário para o exterior que não consta da escrituração caracteriza omissão de receita.
IMPOSTO DE RENDA NA FONTE SOBRE PAGAMENTOS A BENEFICIÁRIOS NÃO IDENTIFICADOS / PAGAMENTOS SEM CAUSA.
Ficam sujeitos à incidência do imposto de renda exclusivamente na fonte, a alíquota de trinta e cinco por cento, além de quaisquer pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a beneficiário não identificado, também os pagamentos efetuados ou recursos entregues a terceiros ou sócios, contabilizados ou não, quando não for comprovada a operação ou a sua
causa.
MULTA DE OFÍCIO - QUALIFICAÇÃO - EVIDENTE INTUITO DE FRAUDE - Presente o evidente intuito de fraude a que se manter a qualificação da multa de oficio aplicada.
TRIBUTAÇÃO REFLEXA. Estende-se aos lançamentos decorrentes, no que couber, a decisão prolatada no lançamento matriz, em razão da íntima relação de causa e efeito que os vincula.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acorda, membros do Colegiado em negar provimento ao recurso, nos seguintes termos: a) pelo voto de qualidade, rejeitar a preliminar nulidade por MO de sujeição passiva, vencidos os Conselheiros Alexandre Antonio Alkimin Teixeira, Maurício Pereira Faro e Karem Jureidini Dias; b) por maioria de votos, afastar a decadência, vencidos os conselheiros
Alexandre Antônio Alkmin Teixeira e Karem Jureidini Dias, que acolhiam parcialmente a decadência pelo art. 150, § 4° do CTN; e c) no mérito, pelo voto de qualidade, negar provimento ao recurso, vencidos os Conselheiros Alexandre Antonio Alkimin Teixeira, Maurício Pereira Faro e Karem Jureidini Dias, no tocante ao IRRF e à qualificação da multa, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. O Conselheiro Alexandre Antonio Alkimin Teixeira apresentará declaração de voto.
--
Processo n° 19515.003879/2003-21
Recurso n° 164.804 Voluntário
Acórdão n° 1401-00.269 - 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 09 de julho de 2010
Matéria Omissão de Receitas/Glosa de Despesas
Recorrente GPV COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
PRAZO DECADENCIAL PARA O FISCO CONSTITUIR O CRÉDITO TRIBUTÁRIO - Nos casos de lançamento por homologação, o prazo decadencial para o fisco constituir o crédito tributário via lançamento de oficio, começa a fluir a partir da data do fato gerador da obrigação tributária, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, caso em que o prazo começa a fluir a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
DESPESAS - COMPROVAÇÃO - DEDUTIBILIDADE.
As despesas operacionais admitidas são as usuais ou normais no tipo de transações, operações ou atividades da empresa. Não há, na legislação do Imposto de Renda, exigência de documentação préestabelecida a fim de se comprovar a dedutibilidade do gasto. A empresa deve fazer prova da ocorrência do gasto e que estes preenchem os requisitos da necessidade, normalidade e usualidade.
OMISSÃO DE RECEITAS - INCIDÊNCIA DE PIS E COFINS - RECEITAS OPERACIONAIS - A legislação estabelece que, caso o contribuinte não tenha êxito na comprovação tanto da efetividade da entrega do numerário na integralização do capital social quanto da origem dos recursos utilizados para aquisição de bens e direitos, presume-se que tais recursos provêm de receitas omitidas. A origem da presunção não pode ser confundida com a origem da própria receita omitida. O suprimento de caixa e a falta de escrituração de aquisições de bens e direitos foram os fatos que descortinaram a omissão de receitas auferidas anteriormente. Portanto, para desconsiderar a incidência de PIS E COFINS sobre as receitas omitidas, caberia ao contribuinte (sujeita à apuração do IR pelo lucro presumido) demonstrar que a receita omitida não fora auferida por meio de atividades operacionais (faturamento).
MULTA ABUSIVA E CONFISCATORIA - INCONSTITUCIONALIDADE - Conforme súmula n° 2 do antigo 1° Conselho de Contribuintes: O Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lê tributária.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SELIC - Conforme Súmula CARF' n° 4, a partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórias incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no penado de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.

Recurso voluntário negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em acolher parcialmente a decadência para excluir os 3 primeiros trimestres de 1998, quanto ao IRPJ e CSLL e até novembro de 1998, quanto ao PIS e à COFINS e, quanto ao mérito, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

--

Processo n° 18471.001721/2002-26
Recurso n° 160.320 Voluntário
Acórdão n° 1804-00.009 - 4ª Turma Especial
Sessão de 18 de março de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente ARBI RIO INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA.
Recorrida 5 ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I

DECADÊNCIA. LANÇAMENTO ANULADO POR VÍCIO FORMAL.

O direito de proceder a novo lançamento extingue-se após cinco anos da data em que se tomar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado, na forma do inciso II do artigo 173 do CTN.

DIFERENÇA DE CM IPC/BTN CALCULADA SOBRE PREJUÍZOS FISCAIS. DEDUTIBILIDADE, PRAZO E CONDIÇÕES. Se o contribuinte antecipa a dedução da diferença de correção monetária entre o IPC e o BTNF e não restaram comprovados os efeitos da postergação, resta indevidamente reduzido o resultado do período em que a despesa foi antecipada.

MULTA DE OFÍCIO. Não caberá lançamento de multa de oficio na constituição do crédito tributário destinada a prevenir a decadência, relativo a tributos e contribuições de competência da União, cuja exigibilidade houver sido suspensa por liminar em medida cautelar.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, para excluir a multa de ofício, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente, justificadamente a Conselheira Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira.

--

Processo n° 16327.003874/2003-27
Recurso n° 160.831 Voluntário
Acórdão n° 1804-00.017 - 4ª Turma Especial
Sessão de 18 de março de 2009.
Matéria IRPJ
Recorrente CREDIBANCO S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.
Recorrida 8 ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I

INCENTIVOS FISCAIS, PERC, COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL.

Comprovada a regularidade fiscal no curso do processo administrativo, deve ser afastada a preliminar de impossibilidade de deferimento do incentivo fiscal com fulcro no art. 60 da Lei n° 9.069/1995, devendo a repartição de origem prosseguir a análise do mérito do pedido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente, justificadamente a Conselheira Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira.

--

Processo n° 19647.000879/2003-73
Recurso n° 161.910 Voluntário
Acórdão n° 1804-00.019 - 4ª Turma Especial
Sessão de 18 de março de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente TINTAS CORAL LTDA. (SUCESSORA DE TINTAS CORAL DO NORDESTE S/A)
Recorrida 4 ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE

DECADÊNCIA. LANÇAMENTO ANULADO POR VÍCIO FORMAL.

O direito de proceder a novo lançamento extingue-se após cinco anos da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado, na forma do inciso II do artigo 17.3 do CTN.

ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA. REDUÇÃO PARA INVESTIMENTO

Inadmissível a inclusão do adicional do Imposto sobre a Renda no cálculo do incentivo fiscal de redução por reinvestimento.

JUROS DE MORA, TRD, O § 1° do art. 10 da IN .32/97 autoriza a revisão dos créditos constituídos, ainda que estejam sendo pagos parceladamente, na parte relativa à exigência da Taxa Referencial Diária - TRD, como juros de mora, no período compreendido entre 4 de fevereiro a 29 de julho de 1991.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito dar provimento parcial ao recurso, para excluir os juros calculados com base na TRD no período de 4/02 a 29/07/1991, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente, justificadamente a Conselheira Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueir.

--

Processo n° 10935.003811/2004-15
Recurso n° 163.511 Voluntário
Acórdão n° 1804-00.030 - 4ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria SIMPLES
Recorrente BASSO E GRIGIO LTDA.
Recorrida 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR

MULTA DE OFICIO ISOLADA, COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA. RETROATIVIDADE BENIGNA.

O dispositivo legal que estabelecia a imposição de multa isolada em decorrência do indeferimento de compensação na hipótese em que não caracterizado o evidente intuito de fraude deixou de vigorar no período de vigência da Lei n° 11.051 de 2004. Lançamento improcedente ante a aplicação do princípio da retroatividade benigna.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente, justificadamente, a Conselheira Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira.

--

Processo n° 19515.002960/2004-74
Recurso n° 162.640 Voluntário
Acórdão n° 1402- 00.019 - 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 28 de julho de 2009
Matéria SIMPLES - Ex.: 2000
Recorrente GIANT TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA.
Recorrida TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I
Assunto: Processo Administrativo Fiscal
Ano-calendário: 1999
Ementa: MPF. IRREGULARIDADE. INOCORRÊNCIA.

Na hipótese em que infrações apuradas, em relação a tributo ou contribuição contido no MPF-F ou no MPF-E, também configurarem, com base nos mesmos elementos de prova, infrações a normas de outros tributos ou contribuições, estes serão considerados incluídos no procedimento de fiscalização, independentemente de menção expressa.

NULIDADE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA DESCABIMENTO.

Descabe falar em cerceamento do direito de defesa quando demonstrado que o sujeito passivo recebeu cópia de todos os documentos que embasaram a apuração da exigência.

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
Ano-calendário: 1999
Ementa: DECADÊNCIA, PRAZO.

O prazo para a Fazenda Pública constituir o crédito tributário referente aos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, como é o caso do IRPJ e do PIS, extingue-se em 5 (cinco) anos contados da ocorrência do fato gerador, conforme disposto no art. 150, § 4°, do CTN. Essa regra aplica-se também à CSLL e à Cofins por força da Súmula n° 8 do STF.

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica IRPJ
Ano-calendário: 1999
Ementa:DEPÓSITO BANCÁRIO. OMISSÃO DE RENDIMENTOS.

Caracterizam omissão de rendimentos valores creditados em conta bancária mantida junto a instituição financeira quando o contribuinte, regularmente intimado, não comprova, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações, nos termos do art. 42 da Lei n° 9.430, de 1996

JUROS DE MORA. TAXA SELIC.

A partir de 1° de abril e 1995, os juros de mora incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais. (Súmula 1' CC n° 4).

Assunto: Outros Tributos ou Contribuições
Ano-calendário: 1999
Ementa: CSLL, PIS, COFINS.

Aplicam-se aos lançamentos tidos como decorrentes o resultado do julgamento referente ao tributo principal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade votos, rejeitar as preliminares de nulidade, acolher a argüição de decadência para os meses de janeiro a novembro de 1999, inclusive; e: no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

--

Processo n° 10680.004816/2005-77
Recurso n° 151.497 Voluntário
Matéria CSLL - ANO-CALENDÁRIO: 2002
Acórdão n° 1401-00.014
Sessão de 11 de março de 2009
Recorrente INSTITUTO HERMES PARDINI LTDA.
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG
MINISTÉRIO DA FAZENDA

EMENTA: NULIDADE DO LANÇAMENTO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES DO ART. 59, DO DECRETO N° 70.235/72.

O respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, assim como a prática do ato por autoridade competente afastam o pretendido reconhecimento de nulidade do lançamento.

CSLL COISA JULGADA. ALCANCE, DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE.

Superveniente declaração de constitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle de constitucionalidade de leis autoriza a exigência da CSLL e afasta os efeitos da coisa julgada para fatos geradores futuros.

MULTA. CARÁTER CONFISCATÓRIO INCOMPETÊNCIA. SÚMULA n° 2, do 1° CC.

- Sumulado o entendimento quanto à incompetência do Primeiro Conselho de Contribuintes para se pronunciar sobre constitucionalidade de norma tributária. TAXA SELIC. SÚMULA n° 4, do 1°CC.

Nos exatos termos da Súmula n° 4, do 1° CC, os juros moratórios devem ser calculados com base na Taxa SELIC.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

--

Processo n° 10580.000673/2007-14
Recurso n° 16.3.855 Voluntário
Acórdão n° 1401-00.253 - 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 08 de julho de 2010
Matéria Lucro Presumido
Recorrente IMAGO INSTITUTO DE MASTOLOGIA E GINECOLOGIA DA BAHIA
S/C LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
SOCIEDADE CIVIL PRESTADORA DE SERVIÇOS DE RADIOLOGIA.

LUCRO PRESUMIDO. ALIQUOTA DE 32%.

Na exegese do art. 15, §1°, III, "a", da Lei n° 9.249/95, a alíquota de 8% para determinação do lucro presumido só é aplicável aos estabelecimentos prestadores de serviços hospitalares constituídos por empresários ou sociedades empresárias. Às sociedades civis prestadoras de serviços médicos aplica-se a alíquota de 32%. Precedentes do Conselho de Contribuintes e do Superior Tribunal de Justiça.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, negar provimento ao recurso voluntário, nos seguintes termos: a) por unanimidade de votos, em relação ao débito de PIS; b) pelo voto de qualidade, em relação à tributação do lucro presumidos vencidos os Conselheiros Alexandre Antonio Alkmim Teixeira (Relatar), Maurício Pereira Faro e Karem Jureidini Dias, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Fernando Luiz Gomes de Mattos.

--

Processo n° 13629.001658/2007-88
Recurso n° 167179 Voluntário
Acórdão n° 1401-0081 - 4 ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de julho de 2009
Matéria IRPJ e OUTRO - Ex.: 2006
Recorrente C&G GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA
Recorrida 2ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
Ano-calendário: 2005
Ementa: PROVAS. DESCONSIDERAÇÃO DE DESPESAS. ÔNUS DA PROVA. Se a apuração do IRPJ é feita com base na escrita da empresa, sem glosa de despesas, não cabe meramente alegar que documentos de despesas não foram considerados sem para tanto fazer a prova especifica dessa assertiva. A prova para não ser considerada mera infoiniação irrelevante deve ser bem articulada, descortinando-se a partir dela de &vila sucinta e objetiva todas as conexões existentes com a infração que se deseja infirmar. Esse ônus

não é do julgador, mas sim da recorrente.

MULTA DE LANÇAMENTO DE OFÍCIO - MULTA QUALIFICADA - A multa qualificada de 150% só tem lugar quando comprovado o evidente intuito de fraude ou dolo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para reduzir a multa de oficio para 75%, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

--

Processo n° 10675.003325/2004-05
Recurso n° 163.433 Voluntário
Acórdão n° 1401-00.121 - 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 05 de novembro de 2009
Matéria IRPJ - ANO-CALENDÁRIO: 2001, 2002
Recorrente CULTIVA AGRONEGÓCIOS LTDA.
Recorrida 3 ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Ano-calendário: 2001, 2002

DIFERENÇA ENTRE O VALOR ESCRITURADO E O DECLARADO/PAGO. PROVA.

Deve ser mantido o lançamento quando o contribuinte deixa de apresentar prova capaz de refutar as diferenças expostas no trabalho fiscal.

PAES.RECOLHIMENTO. OPÇÃO. ESPONTANEIDADE. Não basta o simples recolhimento dos tributos em parcelamento incentivado utilizando o PAES A opção pelo PAES só se concretiza com a confissão dos débitos através da declaração PAES (instituída pela Portaria PGEN/SRF n° 3, de 01/09/2003) e no prazo referido na legislação infralegal correlata.

Descumpridos esses requisitos a espontaneidade não se faz presente. O fato de a norma eximir o contribuinte de informar débitos confessados anteriormente (DCTF e parcelamentos) na declaração PAES, não exime o interessado de fazer a própria Declaração Paes.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Ausente momentânea e justificadamente Karem Jureidini Dias.

--

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo n° 10925.002755/2005-93
Recurso n° 168.354 Voluntário
Acórdão n° 1401-00.288 - 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 04 de agosto de 2010
Matéria CSLL
Recorrente SADIA S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LIQUIDO CSLL
Ano-calendário: 2000
ATIVIDADE RURAL. DESCARACTERIZAÇÃO.
A aplicação de equipamentos e utensílios que contrastam com aqueles usualmente empregados nas atividades rurais descaracteriza a atividade de transformação de produtos decorrentes da atividade rural, para efeitos do imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro.
Líquido, devendo o registro dos rendimentos correspondentes constar como receitas da atividade geral.
MÚTUO COM PESSOA VINCULADA. RECEBIMENTO DE JUROS.
A pessoa jurídica mutuante domiciliada no Brasil deverá reconhecer como receita financeira correspondente à operação relativa ao recebimento de juros de pessoa vinculada, quando decorrentes de contrato não registrado no Banco Central do Brasil, no mínimo o valor calculado com base na taxa Libar, para depósitos em dólares dos Estados Unidos da América pelo prazo de seis meses, acrescida de três por cento anuais a título de spread, proporcionalizados em função do período a que se referirem os juros.
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Ano-calendário: 2000
DECADÊNCIA. PRAZO INICIAL DE CONTAGEM. APURAÇÃO EM HIPÓTESE DE LUCRO REAL. ANUAL, ESTIMATIVAS PAGAS NO CURSO DO ANO-CALENDÁRIO,
A partir da vigência da Lei n° 8.383/1991, o dies a quo para a contagem do prazo decadencial é o da ocorrência do fato gerador. Quando a empresa opta pelo Lucro Real anual, a estimativa é mera antecipação e o fato gerador coincide com o último dia do Ano-calendário.
ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Ano-calendário: 2000
CONSULTA ESCRITA EFEITOS.
A consulta escrita surte efeitos somente em relação à matéria informada pela consulente, que deve descrever completa e exatamente a hipótese a que se referir, para que estejam presentes os elementos necessários à sua solução.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, afastar a preliminar de decadência e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.
--
Processo n° 10880.009603199-94
Recurso n° 159.103 Voluntário
Acórdão n° 1804-00.007 - 4ª Turma Especial
Sessão de 18 de março de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente CIGNA BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-SÀO PAULO/SP I
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Exercício: 1999
Ementa:
CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA, NULIDADE.
A falta de apreciação pela autoridade julgadora de primeira instância de provas apresentadas na manifestação constitui preterição do direito de defesa da parte, ensejando a nulidade da decisão assim proferida, "ex vi" do disposto no art. 59, item II, do Decreto n° 70.235/72.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, afastar a questão relativa ao não conhecimento de prova e determinaram o retorno dos autos a DRJ de origem para que profira novo julgamento apreciando as provas acostadas na manifestação de inconformidade, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente, justificadamente a Conselheira Lavinja Moraes de Almeida Nogueira Junqueira.
--
Processo n° 19515.000097/2003-30
Recurso n° 159.146 Voluntário
Acórdão n° 1804-00.008 -4ª Turma Especial
Sessão de 18 de março de 2009
Matéria CSLL
Recorrente BENNATI DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-CANOINAS/SP
Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL
Exercício: 1999
Ementa: NULIDADE DO LANÇAMENTO - Não há que se falar em nulidade do auto de infração, quando este foi lavrado por autoridade competente, com observância de todos os requisitos previstos no art. 10 do Decreto n° 70.235/1972. Atendidos todos os requisitos formais, somente ensejam nulidade os atos e termos lavrados por pessoa incompetente, os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de ampla defesa, hipóteses essas que se encontram ausentes nos presentes autos.
FALTA DE RECOLHIMENTO DA CSLL - Se do confronto da escrituração da contribuinte forem apurados declaração e recolhimento a menor da contribuição devida, correto é o lançamento para a formalização da exigência.
TAXA SELIC, SÚMULA 1° CC N° 4.
A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente, justificadamente a Conselheira Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira.
--
Processo n° 10830.00.36.36/2004-26
Recurso n° 161.188 Voluntário
Acórdão n° 1804-00.018 - 4ª Turma Especial
Sessão de 18 de março de 2009
Matéria COFINS
Recorrente INSTITUTO GRAMENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/C LTDA.
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP
Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins
Exercício: 2000, 2001, 2002, 2003
Ementa: SIMPLES. EXCLUSÃO. EFEITOS. A exclusão do SIMPLES surtirá efeito a partir do mês subseqüente àquele em que se proceder à exclusão de ofício.
TAXA SELIC. SÚMULA 1° CC 4.
A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.
MULTA DE 75%, PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE DO PIS.
INCONSTITUCIONALIDADE.
O Primeiro Conselho de Contribuintes não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente, justificadamente a Conselheira Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira.
--
Processo n° 10850.001930/2004-65
Recurso n° 162.504 Voluntário
Acórdão n° 1804-00.020 - 4ª Turma Especial
Sessão de 18 de março de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente HALL MOTORS LTDA.
Recorrida 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRAÃO PRETO/SP
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA Jurídica IRPJ
Exercício: 2000
GLOSA DE PREJUÍZOS COMPENSADOS INDEVIDAMENTE. SALDO
DE PREJUÍZOS INSUFICIENTES.
É válido o lançamento decorrente de glosa de prejuízos compensados quando comprovadamente excederam ao saldo de prejuízos existente.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente, justificadamente a Conselheira Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira.
--
Processo n° 16327.003494/200.3-92
Recurso n° 159.014 Voluntário
Acórdão n° 1804-00.027 - 4 ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente BANCO BNL DO BRASIL S/A
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 1999
DESPESAS DE PROPAGANDAS.
São admitidos, como despesas de propaganda, desde que diretamente relacionados com a atividade explorada pela empresa, as despesas pagas a quaisquer empresas, inclusive de propaganda, desde que sejam registradas como contribuintes do imposto de renda e mantenham escrituração regular.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatado e votos que integram o presente julgado.
--
Processo n° 10280.004535/2005-27
Recurso n° 160.630 Voluntário
Acórdão n° 1804-00028 - 4ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente EDICOURO REPRESENTAÇÕES LTDA.
Recorrida 1ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA
NULIDADE DO LANÇAMENTO. Não há que se falar em nulidade do auto de infração, quando este foi lavrado por autoridade competente, com observância de todos os requisitos previstos no art, 10 do Decreto n° 70.235/1972. Atendidos todos os requisitos formais, somente ensejam nulidade os atos e termos lavrados por pessoa incompetente, os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de ampla defesa, hipóteses essas que se encontram ausentes nos presentes autos.
MPF. IRREGULARIDADES, INOCORRÊNCIA, Rejeitam-se os argumentos sobre possíveis irregularidades na emissão do MPF se o referido documento foi emitido de acordo com as normas estabelecidas pela Receita Federal.
AUTO DE INFRAÇÃO. CONSIDERAÇÃO DOS VALORES DECLARADOS, Comprovado que no cálculo do tributo devido foram considerados os valores declarados, -deve ser integralmente mantida a exigência.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, afastar as preliminares de nulidade e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado, Ausente, justificadamente a Conselheira Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira.
--
Processo n° 10725.000448/2004-43
Recurso n° 162.453 Voluntário
Acórdão n° 1804-00.029 - 4ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente COOPERATIVA DE CONSUMO DOS MOTORISTAS DE ITAOCARA LTDA.
Recorrida 9ª TURMA/DRJ-RIO DE .JANEIRO/RJ I
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA IRPJ
Ano-calendário: 1999
COOPERATIVA DE CONSUMO. ISENÇÃO, INEXISTÊNCIA.
Por determinação legal, não se albergam no manto da isenção tributária as atividades inerentes às cooperativas de consumo.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.
--
Processo n° 10480.002807/2003-36
Recurso n° 160.119 Voluntário
Acórdão n° 1804-00.035 - 4ª Turma Especial
Sessão de 19 de março de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente MOINHO RECIFE S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
Recorrida 5ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE
ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Exercício: 1991
ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA, REDUÇÃO PARA INVESTIMENTO.
Inadmissível a inclusão do adicional do Imposto sobre a Renda no cálculo do incentivo fiscal de redução por reinvestimento.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente, justificadamente a conselheira Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira.
--
Processo n° 18471.000624/2004-88
Recurso n° 162.356 Voluntário
Acórdão n° 1804-00.043 - 4ª Turma Especial
Sessão de 25 de maio de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS
Recorrente NOVECAR LEGRAND COMÉRCIO AUTOMOTIVO LTDA.
Recorrida 5ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica IRPJ
Exercício: 2001
Ementa: IRPJ - PASSIVO FICTÍCIO - A existência, no passivo, de obrigações inexistentes, caracteriza a presunção de omissão de receitas.
LANÇAMENTO - ÔNUS DA PROVA - realizado o lançamento com a observância de todas as normas legais, é incumbência do contribuinte provar o seu direito, devendo suas alegações ser acompanhadas de documentos hábeis e idôneos a demonstrar a verdade dos fatos.
CSLL, PIS e COFINS - TRIBUTAÇÃO REFLEXA - Tendo em vista a íntima relação de causa e efeito que possuem com o lançamento principal, a decisão proferida em relação ao IRPJ deve ser estendida às exigências reflexas.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os Membros da Quarta Câmara, Quarta Turma Especial da Primeira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. A Conselheira Selene Ferreira de Moraes apresentará declaração de voto.
--
Processo n° 10830.006252/00-15
Recurso n° 150.684 Voluntário
Acórdão n° 1103410.002 - 1ª Câmara / 3ª Turma Ordinária
Sessão de 29 de julho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente MAGNETTI MARELLI DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Recorrida 4ª TURMA DRJ CAMPINAS
ASSUMO: IMPOSTOO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Exercício: 2000
IRPJ. SALDO NEGATIVO. RESTITUIÇÃO ERRO NO PREENCHIMENTO DA DIRF, INCLUSÃO DE VALORES QUE NÃO CONSTITUÍAM RECEITA DO CONTRIBUINTE. DILIGÊN-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CIA. CORREÇÃO. COMPROVAÇÃO DO CONTRIBUINTE DA NATUREZA DOS VALORES ERRONEAMENTE INDICADOS (PAGAMENTO DE CONTRATOS DE MÚTUO), VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE SALDO A RESTITUIR PROVIMENTO DO RECURSO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 13899.001089/99-74
Recurso nº 145.840 Voluntário
Acórdão nº 1103-00.011 - 1ª Câmara / 3ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de julho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE. COSMÉTICOS NATURA LTDA.
Recorrida 4ª TURMA DRJ CAMPINAS

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA IRPJ

Exercício: 1995, 1996, 1997, 1998, 1999

IRRI, SALDO CREDOR, PEDIDO DE RESTITUIÇÃO, CONSIDERAÇÃO DOS VALORES RETIDOS A TITULO DE IRRF, RECUSA DA ADMINISTRAÇÃO, AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DOS COMPROVANTES DE. RETENÇÃO.

Tendo o contribuinte acostado aos autos os extratos bancários que comprovam a retenção na fonte do IRPJ, preferiu a autoridade julgadora, desconsiderá-los, sob o argumento de essencialidade da apresentação de "comprovantes" de retenção.

DILIGÊNCIA. COMPROVAÇÃO DA RETENÇÃO, INFORMAÇÃO DAS FONTES PAGADORAS EM DIRF. OBRIGATORIEDADE DA CONSIDERAÇÃO DOS VALORES RETIDOS NO CÁLCULO DA RESTITUIÇÃO.

Comprovado o recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pelas informações prestadas pelas fontes pagadoras nas respectivas DIRFS, é direito do contribuinte a consideração dos valores como crédito no procedimento de apuração do saldo negativo do Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Tendo a Administração se omitido de levar em consideração dos valores do IRRF quando da análise do pedido de restituição, deve ser refeito o procedimento para contabilização dos valores do IRRF apurados em diligência.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 16327.001528/00-91
Recurso nº 155.127 Voluntário
Acórdão nº 1103-00.012 - 1ª Câmara / 3 ª Turma Ordinária
Sessão de 30 de julho de 2009
Matéria IRPJ E OUTROS
Recorrente BANCO ABC BRASIL S.A.
Recorrida 10 ª TURMA DRJ SÃO PAULO

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Exercício: 199.3, 1994

RECURSO VOLUNTÁRIO, ANISTIA. LEI 9779-99. INCOMPETÊNCIA DESSE COLEGIADO, NÃO CONHECIMENTO. Tendo em vista reiterado posicionamento, essa Egrégia Turma não é competente para apreciar matéria referente a anistia.

RECURSO VOLUNTÁRIO, INADMISSÃO NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE FORMALIZAÇÃO DE GARANTIA RECURSAL, INCONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE, CONHECIMENTO DO RECURSO.

Declarada pelo Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade da norma que exigia a formalização de garantia de instância para o trânsito dos recursos voluntários, declaração esta com efeitos ex time, faz-se mister, diante da permanência do processo, restabelecer a instância suprimida por força do descumprimento da obrigatoriedade de formalização de garantia.

IRPJ. GLOSA DE DESPESAS. OBRIGATORIEDADE DE. RECOMPOSIÇÃO DO LUCRO TRIBUTÁVEL.

Verificando a autoridade lançadora a indedutibilidade de determinada despesa, o lançamento de oficio não pode ser formalizado por aplicação direta das alíquotas dos tributos sobre o montante isolado da glosa, sendo obrigatória a recomposição do lucro do período de apuração, procedendo a autoridade lançadora ao cálculo do montante tributável, sem a inclusão da despesa ou custo glosado.

Não se justifica o tratamento isolado das despesas glosadas, fazendo sobre elas incidir o IRPJ e a CSLL, desconsiderando a autoridade lançadora o procedimento de apuração do resultado do exercício (cotejo entre receitas e despesas dedutíveis).

--

Processo nº 11610.007837/2003-56
Recurso nº 340.411
Acórdão nº 1101-00.262 - 1 ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 07/04/2010
Matéria SIMPLES
Recorrente Mercado .Jolimp Ltda. ME
Recorrida DRJ em São Paulo I

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 2000

SIMPLES. DÉBITOS PERANTE A PGFN. FALTA DE INDICAÇÃO DE REQUISITOS ESSENCIAIS NO ATO DE EXCLUSÃO. NULIDADE. SÚMULA 22 DO CARF.

É nulo o ato declaratório de exclusão do Simples que se limite a consignar ai existência de pendências perante a Dívida Ativa da União ou do INSS, sem ai indicação dos débitos inscritos cuja exigibilidade não esteja suspensa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado por unanimidade de votos, declarar a nulidade do ato declaratório de exclusão do simples, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 13002.000345/2003-46
Recurso nº 339.927 Voluntário
Acórdão nº 1101-00.263 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 07/04/2010
Matéria SIMPLES
Recorrente Fios & Nós Indústria de Confecções Ltda.
Recorrida DRJ em Porto Alegre

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 1997 a 2001

SIMPLES. INCLUSÃO RETROATIVA

Demonstrada a intenção da pessoa jurídica em entrar e permanecer ira sistemática do SIMPLES deve-se admitir a sua opção retroativa, ainda que a contribuinte não a tenha feito ao seu tempo, pois se comportou como integrante daquele regime tributário.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para admitir a inclusão retroativa da contribuinte no simples, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 11610.009202/2003-14
Recurso nº 338.366 Voluntário
Acórdão nº 1101-00.264 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 07/04/2010
Matéria SIMPLES
Recorrente Tmpet Serviços Ltda. ME
Recorrida DRJ em São Paulo I

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 1997 a 2001

SIMPLES, INCLUSÃO RETROATIVA, ATIVIDADE NÃO VEDADA. MANUTENÇÃO. ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

A pessoa jurídica que presta serviços de manutenção em geral e assistência técnica pode optar pelo Simples pois sua atividade não equivale aos serviços profissionais prestados por engenheiros.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para admitir a inclusão retroativa da contribuinte no simples, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10980.007237/2003-30
Recurso nº 164,123 Voluntário
Acórdão nº 1101-00.266 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 07 de abril de 2010
Matéria Auto de Infração - DCTF
Recorrente ÓTIMA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LIDA
Recorrida l ª Turma da DRJ/Curitiba

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Período de apuração: 01/07/1998 a 30/09/1998, 01/10/1998 a 31/12/1998

DCTF REVISÃO INTERNA. COMPENSAÇÃO COM DARF. ERRO NO PREENCHIMENTO DA DCTF. Ausente outra motivação cancela-se a exigência ante as evidências de que a contribuinte errou ao apontar o recolhimento que originou o indébito utilizado em compensação.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso e cancelar a exigência, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10980.007380/2005-93
Recurso nº 139.766 Voluntário
Acórdão nº 1101-00.267 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 07 de abril de 2010
Matéria Multa por Atraso na Entrega de DCTF
Recorrente JOSÉ HAMILTON ALBERTON ME
Recorrida 6 ª Turma da DRJ/Curitiba

Assunto: Normas de Administração Tributária

Exercício: 2003

Multa por Atraso na Entrega da Declaração. DCTF.

É cabível a exigência de multa por atraso na entrega de DCTF, visto que o instituto da denúncia espontânea não alberga a prática de ato puramente formal (precedentes do STJ, dos Conselhos de Contribuinte e da CSRF).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso e manter a exigência, nos termos do relataria e votos que integram o presente julgado.

--

Processo nº 11610.009203/2003-51
Recurso nº 338.174 Voluntário
Acórdão nº 1101-00.268 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 08/04/2010
Matéria SIMPLES
Recorrente Mecatec Serviços Técnicos Ltda.
Recorrida DRJ em São Paulo I

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 2000 a 2002

SIMPLES. INCLUSÃO RETROATIVA ATIVIDADE NÃO VEDADA, MANUTENÇÃO. ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

A pessoa jurídica que presta serviços de assistência técnica em máquinas e equipamentos pode optar pelo Simples pos sua atividade não equivale aos serviços profissionais prestados por engenheiros.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para admitir a inclusão retroativa da contribuinte no simples, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 11962.000051/2007-64
Recurso nº 342.553 Voluntário
Acórdão nº 1101-00.269 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 08/04/2010
Matéria SIMPLES
Recorrente Sabor Fino Comércio e Indústria Ltda.
Recorrida DRJ no Rio de Janeiro I

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 2003

SIMPLES EXCLUSÃO.

Desde a Medida Provisória nº 2158-35, de 2001, é possível a exclusão retroativa de a pessoa jurídica cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa e a receita bruta global ultrapassa o limite estabelecido em lei.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso para manter a exclusão da contribuinte no simples, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 13005.000300/2004-22
Recurso nº 340.451 Voluntário
Acórdão nº 1101-00.270 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de OS/0412010
Matéria SIMPLES
Recorrente Paulo César Paz e Cia. Ltda.
Recorrida DRJ em Santa Maria (RS)

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 2003

SIMPLES, POSSIBILIDADE DE OPÇÃO SERVIÇOS DE ATERRO DAS MOVIMENTAÇÃO DE TERRA.

A pessoa jurídica que preste serviços aterro e movimentação de terra, atendidos os requisitos legais, pode optar pelo Simples pois sua atividade não é a de construção de imóvel.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Ano-calendário: 2003

NULIDADE. INEXISTÊNCIA,

A decisão proferida por autoridade competente e sem preterir o direita defesa do contribuinte não é nula.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade e dar provimento ao recurso para cancelar a exclusão da contribuinte me, simples, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 10980.004516/2006-94
Recurso nº 144.717 Voluntário
Acórdão nº 1101-00.271 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 08 de abril de 2010
Matéria Exclusão do SIMPLES FEDERAL
Recorrente HOTEL ELO LTDA EPP
Recorrida 2 ª Turma da DRJ/Curitiba

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES

Ano-calendário: 2003

EXCLUSÃO DO SIMPLES EXCESSO DE RECEITA BRUTA GLOBAL.

Não podem optar pelo SIMPLES as pessoas jurídicas cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, e a receita bruta global ultrapasse o limite anual fixado em lei.

ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária (Súmula CARF nº 2).

EXCLUSÃO, RETROATIVIDADE, A exclusão do Simples pode operar efeitos retroativos à data da situação impeditiva, nos casos em que a lei assim prevê.

INGRESSO E/OU PERMANÊNCIA NO SIMPLES DIREITO ADQUIRIDO O ingresso ou a permanência no Simples é situação precária, sujeita à reapreciação da satisfação dos requisitos exigidos em Lei, seja pela própria contribuinte, seja pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade da decisão de 1° instância e negar provimento ao recurso para manter a exclusão do contribuinte do SIMPLES, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo n° 10980.007175/2004-47
Recurso n° 141.569 Voluntário
Acórdão n° 1101-00272 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 08 de abril de 2010
Matéria Exclusão do SIMPLES FEDERAL
Recorrente METALÚRGICA RODRIAÇO LTDA
Recorrida 2ª Turma da DRJ/Curitiba

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES

Ano-calendário: 2003

EXCLUSÃO DO SIMPLES. EXCESSO DE RECEITA BRUTA GLOBAL

Não podem optar pelo SIMPLES as pessoas jurídicas cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, e a receita bruta global ultrapasse o limite anual fixado em lei, ARGÜIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária (Súmula CARF n° 2).

EXCLUSÃO. RETROATIVIDADE, A exclusão do Simples pode operar efeitos retroativos à data da situação impeditiva, nos casos em que a lei assim prevê.

INGRESSO E/OU PERMANÊNCIA NO SIMPLES DIREITO ADQUIRIDO O ingresso ou a permanência no Simples é situação precária, sujeita à reapreciação da satisfação dos requisitos exigidos em Lei, seja pela própria contribuinte, seja pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso para manter a exclusão do contribuinte do simples, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo n° 13007.000188/2004-18
Recurso n° 171.876 Voluntário
Acórdão n° 1101-00.273 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 08/04/2010
Matéria SIMPLES
Recorrente Zero Grau Indústria Comércio e Assistência Técnica
Recorrida DRJ em Porto Alegre

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 2002

SIMPLES. EXCLUSÃO INDEVIDA, ATIVIDADE NÃO VEDADA. MANUTENÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

A pessoa jurídica que presta serviços de assistência técnica em máquinas e equipamentos pode optar pelo Simples pois sua atividade não equivale aos serviços profissionais prestados por engenheiros.

Vistos relatados os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso voluntário para cancelar a exclusão da contribuinte no simples, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo n° 13058.000668/2003-12
Recurso n° 340.542 Voluntário
Acórdão n° 1101-00.274 - 1ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária
Sessão de 08/04/2010
Matéria SIMPLES
Recorrente Atelier de Calçados M,B,M/L Ltda.
Recorrida DRJ em Porto Alegre

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 2002

SIMPLES EXCLUSÃO,

Desde a Medida Provisória n° 2158-35, de 2001, é possível a exclusão retroativa da pessoa jurídica cujo titular ou sócio participe com mais de 161% (dez por cento) do capital de outra empresa e a receita bruta global ultrapassa o limite estabelecido em lei.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Ano-calendário: 2002

NULIDADE, INEXISTÊNCIA.

Não é nulo ato de exclusão cuja descrição dos fatos é clara e suficiente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade e negar provimento ao recurso para manter a exclusão do contribuinte do Simples, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo n° 13122.000072/2006-16
Recurso n° 341.577 Voluntário
Acórdão n° 1101-00275 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 08/04/2010
Matéria SIMPLES
Recorrente Fernando de Oliveira Rodrigues
Recorrida DRJ em Brasília
Assunto: Processo Administrativo Fiscal
Ano-calendário: 1997 a 2005

NULIDADE. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO.

É nula a decisão baseada em uma percepção equivocada dos fatos constantes do processo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, acolher a preliminar de nulidade levantada pelo relator para anular o processo a partir e inclusive da decisão da DRF que inicialmente apreciou o pedido de inclusão retroativa da contribuinte no simples, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo n° 10980.005116/2004-34
Recurso n° 142.548 Voluntário
Acórdão n° 1101-00.276 - 1ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária
Sessão de 08 de abril de 2010
Matéria Exclusão do SIMPLES FEDERAL
Recorrente BAIAK. MOTOS LTDA.
Recorrida 2 ª Turma da DRJ/Curitiba

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES

Data do fato gerador: 01/07/2004

EXCLUSÃO DO SIMPLES. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. Não podem optar pelo SIMPLES as pessoas jurídicas que prestem serviços de representação comercial.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso para manter a exclusão do contribuinte do simples, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo n° 10980.006566/2004-44
Recurso n° 142.542 Voluntário
Acórdão n° 1101-00.277 - 1 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária
Sessão de 08 de abril de 2010
Matéria Exclusão do SIMPLES FEDERAL
Recorrente PRÓ-EVENTOS MATERIAL PROMOCIONAL LTDA.
Recorrida 2 ª Turma da DRJ/Curitiba

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES

Ano-calendário: 2002

EXCLUSÃO DO SIMPLES ASSESSORIA E PROMOÇÃO DE EVENTOS. Cancelam-se os efeitos do ato de exclusão se não há prova de que a pessoa jurídica presta serviços assemelhados à produção de espetáculos ou de consultor/publicitário.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para cancelar a exclusão do contribuinte do simples, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo n° 13133.000102/2005-84
Recurso n° 341.559 Voluntário
Acórdão n° 1101-00.278 - 1ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 09/04/2010
Matéria SIMPLES
Recorrente CPC Valongo Informática
Recorrida DRJ em Brasília (DF)

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 2002

SIMPLES, EXCLUSÃO. ATIVIDADE VEDADA. SERVIÇOS CONTÁBEIS.

A pessoa jurídica que presta serviços de contabilidade não pode optar pelo Simples pois sua atividade se equipara aos serviços profissionais prestados por contadores.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Ano-calendário: 2002

NULIDADE INEXISTÊNCIA.

Não é nulo acórdão da DRJ no qual tenham participado três julgadores Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de nulidade e negar provimento ao recurso para manter a exclusão do contribuinte Simples, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo n° 13227.000132/2007-11
Recurso n° 342.339 Voluntário
Acórdão n° 1101-00.279 - 1 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária
Sessão de 09/04/2010
Matéria SIMPLES
Recorrente Nilo Kleber Junior ME
Recorrida DRJ em Belém (PA)

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 2002

SIMPLES. EXCLUSÃO INDEVIDA. ATIVIDADE NÃO VEDADA. INSTALAÇÃO, REPARAÇÃO MANUTENÇÃO.

A pessoa jurídica que presta serviços de instalação, de reparos e manutenção em geral pode optar pelo Simples pois sua atividade não equivale aos serviços profissionais prestados por engenheiros.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso para cancelar a exclusão da contribuinte do Simples, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo n° 10943.000028/2005-73
Recurso n° 140.721 Voluntário
Acórdão n° 1101-00.280 - 1 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária
Sessão de 09 de abril de 2010
Matéria Exclusão do SIMPLES FEDERAL
Recorrente RMNA Assistência Técnica Comercial
Recorrida l ª Turma da DRJ/Campinas

ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES

Ano-calendário: 2002

EXCLUSÃO DO SIMPLES, ANALISTA DE SISTEMAS. Não podem optar pelo SIMPLES as pessoas jurídicas que prestem serviços profissionais de analista de sistemas,

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso para manter a exclusão do contribuinte do simples, nos termos de relatório e votos que integram o presente julgado.

--

Processo n° 10970.000346/2008-50
Recurso n° 816.147 Voluntário
Acórdão n° 1101-00.281 - 1 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária
Sessão de 09 de abril de 2010
Matéria Exclusão do SIMPLES FEDERAL
Recorrente AMERIAN SERVIÇOS ELETRÔNICOS DE PROTEÇÃO LTDA.
Recorrida 5 ª Turma da DR.J/Juiz de Fora

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES

Período de apuração: 26/01/2006 a 30/06/2007

EXCLUSÃO DO SIMPLES. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA.

Não podem optar pelo SIMPLES as pessoas jurídicas que prestem serviços de vigilância, assim também considerados aqueles realizados mediante monitoramento a distância de residências e estabelecimentos.

ATIVIDADE ADMITIDA NO SIMPLES NACIONAL RETROATIVIDADE. INADMISSIBILIDADE.

Não se cogita de aplicação retroativa de norma que altera as vedações à opção pelo SIMPLES, porque inexistente a subsunção a quaisquer das hipóteses previstas no artigo 106, do CTN, mormente quando a atividade é admitida no SIMPLES NACIONAL sem a concessão de isenção para contribuições previdenciárias.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso para manter a exclusão do contribuinte do simples, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado O conselheiro Alexandre Andrade de Lima Fonte Filho votou pelas conclusões.

--

Processo n° 1085500304-3/2006-43
Recurso n° 162.212 Voluntário
Acórdão n° 1202-00.083 - 2 ª Câmara / 2 ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de junho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente ALEADRI SCHINNI PARTICIPACÕES E REPRESENTACÕES LTDA.
Recorrida 1 ª turma DRJ Ribeirão Preto/SP
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Data do fato gerador: 30/11/2004, 31/12/2004
Ementa: OMISSÃO DE RECEITAS

Quando pagamentos são realizados com numerários a margens da contabilidade, presumi-se a omissão de receitas.

MULTA ISOLADA ESTIMATIVA

A falta recolhimento das estimativas após o encerramento do exercício, não sujeita a pessoa jurídica à penalidade da multa isolada.

Vistas, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Mário Sérgio Fernandes Barroso (Relatar) e Carmen Ferreira Saraiva (Suplente Convocada) que negavam provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Designado o Conselheiro Orlando José Gonçalves Bueno para redigir o voto vencedor.

--

Processo n° 1085500304-3/2006-43
Recurso n° 162.212 Voluntário
Acórdão n° 1202-00.083 - 2 ª Câmara / 2 ª Turma Ordinária
Sessão de 17 de junho de 2009
Matéria IRPJ
Recorrente ALEADRI SCHINNI PARTICIPACÕES E REPRESENTACÕES LTDA.
Recorrida 1 ª turma DRJ Ribeirão Preto/SP
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Data do fato gerador: 30/11/2004, 31/12/2004
Ementa: OMISSÃO DE RECEITAS

Quando pagamentos são realizados com numerários a margens da contabilidade, presumi-se a omissão de receitas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MULTA ISOLADA ESTIMATIVA

A falta recolhimento das estimativas após o encerramento do exercício, não sujeita a pessoa jurídica à penalidade da multa isolada.

Vistas, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Mário Sérgio Fernandes Barroso (Relatar) e Carmen Ferreira Saraiva (Suplente Convocada) que negavam provimento ao recurso, nos temos do relatório e voto que integram o presente julgado. Designado o Conselheiro Orlando José Gonçalves Bueno para redigir o voto vencedor.

--

Processo nº 16327.000353/2005-80
Recurso nº 151.344 Voluntário
Acórdão nº 1202-00.090 - 2 ª Câmara / 2 ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de junho de 2009
Matéria PIS/PASEP
Recorrente ITAU SEGUROS S.A.
Recorrida 10 ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - COMPETÊNCIA RATIONE MATERIAE - Compete à Segunda Seção de Julgamento do CARF julgar os recursos de oficio e voluntários de decisões de primeira instância sobre Pedidos de Restituição de Contribuição para o Programa de Integração Social.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os Membros do Colegiado, por unanimidade de votos, declinar da competência de julgamento em favor da Segunda Seção do CARF, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 11060.002943/2003-30
Recurso nº 158.025 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.635 - 2 ª Turma Especial
Sessão de 31 de agosto de 2010
Matéria IRPJ -Compensação Tributária
Recorrente PLANALTO TRANSPORTES LTDA.
Recorrida 1 ª TURMA/DRJ - SANTA MARIA/RS

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURiDICA !RNAno-calendário: 1994, 1995, 1996, 1997, 1998

SALDO NEGATIVO DE IRPJ - DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO PRAZO PARA A REPETIÇÃO DO INDÉBITO. DECADÊNCIA.

O art. 168, I, do Código Tributário Nacional - CTN assegura ao contribuinte o direito de pleitear a restituição de indébitos no prazo de cinco anos, contados da data da extinção do crédito tributário.. No caso de tributo sujeito a lançamento por homologação, a extinção ocorre no momento do pagamento antecipado de que trata o § 1° do art. 150 da referida Lei. Ultrapassado esse

prazo de cinco anos, tais créditos não podem mais ser restituídos ou compensados, uma vez que o direito à restituição encontra-se fulminado pela decadência.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS,. IRRF. RECOLHIMENTO. PRETENSÃO DE COMPENSAÇÃO DOS VALORES. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE FORMALIZAÇÃO ADEQUADA DO PEDIDO.

As aplicações financeiras de renda fixa ou de tenda variáveis estão sujeitos à tributação exclusiva, na forma da legislação especifica, não havendo como considerar que as retenções foram indevidas. Os valores retidos devem ser levados à declaração de ajuste anual, sendo possível ao contribuinte, verificando o pagamento de imposto em montante superior ao devido no exercício de apuração, pugnar pela restituição do saldo negativo de IRPJ. O IRRF não é, por si só, passível de restituição. A ausência de lançamento dos valores do IRRF na declaração de ajuste anual, de sorte a impedir a correta contabilização do saldo negativo de IRPJ, obstam a compensação.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

--

Processo nº 10480.002598/2003-21
Recurso nº 160.315 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.664 - 2 ª Turma Especial
Sessão de 01 de setembro de 2010
Matéria IRPJ
Recorrente CLUBE DE MULTIFIDELIZAÇÃO LTDA.
Recorrida 5 ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA IRPJ

Ano-calendário: 1997, 1998, 1999

REVISÃO INTERNA DE DECLARAÇÃO. INTIMAÇÃO FISCAL PERDA DA ESPONTANEIDADE.

No procedimento de revisão interna de declaração, inexiste termo de início de fiscalização, mas tão-somente intimação fiscal para prestar esclarecimentos e fornecer documentos, pois não se trata de fiscalização externa O contribuinte perde a espontaneidade fiscal na data de ciência dessa intimação fiscal.

PERÍODO DE GRAÇA. PAGAMENTO ESPONTÂNEO DURANTE O PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO.

Em face de nova redação dada ao art. 19 da Lei n° 3..470/58 pelo art. 71 da Medida Provisória n°2.158-34/2001, o beneficio do recolhimento espontâneo (vinte dias) de que trata o art. 47 da Lei n° 9.430/96 só alcança os tributos declarados em DCTF.

COMPENSAÇÃO INTEGRAL DO LUCRO REAL COM PREJUÍZO FISCAL. INOBSERVÂNCIA DA TRAVA DE. 30% INOCORRÊNCIA DE HOMOLOGAÇÃO TÁCITA.

Inexistindo pagamento do imposto para o período de apuração objeto do lançamento fiscal, o termo inicial do prazo decadencial é o estatuído no art 173, I, do CTN.

COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZO FISCAL. LIMITE

Para a determinação da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro, a partir do ano-calendário de 1995, o lucro líquido ajustado poderá ser reduzido em, no máximo, trinta por cento, tanto em razão da compensação de prejuízo, como em razão da compensação da base de cálculo negativa (Súmula CARF n° 03).

POSTERGAÇÃO DO PAGAMENTO DO IMPOSTO. NECESSIDADE. DE COMPROVAÇÃO.

A inobservância do limite legal de trinta por cento para compensação de prejuízos fiscais ou bases negativas da CSLL, quando comprovado pelo sujeito passivo que o tributo que deixou de ser pago em razão dessas compensações o foi em período posterior, caracteriza postergação do pagamento cio IRPJ ou da CSLL, o que implica em excluir da exigência a parcela paga posteriormente (Súmula CARF n° 36).

JUROS DE MORA. TAXA SELIC, INCONSTITUCIONALIDADE,

O CARI' não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária, (Súmula CARF n° 02).

A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais (Súmula CARF n° 04).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do Relatar.

--

Processo nº 10730.000537/2004-11
Recurso nº 163.357 De Oficio e Voluntário
Acórdão nº 1802-00.634 - 2 ª Turma Especial
Sessão de 31 de agosto de 2010
Matéria IRPJ E REFLEXOS
Recorrente DONA ISABEL S/A
Recorrida 5 ª TURMA/DRJ - RIO DE JANEIRO/RJ-I

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 1999

RECURSO DE OFÍCIO ABAIXO DO LIMITE DE ALÇADA RECURSO NÃO CONHECIDO.

O valor do crédito tributário exonerado pela decisão recorrida não ultrapassou o limite de alçada. Por conseguinte, a decisão a quo não se sujeita a reexame necessário.

PASSIVO NÃO COMPROVADO. OMISSÃO DE RECEITAS, PRESUNÇÃO LEGAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.

As importâncias integrantes das contas do passivo ficam sujeitas à comprovação, sob pena de serem presumidamente consideradas receitas omitidas.

LANÇAMENTO REFLEXO, PIS, COFINS E CSLL.

Subsistindo em parte o lançamento principal, igual sorte segue o lançamento decorrente, em face da conexão dos fatos e dos elementos probatórios.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso de oficio em razão do limite de alçada, e, quanto ao recurso voluntário, dar provimento parcial, nos termos do voto do Relator.

--

Processo nº 10746.001263/2004-16
Recurso nº 134.200 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.624 - 2 ª Turma Especial
Sessão de 31 de agosto de 2010
Matéria SIMPLES - INCLUSÃO
Recorrente MIL KOISAS IND E. COM DE UTILIDADES
Recorrida 4 ª TURMA/DRJ -BRASÍLIA/DF

ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E

CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO

PORTE- SIMPLES

Ano-calendário: 1997

SIMPLES - OPÇÃO VÁLIDA NÃO PROCESSADA. PEDIDO DE INCLUSÃO RETROATIVA. RECEITAS DE COMÉRCIO VAREJISTA ATIVIDADE DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL NÃO COMPROVADA.

Quando o objeto social da empresa é composto por diversas atividades e uma delas é vedada de opção pelo Simples, restando comprovado que as receitas auferidas decorreram exclusivamente das atividades compatíveis com o Simples, inexiste óbice legal para o enquadramento do contribuinte nesse regime de tributação simplificado.

Comprovado que a empresa, de forma inequívoca, quis se enquadrar no Simples pelo termo de opção que não foi processado, apresentou as declarações nesse regime de tributação, pagou ou parcelou os tributos assim apurados, e que o não enquadramento nessa sistemática ocorreu por fino que não pode ser imputado, exclusivamente, ao contribuinte, deve ser admitida a sua inclusão no Sistema Simples de forma retroativa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

--

Processo nº 19647.003670/2003-61
Recurso nº 160.956 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.625 - 2 ª Turma Especial
Sessão de 31 de agosto de 2010
Matéria IRPJ E CSLL
Recorrente CALCÁRIO RENOVA TERRA LTDA.
Recorrida 3 ª TURMA/DRJ - FORTALEZA/CE

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 1999, 2000, 2001, 2002

LANÇAMENTO FISCAL. NULIDADE. INOCORRÊNCIA

Descabe a nulidade do lançamento quando a exigência fiscal foi lavrada por pessoa competente e sustenta-se em processo instruído com todas as peças indispensáveis à constituição do lançamento, inexistindo qualquer prejuízo ao exercício do direito de defesa da pessoa jurídica autuada,

PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO, EXCLUSÃO DA ESPONTANEIDADE, APLICAÇÃO DE MULTA DE OFICIO. EXIGÊNCIA CABÍVEL.

As providências adotadas pelo contribuinte, inclusive apresentação de Declaração Retificadora no PAES, após ciência do início do procedimento de fiscalização ou após ciência dos autos de infração, não têm o condão de afastar a responsabilidade por infração à legislação tributária, pela perda da espontaneidade.

ARBITRAMENTO DO LUCRO.

O contribuinte sujeito à apuração do lucro presumido que deixar de apresentar à autoridade tributária os livros e documentos da escrituração comercial e fiscal, ou deixar de apresentar ou manter o Livro Caixa escriturado com toda movimentação financeira, inclusive bancária, sujeita-se ao arbitramento do lucro pela autoridade fisal.

JUROS DE MORA. TAXA SELIC. INCONSTITUCIONALIDADE

A partir de 1 ª de abril de 1995, os juros moratórias incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais (Súmula CARF n° 04).

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária (Súmula CARF n° 02).

TRIBUTAÇÃO REFLEXA. CSLL.

Aplica-se às exigências decorrentes o que foi decidido quanto à exigência matriz, em face da conexão dos fatos, das provas e da intima relação de causa e efeito.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a as preliminares suscitadas e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso.

--

Processo nº 13882.000719/2004-46
Recurso nº 164.834 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.613 - 2 ª Turma Especial
Sessão de 30 de agosto de 2010
Matéria IRPJ - Restituição/Compensação
Recorrente F. G. LABORATÓRIOS S/C LTDA.
Recorrida 2 ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003

SERVIÇOS HOSPITALARES - LABORATÓRIO DE. ANÁLISES CLINICAS - REQUISITOS LEGAIS - LUCRO PRESUMIDO.

Para fins de definição dos percentuais de presunção a serem utilizados na apuração da base de cálculo do IRPJ, constitui prestação de serviços hospitalares a atividade de laboratório de análises clínicas, desde que estejam presentes os elementos necessários, como estrutura física do estabelecimento, natureza da atividade desenvolvida e a pessoa jurídica possa ser qualificada como sociedade empresária - que explore a atividade em caráter empresarial, ainda que o registro de seu contrato social não atenda aos requisitos formais impostos pela legislação comercial.

NORMAS TRIBUTÁRIAS. INCONSTITUCIONALIDADE, MATÉRIA NÃO CONHECIDA.

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária (Súmula CARF n° 2)

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por voto de qualidade, negar provimento ao recurso. Vencidos os Conselheiros Gilberto Baptista (Suplente Convocado), Edwal Casoni de Paula Fernandes Junior e Alfredo Henrique Rebello Brandão.

--

Processo nº 10930.001865/2005-69
Recurso nº 149.325 Voluntário
Acórdão nº 1802-00.643 - 2 ª Turma Especial
Sessão de 01 de setembro de 2010
Matéria IRPJ E REFLEXOS
Recorrente FRAN MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
Recorrida 1ª TURMA/DRJ - CURITIBA/PR

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 2002, 2003

CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA, NULIDADE INOCORRÊNCIA,

O ato declaratório de exclusão do Simples, desde que devidamente publicado pela imprensa oficial, não impede a constituição do crédito tributário, pois a impugnação e o recurso apresentados no processo de exclusão do Simples não têm efeito suspensivo em relação ao ato declaratório contestado. Como regra geral, atos e termos são nulos quando lavrados por servidor incompetente, ou quando os despachos e as decisões são proferidos com preterição do direito de defesa.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES.

A exclusão do Simples, mediante Ato Declaratório Executivo, desde que previamente publicado no DOE, não implica óbice ao imediato lançamento dos tributos via auto de infração, pois o ato de exclusão, caso impugnado, não tem efeito suspensivo, ou seja, não impede a constituição do crédito tributário via lançamento de ofício.

DIPJ RETIFICADORAS APRESENTADAS SOB PROCEDIMENTO DE

OFÍCIO, PERDA DA ESPONTANEIDADE.

Não se consideram espontâneas as DIPJ retificadoras apresentadas opôs o início do procedimento fiscal.

SONEGAÇÃO FISCAL, DOLO CONDUTA REITERADA. MULTA QUALIFICADA,

A omissão de receita pela apresentação sistemática de declarações com receitas irrisórias, visando a assegurar tributação como microempresa, impedindo ou retardando o conhecimento, pela autoridade fazendária, da ocorrência do fato gerador, caracteriza fraude em sentido amplo, pela configuração do dolo específico de sonegação fiscal.

LANÇAMENTOS REFLEXOS: CSLL, PIS E COFINS.

Os lançamentos decorrentes seguem a sorte do lançamento principal, pois decorrem dos mesmos fatos e elementos de prova.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares suscitadas, e, no mérito, NEGAR provimento ao recurso.

--

Processo nº 13838.000145/2006-11
Recurso nº 172.970 Voluntário
Acórdão nº 1803-00.327 - 3ª Turma Especial
Sessão de 10 de março de 2010
Matéria CSLL
Recorrente TETRA PAK LTDA.
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

Exercício: 2003

PER. RESTITUIÇÃO DE MULTA DE 'MORA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA,

Inexiste o indébito tributário, não restando caracterizada a denúncia espontânea nos moldes do art. 138 do Código Tributário Nacional, a extinção do débito tributário com acréscimos legais, de tributo sujeito a lançamento por homologação, previamente declarado em DCTF. Inteligência da Súmula nº 360 do STJ.

Recurso Voluntário Provido
Direito Creditório Reconhecido
Vistos, relatados e discutidas os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, negar provimento ao recurso, vencido o Conselheiro Benedicto Celso Benício Júnior (Relatar), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Walter Adolfo Maresch.

--

Processo nº 10240.000800/2005-74
Recurso nº 162.412 Voluntário
Acórdão nº 1803-00.338 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 07 de abril de 2010
Matéria IRPJ E OUTROS - ANOS-CALENDÁRIO: 2001 a 2003

Recorrente BRASERVIX JT BRASERVICE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.
Recorrida 1 ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas e Outros

Exercícios: 2002 a 2004

Ementa: LUCRO REAL - ESTIMATIVAS MENSAIS - BASES DE. CÁLCULO ESTIMADAS - ERRO DE DIREITO NO PREENCHIMENTO DA DIPJ - As bases imponíveis mensalmente estimadas, servíveis para a contabilização das antecipações devidas, correspondem a percentuais das receitas brutas constatadas nos períodos, consoante tegumento do artigo 2° da Lei nº 9.430/96. Comete teratológico erro de direito o contribuinte que, não tendo motivos para a elaboração de balancetes de suspensão ou de

redução, informa, em DIRJ, bases imponíveis estimadas negativas, em total dissonância com a sistemática de apuração adotada.

AUTO DE INFRAÇÃO - BASES DE CÁLCULO DE IRPJ E CSLL APURADAS MEDIANTE SOMATÓRIO DE DETERMINADOS MONTANTES IMPONÍVEIS ESTIMADOS MENSALMENTE INFORMADOS EM DIPJ - Deve ser mantida a autuação que adotou, como bases de cálculo de IRPJ e CSLL, o somatório dos montantes imponíveis estimados mensalmente, declarados em DIPJ, referentes a janeiro e dezembro do ano-calendário. O trabalho fiscal, ao ignorar as cifras mensais negativas, declinadas erroneamente pelo contribuinte, agiu em consonância com os ditames do regime de estimativas mensais, afastando claudicações insustentáveis cometidas pela autuada. Não cabe acolhimento à alegação de que a base estimada informada em dezembro corresponderia a todo o lucro anual consolidado, Inexistem, nos autos, elementos probatórios que subvencionem o pleito da empresa peticionaria.

DIPI - RETIFICAÇÃO DE OFICIO - VERDADE MATERIAL - ERRO

DE DIREITO - IMPOSSIBILIDADE - Não se faz possível a retificação oficiosa da Declaração de Rendimentos, com fulcro na supremacia da verdade material, se a empresa declarante tiver praticado erro de direito insanável. Entendimento que se faz firme, em especial, quando ausentes elementos de instrução que possam apontar quais valores de bases estimadas mensais deveriam ter sido declarados pelo contribuinte, em lugar das inviáveis cifras negativas.

PIS/COHNS RECEITAS FINANCEIRAS INCONSTITUCIONALIDADE D.E SUA INCLUSÃO NO CONCEITO DE FATURAMENTO - A noção de fáturamento, identificada com as bases de cálculo do PIS e da COFINS, corresponde à receita bruta derivada da venda de mercadorias, de serviços e de mercadorias e serviços. Afastado deve ser o disposto no art. 3°, § 1°, da Lei n° 9.718/98, por força de decisão de mérito proferida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 09/11/2005, transitada em julgado em 29/09/2006. Inteligência do artigo 26-A, § 6°, inciso I, do Decreto IV 70.235/72, introduzido pela Lei n° 11.941/09.

PIS/COPINS - RENDIMENTOS DERIVADOS DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PACTUADOS POR EMPREITADA GLOBAL, DATADOS DE 2000 - ALEGAÇÃO DE NÃO-SUJEIÇÃO À ALÍQUOTA MAJORADA DO REGIME DE NÃOCUMULATIVIDADE FALTA DE SUFICIENTE COMPROVAÇÃO DO PLEITO - O contribuinte, ao aduzir que suas receitas operacionais deveriam permanecer adstritas ao regime de comutatividade de PIS/COFINS, na forma do artigo 10, XI e XX, da Lei n° 10,833/03, precisaria, antes de tudo, comprovar que as bases de cálculo adotadas pelo fiscal atuante se identificavam, no todo ou em parte, às receitas dos contratos especificados. A simples juntada dos instrumentos contratuais, de um lado, e das notas fiscais correspondentes, de outro, sem a indicação de sua pertinência às autuações debatidas, não serve para embasar a argumentação trazida à luz neste recurso,

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, negar provimento ao recurso, vencido o Conselheiro Luciano Inocêncio dos Santos que entendia que antes da Lei n° 11.941/2009 não há base legal para a tributação do PIS e da COFINS, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 11543.004194/2004-33
Recurso nº 167.327 Voluntário
Acórdão nº 1803-00,340 - 3 ª Turma Especial
Sessão de 07 de abril de 2010
Matéria IRPJ e OUTROS - ANOS-CALENDÁRIO: 1999 e 2001

Recorrente SALLES RAMOS ADVOCACIA TRIBUTÁRIA S/C LTDA.
Recorrida 4 ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica e Outros

Exercícios: 2000 e 2002

Ementa: LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - DECADÊNCIA -

Tratando-se de tributos sujeitos à sistemática do lançamento por homologação, aplica-se o critério de cômputo do prazo decadencial estabelecido pelo artigo 150, § 4 ª, do CTN, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação - hipóteses inocorrentes nos autos.

PAES - DÉBITOS NÃO CONFESSADOS EM DCTF - A inclusão de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e CONFINS no programa de parcelamento da Lei n° 10.684/0.3 (PAES) só se materializa com a entrega da DCTF pertinente, nos termos do artigo 2 ª da Portaria Conjunta PGFN/SRF n° 03/0.3. Naausência desta declaração, não pode o contribuinte aduzir omissão da Fazenda, relativa à não consolidação dos débitos não confessados, ainda que estes sejam pretéritos a 28 de fevereiro de 2003. Exigências que devem ser mantidos, face à constatação do não parcelamento dos passivos lançados.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, dar provimento parcial ao recurso para acolher a preliminar de decadência do PIS e da CONFINS, em relação ao fatos geradores de janeiro e fevereiro de 1999, e no mérito, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Vencido o Conselheiro Sérgio Rodrigues Mendes que não acolhia a

preliminar de decadência, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo nº 19515.002817/2006-44
Recurso nº l63.298 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.004 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 11 de março de 2009
Matéria IRPJ e outros
Recorrente Tecnologia Bancária S.A.
Recorrida 7ª Turma/DRJ-São Paulo/SP- I
Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
Exercício: 2002

Ementa: OMISSÃO DE RECEITA E PAGAMENTO SEM CAUSA - Deve ser mantida a autuação relativa a pagamento sem causa e a omissão de receita presumida em razão de depósitos bancários, se a justificativa para ambos os fatos se calca em contratos, cujo objeto (T-Bills) comprovadamente nunca existiu.

PROVISÕES - provisões somente podem ser deduzidas das bases de cálculo da CSSL se assim a lei expressamente autorizar. Classificam-se como tais, os elementos do passivo, cuja exigibilidade, montante ou data de liquidação, isolada ou conjuntamente, não são certos e determináveis no período de apuração. Assim, valores registrados como tributos, contribuições e demais acréscimos, não passíveis de serem exigidos por força de medida judicial, quadram-se nesta classificação e devem ser adicionados à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro, se seu registro contábil reduziu o resultado do exercício.

PROVA DA ADIÇÃO - a autuação relativa à insuficiência de adição ao lucro real deve ser afastada, uma vez que comprovado que os valores foram adicionados.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar, provimento parcial ao recurso para excluir da base de cálculo do IRPJ a parcela relativa a RS 355.52.2,57 da infração lançada a título de insuficiência de adição na apuração do IRPJ referente a tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, e a parcela de R$ 1.148.377,24, da infração lançada a título de insuficiência de adição na apuração do IRPJ e CSLL referente à provisão do ISS/TUP, vencidos os Conselheiros Carlos Pelá, Régis Magalhães Soares Queiroz e Antonio Carlos Guidoni Filho que, em relação às infrações de omissão de receitas e pagamentos sem causa, deram provimento, nos termos do relatório e votos que integram o

presente julgado.

--

Processo nº 10320.002042/2004-58
Recurso nº 813.633 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.240 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 07 de abril de 2010
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente S.M.J SERVIÇOS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES

Ano-calendário: 2004

EXCLUSÃO, ATIVIDADE VEDADA. INOCORRÊNCIA.

O exercício da atividade de reparo em aparelhos telefônicos, por si só, não configura empecilho legal para que a pessoa jurídica prestadora deste serviço opte pelo regime simplificado de pagamento de tributos e contribuições.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso. O Conselheiro Guilherme Adolfo dos Santos Mendes acompanhou o Relator pelas conclusões.

--

Processo nº 10240.000177/2002-15
Recurso nº 330.915 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.239 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 07 de abril de 2010
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente SACKS EMPRESAS REUNIDAS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES

Ano-calendário: 2000

EXCLUSÃO. ATIVIDADE VEDADA, INOCORRÊNCIA.

Provado que a pessoa jurídica, desde a data de sua opção pelo SIMPLES, efetivamente exerceu apenas a atividade de hotelaria, incorreta é a sua exclusão desse regime de pagamento de tributos e contribuições, ainda que em seu contrato social constem, também, as atividades de construção civil e terraplenagem.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade por cerceamento do direito de defesa e não conhecer da preliminar de nulidade por ausência do ADE nos autos. No mérito, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

--

Processo nº 10380.003718/2005-05
Recurso nº 341.582 Voluntário
Acórdão nº 1201-09.241 - 2 ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

Sessão de 07 de abril de 2010
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente SPORT SP COMÉRCIO DE VESTUÁRIO LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES

Ano-calendário: 2003

EXCLUSÃO. EFEITOS TEMPORAIS,

Por força do disposto no art. 15, II, da Lei nº 9317/96, com a redação dada pelo art. 73 da Medida Provisória nº 2358-34/2001, o ato que exclui o contribuinte do sistema simplificado produz efeitos a partir do mês subseqüente àquele em que incorrida a situação excludente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Declarou-se impedido o Conselheiro Antonio Carlos Guidoni Filho.

--

Processo nº 10469.720625/2007-22
Recurso nº 176.494 Voluntário
Acórdão nº 1201-00.250 - 2 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária

Sessão de 08 de abril de 2010
Matéria SIMPLES - BASE DE CÁLCULO
Recorrente ZACARIAS BATISTA TIAGO - METAIS
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES

Ano-calendário: 2004, 2005

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BASE DE CÁLCULO.

Constatada diferença entre a receita bruta mensal informada na declaração simplificada, e aquela apurada com base no livro Registro de Apuração do ICMS, necessário se faz o lançamento de ofício dos valores dos tributos e contribuições integrantes do SIMPLES que deixaram de ser declarados e/ou recolhidos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

--

Processo n° 10435.001148/2004-47
Recurso n° 160.426 Voluntário
Acórdão n° 1201-0044 - 2 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária
Sessão de 08 de abril de 2010
Matéria SIMPLES, BASE DE CÁLCULO
Recorrente VALDERY DE SOUZA NOGUEIRA - ME
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2001, 2002, 2003
BASE DE CÁLCULO.

Constatada diferença entre a receita bruta mensal informada na declaração simplificada, e aquela apurada com base no livro Registro de Apuração do ICMS, necessário se faz o lançamento de ofício dos valores dos tributos e contribuições integrantes do SIMPLES que deixaram de ser declarados e/ou recolhidos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de nulidade e, no mérito, negar provimento ao recurso.

--

Processo n° 10410.005761/2004-11
Recurso n° 338.015 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.243 - 2 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária
Sessão de 08 de abril de 2010
Matéria SIMPLES - EXCLUSÃO
Recorrente B, DESIGN COMÉRCIO LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2002
EXCLUSÃO.

A pessoa jurídica optante pelo SIMPLES que abrigue sócio possuidor de participação superior a 10% do capital de outra pessoa jurídica, deverá comunicar a sua exclusão do sistema simplificado no mês subseqüente àquele em que a receita global das empresas ultrapassarem o limite legalmente estabelecido, sendo irrelevante que a participação do sócio na pessoa jurídica optante pelo SIMPLES seja inferior a 10%.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

--

Processo n° 10540.00055912008-41
Recurso n° 513.192 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.329 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de setembro de 2010
Matéria SIMPLES
Recorrente ALTE VIR DA SILVA JÚNIOR - ME
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E
CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2004
EXCLUSÃO,

Superado o limite de receita bruta anua/ legalmente estabelecido, a pessoa jurídica optante pelo SIMPLES deverá prontamente comunicar à SRF a sua exclusão deste regime, com efeitos a partir do primeiro dia do exercício seguinte, sem o que ficará sujeita à exclusão de ofício.

REGIME DE CAIXA.

A pessoa jurídica optante pelo SIMPLES poderá reconhecer suas receitas segundo o regime de caixa, desde que observe os requisitos estabelecidos na legislação de regência, dentre os quais o de indicar no livro Caixa, em registros individuais, as notas fiscais a que corresponder cada recebimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

--

Processo n° 10070.000656/2003-11
Recurso n° 178.229 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.307 - 2 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária
Sessão de 04 de agosto de 2010
Matéria IRPJ - SALDO NEGATIVO - DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO
Recorrente MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Ano-calendário: 2003
COMPENSAÇÃO.

A partir de 01/10/2002 os créditos de tributos e contribuições federais passíveis de ressarcimento somente poderão ser objetos de compensação mediante a apresentação da competente declaração (DCOMP), sendo insuficiente para tanto a mera informação da compensação em DCTF.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

--

Processo n° 10480.009603/2002-45
Recurso n° 177.957
Resolução n° 201-00.026 - 2 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária
Data 04 de agosto de 2010
Assunto SOLICITAÇÃO DE DILIGÊNCIA
Recorrente ITAL0-BIANCHI COMUNICAÇÃO LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em converter o julgamento em diligência, nos termos do relatório e voto do relatar.

--

Processo n° 13973.00021.3/2004-18
Recurso n° 168.127 Voluntário
Acórdão nu 1201-00.316 - 2 ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 05 de agosto de 2010
Matéria IRPJ e CSLL- BASE DE CÁLCULO
Recorrente SALOMÃO JOSE DEQUECH LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Ano-calendário: 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004
MULTA DE OFICIO

Em se tratando de lançamento de ofício, incide a multa prevista no art. 44, ou II, da Lei n° 9.430/96, e não a de mora estabelecida no art. 61 da mesma lei, sendo irrelevante, para tanto, que a contribuinte tenha colaborado com a fiscalização.

TAXA SELIC.

A partir de 10 de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC pala títulos federais. (Súmula n° 4 do CARF)

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

--

Processo n° 13811 001372/2003-10
Recurso n° 177.929
Despacho n° 1201-00.029 - 2 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária
Data 05 de agosto de 2010
Assunto SALDO NEGATIVO DE IRPJ - COMPENSAÇÃO
Recorrente REYNOLDS INTERNATIONAL DO BRASIL. PARTICIPAÇÕES LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em converter o julgamento em diligência, nos termos do relatório e voto do relator.

--

Processo n° 11831.003502/2003-87
Recurso n° 178.6.31 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.313 - 2 ª Câmara / 2 ª Turma Ordinária
Sessão de 05 de agosto de 2010
Matéria SALDO NEGATIVO DE IRPJ - COMPENSAÇÃO
Recorrente HOSPITAL MATERNIDADE SANTA JOANA S.A.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Ano-calendário: 2003
PROVA

Provada, através dos elementos trazidos aos autos peia própria interessada, a inexistência dos alegados pagamentos a maior ou indevido, deve-se manter a decisão que não homologou a declaração de compensação apresentada.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

--

Processo n° 11516.000764/2004-43
Recurso n° 171.629 Voluntário
Acórdão n° 1201-00312 - 2 ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 05 de agosto de 2010
Matéria IRPJ E REFLEXOS - OMISSÃO DE RECEITAS
Recorrente REIS ENGENHARIA DE. OBRAS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
Ano-calendário: 2002
DECADÊNCIA.

O termo de início do prazo decadencial, no caso de lançamento de IRPJ decorrente da não tributação da reserva de reavaliação, conta-se a partir da data de ocorrência do fato gerador correspondente ao período de apuração em que os bens objeto da reavaliação foram alienados, e não a partir da data da reavaliação:

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Ano-calendário: 1999
ÔNUS DA PROVA

Não havendo a recorrente carreado aos autos as provas mencionadas no recurso, as quais, segundo ela, afastariam a presunção legal de omissão de receitas, deve-se manter a exigência.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

--

Processo n° 10909,002741/2004-97
Recurso n° 170,764 Voluntário
Acórdão n° 1201-00-311 - 2 ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 05 de agosto de 2010
Matéria PIS/COFINS OMISSÃO DE RECEITAS
Recorrente VIRTUAL PRODUTOS PESSOAIS LTDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Ano-calendário: 2002
PROVA.

A alegação de que parte dos produtos vendidos à margem da tributação já haviam sido tributados, de forma monofásica, no elo anterior da cadeia produtiva, deve ser provado pela contribuinte, sendo incabível o emprego de rateio proporcional.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, negar provimento ao recurso.

--

Processo n° 10580.002524/2005-28
Recurso n° 169.516 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.335 - 2ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de setembro de 2009
Matéria IRPJ e CSLL, - GANHO DE CAPITAL
Recorrente PATRIMONIAL LEX LIDA.
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL
Ano-calendário: 2001
ERRO NA IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO.

Não está eivado de nulidade o auto de infração lavrado em face de pessoa jurídica já extinta por incorporação, mormente quando a incorporadora respondeu, em nome da incorporada, a todos os termos de intimação que a

esta foram dirigidos, bem como apresentou impugnação ao lançamento e recurso voluntário tratando, inclusive, de questões de fundo. Trata-se de mera omissão que, por não haver causado prejuízo à defesa, sequer necessita ser sanada.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ
Ano-calendário: 2001
GANHO DE CAPITAL.

O ganho de capital percebido na alienação de bens do ativo permanente, com o recebimento do preço, no todo ou em parte, após o término do ano-calendário seguinte ao da contratação, poderá ter sua tributação diferida para o período do efetivo recebimento, desde que a contribuinte registre a operação na rubrica "resultados de exercícios futuros" ou mantenha controle no LaIur.

ATIVO PERMANENTE CUSTO DE. AQUISIÇÃO

O IPTU incidente sobre imóvel registrado no ativo permanente é despesa que deve ser levada a resultado segundo o regime de competência, não podendo ser apegado ao custo de aquisição do bem.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

--

Processo n° 10540.000489/2008-21
Recurso n° 344 811 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.328 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 02 de setembro de 2010
Matéria SIMPLES
Recorrente ALTE VIR DA SILVA JÚNIOR - ME
Recorrida FAZENDA NACIONAL
ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES
Ano-calendário: 2004
EXCLUSÃO,

Superado o limite de receita bruta anual legalmente estabelecido, a pessoa jurídica optante pelo SIMPLES deverá prontamente comunicar à SRF a sua exclusão deste regime, com efeitos a partir do primeiro dia do exercício seguinte, sem o que ficará sujeita à exclusão de ofício.

REGIME DE CAIXA.

A pessoa jurídica optante pelo SIMPLES poderá reconhecer suas receitas segundo o regime de caixa, desde que observe os requisitos estabelecidos na legislação de regência, dentre os quais o de indicar no livro Caixa, em registros individuais, as notas fiscais a que corresponder cada recebimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

--

Processo n° 10508,000701/2004-23
Recurso n° 340.861 Voluntário
Acórdão n° 1201-00.51 - 2 ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 08 de abril de 2010
Matéria SIMPLES - DECADÊNCIA
Recorrente MARCELO PHITON BITTENCOURT - ME

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - SIMPLES

Ano-calendário: 1998

DECADÊNCIA

Não constatada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação, o termo inicial da contagem do prazo decadencial para os tributos e contribuições sujeitos o lançamento por homologação é a data da ocorrência do fato gerador, conforme estabelecido no art. 150, § 4°, do Código Tributário Nacional.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, afastar a preliminar de nulidade da decisão de primeiro grau e acolher a de decadência em relação aos fatos geradores ocorridos até 31/12/1998, prejudicadas as demais razões de mérito.

--

Processo n° 16327.001936/2006-17

Recurso n° 510.470 Voluntário

Acórdão n° 1201-00.306 - 2 ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

Sessão de 04 de agosto de 2010

Matéria IRPJ e CSLL - COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS - LIMITE DE 30%

Recorrente BANCO ABN AMRO REAL S/A

Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 2002

BASE DE CÁLCULO. RECOMPOSIÇÃO.

Ao realizar o lançamento de oficio do IRPJ e da CSLL, decorrente da glosa da parte do prejuízo fiscal compensada pela contribuinte com inobservância do limite de 30% do lucro líquido ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação de regência, a autoridade tributária deverá aproveitar o saldo negativo do IRPJ e da CSLL apurados pelo sujeito passivo, exceto se esses valores já houverem sido objeto de compensação.

ASSUNTO: PROCESSO ADIVIINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2002

PROCESSOS JUDICIAL E ADMINISTRATIVO IDENTIDADE DE OBJETO

Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura, pelo sujeito passivo, de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial (Súmula n° 1 do CARF).

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Ano-calendário: 2002

DEPÓSITO DO MONTANTE INTEGRAL JUROS DE MORA. EXIGÊNCIA.

São devidos juros de mora sobre o crédito tributário não integralmente pago no vencimento, ainda que suspensa sua exigibilidade, salvo quando existir depósito no montante integral (Súmula n° 5 do CARF).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso Declarou-se impedido o Conselheiro Antônio Carlos Guidoni.

--

Processo n° 13804.001956/200.3-76

Recurso n° 177.080 Voluntário

Acórdão nº 1201-00.324 - 2 ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

Sessão de 01 de setembro de 2010

Matéria SALDO NEGATIVO DE IRPJ E CSLL. - COMPENSAÇÃO

Recorrente DUCTOR IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS S.A.

Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIRE/TO TRIBUTÁRIO

Ano-calendário: 2002

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO (DCOMP).

Havendo a interessada deduzido o TRRF em período diverso daquele constante do informe de rendimentos, caberia a ela provar e demonstrar, pormenorizadamente, que as receitas já haviam sido oferecidas à tributação em período anterior, bem como que o respectivo TRRF não foi deduzido em duplicidade.

Provado que a legislação do país estrangeiro exige o pagamento de imposto de renda sobre lucros, rendimentos e ganhos de capital, e também provado que a empresa nacional que lá atuou efetivamente recolheu esse imposto, cabível a sua dedução do IRPJ e CSLL devidos no Brasil, obedecidos os limites previstos em lei, e desde que os lucros, rendimentos e ganhos de capital tenham sido computados no lucro real.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

--

Processo n° 13502.001369/2007-1.3

Recurso n° 500.759 Voluntário

Acórdão n° 1201-00.338 - 2 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária

Sessão de 0.3 de setembro de 2010

Matéria IRPJ - GLOSA DE PREJUÍZOS FISCAIS

Recorrente COPENER FLORESTAL LTDA.

Recorrida FAZENDA NACIONAL.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 2002, 2003

PREJUÍZO FISCAL. COMPENSAÇÃO, ATIVIDADE RURAL.

O lucro real do período base, proveniente da atividade rural, pode ser compensado com o prejuízo fiscal das atividades em geral acumulado em períodos anteriores, e vice-versa, desde que observado o limite legal de 30% estabelecido no art. 15 da Lei n°9.065/1995.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, afastar a preliminar de nulidade e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso, nos termos do relatório e voto do Relator.

--

Processo n° 10932.000397/2006-76

Recurso n° 500.134 De Oficio e Voluntário

Acórdão n° 1201-00.336 - 2 ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

Sessão de 02 de setembro de 2010

Matéria IRPJ - FALTA DE RECOLHIMENTO

Recorrentes STAREXPORT TRADING S/A

FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 2003

CRÉDITO TRIBUTÁRIO, EXTINÇÃO,

Não havendo sido apresentada a competente declaração de compensação, não é juridicamente possível considerar-se extinto o débito, ainda que a contribuinte possua direito creditório perante a Fazenda Pública,

MULTA ISOLADA, CONCOMITÂNCIA COM MULTA DE OFÍCIO.

A multa isolada cominada pelo descumprimento do dever de recolher o IRPJ calculado por estimativas mensais incide sobre o total da estimativa que deixou de ser recolhida. Contudo, pelo principio da absorção ou consunção, a aplicação da multa isolada fica limitada ao valor em que exceder o montante da multa de ofício que houver sido aplicada pela falta de recolhimento do IRPJ devido ao final do ano-calendário. Esta penalidade absorve aquela até o montante em que suas bases se identificarem, o que ocorreu integralmente no presente lançamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao apelo oficial e, também por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso voluntário, para afastar a multa isolada sobre os valores exigidos no lançamento de oficio.

--

Processo n° 18471.001 955/2005-16

Recurso n° 160.060 De Oficio e Voluntário

Matéria IRPJ E OUTROS

Acórdão n° 1301-00005

Sessão de 03 de março de 2009

Recorrentes 6 ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ-I e SAVEIROS CAMUYRANO SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA.

RECURSO DE OFÍCIO. Tendo a Turma Julgadora de primeiro grau bem aplicado o direito ao caso concreto, a decisão, na parte submetida ao reexame necessário, deve ser mantida.

DEPÓSITO BANCÁRIO. OMISSÃO NO REGISTRO DE RECEITAS. Restou comprovado que a recorrente fez transitar

por conta de resultado todos os valores levantados pela autoridade lançadora. Portanto, não cabe a exigência tributária fundada em omissão no registro de receitas.

Recurso de Oficio Negado,

Recurso Voluntário Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado: Recurso de oficio: por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de oficio. Recurso voluntário: por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

--

Processo n° 10680.72001.3/2008-14

Recurso n° 166.995 Voluntário

Acórdão n° 1301-00.118 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

Sessão de 17 de junho de 2009

Matéria IRPJ E OUTROS - EXS. 2004 E 2005

Recorrente HARMA LTDA.

Recorrida 4 ª TURMA DA DRJ BELO HORIZONTE - MG

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Exercício: 2004, 2005

REQUISIÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA. INDISPENSABILIDADE. COMPROVAÇÃO - Restado comprovado nos autos que as requisições da movimentação financeira do contribuinte aos estabelecimentos bancários foram efetuadas com observância do disciplinado na legislação de regência, nã há que se falar em nulidade do lançamento.

PEDIDO DE DILIGÊNCIA OU PERÍCIA - A luz do regramento processual vigente, a autoridade julgadora é livre para, diante da situação concreta que lhe é submetida, deferir ou indeferir pedido de diligência/perícia formulado pelo sujeito passivo, ex vi do disposto no art, 18 do Decreto n° 70.235, de 1972. No caso vertente, demonstrada, à evidência, a dispensabilidade do procedimento, há que se indeferir o pedido correspondente.

ARBITRAMENTO DO LUCRO - A ausência de manutenção, em ordem e boa guarda, dos documentos de suporte da escrituração contábil, a não apresentação dos Livros de escrituração obrigatória e o fato da escrituração do contribuinte conter vícios, erros ou deficiências que a tornaram imprestável para determinar o lucro real, autorizam o arbitramento do lucro.

OMISSÃO DE RECEITAS - INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL - A falta de comprovação da origem dos recursos destinados à integralização de capital autoriza a presunção de que eles sejam originários de receita omitida.

MULTA DE OFÍCIO - INCORPORAÇÃO - RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES - A sociedade incorporadora não responde pelo pagamento da multa de oficio aplicada à incorporada, em autuação concretizada em data posterior à da incorporação. Tributo e multa não se confundem, eis que esta tem caráter de sanção, inexistente naquele. Na responsabilidade tributária do sucessor não se inclui a multa punitiva aplicada à empresa.

INCONSTITUCIONALIDADES - À autoridade administrativa cumpre, no exercício da atividade de lançamento, o fiel cumprimento da lei, Exorbita à competência das autoridades julgadoras a apreciação acerca de suposta inconstitucionalidade ou ilegalidade de ato integrante do ordenamento jurídico vigente a época da ocorrência dos fatos.

Recurso Voluntário Provido em Parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, pelo voto de qualidade, dar provimento parcial ao recurso, para afastar a multa de oficio aplicada, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Vencidos os conselheiros Wilson Fernandes Guimarães (Relatar), Marcos Rodrigues de Mello, Alexandre Antonio Alkmin Teixeira e Waldir Veiga Rocha.

Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Benedicto Celso Benício Júnior.

--

Processo n° 10830.003803/2007-81

Recurso n° 164334 De Oficio e Voluntário

Acórdão n° 1301- 00.124 - 3 ª Câmara / l ª Turma Ordinária

Sessão de 17 de junho de 2009

Matéria IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2003 a 2006

Recorrente 3 ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP e SAURO BRASILEIRA DE PETRÓLEO S.A.

Recorrida

Processo n° 10830,003803/2007-81

Recurso n" 164334 De Oficio e Voluntário

Acórdão n° 1301- 00.124 - 3 ª Câmara / l ª Turma Ordinária

Sessão de 17 de junho de 2009

Matéria IRPI E OUTRO - Ex(s): 2003 a 2006

Recorrente 38 TURMAJDR1-CAMPINAS/SP e SAURO BRASILEIRA DE PETRÓLEO S.A.

Recorrida

NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO. NULIDADE. DOCUMENTOS.

artigo 9° do decreto n° 70.235/72 exige que o auto de infração seja instruído "com todos os termos, depoimentos, laudos e demais elementos de prova indispensáveis à comprovação do ilícito", mas não exige que todos os documentos que o instruem façam parte da notificação realizada ao contribuinte.

COMPROVAÇÃO DE DESPESA. CONTRATO, INSUFICIÊNCIA MATERIAL.

a identificação do fato gerador de tributos decorre da real existência das transações realizadas no âmbito privado. A simples apresentação do instrumento contratual não prova a sua existência, figurando apenas como um início de prova, que deve ser seguido da demonstração de que a transação de fato ocorreu nos termos em que pactuado.

DECLARAÇÃO DO CONTRIBUINTE, LANÇAMENTO.

A inscrição do débito declarado diretamente em dívida ativa é opção da Fazenda Pública, não impedindo que a mesma opte por expressamente lançar os valores que deixaram de ser recolhidos.

QUALIFICAÇÃO DA MULTA.

Aquele contribuinte que, dolosamente, pratica atos com o objetivo de fraudar a incidência do tributo, ou seja, que porta-se ativamente na ocultação da ocorrência do fato imponível, deve ter contra si lavrada a multa no importe de 150% do tributo devido.

Recurso de Oficio Negado.

Recurso Voluntário Provido em Parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, Recurso de oficio: por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso. Recurso voluntário: por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso para reconhecer a decadência em relação ao primeiro trimestre de 2002, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado. Ausente, justificadamente, o conselheiro José Carlos Passuello.

--

Processo n° 10880.007534/2006-56

Recurso n° 166.640 Voluntário

Acórdão n° 1301-00136 - .3 ª Câmara / 1 ª Turma Ordinária

Sessão de 17 de junho de 2009

Matéria SIMPLES - Ex(s): 2002 a 2005.

Recorrente NETÚNIA COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Recorrida 3 ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I

ASSUNTO: SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E

CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTE - SIMPLES
Exercício: 2002, 2003, 2004, 2005
Ementa:
DECADÊNCIA. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - Declarada a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n° 8.212, de 1991, pelo Supremo Tribunal Federal (súmula vinculante n° 8 - DOU de 20 de junho de 2008), cancela-se o lançamento que não observou o prazo qüinqüenal previsto no Código Tributário Nacional.
MANDADO DE PROCEDIMENTO FISCAL - O Mandado de Procedimento Fiscal representa mero instrumento de controle interno da Administração Tributária, e, em razões disso, eventuais irregularidades que se possa identificar na sua emissão ou prorrogação não pode dar causa a nulidade do feito fiscal.
DEPÓSITOS BANCÁRIOS - A partir da edição da Lei n° 9.430, de 1996, caracterizam-se omissão de receita os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular., regularmente intimado não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.
INCONSTITUCIONALIDADES - Em conformidade com o disposto na súmula n° 2 do Primeiro Conselho de Contribuintes, de adoção obrigatória por força do disposto no art. 72 do Regimento Interno aprovado pela Portaria MF no 256, de 22 de junho de 2009, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributaria.
JUROS SELIC.
A partir de 1° de abril de 1995, os juros moratórios incidentes sobre débitos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal são devidos, no período de inadimplência, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais.
LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO. ATO VINCULADO - O lançamento tributário, sendo ato administrativo plenamente vinculado, deve guardar perfeita conformidade com o diploma legal autorizador, não podendo a autoridade administrativa julgadora validar aquele que como tal não se apresente, sob pena de violação ao primado do devido processo legal.
MULTA QUALIFICADA - Se os fatos apurados pela Autoridade Fiscal permitem caracterizar o intuito deliberado do contribuinte de subtrair valores à tributação, é cabível a aplicação, sobre os valores apurados a título de omissão de receitas, da multa de ofício qualificada de 150%, prevista no então inciso II do artigo 44 da Lei IV 9.430, de 1996.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros do colegiado, por maioria de votos, entender que o erro no lançamento em relação à modalidade de tributação de 2002 a 2004 é matéria de ordem pública. Vencido os conselheiros Waldir Veiga Rocha e Marcos Rodrigues de Mello. Por maioria de votos, declarar a nulidade dos lançamentos relativos aos anos calendários de 2002 a 2004. Vencido o conselheiro Alexandre Antonio Alkmim Teixeira (relator) e Marcos Rodrigues de Mello pelas conclusões. Por unanimidade de votos, acolher a decadência de janeiro a novembro de 2001. Pelo voto de qualidade, manter a qualificação da multa em relação ao crédito remanescente em 2001. Vencido os conselheiros Alexandre Antonio Alkmim Teixeira (relatar), Leonardo Henrique Magalhães de Oliveira, Benedicto Celso Benício Júnior (Suplente convocado) e Paulo Jacinto do Nascimento. Designado para redigir o voto vencedor o conselheiro Wilson Fernandes Guimarães, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.
--
Processo n° 13851.000718/2001-16
Recurso n° 155.197 Voluntário
Acórdão n° 1301-00.109 - 3ª Câmara / l ª Turma Ordinária
Sessão de 15 DE MAIO DE 2009
Matéria COFINS
Recorrente VERAS AGROPECUÁRIA LTDA.
Recorrida 5 ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
COFINS.
Competência.
Compete à 2 ª Seção do CARF o julgamento de processos administrativos envolvendo lançamento autônomos de COFINS.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.
Acordam os membros da 3 ª câmara / 1 ª turma ordinária da primeira SEÇÃO DE JULGAMENTO, por unanimidade de votos, DECLINAR competência para a 2 ª Seção do CARF, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.
--
--

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 17, I, "e", da Lei nº 8.666/93 que trata de dispensa de licitação por venda intra-estatal, resolve:

Art 1º Homologar a alienação de bem dominical pertencente ao DNOCS, para o Município de Tauá - CE, "a fim de utilizá-la no cultivo de fruteiras, visando atender os projetos de implantação de uma fábrica de sucos, de um viveiro de mudas e construção de um prédio para beneficiamento da produção frutífera do município de Tauá", em face do previsto no art. 22, parágrafo 1º, da Lei 4.229/63.

FERNANDO BEZERRA COELHO

Ministério da Justiça

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

Em 02 de fevereiro de 2011, às 10h e 20min, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública da União para sua 123ª Sessão Ordinária, presidida pelo Exmo. Sr. Conselheiro Presidente, Dr. José Rômulo Plácido Sales e integrada pelos Exmos. Srs. Conselheiros Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro, Dra. Tatiana Siqueira Lemos, Dr. Felipe Caldas Menezes, Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior, Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa e Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima. Na presença do Exmo. Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, Dr. Luciano Borges dos Santos e dos Defensores Públicos Federais: Dr. João Paulo Gondim Picanço, Dr. Haman Tabosa de Moraes e Córdova, Dr. Robson de Souza, Dr. Jair Soares Júnior, Dr. Fernando Mauro Barbosa de Oliveira Júnior, Dr. Lúcio Ferreira Guedes, Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado, Dra. Viviane M. P Arruda, Dr. Bruno V. B. Arruda, Dr. Kléber Vinícius Bezerra Camelo de Melo. Abertos os trabalhos o Conselho passou a deliberar e decidiu: (Questão de ordem) O Exmo. Sr. Conselheiro Presidente, Dr. José Rômulo Plácido Sales, em debate inicial, levantou a questão sobre utilização da lista sêxtupla antiga ou de feitura de nova lista para a escolha do Subdefensor Público-Geral Federal e o Corregedor-Geral Federal da Defensoria Pública da União, nos termos da LC 80, art. 10, XIV. O Conselho, por maioria, vencida a Exma. Dra Tatiana Siqueira Lemos que vota pelo aproveitamento da lista antiga, decidiu pela deliberação de nova lista sêxtupla. O Colegiado, prosseguindo ao julgamento da questão, por unanimidade, decidiu que a deliberação ocorrerá na próxima Sessão Ordinária deste CSDPU e que, ainda, deverá ser aberto prazo de 10 dias, a partir da publicação da presente Ata, para que os Defensores Públicos Federais de Categoria Especial interessados encaminhem currículo para concorrer ao pleito. (Processos nº 08038.0001631/2011-38. Relatório de atividades funcionais.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro que atribuiu nota máxima à Exma. Defensora Pública Federal, Dra. Otávia Cunha Mautone, no período avaliado. (Inclusão de Pauta. Processos nºs 08038.001147/2011-62; 08038.001399/2011-91 e 08038.001543/2011-90. Relatórios de atividades funcionais.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro, que atribuiu nota máxima aos Exmos. Defensores Públicos Federais: Dr. Sérgio Murilo Fonseca Marques Castro, Dr. Carlos Maia Fonseca e Dr. Wellington Fonseca de Paulo, no período avaliado. Seguindo o julgamento, o Conselho, por unanimidade, entendeu que não é possível avaliar os Relatórios de atividades funcionais antes do término do período avaliado. Contudo, se o Defensor Público Federal já reuniu todas as peças jurídicas suficientes para a devida avaliação poderá enviar o Relatório antes de findado o prazo respectivo. (Processos nºs 08038.014519/2008-15; 08038.022384/2010-86; 08038024077/2010-30; 08038.001551/2011-36. Relatórios de atividades funcionais.) A Exma. Sra. Conselheira Relatora Dra. Tatiana Siqueira Lemos, na mesma oportunidade, homologou os Estágios Probatórios dos Exmos Defensores Públicos Federais: Dr. Kelery Dinarte da Pascoa Freitas, Dr. Francisco Nogueira Machado, Dr. Gustavo Henrique Armbrust Virginelli, no que foi acompanhada à unanimidade pelo CSDPU, salvo a homologação final do estágio do Dr. Kelery Dinarte que foi aprovado por maioria. Vencido o Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa, que não conheceu do pedido, pois o Estágio Probatório do Defensor findou em Outubro de 2008, após o prazo de 2 (dois) anos de sua posse. Nesse sentido, o silêncio da Administração deve ser interpretado como silêncio positivo, isto é, em favor do administrado, de modo que já está aprovado e estável na carreira. (Inclusão de pauta. Processos nºs 08038.001566/2011-02. Relatórios de atividades funcionais.) Por unanimidade, acompanhar a Exma. Sra. Conselheira Relatora Dra. Tatiana Siqueira Lemos, que atribuiu nota máxima ao Exmo. Defensor Público Federal, Dr. Leonardo de Castro Trindade, no período avaliado. (Processos nºs 08038.024965/2010-52; 08038.023460/2010-71. Relatórios de atividades funcionais.) Após pedido de vista, a Exma. Sra. Conselheira Relatora Dra. Tatiana Siqueira Lemos votou no sentido de que, em razão da manutenção da segurança jurídica da questão e em razão da boa-fé apresentada pelo Defensor Público Federal requerente, porquanto ele próprio foi quem provocou o Colegiado a se manifestar sobre a questão, o Estágio Probatório do Exmo. Dr. João Paulo Gondim Picanço deverá ser analisado no período de março de 2010 até a publicação de novo entendimento do CSDPU por meio de peças jurídicas apresentadas no relatório quadrimestral. Após esta data a Conselheira entende que o Estágio deverá ser suspenso até seu retorno à atividade fim. Dessa forma, a Conselheira acompanhou o voto proferido pelo Exmo. Relator Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior. Seguindo, o Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima manifestou-se nos seguintes termos. (i) CONSENTIMENTO COM RISCO. O defensor-avaliado consentiu com o risco, tal como observado no voto proferido pelo Sr. Conselheiro Relator Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa. Contudo tal risco, já restou afastado pelo CSDPU, 117ª RO. Assim, o interessado, embora tivesse consentido com "o risco", este não gerou desdobramentos concretos em face do deferimento do seu pleito pelo CSDPU na 117ª RO.(ii) QUÓRUM. 117ª RO. Embora previsto na LC 80, a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública da União, órgão da Administração Superior, nunca efetivamente "existiu", não por inapetência da DPU, mas por questões afetas, principalmente, ao Poder Legislativo (falta de previsão legal de DAS). Com efeito, "o direito há de nascer do fato e não da regra jurídica pura, imposta por sistemática legislativa que pretende interferir com o fato a ponto de modificá-lo, ou mesmo de extingui-lo ou marginalizá-lo, subtraindo-se-lhe o elemento de validação ético-jurídico" (TRF1, AC 200401990043943). Assim, considero incabível, nesse contexto, levar-se em consideração um órgão que nunca faticamente existiu para fins de contagem do quórum regimental. (iii) ESTÁGIO PROBATÓRIO E ATIVIDADE-FIM. LEI Nº 11.890. LEI Nº 8.112. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. A Lei Nº 11.890 (art. 8º, VI) afasta a incidência - considerado o princípio da especialidade - da Lei Nº 8.112 (art. 20, § 2º). E aquela, ao contrário desta, não prevê nenhuma hipótese de afastamento de defensor público federal durante o estágio probatório. Ademais, a aplicação da Lei Nº 8.112 aos defensores públicos federais é subsidiária (LC 80, art. 136) e não automática e indistinta. Por outro lado, como se daria a análise das funções institucionais como "prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus" (art. 4º, I) e dos deveres dos membros da DPU, em especial, (a) "avaliar o atendimento ao expediente forense e participar dos atos judiciais, quando for obrigatória a sua presença" (art. 45, V); (b) "interpor os recursos cabíveis para qualquer instancia ou Tribunal e promover revisão criminal, sempre que encontrar fundamentos na lei, jurisprudência ou prova dos autos, remetendo cópia à Corregedoria-Geral" (art. 45, VII). (iv) COISA JULGADA ADMINISTRATIVA. A decisão do CSDPU na 117ª RO, em sua composição anterior, faria coisa julgada administrativa nos termos do art. 63, § 2º, Lei Nº 9.784/99, eis que a decisão teria se tornado irretratável pela própria Administração. Contudo, esvazia-se a alegação de existência de coisa julgada administrativa, tendo em vista que a Administração Pública, diante do teor do art. 37, caput, da CF e do art. 53 da Lei Nº 9.784/99, possui o dever de anular os atos eivados de nulidade. (v) BOA-FÉ DO INTERESSADO. Aplicável, "mutatis mutandis", a diretriz do Supremo Tribunal Federal: "Embora a lei inconstitucional pereça mesmo antes de nascer, os efeitos eventualmente por ela produzidos podem incorporar-se ao patrimônio dos administrados, em especial quando se considere o princípio da boa-fé" (359043 AgR/AM). Tais as circunstâncias, reconheço a validade do quórum para instalação da 117ª RO; vislumbro que o "risco consentido alegado" restou superado por força do deferimento originário do pleito pelo CSDPU na 117ª RO; considero que a Lei Nº 11.890 (lei especial) afasta a da Lei Nº 8.112 (lei geral); afasto a alegação de existência de coisa julgada administrativa; contudo, por reconhecer a boa-fé do interessado, considero que os efeitos eventualmente por ela produzidos devem incorporar-se ao patrimônio jurídico e, assim, acompanho integralmente o voto do Conselheiro-Relator, no sentido de considerar válido o afastamento da atividade-fim até a presente deliberação, nos termos da fundamentação expendida. Passada a palavra ao Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro, o mesmo profere voto no sentido de, sem adentrar no mérito, deixando para fazê-lo quando da discussão do tema, acatar a boa-fé do Requerente e pautar-se, neste caso concreto, pelo Princípio da Razoabilidade, haja vista que o prazo final do Estágio Probatório ocorrerá em apenas alguns dias, motivo pelo qual a suspensão do mesmo para o retorno à atividade fim seria, para a situação fática apresentada, decisão irrazoável. Prosseguindo ao julgamento, o Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Felipe Caldas Menezes sugeriu fosse votado em definitivo os casos semelhantes para que não haja afronta ao Princípio da Segurança Jurídica. Nesse ínterim, o Conselheiro propõe seja expedida comunicação a todos os Defensores Públicos Federais que estejam afastados da atividade fim para que os mesmos se pronunciem a respeito da matéria. O Conselho, por maioria, votou no sentido de acompanhar o Relator e, ainda, de aderir ao Princípio da Razoabilidade levantado pelo Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro e, dessa forma, para o caso do Exmo. Dr. João Paulo Gondim Picanço, o Estágio Probatório não ficará suspenso para o retorno à atividade fim. Vencidos Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa e Exmo. Dr. Felipe Caldas Menezes com fundamentação diferente, pois o Dr. Felipe Caldas Menezes entende que todo o período deveria ser considerado como de efetivo exercício sem repercussão no estágio probatório. No que tange à discussão da matéria em abstrato o CSDPU, por maioria, decidiu deliberar sobre a questão na próxima Sessão Ordinária. Vencidos Exma. Dra. Tatiana Siqueira Lemos e Exmo. Dr. Felipe Caldas Menezes que votaram no sentido de que a votação fosse na presente data. O CSDPU, por unanimidade, decidiu abrir prazo de 10 dias, para que os Defensores Públicos Federais que se encontrem em situação semelhante, apresentem memoriais ou sustentem oralmente seus motivos. Fica, ainda, consignado no presente julgamento que o Exmo. Sr. Conselheiro Presidente, Dr. José Rômulo Plácido Sales, proferiu voto acompanhando voto proferido pelo Exmo. Dr. Felipe Caldas Menezes na 122ª Sessão Ordinária do CSDPU, cuja ata foi publicada no DOU, Seção 1, de 19 de janeiro de 2010, p. 22, pelo que restaram vencidos (Inclusão de Pauta. Processo. 08038.001348/2011-60; 08038.001393/2011-14 e 08038.001391/2011-25. Relatórios de atividades funcionais.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes, que atribuiu nota máxima aos Exmos. Defensores Públicos Federais: Dr. Thales Arcoverde Treiger, Dr. Vinicius Cobucci Sampaio e Dr. Alexandre Benevides Cabral, no período avaliado. (Inclusão de Pauta. Processo. 08038.024624/2010-87. Relatório de atividades funcionais.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes, que avaliou com nota máxima o Defensor Público em seu sexto e último relatório funcional e homologou o Estágio probatório do Exmo. Defensor Público Federal, Dr. André Carneiro Leão. (Processos nº 08038.001395/2011-11; 08038.001366/2011-41. Relatórios de atividade funcional.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior, que atribuiu nota máxima aos Exmos. Defensores Públicos Federais: Dra. Ludmylla Mariana Anselmo, Dr. Wilton Resplande de Carvalho, no período avaliado. (Processo nº 08038.024301/2010-93; 08038.024264/2010-13; 08038.024303/2010-82; 08038.024302/2010-38. Relatório de atividade funcional.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Mar-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cos Antônio Paderes Barbosa, que atribuiu nota máxima ao Defensor Público Federal, Dr. Geraldo Vilar Correia Lima Filho, nos períodos avaliados. (Inclusão de Pauta. Processo nº 08038.001276/2011-51; 08038.001442/2011-19; 08038.021255/2010-71; 08038.000864/2011-77 e 08038.000584/2011-69. Relatório de atividade funcional.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa, que atribuiu nota máxima aos Defensores Públicos Federais: Dr. Eraldo Silva Júnior, Dra. Séfora Azevedo Silva, Dr. Eduardo Marcelo de Negreiros Freitas, Dr. Guilherme Michellazzo Bueno. Por unanimidade, acompanhar o Relator que não conheceu o pedido de homologação do estágio probatório, atinente ao período de 14/08 a 13/12/2010, formulado pelo Dr. Feliciano de Carvalho, pois a homologação final de seu Estágio Probatório ocorreu na 121ª sessão ordinária do CSDPU. (Processo nº 08038.021064/2010-17. Relatórios de atividades funcionais.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, que homologou o Estágio Probatório do Exmo. Defensor Público Federal, Dr. Lúcio Ferreira Guedes. (Inclusão de Pauta. Processo nº. 08038.000742/2011-81. Relatório de atividades funcionais.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima que, homologou o Estágio Probatório do Defensor Público Federal, Dr. Adriano Henrique de Oliveira Afonso. (Processos Nº 08038.013935/2010-11, 08038.015892/2010-16, 08038.015376/2010-83, 08038.015204/2010-18, 08038.015191/2010-79, 08038.014778/2010-61, 08038.015096/2010-75, 08038.015337/2010-86 e 08038.015985/2010-32. Seleção de novo Defensor para compor a Câmara de Coordenação de Direitos Humanos e Tutela Coletiva.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro, que, inicialmente, homologou desistência do Exmo. Defensor Dr. Rômulo Coelho da Silva. Prosseguindo, em julgamento preliminar, o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro votou o pedido do Defensor Ricardo Emílio Pereira Salviano que solicitou seja considerado como pontuação a publicação de livro de autoria individual. Nesse ponto, o Exmo. Relator, apesar de entender razoável o pleito, votou no sentido de não ser possível a aplicação de eventuais alterações dos critérios durante o curso do certame seletivo, em atendimento aos Princípios da legalidade e da Segurança Jurídica, no que foi acompanhado, à unanimidade, pelo Conselho. O Exmo Dr. Felipe Caldas Menezes fica responsável pela feitura de minuta de alteração dos critérios. Superada a preliminar, e seguindo no mérito, o Exmo. Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro entendeu que, embora não expresso na Resolução Nº 33, seria necessária para o próprio cumprimento daquilo nela disposto, principalmente no artigo 5º, I, a juntada dos documentos comprobatórios da pontuação alegada, sob pena de se igualar atuação na área e tempo de carreira, pontuando-se mais o mais antigo, visto que o currículo, por si só, não indica o tempo de atuação em cada área. O Exmo. Sr. Conselheiro Presidente Dr. José Rômulo Plácido Sales abriu divergência por entender que devem ser considerados para fins de pontuação os artigos constantes do currículo apresentado pelo Defensor Público Geral Federal. O Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima acompanhou o Relator. Exmo. Dr. Felipe Caldas Menezes vota com a divergência do Exmo. Sr. Conselheiro Presidente. O Conselho Superior da Defensoria Pública da União, por maioria, decidiu que os documentos comprobatórios devem ser apresentados juntamente com o currículo. Contudo, à unanimidade, o Colegiado decidiu abrir prazo de 10 dias para que os Defensores Públicos Federais apresentem os documentos comprobatórios relativos ao concurso em questão. E, ainda, por unanimidade, o Colegiado decidiu que a pontuação referente à área de atuação, no que diz respeito aos Direitos Humanos e Tutela Coletiva, será atribuída por tempo de efetivo exercício na carreira, visto que a atuação do Defensor está intimamente ligada à Defesa dos Direitos Humanos. O processo fica suspenso para a apresentação dos documentos. (Processo Nº 08038.000512/2011-11. Averbação de Tempo de Serviço do Dr. Alexandre Benevides Cabral.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro que, resolveu baixar o feito em diligência. (Processo Nº 08038.000550/2011-74. Averbação de tempo de serviço do Dr. José Maria de Barros Júnior.) Por unanimidade, acompanhar a Exma. Sra. Conselheira Relatora Dra. Tatiana Siqueira Lemos que deferiu o pleito e averbou 644 dias, como tempo de serviço público geral. (Processo Nº 08038.001237/2011-53. Averbação de tempo de serviço do Dr. Francisco de Assis Nascimento.) Por unanimidade, acompanhar a Exma. Sra. Conselheira Relatora Dra. Tatiana Siqueira Lemos que deferiu o pleito e averbou 1.445 dias, como tempo de serviço público geral. (Inclusão de Pauta. Processo Nº 08038.001194/2011-94. Averbação de Tempo de Serviço do Dr. Célio Alexandre John.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro que deferiu o pleito e averbou 4.244 dias, como tempo de serviço público federal. (Processo Nº 08038.015372/2010-03. Proposta de resolução para eleição do Defensor Público-Geral Federal.) Por unanimidade, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior, que votou no sentido de abrir prazo para que os Conselheiros do Colegiado se manifestem até a próxima Sessão Ordinária do CSDPU. O julgamento do processo fica, portanto, sobrestado até 124ª Reunião Ordinária. (Processo de Nº 08038.026964/2010-42. Averbação de tempo de serviço da Dra. Ana Luisa Zago de Moraes) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior que deferiu o pleito e averbou 1.548 dias, como tempo de serviço público federal. (Processo de Nº 18º Concurso de Remoção para DPF's de 2ª Categoria.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior que votou no sentido de indeferir todos os pleitos formulados pela ausência das vagas requeridas pelos Defensores Públicos Federais interessados. (Processo de Nº 08038.022634/2010-88. Averbação de tempo de serviço do Dr. Everton Santini.) Por unanimidade acompanhar o Exmo Sr. Conselheiro Relator Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa que deferiu e averbou 6.791 dias, como tempo de serviço público geral. (Processo Nº 08038.017379/2008-37. Proposta de alteração do Regimento Interno do CSDPU.) Por maioria, acompanhar o Exmo. Sr. Conselheiro Relator Dr. Felipe Caldas Menezes que votou no sentido da utilização da proposta originária como texto base. Vencidos os Exmos. Conselheiros Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa e Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior que aderiram ao texto apresentado pelo Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa. (Inclusão de Pauta. Processo Nº 08038.000403/2011-02. Solicitação de restrição de atendimento em matéria trabalhista e eleitoral pela DPU-Uberlância/MG.) O conselho, por maioria, seguindo a linha dos precedentes do CSDPU, deferiu a restrição de atendimento pelo prazo de 6 meses em relação a área trabalhista e eleitoral. Vencidos Exmos Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro e Dr. Felipe Caldas Menezes que, em relação à matéria eleitoral votaram pela restrição apenas pelo período de 30 dias, ressaltando-se ainda a peculiaridade do posicionamento do Dr. Felipe Caldas Menezes que votava no sentido de que as restrições não abarcariam as hipóteses, mesmo nas searas trabalhista e eleitoral em que houvesse risco de perecimento dos direitos à vida e à liberdade, situação excepcionada inclusive em estado de greve. (Inclusão de Pauta. Processo Nº 08038.002078/2011-12. Pedido de restrição de atendimento em Dourados/MS.) O Exmo Relator, Dr. Felipe Caldas Menezes, votou no sentido de deferir a medida liminar, com eficácia de 30 dias para suspender a exigência de atuação senão na área criminal, na continuação dos atendimentos relativos ao "Projeto Dourados" e nas hipóteses em que haja risco de perecimento dos direitos à liberdade e à vida (tutela de saúde). O Exmo. Sr. Conselheiro Presidente, Dr. José Rômulo Plácido Sales, o Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa e o Exmo. Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior votaram pelo deferimento da restrição de atendimento, mantida a assistência no que tange a área criminal e tutela de saúde, pelo prazo de 6 meses. Os Exmos. Srs. Conselheiros Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima, Dra. Tatiana Siqueira Lemos e Dr. Gustavo de Almeida Ribeiro votaram no sentido de autorizar a restrição, porém mantida a assistência nas áreas de saúde, penal e LOAS, pelo igual prazo de 30 dias. O Conselho, por maioria, vencidos os Exmo. Dr. José Rômulo Plácido Sales, Exmo. Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa e Exmo. Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior que deferiram a restrição por 6 meses, decidiu que a restrição se dará por 30 dias, mantidos os atendimentos na área criminal, tutela de saúde e Projeto Dourados. A reunião foi suspensa para intervalo às 12h e 30min, retornando às 14h e 15min. (Questão De Ordem) O Exmo. Sr. Presidente da Associação dos Defensores Públicos Federais, Dr. Luciano Borges dos Santos, levanta a questão de troca de datas das reuniões do CSDPU, eis que às terças, quartas e quintas ocorrem as reuniões e votações no Congresso Nacional, sendo imprescindível a disponibilidade do Presidente da ANADEF para defender os interesses associativos também perante o referido Poder . O Colegiado decidiu, por maioria, manter as reuniões às quartas-feiras. Vencidos os Exmos. Srs. Conselheiros Dr. Carlos Eduardo Regilio Lima que, entendeu que não haverá nenhuma onerarão para o Erário, e que a necessária e efetiva atuação da ANADEF perante o Congresso Nacional, dentre outras, repercute em proveito para a Instituição e para os seus membros; Dr. Marcos Antônio Paderes Barbosa e Dr. Jânio Urbano Marinho Júnior que, votaram pela realização das reuniões sempre às segundas-feiras. Neste momento os presentes se retiraram da sala de reunião e a videoconferência foi interrompida para a apreciação das matérias sigilosas. (Processo 08038.016997/2010-85. Matéria Sigilosa.) (Processo 08038.017093/2010-76. Matéria Sigilosa.) (Processo 08038.020872/2010-59. Matéria Sigilosa.) (Processo de Nº 08038.000370/2011-92. Matéria Sigilosa.) (Processo 08038.025251/2010-61. Matéria Sigilosa.) (Processo Nº 08038.017729/2010-80. Matéria Sigilosa.) Foram retirados de pauta os seguintes processos: 08038.012800/2010-38; 08038.001404/2011-66; 08038.001251/2011-57; 08038.027061/2010-89; 08038.019098/2010-33; 08038.025010/2010-12; 08038.011022/2010-60; 08038.006035/2010-17. Por não haver nada mais a ser discutido, a presente reunião encerrou-se às 15h e 02m.

JOSÉ RÔMULO PLÁCIDO SALES
Presidente do Conselho

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.336, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2010

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08512.026704/2010-24-DELESP/SR/SP, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviços ORGÂNICOS de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRINDES TIP LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 57.008.138/0001-54, tendo como responsável pelo serviço orgânico de segurança: JOÃO HIROSHI OGURA, para exercer suas atividades no Estado de São Paulo.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 9, DE 5 DE JANEIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08322.001631/2010-03-DPF/BRG/MT, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviços ORGÂNICOS de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JBS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 02.916.265/0010-50, para exercer suas atividades no Estado de Mato Grosso.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 109, DE 17 DE JANEIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08400.023103/2010-27-SR/DPF/PE, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviços ORGÂNICOS de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VALE VERDE EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA , inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 02.414.858/0001-28, para exercer suas atividades no Estado de Pernambuco.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 155, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei Nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto Nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 08455.105781/2010-71-SR/DPF/RJ, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviços ORGÂNICOS de VIGILÂNCIA PATRIMONIAL , válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NOVA RIOTEL EMPREENDIMENTOS LTDA - HOTEL SOFITEL, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 01.436.319/0002-08, para exercer suas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.230, DE 31 DE JANEIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2010/7534/DPF/RPO/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OBSERVE PLENA ATENÇÃO SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ Nº 07.786.273/0001-52, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança Nº 137 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.281, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2010/7560/DPF/PTS/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ Nº 17.428.731/0065-08, sediada no RIO GRANDE DO SUL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

-1240 (um mil, duzentos e quarenta) Cartuchos de Munição calibre 38,

-135 (cento e trinta e cinco) Cartuchos de Munição calibre .380,

-520 (quinhentos e vinte) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 10.290, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/185/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa NCTEC NOVO CENTRO TECNICO DE FORMACAO EM SEGURANCA LTDA, CNPJ Nº 04.277.194/0001-28, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

-366.417 (trezentas e sessenta e seis mil, quatrocentas e dezessete) Espoletas Calibres 38/.380,

-329.900 (trezentos e vinte e nove mil e novecentos) Projéteis Calibre 38,

-5.000 (cinco mil) Estojos Calibre 38,

-31.317 (trinta e um mil, trezentos e dezessete) Projéteis Calibre .380,

-4.400 (quatro mil e quatrocentas) Munições Calibre 12,

-88.000 (oitenta e oito mil) gramas de Pólvora.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.306, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2010/7585/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa PONTO FORTE SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 07.499.430/0001-49, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

-5 (cinco) Revólver(es) calibre 38,

-90 (noventa) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.308, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/269/DPF/MGA/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa ESCOLA DE SEGURANÇA MARINGÁ LTDA, CNPJ Nº 07.258.384/0001-96, sediada no PARANA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

-50600 (cinquenta mil e seiscentos) Espoletas para Munição calibre 38,

-50600 (cinquenta mil e seiscentos) Projéteis para Munição calibre 38,

-7200 (sete mil e duzentos) Gramas de Pólvora calibre 38,

-5000 (cinco mil) Espoletas para Munição calibre .380,

-5000 (cinco mil) Projéteis para Munição calibre .380,

-2200 (dois mil e duzentos) Espoletas para Munição calibre 12,

-2150 (dois mil, cento e cinquenta) Buchas para Munição calibre 12,

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.309, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/21/DELESP/DREX/SR/DPF/TO, resolve: CONCEDER autorização à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES TOCANTINS LTDA, CNPJ Nº 02.470.139/0001-24, sediada em TOCANTINS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

-24400 (vinte e quatro mil e quatrocentos) Espoletas para Munição calibre 38,

-24400 (vinte e quatro mil e quatrocentos) Projéteis para Munição calibre 38,

-7000 (sete mil) Gramas de Pólvora calibre 38,

-800 (oitocentos) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.314, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2010/7567/DPF/RPO/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CIASERV VIGILANCIA LTDA,, CNPJ Nº 03.197.321/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Segurança Pessoal, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança Nº 138/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.319, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2010/7069/DPF/AGA/TO, resolve: CONCEDER autorização à empresa ATALAIA SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ Nº 05.310.848/0001-30, sediada em TOCANTINS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

6 (seis) Revólver(es) calibre 38,

5 (cinco) Pistola(s) calibre .380,

6 (seis) Espingarda(s) calibre 12,

72 (setenta e dois) Cartuchos de Munição calibre 38,

480 (quatrocentos e oitenta) Cartuchos de Munição calibre .380,

96 (noventa e seis) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.320, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2010/6496/DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve: CONCEDER autorização à empresa ESTAÇÃO VIP SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ Nº 09.228.233/0001-10, sediada no ACRE, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

79 (setenta e nove) Revólver(es) calibre 38,

948 (novecentos e quarenta e oito) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.355, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/358/DPF/JZO/BA, resolve: CONCEDER autorização à empresa SERTÃO ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ Nº 04.857.939/0001-28, sediada em PERNAMBUCO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

1 (um) Pistola(s) calibre .380,

20050 (vinte mil e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 38,

3450 (três mil, quatrocentos e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre .380,

1350 (um mil, trezentos e cinquenta) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.357, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/42/DPF/SMA/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa GAT CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ Nº 01.893.350/0001-97, sediada no RIO GRANDE DO SUL, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

45000 (quarenta e cinco mil) Espoletas para Munição calibre 38,

45000 (quarenta e cinco mil) Projéteis para Munição calibre 38,

3000 (três mil) Estojos para Munição calibre 38,

11000 (onze mil) Gramas de Pólvora calibre 38,

2300 (dois mil e trezentos) Espoletas para Munição calibre .380,

2300 (dois mil e trezentos) Projéteis para Munição calibre .380,

1 (um) Gramas de Pólvora calibre .380,

1300 (um mil e trezentos) Estojos Espoletados para Munição calibre 12,

42 (quarenta e dois) Kilogramas de Chumbo para Munição calibre 12,

3000 (três mil) Gramas de Pólvora calibre 12,

1300 (um mil e trezentos) Buchas para Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.363, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/217/DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: CONCEDER autorização à empresa SECURITY TRAINING CENTER - CENTRO DE TRIENAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ Nº 05.781.749/0001-37, sediada no CEARÁ, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

3 (três) Pistola(s) calibre .380,

89800 (oitenta e nove mil e oitocentos) Espoletas para Munição calibre 38,

89800 (oitenta e nove mil e oitocentos) Projéteis para Munição calibre 38,

21000 (vinte e um mil) Gramas de Pólvora calibre 38,

4400 (quatro mil e quatrocentos) Espoletas para Munição calibre .380,

4400 (quatro mil e quatrocentos) Projéteis para Munição calibre .380,

1400 (um mil e quatrocentos) Espoletas para Munição calibre 12,

29 (vinte e nove) Kilogramas de Chumbo para Munição calibre 12,

1400 (um mil e quatrocentos) Buchas para Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2010/7537/DPF/LDA/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROSIGA VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA,, CNPJ Nº 06.297.793/0001-39, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial,Escolta Armada,Segurança Pessoal, para atuar no PARANA , com Certificado de Segurança Nº 58/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 10.383, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto Nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo Nº 2011/55/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REAK SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA,, CNPJ Nº 10.928.126/0001-84, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança Nº 2055/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 11 de fevereiro de 2011

Nº 131 - Procedimento Administrativo nº 08012.003429/2007-14. Representante: Ministério Público Federal. Representadas: Distribuidoras de Combustíveis em Campinas-SP. Acolho a Nota Técnica de fls., elaborada pelo Coordenador-Geral de Controle de Mercado, Dr. Ravvi Augusto de Abreu Coutinho Madruga, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n.º 9.784/1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Tendo em vista que a denúncia em análise é alcançável pelos dispositivos da Lei n.º 8.884/94, e com vistas a garantir o seu exame pelo CADE em sede de recurso de ofício, determino a instauração de Averiguação Preliminar, nos termos do artigo 30 da Lei n.º 8.884/94. No entanto, considerando os fundamentos expostos na Nota Técnica exarada pelo Departamento de Proteção e Defesa Econômica, entendo que não foram observados indícios de infração à ordem econômica suficientes para a instauração de Processo Administrativo. Por esse motivo, determino o arquivamento da presente Averiguação Preliminar recorrendo de ofício ao CADE nos termos do art. 31 da Lei n.º 8.884/94 e do art. 44 da Portaria MJ n.º 456/2010.

Nº 132 - Processo Administrativo nº 08012.007149/2009-39. Representante: Ministério Público do estado do Rio Grande do Sul. Representados: Jorge Humberto Vasques Miotti, João Cleonir Moraes Saldanha, Arlindo Dos Santos Dutra, Volmar Rosa Peixoto, Irineu João Barichello, Valnir José Dutra da Silva, Ivo Santa Lúcia, Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes - Sulpetro. Advogados: Fabricio Schorn Rodrigues; Sandro Seixas Trentin e outra; Luís Sérgio Vasques Miotti e outro; Zeno Bittencourt Souza e outros; Cristina Pessoa Pereira Borja e outros. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Coordenador-Geral de Controle de Mercado, Dr. Ravvi Augusto de Abreu Coutinho Madruga e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n. 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Tendo em vista a ausência de manifestação do representado Arlindo dos Santos Dutra aos termos do Despacho Nº 962, publicado em 10 de dezembro de 2010, e por considerar o feito satisfatoriamente instruído, decido pelo encerramento da fase instrutória, intimando-se os representados para a apresentação das suas alegações finais em 05 (cinco) dias, a serem contados em dobro, nos termos do art. 39 da Lei n.º 8.884/94 e do art. 49 da Portaria MJ n.º 456/10, a fim de que, em seguida, a SDE profira suas conclusões definitivas acerca dos fatos. Ao Departamento de Proteção e Defesa Econômica.

Nº 133 - Averiguação Preliminar Nº 08012.001049/2003-11. Representante: J. Queiroga Representações Ltda - OK Produções. Representada: Bandeirantes Propaganda Cearense e Divulcart Propaganda Ltda. Advogados: Paulo Maria Teixeira Lima, Magno Torres Muniz. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pela Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos, Dra. Alessandra Lopes da Silva, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei Nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Considerando os fundamentos expostos na Nota Técnica de fls., entendo que não foram observados indícios de infração à ordem econômica suficientes para a instauração de Processo Administrativo. Por esse motivo, determino o arquivamento da presente Averiguação Preliminar, recorrendo de ofício ao CADE, nos termos do art. 31 da Lei 8.884/94 e do art. 44 da Portaria MJ Nº 456/2010. Considerando as razões apontadas na Nota Técnica de fls., extraiam-se cópias da Averiguação Preliminar em epígrafe para que sejam as mesmas acostadas aos autos do Processo Administrativo Nº 08012.008602/2005-02.

Em 11 de fevereiro de 2011

A SECRETÁRIA DE DIREITO ECONÔMICO INTERINA, no uso das competências que lhe foram atribuídas pela Lei Nº 8.884, de 11 de Junho de 1994, e com base no disposto na Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, opina pela:

Nº 134. Aprovação do Ato de Concentração Nº 08012.000142/2011-19 em que são Requerentes: Amata S/A; Floresta Brasil Participações S/A; Projetos Sustentáveis Participações S/A; BNDES Participações S/A e Áquila Waldinvest III GMBH & Co. KG. Guilherme F. C. Ribas e Enrico S. Romanielo.

Nº 135. Aprovação do Ato de Concentração Nº 08012.000493/2011-11 em que são Requerentes: Mitsui & Co., Ltd. e Multigrain AG. Advs.: Bruno Dario Werneck e Gustavo Flausino Coelho.

Nº 136 - Ato de Concentração Nº 08012.005212/2009-01. Requerentes: Duratex S/A e Satipel Industrial S/A. Advs.: Barbara Rosenberg e outros. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei Nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ Nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei Nº 8.884/94.

Nº 137 - Ato de Concentração Nº 08012.007357/2009-38. Requerentes: Placas do Paraná S/A; SCS Beheer, B.V. e Tafiber - Tableros de Fibras Ibéricos, S.L. Advs.: Lauro Celidonio Neto e outros. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei Nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ Nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei Nº 8.884/94.

ANA MARIA MELO NETTO
Interina

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DA DIRETORA

Pedido de Republicação de Permanência Definitiva DEFERIDA pelo Conselho Nacional de Imigração, nos termos da Resolução Normativa 77/2008. Processo N° 46094.000051/2009-87 - Mohamed Câmara.

Tendo em vista a tempestividade da peça recorrente, conheço do Recurso e, no mérito, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 02/08/2010, seção 1, pág. 42, considerando a falta do cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) pela Coordenação Geral de Imigração.

Processo N° 08000.007480/2010-21 - Chengjin Zhang

Tendo em vista a tempestividade da peça recorrente, conheço do Recurso e, no mérito, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 12/08/2010, seção 1, pág. 29, nos termos do art. 4º, Parágrafo Único, c/c art. 5º da Resolução Normativa n° 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração. Processo N° 08000.002404/2010-20 - Sun Yucai

Tendo em vista a tempestividade da peça recorrente, conheço do Recurso e, no mérito, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 15/07/2010, seção 1, pág. 68, nos termos do art. 4º, Parágrafo Único, c/c art. 5º da Resolução Normativa n° 61/2004 do Conselho Nacional de Imigração. Processo N° 08000.001349/2010-51 - Georg Erwin Riekehr, Francisco Giuseppe Naritelli Valenzuela, Mariana Augusta Valenzuela Campana e Marioli Antonella Naritelli Valenzuela

Tendo em vista a tempestividade da peça recorrente, conheço do Recurso e, no mérito, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 19/10/2010, seção 1, pág. 34, considerando a falta do cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) pela Divisão de Permanência de Estrangeiros. Processo N° 08000.003217/2010-63 - Andres Willy Rojas Mendieta.

Tendo em vista a tempestividade da peça recorrente, conheço do Recurso e, no mérito, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 23/09/2010, seção 1, pág. 52, considerando a falta do cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) pela Divisão de Permanência de Estrangeiros. Processo N° 08000.003175/2010-61 - Heinz Friedrich Seip

Tendo em vista a tempestividade da peça recorrente, conheço do Recurso e, no mérito, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 10/08/2010, seção 1, pág. 27, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a Decisão recorrida. Processo N° 08260.000256/2010-48 - Maria Fernanda Lança Janeiro

Tendo em vista a tempestividade da peça recorrente, conheço do Recurso e, no mérito, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 06/10/2010, seção 1, pág. 49, considerando a falta do cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) pela Divisão de Permanência de Estrangeiros. Processo N° 08461.003445/2010-14 - Mark John Tamlin

Tendo em vista a tempestividade da peça recorrente, conheço do Recurso e, no mérito, INDEFIRO o presente pedido, bem assim mantenho o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 02/08/2010, seção 1, pág. 40, considerando que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a Decisão recorrida. Processo N° 08504.018596/2009-81 - Marco Sigowa

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.011928/2010-94 - Yang Peng e Liu Dandan

Processo Nº 08460.025597/2010-70 - Luis Lacave Arias Camison

Processo Nº 08505.089302/2009-96 - Chao Tang Liu

Processo Nº 08506.005307/2010-06 - Agustin Croche Pescador, Agustin Croche Bachbush, Gabriela Bachbush de Croche e Patricio Croche Bachbush

Processo Nº 08514.005744/2010-12 - Guillaume Marie Xavier Braure

Determino o arquivamento do pedido, diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país.Processo Nº 08460.008160/2010-71 - Antonio Roni Figueiredo

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08460.053642/2010-86 - Laura Burocco, até 10/01/2012

Processo Nº 08506.002234/2011-73 - Diego Felipe Sanchez Gomez, até 03/02/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08354.000225/2011-29 - Miguel Angel Chavez Fumagalli, até 13/01/2012

Processo Nº 08354.000253/2011-46 - Princess Kambilo Ekomba, até 28/02/2012

Processo Nº 08354.000255/2011-35 - Olga Kambilo Koho, até 28/02/2012

Processo Nº 08354.000301/2011-04 - Sandra Patricia Mendes Varela Alfama, até 16/02/2012

Processo Nº 08354.000305/2011-84 - Basilio Pedro Impoi Gomes, até 23/02/2012

Processo Nº 08354.000360/2011-74 - Marjolaine Catherine Fanny Edith, até 09/03/2012

Processo Nº 08354.000362/2011-63 - Roxana Zamudio Zea, até 22/02/2012

Processo Nº 08354.000384/2011-23 - Aguinaldo Cesar Barros Amante da Rosa, até 17/02/2012

Processo Nº 08354.007319/2010-48 - Domingas Paulina de Almeida Francisco, até 23/01/2012

Processo Nº 08364.001344/2010-07 - Ivanilda Monteiro dos Santos, até 23/02/2012

Processo Nº 08460.055963/2010-15 - Josemar da Costa Magalhaes, até 24/01/2012

Processo Nº 08508.000968/2011-06 - Mirko Salomon Alva Sanchez, até 05/03/2012.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.008753/2010-55 - Brian William Murphy, até 04/01/2012

Processo Nº 08000.008915/2010-55 - Jerzy Grygoluk, até 16/01/2012

Processo Nº 08000.009058/2010-19 - James William Wardale, até 16/01/2012

Processo Nº 08000.009059/2010-55 - Juan Carlos Cardenas Arredondo, até 22/09/2011

Processo Nº 08000.009996/2010-19 - Leo Tapiculin Soriano, até 18/06/2012

Processo Nº 08000.010073/2010-00 - Gerald Peder O´Malley, até 31/12/2012

Processo Nº 08000.010080/2010-01 - Ronald Benton, até 31/12/2011

Processo Nº 08000.010099/2010-40 - Emiel Ingnar Leusink, até 31/12/2011

Processo Nº 08000.010100/2010-36 - Eric Lynn Camel Jr, até 31/12/2011

Processo Nº 08000.010305/2010-11 - Hugh Robert Clare Talbot, até 01/09/2011.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.009046/2010-86 - Santiago Peraza Mendez, até 30/07/2010.

Processo N° 08000.009468/2010-51 - Leif Pedersen, até 01/07/2011

Processo N° 08000.009048/2010-75 - Gleen Otis Matute Matute, até 19/09/2011

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 24/06/2010, Seção I, pág. 47, para determinar o arquivamento dos autos.Processo N° 08018.022172/2009-01 - Rui Jorge Matos Luís

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 19/03/2010, Seção I, pág. 35, para determinar o arquivamento dos autos.Processo N° 08018.014944/2009-23 - Sherry Leigh Gonzalez, Diego Mauricio Gonzalez, Mary Louise Gonzalez e Nicolas Diego Gonzalez

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 21/10/2009, Seção I, pág. 25, para determinar o arquivamento dos autos.Processo N° 08018.007425/2009-17 - Gianni Alexis Morales Gómez

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 15/07/2010, Seção I, pág. 68, para determinar o arquivamento dos autos.Processo N° 08018.020523/2009-31 - Oliver Loewie Houtman

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 12/08/2010, Seção I, pág. 29, para determinar o arquivamento dos autos. Processo N° 08000.002660/2010-17 - Xuecheng Yang

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 04/10/2010, Seção I, pág. 48, para determinar o arquivamento dos autos.Processo N° 08018.016793/2009-48 - Florence Sonia Shoshany

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tendo em vista o pedido de cancelamento formulado pelo representante legal da empresa, julgo insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 01/06/2010, Seção I, pág. 57, para determinar o arquivamento dos autos.Processo N° 08000.000487/2009-89 - Oriel Olmedo Castillo Gill

Diante dos novos elementos constantes dos autos às fls. 63 a 65, torno insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 01/07/2010, Seção 1 pág. 145, para cancelar o pedido de prorrogação de estada no País, conforme solicitação do representante legal da empresa, determinando o ARQUIVAMENTO do feito.Processo Nº 08018.020692/2009-71 - David Keith Wrightson

Diante dos novos elementos constantes dos autos às fls. 167 a 180, torno insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial de 19/07/2010, Seção 1, pág. 43, para cancelar o pedido de prorrogação de estada no País, conforme solicitação do representante legal da empresa, determinando o ARQUIVAMENTO do feito.Processo Nº 08000.000317/2010-38 - Aurelio Lenin Mitre Reyna

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO do(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.007277/2010-55 - Tomasz Maciejuk

Processo Nº 08000.010064/2010-19 - Donald Wade Brown

Processo Nº 08000.010066/2010-08 - Heath David Squires

Processo Nº 08000.010746/2010-13 - Jean Carlos Bracho Perozo

Processo Nº 08000.010751/2010-26 - Theodorus Adam Franciscus Giese

Processo Nº 08000.010756/2010-59 - Francisco Antonio Chirino Urbina

Processo Nº 08000.010760/2010-17 - Henricus Josef Henriquez

Processo Nº 08000.010762/2010-14 - Edgar Daniel Hoyer Vasquez

Processo Nº 08000.001147/2010-17 - Li Jian

Processo Nº 08018.024226/2009-65 - Jesus Alberto Luzardo Arria, Jose Alberto Luzardo Lobo, Lisaura Josefina Lobo Molina e Sophia Isabella Luzardo Lobo

Determino o arquivamento do(s) pedido de prorrogação de prazo, por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s).Processo Nº 08000.010029/2010-91 - Enrico Moreno Garcia

INDEFIRO o pedido de retificação considerando que não consta nos autos nenhum documento referente aos dependentes do estrangeiro.Processo N° 08018.012934/2009-53 - Luis Gerardo Ribé Mora

Tendo em vista a igualdade entre o prazo da estada solicitada e o inicialmente concedido ao estrangeiro, qual seja 23/12/2011, INDEFEIRO o presente pedido de prorrogação. Processo N° 08000.011105/2010-86 - Ashok Babu Thazhathe Ramanunni.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08212.011495/2010-07 - Katya Pulido Diaz, até 28/02/2011

Processo Nº 08240.019165/2010-14 - Juan Manuel Zavaleta Medina, até 27/08/2011

Processo Nº 08335.009207/2010-50 - Edwin Ricardo Campbell Thompson, Diana Paola Betancurt Garces e Sofia Isabela Campbell Betancurt, até 04/06/2011

Processo Nº 08434.004461/2010-43 - Evandro Armando Pereira Ferreira, até 27/02/2012

Processo Nº 08444.001773/2010-86 - Ramprakash Venkatesan, até 04/05/2011

Processo Nº 08460.029652/2010-09 - Julien Mauprivez, até 10/08/2011

Processo Nº 08460.029657/2010-23 - Joana Graciete Augusto, até 01/09/2011

Processo Nº 08503.000197/2010-16 - Marta da Natividade Mendes Magalhaes, até 19/05/2011

Processo Nº 08508.019495/2010-21 - Carmen Helena Espitia Manrique, até 14/02/2012

Processo Nº 08508.019496/2010-76 - Angel Andres Arias Vigoya, até 14/02/2012.

Determino o arquivamento do(s) pedidos(s) de prorrogação, abaixo relacionado(s) por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s).

Processo Nº 08093.000312/2008-07 - Kurt Eddy Greta Suenens

Processo Nº 08260.006759/2008-11 - Delfina Casimiro Gabriel Nascimento Mesquita Santana

Processo Nº 08354.009325/2009-04 - Marwan Carlos de Medina

Processo Nº 08444.006492/2009-86 - Andre Areia da Cunha Pereira

Processo Nº 08505.001995/2010-37 - Addys Coromoto Aular Torres

Processo Nº 08505.014962/2009-13 - VICENT PIERRE MICHEL REY.

INDEFIRO o presente processo de prorrogação, tendo em vista que houve mudança de Instituição de Ensino. Processo N° 08505.030249/2010-51 - Fernando Flores Tacuri

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 40, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ Nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007 e na Portaria SNJ Nº 14, publicada no DOU de 17 de junho de 2009, resolve classificar:

Filme: ASSASSINO À PREÇO FIXO (THE MECHANIC, Estados Unidos da América / Reino Unido - 2009)
Produtor(es): Rob Cowan/John Thompson/Marcy Drogin/René Besson
Diretor(es): Simon West
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Assassinato , Tortura e Consumo de Drogas
Tema: Vingança
Processo: 08017.000129/2011-10
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: 127 HORAS (127 HOURS, Estados Unidos da América - 2010)
Produtor(es): Christian Colson
Diretor(es): Danny Boyle
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Filme
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Mutilação , Lesão corporal e Sofrimento da Vítima
Tema: Sobrevivência
Processo: 08017.000267/2011-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: A MÁQUINA DO TEMPO (PHINEAS AND FERB`S QUANTUM BOOGALOO (PART 1 AND 2), Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 40A
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001082/2010-12
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Episódio: OS FANTÁSTICOS CLIPS MUSICAIS DE PHINEAS E FERB EM ORDEM DECRESCENTE (PHINEAS AND FERB MUSIC VIDEOS CLIPTACULAR COUNTDOWN, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 41A
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001083/2010-67
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Episódio: OS GAROTOS DA BOLHA / ISABELLA E O TEMPO DO LATEX (BUBBLE BOYS / ISABELLA AND THE TEMPLE OF SAP, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 42A / EP 42B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001084/2010-10
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Episódio: LEVANTANDO O ASTRAL DA CANDANCE / LEGIÃO DAS GAROTAS COMPANHEIRAS (CHEER UP CANDANCE / FIRESIDE GIRL JAMBOREE, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 43A / EP 43B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001085/2010-56
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Episódio: O CÓDIGO DO IMPLICANTE / PROCURANDO MARY MCGUFFIN (THE BULLY CODE / FINDING MARY MCGUFFIN, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 44A / EP 44B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001086/2010-09
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Episódio: O FOTOTRANSPORTADOR / DANÇAR ATÉ ENJOAR (PICTURE THIS / NERDY DANCIN, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 45A / EP 45B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001087/2010-45
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Episódio: O QUE ESSA COISA FAZ? / ATLÂNTIDA (WHAT DO IT DO? / ATLANTIS, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 46A / EP 46B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001088/2010-90
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Episódio: PHINEAS E FERB ESPECIAL DE NATAL (PHINEAS E FERB CHRISTMAS VACATION!, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 47A
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001089/2010-34
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Episódio: PAPAI ROBÔ / DE REPENTE SUSAN (I WAS A MIDLDLE AGED ROBOT / SUDDENLY SUZY, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 48A / EP 48B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001090/2010-69
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Episódio: FAMÍLIA É FAMÍLIA (MOVING CHAINS, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 12
Título da Série: HOUSE - 6ª TEMPORADA / HOUSE - SEASON 6
Produtor(es): David Shore
Diretor(es): David Shore
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Contém: Procedimento médico com danos visíveis
Tema: Rotina Hospitalar
Processo: 08017.003660/2010-55
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: UM DIA DAQUELES (5 TO 9, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 13
Título da Série: HOUSE - 6ª TEMPORADA / HOUSE - SEASON 6
Produtor(es): David Shore
Diretor(es): David Shore
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual e Insinuação Sexual
Tema: Rotina Hospitalar
Processo: 08017.003661/2010-08
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: VIDAS PRIVADAS (PRIVATE LIVES, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 14
Título da Série: HOUSE - 6ª TEMPORADA / HOUSE - SEASON 6
Produtor(es): David Shore
Diretor(es): David Shore
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual e Insinuação Sexual
Tema: Rotina Hospitalar
Processo: 08017.003662/2010-44
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: BURACO NEGRO (BLACK HOLE, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 15
Título da Série: HOUSE - 6ª TEMPORADA / HOUSE - SEASON 6
Produtor(es): David Shore
Diretor(es): David Shore
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual e Procedimento médico com danos visíveis
Tema: Rotina Hospitalar
Processo: 08017.003663/2010-99
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: A SETE CHAVES (LOCKDOWN, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 16
Título da Série: HOUSE - 6ª TEMPORADA / HOUSE - SEASON 6
Produtor(es): David Shore
Diretor(es): David Shore
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual e Consumo Irregular de Medicamentos
Tema: Rotina Hospitalar
Processo: 08017.003664/2010-33
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: A QUEDA DO CAVALEIRO (KNIGHT FALL, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 17
Título da Série: HOUSE - 6ª TEMPORADA / HOUSE - SEASON 6
Produtor(es): David Shore
Diretor(es): David Shore
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Contém: Agressão Verbal e Lesão corporal
Tema: Rotina Hospitalar
Processo: 08017.003665/2010-88
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: ABRIR E FECHAR (OPEN AND SHUT, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 18
Título da Série: HOUSE - 6ª TEMPORADA / HOUSE - SEASON 6
Produtor(es): David Shore
Diretor(es): David Shore
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual e Procedimento médico com danos visíveis
Tema: Rotina Hospitalar
Processo: 08017.003666/2010-22
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: A ESCOLHA (THE CHOICE, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 19
Título da Série: HOUSE - 6ª TEMPORADA / HOUSE - SEASON 6
Produtor(es): David Shore
Diretor(es): David Shore
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Contém: Linguagem de Conteúdo Sexual
Tema: Rotina Hospitalar
Processo: 08017.003667/2010-77
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: BAGAGEM (BAGGAGE, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 20
Título da Série: HOUSE - 6ª TEMPORADA / HOUSE - SEASON 6
Produtor(es): David Shore
Diretor(es): David Shore
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos

Contém: Consumo de Drogas Lícitas
Tema: Rotina Hospitalar
Processo: 08017.003668/2010-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: ME AJUDA (HELP ME, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 21
Título da Série: HOUSE - 6ª TEMPORADA / HOUSE - SEASON 6
Produtor(es): David Shore
Diretor(es): David Shore
Distribuidor(es): Universal Pictures Brasil
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos

Contém: Lesão corporal e Presença de sangue
Tema: Rotina Hospitalar
Processo: 08017.003669/2010-66
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 41, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ Nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007 e na Portaria SNJ Nº 14, publicada no DOU de 17 de junho de 2009, resolve classificar:

Episódio: SCOPE OF PRATICE (Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): 15
Título da Série: TRAUMA / TRAUMA
Produtor(es): Film 44
Diretor(es): Dario Scardapane
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 anos: inadequada para exibição antes das 21 horas
Gênero: Variedades
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Erotização e Lesão corporal
Tema: Rotina Hospitalar
Processo: 08017.000670/2010-39
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Episódio: O MONSTRO DO LAGO NASO (THE LAKE NOSE MONSTER (PART 1 AND 2), Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 27A
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001069/2010-63
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Episódio: ENTREVISTA COM UM ORNITORRINCO / A PONTA DO DIA (INTERVIEW WITH A PLATYPUS / TIP OF THE DAY, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 28A / EP 28B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001070/2010-98
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Episódio: ATAQUE DA IRMÃ GIGANTE / AQUÁRIO NO QUINTAL (ATTACK OF THE 50 FOOT SISTER / BACKYARD AQUARIUM, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 29A / EP 29B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001071/2010-32
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Episódio: O DIA DA GELATINA VIVA / ELEMENTAR, MINHA CARA STACY (DAY OF THE LIVING GELATIN / ELEMENTARRY, MY DEAR STACY, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 30A / EP 30B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001072/2010-87
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Episódio: NÃO PISQUE / CHEZ ORNITORRINCO (DON`T EVEN BLINK / CHEZ PLATYPUS, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 31A / EP 31B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001073/2010-21
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

Episódio: PERRY PÕE UM OVO / O TRAJE DE GALA (PERRY LAYS NA EGG / CAMING THE SYSTEM, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 32A / EP 32B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001074/2010-76
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: AS CRÔNICAS DE MEAP (THE CHRONICLES OF MEAP (PART 1 AND 2), Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 33A
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001075/2010-11
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: THADEU E THOR / O AVIÃO! O AVIÃO! (THADDEUS AND THOR / DE PLANE! DE PLANE!, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 34A / EP 34B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001076/2010-65
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: JOGO DE PALAVRAS / NO LAVA A JATO (LET`S TAKE A QUIS / AT THE CAR WASH, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 35A / EP 35B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001077/2010-18
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: AH, VOCÊ ESTÁ AÍ, PERRY! / NUMA ILHA TROPICAL (OH, THERE YOU ARE, PERRY / SWISS DAMILY PHINEAS, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 36A / EP 36B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001078/2010-54
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: ESCONDE-ESCONDE / SINTO QUE ESTAMOS AFUNDANDO (HIDE AND SEEK / THAT SINKIND FEELING, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 37A / EP 37B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001079/2010-07
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: OS BAJEATLES / VANESSA É PERSISTENTE (THE BALJEATLES / VANESSASSARY ROUGHNESS, Estados Unidos da América - 2009)
Episódio(s): EP 38A / EP 38B
Título da Série: PHINEAS E FERB
Produtor(es): Natasha Kopp
Diretor(es): Robert F. Hughes/Zac Moncrief
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Aventura
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Férias
Processo: 08017.001080/2010-23
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: O ESQUILO VERMELHO / A MÁQUINA DO TEMPO (THE RED SQUIRREL / IT`S ABOUT TIME, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): EP 201A / EP 201B
Título da Série: OS PINGUINS DE MADAGASCAR II
Produtor(es): Chris Neuhahn
Diretor(es): Nick Filippi
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Comédia
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Missão no Zoológico
Processo: 08017.007513/2010-54
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: PERSONALIDADE EXPLOSIVA / O CAPACETE (KABOOM AND KABUST / THE HELMET, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): EP 202A / EP 202B
Título da Série: OS PINGUINS DE MADAGASCAR II
Produtor(es): Chris Neuhahn
Diretor(es): Nick Filippi
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Comédia
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Missão no Zoológico
Processo: 08017.007514/2010-07
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: A INFESTAÇÃO/EXCURSÃO MALUCA (STOP BUGGING ME / FIELD TRIPPED, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): EP 203A / EP 203B
Título da Série: OS PINGUINS DE MADAGASCAR II
Produtor(es): Chris Neuhahn
Diretor(es): Nick Filippi
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Comédia
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Missão no Zoológico
Processo: 08017.007515/2010-43
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: DÁ NO PÉ JACARÉ / NA LINHA DE TIRO (GATOR WATCH / IN THE LINE OF DOODY, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): EP 204A / EP 204B
Título da Série: OS PINGUINS DE MADAGASCAR II
Produtor(es): Chris Neuhahn
Diretor(es): Nick Filippi
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Comédia
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Missão no Zoológico
Processo: 08017.007516/2010-98
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: O TESOURO PERDIDO DO ESQUILO DOURADO (THE LOST TREASURE OF THE GOLDN SQUIRREL, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): EP 205A
Título da Série: OS PINGUINS DE MADAGASCAR II
Produtor(es): Chris Neuhahn
Diretor(es): Nick Filippi
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Comédia
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Missão no Zoológico
Processo: 08017.007517/2010-32
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A
Episódio: DIA E NOITE / COBRA CRIADA (NIGHT AND DAZED / THE BIG SQUEEZE, Estados Unidos da América - 2010)
Episódio(s): EP 206A / 206B
Título da Série: OS PINGUINS DE MADAGASCAR II
Produtor(es): Chris Neuhahn
Diretor(es): Nick Filippi
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Desenho Animado/Comédia
Tipo de Análise: Monitoramento
Classificação: Livre
Tema: Missão no Zoológico
Processo: 08017.007518/2010-87
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHO DO DIRETOR
Em 11 de fevereiro de 2011

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ Nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ Nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, na Portaria Nº 1.220 de 11 de Julho de 2007, publicada no DOU de 13 de julho de 2007 e na Portaria SNJ Nº 14, publicada no DOU de 17 de junho de 2009, resolve:

Processo MJ Nº 08017.001986/2010-48
Título do Episódio: "SMALLVILLE - 8ª TEMPORADA COMPLETA"
Título da Série: "SMALLVILLE / SMALLVILLE"
Episódio(s): 10
Requerente: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Tema: super-heróis
Contém: agressão física e presença de sangue.
Deferir o pedido de reclassificação por adequação do episódio, classificando-o como "Não recomendada para menores de 10 (dez) anos".
A TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A., adequou a obra, apresentando o compromisso por escrito que exibirá o episódio da série na versão apresentada à este Departamento.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 226, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Altera os repasses dos recursos financeiros federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, referente ao Município de Deputado Irapuan Pinheiro (CE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, e
Considerando a Portaria nº 4.217/GM/MS, de 28 de dezembro de 2010, que aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica; e
Considerando a Deliberação nº 334/2010, de 8 de dezembro de 2010, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Ceará, e o Ofício nº 176/2010, de 13 de dezembro de 2010, da Secretaria Municipal de Saúde de Deputado Irapuan Pinheiro (CE), autorizando o Ministério da Saúde repassar os recursos da partida federal do Componente Básico da Assistência Farmacêutica para o Fundo Estadual de Saúde do Ceará, resolve:
Art. 1º Alterar os repasses dos recursos financeiros federais do Componente Básico da Assistência Farmacêutica referentes ao Município de Deputado Irapuan Pinheiro/CE, até então repassados para o Fundo Municipal de Saúde, que passarão a ser transferidos para o Fundo Estadual de Saúde do Ceará a partir da competência janeiro de 2011.
Parágrafo único. Os recursos federais desse Componente, correspondente a R$ 5,10/habitante/ano, serão repassados pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Estadual de Saúde do Ceará, em parcelas mensais de 1/12 (um doze avos), juntamente com os recursos dos demais 181 Municípios cearenses que participam da compra centralizada dos medicamentos pelo Governo do Estado do Ceará.
Art. 2º O Estado deverá aplicar os recursos indicados no parágrafo único do art. 1º desta Portaria, na aquisição dos medicamentos pactuados na CIB/CE, e distribuí-los ao Município, conforme normas da Portaria nº 4.217/2010/GM/MS, de 2010.
Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar as Funcionais Programáticas 10.303.1293.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2011.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 227, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Aprova o repasse de recursos para Estados e Distrito Federal, a título de financiamento, referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2011, para aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Portaria nº 2.848/GM/MS, de 6 de novembro de 2007, que publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);
Considerando a Portaria nº 2.981/GM/MS, de 26 de novembro de 2009, que aprova o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e define em seu Anexo IV os procedimentos e os valores dos medicamentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS; e
Considerando a Portaria nº 3.439/GM/MS, de 11 de novembro de 2010, que altera os Anexos I, II, III, IV e V da Portaria nº 2.981/GM/MS, de 2009, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Aprovar o repasse de recursos aos Estados e Distrito Federal, destinados ao financiamento da aquisição de medicamentos previstos no Grupo 06 Subgrupo 04 - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS em janeiro, fevereiro e março de 2011, conforme valores descritos no Anexo I a esta Portaria.

Parágrafo único. Os valores foram estabelecidos, considerando:

I - as informações aprovadas pelas unidades federadas em setembro, outubro e novembro de 2010; e

II - o ajuste a maior referente ao ressarcimento dos estoques estaduais em relação aos medicamentos que tiveram a aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde de abril a junho de 2010, calculado segundo os critérios estabelecidos pela Portaria nº 2.981/GM/MS de 2009.

Art. 2º O valor total a ser repassado às unidades federadas é de R$ 323.026.587,39 (trezentos e vinte e três milhões, vinte e seis mil quinhentos e oitenta e sete reais e trinta e nove centavos), dividido em três parcelas, conforme Anexo I a esta Portaria.

§ 1º O valor correspondente ao ressarcimento de estoques é de R$ 57.422.640,09 (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e dois mil seiscentos e quarenta reais e nove centavos), dividido em três parcelas, sendo que o detalhamento por medicamento é apresentado no Anexo II a esta Portaria;

§ 2º Em relação ao Estado de Goiás foi realizado um ajuste a maior correspondente ao pagamento de dezembro de 2010, devido a inconsistências no Tabulador de Informações do DATASUS (Tabnet) das informações aprovadas para agosto de 2010, mês base para cálculo do pagamento daquele mês.

§ 3º Para o Rio Grande do Norte o valor do primeiro trimestre corresponde a zero tendo em vista que o Estado não comprovou produção ambulatorial de maio de 2010, totalizando um desconto de R$ 2.562.120,28 (dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil cento e vinte reais e vinte e oito centavos) nesse encontro de contas, ficando pendente para desconto nas próximas Portarias de repasse o valor de R$ 5.287.972,75 (cinco milhões, duzentos e oitenta e sete mil novecentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.303.1293.4705 - Apoio para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

Pagamento de janeiro, fevereiro e março de 2011

Unidade da Federação	Valor médio mensal aprovado em setembro, outubro e novembro de 2010	Ressarcimento mensal de estoque (detalhamento anexo II) (1)	Ajuste a maior GO (2)	Ajuste a menor RN (3)	Valor mensal de repasse para janeiro, fevereiro e março de 2011
Acre	110.158,25	3.592,87			113.751,12
Alagoas	497.251,03	5.634,72			502.885,75
Amapá	0,00	0,00			0,00
Amazonas	466.266,60	52.901,21			519.167,81
Bahia	3.259.825,34	4.604,66			3.264.430,00
Ceará	2.943.257,89	2.021.261,91			4.964.519,80
Distrito Federal	1.174.078,39	690.610,47			1.864.688,86
Espírito Santo	3.303.655,45	1.237.366,04			4.541.021,49
Goiás	2.551.994,92	1.202.833,16	852.169,01		4.606.997,09
Maranhão	842.731,19	67.236,14			909.967,33
Mato Grosso	834.467,40	540.523,89			1.374.991,29
Mato Grosso do Sul	940.389,69	770.272,94			1.710.662,64
Minas Gerais	9.449.956,30	15.613,87			9.465.570,17
Pará	855.862,55	2.907,66			858.770,21
Paraíba	1.387.046,27	135.351,43			1.522.397,70
Paraná	6.000.883,58	657.914,62			6.658.798,19
Pernambuco	2.151.297,17	148.398,07			2.299.695,25
Piauí	900.617,00	417.046,85			1.317.663,85
Rio de Janeiro	2.143.234,31	2.815.941,04			4.959.175,35
Rio Grande do Norte	854.040,09	0,00		854.040,09	0,00
Rio Grande do Sul	3.033.370,77	93.221,63			3.126.592,39
Rondônia	289.597,10	24.292,64			313.889,74
Roraima	80.832,18	241.621,81			322.453,99
Santa Catarina	5.330.140,58	4.015.643,11			9.345.783,69
São Paulo	38.093.611,08	3.717.542,96			41.811.154,04
Sergipe	812.027,08	196.878,34			1.008.905,42
Tocantins	229.927,97	61.668,00			291.595,97
Total	88.536.520,19	19.140.880,03	852.169,01	854.040,09	107.675.529,13

(I) Conforme § 1º do art. 1º desta Portaria.

(II)Conforme § 2º do art. 2º desta Portaria.

(III)Conforme § 3º do art. 2º desta Portaria.

ANEXO II

Detalhamento do ressarcimento de estoques (conforme § 1º do art. 2º)

Procedimento	Infliximabe 10 mg/ml injetável (por frasco ampola de 10 ml)	Adalimumabe 40 mg injetável (por seringa preenchida)	Etanercepte 25 mg injetável (por frasco-ampola)	Etanercepte 50 mg injetável (por frasco-ampola)	Everolimo 0,5 mg (por comprimido)	Everolimo 0,75 mg (por comprimido)	Everolimo 1 mg (por comprimido)	Glatiramer 20 mg injetável (por frasco-ampola ou seringa preenchida)	Sirolimo 1 mg (por drágea)	Sirolimo 2 mg (por drágea)	Sirolimo 1 mg/ml solução oral (por frasco de 60 ml)	Total Geral
Acre								10.778,60				10.778,60
Alagoas										16.904,16		16.904,16
Amapá												0,00
Amazonas				123.504,70	5.147,10					30.051,84		158.703,64
Bahia					9.264,78		3.465,60			1.083,60		13.813,98
Ceará	2.290.281,00	136.954,76	524.366,64	2.185.405,20	255.955,35		439.216,67	186.161,82	45.444,30			6.063.785,74
Distrito federal			1.614.442,20					78.273,17	307.333,56	71.782,48		2.071.831,41
Espírito Santo	1.838.049,00	754.364,63	295.152,48	340.161,25	24.462,27		157.359,90	105.553,29	41.787,66	155.207,64		3.712.098,12
Goiás	2.727.096,00			353.069,93	11.883,48		19.710,60	496.739,48				3.608.499,49
Maranhão		25.052,70		44.308,18				26.407,57		105.939,96		201.708,41
Mato Grosso	919.881,00	273.909,52	313.992,00					12.780,34	84.032,40	16.976,40		1.621.571,66
Mato Grosso do Sul	1.020.948,00	339.046,54	211.595,72	372.956,28	1.083,60		54.408,72	176.820,37	133.959,60			2.310.818,83
Minas Gerais					46.841,62							46.841,62
Pará					8.722,98							8.722,98
Paraíba	274.080,00		106.233,96					25.740,32				406.054,28
Paraná				1.909.787,37	63.956,48							1.973.743,85
Pernambuco	83.937,00			297.597,48	1.598,31		51.677,15				10.384,28	445.194,22
Piauí		217.123,40	571.988,76	389.702,68	4.153,80		1.083,00	35.620,71	31.468,20			1.251.140,55
Rio de Janeiro	2.708.253,00	656.937,47	1.633.805,04				1.678,65	384.565,05	2.394.730,02	655.794,72	12.059,16	8.447.823,11
Rio grande do norte												0,00
Rio grande do Sul			109.897,20	116.178,15			34.030,27			5.490,24	14.069,02	279.664,88
Rondônia	20.556,00	23.382,52	14.652,96		704,34			1.539,80	12.042,30			72.877,92
Roraima	32.547,00	483.238,75		203.050,10							6.029,58	724.865,43
Santa Catarina	5.483.313,00	4.880.265,96	674.559,48				3.249,00	723.629,01	281.912,88			12.046.929,33
São Paulo				7.859.294,85	152.287,94		118.101,15	1.700.426,80	857.148,06	465.370,08		11.152.628,88
Sergipe	491.631,00				7.458,78	15.164,80	14.536,27	6.467,16	55.377,00			590.635,01
Tocantins	185.004,00											185.004,00
Total	18.075.576,00	7.790.276,25	6.070.686,44	14.195.016,18	593.520,83	15.164,80	898.516,97	3.971.503,49	4.245.235,98	1.524.601,12	42.542,04	57.422.640,09

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 228, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga o prazo estabelecido na Consulta Pública nº 48, de 7 de dezembro de 2010, ref. as Diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador do SUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições previstas no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a relevância do tema disponibilizado no documento Consulta Pública nº 48, de 7 de dezembro de 2010, para encaminhamento de sugestões visando ao aprimoramento da Minuta de Portaria que Institui as Diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador do SUS; e

Considerando que o prazo estabelecido na referida Consulta Pública expira no dia 5 de fevereiro do corrente ano, resolve:

Art. 1º Prorrogar para o dia 7 de março de 2011, o prazo estabelecido para envio de sugestões da Consulta Pública nº 48, de 7 de dezembro de 2010, da Minuta de Portaria que Institui as Diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador do SUS, publicada no Diário Oficial da União nº 234, de 8 de dezembro de 2010 seção 1, página 45.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

PORTARIA Nº 233, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Inclui o medicamento Cloridrato de Metformina, comprimido de ação prolongada no Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular, e define o valor de referência para a sua apresentação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Considerando o Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, que institui o programa Farmácia Popular do Brasil;

Considerando a Portaria nº 184/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o Programa Farmácia Popular do Brasil;

Considerando o dever do Estado de garantir os meios indispensáveis à prevenção, à promoção e à recuperação da saúde; e

Considerando a necessidade de oferecer alternativas de acesso á assistência farmacêutica, com vistas ao fortalecimento da integralidade do atendimento à saúde, resolve:

Art. 1º Incluir o medicamento Cloridrato de Metformina, comprimido de ação prolongada no Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui tem Farmácia Popular, e definir o valor de referência constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º As despesas orçamentárias relativas a esta Portaria oneram a Funcional Programática 10.303.1293.8415.0001 Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

ELENCO DE MEDICAMENTOS DO AQUI TEM FARMÁCIA POPULAR
Indicação: Diabetes Mellitus

Princípio Ativo e concentração	Unidade Farmacotécnica	Valor de referência por unidade farmacotécnica	Valor máximo para pagamento pelo MS
Cloridrato de metformina 500 mg, comprimido de ação prolongada	1 (um) comprimido de ação prolongada	0,18	0,18

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM MINAS GERAIS

DECISÃO DE 31 DE JANEIRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 43, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.008533/2007-44	UNIMED BH COOP. DE TRABALHO MEDICO	343889.	16.513.178/0001-76	Aplicar reajuste cont. individual anterior Lei 9.656/98, benef. M.H.G.S., em % acima índice IGPM acumulado 05/06; e aplicar reajuste cont. anterior Lei 9.656/98, sem previsão contratual que estipule % percentuais de ajuste p/ respectiva faixa etária, estabelecida cl. 8.7. (Art.25 da Lei 9.656 c/c Art.4º, XVII da Lei 9.961 c/c §1º do art. 4º da RN 128/06.)	Advertência para 1ª infração;multa de R$45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS) para 2ª infração.

EUNICE MOURA DALLE

NÚCLEO NO PARÁ

DECISÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

A Chefe do Núcleo da ANS Pará, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 44, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25773.006628/2010-89	UNIMED DE FORTALEZA COOP. DE TRABALHO MÉDICO LTDA.	317144.	05.868.278/0001-07	Aplicar em março/2010, reaj. por faixa etária , sem previsão, na contrap. do benef. K.E.G.Infr.ao art.15 da Lei 9656/98.	45000 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

DECISÕES DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

A Chefe do Núcleo da ANS Pará, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 44, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25780.004026/2010-06	CAIXA DE ASSIST. DOS FUNC. DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	Deixar de gar. cob. assist. do proc. RM de crânio, em 18//11/09,á ben. M.A.R.S.Infr. ao art.25 caput da Lei 9.656/98.	60000 (SESSENTA MIL REAIS)
25773.008780/2009-62	UNIMED DE FORTALEZA COOP. DE TRABALHO MÉDICO LTDA.	317144.	05.868.278/0001-07	Aplicar reajustes por faixa-etária e anual, em jan./04 e nos anos 2005, 2006, 2007 e 2009 respec.,na contrap. pec. da ben.I.F.M.Infr.ao art. 25,Lei 9656/98.	90000 (NOVENTA MIL REAIS)
25773.002354/2008-34	UNIMED DE FORTALEZA COOP. DE TRABALHO MÉDICO LTDA.	317144.	05.868.278/0001-07	Aplicar, reajuste por faixaetária da ben. D.A.P, e ao deixar de enc. à ANS, infor. per. , em mai/08.Infr.ao art.15 e art.20 da Lei 9656/98.	72970 (Setenta e dois mil, novecentos e setenta reais)

JACQUELINE TAVARES DE LIMA

NÚCLEO NO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 49, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25785.006891/2008-14	UNIMED VALE DO CAÍ SOCIEDADE COOP. DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA	313211.	87.306.361/0001-49	Deixar de garantir as coberturas obrigatórias previstas no art. 12 da Lei 9656 de 1998 e sua regulamentação para os planos privados de assistência à saúde, incluindo a inscrição de filhos naturais e adotivos prevista nos seus incisos III e VII (Art.12, §1º c/c Art.16 da Lei 9.656)	R$ 134.394,75 (Cento e trinta e quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos)

MARCELO ISSAO UTIME

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NÚCLEO NO RIO DE JANEIRO

DECISÕES DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 47, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.046826/2010-91	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82		80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.017060/2010-37	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	infração ao art. 12, II "a", da Lei n.º 9.656/98, com penalidade prevista no Art. 77 da RN n.º 24/2006.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.050987/2010-89	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Diexar de gantir cobertura obrigatória por Lei.(Art.12, II "c" da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.050987/2010-89	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Diexar de gantir cobertura obrigatória por Lei.(Art.12, II "c" da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.153953/2009-10	GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL	323080.	03.658.432/0001-82	Deixar de garantir cobertura obrigatória em caráter de emergência. (Art.35-C I da Lei 9.656)	100.000,00 (CEM MIL REAIS)
33902.206743/2008-42	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE	006246.	01.685.053/0001-56	Aplicar reajuste por mudança de faixa etária em discordância com o contratualmente previstó.(Art.25 da Lei 9.656/98)	70.000,00 (SETENTA MIL REAIS)
33902.221873/2009-96	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de garantir cobertura obrigatória (Art.12 II Da Lei 9656/98)	Anulação do AI 31.700 - Arquivamento
33902.221873/2009-96	SUL AMÉRICA SEGURO SAÚDE S/A	000043.	86.878.469/0001-43	Deixar de garantir cobertura obrigatória (Art.12 II Da Lei 9656/98)	Anulação do AI 31.700 - Arquivamento
33902.185830/2009-30	SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.	416428.	02.866.602/0001-51	Deixar de garantir cobertura obrigatória. (Art.12, II da Lei 9.656)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.129945/2009-44	UNIMED-RIO COOP. DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01		80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.044578/2010-43	UNIMED-RIO COOP. DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	art. 13, § ún., II, da Lei n.º 9.656/98, por infração ao art. 82, da RN n.º 124/06.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.057326/2009-41	UNIMED-RIO COOP. DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	art. 12, II, da Lei 9.656/98, com penalidade no art. 77 da RN124/06	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.055354/2010-67	UNIMED-RIO COOP. DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	infração ao artigo 12, inciso II, da Lei nº 9.656/98, com sanção prevista pelo Art. 77 da Resolução Normativa - RN nº 124/2006.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

WLADMIR VENTURA DE SOUZA

DECISÕES DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 47, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Nº do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.061314/2010-54	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Artigo 25, da Lei 9.656/98 c/c Artigo 3º da RN 186/09 e Artigo 20, da Lei 9.656/98, com penalidades previstas nos artigos 62-A e 37 da RN 124/2006 respectivamente.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
33902.032608/2010-79	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	art. 14 da Lei n.º 9.656/98, com penalidade prevista no art. 62 da RN n.º 124/2006.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.008681/2010-20	AMIL ASSIST. MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	art. 14 da Lei n.º 9.656/98, com sanção prevista pelo Art. 62 da RN n.º 124/2006.	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.050691/2010-68	CAIXA DE ASSIST. DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27		80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.023896/2010-71	CAIXA DE ASSIST. DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL	346659.	33.719.485/0001-27	art. 12, II, "c" e "e", da Lei n.º 9.656/98, pela conduta prevista no art. 77, da RN n.º 124/06	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.003140/2009-71	GOLDEN CROSS ASSIST. INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Aplicar reajuste por faixa etária à mensalidade do beneficiário em desacordo com ato administrativo exarado pela SUSEP. (Art.25 da Lei 9.656)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.119352/2009-70	UNIMED-RIO COOP. DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Art. 25 da Lei 9656/98 com penalidade prevista no art. 78 da RN 124/06.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
33902.203247/2009-18	UNIMED-RIO COOP. DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	art. 25 da Lei 9656/98, com sanção no art. 59 da RN 124/06.	Anulação do AI 28.714 - Arquivamento.
33902.039842/2009-93	UNIMED-RIO COOP. DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Artigo 25, da Lei 9656/98 e Artigo 4º, §2º da RN 112/05, com sanção prevista no artigo 88 da RN 124/06.	291.410,53 (Duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e dez reais e cinqüenta e três centavos)
33902.203247/2009-18	UNIMED-RIO COOP. DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	art. 25 da Lei 9656/98, com sanção no art. 59 da RN 124/06.	Anulação do AI 28.714 - Arquivamento.
33902.211072/2009-12	UNIMED-RIO COOP. DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	artigo 25, da Lei 9.656/98, prevista no artigo 77 da RN 124/2006.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.039842/2009-93	UNIMED-RIO COOP. DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Artigo 25, da Lei 9656/98 e Artigo 4º, §2º da RN 112/05, com sanção prevista no artigo 88 da RN 124/06.	291.410,53 (Duzentos e noventa e um mil, quatrocentos e dez reais e cinqüenta e três centavos)

WLADMIR VENTURA DE SOUZA

NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÕES DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

O Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 50, de 09/08/2008, publicada no DO de 11/09/2008, seção 2, fl. 35, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.028646/2010-42	AMIL SAÚDE S.A.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de encam. à ANS a infor. do % de reaj. aplic. a plano colet. firm.. Art. 20 da Lei 9.656/98 c/c art. 13 da RN 171/08.	Auto de infração nº 36073 anulado.
25789.027500/2010-80	UNIMED DE GUARULHOS COOP. DE TRABALHO MÉDICO	333051.	74.466.137/0001-72	Deixar de gar., à benef. Mônica A. G. de S., cob. p/ mat. util. duran. o proced. de apendicect.. Art. 12, inc. II, alín. e, da Lei 9.656/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

JOSÉ ESTEVAM L. C. S. FREITAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 525, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação, dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

As Revalidações indicadas na relação anexa foram concedidas nos termos da RDC n.º 185/2001, apenas os documentos exigidos para fins de revalidação indicados na referida resolução foram considerados. O registro/cadastro foi revalidado tal qual como concedido originalmente, qualquer alteração que eventualmente tenha sido encaminhada na petição de revalidação, foi desconsiderada.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) (*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 526, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração, Inclusão, Retificação, Revalidação e o Cancelamento dos processos dos Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 528, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,e considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1° Conceder o Registro do Produto para a Saúde decorrente de Transferência de Titularidade, e por conseqüente, cancelar o Registro dos Produtos para Saúde por Alteração de Titular na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 529, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir retificação de publicação, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 530, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir retificação de publicação, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 561, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,considerando o art. 7º, inciso X da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999;considerando, ainda, a Resolução RDC nº 103, de 08 de maio de 2003, e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro, na forma do ANEXO, a Certificação Primária em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 562, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação, de 04 de janeiro de 2008, do Presidente da República, e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, considerando o art. 7º, inciso X da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999; considerando, ainda, a Resolução RDC nº 103, de 08 de maio de 2003, e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência, resolve:

Art. 1º Conceder ao Centro, na forma do ANEXO, a Certificação Primária em Boas Práticas em Biodisponibilidade/Bioequivalência de Medicamentos Oncológicos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 599, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir solicitação de transferência de titularidade e cancelamento de registro de medicamento por transferência de titularidade, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 600, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir solicitação de transferência de titularidade de registro e cancelamento de registro do medicamento por transferência de titularidade, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 601, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir concessão de registro de insumos farmacêuticos ativos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 602, DE 10 DE FEVEREIRO 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir registro de medicamento e retificação de publicação, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 603, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir registro solicitação de transferência de titularidade de registro e cancelamento de registro do medicamento por transferência de titularidade, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO - RE Nº 604, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir renovação de registro de medicamento, retificação de publicação, inclusão no tamanho do lote superior a 10 vezes, inclusão de nova concentração já registrada no país, inclusão de nova apresentação comercial, cancelamento de registro da apresentação do medicamento, inclusão de nova forma farmacêutica já registrada no país e inclusão de local de fabricação do fármaco, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 637, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos Saneantes Domissanitários, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 638, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

considerando o art. 12, 15 e o art. 33 e seguintes da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos Saneantes Domissanitários, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 643, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir registro de medicamento, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 644, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir inclusão de nova apresentação comercial, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 645, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria GM/MS n° 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto no inciso X, do art.13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, no inciso VIII do art. 16, e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Deferir registro de medicamento, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 11 de fevereiro de 2011

Nº 15 - O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 10 de outubro de 2008 do Presidente da República e a Portaria-MS nº 3.177, de 29 de dezembro de 2008, tendo em vista o disposto nos incisos I, V e VII do art. 12 do Regulamento da ANVISA aprovado pelo Decreto No- 3.029, de 16 de abril de 1999 e a Portaria n.º 29 de 11 de Janeiro de 2011, com fundamento no art. 6º e no § 2º do art. 15 da Lei No- 9.782, de 26 de janeiro de 1999, combinado com art. 61 da Lei No- 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e com o art. 7º da Lei Nº- 6.360, de 23 de setembro de 1976, aliado ao disposto no § 2º do art. 11 e inciso VI do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, CONHECE E NÃO CONFERE efeito suspensivo aos recursos a seguir especificados, determinando o normal prosseguimento da análise para posterior julgamento do mérito pela Diretoria Colegiada.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

ANEXO

Empresa: SEPTODONT DO BRASIL IMPORTADORA LTDA
CNPJ: 06.019.906/0001-34
Processo nº: 25351.329263/2010-42
Expediente Recurso nº: 745067/10-0
Expediente Indeferido n.º: 428484/10-4
Empresa: ASTUTEC MEDICAL TECNOLOGY COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM APARELHOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 07.865.699/0001-00
Processo nº: 25351.684000/2010-27
Expediente Recurso nº: 997209/10-9
Expediente Indeferido n.º: 904648/10-8
Empresa: MEDMAX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E SIMILARES LTDA
CNPJ: 07.760.277/0001-61
Processo nº: 25351.327336/2010-84
Expediente Recurso nº: 055208/11-9
Expediente Indeferido n.º: 425834/10-7

RETIFICAÇÕES

Na Resolução-RE nº 3.440, de 22 de julho de 2010, publicada no D.O.U. n° 141, de 26 de julho de 2010, Seção 1, Pág. 28 e Suplemento Pág. 5.
Onde se lê:
EMPRESA: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RUA TUPY, 1726
BAIRRO: NOVA BRASÍLIA CEP: 89214505 - JOINVILLE/SC
CNPJ: 03.800.317/0001-09
PROCESSO: 25024.001944/2005-70 AUTORIZ/MS: U473W84YYX97 (8.02847.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO
Leia-se:
EMPRESA: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RUA TUPY, 1723
BAIRRO: NOVA BRASÍLIA CEP: 89214505 - JOINVILLE/SC
CNPJ: 03.800.317/0001-09
PROCESSO: 25024.001944/2005-70 AUTORIZ/MS: U473W84YYX97 (8.02847.6)
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: CORRELATO
DISTRIBUIR: CORRELATO
EXPEDIR: CORRELATO

Na Resolução-RE nº 3.441, de 22 de julho de 2010, publicada no D.O.U. n° 141, de 26 de julho de 2010, Seção 1,Pág. 28 e Suplemento, Pág. 5.
Onde se lê:
EMPRESA: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RUA TUPY, 1726
BAIRRO: NOVA BRASÍLIA CEP: 89214505 - JOINVILLE/SC
CNPJ: 03.800.317/0001-09
PROCESSO: 25024.001274/2006-72 AUTORIZ/MS: 3.03540.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
Leia-se:
EMPRESA: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
ENDEREÇO: RUA TUPY, 1723
BAIRRO: NOVA BRASÍLIA CEP: 89214505 - JOINVILLE/SC
CNPJ: 03.800.317/0001-09
PROCESSO: 25024.001274/2006-72 AUTORIZ/MS: 3.03540.0
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.

Na Resolução-RE nº 5.769, de 10 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. n° 237, de 13 de dezembro de 2010, Seção 1, Pág. 42 e Suplemento Pág. 59.
Onde se lê:
EMPRESA: L&L DO BRASIL IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO COMÉRCIO LTDA.
ENDEREÇO: AVENIDA CENTRAL LOTE 1355 LOJA 1
BAIRRO: NÚCLEO BANDEIRANTE CEP: 71710550 - NÚCLEO BANDEIRANTE/DF
CNPJ: 11.985.517/0001-01
PROCESSO: 25351.548117/2010-00 AUTORIZ/MS: 2.05655.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
Leia-se:
EMPRESA: L&L DO BRASIL IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO COMÉRCIO LTDA.
ENDEREÇO: AVENIDA CENTRAL LOTE 1355 LOJA 1
BAIRRO: NÚCLEO BANDEIRANTE CEP: 71710550 - NÚCLEO BANDEIRANTE/DF
CNPJ: 11.985.517/0001-01
PROCESSO: 25351.548117/2010-00 AUTORIZ/MS: 2.05655.2
ATIVIDADE/CLASSE
ARMAZENAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
EXPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 533, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução nº 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 534, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 535, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 536, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 537, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução nº 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 538, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 539, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 540, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar Autorização por expiração de prazo de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 541, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art.1º Conceder renovação de Autorização de Funcionamento de Empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados, conforme o disposto em anexo.

Art.2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 542, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 543, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder a Autorização de Funcionamento de Empresa para fins de prestação de serviços de importação por conta e ordem de terceiros e por encomenda.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 544, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 545, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 546, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 547, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Deferir o pleito de cancelamento de Autorização de Funcionamento de Empresa em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 548, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, e o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização Especial para empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 549, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, e o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 550, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, e o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir a Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 551, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) (*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 552, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, de 2010 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 553, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº.29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 557, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29, de 11 de janeiro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 558, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29, de 11 de janeiro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir Pleito de Concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 559, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 560, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29, de 11 de janeiro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 564, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15 e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir os registros, inclusão de tonalidade e a revalidação dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, grau de risco 2, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 565, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15 e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o art. 12 e o art. 26 e seguintes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder os registros, as revalidações, transferência de titularidade e as inclusões de tonalidades dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, grau de risco 2, na conformidade da relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO-RE Nº 566, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Cosméticos constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 567, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração na Autorização de Funcionamento de Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 568, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 569, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Produtos para a Saúde, constantes no anexo desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 570, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Saneantes Domissanitários, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 571, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Cosméticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 572, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando a solicitação de inspeção pela empresa Fundação Para o Remédio Popular - FURP., CNPJ n.º 43.640.754/0001-19 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.01.039-1; considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 573, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando a solicitação de inspeção pela empresa CSL Behring Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda., CNPJ n.º 62.969.589/0001-98 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.151-0; considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 574, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando a solicitação de inspeção pela empresa Eli Lilly do Brasil Ltda., CNPJ n.º 43.940.618/0001-44 e Autorização de Funcionamento n.º: 1.01.260-3; considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 575, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999; considerando o disposto no Decreto 79.094, de 5 de janeiro de 1977; considerando o disposto no inciso V do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006; considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 576, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006, considerando ainda a Portaria nº 686, de 27 de agosto de 1998, Resolução RDC n.º 167, de 2 de julho de 2004 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 577, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006, considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 578, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006, considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de no-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

vembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 579, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006, considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 580, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006, considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 581, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006, considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 582, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006, considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 583, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006, considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 584, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006, considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 585, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006, considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 586, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006, considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 587, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006, considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 588, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006, considerando ainda a Resolução RDC n.º 354, de 23 de dezembro de 2002 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição - área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 589, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006, considerando ainda a Resolução RDC n.º 95, de 08 de novembro de 2000 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de produtos para a saúde, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 590, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso V do art. 41,da Portaria n.º 354 de 2006, considerando, a Portaria SVS/MS n.º 327, de 30 de julho de 1997 e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área de saneantes, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Saneantes.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 02 (dois) anos, a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 591, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999; considerando o disposto no Decreto 79.094, de 5 de janeiro de 1977; considerando o disposto no inciso V do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006; considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 592, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso X do art. 7º, da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999; considerando o disposto no Decreto 79.094, de 5 de janeiro de 1977; considerando o disposto no inciso V do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006; considerando o relatório de inspeção e o parecer da área técnica competente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Concessão de Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição da empresa constante no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 593, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, e o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 594, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, e o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 595, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, e o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação na Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 596, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 597, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 598, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar por expiração de prazo a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 605, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 606, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 607, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 608, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 609, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 610, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 611, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 612, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 613, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 614, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 615, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 616, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento para Empresas de Medicamentos, constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 617, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder o pedido de Alteração Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 618, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 619, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Renovar Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 620, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º. Tornar insubsistente a Alteração da Autorização de Funcionamento para o estabelecimento de comercialização de medicamentos abaixo citado, publicada pela Resolução - RE N° 5.981, de 23 de dezembro de 2010, no Diário Oficial da União nº 247, de 27 de dezembro de 2010, Seção 1, página 92 e Suplemento págs. 16 e 20.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 621, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 622, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 623, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011,

considerando o disposto no inciso I do art. 41, da Portaria n.º 354, de 2006, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Renovação Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos: farmácias e drogarias: em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ALVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 624, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, e o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder a Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 625, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, e o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 626, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, e o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviço de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 627, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, e o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 628, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010, do Presidente da República, e o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação na Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 629, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 630, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 631, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir o pleito de Concessão da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 632, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29, de 11 de janeiro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresa em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 633, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Cancelar a Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 634, DE 11 DE FEVREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 635, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da Re-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

pública, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011 e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 636, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE Nº 639, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Indeferir alteração de rotulagem e inclusão de marca.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO-RE Nº 640, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

A Diretora da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, nomeada pelo Decreto de 25 de março de 2009, do Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, do Decreto nº. 3.029/1999, c/c arts. 15 e 55, I, § 1º, do Anexo I, da Portaria nº. 354, de 11 de agosto de 2006, republicada em 21 de agosto de 2006 e, ainda, a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, considerando o art. 3.º do Decreto-Lei n.º 986, de 21 de outubro de 1969, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art.1º Conceder revalidação de registro, registro de alimentos e bebidas na conformidade da relação anexa.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

(*) (*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 641, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº. 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº. 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC nº. 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição

RESOLUÇÃO - RE Nº 642, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011(*)

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 26 de agosto de 2010 do Presidente da República, o inciso VIII do art. 15, e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 29 da ANVISA, de 11 de janeiro de 2011, e ainda amparado pela Resolução RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AGENOR ÁLVARES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES

Na Resolução - RE N.º 222, de 20 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 16, de 24 de janeiro de 2011, Seção 1 Pag. 57 e Suplemento Págs. 47 e 56.

Onde se lê:

EMPRESA: ANDERSON FERNANDO ROSSI & CIA LTDA ME

ENDEREÇO: RUA BOM JESUS Nº 549

BAIRRO: CENTRO CEP: 15490000 - PAULO DE FARIA/SP

CNPJ: 11.692.503/0001-91

PROCESSO: 25351.780287/2010-78 AUTORIZ/MS: 0.73146.6

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS:

Leia-se:

EMPRESA: ANDERSON FERNANDO ROSSI & CIA LTDA ME

ENDEREÇO: RUA BOM JESUS Nº 549

BAIRRO: CENTRO CEP: 15490000 - PAULO DE FARIA/SP

CNPJ: 11.692.503/0001-91

PROCESSO: 25351.780287/2010-78 AUTORIZ/MS: 0.73146.6

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE N.º 222, de 20 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 16, de 24 de janeiro de 2011, Seção 1 Pag. 57 e Suplemento Págs. 47 e 52.

Onde se lê:

EMPRESA: Cia Latino Americana de Medicamentos

ENDEREÇO: Av Paraná, 450, Sala A

BAIRRO: Centro CEP: 89248000 - GARUVA/SC

CNPJ: 84.683.481/0205-26

PROCESSO: 25351.753441/2010-39 AUTORIZ/MS: 0.73181.6

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL:

Leia-se:

EMPRESA: Cia Latino Americana de Medicamentos

ENDEREÇO: Av Paraná, 450, Sala A

BAIRRO: Centro CEP: 89248000 - GARUVA/SC

CNPJ: 84.683.481/0205-26

PROCESSO: 25351.753441/2010-39 AUTORIZ/MS: 0.73181.6

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -

Na Resolução - RE N.º 293, de 21 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 16, de 24 de janeiro de 2011, Seção 1 Pag. 62 e Suplemento Págs. 135 e 138.

Onde se lê:

EMPRESA: JOÃO B. DE SOUZA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO

ME

ENDEREÇO: AV. CELSO GARCIA, 4.430

BAIRRO: TATUAPÉ CEP: 03064000 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 11.153.972/0001-32

PROCESSO: 25351.627835/2010-32 AUTORIZ/MS: 0.73413.8

ATIVIDADE/ CLASSE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL:

Leia-se:

EMPRESA: JOÃO B. DE SOUZA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO ME

ENDEREÇO: AV. CELSO GARCIA, 4.430

BAIRRO: TATUAPÉ CEP: 03064000 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 11.153.972/0001-32

PROCESSO: 25351.627835/2010-32 AUTORIZ/MS: 0.73413.8

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

Na Resolução - RE n.º 4.353, de 1° de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União n.º 190, de 05 de outubro de 2009, seção 1, página 42 e em suplemento da seção 1, página 28.

Onde se lê:

Sólidos sujeitos a controle especial: Comprimidos revestidos.

Leia-se:

Sólidos: Comprimidos e comprimidos revestidos.

Incluindo, ainda:

Produtos sujeitos a controle especial: Comprimidos revestidos.

Na Resolução - RE N.º 5.413, de 26 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 227, de 29 de novembro de 2010, Seção 1 Pag. 45 e Suplemento Págs. 5 e 19.

Onde se lê:

EMPRESA: DROGARIA AMERICA LTDA

ENDEREÇO: RUA SAO PEDRO, N° 1091

BAIRRO: CENTRO CEP: 89802400 - LAGOA DA CANOA/AL

CNPJ: 75.281.410/0001-57

PROCESSO: 25351.575172/2007-68 AUTORIZ/MS: 0.51286.2

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL: -

Leia-se:

EMPRESA: drogaria AMERICA LTDA me

ENDEREÇO: R SAO PEDRO 1091

BAIRRO: são cristovão CEP: 89803400 - CHAPECÓ/SC

CNPJ: 75.281.410/0001-57

PROCESSO: 25351.575172/2007-68 AUTORIZ/MS: 0.51286.2

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -

GERÊNCIA-GERAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA, DE PUBLICIDADE, DE PROMOÇÃO E DE INFORMAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHO DO GERENTE-GERAL
Em 8 de fevereiro de 2011

A Gerência-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitário-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XVIII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, e com fundamento na delegação de competência conferida pela Portaria n° 4, de 26 de fevereiro de 2010, vem tornar publica a Decisão Administrativa referentes ao processo abaixo relacionado:

BODY WORK SUPLEMENTOS E VITAMINAS LTDA ME25351.436785/2005-19 - AIS:524195/05-2 (1329/2005) - GPROP/ANVISAPenalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), além de Proibição de Propaganda irregular

DUNALVO ALVES RABELO JUNIOR

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL
Em 10 de fevereiro de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AEROLINEAS ARGENTINAS S.A.
25751.006744/2008-29 - AIS:008751/08-3 (045/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AEROLINEAS ARGENTINAS S/A
25751.006717/2008-69 - AIS:008701/08-7 (040/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
BAYER S.A.
25759.521584/2007-03 - AIS:655540/07-3 (249/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
BRA - TRANSPORTE AÉREOS LTDA
25759.055740/2006-45 - AIS:071965/06-0 (042/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
CENTRO AUDITIVO WIDEX BRASITOM LTDA
25759.143367/2008-41 - AIS:182722/08-7 (442/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
CIENLABOR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
25759.104169/2008-61 - AIS:134998/08-8 (262/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA
25759.170647/2007-41 - AIS:216537/07-6 (346/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
INOVA SCIENTIFIC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS LTDA ME
25759.135748/2008-56 - AIS:173077/08-1 (377/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
LABORIS FARMACEUTICA LTDA
25759.107764/2008-59 - AIS:139273/08-5 (284/07) 25759.107860/2008-05 - APENSO) - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
LEARDINI PESCADOS LTDA.
25751.238711/2008-59 - AIS:302498/08-9 (001/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
LIMPEL LIMPEZA URBANA LTDA
25764.443053/2008-76 - AIS:584340/08-5 (02/08) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
POLAR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
25759.493735/2007-18 - AIS:626428/07-0 (509/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais)
POLAR TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
25759.493704/2007-67 - AIS:626395/07-0 (255/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
SABUGÍ LOGÍSTICA LTDA
25759.587845/2007-40 - AIS:733644/07-6 (569/060 - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA
25759.470340/2007-47 - AIS:599851/07-4 (109/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
SPECTRUN BIO ENGENHARIA MÉDICA HOSPITALAR LTDA.
25759.568800/2007-76 - AIS:709781/07-6 (047/070 - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais)
STARKEY DO BRASIL LTDA
25759.487260/2007-21 - AIS:618927/07-0 (173/060 - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)
TORRENT DO BRASIL LTDA
25759.139022/2007-10 - AIS:176551/07-5 (274/070 - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25759.443230/2006-21 - AIS:592673/06-4 (563/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

Em 11 de fevereiro de 2011

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos e Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AMBIENTAL TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA ME
25741.477944/2007-11 - AIS:608770/07-1 (31/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
BAYER S/A
25759.432307/2007-19 - AIS:556899/07-4 (147/04) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
DESENTUPIDORA SALVADOR LTDA. EPP
25767.066037/2007-44 - AIS:085146/07-9 (110/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
25764.573108/2007-91 - AIS:714975/07-1 (05/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)
ENTREMARES TRANSPORTES LTDA
25759.587872/2007-12 - AIS:733674/07-8 (570/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 9.000,00 (Nove mil reais)
G PORT SERVIÇOS EM COMÉRCIO EXTERIOR LTDA
25741.496001/2007-80 - AIS:629143/07-1 (28/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
HOSPITAL DAS CLÍNICAS F.M.U.S.P.
25759.360837/2006-77 - AIS:482547/06-1 (441/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
MERCK SHARP E DOHME FARMACÊUTICA LTDA
25759.223516/2005-10 - AIS:265002/05-9 (20/04) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
MINERAÇÃO FLORESTA DE GUAÍRA LTDA
25743.527643/2007-18 - AIS:662488/07-0 (03/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A
25759.171655/2007-12 - AIS:217807/07-9 (195/05) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A
25759.475578/2007-69 - AIS:606041/07-2 (987/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
NYCOMED PHARMA LTDA.
25759.171463/2007-06 - AIS:217576/07-2 (188/05) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
PORTO AGENCIAMENTOS MARITIMOS E OPERADOR PORTUARIO LTDA.
25752.435477/2006-34 - AIS:582362/06-5 (05/05) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais)
SAINT MARIE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
25741.410281/2007-47 - AIS:529634/07-0 (25/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)
SANOFI-AVENTIS FARMACÊUTICA LTDA
25759.171324/2007-74 - AIS:217395/07-6 (216/05) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
STRYKER DO BRASIL LTDA
25759.400180/2006-98 - AIS:535864/06-7 (460/06) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)
TAM LINHAS AÉREAS S/A
25751.472125/2007-51 - AIS:601959/07-5 (33/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)
WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25759.058215/2007-62 - AIS:075506/07-1 (71/07) - GG-PAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais)

PAULO BIANCARDI COURY

RETIFICAÇÃO

No DOU nº. 29, de 10/02/2011, Seção 1, pág. 84/85, do Processo 25759.068930/2007-11- AIS 107/05 - CVS/SP, da empresa GLOBALFOOD - SISTEMAS, INGREDIENTES E TECNOLOGIA PARA ALIMENTOS LTDA,

Onde Se Lê: "Penalidade de multa no valor de R$ 8.000,00 (seis mil reais)";

Leia-se: "Penalidade de multa no valor de R$ 9.000,00 (Nove mil reais)".

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 46, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes - SNT, tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º - Incluir na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 627, de 18 de novembro de 2010, publicada no DOU nº 221 de 19 de novembro de 2010, Seção 1, página 64, os membros a segui conforme nº do SNT 1 11 10 PR 17:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07/24.06
PARANÁ

I - Nº do SNT 1 11 10 PR 17 VII - membro: Paulo Tadeu Cachuba, oftalmologista, CRM 8983; VIII - membro: Andreza Pugsley Hintz, oftalmologista, CRM 19354; IX - membro: Luiz Augusto Rego Barros, oftalmologista, CRM 4396; X - membro: Luiz Guilherme Rego Barros, oftalmologista, CRM 16504; XI - membro: Tania Mara Cunha Schaefer, oftalmologista, CRM 5416.

Art. 2º - Incluir na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 244, de 22 de julho de 2009, publicada no DOU nº 140 de 24 de julho de 2010, Seção 1, página 50, o membro a seguir conforme nº do SNT 1 32 01 MG 03:

PÂNCREAS: 24.04
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 32 01 MG 03 XII - membro: José Maria Gross Figueiró, cirurgião geral, CRM 27227.

Art. 3º - Incluir na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 462, de 13 de setembro de 2010, publicada no DOU nº 177 de 15 de setembro de 2010, Seção 1, página 109, o membro a seguir conforme nº do SNT 1 12 10 SC 05

TECIDO MUSCULOESQUELETICO
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 12 10 SC 05 VI - membro: Daniel Codonho, ortopedista, CRM 12141.

Art. 4º - Incluir na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 203, de 23 de abril de 2010, publicada no DOU nº 77 de 26 de abril de 2010, Seção 1, página 51, o membro a seguir conforme nº do SNT 1 12 08 SC 04

TECIDO MUSCULOESQUELETICO
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 12 08 SC 04 VI - membro: Daniel Codonho, ortopedista, CRM 12141.

Art. 5º - Incluir na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 535, de 07 de outubro de 2010, publicada no DOU nº 194 de 08 de outubro de 2010, Seção 1, página 88, o membro a seguir conforme nº do SNT 1 21 08 SP 28:

MEDULA OSSEA AUTOGENICO: 24.01
MEDULA OSSEA ALOGENICO APARENTADO: 24.02
SÃO PAULO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I - Nº do SNT 1 21 08 SP 28
IV - membro: Eloísa Moreira Martin, hematologista, CRM 90788.

Art. 6º - Incluir na equipe de transplante habilitada pela Portaria SAS/MS nº 177, de 11 de março de 2010, publicada no DOU nº 48 de 12 de março de 2010, Seção 1, página 61, o membro a seguir conforme nº do SNT 1 21 99 MG 14:

MEDULA OSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
MEDULA OSSEA ALOGENICO APARENTADO: 24.02
MEDULA ÓSSEA ALOGENICO NÃO APARENTADO: 24.03
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 21 99 MG 14
XVI - membro: Guilherme Campos Muzzi, hematologista, CRM 41162.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 47, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes - SNT; tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria de Estado da Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º - Conceder autorização para realizar retirada de Fígado, a equipe/profissionais de saúde a seguir identificados:

FIGADO: 24.09
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 1 02 11 MG 01
II - Estabelecimento de Vínculo: Hospital Santa Catarina;
III - CNES: 2151855;
IV - Responsável Técnico: Thomson Marques Palma, cirurgião geral, CRM 32981;
V- membro: Fabio Crescentini, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 51582;
VI - membro: Luiz Gustavo de Menezes Rodrigues, anestesiologista, CRM 36332.

Art. 2º - Estabelecer que a autorização para a equipe especializada, concedida por meio desta Portaria, terá validade pelo prazo de dois anos a contar desta publicação, renovável por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos § 5º, 6º 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268/ 1997, e Portaria nº 2.600/2009.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 48, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes - SNT, tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de tecidos oculares humanos aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.06/24.07/
RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 2 11 11 MG 01
II - denominação: HCE - Assistência Médica Ltda;
III - CGC: 22.254.585/0001-09;
IV - CNES: 0027901;
V - endereço: Rua Padre Rolim, nº 541 - Santa Efigênia - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.130-090.

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 2 11 11 SC 02
II - denominação: Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen;
III - CGC: 60.194.990/0022-00;
IV - CNES: 2522691;
V - endereço: Avenida Coronel Marcos Konder, nº 1111 - Centro - Itajaí - SC - CEP: 88.301-303.

CÓRNEA/ESCLERA: 24.06/24.07
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 2 11 11 MG 02
II - denominação: Casa de Caridade de Carangola;
III - CGC: 19.274.091/0001-81;
IV - CNES: 2764776;
V - endereço: Praça Coronel João Marcelino, nº 26 - Centro - Carangola - MG - CEP: 36.800-000.

Art. 2º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

FIGADO: 24.09
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 2 02 11 SP 08
II - denominação: Sociedade Hospital Samaritano;
III - CGC: 60.544.244/0001-67;
IV - CNES: 2080818;
V - endereço: Rua Conselheiro Brotero - Diretoria Clínica, nº 1486 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01.232-010.

Art. 3º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados

PÂNCREAS: 24.04
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 2 32 11 SP 03
II - denominação: Hospital Bandeirantes;
III - CGC: 46.543.781/0006-76;
IV - CNES: 2077507;
V - endereço: Rua Galvão Bueno, nº 257 - Liberdade - São Paulo - SP - CEP: 01.506-000.

I - Nº do SNT 2 32 11 SP 07
II - denominação: Sociedade Hospital Samaritano;
III - CGC: 60.544.244/0001-67;
IV - CNES: 2080818;
V - endereço: Rua Conselheiro Brotero - Diretoria Clínica, nº 1486 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01.232-010.

Art. 4º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de rim/pâncreas conjugado aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RIM/PÂNCREAS: 24.05
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 2 31 11 SP 04
II - denominação: Hospital Bandeirantes;
III - CGC: 46.543.781/0006-76;
IV - CNES: 2077507;
V - endereço: Rua Galvão Bueno, nº 257 - Liberdade - São Paulo - SP - CEP: 01.506-000.

I - Nº do SNT 2 31 11 SP 05
II - denominação: Sociedade Hospital Samaritano;
III - CGC: 60.544.244/0001-67;
IV - CNES: 2080818;
V - endereço: Rua Conselheiro Brotero - Diretoria Clínica, nº 1486 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01.232-010.

Art. 5º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de rim aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RIM: 24.08
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 2 01 11 SC 01
II - denominação: Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho - São José;
III - CGC: 92.736.040/0008-90;
IV - CNES: 2758164;
V - endereço: Rua Coronel Pedro Benedet, nº 1123 - Centro - Criciúma - SC - CEP: 88.801-250.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 2 01 11 SP 06
II - denominação: Sociedade Hospital Samaritano;
III - CGC: 60.544.244/0001-67;
IV - CNES: 2080818;
V - endereço: Rua Conselheiro Brotero - Diretoria Clínica, nº 1486 - Higienópolis - São Paulo - SP - CEP: 01.232-010.

Art. 6º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

MEDULA OSSEA AUTOGENICO: 24.01
MEDULA OSSEA ALOGENICO APARENTADO: 24.02
RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
BAHIA

I - Nº do SNT 2 21 11 BA 01
II - denominação: Monte Tabor Centro Ítalo Brasileiro de Promoção Sanitária;
III - CGC: 13.926.139/0001-44;
IV - CNES: 0003808;
V - endereço: Av. São Rafael, nº 2152 - São Marcos - Salvador - BA - CEP: 41.253-190.

Art. 7º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de pele ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

PELE
SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 2 13 11 SC 03
II - denominação: Hospital Municipal São José;
III - CGC: 84.703.248/0001-09;
IV - CNES: 2436469;
V - endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 238 - Centro - Joinville - SC - CEP: 89.202-000.

Art. 8º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de tecido musculoesquelético aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

TECIDO MUSCULOESQUELETICO/
RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 2 12 11 SP 02
II - denominação: Centro Infantil de Investigações Hematológicas Dr. Domingos A Boldrini;
III - CGC: 50.046.887/0001-27;
IV - CNES: 2081482;
V - endereço: Rua Dr. Gabriel Porto, nº 1270 - Cidade Universitária - Campinas - SP - CEP: 13.083-210.

TECIDO MUSCULOESQUELETICO
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 2 12 11 SP 01
II - denominação: Hospital Vera Cruz;
III - CGC: 46.009.718/0001-40;
IV - CNES: 2078376;
V - endereço: Av. Andrade Neves, nº 402 - Botafogo - Campinas - SP - CEP: 13.013-900.

Art. 9º - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de válvulas cardíacas ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

VALVULA CARDIACA/
RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20
PARANÁ

I - Nº do SNT 2 41 11 PR 01
II - denominação: Hospital Sugisawa Ltda;
III - CGC: 80.352.925/0001-30;
IV - CNES: 3068870;
V - endereço: Av. Iguaçu, nº 1236 - Rebouças - Curitiba - PR - CEP: 80.250-190.

Art. 10 - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de tecidos oculares humanos às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.06/24.07
ESPIRITO SANTO

I - Nº do SNT 1 11 11 ES 01
II - responsável técnico: Kahlil Ruas Ribeiro Mendes, oftalmologista, CRM 9043;
III - membro: Kahlil Ruas Ribeiro Mendes, oftalmologista, CRM 9043.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 11 SP 05
II - responsável técnico: Elcio Hideo Sato, oftalmologista, CRM 47082;
III - membro: Márcia Regina Kimie Higashi, oftalmologista, CRM 72264;
IV - membro: Danielle Lumi Miura, oftalmologista, CRM 116515

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 11 11 SC 02
II - responsável técnico: Wislen Roberto dos Santos Braga, oftalmologista, CRM 2803;
III - membro: Wislen Roberto dos Santos Braga, oftalmologista, CRM 2803;
IV - membro: Éderson Henrique Engel, oftalmologista, CRM 10916;
V - membro: Felipe Eing, oftalmologista, CRM 11579.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 11 - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas às equipes de saúde a seguir identificadas:

PÂNCREAS: 24.04

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 32 11 SP 03 II - responsável técnico: Marcelo Perosa de Miranda, cirurgião geral, CRM 65380; III - membro: Tércio Genzini, cirurgião geral, CRM 66125; IV - membro: Huda Maria Noujaim, cirurgião geral, CRM 84044 V - membro: Leonardo Toledo Mota, cirurgião geral, CRM 103122; VI - membro: Juan Rafael Branez Pereira, cirurgião geral, CRM 131363; VII - membro: Alexandre Teruya, anestesiologista, CRM 90741; VIII - membro: Fabio Crescentini, cirurgião geral, CRM 102070; IX - membro: Luis Estevam Ianhez, nefrologista, CRM 11557; X - membro: Rodrigo Azevedo de Oliveira, nefrologista, CRM 117949; XI - membro: Luciano Ricardo Giacaglia, endocrinologista, CRM 70676; XII - membro: Bruno Falcão Santos, urologista, CRM 127341.
I - Nº do SNT 1 32 11 SP 07 II - responsável técnico: Andre Ibraim David, cirurgião AP. digestivo, CRM 79868; III - membro: Rafael Antônio Arruda Pécora, cirurgião AP. digestivo, CRM 93933; IV - membro: Rodrigo Bronze de Martino, cirurgião AP. digestivo, CRM 90866 V - membro: Rafael Soares Nunes Pinheiro, cirurgião AP. digestivo, CRM 139411; VI - membro: Patricia Malafronte, cirurgião AP. digestivo, CRM 88310 VII - membro: Andrea Olivares Magalhães, nefrologista, CRM 85075 VIII - membro: Cristiane Bitencourt Dias, nefrologista, CRM 89387; IX - membro: Maria Cristina Ribeiro de Castro, nefrologista, CRM 39428; X - membro: Irina Antunes, nefrologista, CRM 75350; XI - membro: José Carlos Costa Baptista da Silva, cirurgião geral, CRM 29096; XII - membro: Maris Salete Demuner, cirurgião geral, CRM 72118; XIII - membro: Marcos Joaquim Castro, cirurgião geral, CRM 56073; XIV - membro: Adriano Luiz Gomes, cirurgião geral, CRM 89528; XV - membro: Adriano Namo Cury, endocrinologista, CRM 98029; XVI - membro: Enis Donizetti Silva, anestesiologista, CRM 58650; XVII - membro: Fernando David Goehler, anestesiologista, CRM 66291.

Art. 12 - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de rim/ pâncreas conjugado às equipe de saúde a seguir identificadas:

RIM/ PÂNCREAS: 24.05

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 31 11 SP 04 II - responsável técnico: Marcelo Perosa de Miranda, cirurgião geral, CRM 65380; III - membro: Tércio Genzini, cirurgião geral, CRM 66125; IV - membro: Huda Maria Noujaim, cirurgião geral, CRM 84044 V - membro: Leonardo Toledo Mota, cirurgião geral, CRM 103122; VI - membro: Juan Rafael Branez Pereira, cirurgião geral, CRM 131363; VII - membro: Alexandre Teruya, anestesiologista, CRM 90741; VIII - membro: Fabio Crescentini, cirurgião geral, CRM 102070; IX - membro: Luis Estevam Ianhez, nefrologista, CRM 11557; X - membro: Rodrigo Azevedo de Oliveira, nefrologista, CRM 117949; XI - membro: Luciano Ricardo Giacaglia, endocrinologista, CRM 70676; XII - membro: Bruno Falcão Santos, urologista, CRM 127341.
I - Nº do SNT 1 32 11 SP 07 II - responsável técnico: Andre Ibraim David, cirurgião AP. digestivo, CRM 79868; III - membro: Rafael Antônio Arruda Pécora, cirurgião AP. digestivo, CRM 93933; IV - membro: Rodrigo Bronze de Martino, cirurgião AP. digestivo, CRM 90866 V - membro: Rafael Soares Nunes Pinheiro, cirurgião AP. digestivo, CRM 139411; VI - membro: Patricia Malafronte, cirurgião AP. digestivo, CRM 88310 VII - membro: Andrea Olivares Magalhães, nefrologista, CRM 85075 VIII - membro: Cristiane Bitencourt Dias, nefrologista, CRM 89387; IX - membro: Maria Cristina Ribeiro de Castro, nefrologista, CRM 39428; X - membro: Irina Antunes, nefrologista, CRM 75350; XI - membro: José Carlos Costa Baptista da Silva, cirurgião geral, CRM 29096; XII - membro: Maris Salete Demuner, cirurgião geral, CRM 72118; XIII - membro: Marcos Joaquim Castro, cirurgião geral, CRM 56073; XIV - membro: Adriano Namo Cury, endocrinologista, CRM 98029; XV - membro: Enis Donizetti Silva, anestesiologista, CRM 58650; XVI - membro: Fernando David Goehler, anestesiologista, CRM 66291.

Art. 13 - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de rim a equipe de saúde a seguir identificada:

RIM: 24.08

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 01 11 RS 01 II - responsável técnico: Nehad Jusuf Nimer, cirurgião geral, CRM 8480; III - membro: Nehad Jusuf Nimer, cirurgião geral, CRM 8480; IV - membro: Rafael de Conti, urologista, CRM 11042 V - membro: Fabricio Lazzarin Domingos Rocha, urologista, CRM 10192; VI - membro: Cassiana Mazon Fraga, nefrologista, CRM 9170; VII - membro: Julio Marcio Rocha, nefrologista, CRM 2731.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 01 11 SP 06 II - responsável técnico: José Carlos Costa Baptista da Silva, cirurgião geral, CRM 29096; III - membro: Maris Salete Demuner, cirurgiã geral, CRM 72118; IV - membro: Marcos Joaquim Castro, cirurgião geral, CRM 56073; V - membro: Adriano Luiz Gomes, cirurgião geral, CRM 89258; VI - membro: Paulo Cesar Koch Nogueira, nefrologista, CRM 39340; VII - membro: Luciana de Santis Feltran, nefrologista, CRM 83482. VIII - membro: Maria Fernanda Carvalho de Camargo, nefrologista, CRM 75898.
I - Nº do SNT 1 01 11 SP 08 II - responsável técnico: Patrícia Malafronte, nefrologista, CRM 88310; III - membro: Andréa Olivares Magalhães, nefrologista, CRM 85075; IV - membro: Cristiane Bitencourt Dias, nefrologista, CRM 89387; V - membro: Maria Cristina Ribeiro Castro, nefrologista, CRM 39428; VI - membro: Irina Antunes, nefrologista, CRM 75350; VII - membro: José Carlos Costa Baptista da Silva, nefrologista, CRM 29096; VIII - membro: Maris Salete Demuner, cirurgiã geral, CRM 72118; IX - membro: Marcos Joaquim Castro, cirurgião geral, CRM 56073; X - membro: Adriano Luiz Gomes, cirurgião geral, CRM 89258.

Art. 14 - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea a equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA OSSEA AUTOGENICO: 24.01

MEDULA OSSEA ALOGENICO APARENTADO: 24.02

BAHIA

I - Nº do SNT 1 21 11 BA 01 II - Responsável Técnico: Marco Aurelio Salvino de Araujo, hematologista, CRM 17646; III - membro: Hebert Henrique de Melo Santos, hematologista, CRM 13719; IV - membro: Neila Jones Moitinho, hematologista, CRM 14282; V - membro: Ana Verena Almeida Mendes, infectologista, CRM 15976; VI - membro: Cecília Luz Rocha Mendes, hemoterapia, CRM 11977.

Art. 15 - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de pele a equipe de saúde a seguir identificada:

PELE

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 13 11 SC 03 II - Responsável Técnico: Romes João Ayub Filho, cirurgião plástico, CRM 8418; III - membro: Romes João Ayub Filho, cirurgião plástico, CRM 8418; IV - membro: Gerson de Mattos Ritz Filho, cirurgião plástico, CRM 13067; V - membro: Humberto Thormann Bez Batti, cirurgião plástico, CRM 7127.

Art.16 - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de tecido musculoesquelético as equipes de saúde a seguir identificadas:

TECIDO MUSCULOESQUELETICO

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 11 SP 01 II - responsável técnico: Ricardo de Souza e Silva Morelli, ortopedista, CRM 46044; III - membro: Olavo Masakazu Hihashima, ortopedista, CRM 49721; IV - membro: Marisa de Souza e Silva Morelli Girondo, ortopedista, CRM 61273; V - membro: Renato Mendes Morelli, ortopedista, CRM 75629.
I - Nº do SNT 1 12 11 SP 02 II - responsável técnico: José Carlos Barbi Gonçalves, ortopedista, CRM 32705; III - membro: Elisa Ribeiro Whitaker Sobral Vulcano, ortopedista, CRM 89097; IV - membro: Alejandro Enzo Cassone, ortopedista, CRM 66989.

Art. 17 - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca a equipe de saúde a seguir identificada:

VALVULA CARDIACA

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 41 11 PR 01 II - responsável técnico: George Ronald Soncini da Rosa, cirurgião cardiovascular, CRM 14623; III - membro: Yukio Suzuki, cirurgião cardiovascular, CRM 9413; IV - membro: Ricardo Alexandre Schneider, cirurgião cardiovascular, CRM 17214; V - membro: Douglas Conrdo Schimidt, cardiologista, CRM 11390.

Art. 18 - Conceder autorização para realizar retirada e transplante de fígado a equipe de saúde a seguir identificada:

FIGADO: 24.09

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 02 11 SP 11 II - responsável técnico: André Ibraim David, cirurgião do aparelho digestivo, CRM III - membro: Rafael Antonio Arruda Pécora, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 93933; IV - membro: Rodrigo Bronze de Martino, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 90866; V - membro: Rafael Soares Nunes Pinheiro, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 139411; VI - membro: Daniel Ferraz de Campos Mazo, hepatologista, CRM 107866; VII - membro: Alberto Queiroz Farias, gastroenterologista, CRM 68791; VIII - membro: Enis Donizetti Silva, anestesiologista, CRM 58650; IX - membro: Fernando David Goehler, anestesiologista, CRM 66291.

Art. 19 - Estabelecer que as autorizações para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, concedidas por meio desta Portaria, terão validade pelo prazo de dois anos a contar desta publicação, renovável por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos § 5º, 6º 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268/1997, e Portaria nº 2.600/2009.

Parágrafo único. A exigência de renovação a cada dois anos para estabelecimentos de saúde não se aplica para a Habilitação 24.20 (retirada de órgãos e tecidos), de acordo com o Parágrafo único do art. 2º da Portaria SAS/MS nº 511, de 27 de setembro de 2010.

Art. 20 - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 49, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes - SNT, tudo o que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde; resolve:

Art. 1º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecidos oculares humanos aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07/24.06

GOIAS

I - Nº do SNT: 2 11 08 GO 02 II - denominação: Hospital Santa Terezinha; III - CGC: 25.038.191/0001-01; IV - CNES: 2518090; V- endereço: Av. 2, nº 200 - Aeroporto - Goiânia - GO -CEP: 74.075-030.

ESPÍRITO SANTO

I - Nº do SNT: 2 11 08 ES 03 II - denominação: Hospital Mata da Praia Ltda; III - CGC: 08.279.419/0001-36; IV - CNES: 5633079; V- endereço: Rosendo Serapião de Souza Filho, nº 95 - Mata da Praia - Vitória - ES - CEP: 29.065-020.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 02 SP 14 II - denominação: CEMA - Hospital Especializado; III - CGC: 47.192.752/0001-65; IV - CNES: 3119122; V- endereço: Rua do Oratório, nº 1369 - Moóca - São Paulo - SP - CEP: 03.117-000.
I - Nº do SNT: 2 11 05 SP 16 II - denominação: Sociedade Campineira de Educação e Instrução - Hospital e Maternidade Celso Pierro; III - CGC: 46.020.301/0002-69;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IV - CNES: 2082128;
V- endereço: Av. John Boyd Dunlop, s/nº - Jd. Ipaussurama - Campinas - SP - CEP: 13.059-900.

I - Nº do SNT: 2 11 02 SP 53
II - denominação: Hospital Carlos Chagas S/A;
III - CGC: 49.047.681/0001-32;
IV - CNES: 2081628;
V- endereço: Rua Barão de Mauá, nº 100 - Centro - Guarulhos - SP - CEP: 07.012-040.

I - Nº do SNT: 2 11 09 SP 01
II - denominação: Clínica de Olhos Coronado Antunes Ltda;
III - CGC: 05.075.025/0001-78;
IV - CNES: 5031532;
V- endereço: Rua Mauá, nº 91 - Centro - Assis - SP - CEP: 19.806-010.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 11 08 MG 06
II - denominação: Associação de Caridade Nossa Senhora do Carmo;
III - CGC: 20.724.357/0001-20;
IV - CNES: 2144530;
V- endereço: Rua Capitão Bernardo, nº 257 - Centro - Guanhães - MG - CEP: 39.740-000.

Art. 2º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM: 24.08
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 01 02 MG 29
II - denominação: Fundação Benjamin Guimarães - Hospital Baleia;
III - CGC: 17.200.429/0001-25;
IV - CNES: 2695324;
V- endereço: Rua Juramento, n° 1464 - Saudade - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.285-000.

Art. 3º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 21 04 SP 16
II - denominação:Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Limeira ;
III - CGC: 51.473.292/0001-26;
IV - CNES: 2081458;
V- endereço: Avenida Antonio Ometto, n° 675 - Vila Claudia - Limeira - SP - CEP: 13.480-470.

I - Nº do SNT: 2 21 08 SP 19
II - denominação: Real Sociedade Portuguesa de Beneficência ;
III - CGC: 46.030.318/0001-16;
IV - CNES: 2078465;
V- endereço: Rua Onze de Agosto, n° 557 - Botafogo - Campinas - SP - CEP: 13.013-101.

MEDULA OSSEA AUTOGENICO: 24.01
MEDULA OSSEA ALOGENICO APARENTADO: 24.02
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 21 08 MG 12
II - denominação: Hospital Socor S/A ;
III - CGC: 17.312.612/0001-12;
IV - CNES: 0026824;
V- endereço: Av. Do Contorno, n° 10.500 - Barro Preto - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.110-068.

MEDULA OSSEA AUTOGENICO: 24.01
MEDULA OSSEA ALOGENICO APARENTADO: 24.02
MEDULA OSSEA ALOGENICO NÃO APARENTADO: 24.03
PERNAMBUCO

I - Nº do SNT: 2 21 00 PE 06
II - denominação: Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco;
III - CGC: 10.892.164/0001-24;
IV - CNES: 0001120;
V- endereço: Av. Agamenon Magalhães, n° 4760 - Derby - Recife - PE - CEP: 52.010-010.

Art. 4º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculoesquelético ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

TECIDO MUSCULOESQUELÉTICO
RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 2 12 04 RJ 04
II - denominação: FMG - Empreendimentos Hospitalares - Hospital Copa Dor;
III - CGC: 30.499.826/0001-08;
IV - CNES: 3005992;
V- endereço: Rua Figueiredo Mgalhães, nº 875 - Copacabana - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22.031-011.

Art. 5º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecidos oculares humanos as equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07/24.06
GOIAS

I - Nº do SNT 1 11 08 GO 01
II - responsável técnico: Diogo Clemente, oftalmologista, CRM 8100;
III - membro: Diogo Clemente, oftalmologista, CRM 8100;
IV - membro: Fernando Pacheco Verissimo, oftalmologista, CRM 7523;
V - membro: Paulo Jose Bittencourt da Cunha, oftalmologista, CRM 3278.

BAHIA

I - Nº do SNT 1 11 01 BA 06
II - responsável técnico: Harlem Carvalho de Oliveira, oftalmologista, CRM 14763;
III - membro: Harlem Carvalho de Oliveira, oftalmologista, CRM 14763.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 08 MG 03
II - responsável técnico: Roque de Assis Júnior, oftalmologista, CRM 25870;
III - membro: Roque de Assis Júnior, oftalmologista, CRM 25870.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 137
II - responsável técnico: Raul de Camargo Vianna Filho, oftalmologista, CRM 65973;
III - membro: Raul de Camargo Vianna Filho, oftalmologista, CRM 65973.

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 36
II - responsável técnico: Wilson Nahmatallah, oftalmologista, CRM 74532;
III - membro: Rita de Cássia Lima, oftalmologista, CRM 79710.

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 35
II - responsável técnico: Luiz Antonio Vieira, oftalmologista, CRM 45363;
III - membro: Fabio Luciano de Lima, oftalmologista, CRM 90393.

I - Nº do SNT 1 11 04 SP 52
II - responsável técnico: Gleiton Carlos Mendonça da Silva, oftalmologista, CRM 101076;
III - membro: Gleiton Carlos Mendonça da Silva, oftalmologista, CRM 101076.

I - Nº do SNT 1 11 06 SP 13
II - responsável técnico: João Baptista N. S. Malta, oftalmologista, CRM 105656;
III - membro: João Baptista N. S. Malta, oftalmologista, CRM 105656.

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 75
II - responsável técnico: Benny Apelbaum, oftalmologista, CRM 61529;
III - membro: Akiyoshi Oshima, oftalmologista, CRM 32993;
IV - membro: Jaime Noboru Kagohara, oftalmologista, CRM 22102.

Art. 6º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea as equipes de saúde a seguir identificadas:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 21 04 SP 52
II - Responsável Técnico: João Paulo Marques Bighetti, hematologista, CRM 81779;
III - membro: Ivania Fávero, oncologista, CRM 100247;
IV - membro: André Augusto Junior Gemeinder de Moraes, oncologista, CRM 55620.

I - Nº do SNT 1 21 08 SP 44
II - Responsável Técnico: Afonso Celso Vigorito, hematologista, CRM 55970;
III - membro: José Francisco Comenalli Marques Júnior, hematologista, CRM 51093;
IV - membro: Gislaine Boba Oliveira, hematologista, CRM 77416;
V - membro: José Francisco Penteado Aranha, hematologista, CRM 51191.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 21 00 RJ 47
II - Responsável Técnico: Cristiana Solza, hematologista, CRM 52558545;
III - membro: Renata Lyrio Rafael Baptista, hematologista, CRM 52759171;

Art. 7º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim as equipes de saúde a seguir identificadas:

RIM: 24.08
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 01 09 SP 05
II - responsável técnico: José Osmar Abreu Pestana, nefrologista, CRM 37800;
III - membro: José Osmar Abreu Pestana, nefrologista, CRM 37800;
IV - membro: Cláudio Santiago Melaragno, nefrologista, CRM 43488;
V - membro: Nelson Gattás, urologista, CRM 28375;
VI - membro: José Carlos Costa Baptista da Silva, cirurgião geral, CRM 29096;
VII - membro: Alexandra Nicolau Ferreira, nefrologista, CRM 86056;
VIII - membro: Hélio Todesco Silva Junior, nefrologista, CRM 50327;
IX - membro: Maria Lucia dos Santos Vaz, nefrologista, CRM 56812;
X - membro: Riberto Garcia da Silva, nefrologista, CRM 77583;
XI - membro: Cláudio José Ramos Almeida, urologista, CRM 14841;
XII - membro: Mario Nogueira Junior, urologista, CRM 78501;
XIII - membro: Fausto Miranda Junior, cirurgião vascular, CRM 15820;
XIV - membro: Wilson Ferreira Aguiar, urologista, CRM 83638;
XV - membro: Maurício Costa M. de Almeida, urologista, CRM 104026;
XVI - membro: João Ferreira Neves Neto, urologista, CRM 97258;

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 01 07 MG 01
II - responsável técnico: André Barreto Pereira, nefrologista, CRM 34369;
III - membro: Leonardo Gomes Lopes, urologista, CRM 35719;
IV - membro: Denny Fabrício Magalhães Veloso, urologista, CRM 38167;
V - membro: Renato Costa Ladeira Filho, urologista, CRM 17917;
VI - membro: Carla de Oliveira, cirurgiã cardiovascular, CRM 24107;
VII - membro: Marcelo Frederique de Castro, nefrologista, CRM 20858;
VIII - membro: Cláudia Ribeiro, nefrologista, CRM 32492;
IX - membro: Magda Lourenço Fernandes, anestesiologista, CRM 23604;
X - membro: Marcel Andrade Souki, anestesiologista, CRM 40038;
XI - membro: Patrícia da Cruz Queiroz, nefrologista, CRM 31525;
XII - membro: André de Souza Alvarenga, nefrologista, CRM 37125;
XIII - membro: Maria Goretti Moreira Guimarães Penido, nefrologista, CRM 12968;
XIV - membro: Moacir Astolfo Tibúrcio, cirurgião pediátrico, CRM 4559;
XV - membro: Marcelo de Souza Tavares, nefrologista pediátrico, CRM 46233;
XVI - membro: Soraia Cristina Cantini, nefrologista, CRM 35729;
XVII - membro: Milton Soares Campos Neto, nefrologista, CRM 20927;
XVIII - membro: Gustavo Mário Capanema Silva, nefrologista, CRM 12005;
XIX - membro: Pedro Augusto Macedo de Souza, nefrologista, CRM 37092
XX - membro: José Maria Gross Figueiró, cirurgião geral, CRM 27227;
XXI - membro: Bruno Ferreira Russo, cirurgião geral, CRM 41358;
XXII - membro: Sarah de Castro, nefrologista, CRM 39028.

Art. 8º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas a equipe de saúde a seguir identificada:

PANCREAS: 24.04
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 32 02 SP 217
II - Responsável Técnico: Irene de Lourdes Noronha, nefrologista, CRM 43429.
III - membro: Irene de Lourdes Noronha, nefrologista, CRM 43429.
IV - membro: João Egídio Romão Junior, nefrologista, CRM 23628.
V - membro: Hugo Abensur, nefrologista, CRM 47816;
VI - membro: Maria Regina Teixeira Araújo, nefrologista, CRM 56352.
VII - membro: João Carlos Campagnari, urologista, CRM 21719;
VIII - membro: Luiz Antonio de Azevedo Ribeiro, urologista, CRM 15635;
IX - membro: Márcio D'Imperio, urologista, CRM 40589;
X - membro: Luiz Augusto Carneiro de Albuquerque, gastroenterologista, CRM 22761;
XI - membro: Adriano Miziara Gonzales, gastroenterologista, CRM 76192;
XII - membro: Denise Reis Franco, endocrinologista, CRM 54481.

Art. 9º - Conceder renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pulmão a equipe de saúde a seguir identificada:

PULMÃO: 24.10
RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 04 06 RS 08
II - Responsável Técnico: Amarilio Vieira de Macedo Neto, cirurgião torácico, CRM 11904;
III - membro: Hugo Goulart de Oliveira, pneumologista, CRM 13985;
IV - membro: Elaine Aparecida Felix, anestesiologista, CRM 14849;
V - membro: Edlson Moraes Rodrigues Filho, intensivista, CRM 17530;
VI - membro: Jouberto Peter Ebersol, anestesiologista, CRM 12706;
VII - membro: Ronaldo David da Costa, anestesiologista, CRM 15652
VIII - membro: Neverton Savaris, anestesiologista, CRM 20320;
IX - membro: Marcelo Curcio Gib, cirurgião cardiovascular, CRM 26005;
X - membro: Leandro de Moura, cirurgião cardiovascular, CRM 25267;
XI - membro: Fabio Munhoz Svartman, pneumologista, CRM 26510;
XII - membro: Cristiano Feijó Andrade, cirurgião geral, CRM

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

22568;
XIII - membro: Gustavo José Somn, anestesiologista, CRM 26000;
XIV - membro: Rosangela da Rosa Minuzzi, anestesiologista, CRM 19785;
XV - membro: Jaqueline Betina Broenstrup Correa, anestesiologista, CRM 23068;
XVI - membro: Luiz Fernando Ribeiro de Menezes, anestesiologista, CRM 18833;
XVII - membro: Victor Hugo Bazan da Rocha, anestesiologista, CRM 17005;
XVIII - membro: Claudia de Souza Gutierrez, anestesiologista, CRM 27411;
XIX - membro: Josiane Crestani Gonzaga, anestesiologista, CRM 23088;
XX - membro: Andre Prato Schimidt, anestesiologista, CRM 30265;
XXI - membro: Mauricio Guidi Saueressig, cirurgião geral, CRM 22814;
XXII - membro: Alexandre Heitor Moreschi, cirurgião geral, CRM 16938;
XXIII - membro: Amarilio Viera de Macedo Neto, cirurgião torácico, CRM 11904.

Art. 10 - Estabelecer que as renovações de autorizações para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, concedidas por meio desta Portaria, terão validade pelo prazo de dois anos a contar desta publicação, renovável por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido nos § 5º, 6º 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268/1997, e Portaria nº 2.600/2009.

Art. 11 - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 50, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Secretário de Atenção Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto no art. 3º, da Portaria nº 44/GM/MS, de 10 de janeiro de 2001, que define as regras para habilitação de unidade prestadora de serviços do Sistema Único de Saúde - SUS, em regime de Hospital Dia;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 461, de 13 de setembro de 2010, que autoriza o hospital a seguir para realização de transplante de medula óssea autogênico/alogênico aparentado; e

Considerando parecer favorável da Secretaria de Estado da Saúde de Pernambuco, resolve:

Art. 1º - Habilitar o hospital a seguir, para realização do atendimento em regime de Hospital Dia em Intercorrências Pós-Transplante de Medula Óssea e outros precursores hematopoiéticos:

HOSPITAL DIA: 12.04
PERNAMBUCO

I - Denominação: Hospital Memorial São José Ltda;
II - CGC: 70.237.144/0001-41;
III - CNES: 2517140;
IV - Endereço: Av. Agamenon Magalhães, nº 2291 - Boa Vista - Recife - PE - CEP: 52.020-000.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 51, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 04 de fevereiro de 1997;

Considerando a Lei nº 11.521, de 18 de setembro de 2007, que altera a Lei nº 9.434/1997 para permitir a retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em instituições hospitalares não autorizadas a realizar transplantes pelo Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.848/GM/MS, de 06 de novembro de 2007, que aprova a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o Regulamento Técnico sobre as atividades de transplante e dispõe sobre a Coordenação Nacional de Transplantes;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 511, de 27 de setembro de 2010, que exclui e inclui habilitações na tabela de habilitações do Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde - SCNES e cria os serviços especializados da Tabela de Serviços Especializados/Classificação/CBO do SCNES; e

Considerando a necessidade de adequar as Ações de Doação e Captação de Órgãos e Tecidos nos estabelecimentos notificantes de óbitos em morte encefálica e/ou coração parado, resolve:

Art. 1º - Incluir no anexo da Portaria SAS/MS nº 511, de 27 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 241, de 17 de dezembro de 2010, Seção, p. 149-154, os estabelecimentos de saúde a seguir relacionados:

HABILITAÇÃO 24.20
RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS

UF	ESTABELECIMENTO	CNES
DF	Hospital de Base do Distrito Federal	3206874
ES	Hospital Evangélico de Vila Velha	2494442
MG	Fundação de Assistência Estudo e Pesquisa de Uberlândia	2146339
MS	Santa Casa Anjos da Visão - SCM Campo Grande	0097717
PE	Fundação Banco de Olhos do Vale do São Francisco	3541126
PR	Instituição de Ensino e Pesquisa Oftalmológica de Maringá - Hoftalmar	2586150
PR	Hospital de Olhos do Paraná	0.015636
PR	Hospital de Olhos de Cascavel	2738090
RJ	Hospital São Jose Batista	0.025135
SC	Banco de Olhos de Joinville	3678385
SC	Hospital Regional de São José - Homero de Miranda Gomes	2555646
SP	Banco de Olhos de Sorocaba/BOS/SP	5281482
SP	Hospital Oftalmológico de Sorocaba	3020762
SP	Banco de Olhos de Mogi das Cruzes - Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes	5975905
SP	Associação Beneficente Hospital Universitário de Marília	5860490

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência dezembro de 2010.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

PORTARIA Nº 52, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.312/GM, de 30 de novembro de 2000, que estabelece as normas de cadastramento dos Laboratórios de Histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 1.313/GM, de 30 de novembro de 2000, que define os Laboratórios que poderão ser cadastrados para realização dos exames de Histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 2.600/GM, de 21 de outubro de 2009, que define em seu Anexo XVII o Regulamento Técnico dos Laboratórios de Histocompatibilidade e Imunogenética - LHI;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia, em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º - Incluir e habilitar o estabelecimento de saúde a seguir para realização dos exames de Histocompatibilidade Tipo II, relacionados na Portaria nº 1.313/2000:

CÓDIGO: 24.18
RONDÔNIA

RAZÃO SOCIAL	
NATIVIDA - Núcleo de Atendimento em Triagem Neonatal Ltda	CGC: 22.883.086/0001-80CNES: 2807203

Art. 2º - Estabelecer que a autorização concedida por meio desta Portaria terá validade pelo prazo de dois anos a contar desta publicação, renovável por períodos iguais e sucessivos em conformidade com o estabelecido na Portaria nº 2.600/2009.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

RETIFICAÇÕES

No art. 1º da Portaria SAS/MS nº 628, de 18 de novembro de 2010, publicada no DOU nº 221, de 19 de novembro de 2010, Seção 1, página 65-66,

ONDE SE LÊ:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07/24.06
PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 11 02 PR 06
II -denominação: Hoftalmar - Hospital de Olhos Ltda;
III - CGC: 80.899.834/0001-10;
IV - CNES: 6030750;
V- endereço: Av. Dr. Luiz Teixeira Mendes, nº 2310 - Zona 05 - Maringá - PR - CEP: 87.015-001.

LEIA-SE:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07/24.06
PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 11 02 PR 06
II -denominação: Hoftalmar - Hospital de Olhos Ltda;
III - CGC: 07.038.784/0001-96;
IV - CNES: 2586150;
V- endereço: Av. Dr. Luiz Teixeira Mendes, nº 2310 - Zona 05 - Maringá - PR - CEP: 87.015-001.

Na Portaria SAS/MS nº 662, de 3 de dezembro de 2010, publicada no DO nº 232, de 6 de dezembro de 2010, Seção 1, página 69:

ONDE SE LÊ:
BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO: 24.13
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 3 51 05 SP 10
II - denominação: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu;
III - CGC: 48.031.918/0019-53;
IV - CNES: 2082187;
V- endereço: Distrito de Rubião Junior - Botucatu - SP - CEP: 18.618-970.

LEIA-SE:
BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO: 24.13
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 3 51 05 SP 10
II -denominação: Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu;
III - CGC: 48.031.918/0019-53;
IV - CNES: 2748223;
V- endereço: Distrito de Rubião Junior - Botucatu - SP - CEP: 18.618-970.

No artigo 5º da Portaria SAS/MS nº 675, de 09 de dezembro de 2010, publicada no DOU nº 236, de 10 de dezembro de 2010, Seção 1, página 80;

ONDE SE LÊ:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07/24.06
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 08 SP 37
II - responsável técnico: Eduardo Andreghetti, oftalmologista, CRM 31626;
III - membro: Valcir Coronado Antunes, oftalmologista, CRM 12599;
IV - membro: Victor A. Coronado Antunes, oftalmologista, CRM 108193.
I - Nº do SNT 1 11 00 SP 39
II - responsável técnico: Luciano Arakawa, oftalmologista, CRM 93351;
III - membro: Luciano Arakawa, oftalmologista, CRM 93351.

LEIA-SE:
CÓRNEA/ESCLERA: 24.07/24.06
SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 08 SP 32
II - responsável técnico: Eduardo Andreghetti, oftalmologista, CRM 31626;
III - membro: Valcir Coronado Antunes, oftalmologista, CRM 12599;
IV - membro: Victor A. Coronado Antunes, oftalmologista, CRM 108193.
I - Nº do SNT 1 11 05 SP 27
II - responsável técnico: Luciano Arakawa, oftalmologista, CRM 93351;
III - membro: Luciano Arakawa, oftalmologista, CRM 93351.

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 155, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.055714/2010-74, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica STARKS NOVA ANGLA VISTORIA DE VEÍCULOS LTDA - ME, CNPJ - 12.123.837/0001-07, situada no Município de Mogi das Cruzes - SP, na Av. Japão, 250, Loja 02 - Alto do Ipiranga, CEP 08.730-330, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Mogi das Cruzes no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 156, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.002495/2011-10, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica POWERFUL ABC VISTORIA VEICULAR LTDA, CNPJ - 13.008.011/0001-60, situada no Município de São Bernardo do Campo - SP, na Rua Batalhão Borba Gato, 135 - Anchieta, CEP 09.600-020, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de São Bernardo do Campo no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 157, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.000427/2011-16, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica RODRIGUES & RIBEIRO VISTORIA VEICULAR LTDA, CNPJ - 12.821.244/0001-14, situada no Município de Caldas Novas - GO, na Av. Antônio Sanches Fernandes, S/N, Qd. GL-A, Lt. 02 - Estância Boa Vista, CEP 75.690-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Caldas Novas e conforme artigo 3º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Rio Quente, Marzagão, Água Limpa, Corumbaíba e Pires do Rio no Estado de Goiás.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 158, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.059189/2010-66, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica PONTAL VISTORIAS VEICULARES LTDA - ME, CNPJ - 12.121.502/0001-50, situada no Município de Pontal - SP, na Av. Maria Ligia Neves Spinola, 188 - Centro, CEP 14.180-970, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Pontal no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 159, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.055693/2010-97, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica TSL VISTORIA AUTOMOTIVA LTDA, CNPJ - 11.420.238/0001-92, situada no Município de Guararema - SP, na Rua Dr. Falcão, 508 - Centro, CEP 08.900-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Guararema e conforme artigo 3º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Sabaúna e Salesópolis no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 160, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.055698/2010-10, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica WRM VISTORIAS LTDA ME, CNPJ - 11.411.338/0001-52, situada no Município de Barra de São Francisco - ES, na Rua Adão Brum, 20 - Irmãos Fernandes, CEP 29.800-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Barra de São Francisco e conforme artigo 3º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Água Doce do Norte, Ecoporanga e Mantenópolis no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 161, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.055695/2010-86, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica MJW VISTORIAS LTDA ME, CNPJ - 11.411.306/0001-57, situada no Município de São Gabriel da Palha - ES, na Av. Antônio Jose de Souza, 323B - Aparecida, CEP 29.780-000, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de São Gabriel da Palha e conforme artigo 3º § 1º conceder precariamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Águia Branca, São Domingos do Norte e Vila Valério no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

PORTARIA Nº 116, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das competências que lhe confere o art. 46, inciso IX, do Regulamento da Anatel, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997;

CONSIDERANDO a necessidade de alterar a alocação dos cargos comissionados de que trata o art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações;

CONSIDERANDO deliberação do Conselho Diretor na Reunião nº 596, de 10 de fevereiro de 2011; e

CONSIDERANDO o constante dos autos dos processos nº 53500.002705/2011 e nº 53500.030461/2007; resolve:

Art. 1º Alterar os quantitativos e a distribuição dos cargos comissionados previstos nas Portarias nº 1.355, de 16 de dezembro 2010, e nº 467, de 12 de maio de 2010, conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	DE	PARA
CGE III	50	49
CGE IV	6	7
CA III	7	6
CAS I	6	7
CAS II	5	4
CCT V	31	32
CCT IV	136	138
CCT III	74	75
CCT II	38	37

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA SARDENBERG

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 28 de janeiro de 2011

Nº 696/2011-CD - Processo Nº 535600008152003

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - TELEMAR/CE, CNPJ/MF sob o nº 33.000.118/0015-74 Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado no Setor 11 do Plano Geral de Outorgas, em face de decisão do Conselho Diretor, consubstanciada no Despacho Nº 3.220/2008-CD, de 9 de setembro de 2008, decidiu, em sua Reunião Nº 593, realizada em 20 de janeiro de 2011: a) não conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado; b) convalidar o Despacho Nº 1.715/2007-UNACO/UNAC/SUN, de 21 de dezembro de 2007, e o Despacho Nº 60/2007-UNACO/UNAC/SUN, de 13 de abril de 2007, pelas razões e fundamentos constantes da Análise Nº 22/2011-GCER, de 14 de janeiro de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 911, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Processo n.º 29000.004675/1989, TV 2000 LTDA - na localidade de Vitória - ES. Consolidação das características autorizadas segundo as quais a autorizatária deverá executar o Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, observadas as condições constantes do Relatório Descrição do Sistema.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 15, DE 3 DE JANEIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à SEMENTES SELECTA SA, CNPJ Nº 00.969.790/0001-18 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 308, DE 13 DE JANEIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à USINA CAETE SA, CNPJ Nº 12.282.034/0008-71 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 816, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à JOAZ S. DE OLIVEIRA - ME, CNPJ Nº 07.134.755/0001-28 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 818, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à CONDOMINIO RESIDENCIAL EPHYGENIO SALLES, CNPJ Nº 03.408.269/0001-08 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 819, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à CLAUDIONOR CLAUDIO DIAS JUNIOR, CPF Nº 342.595.112-20 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 820, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à RIOCON FAZENDAS REUNIDAS RIO DE CONTAS LTDA, CNPJ Nº 01.456.816/0001-97 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 821, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à ASSOCIAÇÃO MORADORES E PROPR. DE IMOVEIS DO LOTEAMENTO PITUBA VILLE, CNPJ Nº 03.735.183/0001-81 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 822, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à SALVADOR NORTE SHOPPING S.A., CNPJ Nº 08.688.987/0001-90 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 823, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à ASSOCIACAO OBRAS SOCIAIS IRMA DULCE, CNPJ Nº 15.178.551/0001-17 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 824, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à ALPE COMERCIO DE SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA - EPP, CNPJ Nº 74.670.084/0001-07 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 825, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à TELMO ROBERTO BASTOS, CPF Nº 364.244.557-87 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 826, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à AEROTEX AVIACAO AGRICOLA LTDA - EPP, CNPJ Nº 02.916.813/0001-51 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 827, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à CODORA ENERGIA LTDA, CNPJ Nº 07.966.116/0001-29 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 828, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à CHAPADAO ARMAZENS GERAIS LTDA, CNPJ Nº 25.038.415/0001-85 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 829, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à BIOCEV SERVICOS DE MEIO AMBIENTE LTDA-ME, CNPJ Nº 07.080.828/0001-46 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 830, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à WAGNER BONATO VIEIRA, CPF Nº 953.174.819-53 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 831, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à PRATERRA RIO PRETO AGROPECUARIA LIMITADA, CNPJ Nº 04.712.248/0005-60 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 832, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à ENERGETICA AGUAS DA PEDRA S./A., CNPJ Nº 08.768.414/0001-77 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 833, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à HILARIO RENATO PICCINI, CPF Nº 224.818.269-49 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 834, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à CELSON POSSAMAI , CPF Nº 312.914.650-49 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 835, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à FLAVIO CESAR PEREIRA, CPF Nº 568.560.831-49 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 836, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à ELOI BEDIN, CPF Nº 880.815.241-34 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 837, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à DELGADO SEGURANÇA LTDA.-ME, CNPJ Nº 05.890.353/0001-28 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 838, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à COMPANHIA ULTRAGAZ S A, CNPJ Nº 61.602.199/0157-30 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 839, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à CATEDRAL MANUTENCAO, REPAROS E PREPARACAO DE VEICULOS LTDA, CNPJ Nº 05.875.096/0001-55 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 840, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à PREFEITURA DA CIDADE DE SAO JOAO DE MERITI, CNPJ Nº 29.138.336/0001-05 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 841, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à FUNDACAO DE APOIO A ESCOLA TECNICA DO EST.RIO DE JANEIRO, CNPJ Nº 31.608.763/0001-43 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 842, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à SAKURA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA-ME, CNPJ Nº 04.499.792/0001-41 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 843, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à NATURASUL CONSTRUTORA LTDA, CNPJ Nº 04.806.192/0002-60 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 844, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à GAZETTA OPERACIONAL EM DESMATAMENTO LTDA - ME, CNPJ Nº 84.643.543/0001-17 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 845, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à ANDERSON AUGUSTO DOS SANTOS, CPF Nº 874.994.521-15 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 846, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à S. V. N. SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 02.826.414/0001-08 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 847, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à LUIZ ANTONIO MARCONATO, CPF Nº 054.022.278-02 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 848, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à URBANIZADORA AMS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ Nº 07.321.800/0001-53 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 849, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à JAIR OSVALDO DARE , CNPJ Nº 08.165.841/0008-37 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 850, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à VALE FOSFATADOS S.A., CNPJ Nº 08.404.776/0006-93 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 851, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à SAO PAULO AIR TRANSPORTS - TRANSPORTE DE CARGAS AEREAS LTDA, CNPJ Nº 09.156.623/0001-22 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 852, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à ARCELORMITTAL BRASIL S.A., CNPJ Nº 17.469.701/0035-16 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 853, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à BAERLOCHER DO BRASIL S.A., CNPJ Nº 43.821.164/0001-92 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 854, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Expede autorização à SYNGENTA SEEDS LTDA., CNPJ Nº 49.156.326/0001-00 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 855, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à LUSOMAR MARICULTURA LTDA, CNPJ Nº 96.785.464/0001-20 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 856, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à CONDOMINIO DO SHOPPING VITORIA, CNPJ Nº 39.780.879/0001-77 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 857, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A, CNPJ Nº 27.865.757/0026-52 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 858, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à CAMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, CNPJ Nº 17.316.563/0001-96 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 859, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à AGOSTINHO FRANCISCO LUDWIG, CPF Nº 445.089.059-00 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 860, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO RIO VERDE, CNPJ Nº 24.978.041/0001-15 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 861, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à ROBERTO CARVALHO BARRA, CPF Nº 301.617.116-34 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 862, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à JOSÉ MOTA DA SILVA, CPF Nº 198.047.681-00 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 863, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à BARRALCOOL - DESTILARIA DA BARRA LTDA, CNPJ Nº 15.009.061/0001-97 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 864, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à HELIO ANTONIO FILIPIN GOULART, CPF Nº 126.758.060-72 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 865, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à FRANCISCO GEMELLI, CPF Nº 251.508.399-49 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 866, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CLAUDECIR HASSE, CPF Nº 627.637.761-91 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 867, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à JORGE DALBEN, CPF Nº 195.665.819-04 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 868, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à PAULO ROBERTO VIEIRA, CPF Nº 235.777.709-53 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 869, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à ESE SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ Nº 05.742.568/0001-00 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 870, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à MINERACAO RIO DO NORTE SA, CNPJ Nº 04.932.216/0001-46 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 871, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à ESTALEIRO ATLANTICO SUL S/A, CNPJ Nº 07.699.082/0001-53 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 872, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, expedida à COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS CIV, por meio do Ato n° 6877, de 21/10/2010, para COMPANHIA AGRICOLA E INDUSTRIAL SAO JOAO, CNPJ Nº 10.807.907/0001-10, bem como a outorga de autorização de uso de radiofreqüência(s), associada(s) à autorização para execução do serviço.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 873, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à RENOVA FLORESTA LTDA, CNPJ Nº 04.882.166/0001-30 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 874, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, CNPJ Nº 33.000.167/1007-50 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 876, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à ANTONIO DIAS FELIPE, CPF Nº 289.177.158-34 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 877, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à SOCIEDADE ALPHAVILLE RESIDENCIAL 10, CNPJ Nº 60.553.286/0001-64 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 878, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à LWART LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ Nº 46.201.083/0001-88 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 879, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à AKZO NOBEL LTDA, CNPJ Nº 60.561.719/0003-95 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 880, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à PROSEG SEGURANCA E VIGILANCIA S/C LTDA, CNPJ Nº 03.805.877/0001-48 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 881, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM, CNPJ Nº 45.332.095/0001-89 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 882, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMARE, CNPJ Nº 45.787.660/0001-00 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 883, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à LIBRA TERMINAIS S/A, CNPJ Nº 33.813.452/0010-32 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 884, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à IQ SOLUCOES & QUIMICA S.A, CNPJ Nº 62.227.509/0001-29 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 885, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à USINA PAU D'ALHO S/A, CNPJ Nº 43.204.643/0001-60 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 886, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à PREFEITURA DA ESTANCIA BALNEARIA DE PRAIA GRANDE, CNPJ Nº 46.177.531/0001-55 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 887, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à SWISSPORT BRASIL LTDA, CNPJ Nº 01.886.441/0001-03 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 888, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO S/A, CNPJ Nº 62.464.904/0001-25 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 889, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à USINA SANTA FE S/A, CNPJ Nº 45.281.813/0001-35 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 890, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à SUDOESTE - COMERCIO E TRANSPORTE DE GASLTDA, CNPJ Nº 04.566.418/0001-11 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 891, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2° REGIÃO, CNPJ Nº 03.241.738/0001-39 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 892, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à FUNDACAO PADRE ALBINO, CNPJ Nº 47.074.851/0001-42 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 893, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à USINA SAO DOMINGOS ACUCAR E ALCOOL S/A, CNPJ Nº 47.063.128/0001-68 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 894, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO, CNPJ Nº 45.774.064/0001-88 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 895, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à TERRA VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ Nº 01.863.518/0001-11 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 896, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à SITRAN-EMPRESA DE SEGURANCA LTDA, CNPJ Nº 02.005.031/0003-22 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 897, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à HILARIO MOACIR HERTER, CPF Nº 090.530.260-53 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 898, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à CARLOS RAZUK, CPF Nº 022.476.661-91 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 899, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à CRISTIANO CORREA DE OLIVEIRA SOARES, CPF Nº 872.673.814-72 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 900, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à CONDOMINIO DO APART HOTEL PORTO ITAIPU, CNPJ Nº 27.785.617/0001-16 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 901, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à COND DO EDIFICIO CONJ CIDADE DE COPACABANA 1 PAV DE LOJAS, CNPJ Nº 68.743.871/0001-39 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 902, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à JOSE ELIOMAR PEZZINI, CPF Nº 710.071.139-87 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 903, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à ANTONIETA DE AGUIAR JUNQUEIRA, CPF Nº 002.882.848-87 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 904, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à JOSE DE OLIVEIRA GUERRA FILHO, CPF Nº 013.132.318-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 905, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU, CNPJ Nº 45.227.337/0001-74 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 906, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à CONDOMINIO VINHAS DA VISTA ALEGRE, CNPJ Nº 54.152.715/0001-99 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

ATO Nº 907, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à AKZO NOBEL LTDA, CNPJ Nº 60.561.719/0034-91 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 6.442, DE 6 DE OUTUBRO DE 2010

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe II, protocolizado sob o n.º 53500.019622.2010, anexo ao Processo n.º 53500.020142.2010, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da HOJE SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA, nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP) da TNL PCS S.A - Oi..

FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA PÁDUA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6.443, DE 6 DE OUTUBRO DE 2010

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe I, protocolizado sob o n.º 53508.010269.2010, anexo ao Processo 53500.021753.2010, entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA, na modalidade Local e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da ENGEVOX TELECOMUNICAÇÕES LTDA, nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional; entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da ENGEVOX TELECOMUNICAÇÕES LTDA, na modalidade Local, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA, nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional; e entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC - da INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA, na modalidade Local e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do STFC da ENGEVOX TELECOMUNICAÇÕES LTDA, na modalidade Local.

FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA PÁDUA
Superintendente
Interino

ATO Nº 6950, DE 25 DE OUTUBRO DE 2010

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe II, protocolizado sob o n.º 53508.010351.2010, anexo ao Processo n.º 53500.022368.2010, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da EASYTONE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP - da VIVO S.A. e da TELEMIG CELULAR S.A.

FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA PÁDUA
Superintendente
Interino

ATO Nº 7.619, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe II, protocolizado sob o n.º 53508.012237.2010, anexo ao Processo n.º 53500.024887.2010, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado do GT GROUP INTERNATIONAL BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, na modalidade Longa Distância Nacional e Internacional, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP - da VIVO S.A. e da TELEMIG CELULAR S.A.

FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA PÁDUA
Superintendente
Interino

ATO Nº 7.620, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe II, protocolizado sob o n.º 53500.024893.2010 e o Termo Aditivo protocolizado sob o Nº 53500.024894.2010, anexos ao Processo n.º 53500.025126.2010, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado do GT GROUP INTERNATIONAL BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, na modalidade Local, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP - da VIVO S.A. e da VIVO PARTICIPAÇÕES S/A.

FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA PÁDUA
Superintendente
Interino

ATO Nº 7.889, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2010

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe II, protocolizado sob o n.º 53500.024892.2010, anexo ao Processo n.º 53500.025118.2010, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da E1 BRASIL TELECOMUNICAÇÕES S.A, nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP - da VIVO S.A. e da VIVO PARTICIPAÇÕES S/A.

FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA PÁDUA
Superintendente
Interino

ATO Nº 7.890, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2010

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe II, protocolizado sob o n.º 53500.024891.2010, anexo ao Processo n.º 53500.025122.2010, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da E1 BRASIL TELECOMUNICAÇÕES S.A, na modalidade Local, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP - da VIVO S.A. e da VIVO PARTICIPAÇÕES S/A.

ATO Nº 8063, de 13 de Dezembro de 2010

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe II, protocolizado sob o n.º 53500.024890.2010, anexo ao Processo n.º 53500.025125.2010, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da OSTARA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP - da VIVO S.A. e da TELEMIG CELULAR S.A.

FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA PÁDUA
Superintendente
Interino

ATO Nº 8.064, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2010

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe II, protocolizado sob o n.º 53508.013171.2010, anexo ao Processo n.º 53500.027050.2010, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da NORTELPA ENGENHARIA S.A, na modalidade Local, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP - da VIVO S.A. e da VIVO PARTICIPAÇÕES S/A.

ATO Nº 8065, de 13 de Dezembro de 2010

Homologa, com respeito aos itens exigidos no Regulamento Geral de Interconexão, o Contrato de Interconexão Classe II, protocolizado sob o n.º 53508.011823.2010, anexo ao Processo n.º 53500.024888.2010, celebrado entre a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado da OSTARA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, na modalidade Local, e a rede de telecomunicações de suporte à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP - da VIVO S.A. e da TELEMIG CELULAR S.A.

FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA PÁDUA
Superintendente
Interino

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 23, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA , no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 4º da Portaria MC Nº 447 de 09 de agosto de 2007, e considerando a documentação protocolizada sob o Nº 53000.000328/2010 e 53000.059508/2010, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 53000.098357/2006, e, em especial, da Informação Nº 19/2011/DIALC/GPTO/SCE, de 31 de janeiro de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar a Ata da Reunião Conjunta dos Membros e do Conselho Curador, de 16 de fevereiro de 2009, registrada na repartição competente, sob o Nº 47.321 - Livro A - 150, em 03 de março de 2009, na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, promovida pela FUNDAÇÃO DOM BOSCO, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, que resultou na modificação do seu Quadro Diretivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO

PORTARIA DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 40 do Decreto 5.979, de 6 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Ministério das Relações Exteriores, e considerando o disposto no subitem 4.2.1 do Edital de 10 de fevereiro de 2011 do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco em 2010 - Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, resolve:

FIXAR em R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) o valor da ajuda de custo aos candidatos não-residentes no Distrito Federal selecionados para a Segunda Etapa do Processo Seletivo das Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia m 2010.

EMBAIXADOR GEORGES LAMAZIÈRE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Nos Despachos nº 483 e 484, publicados no D.O. de 10/02/2011, seção 1, página 92, onde lê-se "... com a finalidade de autoprodução de energia elétrica..." leia-se, "...com a finalidade de Produção Independente de Energia Elétrica..."

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de fevereiro de 2011

Nº 525 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME Nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL Nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria Nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei Nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei Nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto Nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL Nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005780/2008-35, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Santana 3A, com potência estimada de 18 MW, às coordenadas 28°19'27,67" de Latitude Sul e 50°44'19" de Longitude Oeste, situada no rio do Santana, sub-bacia 70, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, concedido à empresa Welt Participações Ltda., devido o não atendimento ao disposto no § 1º, do art. 8º, da Resolução ANEEL Nº 395/1998. II - Revogar o Despacho Nº 3.505, de 19 de setembro de 2008.

Nº 526 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME Nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL Nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria Nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei Nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei Nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto Nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL Nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.007825/2008-14, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Mareta, com potência estimada de 7 MW, às coordenadas 18°22'25" de Latitude Sul e 42°40'00" de Longitude Oeste, situada no rio Suaçuí Grande, sub-bacia 56, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado de Minas Gerais, concedido à empresa Welt Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 08.518.402/0002-75, devido o não atendimento ao disposto no § 1º, do art. 8º, da Resolução ANEEL Nº 395/1998. II - Revogar o Despacho Nº 617, de 16 de fevereiro de 2009.

Nº 527 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME Nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL Nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria Nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei Nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei Nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto Nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL Nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo Nº 48500.008413/2008-93, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Lajeado, com potência estimada de 1,25 MW, às coordenadas 21°26'27" de Latitude Sul e 50°18'19" de Longitude Oeste, localizada no rio Fortaleza, sub-bacia 64, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, concedido à empresa Welt Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 08.518.402/0002-75, devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução ANEEL Nº 395/1998. II - Revogar o Despacho Nº 250, de 26 de janeiro de 2009.

Nº 525 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME Nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL Nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria Nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei Nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei Nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto Nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL Nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.008052/2008-85, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Água da Onça , com potência estimada de 5,1 MW, às coordenadas 22°05'53" de Latitude Sul e 49°07'22" de Longitude Oeste, situada no rio Pardo, sub-bacia 64, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de São Paulo, concedido à empresa Welt Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 08.518.402/0002-75, devido o não atendimento ao disposto no § 1º, do art. 8º, da Resolução ANEEL Nº 395/1998. II - Revogar o Despacho Nº 42, de 9 de janeiro de 2009.

Nº 529 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, e no artigo 14 da Resolução ANEEL n° 393, de 4 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo nº 48500.004527/2005-41, resolve: I - Aprovar a Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio do Peixe, no trecho compreendido entre o canal de fuga da PCH Salto Góes e a cidade de Ibicaré-SC, sub-bacia 72, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, no Estado de Santa Catarina, o qual tem uma área de drenagem total de 2.770 km² e é afluente pela margem direita do rio Uruguai, apresentada pela empresa Rio Tainha Geração de Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 09.443.926/0001-26, e desenvolvida pela empresa Energyx Projetos para a Geração de Energia Ltda.. Estes estudos identificaram um potencial total de 25,80 MW distribuídos em três aproveitamentos, conforme o quadro abaixo:

Aproveitamentos	Coordenadas Geográficas do Eixo do Barramento	Posição (Dist. Da Foz) [km]	Área de Drenag. [km²]	N.A máximo normal de montante [m]	N.A normal de jusante [m]	Potência Instalada [MW]	Área do Reservatório [km²]
AHE Ibicaré	27º5'31" S 51º21'9" W	129,00	2.772	545,00	537,50	6,00	0,1122
AHE Vilincado	27º6'4" S 51º20'34" W	131,00	2.770	559,00	545,00	11,00	0,4518
AHE Andromix	27º6'34" S 51º19'28" W	135,00	2.686	570,60	559,00	8,80	0,3780

II - Determinar que as recomendações e observações contidas na Nota Técnica que subsidiou a aprovação do inventário hidrelétrico em tela sejam obrigatoriamente atendidas na etapa subseqüente de estudo. III - Informar que a presente aprovação não exime as empresas citadas no item I de suas responsabilidades pelos estudos e seu registro perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, e não assegura qualquer direito quanto à obtenção da concessão ou autorização do aproveitamento do potencial hidráulico, devendo estas empresas atender às disposições da legislação vigente.

Nº 530 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME Nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL Nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria Nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei Nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei Nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto Nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores e no artigo 17 da Resolução ANEEL n° 393, de 4 de dezembro de 1998 e o que consta do Processo Nº 48500.006057/2007-92, resolve: I - Prorrogar o prazo estabelecido para reapresentação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da bacia do rio Bracuhy e seus afluentes rio Bonito, Vermelho e Paca Grande, localizados na sub bacia 59, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado do Rio de Janeiro, conforme solicitado pela empresa Bracuhy Agricultura e Energia Ltda. II - A reapresentação dos estudos deverá ser entregue ao protocolo da ANEEL até a data 14/03/2011.

ANDRÉ RAMON SILVA MARTINS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

RETIFICAÇÃO

Na Autorização ANP Nº 69, de 10/2/2011, publicada no DOU Nº 30, de 11/2/2011, seção 1, pág. 59, no art. 1º, onde se lê: "CNPJ Nº 08.791.152/0001-79", leia-se "CNPJ Nº 08.797.152/0001-79".

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de fevereiro de 2011

Nº 134 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de posto revendedor flutuante:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PF/SC0092205	NOBREGA EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA. - ME.	06.089.667/0002-70	ITAPOA	SC	48610.002067/2011-98

DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011021400112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 71, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 09 de setembro de 2004, tendo em vista o que consta do processo ANP n.º 48610.010604/2007-97 e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP Nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica o Consórcio Malhas Sudeste Nordeste, constituído pelas empresas Transportadora Associada de Gás S/A - TAG, Nova Transportadora do Sudeste S/A - NTS, Nova Transportadora do Nordeste S/A - NTN e Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO, com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o Nº 06.226.808/0001-78, autorizado a operar a modernização do ponto de entrega de gás natural de Goianinha, com vazão máxima de 70.000 Nm³/dia de gás natural, localizado no km 188+100 do Gasoduto Guamaré-Cabo (Nordestão), no município de Goianinha/RN.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente concessão.

Art. 3º Esta Autorização é válida até 23 de novembro de 2012, conforme prazo estabelecido pela Licença de Operação Nº 2010-038027/TEC/RLO-0226, expedida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA.

Art. 4º Esta autorização substitui a Autorização n.º 3, de 05 de janeiro de 2010, publicada no DOU n.º 3, de 06 de janeiro de 2010.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 72, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 206, de 09 de setembro de 2004, tendo em vista o constante do Processo ANP Nº 48610.012986/2008-74, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP n.º 41, de 05 de dezembro de 2007, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Posto Jardim Botânico Ltda., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o Nº 95.396.289/0001-16, autorizada a operar a Unidade de Compressão de Gás Natural Comprimido (GNC), localizada na Avenida Comendador Franco, Nº 1197, Jardim Botânico - Curitiba/PR - CEP.: 80.215-090.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Esta Autorização terá validade até 17 de janeiro 2013, conforme prazo da Licença Ambiental de Operação Nº LO - 10000675, emitida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba/PR, em 27 de janeiro de 2011.

Art. 4º Esta Autorização substitui a Autorização Nº 667, de 10 de novembro de 2010, publicada no DOU n.º 216, de 11 de novembro de 2010.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 73, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.013089/2009-69, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, CNPJ: 02.709.449/0001-59, autorizada a prosseguir com as atividades de construção necessárias para a ampliação da capacidade do Oleoduto OSVAT 42"/38", que interliga o Terminal Aquaviário de São Sebastião ao Terminal de Guararema, passando pela Estação de Rio Pardo, no Estado de São Paulo, para atendimento à vazão de aproximadamente 5.050 m³/h, cujos volumes correspondentes ao fator de utilização de 85% estão discriminados na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Volumes a serem movimentados.

Tipo de Petróleo	Oleoduto	Sentido de Fluxo	Volumes a movimentar (m³/dia)
Mist550	OSVAT 42"/38"	TEBAR-Guararema-REPLAN	63.000
Mist220	OSVAT 42"/38"/34"	TEBAR-REVAP	40.000

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização é válida por um período de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

AUTORIZAÇÃO Nº 74, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 206, de 9 de setembro de 2004, com base na Portaria ANP n.º 170, de 26 de novembro de 1998, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.011453/2000-18, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa SHV Gás Brasil Ltda., CNPJ: 19.791.896/0001-00, autorizada a operar o duto de 4 polegadas de diâmetro nominal para transferência de gás liquefeito de petróleo - GLP entre o Terminal de Movimentação e Armazenagem de GLP e a Base de Distribuição de GLP, ambas localizadas no Município de Betim - MG e de propriedade da SHV.

A tabela a seguir apresenta as características do duto.

Origem	Destino	Diâmetro Nominal (polegadas)	Extensão (metros)	Pressão Máxima de Operação (kgf/cm²)
Terminal de Betim da SHV	Base de Betim da SHV	4	65	20

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente concessão.

Art. 3º Esta Autorização terá validade até 20 de julho de 2015, conforme o prazo estabelecido na Licença Ambiental - Certificado LO n.º 151/2009 2ª Via - SUPRAM CM, emitido pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM do Governo do Estado de Minas Gerais em 20 de julho de 2010.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 17/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere pedido de reconsideração(263)
815.778/1994-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.
Não conhece requerimento protocolizado intempestivamente(270)
858.031/2001-BRAZ FERROS MINERAÇÃO LTDA EPP
858.032/2001-BRAZ FERROS MINERAÇÃO LTDA EPP
858.033/2001-BRAZ FERROS MINERAÇÃO LTDA EPP
Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)
831.203/2010-AGUIA METAIS LTDA- Alvará N°9.847-DOU de 31/08/2010
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(349)
832.437/1992-MINERAÇÃO PERDIZES LTDA
840.123/2006-PEDREIRA GUARANY LTDA
840.124/2006-CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
846.111/2003-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Defere pedido de reconsideração(392)
896.678/2003-TERRAZO GRANITI DO BRASIL LTDA.
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
811.300/1975-COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO- Prazo:5 (cinco) anos, a contar de 01/09/2009 e com término em 01/09/2014
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
812.723/1970-AGROINDUSTRIAL DELTA DE MINAS S/A
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
812.723/1970-AGROINDUSTRIAL DELTA DE MINAS S/A-Calcário
Autorizo o aditamento de substância mineral(427)
812.723/1970-AGROINDUSTRIAL DELTA DE MINAS S/A-Argila-Decreto de Lavra nº 79.472/1977, DOU de 06/04/1977
Defere pedido de servidão para a implantação e operação do empreendimento mineiro em conformidade com os Laudos Técnicos e Memoriais Descritivos juntados nos autos(435)
001.468/1946-MINERAÇÃO BELOCAL LTDA-Calcario-Decreto de Lavra n 80.284/1977
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(445)
816.021/1970-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A-Início:12/09/2008-Término:12/09/2011
805.985/1971-VOTORANTIM METAIS NÍQUEL S A-Início:12/09/2008-Término:12/09/2011
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(447)
820.779/1990-CLERI TERESA HILDEBRAND NASCIMENTO ME- Início:22/12/2008-Término:22/12/2013
Instaura processo administrativo para declaração de caducidade da concessão de lavra /prazo para defesa 60 dias(490)
891.608/1994-ITAÚBA MINERAÇÃO LTDA
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
812.723/1970-AGROINDUSTRIAL DELTA DE MINAS S/A-Argila

RELAÇÃO Nº 18/2011

Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
870.854/1980-ITAGUASSU AGRO INDUSTRIAL S A - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar Resumidamente o texto do Alvará de Pesquisa nº 1.939, de 25/04/1983, publicado no D.O.U. 04/05/1983, e conseqüentemente o despacho que aprovou o relatório final de pesquisa, publicado no DOU de 16/10/1987, que conservou integralmente o memorial descritivo da poligonal. Onde se lê: "... no Município de Laranjeiras, Estado de Sergipe...". Leia-se: "... nos Municípios de Laranjeiras e Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe...,".

815.007/1985-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar Resumidamente o texto do Alvará de Pesquisa nº 3.882 de 24/11/1992, publicado no D.O.U. 26/11/1992, e conseqüentemente o despacho que aprovou o relatório final de pesquisa, publicado no DOU de 09/09/1996, relação nº 09/1996. Onde " se lê: "...numa área de 966 ha, delimitada por um polígono que tem um vértice a 225 m, no rumo verdadeiro de 26º35"NE, da confluência do arroio sem nome com o ribeirão Capivari, Coordenadas Geográficas: Lat. 26º47"26,5" S e Long. 49º31"55,1" W....". Leia-se: "...numa área de 812,02 ha, delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 26º46"21"479 S e Long. 49º31"51"455 W...".

800.713/1995-LIBRA-LIGAS DO BRASIL S/A - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar Resumidamente texto da Retificação do Despacho de Aprovação do Relatório Final de Pesquisa. Onde se lê: Aracoiaba/CE...", "... no rumo verdadeiro de 72°50" NW...". Leia-se: Ocara/CE...", "... no rumo verdadeiro de 72°50" SW...,".

871.241/2000-ROZENVAN MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar Resumidamente o texto do despacho que aprovou o relatório final de pesquisa, publicado no Diário Oficial da União de 07/01/2009. Onde se lê: "... no Município de Simões Filho, Estado da Bahia...". Leia-se: "... nos Municípios de Lauro de Freitas e Salvador, Estado da Bahia...,".

850.289/2003-TRANSPORTES MAGALHÃES LTDA - Publicado DOU de 27/07/2006, Relação n° 253, Seção 1, pág. 80- Onde se lê: "...no Município de São Francisco do Pará, Estado do Pará...", Leia-se: "...nos Municípios de São Francisco do Pará e Castanhal, Estado do Pará...".

850.290/2003-TRANSPORTES MAGALHÃES LTDA - Publicado DOU de 27/07/2006, Relação n° 253, Seção 1, pág. 80- Onde se lê: "...no Município de São Francisco do Pará, Estado do Pará...", Leia-se: "...nos Municípios de São Francisco do Pará e Castanhal, Estado do Pará...".

858.057/2006-ÁGUAS DA AMAZÔNIA LTDA - Publicado DOU de , Relação n° , Seção , pág. - Retificar Resumidamente o texto do despacho que aprovou o relatório final de pesquisa, publicado no Diário Oficial da União de 18/10/2007, relação 318/07. Onde se lê: "... Poço 1 "Fonte Caimbé"- vazão: 10.000 l/h, Poço 2 "Fonte Topázio" - vazão: 10.000 l/h, Poço 3 "Fonte Água Clara" - vazão: 9.000 l/h...". Leia-se: "... Poço 1 "Fonte Caimbé"-" vazão: 10.000 l/h, Poço 2 "Fonte Topazza" - vazão: 10.000 l/h, Poço 3 "Fonte Água Clara" - vazão: 9.000 l/h...,".

MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 5/2011

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito multa aplicada(535)
844.008/1995-MINERAÇÃO COSTA DOURADA LTDA- Publicado DOU de 24/05/2010
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
844.008/1995-MINERAÇÃO COSTA DOURADA LTDA- AI N°12/2010
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
840.713/1988-BRITEX MINERAÇÃO LTDA- NOT. N°47/2010
844.025/1994-EMPRESA DE ÁGUAS ITAY LTDA- NOT. N°48/2010
844.008/1995-MINERAÇÃO COSTA DOURADA LTDA- NOT. N°52/2010

JOSÉ ANTONIO ALVES DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 44/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
873.558/2009-ARCEMINO NEVES DE BRITO-OF. N°49/2011
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
871.756/2008-HELMO BAGDÁ GAMA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
870.654/1990-MINERAÇÃO GYPSUM DO BRASIL LTDA-OF. N°68/2011
870.395/1993-ANTÔNIO EDMILSON FIRME JÚNIOR-OF. N°58/2011
871.705/2005-MINERAL PROJECTS CONSULTORIA LTDA-OF. N°54/2011
870.346/2006-CÍCERO DE PAIVA DUTRA-OF. N°59/2011
875.227/2007-VILA DO RODEIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°54/2011
875.231/2007-VILA DO RODEIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°54/2011
875.244/2007-LUIZ WAGNER VELOSO REIS-OF. N°67/2011
870.291/2008-VILA DO RODEIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°54/2011
870.293/2008-VILA DO RODEIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°54/2011
872.934/2008-VILA DO RODEIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°54/2011
874.633/2008-JACOB ALEX LEMOS MATTAR-OF. N°52/2011
870.857/2009-DANIEL ROCHA BARBOSA-OF. N°49/2011
872.898/2009-FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA-OF. N°50/2011
873.511/2009-JOSE MACEDO NETO-OF. N°70/2011
873.568/2009-JOSÉ CARLOS FELIX DE SOUZA-OF. N°51/2011
870.421/2010-MGS MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°53/2011
870.422/2010-MGS MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°66/2011
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
870.671/1992-ALOIZIO ASSIS- Cessionário:CORCOVADO GRANITOS LTDA- CPF ou CNPJ 05.195.728/0001-30- Alvará n°3.212/1999
870.353/2001-MINERAÇÃO IRAJA LTDA.- Cessionário:MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S.A- CPF ou CNPJ 05.673.658/0001-88- Alvará n°5.566/2001
871.546/2002-JOSÉ FAUSTO DUTRA- Cessionário:RICARDO LIMA DIAS- CPF ou CNPJ 691.552.837-72- Alvará n°7.597/2003
870.563/2004-AGROCEL - AGROTÉCNICA CERES LTDA.- Cessionário:BLENDA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 15.143.779/0001-71- Alvará n°11.165/2005
872.894/2006-VALE S A- Cessionário:PEDRA CINZA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 08.291.033/0001-40- Alvará n°4.984/2007
873.623/2007-MINERAÇÃO IRAJA LTDA.- Cessionário:MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S.A- CPF ou CNPJ 05.673.658/0001-88- Alvará n°3.803/2008
873.624/2007-MINERAÇÃO IRAJA LTDA.- Cessionário:MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S.A- CPF ou CNPJ 05.673.658/0001-88- Alvará n°3.804/2008
873.625/2007-MINERAÇÃO IRAJA LTDA.- Cessionário:MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S.A- CPF ou CNPJ 05.673.658/0001-88- Alvará n°3.805/2008
873.626/2007-MINERAÇÃO IRAJA LTDA.- Cessionário:MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S.A- CPF ou CNPJ 05.673.658/0001-88- Alvará n°3.806/2008
873.627/2007-MINERAÇÃO IRAJA LTDA.- Cessionário:MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S.A- CPF ou CNPJ 05.673.658/0001-88- Alvará n°3.807/2008
873.629/2007-MINERAÇÃO IRAJA LTDA.- Cessionário:MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S.A- CPF ou CNPJ 05.673.658/0001-88- Alvará n°5.631/2008
873.630/2007-MINERAÇÃO IRAJA LTDA.- Cessionário:MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S.A- CPF ou CNPJ 05.673.658/0001-88- Alvará n°385/2008
873.631/2007-MINERAÇÃO IRAJA LTDA.- Cessionário:MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO S.A- CPF ou CNPJ 05.673.658/0001-88- Alvará n°386/2008
874.144/2007-MSA MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:ITINGA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 05.591.773/0001-03- Alvará n°1.603/2008
872.967/2009-ZECARLOS SERAFIM MOREIRA- Cessionário:JUNIO CÉSAR DA SILVA- CPF ou CNPJ 039.884.136-58- Alvará n°147/2010
872.968/2009-ZECARLOS SERAFIM MOREIRA- Cessionário:JUNIO CÉSAR DA SILVA- CPF ou CNPJ 039.884.136-58- Alvará n°15.695/2009
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
871.201/2003-IRMÃOS PELEGRINE CONSTRUTORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ MOLDADOS LTDA.-OF. N°60/2011
871.107/2006-CLEIDE TAVARES DA SILVA-ME-OF. N°69/2011

RELAÇÃO Nº 45/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
871.672/1989-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA-AI N°081/2011
870.258/1999-MINERCON MINERAÇÃO E CONSTRUÇÕES S.A.-AI N°086/2011
870.777/2001-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-AI N°091/2011
870.300/2002-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-AI N°058/2011
870.891/2002-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-AI N°060/2011
871.276/2002-CIMENTO RIO BRANCO S.A.-AI N°059/2011
871.332/2002-ZENILDO GOMES DA COSTA-AI N°070/2011
871.345/2002-CALBAHIA CALCARIO DA BAHIA MINERAÇÃO LTDA-AI N°094/2011
871.398/2002-JOSÉ ADOLFO RODRIGUES DE CARVALHO-AI N°074/2011
871.428/2002-JOSÉ LAURO COMETTI-AI N°092/2011
871.569/2002-REINALDO MALTA DA SILVA-AI N°066/2011
871.603/2002-GRANALBAN GRANITOS ALTO BANANEIRAS LTDA ME-AI N°096/2011
871.606/2002-JOÃO SANTOS VIANA-AI N°100/2011
870.134/2003-QUÍMICA GERAL DO NORDESTE S/A-AI N°065/2011
870.249/2003-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-AI N°057/2011
870.466/2003-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-AI N°106/2011
870.599/2003-DOUGLAS LEONARDO LOUZADA PARIS-AI N°102/2011
870.622/2003-ANTÔNIO MONTEIRO FILHO-AI N°107/2011
870.743/2003-JOSÉ HUMBERTO CARDOSO OLIVEIRA-AI N°097/2011
871.150/2003-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA-AI N°088/2011
871.176/2003-GUTEMBERG NUNES SODRÉ-AI N°089/2011
871.190/2003-JOSELINO ALMEIDA MACHADO-AI N°068/2011
871.259/2003-AILTON DA CRUZ ALVES DE CAETITÉ-AI N°067/2011
871.379/2003-DEIL MINERAÇÃO LTDA.-AI N°101/2011
871.385/2003-CERÂMICA SERRA DIAMANTINA-AI N°105/2011
871.905/2003-WILSON MACHADO CORREIA-AI N°051/2011
871.958/2003-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-AI N°056/2011
872.116/2003-JOSÉ DE SOUZA VAZ JUNIOR-AI N°083/2011
872.162/2003-TEREZINHA MARIA FERNANDES SEIXAS-AI N°080/2011
872.321/2003-JONAS FERNANDES DE OLIVEIRA-AI N°061/2011
872.333/2003-JONAS FERNANDES DE OLIVEIRA-AI N°062/2011
872.388/2003-MINERADORA BOM SUCESSO LTDA-AI N°078/2011
872.391/2003-EDILSON RODRIGUES MOUTINHO-AI N°071/2011
872.392/2003-GENTIL PACHECO GONÇALVES-AI N°103/2011
872.500/2003-MARMORARIA AQUIDABAN-AI N°077/2011
872.507/2003-ALEXANDRE HENRIQUE SOARES-AI N°076/2011
872.523/2003-MARCO TÚLIO MIRANDA DE OLIVEIRA-AI N°098/2011
870.027/2004-ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DUTRA-AI N°093/2011
870.042/2004-MAURÍCIO DA ROCHA DONATO-AI N°104/2011
870.081/2004-PEDREIRA RIO BRANCO LTDA-AI N°087/2011
870.098/2004-PEDREIRA ENGENHO VELHO LTDA-AI N°095/2001
870.118/2004-SAMUEL MENDONÇA-AI N°053/2011
870.119/2004-SAMUEL MENDONÇA-AI N°052/2011
870.142/2004-GILSON DOS SANTOS CERQUEIRA-AI N°090/2011
870.166/2004-BRASIL EXPORTAÇÃO DE MARMORES E GRANITOS LTDA-AI N°075/2011
870.192/2004-RIO PARDO MINERAÇÃO LTDA.-AI N°108/2011
870.193/2004-MINERAÇÃO PRIMAVERA LTDA.-AI N°073/2011
870.198/2004-JOÃO ALQUIMAN TEIXEIRA LADEIA-AI N°079/2011
870.208/2004-PAN MINERAÇAO LTDA-AI N°072/2011
870.246/2004-WIDELSON TEIXEIRA LADEIA-AI N°055/2011
870.271/2004-WIDELSON TEIXEIRA LADEIA-AI N°054/2011
870.280/2004-MARCEL MINERAÇÃO LTDA-AI N°069/2011
870.285/2004-JAIME MARQUES DA SILVA-AI N°064/2011
870.310/2004-MELLU´S TRANSPORTE E INDÚSTRIA LTDA.-AI N°063/2011
870.414/2004-WILSON MACHADO CORREIA-AI N°050/2011
870.513/2004-DISTRIBUIDORA DE ÁGUA POUSO ALEGRE LTDA-AI N°085/2011
870.525/2004-POLITA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS POLIDAS LTDA EPP-AI N°084/2011
870.622/2004-FLÁVIO BRESCIANI-AI N°082/2011
870.902/2004-MANOEL OLIVEIRA NUNES-AI N°099/2011

RELAÇÃO Nº 46/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
872.736/2009-MINERAÇÃO FAZENDA BRASILEIRO SA- DOU de 25/11/2009
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração -TAH(636)
873.152/2006-JESSÉ FIGUEIREDO DA SILVA- AI N°451/2010
871.211/2007-ATENA MINERAÇÃO LTDA- AI N°575/2010
871.489/2007-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°667/2010
871.634/2007-ATENA MINERAÇÃO LTDA- AI N°674/2010
871.949/2007-ATENA MINERAÇÃO LTDA- AI N°848/2010
872.059/2007-ATENA MINERAÇÃO LTDA- AI N°670/2010
872.491/2007-WIDELSON TEIXEIRA LADEIA- AI N°982/2010
872.648/2007-WIDELSON TEIXEIRA LADEIA- AI N°850/2010
875.214/2007-FLORISVALDO TIBÚRCIO DOS SANTOS-AI N°1028/2010
870.350/2008-MINERADORA BRASIL LTDA- AI N°641/2010
870.351/2008-MINERADORA BRASIL LTDA- AI N°640/2010
870.358/2008-MINERADORA BRASIL LTDA- AI N°639/2010
870.368/2008-ATENA MINERAÇÃO LTDA- AI N°678/2010
870.603/2008-ANDRE LUÍS OLIVEIRA DA SILVA- AI N°1066/2010
870.604/2008-ANDRE LUÍS OLIVEIRA DA SILVA- AI N°1062/2010
870.605/2008-ANDRE LUÍS OLIVEIRA DA SILVA- AI N°1072/2010
Torna sem efeito a caducidade do alvará de pesquisa-TAH(651)
873.151/2009-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
873.152/2009-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
873.154/2009-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
873.155/2009-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
873.157/2009-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.050/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.052/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

870.053/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.054/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.055/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.056/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.057/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.058/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.059/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.060/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.062/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.063/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.064/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.065/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.066/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.067/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.068/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.069/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.070/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.073/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.369/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.370/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.372/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.373/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.374/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.379/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.380/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
870.381/2010-MADREPEROLA ROCHAS ORNAMENTAIS DO BRASIL LTDA- Publicado DOU de 26/01/2011
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Auto de Infração -TAH(636)
871.192/2007-ATENA MINERAÇÃO LTDA- AI N°582/2010
871.209/2007-ATENA MINERAÇÃO LTDA- AI N°573/2010
872.664/2007-ATENA MINERAÇÃO LTDA- AI N°515/2010
872.685/2007-ATENA MINERAÇÃO LTDA- AI N°517/2010
873.141/2007-ATENA MINERAÇÃO LTDA- AI N°518/2010
870.346/2008-MINERADORA BRASIL LTDA- AI N°642/2010
870.347/2008-MINERADORA BRASIL LTDA- AI N°643/2010
870.370/2008-ATENA MINERAÇÃO LTDA- AI N°676/2010
870.598/2008-ATENA MINERAÇÃO LTDA- AI N°675/2010
870.607/2008-ANDRE LUÍS OLIVEIRA DA SILVA- AI N°1074/2010

RELAÇÃO Nº 57/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Ottomar Mineração Ltda - 872561/07 - A.I. 109/11
Votorantim Metais Níquel s a - 874434/07 - A.I. 2710/11, 874433/07 - A.I. 2711/11, 874030/07 - A.I. 2712/11, 874027/07 - A.I. 2713/11, 874026/07 - A.I. 2714/11, 874031/07 - A.I. 125/11, 874028/07 - A.I. 126/11, 874432/07 - A.I. 127/11

TEOBALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 12/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
801.134/2010-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°187/2011
801.135/2010-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°187/2011
801.136/2010-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°187/2011
801.137/2010-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°187/2011
801.138/2010-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°187/2011
801.139/2010-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°187/2011
801.140/2010-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°187/2011
801.141/2010-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°187/2011
801.142/2010-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°187/2011
801.143/2010-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°187/2011
801.144/2010-BROM E PINHEIRO MINERAÇÃO, INVESTIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°187/2011
801.237/2010-N R M NORDESTE RECURSOS MINERAIS LTDA-OF. N°220/2011
801.238/2010-N R M NORDESTE RECURSOS MINERAIS LTDA-OF. N°221/2011
801.254/2010-LAURINDO GOMES NETO-OF. N°206/2011
Indefere pedido de reconsideração(181)
800.852/2010-VALE S A
800.853/2010-VALE S A
800.854/2010-VALE S A
800.855/2010-VALE S A
800.856/2010-VALE S A
800.857/2010-VALE S A
800.858/2010-VALE S A
800.859/2010-VALE S A
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.694/2008-EUROBRASIL LTDA-OF. N°223/2011
800.753/2008-EUROBRASIL LTDA-OF. N°224/2011
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
800.657/2009-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:JATOBÁ & SALES PROJETOS E CONSULTORIA LTDA- CPF ou CNPJ 04.548.257/0001-33- Alvará nº3.869/2010
800.687/2009-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:JATOBÁ & SALES PROJETOS E CONSULTORIA LTDA- CPF ou CNPJ 04.548.257/0001-33- Alvará nº3.871/2010
800.004/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:JATOBÁ & SALES PROJETOS E CONSULTORIA LTDA- CPF ou CNPJ 04.548.257/0001-33- Alvará nº3.884/2010
800.005/2010-MAURICIO SILVA PALACIOS- Cessionário:JATOBÁ & SALES PROJETOS E CONSULTORIA LTDA- CPF ou CNPJ 04.548.257/0001-33- Alvará nº3.885/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.030/2002-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°196/2011 e 197/2011
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
801.034/1973-CARBOMIL QUIMICA S/A-OF. N°190/2011 e 191/2011
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
800.260/2009-GERALDO FEITOSA JÚNIOR BRITAMENTOS ME-OF. N°198/2011
800.604/2009-BRITANE BRITAGEM NORDESTE LTDA EPP-OF. N°200/2011
800.605/2009-BRITANE BRITAGEM NORDESTE LTDA EPP-OF. N°201/2011
801.263/2010-F G RIOS SILVA ME-OF. N°199/2011
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
800.669/2009-BENEDITO LIMA DE ABREU ME
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
800.357/2005-DENIS SOTERO ASHTON- AI N°029/2011
Determina arquivamento Auto de infração.(1844)
800.357/2005-DENIS SOTERO ASHTON-AI N°607/2010
Torna sem efeito despacho publicado.(1864)
800.049/2007-JOSE ALMIR PESSOA SILVA FILHO ME- DOU de 13/04/2010

FERNANDO ANTONIO DA COSTA ROBERTO

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 6/2011

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito despacho publicado.(1864)
890.446/1994-GRANIPART MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA- DOU de 20/01/2011 - Relação 3/2011, Seção 1, pag. 59. Fase de Disponibilidade, onde-se lê " ... Aceita defesa apresentada 890446/1994 GRANIPART MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA (1846) ..." , leia-se "...Defesa não aceita, GRANIPART MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA (1847)

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

RELAÇÃO Nº 25/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Antônio Fernandes de Oliveira - 896047/10 - A.I. 115/11, 896048/10 - A.I. 116/11
Antônio Sérgio Brum - 896017/10 - A.I. 117/11
Antonio Wilson Fiorot - 896821/09 - A.I. 120/11
Belmiro Kipert - 896856/08 - A.I. 82/11
Cachoeira Stones Granitos e Mármores LTDA. - 896150/10 - A.I. 107/11
Carlos Augusto Leite-me - 896468/08 - A.I. 125/11
Carlos Renato Tavares Portela - 896069/10 - A.I. 113/11, 896070/10 - A.I. 112/11
Carlos Roberto Brandt - 896052/09 - A.I. 67/11
Evalcir Jose de Palma - Epp - 896924/08 - A.I. 81/11, 896267/10 - A.I. 110/11
F.M. Neves de Itamarajú ME. - 896441/09 - A.I. 131/11, 896643/09 - A.I. 133/11, 896644/09 - A.I. 134/11
Fabio Eleotério Dos Santos - 896195/10 - A.I. 126/11
Fernando Felis Guedes - 896679/09 - A.I. 87/11, 896055/08 - A.I. 111/11
Forno Grande Pedras Ornamentais do Brasil Ltda Epp - 896545/08 - A.I. 84/11, 896681/09 - A.I. 65/11
Gilson Klein - 896816/09 - A.I. 86/11
Itapeor Itapemirim Pedras Ornamentais LTDA. me - 896251/09 - A.I. 63/11
Jandir Fraga - 896156/09 - A.I. 60/11, 896226/09 - A.I. 129/11, 896700/08 - A.I. 127/11
José Carlos Vieira da Silva - 896937/09 - A.I. 137/11
Luciano Destefani Fim - 896655/09 - A.I. 92/11, 896656/09 - A.I. 85/11
Luiz Carlos Siqueira - 896147/10 - A.I. 88/11
Maria Hermínia da Silva Vallim Leocadio - 896551/09 - A.I. 59/11
Mineração Vista Alegre Ltda-me - 896053/10 - A.I. 114/11
Napolitano Mineração Ltda - 896590/09 - A.I. 90/11
Onésio de Palma - 896264/09 - A.I. 61/11
Paulo Roberto Moreira de Oliveira - 896289/10 - A.I. 100/11
Pedra Forte Granitos LTDA. - 896143/09 - A.I. 101/11, 896149/09 - A.I. 94/11, 896659/09 - A.I. 93/11, 896104/09 - A.I. 66/11, 896105/09 - A.I. 89/11, 896931/08 - A.I. 80/11, 896933/08 - A.I. 102/11, 896934/08 - A.I. 99/11, 896935/08 - A.I. 104/11, 896937/08 - A.I. 123/11, 896939/08 - A.I. 96/11, 896946/08 - A.I. 122/11, 896027/09 - A.I. 121/11, 896028/09 - A.I. 97/11, 896029/09 - A.I. 98/11, 896030/09 - A.I. 91/11, 896033/09 - A.I. 95/11
Pedreira Indaiá Ltda ME. - 896332/09 - A.I. 59/11
Pisofalt Serviços LTDA. - 896343/10 - A.I. 103/11, 896344/10 - A.I. 106/11, 896346/10 - A.I. 105/11, 896347/10 - A.I. 108/11
Raphael Nascimento Turra - 896618/09 - A.I. 64/11, 896707/09 - A.I. 136/11, 896554/09 - A.I. 62/11, 896584/09 - A.I. 132/11
Régys Borges Scaquetti - 896133/09 - A.I. 128/11
Sabbia Comercio de Areia Ltda me - 896072/10 - A.I. 109/11
Santa Rosa Transporte e Comércio de Minerais Ltda - 896824/08 - A.I. 83/11
Sousa e Diran Ltda - me - 896444/07 - A.I. 124/11
Transportadora Abelhuda S.a - 896016/10 - A.I. 118/11
Troyannos Minérios e Metais Ltda me - 896244/09 - A.I. 130/11
Victor Hugo Barbosa Zago - 896503/08 - A.I. 135/11

SAMANTA AUGUSTA SOUZA CRUZ
Substituto

RELAÇÃO Nº 26/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento Auto de Infração Advertência/ prazo 30 dias(221)
891.009/1994-TRES IRMAOS GRANITOS EXPORTACAO IMPORTACAO LTDA- AI N°10/2010 - SR/DNPM/ES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.456/1987-IGNES FIORIO-OF. N°0.475/2011 - SR/DNPM/ES - Reitera a exigência ref ofício nº 184/2008.
891.009/1994-TRES IRMAOS GRANITOS EXPORTACAO IMPORTACAO LTDA-OF. N°2.347/2010 - SR/DNPM/ES - Exigências Lavra Clandestina, encaminha Auto de Advertência.
896.166/2004-NG MINERAÇÃO LTDA-ME-OF. N°0364/2011 - SR/DNPM/ES - Exigências para o Relatório Final de Pesquisa.
896.213/2008-KILL CERAMICA NOVA LTDA EPP-OF. N°0.383/2011 - SR/DNPM/ES - Para Relatório Final de Pesquisa.
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
890.312/1990-ELSON MARTINS COSTA- Área de 1.926,00 para 45,66-GNAISSE
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
896.572/1999-CERÂMICA BARRO NOVO LTDA ME-OF. N°0.232/2011 - SR/DNPM/ES - Apresentar motivos / juntificativas para expedição de Guiia de Utilização. Apresentar justificativa técnica e econômica, elaborada por profissional legalmente habilitada e satisfatóriamente instruída.
896.658/2001-CERÂMICA BOAPABA LTDA-OF. N°0.437/2011 - SR/DNPM/ES - Apresentar Licença de Instalação (L.I.), expedida pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
896.247/2002-CERÂMICA LIDER LTDA-OF. N°0.468/2011 - SR/DNPM/ES - Apresentar Licença de Instalação específica para outorga da Portaria de Lara, emitida pelo Serviço Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental (SANEAR), e ofício nº 0.470/2011 - SR/DNPM/ES - Para liberação de Guia de Utilização.-Sessenta (60) dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
896.572/1999-CERÂMICA BARRO NOVO LTDA ME-OF. N°0.625/2011 - SR/DNPM/ES - Apresentar original ou cópia autenticada da Licença Ambiental de Instalação (L.I.) visando a obtenção da Outorga da Portaria de Lavra.
896.794/2006-CERÂMICA ARCO ÍRIS LTDA EPP-OF. N°0.627/2011 - SR/DNPM/ES - Apresentar original ou cópia autenticada da Licença de Instalação a ser emitida pelo órgão ambiental competente.

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 15/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Agromineral Comércio de Produtos Minerais Ltda me - 868253/09 - A.I. 32/11, 868254/09 - A.I. 31/11, 868255/09 - A.I. 30/11
Antares Industria Textil Ltda - 868152/08 - A.I. 60/11
Cláudio da Silva Simião - 868458/07 - A.I. 52/11, 868108/08 - A.I. 53/11, 868110/08 - A.I. 54/11, 868111/08 - A.I. 55/11, 868112/08 - A.I. 56/11
Coabra Cooperativa Agro Industrial do Centro Oeste do Brasil - 868551/08 - A.I. 15/11, 868552/08 - A.I. 16/11, 868553/08 - A.I. 17/11, 868556/08 - A.I. 19/11, 868557/08 - A.I. 20/11, 868558/08 - A.I. 21/11
Daniel Ferreira Dos Santos - 868023/09 - A.I. 25/11
Eurico Gonçalves Soares - 868689/08 - A.I. 62/11
Isaura Matias Rodrigues da Costa - 868685/08 - A.I. 18/11
Jair Henrique Panucci - 868697/08 - A.I. 13/11
João Batista da Costa Rocha - 868081/09 - A.I. 34/11, 868116/09 - A.I. 33/11, 868591/08 - A.I. 38/11, 868592/08 - A.I. 39/11, 868593/08 - A.I. 40/11, 868594/08 - A.I. 41/11, 868630/08 - A.I. 42/11, 868631/08 - A.I. 43/11, 868632/08 - A.I. 44/11, 868633/08 - A.I. 45/11, 868634/08 - A.I. 46/11, 868635/08 - A.I. 47/11, 868636/08 - A.I. 48/11, 868637/08 - A.I. 4/11, 868638/08 - A.I. 5/11, 868648/08 - A.I. 6/11, 868650/08 - A.I. 7/11, 868651/08 - A.I. 8/11, 868652/08 - A.I. 9/11, 868653/08 - A.I. 10/11, 868655/08 - A.I. 11/11, 868656/08 - A.I. 12/11
Kleber Maggi Kras Borges - 868054/09 - A.I. 26/11
Mega Energia Locação e Administração de Bens Ltda - 868441/07 - A.I. 50/11, 868446/07 - A.I. 61/11, 868448/07 - A.I. 51/11
Musse Materiais Para Construção Ltda - me - 868256/09 - A.I. 29/11
Organização Ana Lúcia Ltda - 868067/09 - A.I. 58/11, 868301/07 - A.I. 49/11, 868188/10 - A.I. 59/11
Rio Minas Mineraçao Industria e Comercio Ltda - 868455/07 - A.I. 57/11
Ronaldo Diniz de Almeida - 868604/08 - A.I. 35/11, 868606/08 - A.I. 36/11, 868501/08 - A.I. 37/11
Sidney Diniz de Almeida - 868099/10 - A.I. 22/11, 868100/10 - A.I. 23/11, 868101/10 - A.I. 24/11
Silcer Industria e Comercio de Produtos Ceramicos Ltda - 868028/09 - A.I. 14/11
tw Mineração e Comércio - 868179/08 - A.I. 28/11, 868181/08 - A.I. 27/11

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 48/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
831.195/2008-CURIMATAÍ EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°146/11-FISC
831.196/2008-CURIMATAÍ EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°178/11-FISC
831.197/2008-CURIMATAÍ EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°179/11-FISC
831.198/2008-CURIMATAÍ EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°180/11-FISC
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.830/1999-TF GRANITOS LTDA-OF. N°4004/10-FISC
831.739/2001-JOÃO ANTÔNIO FURST GONÇALVES-OF. N°193/11-FISC
831.561/2007-ORGUAL ORGANIZAÇÕES GUANHÃES LTDA. EPP-OF. N°3223/10-FISC
832.877/2007-ANDRE LUIZ FRUCTUOSO-OF. N°4/11-FISC
834.430/2008-CARLOS CEZAR SANTOS-OF. N°4535/10-FISC
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
831.183/2001-MINERAÇÕES REUNIDAS SERRA BONITA LTDA-OF. N°8/11-FIS
Defere pedido de reconsideração(262)
830.681/2005-VALE S A
830.707/2005-VALE S A
830.710/2005-VALE S A
830.712/2005-VALE S A
830.725/2005-VALE S A
830.726/2005-VALE S A
830.728/2005-VALE S A
830.731/2005-VALE S A
830.733/2005-VALE S A
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
832.698/2004-CRISTAL MINERAÇÃO E TRANSPORTE DE MERCÊS LTDA-AI N°71/11-FISC
831.356/2005-ANTÔNIO DE PÁUDA MATOS-AI N°76/11-FISC
831.452/2006-TOP GRANITOS E MARMORES LTDA ME-AI N°66/11-FISC
830.920/2007-TOP GRANITOS E MARMORES LTDA ME-AI N°67/11-FISC
Torna sem efeito Auto de Infração - INICIO DE PESQ(1872)
831.100/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°416/08
831.101/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°417/08
831.103/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°419/08
831.107/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°423/08
831.108/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°424/08
831.110/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°426/08
831.116/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°427/08
831.118/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°428/08
831.139/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°434/08
831.140/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°435/08
831.226/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°440/08
831.229/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°443/08
831.516/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°448/08
831.530/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°450/08
831.533/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°452/08
832.257/2002-HÉRCULES DE ALMEIDA HEMERLY- AI N°457/08
832.302/2002-COMPANHIA CIMENTO PORTLAND ITAÚ- AI N°306/08
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
802.267/1977-RST RECURSOS MINERAIS LTDA.-OF. N°194/11-FISC-60 dias
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
001.356/1940-MINERAÇÃO ÁGUA PADRE MANOEL LTDA.- Fonte:Padre Manoe I - Marca:Passa Quatro - Embalagem: 510 mL(com gás) e 510 mL (sem gás) - Marca:Magna - Embalagem:2L (com gás);1,5L(sem gás);510 mL(com gás) e 510 mL(sem gás)- PASSA QUATRO/MG
832.092/1985-SÃO LUIZ EMPRESA DE MINERAÇÃO E ÁGUAS IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA- Fonte:Estância São Luiz III - Marca:Xuá - Embalagem:Sem gás:20 L,10 L,5 L,2 L,1,510 L,1,5 L,510 mL,330 mL e 200 mL(copinho)-Com gás:2 L,1,510 L,1,5 L,510 mL e 330 mL;Marca:De Minas - Embalagem:Sem gás:20 L,10 L,5 L, 2 L,1,510 L,1,5 L,510 mL e 330 mL-Com gás:2 L,1,510 L,1,5 L,510 mL e 330 mL.- JUIZ DE FORA/MG
830.114/2005-GIANCARLO GONÇALVES DUARTE.- Fonte:Gangorra - Marca: Grão Mogol - Embalagem:20 L,sem gás-GRÃO MOGOL/MG
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
824.692/1971-ARQUEANA DE MINÉRIOS E METAIS LTDA.- AI N° 2303/10;2304 /10 e 2305/10-FISC
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
000.135/1951-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS-OF. N°4486/10-FISC
000.836/1965-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS-OF. N°4484/10-FISC
830.069/1981-JOMAR - MINERAÇÃO JOTAMAR LTDA-OF. N°4487/10-FISC
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
831.603/1997-PORTO DE AREIA ALMEIDA LTDA.-OF. N°4359/10-FISC
Fase de Disponibilidade
Não conhece o recurso interposto(1837)
830.280/2001-Interposto porSerra Azul Granitos Ltda

RELAÇÃO Nº 49/2011

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
837.147/1994-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-CACHOEIRA DE PAJEÚ/MG, SALINAS/MG - Guia n° 201/2010-3.240 ton/ano-Granito- Validade:Da sua assinatuta até 28/10/2014 - Vencimento da AAF.
831.830/2002-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA-ALVORADA DE MINAS/MG - Guia n° 006/2011-2.800 toneladas/ano-Esteatito- Validade:14/12/2014

RELAÇÃO Nº 56/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
832.195/2003-EVALDO PAULO DOS SANTOS - F.I.
834.419/2008-MINERAÇÃO PICO DE SERRA LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
831.500/1997-VALDECY VIANA DE SOUSA & CIA LTDA

RELAÇÃO Nº 64/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Quartzito Mineradora Ltda - 830862/09 - A.I. 9/11
Sérgio Del Carmen Ching Alvarez - 832178/07 - A.I. 12/11
Siderpa Energética e Agropastoril LTDA. - 830397/08 - A.I. 8/11
Troyannos Minérios e Metais Ltda me - 830723/10 - A.I. 10/11, 830745/10 - A.I. 11/11
Vitória Comércio e Serviços de ar Condicionado Ltda - 830355/10 - A.I. 7/11

RELAÇÃO Nº 68/2011

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
830.490/1995-RODRIGO PAES BARRETO LIMA- NOT. N°5743/09
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
832.048/1996-HERIALDO PEDROSA MALVACCINI-NOT. N°3549/07,3550/07,3556/07 e 3562/07
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
831.658/1988-MINERAÇÃO INDUSTRIAL RIO PRETO LTDA- AI N°672/99-ARR
832.048/1996-HERIALDO PEDROSA MALVACCINI- AI N°3487/01
Retificação de despacho(1387)
830.068/1991-RIO DOCE GEOLOGIA E MINERAÇÃO S.A. - DOCEGEO - Publicado DOU de 27/12/10, Relação n° 531, Seção 1, pág. 114- Onde se lê:"Torna sem efeito Notificação administrativa Multa(904)" Leia-se:Torna s/efeito Notificação administrativa I PGTO DÉB TAH (154)
Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)
830.527/2000-BRAZMINCO LTDA- AI N°923

RELAÇÃO Nº 72/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
832.274/2003-LÁZARO JOSÉ NUNES-OF. N°181/11 - DGTM
834.932/2007-INGO GUSTAV WENDER-OF. N°176/11 - DGTM
832.915/2008-R.G. CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA ME-OF. N°101/11 - DGTM
832.166/2009-ÁGUA NOVA PESQUISAS MINERAIS LTDA.-OF. N°105/11 - DGTM
832.316/2009-AREIAS 2 IRMÃOS LTDA-OF. N°110/11 - DGTM
832.952/2009-GONÇALVES INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA.-OF. N°109/11 - DGTM
832.953/2009-GONÇALVES INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA.-OF. N°108/11 - DGTM
830.553/2010-WASLEY GONÇALVES FRANCA-OF. N°104/11 - DGTM
831.542/2010-SÉRGIO RICARDO PEREIRA BARROS-OF. N°113/11 - DGTM
832.740/2010-WALDIR ANTONIO DA SILVA-OF. N°178/11 - DGTM
832.957/2010-JOSÉ IGNÁCIO LINO DA SILVA-OF. N°183/11 - DGTM
833.921/2010-JOÃO MAURO MORELO-OF. N°114/11 - DGTM
Defere pedido de reconsideração(182)
831.743/2006-RNW MINERAÇÃO LTDA
833.316/2010-RAFAEL TIMBÓ MOURÃO
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.049/1990-ANTONIO JOSÉ FERREIRA-OF. N°91/11 - DGTM (Pedras Decorativas Luminárias Ltda)
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

831.325/1989-ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S.A-OF. N°83/11 - DGTM
831.544/1998-PORTO DE AREIA PITANGA LTDA. ME-OF. N°86/11 - DGTM
830.525/1999-ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S.A-OF. N°85/11 - DGTM
832.447/2000-ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S.A-OF. N°88/11 - DGTM
830.984/2003-COMERCIAL BUZATO & SOARES LTDA-OF. N°93/11 - DGTM
831.318/2008-CONSTRUTORA TOUBES LTDA-OF. N°171/11 - DGTM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
830.525/1999-ANGLO FERROUS MINAS RIO MINERAÇÃO S.A-OF. N°84/11 - DGTM-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
830.442/2002-MARCEL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°01/11 - DGTM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Nega provimento ao recurso interposto(1170)
832.201/2009-JOSÉ RONALDO MENEZES ME
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
832.271/2008-AREAL MELO LTDA

RELAÇÃO Nº 76/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho publicado(192)
831.893/1999-ARAGUAIA ENGENHARIA LTDA.- DOU de 12/09/08
832.172/2002-CAMARGO CORRÊA CIMENTOS S/A-DOU de 24/11/08
833.016/2003-HAMILTON MACHADO DE MELO- DOU de 12/09/08
830.681/2005-VALE S A- DOU de 05/06/08
830.707/2005-VALE S A- DOU de 05/06/08
830.710/2005-VALE S A- DOU de 05/06/08
830.712/2005-VALE S A- DOU de 05/06/08
830.725/2005-VALE S A- DOU de 05/06/08
830.726/2005-VALE S A- DOU de 05/06/08
830.728/2005-VALE S A- DOU de 05/06/08
830.731/2005-VALE S A- DOU de 05/06/08
830.733/2005-VALE S A- DOU de 05/06/08

RELAÇÃO Nº 85/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Acacia Marmores e Granitos Ltda - 831020/09 - Not.447/2011 - R$ 4.972,08
Adilon Dos Reis Prudente - 830860/09 - Not.516/2011 - R$ 125,49
Agnaldo do Prado - 831796/09 - Not.465/2011 - R$ 126,16
Alex Sandro Ferreira de Matos - 832375/07 - Not.588/2011 - R$ 2.308,65
Alfredo Peloso da Silveira - 833380/08 - Not.538/2011 - R$ 4.842,66
Altino Machado d Oliveira Júnior - 834169/07 - Not.614/2011 - R$ 254,72
Alyne Milbratz Evaldt Zotti - 830294/09 - Not.493/2011 - R$ 167,44
Amilton Moreira Junior - 831765/09 - Not.461/2011 - R$ 2.484,75
Andreza Maria Prado de Souza Abasse - 831254/09 - Not.453/2011 - R$ 125,53
Antonio Jose Ferreira Dos Santos - fi - 832815/08 - Not.530/2011 - R$ 1.017,94
Antonio Porto Rabelo me - 832631/07 - Not.590/2011 - R$ 0,10
c. v. da Fonseca Mineraçao me - 831791/09 - Not.463/2011 - R$ 5.095,46
Campex Comercial Exportadora de PROD. Alimentícios Ltda - 832754/08 - Not.438/2011 - R$ 5.096,46, 832755/08 - Not.441/2011 - R$ 4.905,34
Candido Gilberto da Silva Araujo - 833614/07 - Not.594/2011 - R$ 68,42
Carlos Milleri - 831743/07 - Not.580/2011 - R$ 4.984,01
Carlos Roberto de Souza - 833919/07 - Not.608/2011 - R$ 5.096,26
Carlos Sérgio Lages - 834715/07 - Not.636/2011 - R$ 2.452,95, 834716/07 - Not.638/2011 - R$ 2.511,97
Claudio Veneroso da Fonseca - 832844/08 - Not.532/2011 - R$ 2.293,41
Companhia Brasileira de Minerais LTDA. - 833154/05 - Not.547/2011 - R$ 438,40
Crispim Augusto Lourenço Gomes - 834664/07 - Not.624/2011 - R$ 4.647,00, 834666/07 - Not.626/2011 - R$ 4.468,96, 834665/07 - Not.628/2011 - R$ 5.096,46, 834667/07 - Not.630/2011 - R$ 3.096,48, 834668/07 - Not.632/2011 - R$ 1.350,39, 834663/07 - Not.602/2011 - R$ 4.556,74
Dalton Guimarães - 833979/08 - Not.498/2011 - R$ 4,02
Draga Irmãos Caleare LTDA. - 833180/08 - Not.536/2011 - R$ 2.548,15
Elder Guedes de Azevedo - 833172/06 - Not.553/2011 - R$ 2.543,59
Elisio Eustaquio de Aguiar Laporaes - 831796/08 - Not.430/2011 - R$ 522,24, 831924/08 - Not.432/2011 - R$ 3.153,33
Estrela do Mar Transporte e Comércio Ltda me - 831154/05 - Not.534/2011 - R$ 386,02
Evandro Durso de Oliveira - 832040/08 - Not.526/2011 - R$ 1.274,12
Ever Química do Brasil LTDA. - 832812/09 - Not.494/2011 - R$ 5.096,43
Fabiano Fernandes Silva Ribeiro - 831607/07 - Not.518/2011 - R$ 2.503,94
Farley Salomão - 834339/08 - Not.508/2011 - R$ 2.761,46
Geraldo Eustáquio Ventura - 834156/08 - Not.540/2011 - R$ 1.344,83, 830082/09 - Not.487/2011 - R$ 1.169,46
Gilmar Fernandes Costa - 830036/10 - Not.545/2011 - R$ 2.542,81
Graneves Mármores e Granitos do Brasil LTDA. - 834279/07 - Not.620/2011 - R$ 2.547,75
Granitos Emerik & Serafim Ltda - 832202/09 - Not.469/2011 - R$ 2.189,75
Gransol Mineração de Granito Ltda - 830954/07 - Not.565/2011 - R$ 87,84
Gregório Vassilive Ferreira - 834824/08 - Not.475/2011 - R$ 250,42
Henrique Cançado Rohlfs - 834872/08 - Not.434/2011 - R$ 1.417,17, 834873/08 - Not.436/2011 - R$ 774,11
Herbert José de Paula Filho - 834766/07 - Not.640/2011 - R$ 1.437,20
His Majesty Mármores e Granitos Ltda - 831095/09 - Not.451/2011 - R$ 2.500,81
Humberto Roesberg - 834885/07 - Not.644/2011 - R$ 247,53
Hutson Guedes Teixeira - 830158/09 - Not.491/2011 - R$ 2.487,43
Industria e Comércio de Sucatas Ltda me - 831074/09 - Not.449/2011 - R$ 6,82
Jaime José Veloso - 831618/07 - Not.572/2011 - R$ 723,19
Jairo José Monteiro - 831399/09 - Not.455/2011 - R$ 3.728,75
João Batista Ribeiro - 832528/09 - Not.471/2011 - R$ 3.176,82
João Batista Vieira - 834677/08 - Not.479/2011 - R$ 2.661,20, 833921/07 - Not.612/2011 - R$ 5.096,26
Jorge Alejandro Oliveira Piriz - 830834/09 - Not.514/2011 - R$ 2.474,84
José Claudio Cruz Vilar - 832820/09 - Not.542/2011 - R$ 5.090,96
José Sergio Araújo da Costa - 830118/08 - Not.520/2011 - R$ 2.474,58
Lenira Haese Falk - 833300/08 - Not.420/2011 - R$ 2.065,01, 833301/08 - Not.422/2011 - R$ 2.679,31, 833612/08 - Not.424/2011 - R$ 4.350,98, 833613/08 - Not.426/2011 - R$ 4.540,59, 834603/08 - Not.428/2011 - R$ 4.723,67
Leopoldino José Ribeiro - 834624/08 - Not.481/2011 - R$ 2.384,64
Luciano Nunes Pinto - 832303/07 - Not.584/2011 - R$ 2.235,74
Luiz Antonio Ferreira Lopes - 832729/08 - Not.528/2011 - R$ 4.231,01
Marcelo Magno de Oliveira - 834709/07 - Not.634/2011 - R$ 2.544,10
Marco Aurélio Lamas Marcondes - 834179/08 - Not.443/2011 - R$ 7,54, 834180/08 - Not.445/2011 - R$ 3.542,14
Marizete Porfiro Alves Dos Santos - 834218/06 - Not.557/2011 - R$ 257,45
Mineração Cunha LTDA. - 832880/06 - Not.576/2011 - R$ 1.390,44
Mineração em Geral Jacutinga Ltda - 831061/07 - Not.567/2011 - R$ 126,96
Mineração Esperança Ltda - 834028/08 - Not.500/2011 - R$ 1.143,11
Mineração Monte Alverne LTDA. M.E. - 833680/07 - Not.596/2011 - R$ 2.456,34
Mineração New Stone Ltda - 834584/07 - Not.600/2011 - R$ 722,42
Mineração Piazza Brasil Ltda - 833501/04 - Not.496/2011 - R$ 1.235,44
Moacir Gabbardo - 832333/07 - Not.586/2011 - R$ 3.632,73
Orival Nespule - 834731/08 - Not.477/2011 - R$ 429,98
Patrícia de Carvalho Abreu Franco - 834397/08 - Not.483/2011 - R$ 558,29, 830416/09 - Not.510/2011 - R$ 4.950,47
Paulo Sérgio Romero - 834181/08 - Not.506/2011 - R$ 3.429,69
Rafael Rodrigues Côrrea - 834170/07 - Not.616/2011 - R$ 748,78
Reginaldo de Oliveira Santos - 831615/09 - Not.457/2011 - R$ 1.465,56
Renan Chaves Costa - 832138/09 - Not.467/2011 - R$ 5.076,28
Renato Cançado Paraiso - 830705/09 - Not.512/2011 - R$ 2.547,18
Renato da Silva Junior - 834871/08 - Not.473/2011 - R$ 4.075,00
Renato Laignier Scherre - 830451/08 - Not.522/2011 - R$ 1.690,83
Rogerio Alves de Jesus - 831740/09 - Not.459/2011 - R$ 2.544,23
Ronaldo Luiz Pimenta - 833920/07 - Not.610/2011 - R$ 5.096,26
Ronei Anderson Veloso - 831233/08 - Not.524/2011 - R$ 2.346,44
Roney Antônio Brum de Andrade - 830085/09 - Not.489/2011 - R$ 254,77
Rosilene Pansini - 834113/08 - Not.502/2011 - R$ 4.815,11
Rozemberg Freitas Dos Santos - 833689/07 - Not.606/2011 - R$ 4.184,45
Saluciano Miranda Silva - 831815/07 - Not.582/2011 - R$ 2.488,12
Sarah Silva Pinheiro - 833269/06 - Not.555/2011 - R$ 2.270,14
Serra do Espinhaço - Mineração Comércio e Indústria LTDA. - 834260/94 - Not.549/2011 - R$ 490,53
Silvio da Silveira - 831695/07 - Not.574/2011 - R$ 1.112,10
Solminas Calcário Ltda - 834145/08 - Not.504/2011 - R$ 39,65
Stand Merca Celulares Ltda - 832860/06 - Not.559/2011 - R$ 33,08, 832862/06 - Not.569/2011 - R$ 508,85
Temay Comercial, Importadora e Exportadora Ltda - 830018/09 - Not.485/2011 - R$ 2.507,18
Valdecy Viana de Sousa & Cia Ltda - 830390/07 - Not.561/2011 - R$ 485,94
Valéria Terra Materiais de Construções LTDA. - 834437/07 - Not.622/2011 - R$ 122,62
Valtair da Silva Machado - 832471/06 - Not.551/2011 - R$ 2.522,75
Vanilson Silva Guimaraes - 830392/07 - Not.563/2011 - R$ 2.436,74
Vilenice Oliveira Campos da Silva - 831731/07 - Not.578/2011 - R$ 796,55
Virgolino Gomes Oliveira - 834171/07 - Not.618/2011 - R$ 1.734,63
Wanderley Fernandes da Silva - 834838/07 - Not.642/2011 - R$ 4.865,44
Weverton José Caetano de s. Lima - 833581/07 - Not.592/2011 - R$ 25,41

RELAÇÃO Nº 86/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Acacia Marmores e Granitos Ltda - 831020/09 - Not.448/2011 - R$ 2.481,54
Adilon Dos Reis Prudente - 830860/09 - Not.517/2011 - R$ 2.481,54
Agnaldo do Prado - 831796/09 - Not.466/2011 - R$ 2.481,54
Alex Sandro Ferreira de Matos - 832375/07 - Not.589/2011 - R$ 4.963,09
Alfredo Peloso da Silveira - 833380/08 - Not.539/2011 - R$ 2.481,54
Altino Machado d Oliveira Júnior - 834169/07 - Not.615/2011 - R$ 2.481,54
Amilton Moreira Junior - 831765/09 - Not.462/2011 - R$ 2.481,54
Andreza Maria Prado de Souza Abasse - 831254/09 - Not.454/2011 - R$ 2.481,54
Antonio Jose Ferreira Dos Santos - fi - 832815/08 - Not.531/2011 - R$ 2.481,54
Antonio Porto Rabelo me - 832631/07 - Not.591/2011 - R$ 2.481,54
c. v. da Fonseca Mineraçao me - 831791/09 - Not.464/2011 - R$ 2.481,54
Campex Comercial Exportadora de PROD. Alimentícios Ltda - 832754/08 - Not.439/2011 - R$ 2.481,54, 832755/08 - Not.442/2011 - R$ 2.481,54
Candido Gilberto da Silva Araujo - 833614/07 - Not.595/2011 - R$ 4.963,09
Carlos Milleri - 831743/07 - Not.581/2011 - R$ 2.481,54
Carlos Roberto de Souza - 833919/07 - Not.609/2011 - R$ 2.481,54
Carlos Sérgio Lages - 834715/07 - Not.637/2011 - R$ 4.963,09, 834716/07 - Not.639/2011 - R$ 4.963,09
Claudio Veneroso da Fonseca - 832844/08 - Not.533/2011 - R$ 2.481,54
Companhia Brasileira de Minerais LTDA. - 833154/05 - Not.548/2011 - R$ 4.963,09
Crispim Augusto Lourenço Gomes - 834664/07 - Not.625/2011 - R$ 2.481,54, 834666/07 - Not.627/2011 - R$ 2.481,54, 834665/07 - Not.629/2011 - R$ 2.481,54, 834667/07 - Not.631/2011 - R$ 2.481,54, 834668/07 - Not.633/2011 - R$ 2.481,54, 834663/07 - Not.603/2011 - R$ 2.481,54
Dalton Guimarães - 833979/08 - Not.499/2011 - R$ 2.481,54
Draga Irmãos Caleare LTDA. - 833180/08 - Not.537/2011 - R$ 2.481,54
Elder Guedes de Azevedo - 833172/06 - Not.554/2011 - R$ 2.481,54
Elisio Eustaquio de Aguiar Laporaes - 831796/08 - Not.431/2011 - R$ 2.481,54, 831924/08 - Not.433/2011 - R$ 2.481,54
Estrela do Mar Transporte e Comércio Ltda me - 831154/05 - Not.535/2011 - R$ 2.481,54
Evandro Durso de Oliveira - 832040/08 - Not.527/2011 - R$ 2.481,54
Ever Química do Brasil LTDA. - 832812/09 - Not.495/2011 - R$ 2.481,54
Fabiano Fernandes Silva Ribeiro - 831607/07 - Not.519/2011 - R$ 2.481,54
Farley Salomão - 834339/08 - Not.509/2011 - R$ 2.481,54
Geraldo Eustáquio Ventura - 834156/08 - Not.541/2011 - R$ 2.481,54, 830082/09 - Not.488/2011 - R$ 2.481,54

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Gilmar Fernandes Costa - 830036/10 - Not.546/2011 - R$ 2.481,54
Graneves Mármores e Granitos do Brasil LTDA. - 834279/07 - Not.621/2011 - R$ 2.481,54
Granitos Emerik & Serafim Ltda - 832202/09 - Not.470/2011 - R$ 2.481,54
Gransol Mineração de Granito Ltda - 830954/07 - Not.566/2011 - R$ 2.481,54
Gregório Vassilive Ferreira - 834824/08 - Not.476/2011 - R$ 2.481,54
Henrique Cançado Rohlfs - 834872/08 - Not.435/2011 - R$ 2.481,54, 834873/08 - Not.437/2011 - R$ 2.481,54
Herbert José de Paula Filho - 834766/07 - Not.641/2011 - R$ 4.963,09
His Majesty Mármores e Granitos Ltda - 831095/09 - Not.452/2011 - R$ 2.481,54
Humberto Roesberg - 834885/07 - Not.645/2011 - R$ 2.481,54
Hutson Guedes Teixeira - 830158/09 - Not.492/2011 - R$ 2.481,54
Industria e Comércio de Sucatas Ltda me - 831074/09 - Not.450/2011 - R$ 2.481,54
Jaime José Veloso - 831618/07 - Not.573/2011 - R$ 2.376,67
Jairo José Monteiro - 831399/09 - Not.456/2011 - R$ 2.481,54
João Batista Ribeiro - 832528/09 - Not.472/2011 - R$ 2.481,54
João Batista Vieira - 834677/08 - Not.480/2011 - R$ 2.481,54, 833921/07 - Not.613/2011 - R$ 2.481,54
Jorge Alejandro Oliveira Piriz - 830834/09 - Not.515/2011 - R$ 2.481,54
José Claudio Cruz Vilar - 832820/09 - Not.543/2011 - R$ 2.481,54
José Sergio Araújo da Costa - 830118/08 - Not.521/2011 - R$ 2.481,54
Lenira Haese Falk - 833300/08 - Not.421/2011 - R$ 2.481,54, 833301/08 - Not.423/2011 - R$ 2.481,54, 833612/08 - Not.425/2011 - R$ 2.481,54, 833613/08 - Not.427/2011 - R$ 2.481,54, 834603/08 - Not.429/2011 - R$ 2.481,54
Leopoldino José Ribeiro - 834624/08 - Not.482/2011 - R$ 2.481,54
Luciano Nunes Pinto - 832303/07 - Not.585/2011 - R$ 2.481,54
Luiz Antonio Ferreira Lopes - 832729/08 - Not.529/2011 - R$ 2.481,54
Luiz Dos Santos Ferreira Neto - 831535/07 - Not.571/2011 - R$ 2.481,54
Marcelo Magno de Oliveira - 834709/07 - Not.635/2011 - R$ 2.481,54
Marco Aurélio Lamas Marcondes - 834179/08 - Not.444/2011 - R$ 2.481,54, 834180/08 - Not.446/2011 - R$ 2.481,54
Marizete Porfiro Alves Dos Santos - 834218/06 - Not.558/2011 - R$ 2.481,54
Mineração Cunha LTDA. - 832880/06 - Not.577/2011 - R$ 4.963,09
Mineração em Geral Jacutinga Ltda - 831061/07 - Not.568/2011 - R$ 2.481,54
Mineração Esperança Ltda - 834028/08 - Not.501/2011 - R$ 2.481,54
Mineração Itagran Ltda - 832855/09 - Not.544/2011 - R$ 2.481,54
Mineração Monte Alverne LTDA. M.E. - 833680/07 - Not.597/2011 - R$ 2.481,54
Mineração New Stone Ltda - 834584/07 - Not.601/2011 - R$ 4.963,09
Mineração Piazza Brasil Ltda - 833501/04 - Not.497/2011 - R$ 2.481,54
Moacir Gabbardo - 832333/07 - Not.587/2011 - R$ 2.481,54
Orival Nespule - 834731/08 - Not.478/2011 - R$ 2.481,54
Patrícia de Carvalho Abreu Franco - 834397/08 - Not.484/2011 - R$ 2.481,54, 830416/09 - Not.511/2011 - R$ 2.481,54
Paulo Sérgio Romero - 834181/08 - Not.507/2011 - R$ 2.481,54
Rafael Rodrigues Côrrea - 834170/07 - Not.617/2011 - R$ 2.481,54
Reginaldo de Oliveira Santos - 831615/09 - Not.458/2011 - R$ 2.481,54
Renan Chaves Costa - 832138/09 - Not.468/2011 - R$ 2.481,54
Renato Cançado Paraiso - 830705/09 - Not.513/2011 - R$ 2.481,54
Renato da Silva Junior - 834871/08 - Not.474/2011 - R$ 2.481,54
Renato Laignier Scherre - 830451/08 - Not.523/2011 - R$ 2.481,54
Rogerio Alves de Jesus - 831740/09 - Not.460/2011 - R$ 2.481,54
Ronaldo Luiz Pimenta - 833920/07 - Not.611/2011 - R$ 2.481,54
Ronei Anderson Veloso - 831233/08 - Not.525/2011 - R$ 2.481,54
Roney Antônio Brum de Andrade - 830085/09 - Not.490/2011 - R$ 2.481,54
Rosilene Pansini - 834113/08 - Not.503/2011 - R$ 2.481,54
Rozemberg Freitas Dos Santos - 833689/07 - Not.607/2011 - R$ 4.963,09
Saluciano Miranda Silva - 831815/07 - Not.583/2011 - R$ 2.481,54
Sarah Silva Pinheiro - 833269/06 - Not.556/2011 - R$ 2.481,54
Serra do Espinhaço - Mineração Comércio e Indústria LTDA. - 834260/94 - Not.550/2011 - R$ 2.481,54
Silvio da Silveira - 831695/07 - Not.575/2011 - R$ 2.481,54
Solminas Calcário Ltda - 834145/08 - Not.505/2011 - R$ 2.481,54
Stand Merca Celulares Ltda - 832860/06 - Not.560/2011 - R$ 2.481,54, 832862/06 - Not.570/2011 - R$ 2.481,54
Temay Comercial, Importadora e Exportadora Ltda - 830018/09 - Not.486/2011 - R$ 2.481,54
Valdecy Viana de Sousa & Cia Ltda - 830390/07 - Not.562/2011 - R$ 4.963,09
Valéria Terra Materiais de Construções LTDA. - 834437/07 - Not.623/2011 - R$ 2.481,54
Valtair da Silva Machado - 832471/06 - Not.552/2011 - R$ 2.481,54
Vanilson Silva Guimaraes - 830392/07 - Not.564/2011 - R$ 2.481,54
Vilenice Oliveira Campos da Silva - 831731/07 - Not.579/2011 - R$ 2.481,54
Virgolino Gomes Oliveira - 834171/07 - Not.619/2011 - R$ 2.481,54
Wanderley Fernandes da Silva - 834838/07 - Not.643/2011 - R$ 2.481,54
Weverton José Caetano de s. Lima - 833581/07 - Not.593/2011 - R$ 2.481,54

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 3/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
803.370/2010-CONSTRUTORA SUCESSO S A-OF. N°1862/2010
803.372/2010-CAMALEÃO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.893/2010
803.376/2010-CAMALEÃO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.894/2010
803.431/2010-EMILIO MARCIO GOMES DE CARVALHO-OF. N°113/2011
803.432/2010-KESHERS COMERCIAL E PATRIMONIAL LTDA-OF. N°114/2011
803.464/2010-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,-OF. N°105/2011
803.465/2010-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,-OF. N°2014/2010
803.466/2010-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,-OF. N°105/2011
803.467/2010-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,-OF. N°105/2011
803.487/2010-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,-OF. N°122/2011
803.488/2010-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,-OF. N°105/2011
803.489/2010-ITAOESTE SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,-OF. N°2014/2010
803.494/2010-RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES-OF. N°108/2011
803.495/2010-RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES-OF. N°109/2011
803.497/2010-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA-OF. N°106/2011
803.501/2010-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA-OF. N°106/2011
803.503/2010-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA-OF. N°106/2011
803.505/2010-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA-OF. N°115/2011
803.507/2010-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA-OF. N°115/2011
803.508/2010-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA-OF. N°115/2011
803.509/2010-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA-OF. N°115/2011
803.511/2010-LATERRA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°116/2011
803.514/2010-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°117/2011
803.516/2010-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA-OF. N°115/2011
803.517/2010-ADHERPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LIMITADA-OF. N°115/2011
803.548/2010-RONIEL GARCIA BARROS-OF. N°118/2011
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
803.326/2010-CORISCO GEOLOGIA E CONSULTORIA LTDA
Indefere pedido de reconsideração(181)
803.471/2009-RÔMULO COSTA CAVALCANTE DOS SANTOS
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
803.302/2007-CRISTINA NARITA DE BARROS NUNES-OF. N°44-2011
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
803.012/2009-GM ROCHA IND. COM. SERV. LTDA-TERESINA/PI - Guia n° 01/2011-10.000m3-Saibro- Validade:21/10/2011
803.297/2009-DÊNIO DA ROCHA LIMA-TERESINA/PI - Guia n° 02/2011-10.000m3-Saibro- Validade:21/10/2011
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
803.367/2007-MARIA JOSÉ PRADO VAZ OLIVEIRA-Água Mineral
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
803.203/2007-EDNEI MODESTO AMORIM-AI N°62/2011
803.205/2007-EDNEI MODESTO AMORIM-AI N°63/2011
803.527/2007-JRR CASTRO ME-AI N°64/2011
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
803.176/2005-JAIRO DE SOUZA LEITE
Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)
803.527/2007-JRR CASTRO ME- AI N°38/2011
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
803.048/1998-MINOR MINERAÇÃO DO NORDESTE LTDA-OF. N°121/2011
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
803.388/2010-EDILSON DE S. FONTENELE-Registro de Licença n°005/2011 de 26/01/2011-Vencimento em 20/04/2020
803.545/2010-FRANCISCO CRAVEIRO DA COSTA-Registro de Licença n°006/2011 de 27/01/2011-Vencimento em 26/01/2012
803.018/2011-AUDEIDES AGUIAR DA SILVA-Registro de Licença n°007/2011 de 27/01/2011-Vencimento em 20/10/2013
803.022/2011-MAXIMIANO MATIAS DA SILVA-Registro de Licença n°04/2011 de 25/01/2011-Vencimento em 26/05/2013
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
803.026/2011-TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A-OF. N°112/2011
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
803.274/2010-GENIVAL DA SILVA PASSOS ME
803.371/2010-FRANCISCO FERNANDES DOS SANTOS
803.450/2010-CERÂMICA RASAPÓLIS LTDA
803.533/2010-ODAIR JOSÉ CONRADO DE LIMA
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de renovação do Registro de Licença(744)
803.774/2008-FRANCISCO ADRIANO TAJRA CASTELO BRANCO
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
803.348/2009-DÊNIO DA ROCHA LIMA

CARLOS EUGÊNIO LEAL BARBOSA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 22/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.198/2008-JOSÉ ALVES RIBEIRO NETO
890.714/2010-HEBRUFI MINERAÇÃO LTDA.
890.055/2011-ALEXSANDRO TRANSPORTADORA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.374/2009-ROBERTO JOSÉ MACIEL NOGUEIRA-OF. N°0387/2011 DGTM
890.284/2010-AREAL VASSOURENSE LTDA-OF. N°0353/2011 DGTM
890.708/2010-INDUSTRIA CERÂMICA TRÊS IRMÃOS LTDA ME-OF. N°0373/2011 DGTM
890.709/2010-TAHOMA 2005 MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°0370/2011 DGTM
890.036/2011-FERROUS RESOURCES DO BRASIL SA-OF. N°0382/2011 DGTM
890.057/2011-OCLAM MINERAÇÕES LTDA-OF. N°0465/2011 DGTM
Nega provimento ao recurso interposto(187)
890.534/2008-MOPEL MOYSES PEDRAS LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
890.145/2008-FERNANDA THOME MOREIRA MARTINS-OF. N°080/2011-FZ
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.423/2002-J P M VEICULOS DIESEL LTDA-OF. N°0363/2011 DGTM
890.033/2003-SOFÁRAXÁ LIMITADA-OF. N°0377/2011 DGTM
Fase de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
890.662/2007-R.S.NUNES EXTRAÇÃO DE MINERAIS-OF. N°0385/2011 DGTM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.471/2009-T. M. S. RANGEL CERÂMICA-OF. N°0365/2011 DGTM
890.658/2010-MINERAÇÃO CARGELA LTDA ME-OF. N°0361/2011 DGTM
890.722/2010-NILTON TRALI PEREIRA -ME-OF. N°0300/2011 DGTM
890.043/2011-RJ COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°0396/2011 DGTM
890.050/2011-AREIAL DO OUTEIRO LTDA.-OF. N°0399/2011 DGTM
890.051/2011-AGRO INDUSTRIAL DUASANNAS LTDA.-OF. N°0392/2011 DGTM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
890.295/2009-MINERAÇÕES SEROPEDICA LTDA-OF. N°0366/2011 DGTM
890.541/2010-ODEBRECHT SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A.-OF. N°0383/2011 DGTM Processos 890.542/10;890.543/10;890.544/10;890.545/10;890.546/10;890.547/10 e 890.548/10
890.690/2010-PEDREIRA NOVA CIDADE DE PATY LTDA ME-OF. N°0379/2011 DGTM
890.713/2010-MINERAÇÃO PEDRAS DECORATIVA SANTA CATARINA LTDA ME-OF. N°0380/2011 DGTM
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento: 30 dias.(1713)
804.800/1971-CIA EXTRATORA DE MINERIOS- AI N°207;2010

RUI ELIAS JOSÉ

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 8/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
886.395/2009-JOÃO CARLOS HERRMANN
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
886.050/2007-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°098/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
886.066/2007-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°098/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
886.199/2010-ANTÔNIO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO-OF. N°021/11 - SUP/DNPM/RO-AC
886.215/2010-WHITE SOLDER METALURGIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°032/2011 - FISC/SUP/DNPM/RO-AC
886.216/2010-WHITE SOLDER METALURGIA E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°032/2011 - FISC/SUP/DNPM/RO-AC
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
886.007/1995-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
886.020/1995-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
886.191/2009-METALMIG MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorizaçãode Pesquisa para Licenciamento(186)
886.285/2007-OSVALDO CASTRO BARBOSA
886.358/2009-COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DAVISÃO LTDA ME
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
886.328/2005-DOMÍCIO STEFANES DE OLIVEIRA
Nega provimento a defesa apresentada(242)
886.363/2007-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
886.364/2007-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
886.365/2007-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
886.366/2007-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
886.367/2007-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
886.065/2003-CERAMICA ALLES LTDA-OF. N°036/2011 - FISC/SUP/DNPM/RO-AC
886.243/2005-TERRAPLANAGEM MARTINS DA AMAZÔNIA LTDA.-OF. N°031/2011 - FISC/SUP/DNPM/RO-AC
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
886.160/2007-DINIZ &TOSCHI LTDA-OF. N°101/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
886.511/2007-NATAL PEREIRA DE OLIVEIRA-OF. N°040/2011 - FISC/SUP/DNPM/RO-AC
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
886.566/2008-LUCIDIO JOSÉ CELLA -Alvará N°9.871/2009
886.328/2009-ANTÔNIO VIEIRA CORDEIRO -Alvará N°14.602/2009
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
886.251/2007-RIO MADEIRA COM. IMP E EXP DE MINERIOS LTDA
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
886.001/2006-Metalmig - Mineração Indústria e Comércio Ltda.
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
886.292/2005-MINERAÇÃO ACARÁ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
886.001/2006-LAURI PEDRO PETTENON
886.116/2007-SOLO MINERAÇÃO E GEOTÉCNICA S/C LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
886.022/2008-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS, MINERAÇÃO E AGROFLORESTAS-OF. N°100/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
886.397/2010-COOGAMPA COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MUTUM PARANÁ-OF. N°3204/2010 - SUP/DNPM/RO-AC
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
886.268/2006-JOSÉ MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA-OF. N°118/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
886.042/2007-LEBKUCHEN & CIA LTDA ME-OF. N°97/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
886.100/2010-J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA - ME-OF. N°121/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
880.002/1992-EMPRESA DE ÁGUA MINERAL MONTE MÁRIO LTDA- Fonte: Monte Líbano; Garrafas de 500ml - sem Gás; Garrafões de 20 litros - Sem Gás.- RIO BRANCO/AC
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
880.529/1989-IMS CONSTRUTORA LTDA-OF. N°099/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
Determina cumprimento Auto de Infração Advertência/ prazo 30 dias(1077)
886.063/1999-MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA- AI N° 04;05;06;07/2011
Fase de Lavra Garimpeira
Auto de infração lavrado- Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(576)
886.084/2006-Cooperativa de Garimpeiros Mineralcoop- AI N°32/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
Fase de Licenciamento
Determina o cancelamento do Registro de Licença(704)
886.073/2010-NILSON FERNANDES DA SILVA- Registro de Licença N°06/2011- Publicado no DOU de 24/01/2011, Seção 1, pg. 94 Relação 01/2011
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
886.103/2000-PEDREIRA VALE DO ABUNÃ LTDA-OF. N°117/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
886.047/1999-MZ CONSTRUÇÃO MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°122/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
886.046/1999-Pedreira e Extração Fortaleza Importação e Exportação Ltda- AI N°33/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
886.972/1998-AREAL PORTO SULAMERICA LTDA ME-OF. N°102/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
886.977/1998-AREAL PORTO SULAMERICA LTDA ME-OF. N°115/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
886.046/1999-EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA SMAHA LTDA-OF. N°113/2011 - SUP/DNPM/RO-AC
886.061/1999-A.C. SILVA & CIA LTDA-OF. N°114/2011 - A C SILVA & CIA LTDA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
886.225/2009-ALESSANDRA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME-Registro de Licença n°014/2011 de 18/01/2011-Vencimento em 16/04/2014
886.052/2010-VANDEIR GROSSELLI TELLES-Registro de Licença n°013/2011 de 18/01/2011-Vencimento em 04/02/2013
886.164/2010-DRAGA SANTO ANTONIO LTDA-Registro de Licença n°09/2010 de 15/04/2010-Vencimento em 15/04/2011
886.273/2010-BORDIGA & CASTAMAN EXTRAÇÃO E TRANSPORTES LTDA ME-Registro de Licença n°011/2011 de 04/08/2010-Vencimento em 04/08/2013
886.286/2010-FIORINDO L. ZANATTA ME-Registro de Licença n°12/2011 de 10/08/2010-Vencimento em 10/08/2020
886.381/2010-A S MIRANDA & CIA LTDA-Registro de Licença n°10/2011 de 01/10/2010-Vencimento em 01/10/2020
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
886.105/2010-COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DAVISÃO LTDA ME
886.277/2010-OSVALDO CASTRO BARBOSA
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
886.289/2009-CONSTRUTORA TOMAZ LTDª
886.183/2010-FRANCISCO EDILEUSO PEREIRA DE PAULA
886.247/2010-JONAS DA SILVA MELO ME
886.282/2010-MACHADO CO´MÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
886.651/2008-J&R CONSTRUTORA LTDA
886.297/2010-ILDA RABELO DE ASSIS
886.342/2010-IRACEMA LACERDA MACHADO

RELAÇÃO Nº 9/2011

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
886.095/2003-IVONETE MEDEIROS ARAÚJO DA NÓBREGA-OF. N°003/2011-DOU de Seção I, Pg 94, Relação 01/2011, Dou de 24 de janeiro de 2011.
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito a caducidade do alvará de pesquisa-TAH(651)
886.465/2008-MILENA VIEIRA FREIRE- Publicado DOU de 02.12.2009, Relação: 159; Pg. 146.
Fase de Lavra Garimpeira
Retificação PLG(671)
886.345/2004-Cooperativa dos Garimpeiros do Rio Madeira - Coogarima - Permissão de Lavra Garimpeira Nº 31/2008; Publicado no DOU de 03/04/2008,Seção I, pg. 43, Relação. 56/2008, onde se lê:.. Numa área de 978,41 ha..., leia-se: ... Numa área de 914,59ha...Esta retificação não acarretará modificação no prazo original da Permissão de Lavra Garimpeira.

RELAÇÃO Nº 17/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Francisco Carlos de Laia ME. - 886212/09
Igor Flauzino Vieira - 886046/10
Josimar Vieira Pires - 886089/09
Lucimar Cella - 886369/09

AIRTON NOGUEIRA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 7/2011

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
816.005/2010-MOACIR TIECHER
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.035/2011-IRIA ALZIRA RITTER MÜLLER-OF. N°181/11
815.036/2011-JOÃO JOAQUIM DA SILVA FILHO-OF. N°165/11
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
826.543/2002-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°164/11
815.361/2006-MINASVIDA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°47/11
815.064/2007-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA-OF. N°145/11
815.132/2007-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA-OF. N°146/11
815.037/2008-CIMENTUBO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-OF. N°173/11
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
815.815/2009-ENGEPLAN TERRAPLENAGEM SANEAMENTO E URBANISMO LTDA -Alvará N°973/2010
815.816/2009-ENGEPLAN TERRAPLENAGEM SANEAMENTO E URBANISMO LTDA -Alvará N°974/2010
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.479/2007-PORTO DE AREIA SANTA ANA, COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA EPP-Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.739/2007-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.801/2008-ALCINO VILMAR PRÁ-AI N°11/11
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.004/1995-RUDNICK MINÉRIOS LTDA-OF. N°163/11
815.560/1997-RUDNICK MINÉRIOS LTDA-OF. N°170/11
815.588/1997-RUDNICK MINÉRIOS LTDA-OF. N°172/11
815.268/1999-RUDNICK MINÉRIOS LTDA-OF. N°169/11
815.252/2004-MÁRIO VIEIRA COMÉRCIO DE MADEIRA E TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°166/11
815.274/2005-GEO CONSULTORES DE MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-OF. N°108/11
815.275/2005-GEO CONSULTORES DE MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-OF. N°111/11
815.276/2005-GEO CONSULTORES DE MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-OF. N°109/11
815.277/2005-GEO CONSULTORES DE MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-OF. N°112/11
815.280/2005-GEO CONSULTORES DE MINERAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA-OF. N°110/11
815.480/2005-CHALISSE CONSTRUTORA LTDA-OF. N°144/11
815.740/2007-SANTA MONICA MINÉRIOS LTDA-OF. N°131/11
815.895/2010-SANTA MONICA MINÉRIOS LTDA-OF. N°167/11
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.231/2003-COMERCIAL E INDUSTRIAL ALEXANDRO LTDA ME-SOMBRIO/SC - Guia n° 001-2011-150.000 t-Diabásio (brita)- Validade:01/03/2012
815.064/2009-MS MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-ARAQUARI/SC - Guia n° 03-201150.000 t-Areia- Validade:28/01/2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

815.110/2002-RIBEIRÃO DO COBRE-EXTRAÇÃO,COM.TRANSP.EREPR.DE MINERIOS LTDA.-ME- Alvará n°6974/2002 - Cessionário: RIBEIRÃO MINERADORA LTDA - EPP- CNPJ 11419126/0001-11

Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)

815.634/2002-CERAMICA MORETTO LTDA-OF. N°107/11

Determina arquivamento Auto de Infração - RAL(1707)

815.194/1991-TERRA MINERADORA LTDA ME- AI N°81/2008

Fase de Licenciamento

Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(773)

815.189/2006-COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS UNIÃO LTDA. -AI N°174/11

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 9/2011

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

João Hildo Ângelo - 878015/05 - Not.2/2011 - R$ 2.152,53

Tbo Transporte, Comércio, Mineração e Terraplanagem Ltda me - 878046/05 - Not.3/2011 - R$ 2.155,43

RELAÇÃO Nº 10/2011

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Agroindustrial Camaraí LTDA. - 878061/10 - A.I. 8/11

Cristovão Rabelo de Oliveira - 878021/08 - A.I. 1/11, 878022/08 - A.I. 2/11, 878023/08 - A.I. 3/11, 878024/08 - A.I. 4/11, 878025/08 - A.I. 5/11, 878026/08 - A.I. 6/11, 878027/08 - A.I. 7/11

Tereza Cristina Oliveira Cardoso - 878135/10 - A.I. 9/11

LUIZ ALBERTO MELO DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 3, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 129, de 19 de março de 2009, tendo em vista o disposto no art. 1º, inciso X, da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no art. 2º, § 2º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, o que consta no Processo nº 48000.001558/2010-19, e considerando que:

o Decreto nº 3.653, de 7 de novembro de 2000, permite a participação no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE das centrais hidrelétricas não despachadas centralizadamente;

a metodologia para o cálculo dos montantes de garantia física de energia de usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, para fins de participação no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE foi estabelecida pela Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009;

a Resolução ANEEL nº 764, de 12 de dezembro de 2006, autorizou a empresa Rio do Lobo Energia Ltda. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Albano Machado, situado no Rio Lajeado do Lobo, Municípios de Trindade do Sul e Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul;

o Despacho ANEEL nº 1.408, de 7 de abril de 2008, registrou a alteração da razão social da empresa Rio do Lobo Energia Ltda. que passou a ser denominada de Rio do Lobo Energia S.A.; e

o Despacho ANEEL nº 3.761, de 5 de outubro de 2009, homologou para fins de regularização, os parâmetros do Projeto Básico Consolidado da PCH Albano Machado, resolve:

Art. 1º Definir em 1,72 MW médios o montante de garantia física de energia da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Albano Machado, de propriedade da empresa Rio do Lobo Energia S.A., localizada no Rio Lajeado do Lobo, Municípios de Trindade do Sul e Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. O montante de garantia física de energia da PCH Albano Machado é determinado na Barra de Saída do Gerador. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno da Usina e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia da PCH Albano Machado poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 9, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 886.100/2002, resolve:

Art. 1° Outorgar à GRANAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA, concessão para lavrar GRANITO, no Município de MACHADINHO D'OESTE/RO, numa área de 579,12ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 09°39'07,418"S/62°11'02,970"W; 09°39'24,913"S/62°11'08,271"W; 09°39'25,384"S/62°10'47,534"W; 09°39'27,533"S/62°10'33,774"W; 09°39'31,880"S/62°10'27,003"W; 09°39'42,543"S/62°10'07,132"W; 09°39'45,611"S/62°10'03,094"W; 09°40'12,431"S/62°10'03,097"W; 09°40'12,428"S/62°10'35,899"W; 09°40'31,957"S/62°10'35,901"W; 09°40'31,964"S/62°08'41,091"W; 09°39'49,652"S/62°08'41,091"W; 09°39'49,652"S/62°08'24,690"W; 09°40'54,748"S/62°08'24,690"W; 09°40'54,748"S/62°08'41,091"W; 09°40'38,474"S/62°08'41,091"W; 09°40'38,464"S/62°11'02,144"W; 09°40'12,425"S/62°11'02,141"W; 09°40'12,422"S/62°11'25,102"W; 09°39'23,600"S/62°11'25,095"W; 09°39'23,603"S/62°11'08,694"W; 09°38'57,564"S/62°11'08,691"W; 09°38'57,566"S/62°10'55,126"W; 09°39'00,864"S/62°10'58,095"W; 09°39'07,418"S/62°11'02,970"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 09°39'07,418"S e Long. 62°11'02,970"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 561,3m-SW 16°44'00"824; 632,4m-SE 88°41'23"029; 424,7m-SE 81°03'13"738; 245,8m-SE 57°05'50"242; 688,7m-SE 61°35'34"930; 155,0m-SE 52°33'31"404; 824,0m-SW 00°00'27"534; 1000,0m-NW 89°59'33"186; 600,0m-SW 00°00'24"064; 3500,0m-SE 89°59'32"891; 1300,0m-NE 00°00'25"386; 500,0m-SE 89°59'35"248; 2000,0m-SW 00°00'25"783; 500,0m-NW 89°59'35"248; 500,0m-NE 00°00'24"752; 4300,0m-NW 89°59'33"138; 800,0m-NE 00°00'25"783; 700,0m-NW 89°59'33"480; 1500,0m-NE 00°00'27"502; 500,0m-SE 89°59'31"123; 800,0m-NE 00°00'25"783; 413,6m-SE 89°59'35"063; 135,9m-SW 41°46'40"172; 250,3m-SW 36°25'50"931.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 10, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 817.578/1972, resolve:

Art. 1° Outorgar à MINERAÇÃO ZÉZINHO MAGGI LTDA, concessão para lavrar BAUXITA, ARGILA, no(s) Município(s) de POÇOS DE CALDAS/MG, numa área de 5,95ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 21°48'06,032"S/46°28'25,506"W; 21°48'06,032"S/46°28'31,285"W; 21°48'08,991"S/46°28'31,285"W; 21°48'08,991"S/46°28'26,063"W; 21°48'12,047"S/46°28'26,063"W; 21°48'12,047"S/46°28'24,183"W; 21°48'18,481"S/46°28'24,183"W; 21°48'18,480"S/46°28'23,604"W; 21°48'10,758"S/46°28'19,207"W; 21°48'07,622"S/46°28'15,640"W; 21°48'07,622"S/46°28'25,506"W; 21°48'06,032"S/46°28'25,506"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 21°48'06,032"S e Long. 46°28'25,506"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 166,0m-NW 89°59'47"574; 91,0m-SW 00°00'00"000; 150,0m-SE 89°59'46"249; 94,0m-SW 00°00'00"000; 54,0m-NE 90°00'00"000; 197,9m-SW 00°00'00"000; 16,6m-NE 89°57'55"968; 269,0m-NE 27°59'58"471; 140,7m-NE 46°44'11"676; 283,4m-SW 90°00'00"000; 48,9m-NE 00°00'00"000.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

PORTARIA Nº 11, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 826.259/2006, resolve:

Art. 1° Outorgar à PEDREIRA PÉROLA LTDA ME, concessão para lavrar BASALTO - CONSTRUÇÃO CIVIL, no Município de GUARAPUAVA/PR, numa área de 48,26ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 25°26'40,372"S/51°30'06,070"W; 25°26'40,375"S/51°30'06,070"W; 25°26'40,375"S/51°30'02,490"W; 25°26'44,275"S/51°30'02,491"W; 25°26'44,275"S/51°30'00,546"W; 25°26'49,221"S/51°30'00,546"W; 25°26'49,221"S/51°30'05,915"W; 25°26'56,045"S/51°30'05,914"W; 25°26'56,046"S/51°30'09,494"W; 25°27'10,022"S/51°30'09,493"W; 25°27'10,023"S/51°30'25,600"W; 25°26'46,300"S/51°30'25,600"W; 25°26'46,300"S/51°30'22,021"W; 25°26'43,050"S/51°30'22,021"W; 25°26'43,050"S/51°30'16,652"W; 25°26'39,801"S/51°30'16,652"W; 25°26'39,800"S/51°30'11,284"W; 25°26'38,176"S/51°30'11,284"W; 25°26'38,176"S/51°30'08,778"W; 25°26'34,926"S/51°30'08,778"W; 25°26'34,926"S/51°30'06,070"W; 25°26'40,372"S/51°30'06,070"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 25°26'40,372"S e Long. 51°30'06,070"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 0,1m-SW 12°31'43"708; 100,0m-NE 90°00'00"000; 120,0m-SW 00°00'34"377; 54,3m-NE 90°00'00"000; 152,2m-SE 00°00'13"552; 150,0m-SW 89°59'46"249; 210,0m-SE 00°00'09"822; 100,0m-SW 90°00'00"000; 430,1m-SE 00°00'09"591; 450,0m-SW 89°59'50"833; 730,0m-NW 00°00'08"477; 100,0m-NE 90°00'00"000; 100,0m-NW 00°00'20"626; 150,0m-NE 89°59'46"249; 100,0m-NE 00°00'00"000; 150,0m-NE 90°00'00"000; 50,0m-NE 00°00'00"000; 70,0m-NE 89°59'30"534; 100,0m-NW 00°00'20"626; 75,7m-NE 90°00'00"000; 167,6m-SW 00°00'00"000.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR

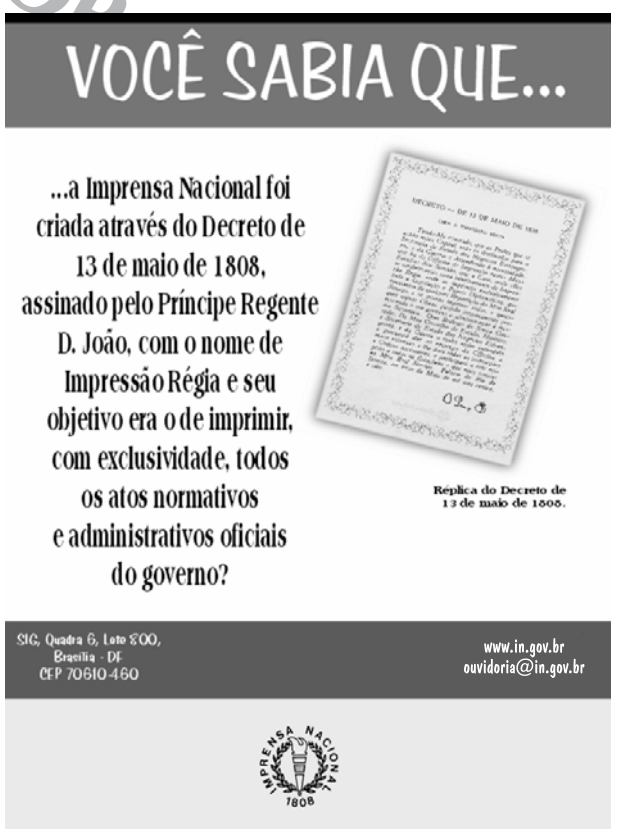
PORTARIA Nº 12, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 425, de 8 de setembro de 2005, expedida com fundamento no disposto nos arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei n° 9.314, de 14 de novembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo DNPM nº 870.819/2005, resolve:

Art. 1° Outorgar à SU'S IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, concessão para lavrar SIENITO - INDUSTRIAL, no Município de ITARANTIM/BA, numa área de 62,32ha, delimitada por um polígono que tem seus vértices coincidentes com os pontos de coordenadas geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 15°46'17,206"S/40°08'34,893"W; 15°46'18,326"S/40°08'34,893"W; 15°46'18,326"S/40°08'02,987"W; 15°46'31,335"S/40°08'02,987"W; 15°46'31,336"S/40°08'53,725"W; 15°46'17,206"S/40°08'53,725"W; 15°46'17,206"S/40°08'34,893"W; em SAD 69 e em coordenadas cartesianas delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 15°46'17,206"S e Long. 40°08'34,893"W e os lados a partir desse vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 34,4m-S; 949,7m-E; 399,9m-S; 1510,2m-W; 434,3m-N; 560,5m-E.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Cód. 4.00)

CLAUDIO SCLIAR



COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Agrário

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

PORTARIA Nº 6, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições, e de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, combinado com as disposições do Manual do Crédito Rural, Capítulo 10, Seção 15 (MCR 10.15) e das disposições constantes da Resolução n° 3.885, de 22 de julho de 2010, do Conselho Monetário Nacional - CMN, resolve:

Art. 1º Informar aos agentes financeiros, operadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, os produtos que tem direito e o valor dos bônus de desconto a ser concedido nas operações e parcelas de crédito rural que serão objeto de pagamento ou amortização pelos mutuários no período de 10 de fevereiro de 2011 a 09 de março de 2011, segundo o que determina o parágrafo 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006.

§ 1º Somente os produtos e Estados que apresentarem o bônus de desconto, de que trata o caput, estão listados no Anexo.

§ 2º Os bônus de descontos da tabela "Cesta de Produtos" incidem sobre as operações de crédito de custeio contratadas até 1/7/2006, com vencimento a partir de 10/7/2010 e investimento agropecuário, conforme o art 5º da Resolução 3.885, de 22 de julho de 2010 do Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º Os preços de mercado e o bônus de desconto previstos nesta Portaria referem-se ao mês de janeiro de 2011, têm validade para o período de 10 de fevereiro de 2011 a 09 de março de 2011, em atendimento ao estabelecido na Resolução n° 3.885, de 22 de julho de 2010, do Conselho Monetário Nacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LAUDEMIR ANDRÉ MÜLLER

ANEXO

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: AÇAÍ (FRUTO)

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
RO	RU	kg	0,69	0,60	13,04

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: ARROZ LONGO FINO EM CASCA

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
AL	R2	Sc (60 kg)	30,96	28,80	6,98
SE	R2	Sc (60 kg)	30,96	28,58	7,69
RS	R1	Sc (50 kg)	25,80	22,70	12,02
SC	R1	Sc (50 kg)	25,80	24,86	3,64

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: BABAÇÚ (AMÊNDOA)

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
TO	RU	kg	1,46	1,16	20,55
CE	RU	kg	1,46	1,00	31,51
MA	RU	kg	1,46	0,89	39,04
PI	RU	kg	1,46	1,00	31,51

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: BANANA

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
ES	RU	Cx (20kg)	7,57	6,79	10,30
RJ	RU	Cx (20kg)	7,57	6,00	20,74

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: BORRACHA NATURAL (EXTRATIVISTA) - BIOMA AMAZÔNIA

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
AC	RU	kg	3,50	1,35	61,43
AM	RU	kg	3,50	2,48	29,14
PA	RU	kg	3,50	2,00	42,86
RO	RU	kg	3,50	1,92	45,14
TO	RU	kg	3,50	1,75	50,00
MA	RU	kg	3,50	1,20	65,71
MT	RU	kg	3,50	2,84	18,86

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: BORRACHA NATURAL (HEVEICULTURA)

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
AC	RU	kg	1,53	1,35	11,76
MA	RU	kg	1,53	1,20	21,57

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: CARÁ/INHAME

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
BA	RU	kg	0,95	0,85	10,53

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: CASTANHA DE CAJÚ

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
TO	RU	kg	1,30	1,00	23,08

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: CEBOLA

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
SP	RU	kg	0,56	0,39	30,36
PR	RU	kg	0,56	0,51	8,93
RS	RU	kg	0,56	0,21	62,50
SC	RU	kg	0,56	0,25	55,36

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: FEIJÃO

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
BA	RU	Sc (60 kg)	80,00	77,89	2,64
PI	RU	Sc (60 kg)	80,00	70,56	11,8
GO	RU	Sc (60 kg)	80,00	76,55	4,31
SP	RU	Sc (60 kg)	80,00	78,55	1,81
PR	RU	Sc (60 kg)	80,00	65,83	17,71
RS	RU	Sc (60 kg)	80,00	71,33	10,84
SC	RU	Sc (60 kg)	80,00	69,57	13,04

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: LEITE

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
PA	R3	litro	0,47	0,41	12,77
SE	R4	litro	0,64	0,63	1,56
ES	R1	litro	0,62	0,61	1,61

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: MAMONA

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
CE	R1	Sc (60 kg)	50,00	44,88	10,24
PE	R1	Sc (60 kg)	50,00	37,20	25,60
MS	R2	Sc (60 kg)	47,70	46,20	3,14
PR	R2	Sc (60 kg)	47,70	42,00	11,95

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: PEQUI (FRUTO)

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
MG	R2	kg	0,35	0,25	28,57

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: PIAÇAVA (FIBRA)

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
BA	R1	kg	1,67	1,02	38,92

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: SISAL

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
PB	RU	kg	1,04	0,98	5,77
RN	RU	kg	1,04	0,80	23,08

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: SORGO

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
PE	R3	Sc (60 kg)	19,00	18,13	4,58
PI	R3	Sc (60 kg)	19,00	17,87	5,95

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: TOMATE

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
SP	RU	kg	0,70	0,56	20,00

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: TRIGO

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
GO	R3	Sc (60 kg)	29,43	29,21	0,75
MS	R3	Sc (60 kg)	29,43	24,19	17,80
SP	R3	Sc (60 kg)	29,43	26,95	8,43
PR	R2	Sc (60 kg)	26,30	25,22	4,11
RS	R1	Sc (60 kg)	23,81	22,45	5,71

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: TRITICALE

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
SP	RU	Sc (60 kg)	17,10	14,30	16,37
PR	RU	Sc (60 kg)	17,10	13,82	19,18
SC	RU	Sc (60 kg)	17,10	16,88	1,29

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: UMBU (FRUTO)

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
BA	RU	KG	0,38	0,27	28,95

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Nota: RU: Regionalização única do PGPAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de FEVEREIRO de 2011
Produto: Cesta de Produtos - Bônus Médio

Mês de referência: janeiro de 2011

Unidades da Federação	Regionalização do PGPAF	Unidade de Comercialização	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid	Bônus de Garantia de Preço (%)
PA	NSA	NSA	NSA	NSA	3,19
BA	NSA	NSA	NSA	NSA	0,66
PI	NSA	NSA	NSA	NSA	2,95
SE	NSA	NSA	NSA	NSA	0,39
GO	NSA	NSA	NSA	NSA	1,08
ES	NSA	NSA	NSA	NSA	0,40
SP	NSA	NSA	NSA	NSA	0,45
PR	NSA	NSA	NSA	NSA	4,43
RS	NSA	NSA	NSA	NSA	2,71
SC	NSA	NSA	NSA	NSA	3,26

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
Notas:
1 - NSA - Não se aplica.
2 - Média ponderada dos bônus dos produtos feijão, leite, mandioca e milho.
3 - Bônus de desconto aplicáveis às operações de custeio contratadas até 1/7/2006, com vencimento a partir de 10/7/2010 e investimento segundo o art 5º da Resolução nº 3.885, de 22 de julho de 2010 do Conselho Monetário Nacional.

SECRETARIA DE REORDENAMENTO AGRÁRIO
DEPARTAMENTO DE CRÉDITO FUNDIÁRIO

NORMA DE EXECUÇÃO Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2011

Dispõe sobre os procedimentos técnicos e administrativos pertinentes à solicitação e aprovação dos SIC's de valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), no âmbito das contratações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, dos recursos do Subprojeto de Investimento Comunitário - SIC, componente da linha de financiamento de Combate à Pobreza Rural.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CRÉDITO FUNDIÁRIO da Secretaria de Reordenamento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 89 inciso IX da Estrutura Regimental deste Ministério, aprovada pela Portaria nº 19, de3 de abril de 2009, e

Considerando o princípio da participação descentralizada dos Estados na execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário, conforme previsto no art. 4º, da Lei Complementar n.º 93, de 04 de fevereiro de 1998, no art. 1º, § 1º, inciso V, do Decreto n.º 4.892, de 25 de novembro de 2003, e no art. 1º, § 4º, do Decreto n.º 6.672, de 02 de dezembro de 2008;

Considerando as atribuições das Unidades Técnicas Estaduais - UTEs, previstas no Decreto n.º 6.672, de 02 de dezembro de 2008, e no Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, aprovado pela Resolução n.º 69, de 19 de maio de 2009; e

Considerando os Termos de Cooperação Técnica firmados entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, representado pela Secretaria de Reordenamento Agrário, e os Governos Estaduais para implantação do Programa Nacional de Crédito Fundiário, resolve:

Art. 1º - Instituir os procedimentos pertinentes à solicitação e aprovação dos SIC's de valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), no âmbito das contratações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, dos recursos do Subprojeto de Investimento Comunitário - SIC, componente da linha de financiamento de Combate à Pobreza Rural.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º - As medidas estabelecidas neste instrumento são complementares às diretrizes e regras estabelecidas na Lei Complementar n.º 93, de 04 fevereiro de 1998, no Decreto n.º 4.892, de 25 de novembro de 2003, no Decreto nº 6.672, de 02 de dezembro de 2008, no Regulamento Operativo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, através da Resolução nº 69, de 19 de maio de 2009, e no Manual de Operações da linha de financiamento de Combate à Pobreza Rural - CPR, aprovado pelo Comitê Permanente do Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário.

Art. 3º - As propostas de Subprojeto de Investimento Comunitário - SIC a linha de financiamento Combate à Pobreza Rural - CPR que ultrapassarem o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), deverão obrigatoriamente estar em consonância com o disposto neste normativo.

Art. 4º - Os recursos de SIC's de valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais) deverão ser aplicados em investimentos de infraestrutura básica, social e/ou produtiva, nas áreas adquiridas no âmbito das contratações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.

CAPÍTULO II

DA SOLICITAÇÃO DE SIC'S DE VALOR SUPERIOR A CEM MIL REAIS

Art. 5 - A solicitação dos SIC's superiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais) deverá ser formalizada pela UTE, a quem compete verificar sua conformidade com as normas e regras definidas neste instrumento e seu posterior encaminhamento ao órgão gestor do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput deste artigo, caberá à UTE solicitar a autorização para a execução dos SIC's a ela encaminhados, por meio de ofício destinado ao DCF/SRA/MDA, em que estejam contidas as seguintes especificações: a) objeto; b) finalidade; c) nome da associação; e d) código completo gerado pelo SAC para a contratação da proposta, com os respectivos anexos:

a. Nota técnica elaborada pela UTE contendo manifestação da anuência quanto ao aspecto técnico do SIC e aos preços a serem praticados para a execução.

b. Cópia das plantas baixas e os respectivos cortes do objeto de cada SIC, para reformas de bens imóveis e obras de engenharia.

c. Cópia do memorial descritivo contendo as especificações técnicas necessárias ao objeto do SIC.

d. Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, destinada ao projeto do objeto do SIC de construção e reforma de bens imóveis, obras de engenharia ou a projetos que a UTE julgue necessário conforme a complexibilidade técnica.

e. Cópia da Ata de Constituição da Comissão de Cotação de Preço, incumbida de realizar os procedimentos de cotação de preços, devidamente aprovada pela Associação.

f. Cópias das propostas apresentadas pelos fornecedores participantes do procedimento de cotação de preços, com no mínimo três propostas válidas para cada item do SIC, contendo a descrição completa do material; serviço; reforma ou obra; as quantidades e os preços unitário e total.

g. Cópia do mapa comparativo de preços das propostas apresentadas pelos fornecedores participantes da cotação de preços.

h. Cópia da ata de julgamento com aprovação do resultado da Cotação de Preço.

i. Cópia da carta de comunicação aos vencedores, devidamente assinada pela comissão de cotação de preço, identificando o nome e CPF dos membros.

j. Arquivo, em meio digital, de toda a documentação referida nos itens antecedentes (excetuando-se as plantas e ART).

Art. 6º - Cumpre, ainda, à UTE, juntamente com a ATER, acompanhar e averiguar todos os procedimentos técnicos e administrativos relativos a gestão dos SIC's encaminhados ao DCF/SRA/MDA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CAPÍTULO III
DO ÓRGÃO GESTOR DO FUNDO DE TERRAS E DA REFORMA AGRÁRIA
Art. 7º - O DCF/SRA/MDA promoverá a análise das informações incluídas na solicitação da UTE, verificando a sua conformidade com as normas e regras definidas neste instrumento.
Art. 8º - Após o recebimento da documentação encaminhada, o DCF/SRA/MDA manifestar-se-a acerca da aprovação da solicitação, devolvendo a UTE, no prazo de até 30 dias.
Art. 9º - Aprovada a solicitação de execução do SIC, a UTE, deverá prosseguir com os procedimentos de liberação dos recursos, informando a autorização ao gente financeiro e a associação.
Art. 10º - Negada a solicitação de execução do SIC, a UTE deverá sanar as possíveis pendências, de acordo com as recomendações sugeridas pelo DCF/SRA/MDA.
Parágrafo único. Nos casos de não conformidade da solicitação, fica permitido à UTE requerer informações complementares ao DCF/SRA/MDA, caso em que poderá ser reformulada a justificativa e reencaminhada a solicitação a este òrgão gestor, para nova análise.
CAPÍTULO VI
DAS ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES
Art. 11º - Todos os itens constitutivos do objeto do SIC, de valor superior a R$ 100.000,00(cem mil reais), deverão ser integralmente refletidos na cotação de preços, ou seja, não poderá ocorrer fracionamento para a cotação de preço do objeto.
Art. 12º - A solicitação dos SIC's regulados por esta norma deverá seguir os modelos de documentos constantes em anexo:
I. Nota técnica;
II. Ata de constituição da comissão de cotação de preço;
III. Mapa comparativo das propostas apresentadas na cotação de preços;
IV. Ata de julgamento da cotação de preços, com aprovação do resultado e,
V. Carta de comunicação aos vencedores.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 13º - Eventuais dúvidas acerca dos procedimentos e documentos, referentes à este instrumento, serão dirimidas pelo Departamento de Crédito Fundiário da Secretaria de Reordenamento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
Art. 14º - Esta Norma de Execução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DAS CHAGAS RIBEIRO FILHO

(*) Os Anexos da Norma de Execução Nº 1/2011/DCF/SRA-MDA, supracitada, encontram-se disponíveis no link http://www.mda.gov.br/o/6796806.

Ministério do Esporte

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Aprova alteração do Regulamento do Campeonato Estadual da Série B de Futebol Profissional do Rio de Janeiro para o ano de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE e PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE, no uso de suas atribuições regulamentares e,
Considerando a premência de tempo e, ainda, que não há previsão de reunião do Conselho Nacional do Esporte para o interregno;
Considerando a competência do Conselho Nacional do Esporte - CNE, para aprovar proposta de alteração referente ao regulamento de competição, assim definido no § 5º do art. 9, da Lei nº 10.671/2003;
Considerando a manifestação da Assessoria Especial de Futebol pela aprovação, expedida em Nota Técnica datada de 09 de fevereiro de 2011;
Considerando o teor do PARECER CONJUR/ME Nº 10/2011, exarado pela Consultoria Jurídica do Ministério do Esporte, resolve, "ad referendum" do Colegiado do CNE:
Art. 1º Aprovar o pedido de alteração do Regulamento do Campeonato Estadual da Série B de Futebol Profissional do Rio de Janeiro para o ano de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º - Na primeira fase as associações serão distribuídas em 02(dois) grupos (A e B) formados mediante sorteio dirigido, com as equipes jogando entre si, dentro do grupo, em turno e returno, classificando-se para a segunda fase as 05(cinco) primeiras colocadas de cada grupo e mais duas de melhor índice técnico, independentemente do grupo a que pertençam, perfazendo o total de 12(doze) equipes, ressalvadas as disposições do parágrafo primeiro deste artigo."
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ORLANDO SILVA

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DA MINISTRA
COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

A Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, instituída pelo Decreto nº 6.021, de 22 de janeiro de 2007, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 71 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no art. 5º, caput e §5º, do Decreto nº 6.990, de 27 de outubro de 2009, e em conformidade com as deliberações tomadas na 3ª. Reunião Ordinária realizada em .... de fevereiro de 2011, resolve:
Art 1º Prorrogar, por até cento e vinte dias, o prazo previsto no caput do art. 5º do Decreto nº 6.990, de 27 de outubro de 2009, para análise do pleito de adjudicação de ações da empresa Avibrás Indústria Aeroespacial S.A. em pagamento de débitos inscritos na Dívida Ativa da União.
Parágrafo único. O prazo previsto no caput será contado a partir da data de entrega, à CGPAR, da manifestação conclusiva da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sobre o valor discriminado e atualizado dos débitos de natureza tributária e não-tributária da empresa requerente inscritos em Dívida Ativa da União, passíveis de serem utilizados na capitalização da Avibrás pela União.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIRIAM BELCHIOR
Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão Presidente

GUIDO MANTEGA
Ministro da Fazenda
Membro

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Membro

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM ALAGOAS

PORTARIA Nº 1, DE 28 DE JANEIRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE ALAGOAS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e os elementos que integram o Processo MP nº 04982.001405/2010-90, resolve:
Art. 1º Autorizar a Prefeitura Municipal de Maceió a iniciar as obras referentes ao projeto de Reurbanização da Orla de Cruz das Almas/Jacarecica, a ser implantado em terrenos de marinha e acrescidos de marinha.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ ROBERTO PEREIRA DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 7, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 40, inciso III, Anexo I do Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, o art. 32, inciso III, Anexo XII da Portaria MP nº 232, de 3 de agosto de 2005, Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, tendo em vista delegação de competência conferida pela Portaria SPU Nº 200, de 29/06/2010, publicada no Diário Oficial da União nº 123, de 30/06/2010, Seção 2, página 75, nos termos dos arts. 538 e 553 do Código Civil Brasileiro, e dos elementos que integram o Processo nº 04926.005132/2010-27, resolve:
Art. 1º Autorizar a cessão de uso gratuito, à Associação Casa da Criança e do Adolescente de Caxambu-MG, do imóvel situado à Avenida Barão do Rio Branco, n.º 229 - Centro, no local denominado "Chácara Mairink", Município de Caxambu/MG, constituído por terreno com área de 994,60 m², parte de um terreno maior com área total de 308.000,00 m², conforme matrícula n.º 229, Livro Nº 2, de 25/10/1976, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Caxambu/MG.
Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se às instalações e atividades da Associação Casa da Criança e do Adolescente de Caxambu-MG.
Art. 3º O prazo para a cessão será de dez anos, contado da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por igual período.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOANA D´ARC COUTO SOARES
Substituta

PORTARIA Nº 10, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria MP nº 1083, de 25 de novembro de 1999, publicada no Diário Oficial da União nº 226, de 26 de novembro de 1999, Seção 2, página 29, de acordo com o art. 5°, da Portaria 200, da Secretaria do Patrimônio da União, de 29 de Junho de 2010, em conformidade com o art. 32, inciso III, do Anexo XII da Portaria nº 232, de 3 de agosto de 2005, Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, com respaldo na Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, regulamentada pelo Decreto 3.725, de 10 de janeiro de 2001, com redação dada pela Lei 11.481/2007, resolve:
Art.1º. Autorizar a doação, com encargo, ao Município de São Pedro da União/MG, do imóvel situado à Rua José Jorge, nº 11, município de São Pedro da União/MG, constituído por área total de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), cuja aquisição se processou através de Termo de Transferência e Incorporação, lavrado em 02/03/1995, às fls. 28 e 29, Livro 1-B, da então Delegacia do Patrimônio da União em Minas Gerais, hoje Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais, e matriculado sob o n° 18.688, Livro nº 2, ficha 1, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaxupé/MG, com as seguintes medidas e confrontações: "Um prédio situado em São Pedro da União-MG, à rua José Jorge, nº 11, destinado ao Posto de Puericultura e Maternidade e seu terreno medindo 20,00m de frente para a referida rua; 30,00m do lado direito, confrontando com propriedades de Antônio Silvério de Siqueira Filho; 30,00m do lado esquerdo, confrontando com a rua Joaquim Marques Padilha e 20,00m nos fundos, confrontando com propriedade de Antônio Silvério de Siqueira Filho, encerrando a área de 600,00m²."
Art. 2º A doação se faz com dispensa de licitação, em conformidade com o disposto no art. 17, inciso I, alínea "b", §§ 1º e 4º da Lei 8.666/93, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 10680.007401/2000-41, de forma a regularizar a ocupação do imóvel pelo Município de São Pedro da União/MG.
Art. 3º A doação do imóvel objeto desta Portaria tem como finalidade atender ao Departamento de Saúde do Município de São Pedro da União/MG, para o desenvolvimento de atividades hospitalares, revertendo o mesmo ao patrimônio da União, se: a) não forem iniciadas as reformas do imóvel dentro do prazo de 2 (dois) anos e não forem finalizadas as mesmas dentro do prazo de 5 (cinco) anos; b) não for cumprida a finalidade da doação dentro do prazo de 5 (cinco) anos; c) cessarem as razões que justificaram a sua doação; d) ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista, vedada também a sua alienação no total ou em parte.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO VEIGA ARANHA

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

PORTARIA Nº 1, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PIAUÍ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Artigo 3.º, Inciso I da Portaria n.º 200/2010, da Secretária do Patrimônio da União, publicada no DOU de 30.06.2010, tendo em vista ainda o disposto nos art. 538 e 553 do Código Civil Brasileiro e com base nos elementos que integram o Processo n.º 04911.000300/2008-32, resolve:
Art. 1.º Aceitar a doação, com encargo, que fez o município de São Raimundo Nonato à União, para construção de um campo de pouso de aviões, para uso do, à época, Ministério da Aeronáutica, com base na Lei Municipal n.º 150 de 26 de outubro de 1954, transcrita junto ao traslado da Escritura Pública de Doação, lavrada às fls. 97 do Livro n.º 32, do Cartório do 1.º Ofício de Notas de São Raimundo Nonato, de um terreno medindo 1.000.000,00m², situado na planície sul do município de São Raimundo Nonato-PI, na base de dois mil e quinhentos metros de comprimento(2.500), a Leste e Oeste e quatrocentos metros de largura, Norte e Sul, limitando-se ao Norte, Nascente e Poente com terrenos baldios do patrimônio municipal e ao Sul, com terrenos de José Licínio Silva, registrado no Cartório do 1.º Ofício e Notas da comarca de São Raimundo Nonato, no Livro Registro de Imóveis, Registro Geral, Livro 3-C Transcrição das Transmissões, às fls. 139, Número de ordem e o da transcrição anterior 4275, datado de 06 de novembro de 1954, hoje descrito de forma técnica, da seguinte maneira: partindo-se do ponto 1, situado nas coordenadas (9.001.729,0963; 755.519,9439), com azimute de 314º12'27" e distância de 400,00m chega-se ao ponto 2, deste segue-se com azimute de 224º12'27" por uma distância de 2.500,00m e chega-se ao ponto 3, deste segue-se com azimute e 134º12'27" por uma distância de 400,00m até o ponto 4, deste segue-se com azimute de 044º12'27" por uma distância de 2.500,00m até chegar ao ponto 1, início da poligonal, limitando-se ao Norte, Nascente e Poente com terrenos do patrimônio municipal e ao Sul, com terrenos de José Licínio Silva, perfazendo uma área total de 1.000.000,00m² e um perímetro de 5.800,00m, o qual encontra-se avaliado no SPIUNet por R$ 18.000,00(dezoito mil reais).
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CÉLIA COELHO MADEIRA VERAS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE NORMAS
E PROCEDIMENTOS JUDICIAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE BENEFÍCIOS
DE CARÁTER INDENIZATÓRIO

PORTARIA Nº 2, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Transferência de reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada.

A COORDENADORA-GERAL DE BENEFÍCIOS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO, DO DEPARTAMENTO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS JUDICIAIS DA SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi outorgada na Portaria/MP nº 370, de 26 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de agosto de 2010, e em face do que consta no Processo nº 04597.005857/2004-46, resolve:

Art.1º Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada a MARIA DE FÁTIMA PINO DA SILVA, Companheira do ex-anistiado político ALAN RODRIGUES BRANDÃO, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 10.559, de 13 de dezembro de 2002, publicada no DOU de 14 seguinte, com vigência a partir de 09 de janeiro de 2011, data do falecimento do anistiado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DELFINA AUGUSTA ARRAIS DE AZEVEDO

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE
Em 14 de janeiro de 2011

Concessão de Alteração Estatutária

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008, na Nota Técnica Nº. 39/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR as seguintes impugnações: nº. 47998.003276/2010-16, nº. 46000.012446/2010-68, nº. 46000.011849/2010-90, nº. 46000.011821/2010-52, nº. 46000.011506/2010-25, nº. 46000.011507/2010-70, nº. 46000.011778/2010-25, nº. 46000.010899/2010-50, nº. 46000.011053/2010-37, nº. 46000.010770/2010-41, nº. 46031.000619/2010-38, nº. 46000.010898/2010-13, nº. 46000.012248/2010-02, nº. 46000.012405/2010-71, nº. 46000.011848/2010-45, nº. 46000.011846/2010-56, nº. 46000.011789/2010-13, nº. 46000.011786/2010-71, nº. 46000.011781/2010-49, nº. 46000.011779/2010-70, nº. 46000.011798/2010-04, nº. 46000.011780/2010-02, nº. 46000.011472/2010-79, nº. 46000.011425/2010-25, nº. 46000.011782/2010-93, nº. 46000.011467/2010-66, nos termos do art. 10, inciso V da Portaria 186/2008, nº 46000.012532/2010-71 e nº. 46000.010907/2010-68, nos termos do art. 10, inciso IV da Portaria 186/2008, nº 46000.015808/2010-72, nº 46000.015809/2010-17, nº 46000.015806/2010-83, nº. 46000.015807/2010-28 e nº. 46000.014571/2010-11, nos termos do art. 10, inciso I, c/c art. 9º, da Portaria 186/2008, nº. 46000.012014/2010-57 e nº. 46000.011799/2010-41, nos termos do art. 10, inciso VI e nº. 46000.020522/2007-11, nº. 46000.020586/2007-12, nº. 46000.020622/2007-30, nº. 46000.020795/2007-58, nº. 46000.020929/2007-31, nº. 46000.021050/2007-14, nº. 46000.021123/2007-60, nº. 46000.021127/2007-48, nº. 46000.021204/2007-60, nº. 46000.021265/2007-27, nº. 46000.021266/2007-71, nº. 46000.021278/2007-04 nº. 46000.020741/2007-92 e nº. 46000.021345/2007-82, nos termos do art. 10, inciso X da Portaria 186/2008; e CONCEDER o registro de alteração estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores a Movimentação de Mercadorias em Geral e Auxiliares na Administração em Geral de São Paulo, n° 46000.005771/2003-45, CNPJ 43.147.784/0001-98, para representar a categoria profissional dos Trabalhadores no âmbito da movimentação de mercadoria em geral, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Agudos, Barueri, Botucatu, Campinas, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Dourado, Guarulhos, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Jundiaí, Mairinque, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pederneiras, Ribeirão Pires, Rio Claro, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Carlos, São Paulo, São Roque e Suzano no estado de São Paulo.

Em 17 de janeiro de 2011

Arquivamento de impugnação e Retificação

O Chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 186, publicada em 14 de abril de 2008, na Nota Técnica Nº. 40/2011/DIAN/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR as impugnações n° 46000.020590/2010-78 e 46000.020479/2010-81, nos termos do art. 10, inciso V da Portaria 186/2008; e RETIFICAR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e Educação de Rio Claro - SINTEEE-RC, n° 46000.011548.2007-61, CNPJ 55.360.846/0001-24, para representar a categoria profissional diferenciada dos professores e auxiliares de administração escolar, do 1º grupo - trabalhadores em estabelecimentos de ensino - do plano da Confederação Nacional Dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, que desenvolvem suas atividades em estabelecimentos privados de ensino de todos os níveis, cursos, ramos e graus (exceto os que têm por objeto área de informática), com abrangência intermunicipal na base territorial nos municípios de Brotas, Charqueada, Cordeirópolis, Ipeúna, Iracemápolis, Rio Claro, Santa Gertrudes, Santa Rita do Passa Quatro, São José do Rio Pardo e Batatais no Estado de São Paulo.

MARCELO PANELLA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de fevereiro de 2011

Nº 4 - O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, tendo em vista o que consta no processo n.º 46211.017291/97-32 e os termos do despacho exarado no processo supracitado e usando da competência delegada pela Portaria da SRT/MTE n.º 02, de 25 de maio de 2006, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União n.º 102, de 30 de maio de 2006, homologa a alteração do Plano de Cargos e Salários da EMPRESA REGIONAL DE HABITAÇÃO DE JUIZ DE FORA S/A - EMCASA, inscrita no CNPJ 23871.429/0001-50 , situada na Rua Sete de Setembro, n. 975, Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

ALYSSON PAIXÃO DE OLIVEIRA ALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 8 de fevereiro de 2011

O Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, no Estado do Paraná, Substituto, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria SRT nº 02, de 25 de maio de 2006, publicada na seção 2 do DOU de 30.05.2006, alterada pela Portaria SRT nº 05, de 20/11/2008 e pela Portaria SRT nº 06, de 26/01/2010 e tendo em vista o que consta no processo nº 46212.005801/2010-57, HOMOLOGA o 4º Termo Aditivo do Plano de Cargos e Carreira, que procede a alteração no Sistema de Gestão por Competência da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR., sediada no município de Curitiba, no Estado do Paraná, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro, dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

ELIAS MARTINS

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 11 de fevereiro de 2011

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "b", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e os artigos 635 e 636 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, decidiu o seguinte processo da Notificação de Débito, negando provimento ao recurso voluntário, mantendo a decisão recorrida de procedência da Notificação de Débito.

Nº	PROCESSO	NDFG- NFGC - NRFC	EMPRESA	UF
01	46219.015974/2002-11	505.045.761	Labour Serviços S/C Ltda	SP

Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto no artigo 1º- da lei nº 9.873/99, e de acordo com o disposto no artigo 637 da CLT, decidiu os seguintes processos de Autos de Infração, negando provimento ao recurso ex-oficio, mantendo a decisão de arquivamento, pela ocorrência de prescrição.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46218.503458/95	16620205	Adegas S/A. Comércio e Representações	RS
2	46218.000953/94	16670030	Associação dos Funcionários Munic. de Porto Alegre	RS
3	46218.001714/94	16700027	Associação dos Funcionários Munic. de Porto Alegre	RS
4	35744.004717/92	16744358	Banco do Brasil S/A.	RS
5	35744.000017/93	16612053	Banco do Brasil S/A. CESEC	RS
6	35744.004157/92	16744355	Banco Meridional do Brasil S/A.	RS
7	35744.004158/92	166120049	Banco Meridional do Brasil S/A.	RS
8	35744.005359/92	166100109	Banco Meridional do Brasil S/A.	RS
9	46218.001252/95	166780894	Banco Meridional do Brasil S/A.	RS
10	46218.302329/95	16699010	Banco Meridional do Brasil S/A.	RS
11	46218.403002/95	167261260	Banco Meridional do Brasil S/A.	RS
12	46218.403003/95	167261259	Banco Meridional do Brasil S/A.	RS
13	46218.403004/95	167261258	Banco Meridional do Brasil S/A.	RS
14	46218.700548/95	167261097	Banco Meridional do Brasil S/A.	RS
15	46218.005503/94	167990482	BCB - Beneficiamento de Couro Branco Ltda.	RS
16	46218.001319/94	30224049	Calçados Glória Ltda.	RS
17	46617.9503158/95	166620588	Central S/A. Transporte e Turismo	RS
18	46218.500250/95	167261054	Cia Cervejaria Brahma	RS
19	46218.000057/94	16655079	Cia Estadual de Energia Elétrica	RS
20	46218.100700/95	166431192	Consórcio Conesul - Centro de Atenção Integral à Criança	RS
21	46218.100717/95	166850322	Consórcio Conesul - Centro de Atenção Integral à Criança	RS
22	24400.001657/89	61010026	Indústria de Refrigerantes Montenegro Ltda.	RS
23	46218.406484/94	167730599	Indústria de Refrigerantes Montenegro Ltda.	RS
24	46218.04279/94	16729087	Madezatti S/A.	RS
25	46218.01623/95	167400583	Nacional Central de Distrib. De Alimentos Ltda.	RS
26	46218.01624/95	167400582	Nacional Central de Distrib. De Alimentos Ltda.	RS
27	46218.04280/94	16729086	Ponto a Ponto Transp. Direto de Cargas	RS
28	46218.001647/94	166080017	Rogério Fadel Rihan & Cia Ltda.	RS
29	46218.702218/95	16793245	Sanidro Instalações Hidráulicas Ltda.	RS
30	46218.05016/94	302150358	Siderúrgica Rio Grandense Sociedade Anônima	RS
31	46218.002659/94	168080686	Sogenalda Soc. Gêneros Alimentícios Ltda.	RS
32	46218.03032/94	168080688	Sogenalda Soc. Gêneros Alimentícios Ltda.	RS
33	46218.06111/94	167350304	Sogenalda Soc. Gêneros Alimentícios Ltda.	RS
34	46218.06648/94	166170200	Sogenalda Soc. Gêneros Alimentícios Ltda.	RS
35	46218.503063/95	166070223	Sogenalda Soc. Gêneros Alimentícios Ltda.	RS
36	46218.01851/95	166870144	Supermercado Lambert Ltda.	RS
37	46218.602813/95	16786238	Transportes Coletivos Trevo Ltda.	RS

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004, deixo de dar provimento ao recurso de ofício, para declarar extinto o débito de multa, uma vez que, de acordo com o disposto na Lei nº 11.941/99, foram remitidos os débitos com a Fazenda Nacional, inclusive aqueles com exigibilidade suspensa, que se encontravam vencidos há cinco anos ou mais em 31/12/2007.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
01	46223.001905/2002-53	007909918	Artcil Artefatos de Cimento S/A	MA
02	46223.008070/2001-81	007902760	C. R. Vasconcelos Brasileiro Comércio	MA
03	46223.005551/2002-16	007900244	Colégio Terceiro Milênio Ltda	MA
04	46223.007246/2001-88	003719332	Deusa Cavalcante Bacelar	MA
05	46223.000208/2001-02	004562933	Dicinorte Distrib. de Cigarros Ltda	MA
06	46223.004243/2001-92	003715507	Dicinorte Distrib. de Cigarros Ltda	MA
07	46223.008964/99-78	003683982	Distribuidora de Peças Salgueiro Ltda	MA
08	46223.007319/99-19	003723216	Distribuidora de Revista Amambay Ltda	MA
09	46223.000650/2002-10	007930518	Drogaria Borel Ltda	MA
10	46223.004735/2002-69	007930500	Egimar Rocha Neiva	MA
11	46223.001394/2001-99	003716953	EMT Empresa Maranhense de Terraplenagem Ltda	MA
12	46223.005058/00-63	004563492	EMT Empresa Maranhense de Terraplenagem Ltda	MA
13	46223.002396/2001-03	003717551	Escolinha Sonho de Criança Ltda	MA
14	46223.002010/2001-55	003714560	Evidence Cabelereiros Ltda	MA
15	46223.003087/2002-23	007908598	Expresso Continental Ltda	MA
16	46223.000360/00-61	003675238	F S Moura - Consultoria e Treinamento	MA
17	46223.000051/00-37	004569059	F.C.R. Pinho	MA
18	46223.004484/2001-31	004559673	FAMÈM - Federação dos Municípios do Estado do Maranhão	MA
19	46223.009257/00-11	004566424	Farmácia Bacabal Ltda	MA
20	46223.008496/99-31	003702090	Fermaq Serviços Eletrotécnicos Ltda	MA
21	46223.004642/00-65	004561287	M. J. Coutinho	MA
22	46223.007804/00-71	003718271	M. M. Alonso Restaurante - Imperatriz Park Hotel	MA
23	46223.008173/2001-41	007902786	M.A.A. Costa	MA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

24	46223.001112/2001-53	003682412	M.S. dos Reis Ind. e Comércio	MA
25	46223.007157/00-87	004566777	Madeireira Zanella Ltda	MA
26	46223.005064/2001-72	007914792	Madul Madeireira Ultramarina Ltda	MA
27	46223.008919/00-36	004565622	Malharia Santa Tereza Ltda	MA
28	46223.003678/00-39	004562755	Maria da Graça Gonçalves Pereira	MA
29	46223.006995/00-15	004567021	Maria da Graça Gonçalves Pereira	MA
30	46223.006134/00-85	004560370	Maria de Jesus Santos	MA
31	46223.002187/2001-51	003719260	Midas Machado Q-Surpresas Flores- Alô Mensagens	MA
32	46223.006472/00-16	004557221	Miriceas Silva - Lojão Tropical	MA
33	46223.001643/2000-65	003698491	Montanha Passagem e Turismo Ltda	MA
34	46223.004611/98-45	003686299	Multimídia Informática Ltda	MA
35	46223.007384/2001-67	003716503	Restaurante Come Come Ltda	MA
36	46223.005572/2002-31	007917708	Satã Serviços Aux. de Transporte Aéreo S/A	MA
37	46223.008704/2001-04	003677656	Seovan Serviços Gerais	MA
38	46223.005532/2001-17	004569717	Sindicato dos Corretores de Imóveis do Maranhão	MA
39	46223.009307/00-16	004564405	Sindicato dos Corretores de Imóveis do Maranhão	MA
40	46223.002876/2002-47	007917520	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sta. Inês	MA

HÉLIDA ALVES GIRÃO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA
Em 24 de janeiro de 2011

Arquivamento

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica de Arquivamento Nº. 141/2011/DICNES/CGRS/SRT resolve arquivar o Pedido de alteração estatutária de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Comunicações Postais e Similares de Santa Maria e Região - RS, CNPJ 92.457.704/0001-06, processo n° 46000.012077/99-18, com base na solicitação expressa da entidade, por meio do apenso nº. 46031.000841/2010-31.

Em 4 de fevereiro de 2011

Arquivamento de Alteração Estatutária

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de alteração estatutária dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46290.000293/2010-98
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químico-Farmacêuticas no Município de Anápolis - GO
CNPJ	02.224.990/0001-77
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 133 /2011

Processo	46000.026743/2007-95
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Comunicações Postais de Santa Maria e Região.
CNPJ	92.457.704/0001-06
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 134 /2011

Processo	46212.007546/2010-87
Entidade	SINDIPAR - Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Paraná.
CNPJ	76.682.988/0001-88
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 135 /2011.

Processo	46218.010755/2010-58
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários Urbanos de Gravataí - RS, SINDIGRAVATAÍ
CNPJ	08.482.849/0001-50
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 136 /2011

Processo	46000.009211/00-28
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Chapecó-SC
CNPJ	83.312.231/0001-68
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 137 /2011

Processo	46000.009123/2004-49
Entidade	Sindicato dos Empregados de Clubes Esportivos e em Federações, Confederações e Academias Esportivas no estado de São Paulo
CNPJ	62.654.496/0001-74
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 138 /2011

Processo	47546.000039/2010-11
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário em Geral de Suzano e Poá
CNPJ	66.656.208/0001-71
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 139 /2011

Processo	46218.013192/2008-35
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Novo Hamburgo
CNPJ	91.695.635/0001-06
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 141 /2011

Processo	46000.013633/2004-11
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Assalariados e Agricultores Familiares de Montes Claros, Claro dos Porções e Glaucilândia
CNPJ	18.275.917/0001-64
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 140 /2011

Em 8 de fevereiro de 2011

Arquivamento

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR o processo de pedido de registro dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46210.005824/2007-86
Entidade	Sindicato Rural de Itiquira- MT
CNPJ	09.097.678/0001-09
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº 142 /2011

Pedido de Alteração Estatutária

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta dias), para que os interessados possam se manifestar nos termos da Portaria Nº 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186/2008 publicada no DOU em 14 de abril de 2008

Processo	46218.011552/2010-89
Entidade	Sindicato dos Bancários de São Gabriel
CNPJ	87.585.501/0001-65
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Santa Margarida do Sul, São Gabriel e Vila Nova do Sul- RS
Categoria Profissional	Empregados em estabelecimentos bancários

Processo	46215.492699/2009-54
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores em transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Campos Goytacazes - RJ
CNPJ	28.978.377/0001-39
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Campos de Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana- RJ

Categoria Profissional-Trabalhadores em empresas de ônibus rodoviários urbanos, interurbanos, interestaduais, internacionais, motoristas do comércio, indústrias, coletoras de lixo, cargas em geral, transportes de produtos derivados de petróleo, combustíveis líquidos, gasosos, químicos, corrosivos, óleo preto e demais petroquímicos, motoristas de empresas de vigilância e de valores, motoristas particulares e autônomos, fretamento de turismo, demais trabalhadores que exerçam a profissão de motorista

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
DIRETORIA
SECRETARIA-GERAL
UNIDADE REGIONAL DE BELÉM

DESPACHO DO CHEFE
Em 6 de janeiro de 2011

Nº 1 - PROCESSO Nº 50305.001361/2010-05

A CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELEM - PA DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento interno e conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado Nº 50305.001361/2010-05, instaurado em 24 de agosto de 2010, de acordo com a Ordem de Serviço Nº 063/2010-UARBL, decide pelo arquivamento do Processo pois não foi confirmada a infração.

ANA PAULA FA JARDO ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 20, DE 11 DE JANEIRO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50505.060114/2010-86, resolve:

Art. 1º Autorizar a construção de acesso na faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/RJ, no km 166+500m, na Pista Sul, em Macaé/RJ, de interesse da Divem Caminhões Macaé Ltda..

Art. 2º Na construção e conservação do referido acesso, a Divem deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fluminense S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Divem não poderá iniciar a construção do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Fluminense S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Fluminense S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Divem assumirá todo o ônus relativo à construção, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

§ 1º Em virtude das obras previstas de duplicação da Rodovia, a Divem arcará com o ônus da readequação ou do remanejamento do acesso autorizado, ressaltando-se que todos os retornos em nível existentes deverão se tornar retornos em desnível.

§ 2º A Divem não poderá solicitar reembolso ou indenização em virtude das alterações indicadas no § 1º com relação ao acesso autorizado.

Art. 6º A Divem deverá concluir a obra de construção do acesso no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Divem verifique a impossibilidade de conclusão da obra de construção do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Fluminense S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à Autopista Fluminense S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º A Divem deverá apresentar, à URRJ e à Autopista Fluminense S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A construção de acesso autorizada não resultará em receita extraordinária para a Concessionária.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Divem abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 21, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50520.055151/2010-84, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de abastecimento de água na faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 209+150m e o km 209+960m, na Pista Norte, em São José/SC, de interesse da CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de abastecimento de água, a CASAN deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A CASAN não poderá iniciar a implantação da rede de abastecimento de água objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Litoral Sul S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso referente às obrigações especificadas e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A CASAN assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de abastecimento de água, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A CASAN deverá concluir a obra de implantação da rede de abastecimento de água no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a CASAN verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de abastecimento de água no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Litoral Sul S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de abastecimento de água.

Art. 8º A CASAN deverá apresentar, à URRS e à Autopista Litoral Sul S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de abastecimento de água por meio de ocupação longitudinal autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 10.748,70 (dez mil, setecentos e quarenta e oito reais e setenta centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A CASAN abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

PORTARIA Nº 22, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50505.063977/2010-13, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede área de distribuição de energia elétrica em média tensão na faixa de domínio da Rodovia Washington Luiz, BR-040/RJ, por meio de ocupações longitudinais, sendo uma no trecho entre o km 101+761m e o km 102+707m, na Pista Sentido Rio de Janeiro, e outra no trecho entre o km 102+707m e o km 103+000m, na Pista Lateral Sentido Juiz de Fora, no município de Duque de Caxias/RJ, de interesse da LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de distribuição de energia elétrica, a LIGHT deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CONCER - Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A LIGHT não poderá iniciar a implantação da rede de distribuição de energia elétrica objeto desta Portaria antes de assinar, com a CONCER, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A CONCER deverá encaminhar, à Unidade Regional do Estado do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A LIGHT assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de distribuição de energia elétrica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A LIGHT deverá concluir a obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a LIGHT verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de distribuição de energia elétrica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à CONCER sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à CONCER acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de distribuição de energia elétrica.

Art. 8º A LIGHT deverá apresentar, à URRJ e à CONCER, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de distribuição de energia elétrica por meio de ocupações longitudinais autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 20.431,40 (vinte mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A LIGHT abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

PORTARIA Nº 23, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50505.056447/2010-19, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de adutora de água na faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/RJ, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 052+065m e o km 060+165m, na Pista Sentido Juiz de Fora, em Petrópolis/RJ, de interesse da Cervejaria Petrópolis S/A.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida adutora de água, a Cervejaria Petrópolis S/A deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela CONCER - Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Cervejaria Petrópolis S/A não poderá iniciar a implantação da adutora de água objeto desta Portaria antes de assinar, com a CONCER, o Contrato de Permissão Especial de Uso referente às obrigações especificadas e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A CONCER deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Cervejaria Petrópolis S/A assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa adutora de água, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Cervejaria Petrópolis S/A deverá concluir a obra de implantação da adutora de água no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Cervejaria Petrópolis S/A verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da adutora de água no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à CONCER sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF possa analisar o pedido e emitir a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo, por meio de uma nova Portaria.

Art. 7º Caberá à CONCER acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à adutora de água.

Art. 8º A Cervejaria Petrópolis S/A deverá apresentar, à URRJ e à CONCER, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de adutora de água por meio de ocupação longitudinal autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 109.000,00 (cento e nove mil reais), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Cervejaria Petrópolis S/A abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO MONDOLFO

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CARGAS

PORTARIA Nº 37, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Deliberação Nº 158 de 12/05/2010, Resolução ANTT Nº 2.695/2008 e no que consta do Processo Nº 50510.019885/2010-19, resolve:

Art. 1º Autorizar a Companhia de Saneamento do Distrito Federal - CAESB a implantar uma travessia subterrânea de tubulação de esgoto sanitário, sob o km 241 da malha arrendada à FCA, localizado no SIA - Setor de Indústria e Abastecimento, trecho 17, Brasília/DF.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 7.443,59 (sete mil quatrocentos e quarenta e três reais e cinqüenta e nove centavos), por 16 (dezessete) anos, anualmente reajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, pelo IGP/FGV, INPC, IPC, nesta ordem, e na falta destes, por outro índice oficial a ser determinado pelo Governo Federal.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOBORU OFUGI

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

PAUTA

Sessão de Distribuição Automática de Processos
Sessão: 767 Data:10/02/2011 Hora:13:08
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Processo : 0.00.000.000165/2011-42
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Ituiutaba/MG
Relator : Bruno Dantas Nascimento
Processo : 0.00.000.000159/2011-95
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Juiz de Fora/MG
Relator : Achiles de Jesus Siquara Filho
Processo : 0.00.000.000164/2011-06
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Varre-Sai/RJ
Relator : Taís Schilling Ferraz
Processo : 0.00.000.000169/2011-21
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Acará/PA
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas
Processo : 0.00.000.000162/2011-17
Tipo Proc: Reclamação para preservação da competência e da autoridade das decisões do Conselho - RCA
Origem : Brasília/DF
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.000174/2011-33
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Curitiba/PR
Relator : Sandra Lia Simón
Processo : 0.00.000.000148/2011-13
Origem : Macapá/AP
Relator : Maria Ester Henriques Tavares

DANIELA NUNES FARIA
Coordenadora Processual

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL
DOS DIREITOS DO CIDADÃO

PORTARIA Nº 8, DE 25 DE JANEIRO DE 2011 (*)

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) Nº 08105.001240/00-48, cujo objeto cinge-se a possíveis irregularidades em obras ou falta de manutenção em açudes de áreas de assentamento rural;

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução Nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

(*) Republicada por ter saído no DOU de 10-2-2011, Seção 1, pág. 125, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 14, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2010

Autos n. 1.11.000.000063/2007-10

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão abaixo assinado,

Considerando a tramitação na Procuradoria da República em Alagoas do procedimento administrativo n° 1.11.000.000063/2007-10 que tem como ojetivo adequar o projeto de construção do Viaduto Leste-Oeste, a ser construído no bairro de Mangabeiras, no município de Maceió;

Considerando a recomendação n° 03/2010/PR-AL/7° Ofício/Gab-RACTS de fls. 199/203, a qual exortou o Município de Maceió/AL adequar o viaduto "João Lira" aos termos do relatório de fiscalização do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Alagoas - CREA-AL;

Considerando o ofício n° 186/GS/SEMINFRA da Secretaria de Infra-Estrutura e Urbanização, o qual, em resposta à recomendação n° 03/2010/PR-AL/7° Ofício/Gab-RACTS, informa que o Município, com exceção da troca da placa de inauguração, procedeu às adaptações no viaduto "João Lira";

Considerando o artigo 127, II, da Constituição Federal, que determina ser função institucional do Ministério Público "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia";

Considerando ainda o art. 6°, XX, da Lei Complementar 75/93, que confere ao Ministério Público da União a atribuição de "expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis";

Considerando que os presentes autos já tramitam sem o devido formato por tempo superior ao recomendado pelo §1°, do art. 4°, da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF; resolve:

Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público (ICP), nos termos do artigo 4°, §4° da Resolução Nº 87/10 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o qual terá por fim apurar a se o viaduto "João Lira", situado no Bairro de Mangabeiras, atende às exigências legais de acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais;

Determino a adoção das seguintes providências preliminares:

1. Registro e autuação do feito como ICP;

2. A expedição de ofício ao CREA-AL, solicitando fiscalização no viaduto "João Lira", com vistas a apuração da persistência das irregularidades apontadas em relatório enviado a esta Procuradoria da República por meio do ofício n° 374/GP/2008 desse Conselho Regional;

Publique-se.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA Nº 28, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010

Autos n. 1.11.000.001016/2009-47

Interessados: Hospital Nossa Senhora de Lourdes e Sindicato Técnico de Enfermagem (SATEAL)

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão abaixo assinado,

Considerando representação do Sindicato Técnico de Enfermagem relatando suposta contratação de servidores sem prévio concurso para o provimento de vagas no Hospital Nossa Senhora de Lourdes.

Considerando que o referido hospital é filantrópico, credenciado pelo SUS e que, segundo o denunciante, recebe incentivos financeiros dos governos estadual e municipal;

Considerando que os presentes autos já tramitam sem o devido formato por tempo superior ao recomendado pelo §1°, do artigo 4° da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF;

Considerando que o artigo 196 da Constituição Federal de 1988 afirma que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

Considerando que o artigo 197 da Constituição Federal qualifica como de relevância pública as ações e serviços de saúde;

Considerando que nos termos do art. 129, II, da CF, é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direito assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando que cabe ao Poder Público fiscalizar, controlar e executar, direta ou indiretamente, os serviços de saúde, conforme determina o artigo 197 da CF/88; resolve:

Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público (ICP), nos termos do artigo 4°, §4° da Resolução Nº 87/10 do Conselho Superior do Ministério Público Federal. Para tanto, à COORJU para autuação.

Tendo em vista a necessidade de verificação do efetivo recebimento de recursos federais pela entidade hospitalar ora tratada, para que se possa adotar quaisquer das medidas previstas nos incisos III a VI do art. 4º da Resolução Nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, determino expedição de ofícios às Secretarias de Saúde do Estado de Alagoas e Municipal de Saúde de Pilar, requisitando-lhes que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, informem se os recursos transferidos para Hospital Nossa Senhora de Lourdes são de natureza federal.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA Nº 37, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

Autos n. 1.11.000.000941/2008-70

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão abaixo assinado,

Considerando representação do Conselho Estadual de Saúde de Alagoas, o qual noticia a possível irregularidade nas ações de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Paripueira/AL.

Considerando que segundo aquele colegiado, a Superintendência de Vigilância à Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas não estaria alimentando corretamente o Sistema de informações sobre mortalidade, o Sistema de informação de agravos de notificação e o Sistema de informações sobre nascidos vivos;

Considerando que uma comissão do Conselho Estadual de Saúde/AL visitou o Município de Paripueira constatando a precária situação de assistência à saúde pela secretaria municipal de saúde de Paripueira, emitindo, em consequência, o relatório 007/2008, de fls. 04/09;

Considerando que a alimentação daqueles sistemas é fundamental para uma vigilância atuante;

Considerando que os presentes autos já tramitam sem o devido formato por tempo superior ao recomendado pelo §1°, do artigo 4° da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF;

Considerando que o artigo 196 da Constituição Federal de 1988 afirma que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

Considerando que o artigo 197 da Constituição Federal qualifica como de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público fiscalizar, controlar e executar, direta ou indiretamente, os serviços de saúde;

Considerando que nos termos do art. 129, II, da CF, é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direito assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia; resolve:

Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público (ICP), nos termos do artigo 4°, §4° da Resolução Nº 87/10 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

A instrução desse ICP prosseguirá por meio de expedição de ofício à Prefeitura Municipal de Paripueira, solicitando-lhe que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, manifeste-se sobre o relatório do Conselho Estadual de Saúde Nº 007/2008, informando quais as medidas adotadas pelo Município para sanar os problemas apontados, tais como: a falta de monitoramento das ações de vigilância epidemiológica e ausência de alimentação dos dados dos sistemas de informações sobre mortalidade (SIM), sobre nascidos vivos (SINASC) e de agravos de notificação(SINAN).

Após, encaminhar ao corpo técnico deste gabinete para que, em cumprimento ao disposto no artigo 6º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, seja oficiado à PFDC, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com envio de cópia desta portaria.

Publique-se.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA Nº 40, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2010

Autos n. 1.11.000.000405/2010-99

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão abaixo assinado,

Considerando as representações formulados pela Sra. Lauriane Felix dos Santos e pela Sra. Taisa da Silva Monteiro, noticiando possíveis irregularidades quanto a distribuição, em Alagoas, das bolsas relativas ao projeto "ProJovem Trabalhador" do Governo Federal, tendo em vista que já trabalharam por mais de sete meses sem receber nenhuma das parcelas da referida bolsa;

Considerando que os presentes autos já tramitam sem o devido formato por tempo superior ao recomendado pelo §1°, do art. 4°, da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF;

Considerando que o art. 205 da Constituição Federal de 1988 afirma que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho";

Considerando que a Lei Complementar 75/93 reza em seu art. 5º, II, "d", que é função institucional do Ministério Público zelar pelos princípios constitucionais à educação;

Considerando que nos termos do art. 129, II, da CF, é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direito assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia; resolve:

Converter a presente peça informativa em Inquérito Civil Público (ICP), nos termos do artigo 4°, §4° da Resolução Nº 87/10 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

A instrução desse ICP prosseguirá por meio de expedição de ofício :

1) à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Renda, requisitando-lhe, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, informações acerca da situação cadastral das jovens Lauriane Felix dos Santos (CPF 064.996.854-96) e Taisa da Silva Monteiro (CPF 013.166.424-70), além de informações acerca da eventual existência de outras irregularidades na execução do programa.

Em cumprimento ao disposto no artigo 6º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, oficie-se à PFDC, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com envio de cópia desta portaria.

Publique-se.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA Nº 52, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

Autos n. 1.11.000.01053/2009-55

Interessados: PFDC e PRDC

Objeto: PRDC. Saúde. Aborto legal. Verificação da suficiência e da adequação dos serviços prestados pelos Centros de Referência de Saúde às vítimas de violência sexual, no tocante à interrupção de gravidez decorrente de violência sexual.

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão abaixo assinado,

Considerando o ofício circular expedido pela PFDC, o qual solicita que as Procuradorias fiscalizem a suficiência e adequação dos serviços prestados pelos Centros de Referência de Saúde às vítimas de violência sexual, no tocante à interrupção da gravidez.

Considerando que os presentes autos já tramitam sem o devido formato por tempo superior ao recomendado pelo §1°, do artigo 4° da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF;

Considerando que o artigo 196 da Constituição Federal de 1988 afirma que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

Considerando que o artigo 197 da Constituição Federal qualifica como de relevância pública as ações e serviços de saúde;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que nos termos do art. 129, II, da CF, é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia; resolve:

Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público (ICP), nos termos do artigo 4°, §4° da Resolução Nº 87/10 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com o fim de apurar a suficiência e adequação dos serviços prestados pelos Centros de Referência de Saúde às vítimas de violência sexual, no tocante à interrupção de gravidez decorrente de violência sexual

A instrução desse ICP prosseguirá por meio de expedição de ofício :

1) à Secretaria Municipal de Saúde, requisitando-lhe que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, informe: a) se há Centros de Referências de Saúde às vítimas de violência sexual, quanto à interrupção de gravidez; b) em caso positivo, enviar relatório de atuação de cada um desses centros, indicando a quantidade de centros atuantes, o número de procedimentos efetuados em cada Unidade, bem como os resultados obtidos; c) em caso negativo, informar as razões pelas quais não há centros com essa finalidade e se há previsão destes serem instalados no Município de Maceió.

Em cumprimento ao disposto no artigo 6º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, oficie-se à PFDC, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com envio de cópia desta portaria.

Publique-se.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA Nº 54, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010

Autos n. 1.11.000.000698/2009-71

Interessados: PFDC e PRDC

Objeto: Cível. Notícia de omissão quanto à criação e regulamentação da carreira de Auditor Fiscal de Saúde. Descumprimento da Lei 8.689/93, que instituiu o Sistema Nacional de Auditoria - SNA. Redução do quadro de servidores do DENASUS. Possível comprometimento das atividades de fiscalização no âmbito Federal

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão abaixo assinado,

Considerando o ofício pela União Nacional dos Auditores do SUS - UNASUS, o qual solicita que esta Procuradoria diligencie no sentido de pressionar o Ministério do Orçamento e Gestão para que o mesmo encaminhe ao Congresso Nacional a proposta de criação da Carreira de Auditoria Fiscal de Saúde.

Considerando que os presentes autos já tramitam sem o devido formato por tempo superior ao recomendado pelo §1°, do artigo 4° da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF;

Considerando que o artigo 37, caput, da Constituição Federal determina que a Administração Pública no exercício de suas atribuições deverá o obedecer ao princípio da eficiência;

Considerando que o artigo 197 preconiza que o Poder Público dispor sobre a fiscalização dos serviços e ações de saúde;

Considerando que nos termos do art. 129, II, da CF, é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia; resolve:

Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público (ICP), nos termos do artigo 4°, §4° da Resolução Nº 87/10 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com o fim de apurar a atual situação do quadro de pessoal do Departamento Nacional dos Auditores do Sistema único de Saúde do SUS - DENASUS e verificar se com os números atuais é possível cumprir suas atribuições.

A instrução desse ICP prosseguirá por meio de expedição de ofício ao Ministério do Planejamento, requisitando-lhe que, no prazo de 05 (dez) dias úteis, informe a respeito do andamento da criação do cargo de Auditor Fiscal de Saúde, criação essa, determinada pela Lei 8.689/93.

Em cumprimento ao disposto no artigo 6º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, oficie-se à PFDC, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com envio de cópia desta portaria.

Publique-se.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA Nº 1, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição da República c/c art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar Federal Nº 75/93 e art. 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar eventuais falhas nos sistemas de segurança do site do INSS, que permitem a consulta a informações pessoais de beneficiários por outras pessoas, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (Nº 1.29.014.000069/2010-91) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e à autuação da presente, comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para fins do art. 6º da Resolução n° 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4°, VI, e 7º, §2º, II, da Resolução Nº 23/07/CNMP.

A secretaria deste gabinete acompanhará a tramitação deste feito, fazendo conclusão para eventual prorrogação até 05 (cinco) dias antes do vencimento do prazo de 01 (um) ano.

JOSÉ ALEXANDRE PINTO NUNES
Procurador da República

PORTARIA Nº 1, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

Procedimento Preparatório n° 1.34.024.000154/2010-70

Assunto: Convolação em Inquérito Civil Público
Inquérito Civil Público nº: 01/2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra assinado, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio na Constituição Federal, artigos 127 e 129, Lei Complementar Nº 75/93, artigos 5º e 6.º, VII, e Resolução CNMP n°23/2007, artigo 2°:

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos difusos e coletivos e em especial para a proteção dos direitos pertinentes à educação;

CONSIDERANDO a necessidade da verificação da higidez dos procedimentos de revalidação de diplomas de estrangeiros aperfeiçoados por universidades públicas;

CONSIDERANDO que as normas do Conselho de Educação Superior devem ser observadas no curso do procedimento de revalidação;

CONSIDERANDO a necessidade de novas diligências para melhor apreciação dos fatos apurados no presente procedimento preparatório, notadamente acerca da revalidação de diploma de estrangeira oriunda de Cuba, a qual relata dificuldades na obtenção dos documentos necessários à revalidação;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação deste procedimento aos termos da Resolução CNMP Nº 23/2007 e Rotina de Serviços Nº 01/2009 - DITC, haja vista estar tramitando segundo Resolução CSMPF Nº 87/2006;

RESOLVE o signatário CONVOLAR, nos termos do disposto no artigo 2º, inciso III, §7° da Resolução CNMP n° 23/2007, o PP n°1.34.024.000154/2010-70 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, destarte, o seguinte:

1) registre-se e autue-se a presente portaria, juntamente com o Procedimento Preparatório n° 1.34.024.000154/2010-70 e os documentos que o acompanham;

2) registre-se que o objeto do ICP é apurar a higidez dos procedimentos de revalidação de diploma de estrangeiro;

3) registre-se que a investigada é, em princípio, a Universidade Estadual de Londrina;

4) aguarda-se as respostas aos ofícios Nº 05/2011 e 06/2011, após conclusos.

Comunique-se à E. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para ciência e publicação da presente.

SVAMER ADRIANO CORDEIRO

PORTARIA Nº 169, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) Nº 1.15.000.000227/2010-57, cujo objeto trata de ausência de recebimento de valor de benefício previdenciário, já anteriormente concedido, em favor do sr. Francisco Samarone Brito Xavier;

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução Nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 30, 11 DE FEVEREIRO DE 2011

PR-SP-00006322/2011
Autos Nº 1.34.001.008346/2010-92

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República e:

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 6.º, inciso VII, da Lei Complementar Nº 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção: i) dos direitos constitucionais; ii) do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; iii) dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; e v) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 2.º, §6.º, da Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação do procedimento preparatório, prevendo o §7.º a possibilidade de conversão em inquérito civil, caso não seja proposta ação civil pública ou promovido o seu arquivamento;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório Nº 1.34.001.008346/2010-92 tem por objeto apurar suposto uso indevido de imagem de adolescente pela empresa MICROSOFT;

CONSIDERANDO que no presente caso, tendo decorrido prazo superior a 150 (cento e cinquenta) dias, sem que estejam presentes elementos suficientes à propositura de ação civil pública ou à promoção de arquivamento, sendo necessárias maiores diligências investigativas;

RESOLVE, com base no artigo 6.º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar Nº 75/93, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4.º e 12, da Resolução Nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto apurar o suposto uso indevido de imagem de adolescente pela empresa MICROSOFT;

FICA DETERMINADO, ainda:

a) sejam providenciadas as anotações pertinentes, notadamente no Sistema Único nos autos registrado sob o Nº 1.34.001.008346/2010-92, cujos atos ficam ratificados e incorporados;

b) a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6.º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

c) a designação dos servidores Marcos Antonio Mancuso, Técnico Administrativo, como Assessor e José Rubens Plates, Analista Processual, como Secretário, para fins de auxiliarem na instrução do presente ICP.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4.º, inciso VI e artigo 7.º, § 2.º, incisos I e II, da Resolução Nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

JEFFERSON APARECIDO DIAS

PORTARIA Nº 37, 11 DE FEVEREIRO DE 2011

PR-SP-00006644/2011

Autos Nº 1.34.001.007357/2010-55

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República e:

CONSIDERANDO que o artigo 129, inciso III, da Constituição Federal estabelece ser função institucional do Ministério Público "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 6.º, inciso VII, da Lei Complementar Nº 75/93 estabelece competir ao Ministério Público da União "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção: i) dos direitos constitucionais; ii) do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; iii) dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; e v) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

CONSIDERANDO que o artigo 2.º, §6.º, da Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público estabelece o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para tramitação do procedimento preparatório, prevendo o §7.º a possibilidade de conversão em inquérito civil, caso não seja proposta ação civil pública ou promovido o seu arquivamento;

CONSIDERANDO que as Peças Informativas Nº 1.34.001.007357/2010-55 tem por objeto apurar a ocorrência da prática abusiva de aumentar o volume nos intervalos comercias, por diversas emissoras de televisão;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que no presente caso, tendo decorrido prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, sem que estejam presentes elementos suficientes à propositura de ação civil pública ou à promoção de arquivamento, sendo necessárias maiores diligências investigativas;

RESOLVE, com base no artigo 6.º, inciso VII, alínea "d", da Lei Complementar Nº 75/93, e no exercício de suas funções institucionais, INSTAURAR, através da presente PORTARIA, diante do que preceituam os artigos 4.º e 12, da Resolução Nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto apurar a ocorrência da prática abusiva de aumentar o volume nos intervalos comercias, por diversas emissoras de televisão;

FICA DETERMINADO, ainda:

a) sejam providenciadas as anotações pertinentes, notadamente no Sistema Único nos autos registrado sob o Nº 1.34.001.007357/2010-55, cujos atos ficam ratificados e incorporados;

b) a comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para os fins dos artigos 6.º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público;

c) a designação dos servidores Marcos Antonio Mancuso, Técnico Administrativo, como Assessor e José Rubens Plates, Analista Processual, como Secretário, para fins de auxiliarem na instrução do presente ICP.

Publique-se também na forma do que preceitua o artigo 4.º, inciso VI e artigo 7.º, § 2.º, incisos I e II, da Resolução Nº 23, de 17 setembro de 2007. do Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se.

JEFFERSON APARECIDO DIAS

PORTARIA Nº 36, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, c, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Resolve o signatário, INSTAURAR o presente INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste na averiguação da notícia de suposta discriminação de alunos no recinto da UFBA.

Determino ainda que: a) oficie-se à reitora da Universidade Federal da Bahia- UFBA, para que se manifeste sobre os fatos narrados na representação (encaminhar cópia); b) oficie-se ao representante, informando-lhe sobre a instauração do presente inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), encaminhando-se cópia do arquivo digital referente a presente portaria, através do endereço eletrônico pfdc005@pgr.mpf.gov.br, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

DOMÊNICO D'ANDREA NETO

PORTARIA Nº 38, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar necessidade de implantação de Delegacia da Polícia Federal na Subseção Judiciária de Feira de Santana, solicitação formulada através do Processo Administrativo Nº 8.355/2007, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000002/2008-83) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 66, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar o descumprimento da Lei Federal Nº 10.098/00 que determina a adaptação dos veículos de transporte público pelas empresas de transporte rodoviário interestadual e intermunicipal, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000125/2009-03) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 67, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de regularizar o fornecimento de Passe Livre a portador de deficiência de acordo com a lei Nº 8.899/94, no município de Feira de Santana, em 2009, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000173/2009-93) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 49, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; bem como nos artigos 5º, inciso V, alínea a, 6º, incisos VII, alínea a, e XX, e 7º, inciso I da Lei Complementar Nº 75/93; artigo 7º da Lei Nº 8.080/90, artigo 8º da Lei 7.347/85 e demais legislação aplicável à espécie, e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover inquérito civil, ação civil pública e outras medidas necessárias à proteção de direitos difusos e coletivos indisponíveis;

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária;

CONSIDERNADO que ao idoso é garantido o acesso à rede de serviço de saúde e assistência social locais;

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Administrativo Nº 1.34.001.007290/2010-59, a fim de apurar notícia de dificuldades de obtenção de medicamentos em postos de saúde públicos e de marcação de cirurgia de catarata para pacientes idosos junto ao Hospital São Paulo;

CONSIDERANDO, por fim, que os presentes autos ainda estão em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2º, §7º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, e no artigo 4º, §4º, da Resolução Nº 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal. resolve:

I. Instaurar INQUÉRITO CIVIL, por conversão do Procedimento Administrativo

Nº 1.34.001.007290/2010-59, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

II. Determinar as seguintes providências:

a. Autuação da presente Portaria e do Procedimento Administrativo

Nº 1.34.001.007290/2010-59, com a seguinte ementa: "SAÚDE. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS. Notícia de dificuldades na obtenção de medicamentos em postos de saúde públicos e em marcação de cirurgia de catarata para pacientes idosos junto ao Hospital São Paulo".

b. Comunicação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, inclusive para dar publicidade à presente Portaria (art. 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. arts. 6º e 16, § 1º, inciso I, da Resolução

Nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

c. Designação do(s) Analista(s) Processual(ais) e do(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculados ao gabinete para secretariar o inquérito civil.

d. Acautelamento dos autos até a vinda da resposta da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.

SONIA MARIA CURVELLO

PORTARIA Nº 50, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, em exercício na Procuradoria da República em São Paulo, com fundamento na Constituição Federal, artigos 127 e 129 e na Lei Complementar Nº 75/93, art. 6º, inciso V e considerando que:que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil para proteção dos interesses difusos e coletivos;

que o Procedimento Preparatório Nº 1.34.001.005787/2010-32 apura se as instalações do Hospital São Paulo - vinculado à Universidade Federal de São Paulo - situado à Rua Napoleão de Barros, Nº 715, Vila Clementino, cumpre as condições de acessibilidade arquitetônica, previstas nas Leis Nº 7.853/89 e Nº 10.098/00, Decreto Nº 5.296/04 e NBR 9.050/04 (ABNT);

que o mencionado procedimento ainda está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido nos §§ 6º e 7º do artigo 2º da Resolução Nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público; resolve

INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para que se possa prosseguir na apuração dos fatos e, se necessário, promover as medidas aplicáveis, procedendo o DITC aos registros respectivos.

Comunique-se a instauração à Egrégia Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, inclusive para a publicação desta Portaria no Diário Oficial.

THAMÉA DANELON DE MELO

PORTARIA Nº 61, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011

Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.000677/2007-07

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República abaixo assinada, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, bem como no artigo 5o, inciso I, alínea "h"; inciso III, alínea "b" e "e", inciso V, alíneas "a" e "b"; no artigo 6o, inciso VII, inciso XII, inciso XIV, alínea "f"; e no artigo 7o, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93 e também nas Leis Nº 7.347/85 e Nº 8.429/92;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, nos termos do art. 127 da Constituição da República e do art. 5º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido, inclusive, pelo acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção proteção e recuperação, consoante o previsto no art. 196 e seguintes da Constituição da República;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal, dentre estes, as ações e os serviços de saúde, promovendo, assim, as medidas necessárias para sua garantia (art. 129, inciso II, e art. 197, da Constituição Federal, e art. 5º, inciso V, alínea "a" da Lei Complementar Nº 75/93);

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, dentre os quais situa-se os serviços de relevância pública e o direito de acesso à saúde, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e outros procedimentos administrativos, bem como a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, e arts. 6º, incisos VII, XII e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a direitos e interesses, cuja defesa cabe ao Ministério Público, notadamente, o patrimônio público, os serviços de relevância pública e o direito de acesso à saúde;

CONSIDERANDO os elementos contidos no Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.00677/2007-07 instaurado para apurar a necessidade de adoção de medidas preventivas nos hospitais federais localizados no Município do Rio de Janeiro, em decorrência do surto de infecção da bactéria enterococcus resistente a vancomicina (VRE), ocorrido no Hospital Geral de Bonsucesso em outubro de 2007;

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelo prazo de 1 (um) ano, com a finalidade de apurar a possível irregularidade acima indicada, bem como a responsabilidade pelo fato apontado.

Destarte, à Divisão de Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (DTC) para:

1) registrar e publicar a presente portaria;

2) comunicar à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para ciência e providências cabíveis;

3) formalizar a autuação desta Portaria como inquérito civil público;

4) acautelar por 60 (trinta) dias, tendo em vista o ofício de fl. 194 expedido em 07 de fevereiro do corrente e a necessidade de aguardar a complementação das informações prestadas prestadas pela Superintendência de Vigilância Sanitária da SESDEC, ou até o retorno das providências adotadas.

ROBERTA TRAJANO S. PEIXOTO

PORTARIA Nº 62, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011

Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.001124/2010-69

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República abaixo assinada, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal, bem como no artigo 5o, inciso I, alínea "h"; inciso III, alínea "b" e "e", inciso V, alíneas "a" e "b"; no artigo 6o, inciso VII, inciso XII, inciso XIV, alínea "f"; e no artigo 7o, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93 e também nas Leis Nº 7.347/85 e Nº 8.429/92;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, nos termos do art. 127 da Constituição da República e do art. 5º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido, inclusive, pelo acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção proteção e recuperação, consoante o previsto no art. 196 e seguintes da Constituição da República;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal, dentre estes, as ações e os serviços de saúde, promovendo, assim, as medidas necessárias para sua garantia (art. 129, inciso II, e art. 197, da Constituição Federal, e art. 5º, inciso V, alínea "a" da Lei Complementar Nº 75/93);

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, dentre os quais situa-se os serviços de relevância pública e o direito de acesso à saúde, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e outros procedimentos administrativos, bem como a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, e arts. 6º, incisos VII, XII e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a direitos e interesses, cuja defesa cabe ao Ministério Público, notadamente, o patrimônio público, os serviços de relevância pública e o direito de acesso à saúde;

CONSIDERANDO os elementos contidos no Procedimento Administrativo Nº 1.30.012.001124/2010-69 instaurado para apurar a possível inadequação da assistência à saúde prestada pelo Instituto Nacional do Câncer - INCA ao paciente Luiz Cesar Janoti, consistente em suposta interrupção injustificada de procedimento cirúrgico e na suposta divergência na linha de tratamento indicada - no caso: quimioterapia ou procedimento cirúrgico ou, ainda, tratamento paliativo -, com flagrante prejuízo à saúde do referido paciente;

Resolve converter em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, pelo prazo de 1 (um) ano, com a finalidade de apurar a possível irregularidade acima indicada, bem como a responsabilidade pelo fato apontado.

Destarte, à Divisão de Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (DTC) para:

1) registrar e publicar a presente portaria;

2) comunicar à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para ciência e providências cabíveis;

3) formalizar a autuação desta Portaria como inquérito civil público;

4) acautelar por 60 (trinta) dias, tendo em vista os ofícios expedidos em 04 de fevereiro do corrente ano, ou até o retorno das providências adotadas.

ROBERTA TRAJANO S. PEIXOTO

PORTARIA Nº 63, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que subscreve, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93, pelas regras contidas no art. 2º da Resolução 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como nos arts. 1º a 4º da Resolução 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e, ainda,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal, incumbindo ao membro da instituição zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionais assegurados à coletividade, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do artigo 6º, incisos VII, alínea "b" e XIV, alínea "d", da Lei Complementar 75/93 e artigo 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347/85, conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa de interesses sociais, difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que tramita na Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Rio de Janeiro o procedimento administrativo n. 1.30.012.000710/2010-96, instaurado a partir de notícia de suposta prática de bullyng por parte de alunos do 3º período (2º ano) do curso de Direito (1ª turma) da UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Campus de Nova Iguaçu contra aluna do citado curso.

CONSIDERANDO a existência de questões a serem dirimidas, com a imprescindibilidade da realização de novas diligências investigatórias ou a conclusão de diligências já determinadas;

Resolve CONVERTER, em observância aos termos do artigo 4º, §§1º e 4º da Resolução Nº 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal e dos artigos 2º, §§ 4º, 6º e 7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, o procedimento administrativo Nº 1.30.012.000710/2010-96 em INQUÉRITO CIVIL, com a finalidade de verificar a veracidade das informações iniciais e as medidas adotadas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com vistas à impedir o desenvolvimento e minimizar as consequências das práticas de bullyng noticiadas, determinando-se, desde logo, a adoção das seguintes medidas:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Comunique-se a presente instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

3. Considerando o teor do ofício de fl. 10/80, oficie-se ao Magnífico Senhor Reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ para que informe o andamento da sindicância instaurada por força da Portaria 064/2010/IM/UFRRJ, encaminhando-se cópia de eventual decisão administrativa proferida, devendo, outrossim, declinar as medidas estabelecidas para atuar de forma repressiva e preventiva contra a prática de bullyng, nas dependências dessa Universidade;

4. Notifique-se o representante para comparecimento nesta Procuradoria da República para prestar informações complementares.

ALINE MANCINO DA LUZ CAIXETA

PORTARIA Nº 65, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução Nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução Nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução Nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo Nº 1.19.001.000116/2010-91 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado com o escopo de apurar possíveis irregularidades praticadas por Perito-Médico do INSS, consistente na falta de urbanidade no atendimento ao representante.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): a apurar.

3) Autor(es) da representação: Silvestre Silva.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF Nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: À vista certidão contida à fl. 15, aguardar a resposta do Ofício Nº 1360/2010/GAB/ECC.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Procuradorira Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 95, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar falta do fornecimento do medicamento Aclasta, indicado para tratamento de osteoporose, pela Secretaria Municipal de Saúde de Feira de Santana e DIRES em 2008, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000220/2009-07) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

CONSELHO INSTITUCIONAL

PAUTA

Sessão de Distribuição de Processos
Sessão: 99 Data: 10/02/2011 Hora: 17:00
PROCESSOS DISTRIBUÍDOS AUTOMATICAMENTE

Processo	: 1.11.000.001201/2010-75
Assunto	: DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA
Origem	: PR/RN
Relator(a)	: Cons. EUGENIO JOSE GUILHERME DE ARAGAO
Interessado(s)	: Dr. Rodrigo Telles de Souza
Processo	: 1.16.000.002433/2006-88
Assunto	: DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA
Origem	: PR/DF
Relator(a)	: Cons. AUREA MARIA ETELVINA NOGUEIRA LUSTOSA PIERRE
Interessado(s)	: Dr. Ana Paula Mantovani Siqueira

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Presidente do Conselho

PRIMEIRA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 1, DE 17 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República no Estado do Piauí infra-assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1º da Lei Complementar Nº 75/93, Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO serem funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme o disposto nos art. 129, III, da Constituição Federal, assim como nos arts. 6º, VII, b e d e 7º, I e II,ambos da Lei Complementar Nº 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o Inquérito Civil Público é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições atinentes às suas funções institucionais, com fulcro no art. 1º da Resolução CSMPF Nº 87/2006;

CONSIDERANDO a Resolução Nº 87, de 03.08.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, com a alteração dada pela Resolução CSMPF Nº 106, de 06.04.2010, a qual regulamenta no âmbito do Ministério Público Federal, a instauração e tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a Portaria PR/PI Nº 16, de 12.05.2010, a qual edita, transitoriamente, as regras relativas à instauração e tramitação das Peças Informativas, Procedimentos Administrativos e Inquéritos Civis, no âmbito da Procuradoria da República no Estado do Piauí:

CONSIDERANDO o ofício GABPR/JS nº 1213/2010, de 26 de outubro de 2010, o qual encaminha cópias de documentos extraídos do Procedimento Administrativo 1.28.000.000343/2010-18, segundo as quais a FECR (Faculdade Evangélica Cristo Rei), com sede em Jaicós/PI, estaria firmando parcerias ilegais com instituições (como o CEESTNE) que ofertam cursos superiores sem autorização do MEC;

CONSIDERANDO que a FECR estaria expedindo diplomas superiores para alunos que fizeram cursos livres do CEESTNE, e que tal procedimento desrespeita a legislação educacional vigente, tendo em vista que certificados obtidos em cursos livres não podem ser chancelado por nenhuma instituição da Educação Superior;

DETERMINO:

1. a instauração de Inquérito Civil Público, procedendo-se à sua autuação e registro, nos termos da Portaria PR/PI Nº 16, de 12 de maio de 2010;

2. a comunicação da instauração deste Inquérito Civil Público à Egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - Patrimônio Público e Social, inclusive para publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração, com fulcro nos arts. 6º e 16, §1º, inc. I da Resolução CSMPF Nº 87/06;

3. que se oficie ao MEC para que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe acerca da legalidade do Contrato de Parceria Mútua firmado entre a Faculdade Evangélica Cristo Rei e o Centro Ecumênico de Estudos Superiores Teológicos do Nordeste - CEESTNE, tendo em vista a norma legal que veda às Instituições de Educação Superior chancelarem os certificados obtidos em cursos livres. Encaminhar, em anexo, cópia do contrato particular de parceria mútua entre as duas instituições.

FREDERIK LUSTOSA DE MELO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 5, DE 27 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas funções institucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 5º, inciso I e 6º, inciso VII, da Lei Complementar Nº 75/93, bem como na Resolução Nº 23/2007 - CNMP, artigo 4º, e na Resolução Nº 87/2006 - CSMPF, artigo 8º;resolve:

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal onde se vislumbra que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos do inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o teor e os anexos do Ofício Nº 562/2010 - cht, encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Federal da 4ª Vara Federal de Guarulhos, Dr. Alessandro Diaferia, para apuração de suposta irregularidade apontada nos autos da ação ordinária Nº 2007.61.19.005003-9, ajuizada por Dry Port São Paulo S.A., em face da União Federal.

INSTAURAR o competente INQUÉRITO CIVIL Nº 1.34.006.000017/2011-34, com o objetivo de apurar eventual irregularidade cometida pela Receita Federal do Brasil, tendo em vista que, conforme consta, mesmo notificada sobre o abandono de mercadorias em recinto alfandegado não adotou as necessárias providências.

Determino inicialmente que sejam tomadas as seguintes providências:

1.Proceda-se a autuação e o registro do presente Inquérito Civil nos sistemas informatizados;

2.Publique-se e comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do do Ministério Público Federal no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 - CSMPF;

3.Afixe-se no local de costume;

4.Após, tornem conclusos.

MATHEUS BARALDI MAGNANI

PORTARIA Nº 6, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

Considerando o disposto nos arts. 129, III, da CF, e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85, bem como o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e na Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e considerando, ainda, o que consta da Peça Informativa Cível Nº 1.34.014.000041/2011-74, instaurada de ofício, o Ministério Público Federal, através do Procurador da República signatário, determina a conversão do presente feito em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar conflito de atribuições no patrulhamento de alguns trechos de vias marginais da Rodovia Presidente Dutra, em SJCampos e Jacareí, sob concessão da empresa Novadutra, entre a Polícia Rodoviária Federal e os órgãos de policiamento estadual e municipal.

Para tanto, determino a realização das seguintes diligências:

1) o registro da presente portaria;

2) a comunicação da instauração do ICP à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, no prazo de 10 dias, acompanhado de cópia desta portaria, para fins de publicação no Diário Oficial, nos termos do art. 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87/06;

3) a adoção das seguintes diligências iniciais:

3.1 - agendamento de reunião, para o dia 14/03/2011, às 14:30h, nesta PRM, com representantes da Polícia Rodoviária Federal, da empresa concessionária NOVADUTRA, da Prefeitura de São José dos Campos (Secretaria de Transportes) e da Polícia Militar, que devem ser notificados por ofício, com cópia de fls. 01/02.

FERNANDO LACERDA DIAS
Procurador da República

PORTARIA Nº 12, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

Considerando o comparecimento da Sra. Maria José Fernandes de Andrade informando que a Sra. Maria Felícia Deschamps necessita fazer uso do medicamento Teriparatida (Forteo), para o tratamento de Artrite Reumatóide, com o objetivo de verificar a possibilidade de disponibilização pelo Sistema Único de Saúde do fármaco mencionado, DETERMINO, nos termos do artigo 129, inciso III da Constituição Federal e do artigo 8º, § 1º da Lei Nº 7.347/85, a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro da presente portaria, com as anotações consequentes.

Comunique-se à E. 1ª CCR/MPF.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO
Procurador da República

PORTARIA Nº 27, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; bem como nos artigos 5º, incisos I, alínea h, III, alínea b, e V, alíneas a e b, 6º, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, e 7º, inciso I da Lei Complementar Nº 75/93; artigo 8º da Lei 7.347/85, na Lei 8.429/92 e demais legislação aplicável à espécie, e

CONSIDERANDO a instauração das Peças de Informação Nº 1.34.001.005958/2010-23 a partir de representação formulada pelos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), na qual relatam as péssimas condições de segurança do edifício ocupado pela SUPES/IBAMA/SP, situado na Alameda Tietê, 637, Cerqueira César, São Paulo/SP;

CONSIDERANDO que a própria Superintendência do IBAMA informou que em 2000 o Corpo de Bombeiros procedeu à vistoria do citado edifício e expediu diversas recomendações;

CONSIDERANDO que, a fim de atender às recomendações formuladas pelo Corpo de Bombeiros, a Superintendência do IBAMA realizou diversas obras no imóvel público;

CONSIDERANDO que, atualmente, o IBAMA aguarda a realização de vistoria por parte do Departamento de Controle do Uso de Imóveis - CONTRU, da Prefeitura Municipal de São Paulo, bem como o encerramento do processo instaurado junto ao Corpo de Bombeiros, que visa a comprovação da regularidade do imóvel segundo a legislação vigente;

CONSIDERANDO, por fim, que os presentes autos ainda estão em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2º, §7º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, e no artigo 4º, §4º, da Resolução Nº 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal;resolve:

I. Instaurar INQUÉRITO CIVIL, por conversão das Peças de Informação

Nº 1.34.001.005958/2010-23, para promover ampla apuração dos fatos noticiados pelos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);

II. Determinar as seguintes providências:

a. Autuação da presente Portaria e das Peças de Informação Nº 1.34.001.005958/2010-23, com a seguinte ementa: "RESIDUAL. IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Notícia de más condições de conservação e segurança do edifício sede da Superintendência do IBAMA do Estado de São Paulo (SUPES/IBAMA/SP), situado na Alameda Tietê, 637 - Cerqueira César, São Paulo/SP".

b. Comunicação à Egrégia 1a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para dar publicidade à presente Portaria (art. 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. arts. 6º e 16, §1º, inciso I, da Resolução Nº 87/06, alterada pela Resolução Nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

c. Designação do(s) Analista(s) Processual(ais) e do(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculados ao gabinete para secretariar o inquérito civil.

d. Reiteração do Ofício PR/SP-GABPR31-PT-000310/2010 (fl. 37).

e. Expedição de ofício à Secretaria de Patrimônio Público da União, requisitando fiscalização do edifício ocupado pela SUPES/IBAMA/SP.

SONIA MARIA CURVELLO

PORTARIA Nº 28, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal; bem como nos artigos 5º, incisos I, alínea h, III, alínea b, e V, alíneas a e b, 6º, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, e 7º, inciso I da Lei Complementar Nº 75/93; artigo 8º da Lei 7.347/85, na Lei 8.429/92 e demais legislação aplicável à espécie; e

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Administrativo Nº 1.34.001.008538/2010-07 a partir de representação formulada pelo Dr. Evaldo Novak, médico perito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na qual relata diversas deficiências no serviço de perícia médica daquela autarquia federal, notadamente a falta de médicos peritos especializados nas áreas de neurocirurgia, reumatologia, psiquiatria e ortopedia;

CONSIDERANDO que, em princípio, a perícia realizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pressupõe conhecimento médico específico, que nem sempre possui o médico perito designado para avaliar o segurado;

CONSIDERANDO que, segundo o INSS, o item 4.2 do Manual de Perícia Médica da Previdência Social exige apenas que o médico perito tenha "sólida formação clínica";

CONSIDERANDO que essa deficiência no serviço pericial médico gera decisões injustas que, por fim, são ou serão levadas à Justiça, por meio de ações individuais;

CONSIDERANDO, por fim, o que dispõe o artigo 2º, §7º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, e no artigo 4º, §4º, da Resolução Nº 87/2006, alterada pela Resolução Nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal;resolve:

I. Instaurar INQUÉRITO CIVIL, por conversão do Procedimento Administrativo

Nº 1.34.001.008538/2010-07, para promover ampla apuração dos fatos noticiados pelo representante;

II. Determinar as seguintes providências:

a. Autuação da presente Portaria e do Procedimento Administrativo

Nº 1.34.001.00538/2010-07, com a seguinte ementa: "QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO. INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Deficiência na prestação do serviço de perícia médica. Falta de médicos peritos especializados nas áreas de neurocirurgia, reumatologia, psiquiatria e ortopedia".

b. Comunicação à Egrégia 1a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para dar publicidade à presente Portaria (art. 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. arts. 6º e 16, §1º, inciso I, da Resolução Nº 87/06, alterada pela Resolução Nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

c. Designação do(s) Analista(s) Processual(ais) e do(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculados ao gabinete para secretariar o inquérito civil.

d. Expedição de ofício ao INSS requisitando as seguintes informações: 1) número de recursos administrativos interpostos em face de decisões que indeferem benefícios/auxílios ligados diretamente à capacidade laborativa do segurado (auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez); e, 2) se na apreciação desses recursos administrativos, o segurado é submetido a uma nova perícia médica.

SONIA MARIA CURVELLO

PORTARIA Nº 38, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010

Autos n. 1.11.000.000254/2010-79

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão abaixo assinado,

Considerando a denúncia on line formulada por Ítalo Roberto de Lima Santos, noticiando demora supostamente injustificada na emissão de certificado de conclusão do curso ProJovem, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Maceió (AL).

Considerando que os presentes autos já tramitam sem o devido formato por tempo superior ao recomendado pelo §1°, do art. 4°, da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF;

Considerando que o art. 205 da Constituição Federal de 1988 afirma que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho";

Considerando que a Lei Complementar 75/93 reza em seu art. 5º, II, "d", que é função institucional do Ministério Público zelar pelos princípios constitucionais à educação;

Considerando que nos termos do art. 129, II, da CF, é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direito assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;resolve:

Converter a presente peça informativa em Inquérito Civil Público (ICP), nos termos do artigo 4°, §4° da Resolução Nº 87/10 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

A instrução desse ICP prosseguirá por meio de expedição de ofício :

1) à Secretaria Municipal de Educação, requisitando-lhe, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que se manifeste sobre a representação, respondendo às seguintes questões acerca da expedição de diplomas do programa ProJovem Urbano - Programa Nacional de Inclusão de Jovens:

a) É atribuição da Secretaria Municipal de Educação a expedição desse certificado?

b) Em caso negativo, a quem incube tal atribuição?

Em cumprimento ao disposto no artigo 6º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, oficie-se à 1ª Câmara, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com envio de cópia desta portaria.

Publique-se.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA

PORTARIA Nº 53, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010

Autos n. 1.11.000.000691/2010-92

Interessados: UFAL e Meijores de Omena Tenório

Considerando representação noticiando que a Universidade Federal de Alagoas estaria deixando de convocar candidatos aprovados em razão do elevado número de contratações de terceirizados que executam serviços de atividade fim;

Considerando que, segundo a UFAL, a existência de trabalhadores terceirizados em atividades fim da Universidade é objeto do Termo de Ajuste de Conduta firmado entre UFAL e a Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região;

Considerando que os presentes autos já tramitam sem o devido formato por tempo superior ao recomendado pelo §1°, do artigo 4° da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF;

Considerando que a Constituição Federal, no artigo 37, II, estabelece que a administração direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também a investidura de cargo público ou emprego público dependente de aprovação em concurso público de provas ou de provas e título;

Considerando que nos termos do art. 129, II, da CF, é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direito assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que compete ao Ministério Público da União promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos constitucionais (art. 7º, VII, a, Lei Complementar Nº 75/93),resolve:

Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público (ICP), nos termos do artigo 4°, §4° da Resolução Nº 87/10 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

A instrução desse ICP prosseguirá por meio de expedição de ofício à Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região, solicitando-lhe que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, envie cópia do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com a Universidade Federal de Alagoas, o qual tem por objeto a existência de trabalhadores terceirizados em atividades fim da Universidade.

Em cumprimento ao disposto no artigo 6º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, oficie-se à 1ª CCR, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com envio de cópia desta portaria.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 62, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

Autos n. 1.11.000.000355/2010-40

Reclamado: Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão abaixo assinado,

Considerando a representação apresentada por Maria Valéria Costa Correia noticiando a tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas de projeto de lei que visa a terceirização da gestão do serviço prestado pelos estabelecimentos públicos de saúde, por meio de organizações sociais.

Considerando que os presentes autos já tramitam sem o devido formato por tempo superior ao recomendado pelo §1º, do artigo 4° da Resolução n° 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF;

Considerando que o artigo 197 da Constituição Federal de 1988 afirma que as ações e serviços de saúde, por serem de relevância pública, devem ser prestados diretamente pelo Estado ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Considerando que o artigo 199, §1º, da Constituição Federal prescreve que as instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos;

Considerando que o papel da iniciativa privada é, portanto, acessório, de modo que toda e qualquer tentativa de investir a iniciativa privada na condição de protagonista confronta com o texto constitucional e a Lei Orgânica da Saúde.

Considerando que nos termos do art. 129, II, da CF, é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direito assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando que cabe ao Poder Público fiscalizar, controlar e executar, direta ou indiretamente, os serviços de saúde, conforme determina o artigo 197 da CF/88;resolve:

Converter o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público (ICP), nos termos do artigo 4°, §4° da Resolução Nº 87/10 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com o fim de verificar a legalidade do projeto de lei que visa a terceirização da gestão do serviço prestado pelos estabelecimentos públicos de saúde, por meio de organizações sociais.

A instrução desse ICP prosseguirá por meio de expedição de ofício à Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas, requisitando-lhe, reiteradamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, informações sobre a tramitação do projeto de lei encaminhado por meio da mensagem Nº 66/99 pelo Governador do Estado de Alagoas a esta casa legislativa, sobretudo para que informe em que instância se encontra o referido projeto e que comissões deve percorrer até sua eventual aprovação. Na oportunidade, requisitar a cópia autenticada do referido projeto de lei.

Após, encaminhar ao corpo técnico deste gabinete para que, em cumprimento ao disposto no artigo 6º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, seja oficiado à 1ª CCR, cientificando-a da instauração do presente inquérito civil, com envio de cópia desta portaria.

Publique-se.

RODRIGO ANTONIO TENÓRIO CORREIA DA SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 664, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando que:

- foi autuado, no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo, o Procedimento Preparatório Nº 1.34.001.008308/2010-30, com a seguinte ementa:

"Qualidade do Serviço Público. Programa 1008. Ação:11T7 do Relatório 01544. Implantação de Telecentros para acesso a Serviços Públicos - Nacional. Inclusão Digital. Implantação de instalações para Acesso a Serviços Públicos."

- referido Procedimento ainda está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2º, §7º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para que se possa prosseguir na apuração dos fatos e, se necessário, promover as medidas aplicáveis, determinando o quanto segue:

1. autue-se esta Portaria e o Procedimento Preparatório 1.34.001.007274/2010-66 como Inquérito Civil (artigo 4º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. registre-se e publique-se, controlando-se o prazo de eventual prorrogação (artigos 4º e 9º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

3. comunique-se a instauração à Egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação no Diário Oficial desta Portaria de instauração (artigo 4o, inciso VI, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público).

FERNANDA TEIXEIRA SOUZA DOMINGOS

PORTARIA Nº 699, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando que:

- foi autuado, no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo, o Procedimento Preparatório Nº 1.34.001.006064/2010-51, com a seguinte ementa:

"PATRIMONIO PÚBLICO. SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados. Aplicação de penalidade disciplinar de suspensão. Notícia de irregularidades cometidas por Erlan Oliveira e Daniel Nascimento Barros."

- referido Procedimento ainda está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2º, §7º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para que se possa prosseguir na apuração dos fatos e, se necessário, promover as medidas aplicáveis, determinando o quanto segue:

1. autue-se esta Portaria e o Procedimento Preparatório 1.34.001.006064/2010-51 como Inquérito Civil (artigo 4º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. registre-se e publique-se, controlando-se o prazo de eventual prorrogação (artigos 4º e 9º, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

3. comunique-se a instauração à Egrégia 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação no Diário Oficial desta Portaria de instauração (artigo 4o, inciso VI, da Resolução Nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público).

FERNANDA TEIXEIRA SOUZA DOMINGOS

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:

Wagner de Castro Mathias Netto

1.25.000.002148/2010-34 1.18.000.001194/2010-51 1.16.000.006147/2010-78

Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre

1.18.000.001426/2010-71 1.20.000.002047/2010-40 1.29.017.000138/2007-31

1.26.000.000448/2010-41

Francisco Xavier Pinheiro Filho

1.29.000.000079/2010-85 1.25.000.000306/2010-11 1.12.000.000788/2010-68

1.25.000.002417/2009-29

Total de procedimentos distribuídos: 011

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Coordenador

RETIFICAÇÃO

Errata do item 89 da ata da 218ª Sessão Ordinária da 1.ª Câmara de Coordenação e Revisão, publicada no Diário de Justiça, Seção I, página 10, em 21 de dezembro de 2010.

Onde se lê:

89) PROCESSO Nº :1.16.000.001328/2010-72

Leia - se:

89) PROCESSO Nº :1.16.000.001318/2010-72

TERCEIRA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 3, DE 28 DE JANEIRO DE 2011

Caixa Econômica Federal - Lotérica Barra de São João Ltda. - Possíveis falhas no Sistema Lotérico - Jogos fantasmas - Danos ao consumidor - 3ª CCR.

A ação Nº 2010.51.16.000994-0, em trâmite perante a Vara Federal de Macaé/RJ, foi proposta pela Lotérica Barra de São João Ltda - ME em face da Caixa Econômica Federal com pedido de indenização por danos materiais e morais provocados pelo que denominou "jogos fantasmas". Segundo a autora, tais jogos seriam registrados no sistema lotérico da empresa pública, mas não seriam impressos. Afirmou a autora que inicialmente esses jogos lhe eram cobrados, e que posteriormente passaram a ser cobrados dos consumidores apostadores, o que causou grandes transtornos à empresa.

Dos documentos constantes dos autos há ofício da Caixa Econômica Federal no qual a empresa credita à empresa parte dos valores cobrados, com a confirmação da ocorrência dos denominados "jogos fantasmas". Em sua contestação, a empresa pública atribuiu a falha a uma conduta da casa lotérica, que não teria observado os procedimentos adequadamente.

Tal como registrado pelo Juízo Federal no despacho que abriu vista a este órgão, os documentos apresentados com a demanda revelam prática possivelmente prejudicial e danosa aos consumidores usuários do serviço público de jogos de prognósticos prestado pela Caixa Econômica Federal, por meio de suas permissionárias.

Assim sendo, considerando as funções institucionais do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL de zelar pelo direitos do consumidor e pela regular prestação dos serviços públicos, RESOLVO, diante da necessidade de realização de outras diligências, instaurar inquérito civil público, que terá como objeto apurar eventuais danos causados aos consumidores em decorrências das falhas do sistema lotérico da Caixa Econômica Federal consistentes no registro de jogos sem correspondente impressão.

Comunique-se a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão a instauração deste inquérito civil público e dê-se publicidade a este ato, na forma dos artigos 6º e 16 da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Proceda a Secretaria ao levantamento de todas as Casas Lotéricas existentes no Município de Macaé e Rio das Ostras, notificando, após, os respectivos representantes legais para prestar esclarecimentos nesta unidade.

Registro que a ação Nº 2010.51.16.000994-0 está disponível em formato digital nos arquivos desta unidade, sendo, como medida de economia e de preservação do meio ambiente, desnecessária sua impressão.

FLÁVIO DE CARVALHO REIS
Procurador da República

PORTARIA Nº 52, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar Nº 75/93, Resolução CSMPF Nº 87/2010 e ainda:

CONSIDERANDO que há falta de vagas no estacionamento, problema causado pela permanência de muitos veículos de locadoras e também por passageiros que deixam seus veículos por longos períodos;

CONSIDERANDO que foi instaurado o Procedimento Administrativo Nº 1.36.000.00511/2010-01, para apurar a regularidade da gestão do estacionamento do Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues, localizado em Palmas/TO;

CONSIDERANDO que, para solucionar os referidos problemas, a Infraero elaborou cronograma do processo licitatório para a exploração comercial do estacionamento no Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues, tendo como previsão pra abertura da licitação em 12.11.2010;

CONSIDERANDO que uma das funções institucionais do Ministério Público é zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, conforme determina o art. 129, II da CR/88;

CONSIDERANDO que a utilização de espaço público (mormente estacionamento de aeroportos) é um direito de todos e dever do Estado regularizar e fiscalizar tais direitos;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos, por si ou suas empresas concessionárias, permissionárias, ou sob qualquer outra forma de empreendimento são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos, segundo dispõe o art. 22 da Lei Nº 8078/90;

Resolve:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fito de verificar e acompanhar as medidas tendentes a solucionar os problemas do estacionamento do Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues, localizado em Palmas/TO; e

Determinar a realização das seguintes providências iniciais:

1) encaminhe-se a presente Portaria à COORJU, acompanhada do PA 1.36.000.000511/2010-01, para autuação e cadastro;

2) encaminhe-se cópia da presente à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, solicitando sua publicação;

3)publique-se no mural desta PR/TO pelo prazo de 10 (dez) dias;

4)designo o servidor GUSTAVO LAGE DUARTE para secretariar os trabalhos;

5) oficiar a INFRAERO, requerendo informações a respeito da licitação do estacionamento do aeroporto e o cumprimento do cronograma exposto pela referida autarquia;

5)Após o cumprimento das diligências anteriormente determinadas, voltem-me os autos conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 65, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução Nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução Nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução Nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo Nº 1.19.001.000116/2010-91 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado com o escopo de apurar possíveis irregularidades praticadas por Perito-Médico do INSS, consistente na falta de urbanidade no atendimento ao representante.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): a apurar.

3) Autor(es) da representação: Silvestre Silva.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF Nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: À vista certidão contida à fl. 15, aguardar a resposta do Ofício Nº 1360/2010/GAB/ECC.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Procuradorira Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 561, DE 24 DE SETEMBRO DE 2010

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar Nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1o da Resolução Nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que é assegurado ao consumidor o direito à efetiva prevenção e reparação de danos;

CONSIDERANDO que foi autuado - no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo - o Procedimento Preparatório Nº 1.34.001.001665/2010-77, com a seguinte ementa:

"CONSUMIDOR. Telefonia Móvel - Celular. OI Controle. Descumprimento da Resolução 477 da Anatel. Notícia de venda de plano pós-pago, como pré-pago."

CONSIDERANDO que o procedimento preparatório em questão ainda se encontra em fase de investigação e averiguação das providências a serem tomadas em relação ao objeto dos autos;

CONSIDERANDO que, para averiguação dos fatos, diligências estão sendo empreendidas pelo signatário, como o requerimento de informações junto aos órgãos de proteção dos consumidores;

O Procurador da República que ao final assina, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, RESOLVE instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, com fulcro no art. 2°, § 7° da Resolução n° 23 do CNMP, com vistas a apurar possíveis irregularidades na prestação do serviço denominado Oi Controle oferecido pela prestadora de serviços telefônicos OI, determinando a autuação, registro, cumprimento das normas e ordens de serviço pertinentes, especial atenção ao atendimento dos prazos previstos e comunicação à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, inclusive para publicação no órgão de imprensa oficial.

LUIZ COSTA

PORTARIA Nº 562, DE 24 DE SETEMBRO DE 2010

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar Nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1o da Resolução Nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que é assegurado ao consumidor o direito à efetiva prevenção e reparação de danos;

CONSIDERANDO que a livre concorrência é um dos princípios que norteiam a ordem econômica, nos termos do artigo 170, inciso IV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que os direitos previsto no Código de Defesa do Consumidor não excluem outros decorrentes de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes;

CONSIDERANDO que foi autuado - no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo - o Procedimento Preparatório Nº 1.34.001.001721/2010-73, com a seguinte ementa:

"ORDEM ECONÔMICA. CONCORRÊNCIA. Regulamentação dos valores praticados pelos Centros de Formação de Condutores, para renovação de CNH."

CONSIDERANDO que a Secretaria de Direito Econômico informou restarem comprometidos os princípios da livre concorrência e da livre iniciativa em decorrência das práticas adotadas pelo DETRAN/SP;

CONSIDERANDO que o procedimento preparatório em questão ainda se encontra em fase de instrução;

CONSIDERANDO que, para instrução do feito, foi expedida recomendação à Secretaria de Direito Econômico para que instaure processo administrativo a fim de apurar a existência de lesão à ordem econômica, em especial quanto à atuação do estado e do setor privado: i) na fixação de preços máximos a serem cobrados pelos serviços relativos ao curso de atualização para renovação da CNH, prestados pelos CFCs, tal qual ocorrido por ocasião da edição das portarias Nº 1730/05 e 1767/05, ambas do DETRAN/SP; ii) na prática de colusão entre os atores do setor que, na hipótese de fim de controle estatal, pode ocasionar novo aumento generalizado;

O Procurador da República que ao final assina, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, com fulcro no art. 2°, § 7° da Resolução n° 23 do CNMP, com vistas a apurar possíveis práticas anticompetitivas no mercado de prestação de serviços de centros de formação de condutores (CFCs) de São Paulo, determinando a autuação, registro, cumprimento das normas e ordens de serviço pertinentes, especial atenção ao atendimento dos prazos previstos e comunicação à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, inclusive para publicação no órgão de imprensa oficial.

LUIZ COSTA

QUARTA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 13, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

O Ministério Público Federal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelo art. 129, incisos III e VI, da Constituição da República, arts. 6º, inciso VII, alínea "b", 7º, inciso I, e 8º, inciso II, e §§ 2º e 3º, todos da Lei complementar n. 75/93; Lei n. 7.347/85 e,

Considerando o recebimento nesta Procuradoria da República de representação apócrifa, bem como dos autos do expediente avulso n. RD.00924.00009/2010, oriundo da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, ambos noticiando a ocorrência de poluição sonora decorrente do trânsito noturno de trens de propriedade da concessionária dos serviços públicos de transporte ferroviário de cargas, empresa América Latina Logística S/A., no perímetro urbano da cidade de Vacaria;

Considerando que a poluição sonora é uma das espécies de poluição ambiental que gera prejuízo à saúde humana e ao sossego público, ofendendo, assim, preceito constitucional que garante a todos direito ao meio ambiente equilibrado (CF art. 225);

Considerando que a exploração dos serviços de transporte ferroviário depende de outorga da União, mediante contrato de concessão precedido do devido processo licitatório, nos termos das Leis n. 8.987/95 e 9.074/95 e do Decreto n. 1832/96;

Considerando as atribuições constitucionais e legais do Ministério Público Federal de defesa do meio ambiente, previstas no artigo 129, incisos III e VI, da Constituição Federal e artigo 5º, inc. II, alínea "d", e inc. III, alínea "d", da Lei Complementar 75/93;

Considerando a previsão constante no art. 168 da Lei Complementar n. 005/2010, que dispõe sobre o Novo Código de Posturas do Município de Vacaria, de que "é vedado perturbar o bem estar e o sossego público ou de vizinhanças com ruídos, barulho e sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma e que ultrapasse os níveis sonoros máximos de intensidade, estabelecidos na NBR 10.151/2000";

Considerando que incumbe ao Ministério Público Federal, no exercício de suas funções, instaurar inquérito civil, procedimentos administrativos correlatos e pertinentes (Lei Complementar n. 75/93, art. 7º, inciso I, in fine), objetivando a proteção do meio ambiente (Lei Complementar n. 75/93, art. 6º, inciso VII, alínea "b"), resolve instaurar, com base no que dispõe a Resolução n. 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Nacional do Ministério Público, Inquérito Civil Público n. 1.29.002.000032/2011-84, vinculado ao 1º Ofício - Meio Ambiente, desta Procuradoria da República no Município de Caxias do Sul, tendo por objeto apurar eventuais danos causados pela passagem de trens, especialmente no horário noturno, no perímetro urbano da cidade de Vacaria;

Expeça-se ofício à Prefeitura Municipal de Vacaria para solicitar informações sobre eventuais autuações lavradas pela fiscalização municipal contra a empresa América Latina Logística S/A., pela violação ao dispositivo legal inserto no art. 168 da Lei Complementar n. 005/2010, bem como para que informe as providências que foram, ou serão, adotadas pela Administração Municipal com o objetivo de inibir o desconforto suportado pelos munícipes com residências próximas à ferrovia, pelos ruídos oriundos da passagem das composições, notadamente em horário noturno.

Comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil Público à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução n. 87/CSMPF.

Registre-se.

LUCIANA GUARNIERI
Procuradora da República

PORTARIA Nº 3, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

Assunto: Acompanhamento do processo de renovação e/ou expedição de licença de operação para o Porto de Itajaí

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, pelo artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93, pelo artigo 2º da Resolução Nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e ainda,

CONSIDERANDO as informações colhidas nos autos do inquérito civil público n. 1.33.008.000064/2002-12, de que o Porto de Itajaí possui a Licença Ambiental de Operação n. 254/07, liberada pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA - e que, de acordo com o artigo 41 da Lei Estadual n. 14675, de 13/04/2009, e em função das atividades de reconstrução no Porto de Itajaí, decorrentes das avarias sofridas em função das enchentes ocorridas em novembro de 2008, teve seu prazo de validade prorrogado até 22 de junho de 2011;

CONSIDERANDO que a decisão final proferida nos autos da ação civil pública n. 1999.72.08.006723-4, ajuizada pelo Ministério Público Federal, contra IBAMA, Fundação Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina - FATMA, Município de Itajaí e ADHOC - Administradora Hidroviária Docas Catarinense, ficou assentado que o licenciamento das atividades do Porto de Itajaí deveriam, necessariamente, ter a participação do IBAMA;

DETERMINO a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de acompanhar o novo licenciamento ambiental de operação e/ou a prorrogação da licença atualmente em vigor, em favor do Porto de Itajaí.

DETERMINO a realização das seguintes diligências:

1) Afixação de cópia da presente portaria no local de costume;

2) Remeta-se, por meio eletrônico, cópia da presente portaria à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal para sua publicação, nos termos do art. 5º, VI, da Resolução Nº 87, de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3) Oficie-se à FATMA solicitando-se esclarecimentos sobre a tramitação de novo pedido de licenciamento ambiental ou de prorrogação da licença ambiental de operação para o Porto de Itajaí, em especial sobre a participação do IBAMA em eventual processo.

4) Cumpridas as diligências e recebida a resposta, retornem os autos conclusos.

ROGER FABRE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

QUINTA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 1, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O 1º Ofício do Patrimônio Público do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL no Estado de Sergipe, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Estado de Sergipe;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução Nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e na Resolução 87, alterada pela Resolução106 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Converte as peças de informação autuadas sob o Nº 1.35.000.000134/2011-11 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO(S) FATO(S) INVESTIGADO(S): Apurar a regularidade na expedição de alvarás de pesquisa mineral para a Itaguassu Agroindustrial SA , pelo DNPM/SE em desacordo com a Portaria 296 de 28/08/86.

POSSÍVEL(IS) RESPONSÁVEL(IS) PELO(S) FATO(S) INVESTIGADO(S): DNPM/SE

AUTOR(ES) DA REPRESENTAÇÃO: MPF

Designa, para atuarem como secretários do inquérito civil público, os seguintes servidores,, não sendo necessário a colheita de termo de compromisso: Igor Vinicius da Silva Brito e Edson Guedes Gomes.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da Resolução CNMP Nº 23/2007.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP Nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

Estabelece a título de diligência inicial:

Oficie-se ao DNPM/SE solicitando informações acerca da representação de fls. 03/88.

EUNICE DANTAS CARVALHO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 1, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

Procedimento administrativo n. 1.26.001.000136/2008-11

Considerando a representação formulada pelo Município de Petrolina - PE, noticiando supostas irregularidades praticadas pelo exprefeito Guilherme Cruz de Souza Coelho durante a execução do Convênio nº. 93508/2000, cujo objetivo era a execução de ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino oferecido aos alunos de Educação Especial, firmado entre a Municipalidade e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

Considerando que o Ministério Público Federal tem legitimidade e interesse para propor ação para o ressarcimento dos prejuízos ocasionados ao erário, a teor do disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, e art. 6º, VII, b, da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993;

Considerando que aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes.

O Ministério Público Federal instaura inquérito civil, pelo procurador da República signatário, titular do 3º Ofício da Tutela Coletiva e Criminal da Procuradoria da República Polo em Petrolina/Juazeiro, com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, nos arts. 6º, VII, 7º, I, e 38, I, da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993, e no art. 8°, § 1°, da Lei n° 7.347, de 24 de julho de 1985, objetivando a regular e legal coleta de elementos a respeito das irregularidades constatadas na análise da prestação de contas do Convênio nº. 93508/2000, firmado entre o Município de Petrolina - PE e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para a implantação do Programa PTA - Educação Especial, fato que gerou um prejuízo de R$ 20.848,14 (vinte mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos) ao erário, para posterior ajuizamento da ação cabível ou arquivamento, nos termos da lei. Deixo de determinar a livre distribuição deste inquérito em virtude de a representação já ter sido previamente distribuída.

Encaminhe-se a presente portaria à Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria para registro e autuação como inquérito civil, o que deverá ser comunicado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, além remeter sua cópia para publicação, de acordo com o art. 16, §1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e o art. 7º da Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público. Ademais, deve ser afixada cópia deste ato no local de costume desta Procuradoria, onde o público em geral tem acesso, pelo prazo de 30 (trinta) dias, o que deve ser devidamente certificado nos autos.

Em seguida, determino que sejam realizadas as seguintes diligências instrutórias, imprescindíveis à elucidação dos fatos:

(a) oficie-se à Procuradoria Geral do Município de Petrolina, requisitando informações a respeito do andamento da demanda judicial proposta a respeito dos fatos sob investigação (fls. 211/220); e

(b) oficie-se ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para que esclareça se já houve ressarcimento ao erário dos prejuízos verificados (fls. 298 e 304/305).

Conforme o artigo 8º, § 5°, da Lei Complementar n° 75/93, o prazo para resposta à requisição é de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento dos expedientes, aos quais deverão ser anexadas cópias desta portaria e dos documentos de fls. 211/220 (Procuradoria Geral do Município de Petrolina), 298 e 304/305 (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE).

Após o cumprimento das diligências ou o decurso de 20 (vinte) dias, venham os autos do inquérito civil conclusos para deliberação.

Finalmente, a fim de serem observados o art. 9º da Resolução Nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução Nº 87 do CSMPF, deve a Subcoordenadoria Jurídica desta Procuradoria realizar o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil, lavrando a devida certidão nos autos após o seu transcurso.

FÁBIO CONRADO LOULA
Procurador da República

PORTARIA Nº 1, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

Procedimento Administrativo Cível n°: 1.22.011.000114/2010-98

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo cível, instaurado a partir de representação do Tribunal de Contas da União, tendo por escopo apurar eventual irregularidade na aplicação de recursos oriundos do Convênio n.° 1393/1996 firmado entre o Município de Serra Azul de Minas e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), bem como apurar eventual omissão no dever de prestar contas referente a recursos repassados.

Ao exame da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF, em especial do que contido nos seus artigos 4º, II, § 1º, e 5º, verifico que, segundo a sistemática adotada por aquele ato, o procedimento administrativo, a partir de agora, serve unicamente ao propósito de realização de diligências breves tendentes a subsidiar a adoção de alguma das providências listadas no artigo 4º, incisos I a VI, da Resolução, sendo que no presente caso é necessária a apuração de eventual ato de improbidade administrativa.

Desse modo, considerando o disposto no artigo 28 da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF, o disposto nos artigos 2º, § 6º, e 16 da Resolução Nº 23/2007 do CNMP e, mais, que os elementos de convicção constantes dos autos indicam a ocorrência de possível dano ao patrimônio público, converto este procedimento em Inquérito Civil , resolve: converter este procedimento em Inquérito Civil, determinando, em conseqüência, que seja observado o disposto no artigo 6º da Resolução Nº 87/2006 do CSMPF.

Providencie-se, remetendo cópia do presente à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Determina-se, ainda, a adoção das seguintes providências:

a) autuação desta Portaria como peça inicial do inquérito civil em epígrafe, numerando a presente com o mesmo número da primeira folha dos autos, acrescido das letras "A" e "B", evitando-se, desse modo, a renumeração das folhas;

b) registro no sistema informatizado desta PRMG da presente conversão, para efeito de controle do prazo previsto no artigo 15 da Resolução Nº 87 do CSMPF;

c) aguarde-se resposta do ofício ministerial OF/PRM/SLA/GAB/N°017/2011.

Após, acautele-se em Secretaria, pelo prazo de 40 (quarenta) dias, no aguardo de resposta.

Designo o servidor CARLOS ALBERTO DAS NEVES FILHO para secretariar o presente inquérito civil.

BRUNO NOMINATO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1, DE 17 DE JANEIRO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando a apurar irregularidades em convênio celebrado entre a FUNASA e a Prefeitura de Senhor do Bonfim, em 2001.

Autos Nº 1.14.002.000101/2010-08.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF Nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF Nº 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP Nº 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei Nº 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 27/10/2010, nesta Procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, a partir de representação formulada por Marinaldo Ventura de Carvalho, noticiando que o objeto do Convênio Nº 3867/01, firmado entre a Prefeitura de Senhor do Bonfim e a FUNASA, não foi realizado;

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público; e

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis. resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação;

2. Expeça-se ofício à FUNASA, solicitando informações acerca da conclusão da análise da prestação de contas do Convênio Nº 3867/01, oportunidade na qual deverá encaminhar cópia dos pareceres finais técnico e financeiros, bem como de eventual Tomada de Contas Especial instaurada, assim como informações a respeito de realização de inspeção in loco por parte daquela autarquia federal, em face da representação cuja cópia deve acompanhar o ofício (encaminhar cópia da representação às fls. 03).

3. Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução Nº 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução Nº 87/2006-CSMPF, devendo o Cartório realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

GABRIELA BARBOSA PEIXOTO

PORTARIA Nº 1, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011

Procedimento preparatório Nº 1.34.029.000018/2010-30

PRM-GRT-SP-00000146/2011

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e ainda que não de forma exclusiva da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar Nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85);

Considerando tratar-se de procedimento preparatório de tutela coletiva instaurado a partir de cópia integral dos autos do inquérito civil Nº 1.34.029.000030/2006-68, versando sobre irregularidades na gestão e aplicação de verbas federais advindas do Ministério da Saúde e destinadas à Prefeitura Municipal de Cunha mediante o convênio 1.271/2003, diante da necessidade de se apurar a responsabilidade do aplicador dos recursos no mandato eletivo de 2005 a 2008;

Considerando os termos da Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2.007, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), notadamente o que dispõe o art. 4º do referido ato;

Promovo a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para a devida apuração dos fatos, ordenando, para tanto:

a) a autuação e o registro destes autos como inquérito civil;

b) afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria da República; e

c) remessa de cópia desta Portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, para a necessária publicação, ante o que estabelecido nos arts. 4º, VI, in fine e 7º, § 2º, I, ambos da sobredita Resolução do CNMP, assim como nos arts. 6º e 16, § 1º, I, estes da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2.006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Ficam designados para secretariar o presente inquérito civil os Servidores Paulo Sérgio Alves e Adriana Guimarães Teixeira.

Após adotadas as providências, tornem os autos conclusos.

ADJAME ALEXANDRE GONÇALVES OLIVEIRA
Procurador da República

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2, DE 17 DE JANEIRO DE 2011

Instaura Inquérito Civil Público visando a apurar irregularidades no Município de Campo Formoso, nos exercícios de 2006 e 2007, consistentes na suposta falsificação de contratos firmados com o prestador de serviço Josué Vieira Bispo, para amparar a destinação de recursos do FUNDEB e PNATE, fato supostamente ocorrido na gestão do então Prefeito Francisco Sales do Nascimento.

Autos Nº 1.14.002.000013/2008-83.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPF Nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPF Nº 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP Nº 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei Nº 7.347/85 e os artigos 5º, III, "b" e 6º, inciso VII, "b" da Lei Complementar Nº 75/93;

CONSIDERANDO que foi instaurado, em 14/03/2008, nesta Procuradoria da República, procedimento administrativo afeto à 5º Câmara de Coordenação e Revisão, a partir de representação formulada pelo vereador Edmundo Miranda Vieira, noticiando irregularidades no Município de Campo Formoso/BA, nos anos de 2006 e 2007, consistentes na suposta falsificação de contratos de transporte firmados com o prestador de serviço Josué Vieira Bispo, para amparar a destinação de recursos do FUNDEB e PNATE, fato supostamente ocorrido na gestão do então Prefeito Francisco Sales do Nascimento.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis; resolve:

instaurar Inquérito Civil Público, para apurar a questões mencionadas, determinando:

1. Comunique-se à 5º CCR para conhecimento com cópia desta portaria, solicitando que seja providenciada a devida publicação;

2. Aguarde-se o registro de entrada, nesta unidade, do Inquérito Policial Nº 3-0286/09, que versa sobre idêntico fato, sob a ótica penal, a fim de que sejam extraídas cópias do laudo pericial (perícia grafotécnica) e outras peças eventualmente pertinentes e relevantes ao deslinde do feito. Para tanto, faz-se mister o registro de acompanhamento no sistema único da entrada do referido apuratório nesta Procuradoria, para efetivação da diligência requerida neste item.

3. Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução Nº 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução Nº 87/2006-CSMPF, devendo o Cartório realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

GABRIELA BARBOSA PEIXOTO

PORTARIA Nº 3, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

Peças de informação: Protocolo PRM-ILH-BA-00000375/2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaura o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução Nº 23/2007 do CNMP, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

RESUMO: Apura possível omissão no dever de prestar contas de recursos do PNATE - FNDE, exercícios de 2007/2008. Município de Taperoá/BA. Gestão de ITO MEIRELLES (2005/2008).

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Determina, como diligência investigatória inicial, a expedição de ofícios:

a) ao representado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca do conteúdo da representação e encaminhe a documentação que entender pertinente;

b) ao FNDE para que informe, no prazo de 30 (trinta) dias, se houve prestação de contas dos recursos do PNATE, exercício de 2007/2008, repassados ao Município de Taperoá/BA. Em caso positivo, que preste informações atualizadas acerca da análise das mencionadas contas.

Designa, de acordo com a Resolução CSMPF Nº 106, de 06/04/2010, o servidor Daniel Freitas Muniz Ferreira (Matrícula 19798-0), lotado nesta Procuradoria, como secretário responsável pelos registros e pelas tarefas administrativas requeridas no âmbito deste inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

FLÁVIA GALVÃO ARRUTI

PORTARIA Nº 3, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que ao final assina, com base nos arts. 127 e 129 da Constituição da República de 1988 e no art. 6º, VII da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis (art. 127 da CF/88 e art. 1º da Lei Complementar Nº 75, de 20/05/1993);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Nº 75/93 prevê em seu artigo 6º, VII, "b" ser atribuição do Ministério Público Federal promover inquérito civil público e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, decorrente do § 1º do art. 4º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com a redação dada pela Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, se encerrou em relação ao procedimento administrativo Nº 1.30.009.000099/2010-55;

CONSIDERANDO que no referido procedimento administrativo são apuradas possíveis irregularidades no emprego de verba pública federal transferida ao Município de Iguaba Grande/RJ, por intermédio do Contrato de Repasse Nº 0188.395-20/2005, para o desassoreamento do Canal de Itajurú e transposição dos efluentes tratados da ETE para o Córrego Arrozal, na bacia do Una

CONSIDERANDO que ainda há necessidade de se prosseguir na instrução do presente procedimento com vistas à obtenção de mais elementos a respeito da execução do serviço acima mencionado; delibera por:

1. converter o referido procedimento administrativo em inquérito civil público, adotando-se a seguinte ementa: "IGUABA GRANDE - VERBA PÚBLICA FEDERAL - CONTRATO DE REPASSE Nº 0188395-20/2005 - DESSASOREAMENTO E RECUPERAÇÃO DO CANAL DE ITAJURU - POSSÍVEIS IRREGULARIDADES";

2. determinar que o cartório procedimental desta Procuradoria faça os registros de praxe e realize efetivo controle do prazo de 1 (um) ano previsto no art. 15 da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3. determinar que a assessoria envie a presente portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal por meio eletrônico, para ciência, nos termos do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e para publicação no Diário Oficial da União, nos termos do art. 16, § 1º, I da referida Resolução, certificando nos autos o efetivo envio do presente ato;

4. determinar a expedição de ofício à agência da Caixa Econômica Federal em São Pedro da Aldeia/RJ requisitando-se as seguintes informações a respeito do contrato de repasse Nº 0188395-20/2005, firmado com o Município de Iguaba Grande:

a) houve assinatura de termo aditivo ao aludido contrato de repasse, que resultou na elevação do seu valor de R$ 866.250,00 (sendo R$ 693.000,00 de verbas federais) para R$ 4.025.901,80 (sendo R$ 3.693.000,00 de verbas federais)? Em caso positivo, além de encaminhar cópia do referido termo aditivo a esta procuradoria, informar qual foi o valor efetivamente repassado ao Município de Iguaba Grande. Informar, também, qual foi o valor efetivamente sacado pelo contratado;

b) o Município contratado apresentou prestação de contas, mesmo que parcial? Em caso positivo, informar se houve aprovação.

c) Existe algum valor a ser devolvido pelo contratado?

THIAGO SIMÃO MILLER

PORTARIA Nº 4, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que ao final assina, com base nos arts. 127 e 129 da Constituição da República de 1988 e no art. 6º, VII da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis (art. 127 da CF/88 e art. 1º da Lei Complementar Nº 75, de 20/05/1993);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Nº 75/93 prevê em seu artigo 6º, VII, "b" ser atribuição do Ministério Público Federal promover inquérito civil público e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, decorrente do § 1º do art. 4º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com a redação dada pela Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, se encerrou em relação ao procedimento administrativo Nº 1.30.009.000101/2010-96;

CONSIDERANDO que no referido procedimento administrativo são apuradas possíveis irregularidades no emprego de verba pública federal transferida ao Município de Iguaba Grande/RJ, por intermédio do Contrato de Repasse Nº 0183.075-41/2005, para a implantação de centro de inclusão digital.

CONSIDERANDO que ainda há necessidade de se prosseguir na instrução do presente procedimento com vistas à obtenção de mais elementos a respeito da execução do objeto do aludido contrato;

DELIBERA POR:

1. converter o referido procedimento administrativo em inquérito civil público, adotando-se a seguinte ementa: "IGUABA GRANDE - VERBA PÚBLICA FEDERAL - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CONTRATO DE REPASSE Nº 0183.075-41/2005 - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL - POSSÍVEIS IRREGULARIDADES";

2. determinar que o cartório procedimental desta Procuradoria faça os registros de praxe e realize efetivo controle do prazo de 1 (um) ano previsto no art. 15 da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3. determinar que a assessoria envie a presente portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal por meio eletrônico, para ciência, nos termos do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e para publicação no Diário Oficial da União, nos termos do art. 16, § 1º, I da referida Resolução, certificando nos autos o efetivo envio do presente ato;

4. determinar a expedição de ofício:

4.1. à agência da Caixa Econômica Federal em São Pedro da Aldeia/RJ requisitando-se cópia do contrato de repasse Nº 0183.075-41/2005, firmado com o Município de Iguaba Grande, bem como da Notificação de Tomadas de Contas Especial (TCE) expedida ao prefeito daquele município. Instruir o ofício com cópia do expediente de fl. 152;

4.2. ao Município de Iguaba Grande, na pessoa do prefeito, para requisitar cópia das notas fiscais das aquisições feitas a partir da Tomada de Preços Nº 20/2006 (para compra de diversos equipamentos de informática, softwares e materiais de escritório para atender a Secretaria de Educação e Cultura). Instruir o ofício com cópia de fl. 148.

THIAGO SIMÃO MILLER

PORTARIA Nº 5, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que ao final assina, com base nos arts. 127 e 129 da Constituição da República de 1988 e no art. 6º, VII da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis (art. 127 da CF/88 e art. 1º da Lei Complementar Nº 75, de 20/05/1993);

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Nº 75/93 prevê em seu artigo 6º, VII, "b" ser atribuição do Ministério Público Federal promover inquérito civil público e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, decorrente do § 1º do art. 4º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com a redação dada pela Resolução Nº 106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, se encerrou em relação ao procedimento administrativo Nº 1.30.009.000097/2010-66;

CONSIDERANDO que no referido procedimento administrativo são apuradas possíveis irregularidades no emprego de verba pública federal transferida ao Município de Iguaba Grande/RJ, por intermédio dos Contratos de Repasse nºs 0188.621-60, 0196.267-43 e 0221.507-84, para a construção de calçadão e ciclovia.

CONSIDERANDO que ainda há necessidade de se prosseguir na instrução do presente procedimento com vistas à obtenção de mais elementos a respeito da execução do objeto dos aludidos contratos;

DELIBERA POR:

1. converter o referido procedimento administrativo em inquérito civil público, adotando-se a seguinte ementa: "IGUABA GRANDE - VERBA PÚBLICA FEDERAL - MINISTÉRIO DO TURISMO - CONTRATOS DE REPASSE Nº 0188.621-60, 0196.267-43 E 0221.507-84 - CONSTRUÇÃO DE CALÇADÃO E CICLOVIA - POSSÍVEIS IRREGULARIDADES";

2. determinar que o cartório procedimental desta Procuradoria faça os registros de praxe e realize efetivo controle do prazo de 1 (um) ano previsto no art. 15 da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3. determinar que a assessoria envie a presente portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal por meio eletrônico, para ciência, nos termos do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e para publicação no Diário Oficial da União, nos termos do art. 16, § 1º, I da referida Resolução, certificando nos autos o efetivo envio do presente ato;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. determinar a expedição de ofício à Controladoria Geral da União - CGU, requisitando informações a respeito de eventual análise, feita por aquele órgão, da documentação encaminhada pelo Ministério do Turismo, conforme informado no expediente de fl. 178. Instruir o ofício com cópia de fl. 178.

THIAGO SIMÃO MILLER

PORTARIA Nº 10, DE 28 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o Procurador da República José Roberto Pimenta Oliveira desmembrou a hipótese fática e desentranhou documentos do Inquérito Civil Nº 1.34.001.008935/2009-37, determinando o registro, autuação e livre distribuição de novas peças informativas com o objetivo de apurar supostas irregularidades/ilicitudes aventadas no Relatório de Fiscalização Nº 01544 da Controladoria-Geral da União, neste caso aquelas relativas ao "PROGRAMA 1453. Ação: 8855 do Relatório Nº 01544. FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA - NACIONAL. VERIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO SIAFI 626754 EM CONFORMIDADE COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE CONVÊNIO. Execução dos convênios de acordo com as cláusulas pactuadas, bem como às normas em vigor. MONTANTE DE RECURSOS FINANCEIROS: R$ 801.905,25" (fl. 06), as quais foram convertidas em procedimento preparatório (fl. 80);

CONSIDERANDO que as irregularidades/ilicitudes descritas no Relatório de Fiscalização Nº 01544 da Controladoria-Geral da União, no que guarda pertinência com a gestão de receitas federais pelo Município de Pirapora do Bom Jesus/SP (execução municipal - utilização do recurso financeiro repassado - do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI), ainda não foram dilucidadas;

CONSIDERANDO que a base empírica pode identificar, em tese, a prática de ato(s) de improbidade administrativa que importou (importaram) enriquecimento ilícito, causou (causaram) prejuízo ao erário e atentou (atentaram) contra os princípios da administração pública (arts. 9o, 10 e 11 da Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992, respectivamente), sem nenhum prejuízo da responsabilidade penal (art. 37, § 4º, da Constituição Federal e art. 12, caput, da Lei Nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que toda a hipótese fática deve ser devidamente esquadrinhada e que devem ser identificados todos os agentes públicos e/ou terceiros que concorreram para a aventada prática ilícita, até para desvelar prejuízo ao patrimônio público (erário) e/ou a prática de ato(s) de improbidade administrativa (Lei Nº 8.429/1992), viabilizando eventuais medidas extrajudiciais e/ou judiciais;

CONSIDERANDO que a ação de ressarcimento ao erário por ato ilícito praticado por agente público é imprescritível (art. 37, § 5º, da Constituição Federal, coadjuvado pelo art. 5º da Lei Nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar Nº 75, de 20 de maio de 1993 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 1o da Resolução Nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1o, inciso IV, e 5o, § 1o, da Lei Nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e arts. 5o e 17 da Lei Nº 8.429/1992);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processarem e julgarem as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União); resolve, instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e o Procedimento Preparatório Nº 1.34.001.008315/2010-31 (art. 5o, inciso III, da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços Nº 01, de 03 de outubro de 2006, da Divisão de Tutela Coletiva).

3. Controle-se o respectivo prazo (art. 9º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 15 da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. arts. 6º e 16, § 1º, inciso I, da Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

5. Designo o(s) Analista(s) Processual(ais) e o(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculado(s) ao gabinete para secretariarem o inquérito civil (arts. 4º, inciso V, e 6º, § 1º, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público).

6.Expeça-se ofício à Controladoria-Geral da União requisitando informações detalhadas sobre as providências adotadas em relação à presente hipótese fática depois da conclusão do Relatório de Fiscalização Nº 01544, inclusive se houve reencaminhamento da respectiva documentação comprobatória a outro órgão público para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

RAFAEL SIQUEIRA DE PRETTO

PORTARIA Nº 12, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades praticadas pelo ex-presidente da FETAG/BA na gestão de recursos do Ministério da Educação transferidos ao município de Gentio do Ouro/BA para a execução do Programa Brasil Alfabetizado no ano de 2006, fatos apontados no relatório de Fiscalização 806/2006 da CGU decorrente do 21º Sorteio, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000218/2007-68) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 13, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na distribuição de leite do Programa Leite Bahia no âmbito do Programa Fome Zero, mantido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, transferidos ao município de Santa Bárbara/BA em 2006 e 2007, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000254/2007-21) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 14, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução Nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução Nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução Nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo Nº 1.19.000.000242/2005-99 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado para apurar irregularidades no município de Tasso Fragoso, relacionadas ao Ministério da Saúde, apontas pela CGU no relatório resultante da 10ª etapa do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Luciano de Sousa Lopes e Sebastião Ribeiro de Macedo.

3) Autor(es) da representação: Controladoria Geral da União - CGU.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF Nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: I) Oficie-se à DPF/ITZ/MA para que informe se há inquérito policial para apurar os presentes fatos, procedendo-se, em caso negativo, sua instauração. II) Oficie-se à Secretaria de Controle Executivo do TCU no Maranhão para que informe se há deliberação, por parte daquela corte, a respeito das irregularidades apontadas no relatório da CGU.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 22, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República infra-assinada, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, e artigos 5º, I, h, III, b, V, b e 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75/93:

CONSIDERANDO que o art. 7º, I, da LC Nº 75/93 estabelece que incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil público;

CONSIDERANDO que a Lei Nº 7.347/85, em seu art. 8º, §1º, dispõe que o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil;

CONSIDERANDO o teor dos arts. 4º, 5º, 6º e 8º da Resolução CSMPF Nº 87/2006 (com redação alterada pela Resolução CSMPFn.º 106/2010), que regulamenta a instauração e tramitação do Inquérito Civil no âmbito do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Administrativo MPF/PR/ES Nº 1.17.000.000894/2010-65 para apurar possível prática de ato de improbidade administrativa por parte de auditores da Receita Federal do Brasil;

CONSIDERANDO que, de acordo com informações apresentadas, o PAD encontra-se ainda em fase de instrução;

CONSIDERANDO a necessidade de se prosseguir a apuração dos fatos;

Resolve, nos termos do art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006 (alterada pela Resolução CSMPFn.º 106/2010), converter o Procedimento Administrativo MPF/PR/ES Nº 1.17.000.000894/2010-65 em Inquérito Civil Público para orientar a atuação do MPF, com vistas à eventuais medidas judiciais ou extra-judiciais.

1. Autue-se, com a seguinte ementa: "Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa por parte de auditores fiscais da Receita Federal do Brasil";

2. Certifique-se a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF da presente Portaria;

3. Designo como Secretária deste ICP a servidora Fernanda Caser, enquanto lotada neste gabinete;

4. Publique-se;

5. Após, conclusos.

ELISANDRA DE OLIVEIRA OLÍMPIO

PORTARIA Nº 26, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais, conferidas pelo art. 129 da Constituição da República:

Resolve instaurar o Inquérito Civil Público Nº 1.21.000.000292/2011-66 visando adotar todas as medidas possíveis e necessárias, judiciais e extrajudiciais, no intuito de "apurar eventual prática de atos ímprobos por servidora pública federal".

DATA DO FATO: 2010

PRESCRIÇÃO: 2015

VALORES ENVOLVIDOS: R$ 3.688,80

PARTE AUTORA (QUALIFICAÇÃO):Instauração de ofício

PARTE A QUEM O FATO É ATRIBUÍDO (QUALIFICAÇÃO): Rosanne Silva de Jesus Panovitch (RF 5281).

RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA MATOS TEIXEIRA DE ALMEIDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 27, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República infra-assinada, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, e artigos 5º, I, h, III, b, V, b e 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75/93:

CONSIDERANDO que o art. 7º, I, da LC Nº 75/93 estabelece que incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil público;

CONSIDERANDO que a Lei Nº 7.347/85, em seu art. 8º, §1º, dispõe que o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil;

CONSIDERANDO o teor dos arts. 4º, 5º, 6º e 8º da Resolução CSMPF Nº 87/2006 (com redação alterada pela Resolução CSMPFn.º 106/2010), que regulamenta a instauração e tramitação do Inquérito Civil no âmbito do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Administrativo MPF/PR/ES Nº 1.17.000.000956/2010-39 para apurar possíveis irregularidades na aplicação de verbas repassadas pelo Governo Federal para o financiamento de agentes comunitários de saúde;

CONSIDERANDO que, de acordo com representação apresentada a esta Procuradoria, os municípios de Vila Velha, Cariacica e Guarapari não estariam pagando devidamente aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias as verbas repassadas pelo Ministério da Saúde, bem como não estariam fornecendo equipamentos de proteção individual e uniformes com a freqüência necessária;

CONSIDERANDO a necessidade de se prosseguir a apuração dos fatos, a fim de verificar uso indevido de verba federal;

Resolve, nos termos do art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006 (alterada pela Resolução CSMPFn.º 106/2010), converter o Procedimento Administrativo MPF/PR/ES Nº 1.17.000.000894/2010-65 em Inquérito Civil Público para orientar a atuação do MPF, com vistas à eventuais medidas judiciais ou extra-judiciais.

1. Autue-se, com a seguinte ementa: "lApurar possíveis irregularidades na aplicação de verbas repassadas pelo Governo Federal para o financiamento de agestes comunitários de saúde e agentes de combate à endemia";

2. Certifique-se a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF da presente Portaria;

3. Designo como Secretária deste ICP a servidora Fernanda Caser, enquanto lotada neste gabinete;

4. Publique-se.

ELISANDRA DE OLIVEIRA OLÍMPIO

PORTARIA Nº 27, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

CONSIDERANDO a sua atribuição da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal impõe à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput);

CONSIDERANDO que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, da probidade administrativa e de outros interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III);

CONSIDERANDO o Procedimento Administrativo Nº 1.27.000.000175/2010-06 instaurado a partir do ofício Nº 010/2010-GPJ, encaminhando documentação acerca de possíveis fraudes ao Programa Saúde Familiar - PSF, no município de Cocal/PI;

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas elencadas no artigo 4º, da Resolução CSMPF Nº 87/2010; resolve,

CONVERTER, através da presente PORTARIA, diante do que preceitua o artigo 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2010, o Procedimento Administrativo Nº 1.27.000.000175/2010-06 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto averiguar possível fraude na gestão de recursos do SUS através da manutenção de cadastro de enfermeiro que não faz mais parte do PSF no município de Cocal/PI;

DETERMINAR a comunicação à 5ª CCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF Nº 87/2010, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público.

Autue-se, registre-se e publique-se.

ALEXANDRE ASSUNÇÃO E SILVA

PORTARIA Nº 28, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

CONSIDERANDO a sua atribuição da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal impõe à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput);

CONSIDERANDO que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, da probidade administrativa e de outros interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III);

CONSIDERANDO as Peças de Informação Nº 1.27.000.001579/2010-17 instauradas a partir do Processo TCE Nº 30.538/2008, acerca de possível prática de atos de improbidade no município de Pau D'Arco do Piauí/PI no exercício financeiro de 2007;

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas elencadas no artigo 4º, da Resolução CSMPF Nº 87/2010; resolve,

CONVERTER, através da presente PORTARIA, diante do que preceitua o artigo 5º da Resolução CSMPF Nº 87/2010, as Peças de Informação Nº 1.27.000.001579/2010-17 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto averiguar possível prática de atos de improbidade no município de Pau D'Arco do Piauí/PI no exercício financeiro de 2007;

DETERMINAR a comunicação à 5ª CCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF Nº 87/2010, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público.

Autue-se, registre-se e publique-se.

ALEXANDRE ASSUNÇÃO E SILVA

PORTARIA Nº 29, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

CONSIDERANDO a sua atribuição da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, atuando na defesa dos direitos difusos e coletivos (arts. 127 e 129, III, da CF/88);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal impõe à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput);

CONSIDERANDO que é sua função institucional zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, da probidade administrativa e de outros interesses difusos e coletivos (Constituição Federal, art. 129, incisos II e III);

CONSIDERANDO o Procedimento Administrativo Nº 1.27.000.002210/2009-80, instaurado a partir do Relatório de Fiscalização Nº 01405, de 12/05/2009, da Controladoria Geral da União, referente à aplicação dos recursos repassados ao Município de Lagoa do Piauí/PI pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que a fiscalização constatou irregularidades na execução do Convênio Nº 1094/04 (item 3.4), celebrado entre o município e a FUNASA, em 01/07/2004, para a implantação de um aterro sanitário;

CONSIDERANDO que ficou constatado pela CGU que, apesar da liberação da primeira parcela, efetuada em 04/07/2008, no valor de R$ 31.578,85, o município não havia iniciado a obra;

CONSIDERANDO a expiração do prazo de conclusão do mencionado procedimento e a necessidade de realização de diligências para formação de convicção para adoção de qualquer das medidas elencadas no artigo 4º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006;

Resolve, com base no artigo 6º, inciso VII, alínea "b", da Lei Complementar Nº 75/93, no artigo 4º, §4º e 5º da Resolução Nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e no exercício de suas funções institucionais:

1 - CONVERTER O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 1.27.000.002210/2009-80, em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO tendo por objeto apurar a ocorrência de possíveis irregularidades na execução e aplicação dos recursos repassados ao Município de Lagoa do Piauí/PI pela FUNASA, por meio do Convênio Nº 1094/2004, para a construção de aterro sanitário no município,

2 - DETERMINAR a comunicação à 5ª CCR/MPF, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, acerca da presente instauração de Inquérito Civil Público.

Autue-se, registre-e e publique-se.

WELLINGTON LUÍS DE SOUSA BONFIM

PORTARIA Nº 32, DE 24 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, com fundamento nos incisos II e III do artigo 129 da Constituição Federal e na alínea "b" do inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC Nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando a complexidade para solução do objeto do caderno apurador, bem como o esgotamento de seu prazo, conforme determina o §4º do artigo 4º da Resolução nº106/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o Procedimento Administrativo Nº 1.20.000.000978/2009-70 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar supostas irregularidades na nomeação de servidores do TRE/MT; mantendo-se sua ementa, número de autuação e Ofício para o qual foi distribuído.

Comunique-se à Egrégia 5ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

VANESSA CRISTHINA MARCONI ZAGO RIBEIRO SCARMAGNANI

PORTARIA Nº 39, DE 31 DE JANEIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução Nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução Nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução Nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo Nº 1.19.001.000045/2007-21 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado para apurar omissão na prestação de contas dos recursos recebidos por meio do convênio Nº 427/MAS/2003, firmado entre o município de Imperatriz e o então Ministério de Assistência Social.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Jomar Fernandes Pereira Filho.

3) Autor(es) da representação: Município de Imperatriz/MA.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF Nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Permaneçam os autos em secretaria para, decorridos 90 dias, oficiar novamente à Secretaria de Controle Externo do TCU, solicitando informações a respeito da Tomada de Contas Especial Nº 011.564/2009-7, instaurada em razão de irregularidades na prestação de contas do convênio 427/MAS/2003, firmado entre o Ministério de Assistência Social e o município de Imperatriz/MA.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006. Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

FLAUBERTH MARTINS ALVES
Procurador da República

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 44, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o Relatório de Sindicância Patrimonial Nº 001/2010 - SR/DPF/SP, datado de 05 de maio de 2010, elaborado pelo Núcleo de Disciplina da Superintendência Regional no Estado de São Paulo do Departamento de Polícia Federal, aventa possível prática de ato(s) de improbidade administrativa pelo Agente de Polícia Federal Jader Freire de Medeiros por possível "enriquecimento ilícito decorrente do exercício da função e pela incompatibilidade entre sua efetiva variação patrimonial e a renda lícita por ele recebida em período em que exercia a função pública" (fls. 03-26);

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Disciplina da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de São Paulo ainda não concluiu seus trabalhos, encontrando-se o Processo Administrativo Disciplinar instaurado em decorrência da Sindicância Patrimonial Nº 001/2010-SR/DPF/SP em fase de apuração (fls. 33-34);

CONSIDERANDO que a espécie pode identificar, em tese, a prática de ato(s) de improbidade administrativa que importou (importaram) enriquecimento ilícito, causou (causaram) prejuízo ao erário e atentou (atentaram) contra os princípios da administração pública (arts. 9o, 10 e 11 da Lei Nº 8.429/92, respectivamente), sem nenhum prejuízo da responsabilidade penal (art. 37, § 4º, da Constituição Federal e art. 12, caput, da Lei Nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que toda a hipótese deve ser devidamente esquadrinhada e que devem ser identificados todos os agentes públicos e/ou terceiros que concorreram para a aventada prática ilícita, até para desvelar prejuízo ao patrimônio público (erário) e/ou a prática de ato(s) de improbidade administrativa (Lei Nº 8.429/92), viabilizando eventuais medidas extrajudiciais e/ou judiciais;

CONSIDERANDO que a ação de ressarcimento ao erário por ato ilícito praticado por agente público é imprescritível (art. 37, § 5º, da Constituição Federal, coadjuvado pelo art. 5º da Lei Nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar Nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução Nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 1o da Resolução Nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1o, inciso IV, e 5o, § 1o, da Lei Nº 7.347/85 e arts. 5o e 17 da Lei Nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processarem e julgarem as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União); resolve, instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar a hipótese, determinando, para tanto:

1. Autuem-se a Portaria e o Procedimento Preparatório Nº 1.34.001.006075/2010-31 (art. 5o, inciso III, da Resolução Nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços Nº 01/06 da Divisão de Tutela Coletiva).

3. Controle-se o respectivo prazo (art. 9º da Resolução Nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 15 da Resolução Nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à 5a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. arts. 6º e 16, § 1º, inciso I, da Resolução Nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

5. Designo o(s) Analista(s) Processual(ais) e o(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculado(s) ao gabinete para secretariarem o inquérito civil (arts. 4º, inciso V, e 6º, § 1º, da Resolução Nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público).

6. Reitere-se o Ofício Nº 24364/2010, datado de 18 de outubro de 2010 (fl. 35).

Com a resposta, ou decorrido o interstício para tanto, retornem-me os autos conclusos para nova deliberação.

RAFAEL SIQUEIRA DE PRETTO

PORTARIA Nº 56, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução Nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução Nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução Nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo Nº 1.19.001.000171/2007-86 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado com o escopo de apurar possíveis irregularidades no Convênio 057/2004, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Imperatriz e o Ministério dos Esportes.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Jomar Fernandes Pereira Filho e Ildon Marques de Sousa.

3) Autor(es) da representação: Município de Imperatriz/MA.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF Nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Oficie-se à Secretaria de Controle Executivo do Tribunal de Contas da União para que preste informações atuais sobre o julgamento da Tomada de Contas Especial Nº 58.701.001887/2009-82, instaurada em razão de irregularidades no convênio Nº 057/2007, celebrado entre o Ministério dos Esportes e o Município de Imperatriz/MA.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

FLAUBERTH MARTINS ALVES
Procurador da República

PORTARIA Nº 57, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução Nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução Nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução Nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo Nº 1.19.000.001289/2005-70 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado com o escopo de apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEF no município de Itinga, relacionadas ao desvio de finalidade no uso de veículos escolares, bem como redução de salários dos profissionais do magistério.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Raimundo Pimental Filho e Francisco Valbert Ferreira de Queiroz.

3) Autor(es) da representação: Ministério da Educação.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF Nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Oficie-se ao Tribunal de Contas do Maranhão solicitando informações a respeito da aprovação ou não das contas dos recursos do FUNDEF referente ao município de Itinga, no ano de 2005.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

FLAUBERTH MARTINS ALVES
Procurador da República

PORTARIA Nº 58, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução Nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução Nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução Nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo Nº 1.19.001.000117/2009-01 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado com o escopo de apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos do PNATE 2005, PNAE 2007 E PNAC 2007, no município de Estreito/MA.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): José Pereira Lopes .

3) Autor(es) da representação: José Gomes Coelho.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF Nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Aguarde-se resposta ao ofício de fl. 71. Após, conclusos ao gabinete.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

FLAUBERTH MARTINS ALVES
Procurador da República

PORTARIA Nº 63, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução Nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando o disposto na Resolução Nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução Nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo Nº 1.19.001.000184/2007-55 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado para apurar irregularidades no município de Tasso Fragoso, relacionadas ao Ministério da Educação, apontas pela CGU no relatório resultante da 10ª etapa do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Luciano de Sousa Lopes e Sebastião Ribeiro de Macedo.

3) Autor(es) da representação: Controladoria Geral da União - CGU.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF Nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: I) Oficie-se à DPF/ITZ/MA para que informe se há inquérito policial para apurar os presentes fatos, procedendo-se, em caso negativo, sua instauração. II) Oficie-se à Secretaria de Controle Executivo do TCU no Maranhão para que informe se há deliberação, por parte daquela corte, a respeito das irregularidades apontadas no relatório da CGU.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 64, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2011

A Procuradoria da República no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, no exercício de suas funções institucionais e...

Considerando a previsão inserta no art. 129, III, da Constituição da República;

Considerando o que dispõe o art. 6º, VII, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993;

Considerando a incumbência prevista no art. 7º, I, da aludida Lei Complementar;

Considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Imperatriz - MA;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17.09.2007, alterada pela Resolução Nº 35, de 23.03.2009, ambas editadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;

Considerando o disposto na Resolução Nº 87, de 03.08.2006, alterada pela Resolução Nº 106, de 06.04.2010, ambas editadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF...

Converte o Procedimento Administrativo Nº 1.19.001.000180/2007-77 em Inquérito Civil Público, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, e no art. 5º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

1) Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento Administrativo instaurado para apurar irregularidades no município de Tasso Fragoso, relacionadas ao Ministério das Comunicações, apontadas pela CGU no relatório resultante da 10ª etapa do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos.

2) Possível(is) responsável(is) pelo(s) fatos(s) investigado(s): Luciano de Sousa Lopes e Sebastião Ribeiro de Macedo.

3) Autor(es) da representação: Controladoria Geral da União - CGU.

Designa, para atuar como secretário do inquérito civil público, o seguinte servidor, desnecessária a colheita de termo de compromisso: Luís Eduardo Pinho de Castro, Matrícula MPF Nº 17.187-5.

Estabelece, a título de diligências iniciais: Conclusão dos autos ao gabinete.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Imperatriz - MA, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, IV, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, IV, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o art. 4º, VI, c/c art. 7º, § 2º, I e II, ambos da Resolução CNMP Nº 23/2007; o art. 6º, c/c art. 16, § 1º, I, ambos da Resolução CSMPF Nº 87/2006.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, assim como alterada a capa da investigação, para que passe a constar o termo "inquérito civil público".

ELLEN CRISTINA CHAVES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 19, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades em licitações e contratos firmados pela Prefeitura de Água Fria/BA, utilizando recursos do FUNDEB, no exercício de 2007, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000103/2009-35) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 21, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar suposta irregularidade na execução do Convênio SIAFI 503762 (FNS 2186/04), celebrado entre o município de Irecê/BA e o Fundo Nacional de Saúde com vigência em 2004 e 2005, fato noticiado no Relatório de Fiscalização Nº 25022.003434/2007-19 CGU, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000304/2007-71) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 22, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar irregularidades na gestão de recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome transferidos ao município de Bonito/BA nos anos de 2005 e 2006, fatos noticiados no Relatório de Fiscalização Nº 877/2006 da CGU decorrente do 22º Sorteio, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000008/2008-51) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 23, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar irregularidades na gestão de recursos do Ministério de Desenvolvimento Agrário transferidos ao município de Bonito/BA no período de 2003 a 2006, fatos noticiados no Relatório de Fiscalização Nº 877/2006 da CGU decorrente do 22º Sorteio, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000010/2008-20) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 24, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar transferidos ao município de Utinga/BA nos exercícios de 2003 e 2004, fatos noticiados no Relatório de Fiscalização Nº 881/2006 da CGU decorrente do 22º Sorteio Público, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000004/2008-72) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 25, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar irregularidades na gestão de recursos do Ministério da Previdência Social transferidos ao município de Bonito/BA em 2005 e 2006, fatos noticiados no Relatório de Fiscalização Nº 877/2006 da CGU decorrente do 22º Sorteio, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000006/2008-61) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 27, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos do Programa de Saúde da Família transferidos ao município de América Dourada no período de 2005 a 2007, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000046/2008-11) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 29, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB transferidos ao município de Morro do Chapéu/BA em 2007, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000036/2008-78) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 30, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Programa de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE transferidos ao município de Gentio do Ouro/BA em 2005 e 2006, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000030/2008-09) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 31, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar suposta prática de irregularidades na gestão de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB transferidos ao município de Serrinha/BA em 2008, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000188/2008-71) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 32, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar suposta prática de irregularidades na gestão de recursos do Programa Saúde da Família - PSF transferidos ao município de Itaberaba/BA no período de 2005 a 2007, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000098/2008-80) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 33, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB transferidos ao município de Santa Bárbara/BA no exercício de 2007, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000094/2008-00) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 34, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF transferidos ao município de Gentio do Ouro/BA no exercício de 2004, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000092/2008-11) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 35, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades no recolhimento das contribuições previdenciárias pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do município de Cabaceiras do Paraguaçu no período de 2005 a 2007, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000090/2008-13) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 37, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos FUNDEF/FUNDEB transferidos ao município de Barrocas/BA no período de 2005 a 2008, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000106/2008-98) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 39, DE 7 DE JANEIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS na Prefeitura Municipal de Itaberaba/BA em 2005, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000100/2008-11) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 45, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE transferidos ao município de Barrocas/BA no período de 2004 a 2008 para custeio de merenda e transporte escolar, assim como suposto enriquecimento ilícito de servidores da Prefeitura Municipal, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000050/2008-71) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 46, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar irregularidades na documentação referente à nomeação dos membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que utiliza recursos financeiros do PNAE, no município de Maragogipe/BA em 2008, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.000.000964/2008-72) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 47, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do PNAE no período de 2001 a 2007 e do FUNDEF em 2001 e 2002 transferidos ao município de Conceição de Feira, fatos noticiados no Relatório CGU 00190.002143/2003-17 resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000154/2008-86) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 48, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do FUNASA transferidos ao município de Conceição do Almeida em 2001 e 2002 através dos convênios 2452/01 e128/02, e em 2006 através de Convenio firmado para execução de melhorias sanitárias em residências (Tomada de Preços 04/2005, Contrato 047/2006), resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000151/2008-42) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 49, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Programa Saúde da Família - PSF transferidos ao município de Conceição do Almeida em 2007, através do Convênio Nº 2539/06, para ampliação e melhoramentos em Postos de Saúde, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000149/2008-73) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 50, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos do Ministério das Cidades transferidos ao município de Amélia Rodrigues/BA no período de 2006 a 2008 para construção de casas populares, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000124/2008-70) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 53, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades devido ao descumprimento da Lei do Estágio pela contratação de número excessivo de estagiários, fato que contribuiu para a redução da convocação de aprovados no concurso da Caixa Econômica Federal, no polo de Feira de Santana/BA, realizado em 2008, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000148/2009-18) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 55, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades em processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Itaberaba/BA (Pregão Nº 001/2007), envolvendo recursos do Sistema Único de Saúde, em 2007, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000018/2009-77) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 56, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, VI, da Constituição Federal c/c art. 6º, VII e 7º, I da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7.347/85 e de acordo com as Resoluções Nº 87/06/CSMPF e Nº 23/07/CNMP, com o objetivo de apurar supostas irregularidades na utilização de notas Fiscais do Laboratório ADALAB pela Prefeitura Municipal de Itaberaba/BA em 2006, sem que a referida pessoa jurídica tenha recebido créditos pelos serviços prestados ao SUS, resolve converter o presente Procedimento Administrativo (n.º 1.14.004.000016/2009-88) em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

Proceda-se ao registro e autuação da presente, comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução Nº 87/06/CSMPF e publique-se, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, VI e 7º, §2º, II da Resolução Nº 23/07/CNMP.

MARCOS ANDRÉ CARNEIRO SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 140, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) Nº 1.15.000.000561/2010-19, cujo objeto cinge-se a representação em face da ex-prefeita de Caucaia-CE, Sra. Inês Correa Arruda, em razão de impugnação da prestação de contas dos recursos recebidos por meio do convênio 471/2006 firmado com a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde);

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução Nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 149, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) Nº 1.15.000.000218/2010-66, cujo objeto cinge-se à representação versando sobre viagem à Inglaterra, de servidora da Universidade Federal do Ceará - UFC, possivelmente sem autorização;

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução Nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 150, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) Nº 1.15.000.000229/2010-46, cujo objeto cinge-se à representação fiscal para fins penais em face do Presidente da Câmara Municipal de Apuiarés, dando conta de possível crime de sonegação de contribuição previdenciária no período de 01/2005 a 12/2006, e apropriação indébita previdenciária e a apuração de possível ocorrência de atos de improbidade administrativa contra a administração pública;

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução Nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 152, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) Nº 1.15.000.000414/2010-31, cujo objeto cinge-se à representação versando sobre supostos descontos mensais indevidos no contra-cheque da sra. Maria de Fátima Morais Teles, servidora pública federal lotada no Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Ceará, em favor do Banco Panamericano;

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução Nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 153, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) Nº 1.15.000.000430/2010-23, cujo objeto cinge-se à representação em face da ex-prefeita do Município de Caucaia em razão de impugnação da prestação de contas dos recursos recebidos por meio do Convênio 271/2006, firmado com a Fundação Nacional de Saúde, cujo objeto consistiu na "construção da Unidade de Saúde - 4º módulo para unidade mista de saúde";

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução Nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 154, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) Nº 1.15.000.000432/2010-12, cujo objeto cinge-se à prescrição de multas referentes à fiscalização por excesso de peso, capacidade máxima de tração CMT e fiscalização de produtos perigosos, sem cobrança pela Polícia Rodoviária Federal, com possível benefício de empresários do ramo de transportes;

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução Nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 155, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) Nº 1.15.000.000449/2010-70, cujo objeto cinge-se às irregularidades na aplicação dos recursos repassados por meio do Contrato de Repasse nº125 018-38, tendo como objetivo a realização de obras de drenagem, terraplanagem e pavimentação para a melhoria da infra-estrutura do transporte coletivo de Fortaleza-CE;

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução Nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 156, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) Nº 1.15.000.000451/2010-49, cujo objeto cinge-se à não aplicação dos recursos repassados por meio do Contrato de Repasse Nº 133982-70, tendo como objeto a construção de 200 unidades habitacionais e urbanização correspondente;

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução Nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 157, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) Nº 1.15.000.000457/2010-16, cujo objeto cinge-se à construção de cercas e instalação de caixa d'água delimitando várias áreas em terreno de marinha, na localidade de Barra Nova, distrito de Jacarecoara, Município de Cascavel-CE;

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução Nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 158, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) Nº 1.15.000.000493/2007-84, cujo objeto cinge-se à constatação de procedimentos fraudulentos em relação à emissão de notas fiscais pela empresa Cave Comércio de Material Hospitalar - ME para a aquisição de cadeiras de roda pelo convênio Nº 5632/2004, celebrado com o Fundo Nacional de Saúde-FNS, durante auditoria realizada na Associação Beneficente Cearense de Reabilitação-ABCR;

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução Nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 159, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) Nº 0.15.000.000995/2004-18, cujo objeto cinge-se ao monitoramento da aplicação de recursos federais relativos ao FUNDESCOLA;

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução Nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

PORTARIA Nº 163, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) Nº 1.15.000.000595/2010-03, cujo objeto cinge-se à tomada de contas especial em virtude da não apresentação de prestação de contas do convênio celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e o município de Caridade, visando melhorias sanitárias domiciliares;

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução Nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

SEXTA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 71, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

Procedimento Preparatório Nº 1.36.000.000799/2009-72

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra-assinado, em exercício no Ofício da Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultura, Índios e Minorias, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o teor da Resolução CSMPF Nº 87/2010 e

Considerando o que consta do procedimento preparatório em epígrafe, instaurado para verificar a regularidade ambiental de empreendimento executado na Fazenda Varjão, vizinha à terra indígena Krahô-Kanela, no município de Lagoa da Confusão - TO;

Considerando que é atribuição do Ministério Público Federal zelar pela proteção do Meio Ambiente, onde se inclui a necessidade de licenciamento ambiental de todas as atividades potencialmente poluidoras, bem como a defesa dos interessas das comunidades indígenas;

Considerando, ainda, que não há elementos suficientes para permitir a imediata deliberação quanto à medida a ser adotada;

RESOLVE:

1- Instaurar INQUÉRITO CIVIL, tendente a apurar os fatos noticiados, em toda sua extensão, com os seguintes elementos:

REPRESENTANTE: Comunidade Indígena Krahô Kanela

INTERESSADOS: Comunidade Indígena Krahô Kanela, Odontino Reis (proprietário da fazenda Varjão) e Naturatins.

OBJETO: Fiscalizar o Licenciamento Ambiental do empreendimento de agricultura irrigada na Fazenda Varjão, município de Lagoa da Confusão - TO.

FUNDAMENTO: Art. 5º, inciso III, letras d) e e), e Art. 6º, VII, letras b) e c) da Lei Complementar Nº 75/93.

2- Determinar a realização das seguintes providências:

-Oficie-se ao IBAMA/TO requisitando informações quando ao desdobramento da Notificação Nº 528850-B expedida para José Antônio Bene apresentar licenciamento ambiental do empreendimento.

3- Encaminhe-se cópia da presente à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para publicação e à 6ª Câmara para conhecimento;

4- Publique-se no mural desta PR/TO.

ÁLVARO LOTUFO MANZANO

PORTARIA Nº 119, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

Conversão de Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público Procedimento Administrativo: 08111.000477/97-09

Assunto: Omissão da FUNASA em relação à falta de água potável na Aldeia Bororó.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal e pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a legislação infraconstitucional, especificamente os dispositivos do art. 6º, incisos VII, "b" e XIV, "d", da Lei Complementar 75/93 e art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347/85 (LACP), conferem ao Ministério Público a legitimidade para atuar na defesa do meio ambiente e de outros interesses sociais, difusos e coletivos, bem como a Resolução Nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta a instauração e a tramitação do Inquérito Civil Público;

CONSIDERANDO a necessidade de aprofundar a investigação, com vistas à apuração dos fatos em toda a sua extensão e à busca de soluções administrativas ou de elementos para a propositura das medidas judiciais que se fizerem necessárias, visando à defesa da ordem jurídica e à proteção dos interesses que ao Ministério Público Federal incumbe resguardar; resolve:

Em observância aos termos dos artigo 2º, § 7º e 4º da Resolução Nº 23 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, de 23.09.2007, e subsidiariamente da Resolução Nº 87 do CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, CONVERTER o procedimento administrativo Nº em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar os fatos, adotando as seguintes diligências:

1. Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida;

2. Remeta-se cópia desta Portaria à Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

MARCO ANTÔNIO DELFINO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 173, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, com lastro nos arts. 127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art. 6º, VII, da Lei Complementar 75/93;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal instaurou o Procedimento Administrativo (PA) Nº 1.15.000.000460/2010-30, cujo objeto cinge-se à paralisação das obras da Escola Diferenciada Marcelino Alves de Matos, situada na Aldeia Sobradinho (Terra Indígena Tapeba), município de Caucaia/CE;

CONSIDERANDO que o prazo para encerramento do citado Procedimento Administrativo, de acordo com as normas de regência, já expirou;

CONSIDERANDO a necessidade de continuar nas investigações, com o intuito de carrear aos autos mais elementos de convicção, DETERMINA:

1. Converter o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, mantendo-se sua ementa, número de autuação e o ofício para o qual distribuído.

2. Comunicar o fato à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

3. A publicação em meio eletrônico e na imprensa oficial, considerando o disposto nos artigos 4º, VI, parte final, e 7º, §2º, I, da Resolução Nº 23 do CNMP, assim como no artigo 16, § 1º, I, da Resolução Nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

4. Que a SOTC anote a vinculação do presente ICP ao PA anterior, para fins de recebimento de ofícios ainda pendentes de resposta.

5. Após, voltem conclusos para deliberações.

ALESSANDER WILCKSON CABRAL SALES

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIAS REGIONAIS
3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 554, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

O Procurador do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório n.º 000984.2007.03.000/3, instaurado em face de representação formulada por DENUNCIANTE SIGILOSO e pelo MPE/MG, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja "CTPS e registro de empregados", resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar n.º 75/1993 e art.8º, § 1º da Lei n.º 7.347/1985: determinar a instauração do INQUERITO CIVIL N° 000984.2007.03.000/3, em face de TX CAR LOCADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º03.457.147/0001-01, localizada à Avenida José Cândido Da Silveira Nº 3165, Bairro São Marcos, Belo Horizonte / MG - 31.930-000.

Determina-se, de início, intimar o inquirido a, no prazo de 20 dias, apresentar cópia de documentos; Oficiar à Associação dos Condutores Auxiliares de Taxi informando que o arquivamento não foi homologado pela CCR e que o procedimento foi convertido em Inquérito Civil.

ALOÍSIO ALVES

PORTARIA Nº 3, DE 27 DE JANEIRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório n° 192/2009, instaurado em face de representação sigilosa, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja reserva de vagas a portadores de deficiência, pagamentos não contabilizados, prorrogação da jornada de trabalho, repouso semanal remunerado e salário, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL Nº 192/2009, contra: ESDEVA INDÚSTRIA GRÁFICA LTDA, CNPJ 17.153.081/0001-62, localizada à R. Espírito Santo, n° 95 - bairro Poço Rico, Juiz de Fora / MG - 36.020-000. .

MARCELO DOS SANTOS AMARAL

PORTARIA Nº 5, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório Nº 000243.2010.03.002/7, instaurado em face de representação formulada pelo Juízo da Vara do Trabalho de Cataguases/MG, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e ante a necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja, abuso do poder diretivo do empregador e coação em face de ex-empregado, resolve:

Nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85: determinar a instauração do INQUÉRITO CIVIL Nº 000243.2010.03.002/7, contra: VIA MUNDO LTDA, CNPJ 03.020.859/0001-50, localizada na Praça Atílio Bonfante, 117 - Centro, Astolfo Dutra/MG - CEP. 36780-000.

JOSÉ REIS SANTOS CARVALHO

PORTARIA Nº 11, DE 10 FEVEREIRO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e institucionais conferidas pelos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição da República de 1988, pelos artigos 83 e 84, da Lei Complementar n.º 75/1993, pelo art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/1985, e pela Resolução n.º 69/2007 do CSMPT, e

CONSIDERANDO o teor dos fatos relatados na Representação n.º 000025.2011.03.010/4, instaurada em face de representação formulada pelo Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Araújos/MG, tendo como tema "Acidente de Trabalho com Crianças e Adolescentes", em que se apura possível desrespeito à legislação protetiva do trabalho;

CONSIDERANDO que em função de norma constitucional prevista no art. 129, III, da CR/1988, foi conferido ao Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público do Trabalho promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, III, da LC n º 75/93); resolve:

INSTAURAR o INQUÉRITO CIVIL N.° 000025.2011.03.010/4, junto à Procuradoria do Trabalho no Município de Divinópolis, em face de Indústria e Comércio de Calçados Humbru Ltda - ME, inscrita no CNPJ sob o Nº 03.224.685/0001-48, localizada na Avenida Lambari, n.º 1.200, Bairro Bela Vista, em Araújos/MG, CEP: 35.603-000, com fulcro no art. 129, inciso III, da CR/1988; art. 84 e incisos da Lei Complementar n.º 75/1993; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/1985 e Resolução n.º 69/2007 do CSMPT, para apuração dos fatos em toda a sua extensão, visando à adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis à espécie.

FERNANDA BRITO PEREIRA

PORTARIA Nº 12, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos da Representação n° 000016.2011.03.010/3, instaurado em face de representação formulada Ministério Público do Trabalho, constam evidências de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos, e em face da necessidade de serem colhidas provas úteis e necessárias para o esclarecimento do objeto, qual seja: "EPI - Equipamentos de Proteção Individual" e "Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho", resolve, nos termos do disposto nos arts. 129, inciso III, da Constituição da República, c/c art. 84, II, da Lei Complementar 75/93 e art.8º, § 1º da Lei 7347/85:

Instaurar o Inquérito Civil Nº 000016.2011.03.010/3 em face da Empresa Meridional STR - Serviços Técnicos em Rodovias Ltda., inscrito no CNPJ sob o Nº 08.803.721/0001-41, localizada na Avenida Antônio Gazzola, 1001, 8º Andar, Sala A - Bairro Jardim Corazza - ITU/SP - CEP 13301-245.

Determina-se, de início, intimação da investigada para apresentação de documentos.

ALESANDRO BATISTA BERALDO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA-GERAL

MAPA DA ESTATÍSTICA ANUAL DE 2010

I - DADOS GLOBAIS

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL E ATOS PRATICADOS	DADOS DE 2010	CRESCIMENTO EM RELAÇÃO A 2009
*Feitos externos remanescentes de 2009	4.141	-27,13%
*Feitos externos recebidos em 2010	642.293	7,09%
*Feitos externos devolvidos em 2010	639.810	6,40%
*Feitos externos remanescentes em 2010	6.532	63,42%
Feitos internos instaurados em 2010	20.973	13,56%
Ações Criminais Instauradas	16.660	-7,67%
Ações Civis Instauradas	1.765	24,12%
Atendimento ao Público	57.599	**188,49%
Recursos / Razões / Contra-Razões	10.057	18,11%
TAC / Acordos	1.716	-7,89%
Arquivamentos	48.873	6,55%
Manifestações em autos	404.821	15,25%
Plenários do Júri	720	2,86%
Audiências / Sessões	116.731	3,96%
Ciências / Baixas	308.355	7,87%
Outras Promoções	78.822	21,53%
Total de Atos Praticados	1.046.119	14,88%

(*) - Processos Judiciais, Inquéritos Policiais, Termos Circunstanciados e Habilitações de Casamento

(**) - O crescimento expressivo da quantidade de atendimentos ao público (188,49%) deve-se ao registro desses atos praticados por unidades que não efetuavam o registro em anos anteriores

II - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Circunscrições	N° de Unidades	Inquéritos Polciais			Processos Judiciais			Termos Circunstanciados		
		Rec.	Dev.	Rem.	Rec.	Dev.	Rem.	Rec.	Dev.	Rem.
Brasília	50	32.245	31.918	492	66.266	66.240	307	21.826	21.944	44
Brazlândia	5	3.024	3.029	16	9.086	9.089	3	1.364	1.367	1
Ceilândia	21	13.820	13.803	273	32.610	32.596	206	13.815	13.656	262
Distrito Federal	168	9.971	9.895	239	180.307	179.587	2.594	1.336	1.348	15
Gama	12	3.459	3.443	53	11.145	11.117	49	3.625	3.596	103
Núcleo Bandeirante	6	2.831	2.759	72	5.532	5.475	58	6.555	6.302	265
Paranoá	10	6.082	6.021	81	12.125	12.098	61	2.948	2.948	10
Planaltina	11	6.015	5.962	64	16.735	16.727	12	7.223	7.209	15
Samambaia	18	9.044	8.955	155	30.662	30.574	201	8.897	8.860	87
Santa Maria	7	5.015	5.001	13	12.073	12.056	19	4.160	4.147	13
São Sebastião	6	2.321	2.322	6	7.107	7.135	23	3.954	3.928	31
Sobradinho	8	5.347	5.316	64	14.184	14.057	162	6.630	6.555	88
Taguatinga	18	9.063	8.992	112	23.857	23.697	193	11.140	11.129	22
Total	340	108.237	107.416	1.640	421.689	420.448	3.888	93.473	92.989	956

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

III - ATOS PRATICADOS

Unidades	N° de Unidades	*Ações Criminais Instauradas	Aços Civis Instauradas	Atendimentos ao Público	Recursos / Razões / Contra-Razões	TAC / Acordos	Arquivamentos	Manifestações em Autos	Plenários de Júri	Audiências/ Sessões	Ciências / Baixas	Outras Promoções	TOTAL
PGJ - Chefia de Gabinete e Assessorias	7	79	21	4	1.989	0	250	5.243	0	83	9.499	375	17.543
Conselho Superior	1	0	0	0	0	0	10	196	0	1	3	99	309
Corregedoria-Geral	1	0	0	0	0	0	0	338	0	26	1	169	534
Câmaras de Coord. e Revisão - Matéria Cível	6	0	0	0	0	0	18	322	0	212	2	762	1.316
Câmaras de Coord. e Revisão - Matéria Criminal	2	0	0	0	0	0	9	203	0	69	5	332	618
Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão	1	0	14	433	3	4	29	250	0	21	126	500	1.380
Procuradorias de Justiça Cíveis	18	0	0	17	76	0	0	5.553	0	322	4.360	10	10.338
Procuradorias de Justiça Criminais Comuns	13	0	0	3	9	0	0	6.468	0	108	8.433	11	15.032
Procuradorias de Justiça Criminais Especializadas	8	0	0	0	1.050	0	1	4.957	0	40	4.962	13	11.023
Núcleos de Investigação	9	34	7	289	51	0	550	3.192	0	401	820	2.695	8.039
Prom. de Justiça - Matéria Cível	55	0	32	8.559	92	84	1.397	78.952	0	32.343	51.784	5.175	178.418
Prom. de Justiça - Matéria Criminal	76	9.223	435	4.645	4.141	2	7.680	74.820	720	18.401	94.972	12.987	228.026
Prom. de Justiça - Matéria Especial Criminal	38	3.285	316	10.006	599	6	28.711	90.326	0	43.831	66.872	10.847	254.799
Prom. de Justiça - Matéria Eleitoral	21	11	0	62	14	1	95	778	0	79	710	442	2.192
Prom. da Infância e Juventude - Cível	4	61	291	2.941	37	0	611	6.970	0	960	3.311	1.430	16.612
Prom. da Infância e Juventude - Infracional e Execuções	11	2.611	26	8.808	553	77	2.099	15.827	0	8.251	18.037	11.190	67.479
Prom. Crim. Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde	1	21	1	4.066	18	2	214	1.333	0	93	249	1.987	7.984
Prom. de Acidentes de Trabalho	1	2	0	183	5	0	4	489	0	107	1.881	1	2.672
Prom. de Defesa da Comunidade	1	0	25	4.439	0	457	873	5.480	0	621	0	1.534	13.429
Prom. de Defesa da Educação	2	0	10	1.395	1	0	366	1.642	0	130	12	1.504	5.060
Prom. de Defesa da Filiação	2	0	399	3.175	0	982	1.083	12.306	0	2.336	1.490	11.657	33.428
Prom. de Defesa da Ordem Tributária	3	90	3	40	199	0	576	1.178	0	141	1.578	696	4.501
Prom. de Defesa da Ordem Urbanística	6	1	49	4.219	56	53	413	4.019	0	110	1.262	3.986	14.168
Prom. de Defesa da Saúde	2	1	4	142	2	2	158	623	0	112	16	487	1.547
Prom. de Defesa do Consumidor	4	24	16	540	32	26	468	1.525	0	280	536	1.142	4.589
Prom. de Defesa do Idoso e Portador de Deficiência	2	0	1	338	0	1	283	2.119	0	125	26	670	3.563
Prom. de Defesa do Meio Ambiente	4	27	4	760	43	11	471	4.271	0	249	2.490	2.175	10.501
Prom. de Defesa do Patrimônio Público e Social	6	14	37	369	51	7	363	2.926	0	215	298	1.325	5.605
Prom. de Entorpecentes	8	972	22	203	761	0	1.230	4.900	0	1.325	6.288	1.022	16.723
Prom. de Execuções Penais	8	0	2	207	203	0	31	45.709	0	3.699	19.231	563	69.645
Prom. de Falências e Recuperação de Empresas	2	3	0	103	9	0	7	869	0	31	264	21	1.307
Prom. de Fazenda Pública	6	0	10	40	8	0	3	3.854	0	87	1.890	80	5.972
Prom. Militares	3	104	13	359	36	0	356	648	0	326	1.703	414	3.959
Prom. de Registros Públicos	4	0	3	23	3	0	13	10.420	0	104	1.965	9	12.540
Prom. de Tutela de Fundações	2	2	8	260	16	1	479	1.806	0	119	92	2.413	5.196
Plantão Diurno, Noturno, Final de Semana e Recesso	1	95	16	971	0	0	22	4.274	0	888	3.024	98	9.388
Prom. de Precatórias	1	0	0	0	0	0	0	35	0	485	163	1	684
Total	340	16.660	1.765	57.599	10.057	1.716	48.873	404.821	720	116.731	308.355	78.822	1.046.119

* Incluídas as representações da infância e juventude

BENIS SILVA QUEIROZ BASTOS

Corregedora-Geral

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 4, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011
(Sessão Extraordinária Reservada do Plenário)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício, Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 17 horas e 34 minutos, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira e do representante do Ministério Público, Procurador-Geral, em exercício, Lucas Rocha Furtado, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 3, da Sessão Extraordinária Reservada realizada em 2 de fevereiro de 2010 (Regimento Interno, artigo 101).

COMUNICAÇÃO

Do Ministro Raimundo Carreiro:

"Senhor Presidente,
Senhores Ministros,
Senhor Procurador-Geral,

Nos termos do §3º do art. 20 da Lei 8.313/91 (Lei de Incentivo à Cultura, também conhecida como "Lei Rouanet"), a aplicação dos valores correspondentes ao incentivo fiscal previsto no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), deve ser acompanhada pelo Tribunal de Contas da União, que, por força desse dispositivo, deve incluir, anualmente, no parecer prévio sobre as contas do governo, uma análise específica sobre a avaliação dos projetos vinculados a esse programa.

Nesse sentido, ao relatar as Contas do Governo referentes ao exercício de 2009, consignei, entre outros pontos, o problema da deficiência, por parte do Ministério da Cultura, em fiscalizar as prestações de contas dos recursos destinados ao incentivo à cultura, especialmente os vinculados ao PRONAC.

Na ocasião, os levantamentos realizados pelo Tribunal apuraram um crescimento de 45,8% na quantidade de prestações de contas não apresentadas, em relação ao exercício anterior. Em termos de valores, esse aumento foi de 81,8%. Também foi verificado um aumento no percentual de prestações de contas aguardando análise, de 21,8%. Merece destaque o valor correspondente às prestações de contas pendentes de análise, que ultrapassou a marca de R$ 3 bilhões naquele exercício.

Em vista disso, registrei, naquele Relatório, a necessidade de uma atuação mais incisiva do Ministério da Cultura para reduzir o estoque de prestações de contas pendentes de análise ou de manifestação conclusiva, principalmente em face do expressivo valor envolvido.

Esse problema já fora apontado, também, em levantamento de auditoria realizado pela 6ª Secex, com o objetivo de coletar informações do Ministério da Cultura, para subsidiar futuros trabalhos. O respectivo relatório foi aprovado mediante o Acórdão 1803/2010 - 2ª Câmara, de 27/4/2010 (TC 020.718/2009-4 - Relação 10/2010 - Auditor André Luís de Carvalho). Nessa deliberação, o Tribunal deixou assente que o resultado dos trabalhos deveria ser utilizado para subsidiar a análise das contas ordinárias da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura e também subsidiar o planejamento de outras fiscalizações.

Diante do exposto, e considerando a relevância e a gravidade das deficiências apuradas na fiscalização das prestações de contas do PRONAC, a cargo do Ministério da Cultura, proponho que este Colegiado determine a realização, neste exercício, de uma auditoria com enfoque na área em destaque, o que permitirá adoção de medidas mais contundentes para garantir a boa gestão desses recursos.

Outrossim, para assegurar maior completude à fiscalização, acrescento as seguintes propostas quanto ao escopo da auditoria:

i) análise de projetos aprovados a partir do ano de 2005;

ii) verificação, por amostragem, do conteúdo dos processos de prestação de contas do PRONAC, com o fito de avaliar o perfil e a gravidade das irregularidades na execução desses projetos;

iii) inclusão de tópico específico, no relatório de auditoria, identificando os demais processos deste Tribunal que tratem de irregularidades na execução do PRONAC, que estejam em curso ou tenham sido apreciados a partir de 2009."

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos apresentadas pelos relatores e proferiu os seguintes Acórdãos:

Acórdão nº 315, adotado no processo nº TC-027.207/2010-2, constante da Relação nº 8 do Ministro Valmir Campelo.

Acórdão nº 316, adotado no processo nº TC-010.650/2010-5, constante da Relação nº 8 do Ministro Valmir Campelo.

Acórdão nº 317, adotado no processo nº TC-000.501/2011-5, constante da Relação nº 8 do Ministro Valmir Campelo.

Acórdão nº 318, adotado no processo nº TC-008.697/2010-8, constante da Relação nº 3 do Ministro Augusto Nardes.

Acórdão nº 319, adotado no processo nº TC-026.210/2010-0, constante da Relação nº 3 do Ministro Augusto Nardes.

Acórdão nº 320, adotado no processo nº TC-000.256/2011-0, constante da Relação nº 2 do Ministro Aroldo Cedraz.

Acórdão nº 321, adotado no processo nº TC-000.890/2011-1, constante da Relação nº 5 do Ministro Raimundo Carreiro.

Acórdão nº 322, adotado no processo nº TC-011.453/2009-8, constante da Relação nº 5 do Ministro Raimundo Carreiro.

Acórdão nº 323, adotado no processo nº TC-033.809/2010-0, constante da Relação nº 5 do Ministro Raimundo Carreiro.

Acórdão nº 324, adotado no processo nº TC-018.436/2009-9, constante da Relação nº 6 do Ministro Raimundo Carreiro.

Acórdão nº 325, adotado no processo nº TC-028.058/2009-8, constante da Relação nº 6 do Ministro Raimundo Carreiro.

Acórdão nº 326, adotado no processo nº TC-028.012/2009-9, constante da Relação nº 6 do Ministro José Jorge.

Acórdão nº 327, adotado no processo nº TC-003.186/2006-3, constante da Relação nº 5 do Ministro-Substituto André Luis de Carvalho.

Acórdão nº 328, adotado no processo nº TC-009.799/2010-9, constante da Relação nº 6 do Ministro-Substituto André Luis de Carvalho.

Acórdão nº 329, adotado no processo nº TC-033.870/2010-1, constante da Relação nº 6 do Ministro-Substituto André Luis de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário examinou os processos a seguir listados e proferiu os Acórdãos abaixo relacionados. Não foi utilizado na numeração dos acórdãos o nº 331.

Acórdão nº 330, adotado no processo nº TC-011.315/2010-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

Acórdão nº 332, adotado no processo nº TC-001.090/2011-9, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro.

PROCESSO EXCLUÍDO DE PAUTA

O processo nº TC-016.391/2009-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, foi excluído de pauta.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos respectivos processos, tornaram-se públicos os acórdãos nºs 321, 322, 323, 327 e 330, a seguir transcritos.

O acórdão nº 330 consta também do Anexo I desta Ata, juntamente com o relatório e voto em que se fundamentou. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

Em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo único, do Regimento Interno estes mesmos acórdãos serão publicados na ata da sessão ordinária realizada nesta data.

Os acórdãos relativos aos processos em que foi mantido o sigilo constam do Anexo II desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

RELAÇÃO Nº 5/2011 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 321/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143 inciso III e 235 par. único do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da presente denúncia, porquanto não devidamente preenchidos os requisitos de admissibilidade aí previstos; levantar o sigilo dos presentes autos; dar ciência ao denunciante do presente Acórdão e arquivar o processo, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.890/2011-1 (DENÚNCIA)
1.1. Interessado: Identidade preservada
1.2. Unidade: Município de Sertãozinho/SP
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 322/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 53 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 143, V, "a"; e 235, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da denúncia, por preencher os requisitos de admissibilidade conforme os pareceres emitidos n os autos.

1. Processo TC-011.453/2009-8 (DENÚNCIA)

1.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Unidade: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Md

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (SECEX-ES)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. comunicar ao interessado que os fatos por ele denunciados estão sendo apurados no TC 013.389/2006-0, cuja apreciação de mérito lhe será remetida tão logo seja proferida decisão pelo Tribunal no referido processo;

1.6. declarada a insubsistência parcial do item 9.1 do Acórdão nº 2.360/2009 - Plenário, no que concerne ao apensamento do TC 002.731/2009-8 ao processo TC 013.389/2006-0;

1.7. Cancelada a chancela de sigiloso que recai sobre o presente processo, inclusive quanto à autoria da denúncia; e

1.8. Arquivar o presente processo, com fundamento no art. 234, § 4º, c/c o art. 250, inciso I, ambos do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 323/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI e 53 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 143, V, "a"; 235, do Regimento Interno/TCU, e arts. 125 e 126 da Resolução nº 191, de 2006, ACORDAM em conhecer da denúncia para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, retirar a chancela de sigiloso dos autos e arquivar, encaminhar cópia deste Acórdão ao denunciante.

1. Processo TC-033.809/2010-0 (DENÚNCIA)

1.1. Interessado: Identidade Preservada (189.185.558-14)

1.2. Unidade: Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

1.3. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Negar o pedido de medida cautelar formulado pelo denunciante; e

1.6. Alertar a VALEC de que, nos procedimentos relativos à Concorrência nº 005/2010, foi identificada falha no procedimento de avaliação da qualificação técnica do Consórcio Galvão / OAS, referente ao Lote 02, consistente no acatamento de Certidões de Acervo Técnico de profissional não vinculado à licitante, em desacordo com os itens 5.3.5, alíneas "b" e "c", do edital, e item 6.1 do respectivo Termo de Referência.

Ata n° 4/2011 - Plenário

Data da Sessão: 9/2/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado

RELAÇÃO Nº 5/2011 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 327/2011 - TCU - Plenário

Considerando que a presente denúncia versa sobre possíveis irregularidades ocorridas no âmbito da Oitava Região Militar, da Oitava Divisão do Exército, do Oitavo Depósito de Suprimentos e da Comissão Regional de Obras da Oitava Região Militar;

Considerando que as diligências promovidas pela Unidade Técnica elidiram parcialmente as irregularidades apontadas;

Considerando que, em relação às irregularidades verificadas nos autos, a Diretoria de Auditoria do Exército, ao apresentar as razões de justificativa do Comando da 8ª Região Militar, certificou, por meio do Ofício nº 295-SCCR/D Aud, a não ocorrência das falhas questionadas no Ofício de Diligência nº 741/2008-TCU/SECEX-3;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, 234, 235, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; retirar a chancela de sigilo dos autos; e fazer o seguinte alerta e as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.186/2006-3 (DENÚNCIA)

1.1. Interessado: Identidade preservada.

1.2. Órgão/Entidade: 8ª Região Militar/8ª Divisão do Exército, 8º Depósito de Suprimento e Comissão Regional de Obras da 8ª Região.

1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Alertar o Comando da 8ª Região Militar/8ª Divisão do Exército quanto à necessidade da fiel observância do Decreto nº 4.307, de 18/7/2002, e demais instrumentos normativos concernentes ao pagamento de gratificação de representação e diárias, e da Portaria Normativa nº 4.883, de 7/8/2000, do Gabinete do Ministro do Exército, e demais instrumentos disciplinares relativos à concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos.

1.6. Determinar à 3ª Secex que:

1.6.2.1. encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução de fls. 696/720, à Diretoria de Auditoria do Comando do Exército, para conhecimento e adoção das providências pertinentes e ao denunciante;

1.6.2.2. arquive os presentes autos.

Ata n° 4/2011 - Plenário

Data da Sessão: 9/2/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado

ACÓRDÃO Nº 330/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n. 011.315/2010-5.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: VII - Denúncia.

3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE/SP.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - Secex/SP.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Denúncia, em que foram noticiadas possíveis irregularidades na área de pessoal no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente Denúncia para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE/SP que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação, informe a esta Corte de Contas:

9.2.1. o lugar de lotação dos servidores requisitados, se em secretarias ou cartórios eleitorais;

9.2.2. o período de tempo em que cada servidor atualmente requisitado presta serviços ao TRE/SP;

9.2.3. o tempo e a quantidade de servidores do TRE/SP que estejam cedidos a outros órgãos;

9.3. retirar o sigilo dos autos, nos termos do art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992;

9.4. apensar este processo ao TC-014.770/2009-9, que trata de Relatório de Auditoria realizada em diversos Tribunais Regionais Eleitorais, dentre eles o TRE/SP;

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e ao denunciante.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0330-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 38 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 11 de fevereiro de 2011

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

ATA Nº 4, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício, Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

À hora regimental, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira e do representante do Ministério Público, Procurador-Geral, em exercício, Lucas Rocha Furtado, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a ata nº 3, da sessão ordinária realizada em 2 de fevereiro corrente (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

Presença, em Plenário, dos Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, Senhores Jossivani de Oliveira, Paulo Ernani Miranda Ortegal e Paulo Rodrigues de Freitas e do Conselheiro-Substituto daquele Tribunal Senhor Maurício Oscar Bandeira Maia; e

Realização do XXXIII Encontro de Dirigentes do TCU e apresentação do Plano de Diretrizes do TCU para os exercícios de 2011 e 2012.

Do Ministro Valmir Campelo:

Proposta, aprovada pelo Plenário, de encaminhamento à Segecex e à Segepres de documentação para subsidiar estudo com objetivo de estabelecer novos paradigmas de trabalho, pautados em resultados em larga escala, com o uso intenso de recursos de informática, denominado "tecnologia TCU".

Do Ministro Augusto Nardes:

Realização de auditoria operacional no Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - Dnit, no âmbito do Plano de Fiscalização para 2011, para se traçar um panorama concreto da real situação das pontes rodoviárias federais e demais obras de arte especiais, identificando pontos críticos nas ações adotadas pela autarquia com vistas à manutenção e conservação dessas estruturas.

MEDIDAS CAUTELARES CONCEDIDAS (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão das medidas cautelares exaradas nos processos nºs:

TC-000.658/2011-1, pelo Ministro Valmir Campelo, para que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero suspenda a Concorrência Internacional 010/2010;

TC-030.105/2010-2, pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, para que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - Dnit suspenda a Concorrência Pública 342/2010-00; e

TC-018.373/2010-0, pelo Ministro Raimundo Carreiro, para que a Autoridade Portuária do Porto de Suape se abstenha de assinar o contrato relativo à Concorrência 025/2009.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Data do sorteio: 03/02/2010

Processo: 006.309/2008-5
Interessado: Marcio Felix Carvalho Bezerra, /MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 007.847/2004-5
Interessado: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - MJ
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 009.502/2008-9
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 013.332/2009-1
Interessado: INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - MCT
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 029.501/2008-9
Interessado: ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, PROCURADORIA DA REPÚBLICA/AM - MPF/MPU
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Data do sorteio: 08/02/2010

Processo: 001.322/2007-6
Interessado: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA POLO PETROLINA/JUAZEIRO/MPF
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 001.378/2008-0
Interessado: /MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 001.570/2005-8
Interessado: Prefeitura Municipal de São José do Jacuípe - BA
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 003.287/2011-4
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 004.495/2003-9
Interessado: CONGRESSO NACIONAL
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 005.009/2010-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 006.553/2009-2
Interessado: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 010.099/2005-8
Interessado: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MEC, Prefeitura Municipal de Boca do Acre - AM
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 011.169/2000-8
Interessado: COMPANHIA DOCAS DO PARA - CDP
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 011.647/2007-5
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - MME, CONGRESSO NACIONAL
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 011.699/2002-0
Interessado: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE/MT - JE
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 012.292/2009-0
Interessado: BRASIL MIDIA DIGITAL LTDA./BRASIL MIDIA DIGITAL LTDA., DYNAMIC VIDEO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA./DYNAMIC VIDEO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 013.454/2003-5
Interessado: VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A. - MT
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 013.686/2006-4
Interessado: IDENTIDADE PRESERVADA/(DOCUMENTO SIGILOSO)
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 015.288/2005-8
Interessado: FNDE/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, Prefeitura Municipal de Pilar - AL
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 015.506/2010-0
Interessado: /CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 020.419/2007-9
Interessado: CEF /CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 021.201/2010-2
Interessado: NORDESTE SEGURANÇA/NORDESTE TRANSPORTE DE VALORES LTDA
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 026.801/2010-8
Interessado: /CAVALCANTE MOURA ENGENHARIA LTDA
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 027.747/2010-7
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 029.015/2007-9
Interessado: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS, Roosevelt Ferreira de Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 575.449/1997-7
Interessado: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM - RJ
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 230 a 256.

RELAÇÃO Nº 7/2011 - Plenário
Relator - Ministro VALMIR CAMPELO

ACÓRDÃO Nº 230/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão nº 2300/2010-TCU-Plenário, Sessão de 8/9/2010, para fins de correção de erro material, relativamente à data de ocorrência do valor do débito de R$ 8.600,00, de forma que onde se lê:"26/1/1994" leia-se:.26/1/1995, mantendo-se os demais termos do acórdão, ora retificado:

1. Processo TC-008.958/2009-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Clésio da Gama Fernandes (484.914.206-06)
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG(SECEX-MG)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 4/2011 - Plenário
Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 5/2011 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 231/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária de Plenário, e tendo em vista estes autos de embargos de declaração opostos contra o Acórdão 2788/2010 - Plenário;

Considerando que, tendo tomado ciência do acórdão embargado em 19/11/2010 (fl. 708, volume 3), na forma do art. 183, inciso II, c/c o art. 179, inciso II, todos do Regimento Interno, o sr. João de Souza Trajano interpôs embargos de declaração em 6/12/2010 (fl. 2, anexo 12), extrapolando o prazo de 10 (dez) dias para manejo da espécie recursal, conforme fixado pelo art. 287, §1º, também do Regimento Interno;

Considerando que, mesmo que conhecidos, os embargos declaratórios seriam rejeitados porque não existe a alegada obscuridade. Os pontos questionados foram objeto de detida análise no julgamento do pedido de reexame, o que demonstra a intenção de rediscutir matéria já decidida;

ACORDAM, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/92, em não conhecer dos embargos de declaração e dar ciência ao interessado.

1. Processo TC-009.808/2008-9 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: João de Souza Trajano, ex-Secretário Municipal de Obras, CPF 226.155.042-15.
1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal - CEF.
1.3. Unidades técnicas: não atuou.
1.4. Advogados constituídos nos autos: Francisco Antônio Mendes, OAB/PI 1983/89; Nicolau Tork Rodrigues, OAB/AP 632; e Eduardo dos Santos Tavares, OAB/DF 27.421.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 4/2011 - Plenário
Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 2/2011 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 232/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 53 a 55, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c os arts. 15, inciso I, alínea "p", 235 e 250, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, e de conformidade com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em:

a) acatar as razões de justificativa apresentadas pelo responsável e;

b) conhecer da denúncia, por atender aos pressupostos regimentais de admissibilidade aplicáveis à espécie, para, no mérito, considerá-la improcedente:

1. Processo TC-033.036/2008-3 (DENÚNCIA)
1.1. Responsáveis: Instituto Nacional da Propriedade (29.212.909/0001-95); Jorge de Paula Costa Avila (759.456.657-20); Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro (35.791.326/0001-69).
1.2. Interessado: Instituto Nacional da Propriedade Industrial - MDIC (42.521.088/0001-37)
1.3. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial - MDIC.
1.4. Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-9).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Determinar o arquivamento dos autos, após envio de cópia desta deliberação, da instrução técnica e despacho de fls. 281/290 ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial-INPI e ao denunciante.

ACÓRDÃO Nº 233/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os art.169, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em determinar o arquivamento

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

do processo, uma vez sanadas as questões que o motivaram, restando assim cumprido o objetivo para o qual foi constituído.

1. Processo TC-007.460/2007-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Apensos: 010.112/2007-8 (SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL); 014.796/2007-9 (SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL)

1.2. Interessado: 3ª Secretaria de Controle Externo - TCU.

1.3. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil - Anac/ MD; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - MD; Ministério da Defesa (vinculador); Ministério da Defesa/comando da Aeronáutica (vinculador).

1.4. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-3).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 234/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea "**a**", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em arquivar o presente processo, uma vez sanadas as questões que o motivaram, restando assim cumprido o objetivo para o qual foi constituído, de conformidade com a proposta da unidade técnica em fls.13/15 dos autos.

1. Processo TC-006.019/2004-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsável: Henrique dos Santos Pereira (214.671.532-49).

1.2. Interessado: Ibama - Superint. Estadual/AM - MMA (03.659.166/0003-74)

1.3. Órgão/Entidade: Ibama - Superint. Estadual/AM - MMA; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - MMA.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 235/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em declarar insubsistente a multa aplicada ao Sr. José Carlos Dias, nos termos do subitem 9.2. do Acórdão n.º 1929/2006 - TCU - Plenário, em virtude do falecimento do responsável em data anterior à da deliberação, e em expedir quitação ao Sr. Alberto de Almeida Pais, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada, nos termos dos pareceres emitidos nos autos.

Quitação relativa ao subitem 9.2. do Acórdão n. 1.929/2006, proferido pelo Plenário, em Sessão de 18/10/2006, Ata n. 42/2006 - Plenário.

Valor original da multa: R$ 3.000,00 Data de origem da multa: 18/10/2006

Valor recolhido: R$ 3.000,00 Data do recolhimento: 27/5/2010

1. Processo TC-011.999/2003-5 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Alberto de Almeida Pais (023.048.217-15); Emilio Humberto Carazzai Sobrinho (037.321.504-53); José Carlos Dias Neves (057.455.511-00); João Carlos Monteiro (184.000.190-91); Sérgio Cutolo dos Santos (057.187.911-04); Vinícius Braga Rodrigues (405.888.157-72).

1.2. Interessado: Caixa Econômica Federal - MF (00.360.305/0001-04).

1.3. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - MF.

1.4. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-2).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 236/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "**d**", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 1.371/2009-TCU-Plenário, prolatado na Sessão de 24/06/2009, inserido na Ata nº 25/2009-Ordinária, relativamente ao seu subitem 9.1., onde se lê: "9.1. Com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, dar quitação às Sras. Rosária de Fátima Silva, Maria de Jesus Jorge Torres e Maria Elisa Cantanhede Lago Braga Borges e ao Sr. ***Aldy Mello de Oliveira.***", leia-se: "9.1. Com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, dar quitação às Sras. Rosária de Fátima Silva, Maria de Jesus Jorge Torres e Maria Elisa Cantanhede Lago Braga Borges e ao Sr. ***Aldy Mello de Araújo.***", permanecendo inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

b) expedir a quitação à Sra. Eneida de Maria Ribeiro e ao Sr. Othon de Carvalho Bastos em conformidade com o parecer do Ministério Público exarado à fl.715 dos autos.

1. Processo TC-012.152/1999-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Aldy Mello de Araújo (027.696.463-20); Domingos Ferreira da Silva (001.789.828-57); Eneida de Maria Ribeiro (054.640.303-44); Guilherme Frederico Figueiredo Lago (012.615.503-82); Maria Elisa Cantanhede Lago Braga Borges (151.602.703-53); Maria de Jesus Jorge Torres (134.629.463-15); Othon de Carvalho Bastos; Othon de Carvalho Bastos (001.877.123-87); Raimundo Nonato Palhano Silva (025.333.163-34); Rosária de Fátima Silva (000.811.616-46).

1.2. Interessado: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC (06.279.103/0001-19)

1.3. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - MEC.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Determinar que seja informado à Sra. Eneida de Maria Ribeiro, com fundamento no art. 2º, inciso I, da Portaria Conjunta Segecex/Segedam nº 1, de 18 de março de 2010, que, em razão do recolhimento a maior do valor da referida multa, há crédito seu perante a Fazenda Pública, no valor de R$ 58,39, o qual pode ser requerido ao TCU por meio de petição administrativa;

ACÓRDÃO Nº 237/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento o art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em autorizar, excepcionalmente, a prorrogação de prazo à Fundação Universidade de Brasília, até 30 de junho de 2011, para que a entidade passe a cumprir o disposto no subitem 9.2 do Acórdão nº 3.005/2009-TCU - Plenário, nos termos propostos pela unidade técnica em fls. 272/281 dos autos.

1. Processo TC-015.236/2009-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC.

1.2. Unidade Técnica: 6ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-6).

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.4.1. Encaminhar aos Ministérios da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão cópia deste Acórdão, tendo em vista o não cumprimento, até a presente data, da recomendação constante do item 9.1 do Acórdão 3.005/2009-TCU - Plenário;

1.4.2. Arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 238/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea **d**, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002; 38 e Anexo VI da Resolução nº 164/2003, c/c o Enunciado n. 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 2.126/2010 - TCU - Plenário, prolatado na Sessão Ordinária de 25/08/2010, inserido na Ata nº 31/2010-Plenário, de modo que, relativamente ao subitem 3.2., onde se lê: "*Celta Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (04.092.273/0001-64)*"; "*Oswaldo Pessoa de Aquino (108.733.334-20)*"; "*Maria Thelma Farias Marques Ferreira*", leia-se: Celta Construções e Empreendimentos Ltda. (01.427.602/0001-92); Oswaldo Pessoa de Aquino (059.652.844-20); Maria Thelma Farias Marques; e, relativamente ao item 4., onde se lê: "*Municipal de João Pessoa/PB*", leia-se: Município de João Pessoa/PB, mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-020.111/2005-8 (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO)

1.1. Apensos: 014.708/2009-2 (SOLICITAÇÃO); 016.733/2006-0 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Responsáveis: 3c Engenharia Ltda (70.092.275/0001-88); Adriana Carla Soares Vaz (692.067.084-49); Alcar Engenharia e Comercio Ltda (01.237.237/0001-53); Beta Projetos e Construcoes Limitada (09.221.904/0001-11); Celta Construcoes Eemprendimentos Ltda (01.427.602/0001-92); Conim - Construtora e Imobiliaria Ltda (10.857.845/0001-51); Construtora Acta Ltda (01.721.917/0001-48); Construtora Eldorado Ltda (03.047.067/0001-70); Construtora Torreao Villarim Ltda (41.203.514/0001-21); Cícero de Lucena Filho (142.488.324-53); Decon Construções Civis Ltda (01.488.083/0001-72); Evandro de Almeida Fernandes (002.619.124-53); Fernando Martins da Silva (015.944.784-49); Francisco Bezerra Gualberto (094.827.254-68); Francisco Carlos Oliveira Cavalheiro (466.978.104-91); Francisco de Sales Pereira (082.963.594-72); Geronildo Alves Fernandes (098.386.194-34); Hrf Construções Civis Ltda. (01.248.689/0001-30); Incal Incorporações S.a. (67.491.654/0001-36); Incol - Incorporacoes e Construcoes Ltda (01.808.929/0001-04); Isa Silva de Arroxelas Macedo (086.915.414-15); Isabella Duarte Gouvêa (028.316.224-41); José Eymard Moraes de Medeiros (003.537.104-82); José Rodrigues Lopes (091.698.654-34); José Sérgio Albuquerque de Almeida (132.888.574-72); Kva Projetos Eletro Rurais e Construcoes Ltda (08.600.504/0001-54); Linear Engenharia e Empreendimentos Ltda (01.698.341/0001-45); Marcelo Maximiano Guedes Pereira Pitanga (131.374.684-34); Marcílio Juvêncio Pinheiro de Almeida (077.365.504-25); Maria Elisabeth Carvalho Duarte (674.013.094-91); Maria José Santos da Nóbrega (160.651.824-00); Maria Thelma Farias Marques Ferreira (250.506.054-15); Mlr Construções Ltda (04.777.954/0001-66); Márcia Ramos da Silva (739.147.034-15); Oswaldo Pessoa de Aquino (108.733.334-20); Paulo Sérgio Navarro Cruz (160.798.094-00); Potengi Holanda de Lucena (044.642.904-00); Prorcon Projetos e Construcoes Ltda (12.613.089/0001-40); Rúbria Beniz Gouveia Beltrão (299.581.214-68); Serteli Servicos Tecnicos de Engenharia Ltda (06.032.916/0001-00); Setor - Servicos Tecnicos e Obras Rodoviarias Ltda (09.110.719/0001-50); Soane Engenharia e Comercio Ltda (11.897.188/0001-39); Virgílio Mendonça da Costa e Silva (136.314.384-00); Zoih Engenharia Ltda (00.460.107/0001-12); Élia Andrade de Araújo (072.642.594-04)

1.3. Interessado: Congresso Nacional.

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba - (SECEX-PB).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 4/2011 - Plenário
Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 1/2011 - Plenário
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 239/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 2.589/2010 - TCU - Plenário, prolatado na sessão ordinária de 29/9/2010, Ata 36/2010, relativamente ao item "3" e subitens "9.4" e "9.6", onde se lê: "Horácio Ricardo Neiva", leia-se: "Horácio Ricardo Neiva Neto", mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.755/2004-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 024.154/2007-0 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Adriana Martins Guedes (897.197.436-20); Ardilino de Assis Serrano (337.439.676-34); Construtora Chavez e Rangel (04.153.192/0001-27); Elizangela Lopes Pereira (042.106.437-42); Engeminas Construcoes Ltda (03.217.907/0001-03); Fernando Franco Bengnami (734.287.366-72); Horacio Ricardo Neiva Neto (007.951.877-00); Karla Mara de Carvalho Franco Bengnami (012.018.656-03); Mauricio Paes de Alvarenga Massote (261.129.816-53); Narciso Teixeira Neto (335.856.446-00); Regiane Ferreira de Souza (056.200.296-03); Tropical Construções Ltda. (03.440.031/0001-51)

1.3. Entidade: Prefeitura Municipal de Cuparaque - MG

1.4. Advogados constituídos nos autos: Aloísio Augusto Cordeiro de Ávila (OAB/MG 26.252), Amando Prates (OAB/MG 25.760), André Myssior (OAB/MG 91.357), Cairo Teixeira de Siqueira Júnior (OAB/MG 59.452), Carlos Eduardo Araújo de Carvalho (OAB/MG 90.479), Eduardo Cardoso Prates (OAB/MG 7.009-E), Henrique Abi-Ackel Torres (OAB/MG 102.343), Loyanna de Andrade Miranda (OAB/MG 111.202), Luciana Araújo Prates (OAB/MG 84.603), Mayram Azevedo Batista da Rocha (OAB/MG 79.941), Neander Silva Araújo (OAB/MG 90.559), Rita Aparecida Faria (OAB/MG 81.685) e Viviane Macedo Garcia (OAB/MG 80.902).

ACÓRDÃO Nº 240/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 169, inciso IV, e 143, inciso V, alínea *a*, do Regimento Interno, c/c o art. 40, inciso V, da Resolução TCU 191/2006, em determinar o arquivamento do processo a seguir indicado, sem prejuízo de que seja dada ciência desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.412/2006-1 (DENÚNCIA)

1.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei 8.443/92)

1.2. Entidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 241/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 2.639/2010 - TCU - Plenário, prolatado na sessão ordinária de 6/10/2010, Ata 37/2010, relativamente ao subitem "9.5.1"; sem prejuízo de que seja encaminhada cópia integral digitalizada dos autos ao Sr. José Garcia de Freitas Júnior, Procurador-Geral de Justiça Militar em exercício, e aos responsáveis José Maurício Lopes Martins de Sá e Avelino Macedo Ottoni de Carvalho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Onde se lê:

"9.5.1. audiência prévia de Manoel Cardoso de Moura e de Raimundo Magno Pinto, responsáveis respectivamente pela elaboração e pela aprovação do termo de referência da licitação, acerca da:"

Leia-se:

"9.5.1. audiência prévia de Manoel Cardoso de Moura e de Gabriel Raimundo Magno Pinto, responsáveis respectivamente pela elaboração e pela aprovação do termo de referência da licitação, acerca da:"

1. Processo TC-022.439/2006-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: José Maria Lins Calheiros (CPF 260.781.397-20), diretor do HFA; José Maurício Lopes Martins de Sá (CPF 585.025.211-87), fiscal do contrato 17/2009 e ex-chefe da Divisão de Engenharia; Avelino M. Ottoni de Carvalho (CPF 431.058.237-00), ordenador de despesas; Gabriel Raimundo Magno Pinto (CPF 224.526.727-34), ordenador de despesas; José Alexandre Pires (CPF 760.800.307-30), ordenador de despesas; Manoel Cardoso de Moura (CPF ignorado), responsável pelo termo de referência do pregão 1/2005; e Engeclinic Serviços Ltda. (CNPJ 04.128.433/0001-88).

1.2. Interessada: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União

1.3. Unidade: Hospital das Forças Armadas - HFA/Ministério da Defesa

1.4. Advogados constituídos nos autos: Felipe Batracke Patrício Ribeiro (OAB/RJ 144.511), Julio Mochelin Monteiro Dias (OAB/RJ 145.196), Anderson Rocco Ribeiro (OAB/RJ 152.936), Patrícia Mendanha Lino (OAB/DF 28.669), Juliana Tavares Almeida (OAB/DF 12.794), Mauro Porto (OAB/DF 12.878), e Rodolfo Gil Moura Rebouças (OAB/DF 31.994).

ACÓRDÃO Nº 242/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno/TCU c/c os arts. 33, 34 e 36 da Resolução TCU 191/2006, em apensar o presente processo ao TC-023.437/2008-9 (Tomada de Contas Especial), bem como, em resposta ao Ofício 1659/2010-IPL 0130/2008-4-DPF/CZS/AC, comunicar ao Dr. Milton Rodrigo Neves, delegado de polícia federal, que o processo TC-023.437/2008-9, ainda pendente de apreciação por parte deste Tribunal, trata de tomada de contas especial referente ao Convênio 65/2003 (Siafi 489343), celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde - Funasa e o Município de Porto Walter/AC, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.014/2011-7 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessados: José Roberto Peres (051.126.968-42); Superintendência Regional do DPF no Acre (00.394.494/0019-65)

1.2. Entidade: Prefeitura Municipal de Porto Walter - AC

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 243/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 15, inciso I, alínea "o", 143, inciso, V, alínea "a", 264 e 265, todos do Regimento Interno, em não conhecer da consulta adiante indicada, por não atender aos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, devendo ser dada ciência da presente deliberação, juntamente com o envio de cópia da instrução da unidade técnica, ao interessado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-033.445/2010-9 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessado: Fundo Nacional de Desevolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)

1.2. Entidade: Prefeitura Municipal de Nova Xavantina/MT

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 244/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXV; 143, inciso V, "a", do Regimento Interno do TCU c/c os arts. 62, inciso III, 69, inciso III, e 93, parágrafo único, da Resolução TCU 191/2006, ACORDAM em determinar o apensamento do processo ao TC-024.902/2009-3, para subsidiar a instrução do processo de monitoramento e de forma a, oportunamente, viabilizar o encaminhamento da documentação ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Mato Grosso - Crea/MT, se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra não o fizer, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.911/2010-0 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessado: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Mato Grosso (03.471.158/0001-38)

1.2. Advogado constituído nos autos: não há.

Ata n° 4/2011 - Plenário
Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 4/2011 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 245/2011 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos a petição encaminhada por Viriato Cardoso Construções e Projetos Ltda. contra o Acórdão 188/2002 (fls. 101/102, vp), confirmado pelos Acórdãos 737/2004 (fl. 157, vol. 21), 1806/2004 (fls. 194/195, vol. 21), 74/2005 (fl. 11, anexo 1) e 2260/2009 (fl. 11, anexo 6) - Plenário.

Considerando que face ao princípio da economia processual, o entendimento adotado nos casos de interposição de expediente sem qualquer viabilidade jurídica é no sentido de que sejam recebidos como petição;

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, IV "b", 144, § 1° e 277, do RI/TCU; em:

a) Receber o expediente encaminhado como petição, negando-se a ele seguimento; e

b) Dar ciência deste Acórdão ao interessado;

1. Processo TC-250.059/1997-5 - (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 010.635/2005-3 (Cobrança Executiva)

1.2. Recorrente: Viriato Cardoso Construções e Projetos Ltda. (15.145.162/0001-95)

1.3. Unidade: Grupo Executivo para Extinção do Dner - MT (em Liquidação)

1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.5. Ministro que se declarou impedido na sessão: Aroldo Cedraz

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA (SECEX-BA)

1.8. Advogados constituídos nos autos: Raquel Martins (OAB/DF 23.660), Patrícia Tiana Pacheco Lamarão (OAB/PA 10.455)

ACÓRDÃO Nº 246/2011 - TCU - Plenário

VISTOS, relacionados e discutidos este Pedido de Reexame em Denúncia/ Representação, interposto pelo Sr. Adalberto Andrade de Oliveira, contra o Acórdão 2698/2010 - Plenário - itens recorridos Inteiro teor (fl. 15, p.)

Considerando que além de intempestivo, não são apresentados fatos novos que possam suplantar a intempestividade do recurso;

Considerando o parecer do Ministério Público;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único e inc. I, e 48, Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, IV "b", 277, II e 285, **caput** e §2º, do RI/TCU; em:

a) não conhecer o **Pedido de Reexame**, em razão da sua intempestividade e ausência de fatos novos, bem como pela ausência de legitimidade e interesse recursal, com fulcro nos arts. 48 e 282 da Lei 8.443/92;

b) dar ciência deste Acórdão ao recorrente.

1. Processo TC-024.815/2009-6 - PEDIDO DE REEXAME (Denúncia)

1.1. Recorrente: Adalberto Andrade de Oliveira

1.2. Unidade: Município de Santa Luz/BA

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Relator da deliberação recorrida: Ministro -Substituto Weder de Oliveira

1.5. Ministro que se declarou impedido na sessão: Aroldo Cedraz

1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA (SECEX-BA)

1.8. Advogado constituído nos autos: não há

Ata n° 4/2011 - Plenário
Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 5/2011 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ JORGE

ACÓRDÃO Nº 247/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea ***a,*** e 265 do Regimento Interno, em não conhecer da consulta a seguir relacionada, diante da ausência dos requisitos de admissibilidade, e arquivar o processo, dando-se ciência ao consulente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.718/2010-5 (CONSULTA)

1.1. Interessada: Diretoria de Divisão de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (01.313.049/7001-04)

1.2. Entidade: Secretaria de Estado da Educação de Sergipe/SE

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (Secex-SE)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 248/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea ***e***, e 183, inciso I, alínea ***d***, do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pelo Sr. Nilton Britto, e pelo Consórcio Santa Guilhermina, por mais 10 (dez) e 30 (trinta) dias, respectivamente, a contar da ciência desta deliberação, para cumprimento da audiência contida nos subitens 9.1.1 e 9.2 do Acórdão n.º 1981/2010 - TCU - Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.920/2010-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Artur José da Silva Santos (288.439.677-20); Fernando Luiz Correia (440.890.587-91); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Marcelo Cotrim Borges (866.943.407-53); Nilton de Brito (140.470.121-49); Wanderson Lopes da Silva (452.014.556-20)

1.2. Entidade: Departamento Nacional de Infra - Estrutura de Transportes - DNIT/MT

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (Secob-2)

1.4. Advogados constituídos nos autos: Edgard Hermelino Leite Júnior (OAB/SP n.º 92.114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP n.º 234.412) e Amauri Feres Saad (OAB/SP n.º 261.859)

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 249/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea ***e***, e 183, inciso I, alínea ***d***, do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pela Sra. Maria Aparecida do Amaral, Secretária Executiva do Ministério da Saúde, por mais 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, para cumprimento da determinação contida no subitem 9.2 do Acórdão nº 2487/2010 - TCU - Plenário, de acordo com a proposta da Unidade Técnica:

1. Processo TC-025.013/2006-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado:Secretaria de Controle Externo - PR (Secex-PR)

1.2. Entidade: Município de Guaratuba/PR

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (Secex-PR)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinar à Secex/PR que preste as informações solicitadas pelo Poder Judiciário, por meio do Ofício nº 41/2011, observando o disposto nos arts. 69, inciso II, e 72, da Resolução TCU nº 191, de 21de junho de 2006.

Ata n° 4/2011 - Plenário
Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 7/2011 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 250/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, inciso XVII, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 265 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da consulta, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando-se ciência ao consulente, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.077/2011-2 (CONSULTA)

1.1. Consulente: Controladoria Geral do Estado de Sergipe

1.2. Unidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de Sergipe

1.2. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (SECEX-SE)

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 251/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III, e 250 a 252 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar atendida a determinação contida no item 9.5 do Acórdão nº 423/2010 - TCU - Plenário, determinando ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS que envie a esta Corte de Contas, dentro de 45 dias, reanálise e julgamento sobre a validade das Resoluções nº 43/2005 e 17/2006, como também encaminhe tais decisões à Secretaria da Receita Federal do Brasil, para fins do acompanhamento que lhe compete, conforme o art. 32 da Lei nº 12.101, de 2009, e o art. 14 do Anexo 1 do Decreto nº 7.386, de 8 de dezembro de 2010, dando ciência desta deliberação, com o envio de cópia da respectiva instrução, ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, ao Ministério da Previdência Social e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, e apensando-se os autos ao TC 013.757/2004-1.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-032.003/2010-2 (MONITORAMENTO)

1.1. Unidade: Conselho Nacional de Assistência Social

1.2. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG)

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 252/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; 169, inciso IV e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la em parte prejudicada e em parte improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar, dar ciência à representante e à unidade jurisdicionada, com o envio de cópia da respectiva instrução, e arquivar os autos.

1. Processo TC-000.923/2011-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Oneida do Brasil Comércio, Importação e Exportação Ltda. (CNPJ 08.998.218/0001-99)

1.2. Unidade: VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., vinculada ao Ministério dos Transportes

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ)

1.4. Advogados constituídos nos autos: Alan Laport Rodrigues (OAB/RJ 148.997), Gabriel Miranda Coelho (OAB/RJ 43.502), Garcia D'Ávila Pires de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 53.312), Hilma Vianna Pinto (OAB/RJ 51.035), Ingrid Ribeiro da Silva Pitombeira (OAB/DF 25.311), Liliane Bueno Ferreira (OAB/TO 4.270-B), Lorena Maria Peres Nogueira (OAB/DF 32.852), Marco Aurélio Faustino Porto (OAB/RJ 33.063), Maria Estela Filardi (OAB/RJ 49.619), Rafael de Almeida Giacomitti (OAB/DF 29.306), Ricardo William da Silva Viana (OAB/RJ 107.449), Rui Armando Villar (OAB/RJ 4.040-D), Vanessa Bianca Pereira de Oliveira Furtado (OAB/MG 115.374).

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 253/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; 169, inciso IV; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, indeferir o pedido de medida cautelar, dar ciência à representante e à unidade jurisdicionada, com o envio de cópia da respectiva instrução, e arquivar os autos.

1. Processo TC-034.025/2010-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: NT Soluções e Serviços Ltda. (04.184.281/0001-30)

1.2. Unidade: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - MME

1.3. Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-9)

1.4. Advogados constituídos nos autos: Breno Luiz Moreira Braga de Figueiredo (OAB/DF 26.291), Carlos Alberto de Medeiros (OAB/DF 7.924), Ivo Teixeira Gigo Junior (OAB/DF 15.396), Luiz Carlos Braga de Figueiredo (OAB/DF 16.010), Paulo Maurício Braz Siqueira (OAB/DF 18.114), Murilo de Oliveira Abdo (OAB/DF 23.996), Nathália Gomes Bernardes (OAB/DF 30.685), Sandra Frota Albuquerque Dino de Castro e Costa (OAB-DF 18.712-A), Vanessa Bicalho Maranhão (OAB/DF 33.562).

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 4/2011 - Plenário
Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 4/2011 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 254/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 163 do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em autorizar a concessão de vistas e cópias dos autos aos responsáveis e prorrogar os prazos estabelecidos no Acórdão 2760/2010-TCU-Plenário, contados do término do prazo anteriormente estabelecido, conforme tabela abaixo:

Responsável	Item do acórdão	Prazo solicitado para a prorrogação
Marcus Alexandre Médici Aguiar	9.1.1	90 (dias)
Sérgio Yoshio Nakamura	9.1.1	90 (dias)
Fernando Manuel Moutinho da Conceição	9.1.2	90 (dias)
Joselito José da Nóbrega	9.1.2	90 (dias)
Ricardo Augusto Mello de Araújo	9.1.3	90 (dias)
Ricardo Luís Carius Nogueira	9.1.3	90 (dias)
José Rafael da Silva	9.1.3	90 (dias)
Rogério Wagner Fernandes de Arruda	9.1.3	90 (dias)

1. Processo TC-006.441/2010-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Fernando Manuel Moutinho da Conceição (005.647.292-72); Joselito José da Nóbrega (439.495.334-00); José Rafael da Silva (110.107.894-49); Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Marcus Alexandre Médici Aguiar (264.703.988-71); Ricardo Augusto Mello de Araújo (743.946.737-04); Ricardo Luís Carius Nogueira (774.697.717-00); Rogério Wagner Fernandes de Arruda (205.121.634-72); Sérgio Yoshio Nakamura (004.641.628-58)

1.2. Interessado: Congresso Nacional

1.3. Órgão/Entidade: Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Acre; Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - MT

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2(SECOB-2)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 4/2011 - Plenário
Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 4/2011 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 255/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea **a**, e 169, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, c/c o art. 42 da Resolução/TCU n. 191/2006, e considerando o cumprimento da determinação constante do Acórdão n. 1.685/2009 - TCU - Plenário, em apensar o presente processo ao TC-018.406/2006-5 (Representação), de acordo com o parecer emitido pela Secex/AC:

1. Processo TC-023.685/2009-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Acre (Secex/AC).

1.3. Órgãos/Entidades: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - Dnit, Governo do Estado do Acre e Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Acre - Deracre.

1.4. Unidade Técnica: Secex/AC.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 4/2011 - Plenário
Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 4/2011 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 256/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pela Sra. Luizianne de Oliveira Lins, Prefeita Municipal de Fortaleza, concedendo-lhe 30 (trinta) dias, a contar do término do prazo anteriormente concedido, para cumprimento da determinação contida no subitem 9.2 do Acórdão nº 2.852/2010-TCU-Plenário, conforme proposto pela Unidade Técnica, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações:

1. Processo TC-008.175/2009-7 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)

1.1. Interessado: Congresso Nacional.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Fortaleza - CE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União (Secob-3)

1.4. Advogados constituídos nos autos: Alanna Castelo Branco Alencar (OAB/CE 6.854); Lyanna Magalhães Castelo Branco (OAB/CE 17.841); Charles Goiana de Andrade (OAB/CE 20.160); Valdetario Andrade Monteiro (OAB/CE 11.140); Antonio Pinto Martins (OAB/SP 7.472); Benedicto Pereira Porto Neto (OAB/SP 88.465); Valéria Hadlich Camargo Sampaio (OAB/SP 109.029); Pedro Paulo de Rezende Porto Filho (OAB/SP 147.278); Rodrigo Mauro Dias Chohfi (OAB/SP 205.034); Marcos Rolim Fernandes Fontes (OAB/SP 146.210); Cristina Alvarez Martinez Gerona (OAB/SP 197.342); Ione Rodrigues Pessoa (OAB/SP 218.441); Daniel Nobre Morelli (OAB/SP 242.559); Thays Chrystina Munhoz de Freitas (OAB/SP 251.382); Juliano Barbosa de Araújo (OAB/SP 252.482); Flávio Geraldo Ferreira (OAB/SP 253.878); Márcio Leandro Mastropietro (OAB/SP 219.935); Érika Crystina Munhoz de Freitas (OAB/SP 74.956); Eliane Vargas da Silva (OAB/SP 276.207); Daniel Rubio Lotti (OAB/SP 199.551); Luiz Antônio Queiroz de Aquino Filho (OAB/SP 220.311); Rodrigo Valentim Portela (OAB/SP 187.162); Renata Yumi Shigematsu (OAB/SP 244.358); Fernanda Lara Campos Takla (OAB/SP 175.439); Rodrigo César de Oliveira Marinho (OAB/SP 233.248); Cristiane Silva Costa (OAB/SP 209.173); Juliano Antunes Martins (OAB/SP 217.635); Luiz Carlos Capistrano do Amaral (OAB/SP 259.574); Maria Augusta Finotti Peregrina Santos (OAB/SP 272.331); Ricardo dos Santos Martins (OAB/SP 276.347); Ítalo Mitre Alves de Lima (OAB/SP 291.476); Diogo Rossetti Cleto (OAB/SP 285.612).

1.5. Determinar à Secob-3 que:

1.5.1. encaminhe ao Sr. Luiz Odorico Monteiro de Andrade as informações relativas aos presentes autos, requeridas no documento protocolizado sob o nº 451407052;

1.5.2. encaminhe os presentes autos à Serur para a análise do Recurso de Reconsideração protocolizado sob o nº 453718699.

Ata n° 4/2011 - Plenário
Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 257 a 278 e 280 a 314, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram. Não foi utilizado na numeração dos acórdãos o número 279.

ACÓRDÃO Nº 257/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 029.515/2009-2 (com 2 anexos).

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame.

3. Recorrente: TM Solutions Tecnologia da Informação Ltda. (CNPJ 67.726.505/2001-09).

4. Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Sefti e Serur.

8. Advogados constituídos nos autos: Flávia Andrade Moraes Pinheiro (OAB/SP 182.426) e Rui Pinheiro Júnior (OAB/SP 71.118).

8.1. Interessado em sustentação oral: Rui Pinheiro Júnior (OAB/SP 71.118).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, em fase de pedido de reexame interposto contra o acórdão 889/2010-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 48 da Lei 8.443, de 16/7/1992, em:

9.1. não conhecer do pedido de reexame interposto pela empresa TM Solutions Tecnologia da Informação Ltda., haja vista o não preenchimento do requisito de admissibilidade afeto ao interesse em recorrer;

9.2. dar ciência deste acórdão à recorrente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à empresa Goldnet TI S/A.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0257-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 258/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-026.846/2006-7 (com 1 volume e 11 anexos, o anexo 8 com 1 volume e o anexo 12 com 2 volumes).

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Ana Maria de Oliveira, CPF não identificado; Deocleciano Elias de Queiroga, CPF 003.023.171-04; Marcello Lavenère Machado, CPF 002.822.354-34; Márcio Gontijo, CPF 144.880.351-91; Sueli Aparecida Bellato, CPF 686.509.068-34.

3.2. Interessados: Alberto Tiago, CPF 636.079.308-30; Alcino Alves de Araújo Filho, CPF 347.317.097-68; Beatriz Mercedes dos Santos, CPF 562.298.013-53; Carlos Alberto Bull Bittencourt, CPF 125.676.987-87; Carlos Alberto Ramos Júlio, CPF 537.473.648-53; Creusa Besborodco, CPF 713.513.298-04; Dênis Toledo Martins, CPF 818.255.878-68; Ditmar Friedrich Müller, CPF 697.957.978-91; Donizetti Aparecida da Silva, CPF 805.992.148-72; Frederico Pedro Goelzer, CPF 184.966.360-20; Graziella Baggio, CPF 791.772.638-04; Isabel Maron de Sena, CPF 051.355-188-35; João Francisco Gentina, CPF 486.351.898-68; João Guilherme Cunha de Pontes, CPF 282.969.238-15; Jorge Cristiano Pinheiro Reis, CPF 297.845.737-68; Luiz André Beckmann Anet, CPF 349.650.337-87; Luiz Sérgio de Almeido Dias, CPF 596.712.037-87; Maria Aparecida Zan, CPF 739.772.848-00; Marisa de Cássia Sella, CPF 450.309.369-04; Neusa Iara Ferreira Heinrichs, CPF 168.088.430-15; Nilo Troiano Cury, CPF 035.344.858-31; Noemi Cardoso, CPF 035.165.628-62; Paulo Roberto Almeida Abreu, CPF 252.737.287-20; Paulo Roberto de Senna, CPF 152.701.141-00; Roberto Luiz Marques, CPF 432.436.818-04; Romeu Rodrigues da Veiga Filho, CPF 072.586.662-49; Roselourdes do Socorro Ferreira de Sousa, CPF 149.826.683-53; Rosemary Comparim, CPF 646.881.008-68; Sérgio da Silva Del Nero, CPF 924.910.818-49; Sidney Guimarães Júnior, CPF 039.154.918-96; Tarciso Tavares, CPF 479.607.878-91; Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e demais Empresas Estatais - Abraspet, CNPJ 01.640.966/0001-56; Associação Nacional dos Anistiados da Petrobras - Conape, CPNJ 68.601.087/0001-96; Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Anistiados da Petrobras e Subsidiárias no Estado do Rio de Janeiro - Astape, CNPJ 27.970.888/0001-41; Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo - Regional Campinas, CNPJ 07.550.157/0001-30.

4. Unidades: Ministério da Justiça - MJ, Comissão de Anistia - CA/MJ e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: 6ª Secex.

8. Advogados constituídos nos autos: Adilson Vieira, OAB/DF 13.535; Alexandre Tarciso Tavares, OAB/SP 207.519; André Francisco Neves Silva da Cunha, OAB/DF 16.959; Cláudia Maria de Medeiros Dalla Costa, OAB/RJ 85.411; Elisa Barros Horsth, OAB/DF 21.490; Fernanda Bernardo Ancona Lopez, OAB/SP 222.868; Flávia Acerbi Wendel Carneiro Queiroz, OAB/SP 163.597; Henrique Craveiro Braga, OAB/DF 26.229; Isabel Cristina de Sá Bittencourt Câmara e Silva, OAB/BA 21.522; Kadra Regina Zeratin Rizzi, OAB/SP 273.589; Luiz José Bueno de Aguiar, OAB/SP 48.353; Marcelo Augusto Bernardes Normando, OAB/DF 8.130; Marcelo Pires Torreão, OAB/DF 19.848; Márcio Luiz Silva, OAB/DF 12.415; Maria Aline Martins de Andrade Aragão, OAB/DF 23.578; Mariana Azevedo Reis de Toledo, OAB/SP 215.077; Miguel Wilson de Sousa, OAB/DF 12.199; Rayanna Lemes Werneck Rodrigues, OAB/DF 20.699; Wilson Souza de Carvalho, OAB/RJ 102.096.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos correspondentes a um dos quatro apartados constituídos a partir do TC-011.627/2006-4, esse referente a relatório de auditoria realizada com vistas a verificar a regularidade de indenizações concedidas pelo Ministério da Justiça a anistiados políticos com fundamento na Lei 10.559/2002, cuidando o presente do achado de auditoria atinente ao acúmulo de benefícios da anistia concedidos com o mesmo fundamento,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. reconhecer, em relação aos beneficiários dos Requerimentos de Anistia 2003.01.15518, 2003.01.16723, 2003.01.23392, 2003.01.20084, 2002.01.14068, 2003.01.15022, 2003.01.15341, 2003.01.15346, 2002.01.14162, 2002.01.14246, 2002.01.14244, 2003.01.14582, 2002.01.14067, 2003.01.15521, 2003.01.16621, 2002.01.14137, 2002.01.14056, 2002.01.14066, 2003.01.15533, 2003.02.23206, 2002.01.14071, 2002.01.14165, 2001.01.15030, 2003.01.16625, 2003.01.15519, 2002.01.14242, 2003.02.24500, 2003.01.16623 e 2002.01.14139, a perda de objeto da medida cautelar adotada por intermédio do Despacho proferido em 31/10/2006 sobre o TC-011.627/2006-4, tendo em vista o teor das Portarias MJ 3610/2009, 3606/2009, 3588/2009, 3599/2009, 3601/2009, 3585/2009, 3591/2009, 3597/2009, 3605/2009, 3607/2009, 3598/2009, 3594/2009, 3592/2009, 3586/2009, 3604/2009, 3584/2009, 3593/2009, 3603/2009, 3589/2009, 3608/2009, 3587/2009, 3583/2009, 3609/2009, 3600/2009, 3590/2009, 3602/2009, 3595/2009, 3596/2009 e 4103/2009;

9.2. determinar ao Ministério da Justiça que informe a este Tribunal, em relação aos processos mencionados no item 9.1, as providências adotadas no que tange à obtenção do ressarcimento, quando for o caso, dos valores de reparação econômica anteriormente concedidos e já eventualmente pagos, a título tanto de retroativos quanto de prestações mensais;

9.3. determinar à Comissão de Anistia/MJ que informe a este Tribunal as providências adotadas em relação aos:

9.3.1. Srs. Luiz Sérgio de Almeido Dias (Req. Anistia 2001.02.01890) e Paulo Roberto Almeida Abreu (Req. Anistia 2003.01.15011), tão logo concluídos os correspondentes processos para apuração de eventuais falhas em suas concessões de reparação econômica, inclusive quanto ao ressarcimento, caso os valores apurados sejam inferiores àqueles já pagos;

9.3.2. beneficiários dos Processos CA/MJ 2003.02.19176, 2003.04.18582 e 2002.01.11833 e aqueles relacionados pela Astape-RJ, conforme relação inserida às fls. 332/3, anexo 8, na hipótese de ter sido ofertada a possibilidade de readmissão ou reintegração ao cargo ou emprego cujo afastamento fundamentou a declaração de anistia, inclusive quanto ao ressarcimento, caso os novos valores apurados sejam inferiores àqueles já pagos;

9.4. recomendar à Comissão de Anistia/MJ que doravante, na análise dos pedidos de reparação econômica, inclua a verificação quanto a se anteriormente foi ofertada ao requerente a readmissão ou reintegração ao cargo ou emprego cujo afastamento fundamentou a declaração de anistia;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, aos interessados, à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, à Comissão de Anistia/MJ e à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

9.6. encaminhar à Comissão de Anistia/MJ cópia da relação inserida às fls. 332/3, anexo 8, a fim de viabilizar o cumprimento da determinação constante do subitem 9.2.2;

9.7. determinar o arquivamento destes autos, com fulcro no inc. IV do art. 169 do Regimento Interno.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0258-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 259/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.803/2006-6

1.1. Apenso: 030.402/2007-5

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Receita Federal do Brasil (RFB), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Sindicato Nacional dos Oficiais de Marinha Mercante (Sindmar)

3.2. Responsáveis: Aloísio Teixeira (385.691.087-53); Rodrigo Sobral Rollemberg (245.298.501-53); Sylvia da Silveira Mello Vargas (004.360.707-15); Universidade Federal do Rio de Janeiro (42.429.480/0001-50).

4. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Rio de Janeiro (Secex-RJ).

8. Advogados constituídos nos autos: Joelson Dias (OAB/DF nº 10.441); Donne Pisco (OAB/DF nº 22.812); Juliana Fernandes da Silva (OAB/RJ nº 107.867); Enoque Alves da Silva (OAB/RJ nº 101.086); Gabriela G. Rollemberg (OAB/DF nº 25.157); Pedro Bannwart Costa (OAB/DF nº 26.798); Ubiratan Menezes da Silveira (OAB/DF nº 26.442); Rodrigo da Silva Pedreira (OAB/DF 29.627); Andreive Ribeiro de Sousa (OAB/DF 31.072); João Batista dos Santos (OAB/RJ nº 16.281); Aldelina Lopes Monteiro (OAB/RJ nº 45.493); Ana Cláudia de Lemos Santos (OAB/RJ nº 101.045); Hélio Henrique Bastos Machado (OAB/RJ nº 48.648); Tânia Amaral Gomes Gonçalves (OAB/RJ nº 83.676); Ígor Miranda (OAB/DF nº 25.158).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina representação formulada pela Secex-RJ sobre possíveis irregularidades na aquisição pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) de simulador aquaviário, no âmbito do Programa de Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Aloísio Teixeira, relativamente à dispensa de licitação com fundamento no art. 24, XXI, da Lei nº 8.666/1993, à inexistência de contrato com a empresa Transas USA Inc., fornecedora do simulador aquaviário, e à solicitação de cota de importação complementar ao CNPq para aquisição de simulador aquaviário que não se destinava exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Sylvia da Silveira Mello Vargas, relativamente à solicitação de cota de importação complementar ao CNPq para aquisição de simulador aquaviário que não se destinava exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica;

9.4. acatar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Rodrigo Sobral Rollemberg relativamente aos itens objeto da audiência que lhe foi endereçada;

9.5. aplicar individualmente ao Sr. Aloísio Teixeira a multa prevista no art. 58, II, da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da quantia devida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar individualmente à Sra. Sylvia da Silveira Mello Vargas a multa prevista no art. 58, II, da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da quantia devida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. determinar:

9.7.1. à Universidade Federal do Rio de Janeiro que

9.7.1.1 ao invocar o art. 24, XXI, da Lei nº 8.666/1993 para aquisição de bens sem licitação, demonstre nos autos do processo que o bem a ser adquirido destina-se exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica;

9.7.1.2. promova à formalização do contrato com a empresa Transas USA Inc., referente à aquisição do simulador aquaviário, se já não o fez, com a devida estipulação das obrigações concernentes à garantia, manutenção e assistência técnica assumidas pela contratada;

9.7.1.3. encaminhe a esta Corte, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do instrumento contratual celebrado;

9.7.1.4. normatize, no Convênio nº 01/2006, de 13/9/2006, firmado com o Sindmar, a forma de repartição de eventuais receitas auferidas com a utilização do Complexo de Simulação Aquaviária;

9.7.2. ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e à Receita Federal do Brasil que, ante as irregularidades constatadas neste processo, adotem as providências que lhes competem, nos termos dos arts. 3º e 4º da Portaria Interministerial MCT/MF nº 977/2010 relativamente à aquisição do simulador aquaviário pela UFRJ, e informem a esta Corte, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, suas conclusões e as medidas adotadas ou a serem adotadas;

9.7.3. ao Ministério da Ciência e Tecnologia que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente a esta Corte os relatórios de acompanhamento da aplicação dos recursos descentralizados para a implantação do Complexo de Simulação Aquaviária, nos termos do art. 3º, III e IV, da Portaria MCT nº 192/2006, com avaliação dos seguintes aspectos:

9.7.3.1. resultados obtidos com execução do projeto no que tange aos objetivos propostos no projeto básico, e, especificamente, os concernentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão da proponente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro;

9.7.3.2. se há restrição no acesso ao Complexo de Simulação Aquaviária a usuários que não sejam filiados ao Sindicato Nacional dos Oficiais de Marinha Mercante (Sindmar);

9.7.4. ao Conselho Superior de Coordenação Executiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro que informe a esta Corte, no prazo de 60 (sessenta) dias, os benefícios obtidos pela UFRJ no âmbito do Convênio nº 01/2006, de 13/9/2006, firmado com o Sindmar, e de que forma atuará para garantir que a execução desse instrumento produza, para a universidade, os benefícios visados no projeto básico que apresentou ao MCT para implantação do Complexo de Simulação Aquaviária.

9.8. determinar à:

9.8.1. Secex-RJ que notifique a Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre não-pagamento das multas mencionadas nos itens 9.5 e 9.6, caso os responsáveis não comprovem perante o Tribunal o recolhimento das dívida no prazo estipulado;

9.8.2. Universidade Federal do Rio de Janeiro que, cientificada da notificação mencionada no item 9.8.1, promova o desconto da multa na remuneração do responsável, em favor do Tesouro Nacional (art. 28, I da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 46 da Lei nº 8.112/1990);

9.9. autorizar a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/1992, caso não seja efetivado o procedimento mencionado no item 9.9.2;

9.10. autorizar o parcelamento das quantias devidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, se for solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c art. 217 do Regimento Interno, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias;

9.11. dar ciência desta deliberação aos interessados e responsáveis e ao Sindicato Nacional dos Mestres de Cabotagem e dos Contramestres em Transportes Marítimos; e

9.12. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0259-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 260/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-019.192/2002-9 (com 1 volume) - Apenso: TC-002.518/2007-9

2. Grupo II, Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial

3. Unidade: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER, extinto) - 11º Distrito Rodoviário Federal (DRF), em Mato Grosso

4. Responsáveis: Francisco Campos de Oliveira (ex-chefe do 11º DRF, CPF nº 011.296.276-91), Gilton Andrade Santos (ex-chefe da Procuradoria Distrital do 11º DRF, CPF nº 074.168.816-68) e Romy Cabelleira (beneficiário, CPF nº 091.661.061-68)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. 1º Revisor: Ministro Aroldo Cedraz

5.2. 2º Revisor: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira

7. Unidade Técnica: Secex/CE

8. Advogados constituídos nos autos: Marcelo Müller Lobato (OAB/DF 16.442), Maria Abadia Pereira de Souza Aguiar (OAB/MT 2.906) e Carlos Roberto de Aguiar (OAB/MT 5.668)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada com o objetivo de apurar o pagamento de indenização, pelo 11º DRF/DNER, a proprietário de terra atingida pela faixa de domínio da Rodovia BR-364, no Município de Campo Verde/MT, a pretexto de desapropriação indireta.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com base nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19, **caput**; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 209, § 6º; 214, inciso III, alíneas "a" e "b"; e 267 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. excluir a responsabilidade de Romy Cabelleira;

9.2. julgar irregulares as contas dos responsáveis Francisco Campos de Oliveira e Gilton Andrade Santos, condenando-os, solidariamente, a pagar a quantia de R$ 57.797,07 (cinquenta e sete mil, setecentos e noventa e sete reais e sete centavos) e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem perante este Tribunal o recolhimento do valor aos cofres do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados a partir de 06/02/1997 até a data do efetivo pagamento, na forma da legislação em vigor;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3. cominar aos responsáveis Francisco Campos de Oliveira e Gilton Andrade Santos, de maneira individual, multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprovem junto ao TCU o recolhimento do respectivo valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente, se pago após o vencimento;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações; e

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, junto do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República em Mato Grosso, para as providências que entender cabíveis, e ao Delegado de Polícia Federal Eduardo Rogério Rodrigues dos Santos, conforme requerimento no processo TC-002.518/2007-9 (apenso).

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0260-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes (2º Revisor), Aroldo Cedraz (1º Revisor), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 261/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-005.018/2003-2 (com 8 volumes e 2 anexos)
2. Grupo I, Classe de Assunto V - Acompanhamento
3. Unidades: Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEJDH/RJ) e Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP/RJ)
4. Responsáveis: Ângelo Roncalli de Ramos Barros (CPF 185.218.601-10), ex-Diretor-Geral do DEPEN, João Luiz Duboc Pinaud (CPF 031.987.077-49), ex-Secretário da SEJDH/RJ, e Carlos Augusto Siqueira (CPF 454.436.537-68), ex-Diretor-Presidente da EMOP/RJ
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex-RJ
8. Advogados constituídos nos autos: Beatris Jardim de Azevedo (OAB/RJ 117.413), Ariana Miranda Quintanilha (OAB/RJ 135.617) e Flávia Firgulha da Costa (OAB/RJ 147.953)

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do acompanhamento da obra de construção da Penitenciária Bangu VI, realizada com parte dos recursos decorrente do Convênio nº 004/2001, celebrado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, com base nos arts. 41, inciso II, e 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 206, § 1º, 241, 268 e 288 do Regimento Interno deste Tribunal, em:
9.1. rejeitar as razões de justificativa de João Luiz Duboc Pinaud (ex-Secretário da SEJDH/RJ) e de Carlos Augusto Siqueira (ex-Diretor-Presidente da EMOP/RJ) e, em consequência, aplicar-lhes, individualmente, multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Ministério Público junto a este Tribunal, haja vista não ter sido possível, em decorrência do art. 206 do Regimento Interno, a aplicação da penalidade de multa ao responsável Ângelo Roncalli de Ramos Barros, neste processo, devido ao julgamento pela regularidade com ressalva das suas contas referentes à gestão do DEPEN no exercício de 2001, conforme o Acórdão nº 51/2005-1ª Câmara.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0261-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 262/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-017.941/2005-9 (com 1 volume e 1 anexo).
1.1. Apensos: TC-029.326/2006-0 e TC-028.702/2006-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Pedido de reexame.
3. Recorrente: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, por seu Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
4. Órgãos: Senado Federal, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Ubiratan Aguiar.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade técnica: Secretaria de Recursos - Serur.
8. Advogados constituídos nos autos: Marcos Vinicius Witczak (OAB/DF 11.923), Márcio Wanderley de Azevedo (OAB/DF 13.404), Fernanda Vieira Rocha (OAB/DF 24.143), Leonardo A. De Sanches (OAB/DF 11.980) e Rafael Villani Witczak (OAB/DF 24.178).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP/TCU), por seu Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, contra o Acórdão nº 2.888/2008-TCU-Plenário (fls. 241, volume 1), mediante o qual o TCU considerou improcedentes três representações formuladas pelo recorrente, em face de procedimentos administrativos adotados pelo Senado Federal (TC-028.702/2006-6, apenso), pela Câmara dos Deputados (TC-017.941/2005-9) e pelo Tribunal de Contas da União (TC-029.326/2006-0, apenso), no sentido de aplicar o percentual de majoração (15%) instituído pelas Leis nºs 11.169/2005, 11.170/2005 e 11.383/2006 sobre as Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas (VPNIs), mormente as derivadas da transformação de quintos ou décimos, recebidas pelos servidores daquelas Casas.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos o acórdão recorrido, com fundamento no art. 48, c/c os arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/1992;
9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente e às presidências do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e do Sindilegis.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0262-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 263/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-014.919/2010-9 (com 1 volume e 9 anexos)
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração
3. Interessada: Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro
4. Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit e Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro
5. Relator: Ministro José Jorge
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Levantamento de Auditoria efetuado pela Secob 2, no âmbito do Fiscobras/2010, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit e à Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro - Seobras/RJ, com vistas a fiscalizar a execução das obras na BR-493, relativas ao contorno rodoviário no Estado do Rio de Janeiro (Arco Metropolitano), em que se examinam Embargos de Declaração opostos pela Seobras/RJ, contra os termos do Acórdão 3.031/2010 - Plenário, que conheceu do Agravo interposto para tornar insubsistente o item 9.1 do Acórdão 2.674/2010-Plenário e alterar os termos do subitem 9.4 do Acórdão 1.980/2010-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes Embargos de Declaração, com fundamento no art. 287 do Regimento Interno, para, no mérito, conceder-lhe provimento;
9.2. tornar insubsistentes os itens 9.1, 9.2 e 9.3 do Acórdão 3.031/2010-Plenário;
9.3. determinar à Secretaria das Sessões que dê imediata ciência da presente deliberação à Secretaria de Estado de Obras do Rio de Janeiro - Seobras/RJ, informando-lhe, outrossim, da inclusão em pauta do processo na próxima Sessão Plenária, para exame do Agravo por ela interposto;
9.4. autorizar a dilação de prazo, por mais 10 (dez) dias, a contar da ciência da presente deliberação, para que as empresas Delta Construções e Consórcio Arco Metropolitano do Rio deem atendimento às oitivas promovidas no Acórdão 1.980/2010-Plenário.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0263-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 264/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.850/2010-0.
2. Grupo II, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração
3. Embargante: Maurício José Pedrosa Malta
4. Órgão: Secretaria de Infra-Estrutura do Governo do Estado de Alagoas - Seinfra
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogados constituídos nos autos: Rodrigo Araújo Campos, OAB/AL 8.544; Denis Guimarães de Oliveira, OAB/AL 8.403; Luiz Roberto Barros Farias, OAB/AL 8.740; Luiz Roberto Porto Farias, OAB/AL 2.454.

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Maurício José Pedrosa Malta, em face do Acórdão nº 3128/2010-TCU-Plenário, que determinou a conversão de processo de levantamento de auditoria em tomada de contas especial e citação dos responsáveis.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 34 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar conhecimento desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0264-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 265/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.851/2010-7.
2. Grupo II, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração
3. Embargante: Denison de Luna Tenório
4. Órgão: Secretaria de Infra-Estrutura do Governo do Estado de Alagoas - Seinfra
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogada constituída nos autos: Livia Maria Sampaio Tenório, OAB/AL 8.837.

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Denison de Luna Tenório, em face do Acórdão nº 3128/2010-TCU-Plenário, que determinou a conversão de processo de levantamento de auditoria em tomada de contas especial e citação dos responsáveis.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 34 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar conhecimento desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0265-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

VEDADA A IMPRENSA NACIONAL DE ASSINANTE DA

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 266/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-033.852/2010-3
2. Grupo II, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração
3. Embargante: José Jailson Rocha
4. Órgão: Secretaria de Infra-Estrutura do Governo do Estado de Alagoas - Seinfra
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por José Jailson Rocha, em face do Acórdão nº 3128/2010-TCU-Plenário, que determinou a conversão de processo de levantamento de auditoria em tomada de contas especial e citação dos responsáveis.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 34 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar conhecimento desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0266-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 267/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-028.114/2010-8 (com 1 anexo)
2. Grupo I, Classe de Assunto V- Relatório de Acompanhamento
3. Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES - MDIC)
4. Interessado: Tribunal de Contas da União, 9ª Secretaria de Controle Externo (9ª Secex)
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo (9ª Secex)
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de acompanhamento, realizado em face da determinação prevista no Acórdão nº 2.298/2010-TCU-Plenário, com o objetivo de acompanhar a operação de crédito relativa ao projeto de reforma e adequação do Estádio Mário Filho - Maracanã, a ser celebrada entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro, e que se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol 2014.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator em:
9.1. determinar ao BNDES que informe ao Tribunal acerca do prazo e das medidas que estão sendo tomadas junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro para sanar:
9.1.1. as pendências relativas ao estudo de viabilidade econômica da arena do Maracanã e à descrição dos projetos de intervenção no entorno, com os respectivos orçamentos;
9.1.2. os indícios de graves irregularidades no processo licitatório de contratação da obra, apontados nas análises do projeto e orçamentária;
9.2. solicitar ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro que, nos termos do inciso II da Cláusula Quarta do "Protocolo de execução relativo ao acompanhamento das ações governamentais para a realização da Copa do Mundo de 2014", informe a este Tribunal os nomes dos responsáveis pelas pendências e pelos indícios de graves irregularidades mencionados no subitem 9.1 acima, bem como as providências adotadas por essa Corte de Contas estadual com vistas a saná-las;
9.3. dar ciência deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, bem como de cópia da Análise Expedita do Edital para a Reforma do Estádio do Maracanã, ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para que adote as providências cabíveis no que se refere às pendências e aos indícios de irregularidade apontados;
9.4. dar ciência deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam:
9.4.1. ao Ministro de Estado do Esporte; ao Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados; ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e ao Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal;
9.4.2. ao Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; ao Governador do Estado do Rio de Janeiro e ao Presidente do Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014;
9.4.3. ao Procurador-Geral da República, para subsidiar as atividades do Grupo de Trabalho Copa 2014 instituído no âmbito do Ministério Público Federal; à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
9.5. determinar à 9ª Secex que:
9.5.1. informe ao Tribunal acerca da determinação e da solicitação constantes nos subitens 9.1 e 9.2 acima;
9.5.2. prossiga, em 2011, no acompanhamento das ações do BNDES de financiamento da reforma do Estádio do Maracanã, no âmbito do Programa Pró Copa Arenas;
9.6. determinar o arquivamento dos presentes autos.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0267-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 268/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-029.729/2010-6
2. Grupo I, Classe de Assunto V - Relatório de Auditoria (Fiscobras 2011)
3. Interessado: Congresso Nacional
4. Órgão: 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/PR - MJ
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secob-3
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada no Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ com o objetivo de fiscalizar o edital de Concorrência nº 01/2010, destinado à contratação das obras para a construção do novo edifício sede da 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Curitiba - PR, com recursos no valor R$ 36.297.759,53 (trinta e seis milhões, duzentos e noventa e sete mil, setecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e três centavos), alocados à conta do PT 06.122.1368.7J88.0056/2010.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, à 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/PR - MJ que, no prazo de 30 dias, apresente ao Tribunal de Contas da União as providências adotadas para sanear as inconsistências verificadas no cronograma de desembolso físico-financeiro da obra para a construção do novo edifício sede da 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Curitiba - PR, destinadas a mitigar a possibilidade da realização de pagamentos antecipados por serviços não realizados;
9.2. alertar à 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/PR - MJ para que, nos próximos certames licitatórios, evite as seguintes impropriedades verificadas no edital de Concorrência nº 01/2010, destinado à contratação das obras para a construção do novo edifício sede da 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Curitiba - PR:
9.2.1. inclusão inadequada de itens no modelo de BDI, campo "outros elementos", que deveriam constar dos custos diretos da obra, tais como administração da obra, seguros, taxas e emolumentos, em atenção ao subitem 9.1.2 do Acórdão nº 325/2007 - Plenário, ressaltando ainda que o próprio Edital da Concorrência 01/2010 estabelece (item 7.5.2.5) que os custos passíveis de serem apropriados como custo direto não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;
9.2.2. exigência da comprovação da capacitação técnico - operacional mediante a apresentação de atestado de execução de quantitativo de serviços requeridos no futuro contrato para serviços de pouca representatividade econômica em relação ao valor global da obra, descumprindo o art. 30º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e a jurisprudência desta Corte de Contas;
9.3. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram detectados, na presente fiscalização, indícios de irregularidades que se enquadrem no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei nº 12.309/2010 (LDO/2011);

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0268-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 269/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.085/2002-2.
1.1. Apensos: 019.933/2009-9; 019.934/2009-6; 013.838/2000-9; 021.494/2009-4; 008.683/2002-9
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Benedito Castro da Silveira Frade Neto.
3.2. Responsáveis: Alice Aiko Fujioka Yamada (219.945.951-91); Ana Maria Bandeira Garcia (318.771.761-68); Antonio Leoncio Leitao (223.268.391-53); Arnaldo Nogueira de Lima (394.952.646-34); Aurea Mendes Viana Alves Neta (295.953.471-91); Benedito Castro da Silveira Frade Neto (047.622.902-20); Clara Regina Huguenin de Araujo (119.739.191-68); Coaracy Jorge Carneiro Serra (107.113.253-91); Cresio de Matos Rolim (049.901.455-34); Dacia Maria Ferreira de Santana (172.060.064-34); Deise Sumiko Fukamati (875.916.188-49); Edson Sebba (002.446.191-15); Henrique Vieira Ferrari (341.743.039-91); Ildete dos Santos Pinto (144.360.941-20); Indira Ernesto Silva Quaresma (647.739.301-87); Israel Sousa Castro (258.083.201-78); Janet de Melo Costa (055.386.102-68); Joao Bosco Barros Silva (088.683.442-20); Jose Alves da Silva (059.308.981-20); Jose Carlos C. P. Castilho (152.563.671-53); Jose Manoel do Nascimento Sobrinho (221.747.611-49); Lira Maria Lopes (153.902.171-87); Luiz Alberto Lazinho (440.224.178-20); Marco Antonio Moreira Mourao (117.334.541-87); Marcos Maia Junior (128.465.546-68); Maria Helena Jacinta de Carvalho (101.675.604-68); Maria Oterlina Carvalho (116.645.921-72); Maria Telma Rebelo Soares dos Santos (052.765.945-20); Nevaldo Luiz Marques da Cruz Lima (724.966.657-68); Nilo da Luz Gutemberg (256.209.161-20); Osvaldo de Oliveira Nunes (057.308.991-49); Paulo Afonso Meira (152.051.851-04); Paulo Roberto Tannus Freitas (080.038.905-00); Pedro Luiz Rondon Pinheiro (884.901.308-68); Reinhold Stephanes (002.070.981-15); Renato Vieira Oliveira (580.328.436-04); Roberto Machado Trindade (099.533.531-15); Robson Rodrigo Ramos (859.232.309-68); Rosane Veluza Barros (519.922.809-91); Sergio Joaquim de Santanna (609.099.437-53); Tania Maria da Silva Goncalves (030.034.502-04); Vainer Cosme Augusto de Oliveira (146.960.881-20); Veronica Teixeira de Assunção (265.755.581-00); Wagner Sampaio Palhares (003.490.381-04).
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 5ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-5).
8. Advogado constituído nos autos: Anna Maria da Trindade dos Reis (OAB/DF 6.811) e Sebastião Alves dos Reis Júnior (OAB/DF 6.808).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos por Benedito Castro da Silveira Frade Neto, contra o Acórdão nº 2620/2010, de 6/10/2010, inserido na Relação nº 38/2010-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 34 e 35 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 287 e 288 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração, acolhendo-o parcialmente, para sanar omissões identificadas no Acórdão nº 2620/2010-Plenário;
9.2. no mérito, manter a decisão do acórdão embargado, no sentido de não conhecer do recurso de revisão interposto por Benedito Castro da Silveira Frade Neto (anexo 21), em razão de não atender os requisitos atinentes à espécie recursal.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0269-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 270/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.504/2006-7 (c/ 32 anexos).
2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Recorrente: Maria Luiza Barbosa Nogueira (109.915.576-20).
4. Unidades: Ministério da Ciência e Tecnologia (vinculador) e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB/MG 90.459), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Francisco de Freitas Ferreira (OAB/MG 89.353), Érlon André de Matos (OAB/MG 103.096), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011), Carolina Feitosa Dolabela Chagas (OAB/MG 96.205), Mariana Barbosa Miraglia (OAB/MG 107.162), Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/MG 101.334), Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817), Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/MG 116.302), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298) e Richard-Paul Martins Garrel (OAB/MG 127.318).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos contra o Acórdão nº 2.866/2010-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões exposta pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 277 e 287 do Regimento Interno, conhecer dos embargos de declaração apresentados por procuradores dos sucessores da Sra. Maria Luiza Barbosa Nogueira, para, no mérito, acolhê-los, concedendo-lhes, excepcionalmente, efeitos infringentes, de modo a excluir a multa imposta à responsável mediante o subitem 9.2 do Acórdão nº 2.866/2010-TCU-Plenário;

9.2. determinar à Secretaria-Geral de Controle externo que estabeleça procedimentos visando a que a ocorrência de eventual falecimento de responsável seja comunicada imediatamente ao gabinete do relator em que se encontre o processo, pendente de deliberação;

9.3. dar conhecimento desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0270-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 271/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 009.758/2009-3

1.1. Apensos: TC-029.549/2009-0 e TC-020.388/2009-7

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Levantamento de Auditoria

3. Interessado: Congresso Nacional

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Obras 3 (SECOB-3).

8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Luis Bragança Penteado (OAB/RJ 88.979), André de Almeida Barreto Tostes (OAB/DF 20.596), André Luis Fares Francis (OAB/RJ 66.211), Bernardo Braga Pasqualette (OAB/RJ 148.828), Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.345), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Ildmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Marcelo Barbi Gonçalves (OAB/RJ 152.104), Nelson Barreto Gomyde (OAB/SP 147.136), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Tude José Cavalcante Brum de Oliveira (OAB/RJ 119.500) e Vitor Thome El Hader (OAB/RJ 103.466)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria realizado, no âmbito do Fiscobras 2009, nas obras de construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), localizada no Município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1 acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Glauco Colepicolo Legatti, acerca do achado referente à adoção de critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido;

9.2 determinar à Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) que se utilize da análise efetuada nos presentes autos, bem como, no que for aplicável, no Acórdão 3.077/2010 - Plenário, para corrigir o Anexo XV - 'Procedimento para avaliação e pagamento por ocorrência de chuvas, descargas atmosféricas e suas consequências' dos Contratos 0800.0045921.08-2 (CAFOR), 0800.0049742.02-2 (Edificações), 0800.0049716.09-2 (Tanques Lote I), 0800.0049738.09-2 (Tanques Lote II), 0800.0049741.09-2 (ETA), 0800.0053457.09.2 (UCR), 0800.0053456.09-2 (UDA), 0800.0055148.09-2 (UHDT/UGH) e 0800.0057000.10-2 (Tubovias) e, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da ciência desta deliberação, efetue adequação na forma de apropriação do tempo parado e nos custos unitários empregados pela hora parada para cada um dos insumos (mão de obra direta, mão de obra indireta associada à direta e equipamentos), encaminhando ao TCU, nesse mesmo prazo, a comprovação do atendimento dessa determinação;

9.3 determinar à Secob-3 que proceda às alterações devidas no sistema pertinente, relativas à reclassificação da irregularidade 'Critério de medição inadequado ou incompatível com o objeto real pretendido' apontada no Relatório de Auditoria 105/2009, referente ao Contrato 0800.0049741-09-2 (ETA) e ao Convite 0634314.09-8 (UDA), considerando o acatamento das razões de justificativa do responsável;

9.4 determinar, ainda, à Secob-3 que monitore, em processo específico, o cumprimento pela Petrobras das medidas indicadas no subitem 9.2 supra;

9.5 alertar a Petrobras de que a utilização da metodologia do ressarcimento dos custos decorrentes de paralisações por motivo de chuvas, em contratos de obras e serviços de engenharia, sem a devida justificação de sua vantagem técnica e econômica, está em desacordo com o princípio da motivação previsto, entre outros, nos artigos 2º, inciso VII, 38, § 1º, e 50 da Lei 9.784/1999;

9.6 encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, ao Ministério de Minas e Energia e à Petróleo Brasileiro S/A;

9.7 arquivar o presente processo.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0271-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 272/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 019.842/2003-3.

1.1. Apensos: 024.208/2006-4; 024.207/2006-7; 024.206/2006-0

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Revisão

3. Recorrente: Demilson Nogueira Moreira (CPF 275.121.341-34)

4. Entidade: Município de Ponte Branca/MT

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar

5.1. Relator da Deliberação recorrida: Ministro Guilherme Palmeira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo - MT (SECEX-MT) e Secretaria de Recursos (Serur)

8. Advogado constituído nos autos: Sanny Braga Vasconcelos (OAB/DF 18.969)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recurso de revisão interposto contra o Acórdão Nº 2.329/2006-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do Pedido de Revisão interposto pelo Sr. Demilson Nogueira Moreira contra os itens 9.1 e 9.2 do Acórdão 2.329/2006 - 1ª Câmara, com fulcro nos arts. 31 e 32, inciso III, da Lei Nº 8.443/1992, c/c os arts. 277 e 286 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos do acórdão recorrido;

9.2 encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0272-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 273/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 020.737/2008-1

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: André Luiz Gonçalves Videira (CPF 432.984.869-49), Logos Prestação de Serviços Ltda.-ME (CNPJ 00.151.839/0001-20), VK Consulting - Videira & Kuchiniski S/S (CNPJ 01.312.262/0001-54), Yoi Interactive Desenvolvimento de Softwares Ltda. (CNPJ 05.818.733/0001-51), Patrícia Produções Ltda. - Fala Produções (CNPJ 07.590.216/0001-01) e Nilcéa Freire (CPF 412.684.907-68)

4. Entidade: Instituto Treinar de Educação e Tecnologia

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - SC (SECEX-SC).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade do Sr. André Luiz Gonçalves Videira, dirigente do Instituto Treinar de Educação e Tecnologia, da Sra. Nilcéa Freire, ex-Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, e das empresas Logos Prestação de Serviços Ltda.-ME, VK Consulting - Videira & Kuchiniski S/S, Yoi Interactive Desenvolvimento de Softwares Ltda. e Patrícia Produções Ltda. - Fala Produções, instaurada por determinação do item 9.2 do Acórdão 1.403/2008-TCU-Plenário, em virtude de irregularidades na aplicação dos recursos recebidos por força do Termo de Parceria SEPM 03/2005, firmado entre a União, representada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - PR, e o Instituto Treinar, em 29/12/2005.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Nilcéa Freire, ex-Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, e rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos demais responsáveis;

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas **b** e **c**, 19, **caput**, e 23, inciso III, alínea **a**, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, irregulares as contas do Sr. André Luiz Gonçalves Videira, condenando-o, em solidariedade com as empresas Logos Prestação de Serviços Ltda.-ME, VK Consulting - Videira & Kuchiniski S/S, Yoi Interactive Desenvolvimento de Softwares Ltda. e Patrícia Produções Ltda. - Fala Produções, ao pagamento das importâncias abaixo discriminadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2.1. Responsável André Luiz Gonçalves Videira:

Data	Valor (R$)	
10.01.2006	190.164,10	(cento e noventa mil, cento e sessenta e quatro reais, dez centavos)
10.03.2006	1.151,48	(um mil, cento e cinquenta e um reais, quarenta e oito centavos)
13.03.2006	496,95	(quatrocentos e noventa e seis reais, noventa e cinco centavos)
13.03.2006	1.276,68	(um mil, duzentos e setenta e seis reais, sessenta e oito centavos)
15.03.2006	1.175,72	(um mil, cento e setenta e cinco reais, setenta e dois centavos)
20.05.2006	971,72	(novecentos e setenta e um reais, setenta e dois centavos)
23.05.2006	274,37	(duzentos e setenta e quatro reais, trinta e sete centavos)
24.05.2006	487,34	(quatrocentos e oitenta e sete reais, trinta e quatro centavos)
1.05.2006	583,03	(quinhentos e oitenta e três reais, três centavos)
30.04.2006	408,42	(quatrocentos e oito reais, quarenta e dois centavos)

9.2.2. Responsáveis solidários André Luiz Gonçalves Videira e VK Consulting - Videira & Kuchiniski S/S:

Data	Valor (R$)	
09.03.2006	38.000,00	(trinta e oito mil reais)
22.05.2006	4.800,00	(quatro mil e oitocentos reais)

9.2.3. Responsáveis solidários André Luiz Gonçalves Videira e Logos Prestação de Serviços Ltda-ME:

Data	Valor (R$)	
09.03.2006	42.000,00	(quarenta e dois mil reais)
19.05.2006	17.000,00	(dezessete mil reais)
31.05.2006	10.200,00	(dez mil e duzentos reais)

9.2.4. Responsáveis solidários André Luiz Gonçalves Videira e YOI Interactive e Desenvolvimento de Softwares Ltda.:

Data	Valor (R$)	
12.03.2006	16.400,00	(dezesseis mil e quatrocentos reais)
22.05.2006	8.525,90	(oito mil, quinhentos e vinte e cinco reais, noventa centavos)

9.2.5. Responsáveis solidários André Luiz Gonçalves Videira e Patrícia Produções Ltda. - Fala Produções;

Data	Valor (R$)	
14.03.2006	38.800,00	(trinta e oito mil e oitocentos reais)
29.04.2006	9.110,00	(nove mil, cento e dez reais)

9.3. com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar aos responsáveis, individualmente, multa no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) ao Sr. André Luiz Gonçalves Videira; de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à empresa VK Consulting - Videira & Kuchiniski S/S; de R$ 7.000,00 (sete mil reais) à Logos Prestação de Serviços Ltda-ME; de R$ 3.000,00 (três mil reais) à empresa YOI Interactive Desenvolvimento de Softwares Ltda.; e de R$ 5.000,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(cinco mil reais) à empresa Patrícia Produções Ltda. - Fala Produções, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das respectivas notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei Nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas de que tratam os subitens 9.2 e 9.3 retro, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde já, caso requerido pelos responsáveis, com fundamento no art. 26 da Lei Nº 8.443/92, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RITCU, o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) vezes, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais;

9.5.1. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, c/c o § 2º do art. 217 do RITCU;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, para ajuizamento das ações cabíveis, nos termos do art. 209, § 6º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0273-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 274/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 020.981/2008-0

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: André Luiz Gonçalves Videira (CPF 432.984.869-49), Logos Prestação de Serviços Ltda.-ME (CNPJ 00.151.839/0001-20), VK Consulting - Videira & Kuchiniski S/S (CNPJ 01.312.262/0001-54) e Patrícia Produções Ltda. - Fala Produções (CNPJ 07.590.216/0001-01)

4. Entidade: Instituto Treinar de Educação e Tecnologia

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furado

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SC (SECEX-SC)

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade do Sr. André Luiz Gonçalves Videira, dirigente do Instituto Treinar de Educação e Tecnologia, e das empresas Logos Prestação de Serviços Ltda.-ME, VK Consulting - Videira & Kuchiniski S/S e Patrícia Produções Ltda. - Fala Produções, instaurada por determinação do item 9.3 do Acórdão 1.403/2008-TCU-Plenário, em virtude de irregularidades na aplicação dos recursos recebidos por força do Convênio 033/SEPPIR/2006, firmado entre a União, representada pela Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, e o Instituto Treinar, em 18/09/2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas **b** e **c**, 19, **caput**, e 23, inciso III, alínea **a**, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, irregulares as contas do Sr. André Luiz Gonçalves Videira, condenando-o, em solidariedade com as empresas Logos Prestação de Serviços Ltda.-ME, VK Consulting - Videira & Kuchiniski S/S e Patrícia Produções Ltda. - Fala Produções, ao pagamento das importâncias abaixo discriminadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.1.1. responsável André Luiz Gonçalves Videira:

Data	Valor (R$)	
19.10.2006	17.923,56	(dezessete mil, novecentos e vinte e três reais, cinquenta e seis centavos)

9.1.2. responsáveis solidários: André Luiz Gonçalves Videira e VK Consulting - Videira & Kuchiniski S/S:

Data	Valor (R$)	
23.11.2006	21.600,00	(vinte e um mil e seiscentos reais)
24.11.2006	11.400,00	(onze mil e quatrocentos reais)
27.11.2006	21.600,00	(vinte e um mil e seiscentos reais)
20.12.2006	3.000,00	(três mil reais)

9.1.3. responsáveis solidários: André Luiz Gonçalves Videira e Logos Prestação de Serviços Ltda-ME:

Data	Valor (R$)	
23.10.2006	33.600,00	(trinta e três mil e seiscentos reais)
23.10.2006	35.100,00	(trinta e cinco mil e cem reais)
22.11.2006	11.950,00	(onze mil, novecentos e cinquenta reais)
20.12.2006	4.550,00	(quatro mil, quinhentos e cinquenta reais)

9.1.4. responsáveis solidários André Luiz Gonçalves Videira e Patrícia Produções Ltda. - Fala Produções:

Data	Valor (R$)	
06.11.2006	29.260,00	(vinte e nove mil, duzentos e sessenta reais)

9.2. com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar aos responsáveis, individualmente, multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) ao Sr. André Luiz Gonçalves Videira; de R$ 6.000,00 (seis mil reais) à empresa VK Consulting - Videira & Kuchiniski S/S; de R$ 9.000,00 (nove mil reais) à Logos Prestação de Serviços Ltda-ME; e de R$ 3.000,00 (três mil reais) à empresa Patrícia Produções Ltda. - Fala Produções, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das respectivas notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei Nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas de que tratam os subitens 9.1 e 9.2 retro, caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar, desde já, caso requerido pelos responsáveis, com fundamento no art. 26 da Lei Nº 8.443/92, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RITCU, o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) vezes, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais;

9.4.1. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, c/c o § 2º do art. 217 do RITCU;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, para ajuizamento das ações cabíveis, nos termos do art. 209, § 6º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0274-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 275/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC-020.988/2008-1.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: André Luiz Gonçalves Videira (CPF 432.984.869-49), Logos Prestação de Serviços Ltda.-ME (CNPJ 00.151.839/0001-20), Yoi Interactive Desenvolvimento de Softwares Ltda. (CNPJ 05.818.733/0001-51) e Patrícia Produções Ltda. - Fala Produções (CNPJ 07.590.216/0001-01).

4. Entidade: Instituto Treinar de Educação e Tecnologia (CNPJ 02.161.201/0001-20).

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Santa Catarina (Secex-SC).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade do Sr. André Luiz Gonçalves Videira, dirigente do Instituto Treinar de Educação e Tecnologia, e das empresas Logos Prestação de Serviços Ltda.-ME, Yoi Interactive Desenvolvimento de Softwares Ltda. e Patrícia Produções Ltda. - Fala Produções, instaurada por determinação do item 9.6 do Acórdão 1.403/2008-TCU-Plenário, em virtude de irregularidades na aplicação dos recursos recebidos por força do Termo de Parceria SEPM 001/2007, firmado entre a União, representada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - PR, e o Instituto Treinar, em 05/03/2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas **b** e **c**, 19, **caput**, e 23, inciso III, alínea **a**, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, irregulares as contas do Sr. André Luiz Gonçalves Videira, condenando-o, em solidariedade com as empresas Logos Prestação de Serviços Ltda.-ME, Yoi Interactive Desenvolvimento de Softwares Ltda. e Patrícia Produções Ltda. - Fala Produções, ao pagamento das importâncias abaixo discriminadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.1.1. Responsável André Luiz Gonçalves Videira

Data	Valor (R$)	
7.03.2007	97.539,46	(noventa e sete mil, quinhentos e trinta e nove reais, quarenta e seis centavos)

9.1.2. Responsáveis solidários André Luiz Gonçalves Videira e YOI Interactive Desenvolvimento de Softwares Ltda.:

Data	Valor (R$)	
13.03.2007	6.312,00	(seis mil, trezentos e doze reais)

9.1.3. Responsáveis solidários André Luiz Gonçalves Videira e Logos Prestação de Serviços Ltda-ME:

Data	Valor (R$)	
19.03.2007	3.500,00	(três mil e quinhentos reais)

9.1.4. Responsáveis solidários André Luiz Gonçalves Videira e Patrícia Produções Ltda. - Fala Produções;

Data	Valor (R$)	
14.03.2007	38.698,73	(trinta e oito mil, seiscentos e noventa e oito reais, setenta e três centavos)
20.03.2007	15.537,81	(quinze mil, quinhentos e trinta e sete reais, oitenta e um centavos)

9.2. com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar aos responsáveis, individualmente, multa no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) ao Sr. André Luiz Gonçalves Videira; de R$ 3.000,00 (três mil reais) às empresas YOI Interactive Desenvolvimento de Softwares Ltda. e Logos Prestação de Serviços Ltda-ME; e de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à empresa Patrícia Produções Ltda. - Fala Produções, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das respectivas notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei Nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas de que tratam os subitens 9.1 e 9.2 retro, caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar, desde já, caso requerido pelos responsáveis, com fundamento no art. 26 da Lei Nº 8.443/92, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RITCU, o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) vezes, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais;

9.4.1. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, c/c o § 2º do art. 217 do RITCU;

9.5. dar ciência desta deliberação, do Acórdão Nº 101/2011 - Plenário e dos acórdãos que forem proferidos na sessão de hoje deste colegiado nos TCs 020.981/2008-0 e 020.737/2008-1 à Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, para que avalie a conveniência e a oportunidade de instaurar procedimento administrativo para os fins previstos no art. 7º da Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999, com relação ao Instituto Treinar de Educação e Tecnologia, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP);

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, para ajuizamento das ações cabíveis, nos termos do art. 209, § 6º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0275-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 276/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 021.631/2010-7

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação

3. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo (Secex/ES)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4. Entidade: Município de Iúna/ES.
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - ES (SECEX-ES).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela Secex/ES acerca de supostas irregularidades constantes dos Editais das Tomadas de Preços Nº s 052/2010 e 081/2010, conduzidos pela Prefeitura Municipal de Iúna/ES, cujo objeto consiste na contratação de empresa para construção de creche/escola PROINFÂNCIA TIPO B naquele município, financiado parcialmente com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, por meio do Convênio Nº 657742/2009.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno, conhecer desta Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. considerar prejudicada a medida cautelar adotada nestes autos em 19/08/2010, bem como as oitivas determinadas, por perda de objeto, ante a anulação da Tomada de Preços Nº 052/2010, por iniciativa própria, pelo Município de Iúna/ES;
9.3. determinar à Prefeitura Municipal de Iúna/ES que, nos próximos certames promovidos pela entidade que envolvam recursos federais, abstenha-se de exigir quantitativos mínimos de serviços para fins de qualificação técnico-profissional, ante a expressa vedação do art. 30, §1º, inciso I, da Lei 8.666/93;
9.4. dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de Iúna/ES e à Estrutural Construtora e Incorporadora Ltda.;
9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0276-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 277/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 033.134/2008-4 (c/ 1 volume).
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessado: Instituto Serzedello Correa (00.414.607/0024-04).
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Instituto Serzedello Corrêa (ISC), Secretaria de Controle Interno (Secoi) e Secretaria-Geral da Presidência (Segepres).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Instituto Serzedello Correa (ISC) deste Tribunal versando sobre a requisição e contratação de serviços de consultoria;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, em:
9.1. enviar ao Instituto Serzedello Correa (ISC) e à Unidade de Coordenação de Projetos Financiados por Operações de Crédito Externo (UCP), deste Tribunal de Contas da União, cópia do arquivo digital contendo instrução de fls. 246/247 dos presentes autos, com orientação para o aperfeiçoamento nos procedimentos de contratação, em projetos financiados por operações de crédito externo.
9.2. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0277-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 278/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 006.234/2006-6 (c/ 4 volumes e 2 anexos).
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Levantamento de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
3.2. Responsáveis: Construtora Aterpa Ltda. (17.162.983/0001-65); Desdemona Ferreira Gaspar (176.267.223-53); Gerardo de Freitas Fernandes (062.944.483-87); Gilvan de Sousa Nascimento (178.293.213-53); José Orlando Sá de Araújo (088.866.953-49); José de Ribamar Ramalho (021.746.774-15); Leônidas Soriano Caldas Neto (054.805.743-53); Mauro Barbosa da Silva (370.290.291-00).
4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.
8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles, OAB/MG Nº 71.947; Cynthia Póvoa de Aragão, OAB/DF Nº 22.298; Francisco de Freitas Ferreira, OAB/MG Nº 89.353; Marina Hermeto Corrêa, OAB/MG Nº 75.173; Renata Aparecida Ribeiro Felipe, OAB/MG Nº 97.826; Patrícia Guercio Teixeira, OAB/MG Nº 90.459 e Tathiane Vieira Viggiano Fernandes, OAB/MG Nº 101.379.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de levantamento de auditoria realizado nas obras rodoviárias emergenciais na BR-222/MA, no trecho compreendido entre os entroncamentos com a MA-119/240 (Santa Luzia/MA) e com a BR-010, do km 409,6 ao km 684,9,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis em face das irregularidades que lhes foram atribuídas nestes autos; e
9.2. arquivar o processo.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0278-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 280/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 013.590/2005-3 (c/ 2 volumes e 4 anexos)
1.1. Apensos: TC 017.643/2009-0, TC 020.700/2005-7, TC 014.536/2003-7.
2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Ministério da Integração Nacional e Município de Diamante/PB (08.942.229/0001-57).
3.2. Responsáveis: Ernani de Souza Diniz (003.731.094-15) e Pedro Laurindo da Silva (045.728.164-25).
4. Unidade: Município de Diamante/PB.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba - Secex/PB.
8. Advogado constituído nos autos: Paulo César Conserva (OAB/PB Nº 11.874).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em desfavor do Sr. Ernani de Souza Diniz, ex-prefeito do Município de Diamante/PB, em virtude da não-apresentação de documentação complementar à prestação de contas do Convênio Nº 1.894/2001-MI (Siafi Nº 465308),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, em:
9.1. excluir o Sr. Pedro Laurindo da Silva desta relação processual;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" da Lei Nº 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as presentes contas e condenar o Sr. Ernani de Souza Diniz ao pagamento da quantia de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 9/10/2002, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;
9.3. aplicar ao responsável indicado no subitem anterior a multa prevista no art. 57 da Lei Nº 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data de notificação do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei Nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. com fundamento no art. 60 da Lei Nº 8.443/1992, c/c com o art. 270 do Regimento Interno do TCU, considerar grave a conduta do Sr. Ernani de Souza Diniz e, em consequência, declará-lo inabilitado, pelo período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública federal;
9.6. remeter cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a acompanham:
9.6.1. ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Paraíba, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei Nº 8.443/1992, c/c o art. 209, § 6º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das ações cabíveis;
9.6.2. ao Procurador da República no Município de Sousa/PB, com vistas à instrução do procedimento administrativo Nº 1.24.002.000116/2008-05, conforme solicitação constante do TC-017.643/2009-0, apenso aos presentes autos, em complementação ao Ofício Nº 932/2009 TCU/SECEX-PB, de 11/8/2009; e
9.6.3. ao Delegado de Polícia Federal na cidade de Patos/PB, para subsidiar a instrução do Inquérito Policial Nº 51/2004-DPF/PAT/PB, conforme solicitação constante do TC-013.590/2005-3 (Anexo 1), em complementação ao Ofício Nº 2/2006-TCU/SECEX-PB, de 5/1/2006.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0280-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 281/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 022.026/2010-0
2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessada: Presidência do Senado Federal.
4. Unidade: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação da Presidência do Senado Federal de acompanhamento da aplicação dos recursos da operação de crédito externo, com garantia da União e autorizada pela Resolução 35/2010, firmada entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e a Japan International Cooperation Agency - Jica, no valor de até ¥ 6.208.000.000,00 (seis bilhões, duzentos e oito milhões de ienes), para financiamento parcial do "Programa Integrado de Melhoria Ambiental na Área de Mananciais da Represa Billings";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer da solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade do inciso I do art. 38 da Lei 8.443/1992;
9.2. informar à Presidência do Senado Federal que:
9.2.1. o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão e constatou, quanto aos aspectos legais, que as providências necessárias para a contratação e para a garantia da União foram tomadas;
9.2.2. esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de ser honrada a garantia prestada pela União;
9.3. encaminhar cópia deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentaram à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
9.4. arquivar os autos, com base na parte final do § 3º do art. 2º da IN TCU 59/2009, após comunicação desta deliberação à Presidência do Senado Federal, nos termos do **caput** do art. 17 da Resolução-TCU 215/2008.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0281-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 282/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 025.957/2010-4
2. Grupo II - Classe V - Monitoramento.
3. Responsáveis: Rui Barbosa Egual (CPF 364.213.701-63), Nilton de Brito (CPF), Luiz Antônio Pagot (CPF 435.102.567-00), Deise Silva Torres Souza (CPF 631.395.701-63), e Delta Construções S/A (CNPJ 10.788.628/0001-57).
4. Unidade: Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit/MT.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso - Secex/MT.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento, no âmbito do Fiscobras 2010, do cumprimento da determinação formulada ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes pelo item 9.4 do acórdão 1.962/2010 - Plenário, proferido no processo TC 011.517/2010-7, que tratou de auditoria realizada na Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso do Dnit, com o objetivo de verificar a conformidade dos contratos de manutenção rodoviária na BR-364/MT (PT 26.782.1457.203C.0051/2010).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. realizar audiência prévia de Deise Silva Torres Souza, fiscal do contrato 15/2008, para que, no prazo de 15 dias, justifique:

9.1.1 a atestação de medições de serviços de PMQ e de confecção de placas de concreto do 2º segmento do aludido contrato em quantitativos acima dos efetivamente executados e com qualidade deficiente, com afronta aos arts. 66, 67 e 76 da Lei 8.666/1993 e aos arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964, o que levou aos seguintes superfaturamentos de serviços, a preços iniciais, até a 15ª medição provisória do mencionado 2º segmento do contrato:

9.1.1.1. R$ 1.644.152,79 (um milhão seiscentos e quarenta e quatro mil cento e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos), em decorrência da medição e do pagamento de serviços de pré-misturado a quente - PMQ com inclusão de serviços de transporte de insumos (brita, areia, massa de PMQ) e de fornecimento e transporte de material betuminoso, sem que tenha havido a devida prestação dos mesmos;

9.1.1.2. R$ 2.458.875,65 (dois milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), em decorrência da medição e do pagamento de serviços pertinentes à execução do serviço de placas de concreto de cimento Portland (pavimentação em concreto de cimento Portland, transporte de insumos e de concreto usinado) que não deveriam ter sido aceitos por terem sido executados com qualidade deficiente;

9.1.2. o desaparecimento de quantitativos de material fresado do 2º e do 3º segmentos do aludido contrato, com apresentação, juntamente com sua resposta, de croquis de localização do material fresado ainda existente, com indicação do volume de cada bota-fora, e de documentação comprobatória de outra destinação porventura dada a esse material, incluídos contratos de cessão;

9.2. realizar audiência prévia de Rui Barbosa Egual, ex-superintendente regional do Dnit/MT, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, justifique a ordem de início dos serviços do contrato 15/2008 sem que houvesse empresa supervisora contratada, o que concorreu para a atestação de medições - confirmadas posteriormente pelo responsável nas medições 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 - e para o pagamento de serviços de PMQ e de confecção de placas de concreto do 2º segmento do aludido contrato em quantitativos acima dos efetivamente executados e com qualidade deficiente, em desconformidade com normativos do Dnit, com o contrato e com os arts. 66, 67 e 76 da Lei 8.666/1993 e 62 e 63 da Lei 4.320/1964, o que levou aos seguintes superfaturamentos de serviços, a preços iniciais, até a 15ª medição provisória do 2º segmento do contrato:

9.2.1. R$ 1.644.152,79 (um milhão seiscentos e quarenta e quatro mil cento e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos), em decorrência da medição e do pagamento de serviços de pré-misturado a quente - PMQ com inclusão de serviços de transporte de insumos (brita, areia, massa de PMQ) e de fornecimento e transporte de material betuminoso, sem haver a devida prestação dos mesmos;

9.2.2. R$ 2.458.875,65 (dois milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), em decorrência da medição e do pagamento de serviços pertinentes à execução do serviço de placas de concreto de cimento Portland (pavimentação em concreto de cimento Portland, transporte de insumos e de concreto usinado) que não deveriam ter sido aceitos por terem sido executados com qualidade deficiente;

9.3. determinar ao Dnit, com esteio no inciso II do art. 250 do Regimento Interno, que:

9.3.1. no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, realize levantamento, no segmento correspondente ao contrato 653/2009, nos locais em que os serviços de recuperação da rodovia já estão concluídos, com o objetivo de: (i) caracterizar as espessuras das camadas do pavimento da pista de rolamento; (ii) identificar a extensão dos trechos onde a camada de reperfilamento possui espessura aquém do contratado ou é inexistente,

9.3.2. apresente a este Tribunal relatório circunstanciado a este Tribunal do levantamento determinado no item anterior, com fotografias dos corpos de prova e indicação das espessuras de cada camada;

9.3.3. no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, realize levantamento, em toda a extensão do 3º segmento da rodovia BR-364/MT objeto do contrato 15/2008 que já tenha sofrido intervenção, de modo a verificar se a execução das camadas de pavimento ocorreu nos termos definidos naquele contrato;

9.3.4. apresente a este Tribunal relatório circunstanciado da situação do pavimento mencionado no item anterior, bem como das soluções técnicas que forem necessárias, caso o pavimento apresente camadas com espessuras inferiores às de projeto;

9.3.5. comunique a este Tribunal o início do levantamento determinado no item 4.4.3 acima com antecedência mínima de 10 (dez) dias, de modo a possibilitar o acompanhamento dos trabalhos pelo TCU;

9.3.6. no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apresente a este Tribunal solução técnica para as irregularidades descritas no presente processo, mormente as referentes ao 2º segmento do contrato 15/2008, consubstanciadas em espessuras de PMQ e de placas de concreto aquém do valor contratado e do especificado em projeto e em espessuras de placas de concreto inferiores ao limite mínimo aceitável no normativo Dnit 068/2004 - ES, com análise, naquela solução, da influência da redução da espessura da camada de PMQ executada em relação à espessura de projeto, no cálculo da espessura da placa de concreto, para atender à vida útil de projeto;

9.3.7. no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, realize levantamento em toda a extensão do 2º e do 3º segmentos da rodovia BR-364/MT objeto do contrato15/2008 que já tenha sofrido intervenção, de modo a avaliar o perfil longitudinal do pavimento e determinar seu índice de perfil, conforme especificado na Norma Dnit 049/2009 - ES, com adoção de providências para que o pavimento atenda os critérios do mencionado normativo, caso a irregularidade longitudinal do pavimento esteja acima da permitida;

9.3.8. encaminhe ao TCU relatório do levantamento determinado no item anterior e a solução técnica proposta para correção de eventuais irregularidades;

9.4. recomendar ao Dnit, com fulcro no inciso II do art. 250 do Regimento Interno, que avalie globalmente as espessuras do pavimento nos 2º e 3º segmentos do contrato 15/2008, nos sentidos transversal e longitudinal, em cada placa de concreto, com realização de ensaios não destrutivos com equipamentos do tipo georadar (GPR - ground penetrating radar);

9.5. realizar a oitiva do Dnit, a fim de que aquela autarquia, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca das ocorrências no contrato 15/2008 verificadas neste processo, em especial acerca dos seguintes superfaturamentos de serviços, a preços iniciais, até a 15ª medição provisória do mencionado 2º segmento do contrato:

9.5.1. R$ 1.644.152,79 (um milhão seiscentos e quarenta e quatro mil cento e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos), em decorrência da medição e do pagamento de serviços de pré-misturado a quente - PMQ com inclusão de serviços de transporte de insumos (brita, areia, massa de PMQ) e de fornecimento e transporte de material betuminoso, sem que tenha havido a devida prestação dos mesmos;

9.5.2. R$ 2.458.875,65 (dois milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), em decorrência da medição e do pagamento de serviços pertinentes à execução do serviço de placas de concreto de cimento Portland (pavimentação em concreto de cimento Portland, transporte de insumos e de concreto usinado) que não deveriam ter sido aceitos por terem sido executados com qualidade deficiente;

9.6. encaminhar cópia deste acórdão, do relatório e do voto que o fundamentaram e do relatório de monitoramento à empresa Delta Construções S/A, a fim de que aquela firma, caso deseje, se manifeste, no prazo de 15 (quinze dias) dias, acerca das ocorrências no contrato 15/2008 verificadas neste processo, em especial acerca dos seguintes superfaturamentos de serviços, a preços iniciais, até a 15ª medição provisória do mencionado 2º segmento do contrato:

9.6.1. R$ 1.644.152,79 (um milhão seiscentos e quarenta e quatro mil cento e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos), em decorrência da medição e do pagamento de serviços de pré-misturado a quente - PMQ com inclusão de serviços de transporte de insumos (brita, areia, massa de PMQ) e de fornecimento e transporte de material betuminoso, sem que tenha havido a devida prestação dos mesmos;

9.6.2. R$ 2.458.875,65 (dois milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), em decorrência da medição e do pagamento de serviços pertinentes à execução do serviço de placas de concreto de cimento Portland (pavimentação em concreto de cimento Portland, transporte de insumos e de concreto usinado) que não deveriam ter sido aceitos por terem sido executados com qualidade deficiente;

9.7. autorizar o monitoramento, pela 2ª Secretaria de Fiscalização de Obras - Secob-2, do cumprimento das determinações formuladas ao Dnit nesta oportunidade, com eventual participação da Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso no monitoramento da determinação referente ao levantamento no 3º segmento da rodovia BR-364/MT objeto do contrato 15/2008;

9.8. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que foram detectados indícios de irregularidades que se enquadram no inciso IV do §1º do art. 94 da Lei 12.017/2009 (LDO/2010) no contrato SR/Dnit/MT 15/2008, firmado com recursos provenientes do Programa 1457, Subtítulos: "Manutenção de trechos rodoviários na BR-364 no Estado do Mato Grosso" (PT 26.782.1457.203C.0051) e "Manutenção de Trechos Rodoviários - na BR-070 - no Estado do Mato Grosso" (PT 26.782.1457.205W.0051), celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e a empresa Delta Construções S/A para execução de serviços de restauração na Rodovia BR-364/163/070/MT, Serra de São Vicente, o que pode ter ocasionado superfaturamento de R$ 4.103.028,44 (quatro milhões, cento e três mil, vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos), a preços iniciais; entretanto, dada a conveniência de estabelecer o contraditório antes da formação de um juízo de mérito acerca da matéria e por se tratar da rodovia com maior volume de tráfego de veículos em todo o Estado do Mato Grosso, a paralisação do contrato poderá ensejar "periculum in mora" reverso, uma vez que a suspensão dos serviços de recuperação, aliada à intensa utilização, poderá agravar defeitos existentes no pavimento;

9.9. apensar estes autos ao processo TC 011.517/2010-7.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0282-04/11-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 283/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.002/2010-5
2. Grupo I - Classe V - Acompanhamento.
3. Responsáveis: não há.
4. Unidades: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Justiça Eleitoral, Justiça Militar, Justiça do Trabalho.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento da publicação dos relatórios de gestão fiscal das unidades acima arroladas referentes ao 2º quadrimestre de 2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar atendidas, pelos poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2010, as exigências de publicação e encaminhamento ao TCU dos relatórios de gestão fiscal referentes ao 2º quadrimestre de 2010 definidas nos arts. 54 e 55 daquele diploma legal e no inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000;

9.2. considerar cumpridos, pelos poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000, no 2º quadrimestre de 2010, os limites prudencial e máximo de despesa com pessoal;

9.3. alertar o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Regionais Eleitorais de Alagoas, Amazonas, Amapá, Espírito Santo e Rondônia, o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, o Tribunal de Contas da União e o Superior Tribunal Militar quanto à necessidade de lançamento do relatório de gestão fiscal no Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação - SISTN dentro do prazo de 40 (quarenta) dias após o encerramento de cada quadrimestre, na forma do § 4º do art. 40 da Lei 12.017/2009 (LDO 2010);

9.4. alertar o Ministério da Defesa e o Comando do Exército, na qualidade de órgãos superiores responsáveis pelas unidades gestoras Departamento de Administração Interna - MD e Centro de Pagamento do Exército, respectivamente, quanto à impossibilidade de utilização de fontes de recursos vinculados ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos para pagamento de benefícios assistenciais, por caracterizar descumprimento do acórdão 404/2005 - Plenário;

9.5. alertar os órgãos setoriais de contabilidade dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência e Tecnologia, da Cultura, da Defesa, da Educação, da Fazenda, da Integração Nacional, da Justiça, da Previdência Social, da Saúde, de Minas e Energia, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Meio Ambiente, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Trabalho e Emprego, do Turismo e dos Transportes quanto à necessidade de contabilização de despesas com contratos de terceirização de mão de obra referentes à substituição de servidores e empregados públicos, para fins de cumprimento do § 1º do art. 18 da Lei Complementar 101/2000;

9.6. determinar à STN, na condição de órgão central de contabilidade, e à SFC, na condição de órgão central de controle interno, que acompanhem ações e procedimentos adotados pelos órgãos setoriais de contabilidade para contabilização das despesas com contratos de terceirização de mão de obra referentes à substituição de servidores e empregados públicos, tendo em vista o § 1º do art. 18 da LRF;

9.7. recomendar à STN, na condição de órgão central de contabilidade, que, no exercício da competência atribuída pelo inciso I do art. 7º do Decreto 6.976/2009, revise a redação do Manual de Demonstrativos Fiscais - Volume III, tendo em vista recentes alterações trazidas pela Portaria Conjunta STN/SOF 1/2010;

9.8. considerar o endividamento da União compatível com os limites das dívidas mobiliária e consolidada líquida constantes do projeto de lei da Câmara dos Deputados 54/2009 e do projeto de resolução do Senado 84/2007, respectivamente;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.9. considerar atendidos os limites previstos na Resolução do Senado Federal 48/2007 para o montante de operações de crédito e de garantias concedidas pela União;

9.10. recomendar à STN que, a partir do RGF referente ao 3º quadrimestre de 2010, contabilize no Demonstrativo das Operações de Crédito, como deduções relativas a amortização/refinanciamento, com amparo no art. 7º, § 2º, I, da Resolução do Senado Federal 48/2007, alterada pela RSF 41/2009, apenas valores liquidados no Grupo de Natureza de Despesa "6 - Amortização da Dívida" cujas fontes de recursos decorram de operação de crédito, com inclusão de nota explicativa acerca do impacto dessa retificação na composição do referido demonstrativo;

9.11. alertar a STN quanto à necessidade de serem informadas datas de vencimento dos contratos relacionados na tabela relativa às dispensas de contragarantias de contratos externos, com vistas ao pleno atendimento do item "1.2" do acórdão 1.051/2007 - Plenário;

9.12. encaminhar cópia deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentaram à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, de acordo com o § 3º do art. 122 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010;

9.13. arquivar os autos.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0283-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 284/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 029.604/2009-4
2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessada: Presidência do Senado Federal.
4. Unidade: Município de Santos/SP.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação da Presidência do Senado Federal de acompanhamento da aplicação dos recursos da operação de crédito externo, com garantia da União e autorizada pela Resolução 56/2010, firmada entre o Município de Santos/SP e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de até US$ 44 milhões, para financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento Estratégico de Santos e Infraestrutura Urbana e Habitacional das Zonas Noroeste e dos Morros - Programa Santos Novos Tempos".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade do inciso I do art. 38 da Lei 8.443/1992;

9.2. informar à Presidência do Senado Federal que:

9.2.1. o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão e constatou, quanto aos aspectos legais, que as providências necessárias para a contratação e para a garantia da União foram tomadas;

9.2.2. esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de ser honrada a garantia prestada pela União;

9.3. encaminhar cópia desta deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentaram à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

9.4. arquivar os autos, com base na parte final do § 3º do art. 2º da IN TCU 59/2009, após comunicação desta deliberação à Presidência do Senado Federal, nos termos do caput do art. 17 da Resolução-TCU 215/2008.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0284-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 285/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 031.307/2010-8
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.
3. Responsável: José Cupertino de Oliveira Sampaio, coordenador de equipe (CPF 204.559.257-04).
4. Unidade: Secretaria Especial de Portos da Presidência da República - SEP/PR.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso - Secex/MT.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada na Secretaria Especial de Portos da Presidência da República - SEP/PR com o objetivo de verificar as obras de derrocamento do porto de Santos/SP (PT 26.784.1461.122E.0035).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar a audiência prévia de José Cupertino de Oliveira Sampaio, coordenador da equipe do Centran/DEC junto à SEP/PR, acerca das seguintes irregularidades:

9.1.1. elaboração do orçamento estimativo do Centran para avalizar os preços do projeto executivo com adoção de valores discrepantes dos apresentados naquele projeto, em especial para parâmetros, malha de perfuração, razão de carga, quantidade e tamanho de plataformas de perfuração e prazo para execução da obra;

9.1.2. afirmação de que o projeto satisfazia as condições necessárias para aprovação final, apesar do orçamento não atender aos requisitos da Lei de Licitações e da jurisprudência do TCU;

9.2. recomendar à SEP/PR que, em futuras licitações de obras de derrocamento:

9.2.1. exija projeto, básico ou executivo, com orçamento completo, detalhado e fundamentado, de forma a garantir aderência entre especificações técnicas e preços orçados;

9.2.2. evite utilizar orçamentos comparativos sem a devida fundamentação técnica e sem coerência com o projeto, a exemplo daqueles produzidos pelo Centran/DEC;

9.3.alertar a SEP/PR quanto cumprimento intempestivo das exigências legais relativas ao orçamento base para a licitação, com inobservância dos arts. 6º, IX, **f**, e 7º, § 2º, II, da Lei 8.666/1993 e da súmula TCU 258, já que, no início do certame, o orçamento não apresentava nível de detalhamento adequado, com todas as composições de preços unitários, as respectivas memórias de cálculo e as pesquisas de mercado necessárias para a construção;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentarem à SEP/PR e ao responsável ouvido em audiência prévia, para subsidiar a manifestação deste último;

9.5. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram detectados indícios de irregularidades que se enquadrem no inciso IV do §1º do art. 94 da Lei 12.309/2010 (LDO/2011) no edital de concorrência internacional SEP/PR 3/2010, relativo à obra de derrocamento do porto de Santos/SP (PT 26.784.1461.122E.0035).

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0285-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 286/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 012.239/2009-2.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Procurador da República Adailton Ramos do Nascimento; Procuradoria da República em Minas Gerais; Ministério Público Federal.
3.2. Responsável: Ferrovia Centro Atlântica S/A (00.924.429/0001-75).
4. Órgão/Entidade: Rede Ferroviária Federal S.A. (33.613.332/0019-20) (extinta); Ministério dos Transportes (MT) (vinculador).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Representação oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF), representado por meio do Procurador da República Adailton Ramos do Nascimento, acerca de ocupação irregular de imóvel pertencente à extinta Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), atualmente sob a responsabilidade da União por força do artigo 2.º da Lei Nº 11.483/2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. conhecer da presente Representação com espeque no art. 237, § 1º, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar à inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal que:

9.2.1. adote providências para promover a reintegração de posse da área de 1.993,20 m2 referente ao imóvel localizado à Av. Juscelino Kubitschek/Teresa Cristina/Rua Perimetral, em Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais, que foi objeto de permissão de uso ao Senhor José Geraldo Fonseca Caldeira a partir de 18/8/1987, por prazo indeterminado, acionando a Advocacia Geral da União para que promova as medidas judiciais necessárias, enquanto o bem não for transferido ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);

9.2.2. instaure sindicância para apurar eventuais responsabilidades de servidores pela omissão de providências em relação às invasões ocorridas no referido imóvel;

9.2.3. promova o levantamento físico das áreas em poder da inventariança e sob a responsabilidade da concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S/A (FCA), com o objetivo de manter a posse dos bens da extinta Rede Ferroviária Federal, atualmente pertencente à União por força do artigo 2.º da Lei Nº 11.483/2007;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o embasam:

9.3.1. à inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal;

9.3.2. ao Procurador da República Adailton Ramos do Nascimento;

9.3.3. à Secretaria-Executiva do Ministério dos Transportes para ciência e adoção de providências, se for o caso;

9.3.4. à Advocacia Geral da União para adoção de providências, caso julgue necessário;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0286-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 287/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 017.355/2005-1.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Acompanhamento.
3. Interessado: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF); Ministério das Minas e Energia (MME) (vinculador).
4. Órgão/Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF); Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); Ministério das Minas e Energia (MME) (vinculador).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - PE (SECEX-PE).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Relatório de Acompanhamento realizado em cumprimento ao Acórdão Nº 1.313/2006 - Plenário, na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), com o objetivo de avaliar a execução do Programa de Reassentamento de Itaparica.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 250, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, a audiência do Sr. Dilton da Conti Oliveira, CPF 018.205.404-72, Diretor-Presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, encaminhe a este Tribunal suas razões de justificativa para:

9.1.1. o delongado prazo de execução do Programa de Reassentamento de Itaparica, caracterizando ato antieconômico decorrente de deficiência de planejamento e gerenciamento;

9.1.2. a ausência de acompanhamento e fiscalização da execução dos termos de cooperação técnico-financeira celebrados com os Municípios, funções que lhe são afetas na condição de concedente, decorrente do descumprimento dos artigos 67, caput, e 116 da Lei Nº 8.666/1993, combinados com os artigos 7º, inciso V, e 23 da IN/STN Nº 1/1997;

9.1.3. a especificação insuficiente do objeto e seus elementos característicos, nos termos de cooperação técnico-financeira celebrados com os Municípios, sem conter a descrição detalhada, objetiva, clara e precisa dos serviços e bens a ser produzidos ou adquiridos, com descumprimento dos artigos 2º, inciso II e § 1º, e 7º, inciso I, da IN/STN Nº 1/1997;

9.1.4. a não elaboração do Plano de Monitoramento previsto na Cláusula Quarta, inciso VII, parágrafo 1º, do Termo de Cooperação Técnico-financeira CV-I-92.2007.0710.00;

9.2. determinar, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o art. 250, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, a audiência do Sr. Orlando César da Costa Castro, CPF 135.259.215-00, Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, encaminhe a este Tribunal suas razões de justificativa quanto:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2.1. a não instalação dos hidrômetros nos perímetros Caraíbas/PE e Pedra Branca/BA, com descumprimento da Cláusula Primeira, alínea 'b', do Termo de Cooperação Técnico-financeira CV-I-92.2007.0710.00;

9.2.2. a execução de despesas com serviços gerais, de vigilância das instalações e com transporte de funcionários da Codevasf com recursos do Termo de Cooperação Técnico-financeira CV-I-92.2007.0710.00;

9.3. determinar à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), com fulcro no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que:

9.3.1. encaminhe ao TCU, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os pareceres técnico e financeiro da análise detalhada das prestações de contas mensais do Termo de Cooperação Técnico-Financeira CV-I-92.2007.0710.00, a partir de março/2007, contendo informações quanto à execução física e ao alcance dos seus objetivos, bem como quanto à correta aplicação dos recursos, nos termos do art. 31, § 1º, da IN/STN Nº 1/97, e da Cláusula Quarta "DAS OBRIGAÇÕES DA CHESF", inciso VI, alíneas 'e' e 'f', do referido termo;

9.3.2. passe a informar, em seus próximos Relatórios de Gestão Anuais, o andamento das pendências relativas ao Programa de Reassentamento de Itaparica, informando, para as próximas contas, em especial acerca de:

9.3.2.1. o adimplemento de todas as obrigações assumidas no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e respectivos aditivos, celebrados nos autos da Ação Civil Pública Nº 1999.33.00.010342-0, encaminhando, na ocasião, o documento comprobatório desse adimplemento a ser emitido pelo Ministério Público Federal;

9.3.2.2. o andamento do programa alternativo para reposição de áreas descartadas nos perímetros irrigados de Itaparica;

9.3.2.3. as medidas gerenciais adotadas em face da recente aprovação e reconhecimento dos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Tumbalalá, cujos limites incluem parte da área de chapada que incide parcialmente na área agricultável do Projeto de Reassentamento Pedra Branca;

9.3.2.4. o início da execução do Termo de Cooperação Técnico-financeira CV-I-92.2007.8860.00, celebrado com a Prefeitura Municipal de Abaré/BA para a operação e manutenção do sistema de distribuição de água potável nas agrovilas do Perímetro Irrigado de Pedra Branca, uma vez que, até maio/2010, os serviços não haviam sido iniciados pela Prefeitura porque as Estações de Tratamento de Água estavam sendo recuperadas pela Chesf;

9.4. determinar à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e à Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), com fulcro no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que encaminhem ao TCU, no prazo de 120 (cento e vinte) dias:

9.4.1. o detalhamento do cronograma de execução constante no Plano de Trabalho do Termo de Cooperação Técnico-financeira CV-I-92.2007.0710.00 (Anexo VI, item 4), de modo a contemplar as metas a serem atingidas, com definição de etapas e fases de execução, com os respectivos períodos, nos termos do que dispõe o art. 2º da IN/STN Nº 1/97, em especial os incisos III e IV;

9.4.2. o Plano de Monitoramento das atividades do Termo de Cooperação Técnico-financeira CV-I-92.2007.0710.00, previsto na sua Cláusula Quarta, item VII, §§ 1º, 2º e 3º, objeto da determinação constante nos subitens 9.1.3 e 9.2 do Acórdão Nº 1.693/2009 - Plenário, uma vez que os documentos encaminhados pelas duas Companhias, a título de Plano de Monitoramento, são os modelos de Relatório Mensal de Monitoramento;

9.5. determinar à Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex), com fundamento no art. 238 c/c o art. 244, ambos do Regimento Interno do TCU, que inclua, oportunamente, no Plano de Fiscalização do Tribunal de Contas da União, a realização de Levantamento de Auditoria no Programa de Reassentamento de Itaparica;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o embasa:

9.6.1. à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf);

9.6.2. à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0287-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 288/2011 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 025.762/2009-5

2. Grupo II, Classe de Assunto III - Consulta

3. Interessado: Pedro Delarue Tolentino Filho, Presidente do Sindifisco Nacional

4. Entidade: Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - Sindifisco

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Consulta que versa sobre a não-incidência do "abate-teto" na percepção cumulativa de subsídios, remuneração ou proventos de aposentadorias com pensões,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer da presente Consulta por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264 do Regimento Interno do TCU;

9.2 encaminhar cópia deste Acórdão, bem do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Sr. Pedro Delarue Tolentino Filho, Presidente do Sindifisco Nacional, e ao Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

9.3. arquivar o processo.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0288-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 289/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 032.114/2010-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

4. Entidade: BNDES Participações S.A. - BNDESPar

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, no sentido de que fossem fornecidas informações sobre representação formulada pelo Ministério Público junto a este Tribunal acerca de possível prática de ato antieconômico por parte de gestores do BNDES Participações S.A. - BNDESPar, em contrato firmado com a empresa LLX Logística.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução TCU Nº 215/2008;

9.2. com fulcro no art. 17, inciso I, da Resolução TCU n.º 215/2008, informar ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que:

9.2.1 a representação objeto de sua solicitação foi autuada como processo número TC 029.631/2010-6, no âmbito do qual está sendo desenvolvida ação de fiscalização no BNDES, que pode ser estendida a outros órgãos e entidades relacionadas ao longo do período de 24/11/2010 a 16/12/2010;

9.2.2. o relatório final da referida ação de fiscalização ainda está em fase de elaboração;

9.3. nos termos do art. 14, incisos III e V, da Resolução TCU n.º 215/2008, determinar:

9.3.1. a extensão dos atributos definidos no art. 5º da referida resolução ao TC 029.631/2010-6;

9.3.2. a juntada de cópia da presente deliberação ao TC 029.631/2010-6, com vistas a facilitar o cumprimento do disposto no § 3º do art. 17 do mesmo diploma;

9.4. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, esclarecendo-lhe que, tão logo haja julgamento de mérito do TC-029.631/2010-6, ser-lhe-á dada ciência da decisão proferida e dos elementos que a fundamentarem;

9.5. declarar integralmente atendida a solicitação e arquivar os presentes autos, nos termos do art. 14, inciso IV, da Resolução TCU Nº 215/2008.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0289-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 290/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 033.853/2010-0.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional

3. Interessada: Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Obras - 2 (Secob-2)

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de solicitação de informações, formulada pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, sobre os indícios de irregularidades apontados na licitação das obras de revitalização do Anel Rodoviário de Belo Horizonte/MG

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer da presente solicitação de informações, nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, c/c art. 38, inciso II, da Lei Nº 8.443/1992, art. 232, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, e art. 4º, inciso II, alínea "b", da Resolução TCU 215/2008;

9.2 em atendimento à solicitação, determinar a remessa ao Presidente da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados de cópia do presente Acórdão, incluindo o Relatório e Voto que o fundamentam; do despacho que ordenou a suspensão cautelar da Concorrência n° 115/2010, proferido no TC 015.751/2010-4 (apenso ao TC 010.824/2010-3); bem como das informações oriundas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - que compõem o Documento n° 3 dos presentes autos de processo eletrônico;

9.3 considerar atendida a presente solicitação, nos termos do inciso I do art. 17 da Resolução TCU 215/2008;

9.4 autorizar o arquivamento do processo após as comunicações cabíveis.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0290-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 291/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 000.750/2011-5.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação - Decisão Normativa .

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Sec. de Macroavaliação Governamental (SEMAG).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag acerca da fixação, para o exercício de 2011, dos percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na distribuição dos recursos de que trata o inciso III do art. 159 da Constituição Federal - incluído pela Emenda Constitucional Nº 42, de 19 de dezembro de 2003, e com a redação dada pela Emenda Nº 44, de 30 de junho de 2004,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fulcro no § 4º do art. 1-A da Lei Nº 10.336/2001, em:

9.1. conhecer da presente representação e aprovar o projeto de decisão normativa anexo;

9.2. enviar cópia deste acórdão e da decisão normativa ora aprovada, bem como do relatório e voto que os fundamentam, aos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como aos Excelentíssimos Senhores Ministro de Estado da Fazenda, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e Presidente do Banco do Brasil S/A;

9.3. determinar à Segecex que alerte as Secretarias de Controle Externo a respeito de eventuais recursos interpostos para retificação dos percentuais publicados, em face do prazo fixado no art. 1º, § 4º, inciso III, da Lei 10.336/2001 e em conformidade com o estabelecido no art. 292-A do Regimento Interno;

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0291-04/11-P.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 292/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 032.688/2008-8.
2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Federação Nacional dos Trabalhadores Em Empresas de Correios, Telégrafos e Similares (03.659.034/0001-80).

3.2. Responsáveis: Ana Lucia Leitão Nunes (339.526.397-53); Carlos Henrique Almeida Custodio (285.560.896-15); José Carlos Pereira Oviedo (179.110.369-34); Silas Roberto de Souza (504.444.769-20); Stenio de Jesus Medeiros Rodrigues (115.805.931-00).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT); Ministério das Comunicações (MC) (vinculador).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela 1ª Secretaria de Controle Externo do TCU (1ª Secex), em face de supostas irregularidades envolvendo a inatividade de equipamentos de segurança postal adquiridos pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso VI, do RIT/CU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. acolher as razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis Stênio de Jesus Medeiros Rodrigues, Ana Lúcia Leitão Nunes, Silas Roberto Machado, Carlos Henrique Custódio e José Carlos Pereira Oviedo;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o embasam:

9.3.1. aos responsáveis;

9.3.2. à Empresa de Correios e Telégrafos (ECT);

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0292-04/11-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 293/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 018.426/2010-7.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

3.2. Responsáveis: Nildson Medeiros Dantas (654.968.924-49); Rivaldo Costa (221.950.844-72); Ubalmágnus Góis Costa (406.770.954-49); Wilson Rodrigo Bezerra Ribeiro (008.818.264-99).

4. Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Caicó/RN.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria que objetivou avaliar a regularidade da aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), repassados pela União, na modalidade fundo a fundo, para o Município de Caicó/RN, no exercício de 2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar, com fundamento no art. 43, II, da Lei Nº 8.443/1992, a realização das audiências dos responsáveis a seguir elencados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem suas razões de justificativa para os fatos indicados:

9.1.1. Rivaldo Costa, Prefeito Municipal de Caicó/RN, quanto:

9.1.1.1. à firmatura dos contratos Nº s 142, 143, 144, 146, 148, 149, 153, 154, 218, 219, 220, 222, 223, 224, todos de 2009, por não conterem elementos que caracterizam o objeto, conforme preceitua os arts. 54 e 55, I, da Lei Nº 8.666/93; ausência dos preços praticados e de valor do contrato, contrariando o art. 55, III, da Lei Nº 8.666/93; inexistência de indicação da origem do crédito pelo qual correrá a despesa, contrariando o art. 55, V, da Lei Nº 8.666/93; e ausência de competência legal do subscritor do contrato, para assinar a avença, contrariando o art. 9º, inciso III, da Lei Nº . 8.080/90 e o art. 3º, inciso II, do Decreto Municipal Nº 217/2009 de 26/8/2009 e a Portaria do Ministério da Saúde Nº 3.277/2006 em seu art. 3º;

9.1.1.2. aos pagamentos efetuados a prestadores e profissionais autônomos de saúde acima da tabela SUS, a título de complementação financeira, com recursos da Gestão Plena - Fonte 120, contrariando a Portaria MS/GM Nº 1606/2001 e os procedimentos licitatórios, que vinculam o pagamento a crédito orçamentário do Município de Caicó/RN - Orçamento Geral do Município de Caicó/RN - FUS - Fonte 100;

9.1.1.3. à preferência da contratação filantrópica em detrimento à rede pública, contrariando a Constituição Federal em seu art. 199, § 1º e o art. 4º da Lei Nº 8.080/90, uma vez que se verificou que o Hospital Regional do Seridó, CNPJ Nº . 08.220.899/0001-60, SCNES Nº 2375524, vem realizando mensalmente uma produção maior do que a contemplada, em detrimento à contratação do Hospital Filantrópico Fundação Hospitalar Carlindo Dantas, CNPJ Nº . 08.069.577/0001-61, SCNES Nº . 2665778;

9.1.1.4. a existência dos seguintes procedimentos ainda autorizados e regulados pelo Estado do Rio Grande do Norte, apesar de o Município de Caicó/RN ter assinado o Pacto pela Saúde em 2007: tomografia computadorizada, ressonância magnética, litotripsia, densitometria óssea, ecocardiografia transesofágica, cintilografia, angiografia, aortografia, arteriografia, angioressonância, cateterismo, esplenoportografia e flebografia de membro; e pela demanda reprimida de 381 (trezentas e oitenta e uma) cirurgias de catarata;

9.1.2. Ubalmágnus Góis Costa, Secretário Municipal de Saúde de Pública de Caicó/RN, quanto à não-elaboração do Relatório Anual de Gestão, relativo ao exercício de 2009, contrariando o disposto no art. 4º da Lei Nº 8.142/90, no art. 6º, inciso I, 'b', do Decreto Nº 1.651/1995, bem como art. 4º, § 5º, da Portaria Nº 3.332/2006 do Ministério da Saúde;

9.2. determinar à Secretaria Municipal de Saúde de Caicó/RN que:

9.2.1. se abstenha de efetuar pagamentos com recursos MAC sem o devido processo licitatório e/ou instrumento contratual, o que contraria a Constituição Federal, art. 170, inciso IV e art. 173, Parágrafos 4º e 5º, Decreto Nº 2.271/97, art. 1º, Parágrafos 1º e 2º, art. 4º e inciso II, Lei Nº 8.666/93, art. 3º, 43º, inciso IV, e art. 60, Parágrafo Único, Lei Nº 8884/94, art. 20, Parágrafos 2º e 3º, incisos I, II, III, art. 20, Parágrafos 2º e 3º, inciso IV, art. 21, incisos I e II, Lei Nº 8.080/90, art. 18, inciso X e a Portaria do Ministério da Saúde Nº 3.277/2006 em seus arts. 2º e 3º;

9.2.2. passe a ordenar despesas relativas ao Fundo Municipal de Saúde, nos termos previstos no art. 9º, inciso III, da Lei Nº 8.080/1990, bem como o Decreto Municipal Nº 217/2009; uma vez que identificou-se que a emissão de empenhos, a assinatura de contratos, a autorização para a realização de despesas, a transferência de recursos para contas de prestadores de serviços e a assinatura de cheques têm sido realizadas pelo Prefeito Municipal;

9.2.3. promova a necessária publicação dos créditos adicionais, decorrentes da apuração do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do SUS, bem como da disponibilização do respectivo orçamento necessário ao empenhamento das despesas, conforme o disposto nos arts. 11, § 3º, e 43, § 2º, da Lei Nº 4.320/1964 e no art. 50, I, da Lei Complementar Nº 101/2000 (LRF);

9.2.4. institua representante ou comissão especialmente designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos termos dos contratos e/ou convênios, conforme determina o art. 67 da Lei Nº 8.666/93 c/c art. 10, Portaria GM/MS Nº 3.277/2006 (revogada pela Portaria MS/GM 1034/2010);

9.3 alertar à Secretaria Municipal de Saúde de Caicó/RN quanto às seguintes ocorrências, cuja reincidência injustificada poderá ensejar a imposição de sanções aos responsáveis em futuras ações de controle a serem empreendidas por esta Corte de Contas:

9.3.1. necessidade de ser enviado Relatório de Gestão específico da aplicação dos recursos do SUS, de que trata o art. 6º, inciso I, "b", do Decreto Nº 1.651/1995, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte -TCE/RN, consoante determina o inciso II do mesmo artigo regulamentador;

9.3.2. exigência da apresentação trimestral das contas do Fundo Municipal de Saúde ao Conselho Municipal de Saúde, conforme determina o art. 9º do Decreto Nº 1.651/1995;

9.3.3. necessidade de envidar esforços no sentido de aderir à Política de Reestruturação e Contratualização com os Hospitais Filantrópicos, de forma que tal iniciativa possa se reverter em melhores serviços de saúde a serem oferecidos à população, conforme determina a Portaria Nº 1.721/2005, artsº. 1º e 2º;

9.3.4. ausência de Plano Operativo para os estabelecimentos contratados para prestar serviços de saúde ao SUS no Município de Caicó/RN, conforme disciplina art. 7º da Portaria GM/MS Nº 3.277, de 2006 (revogada pela Portaria GM/MS Nº 1.034, de 2010 art. 7º, mas que manteve as mesmas regras sobre a matéria), devendo atentar para a exigência de estender o Plano Operativo também aos estabelecimentos privados;

9.3.5. necessidade de providenciar a regularização da personalidade jurídica dos seguintes estabelecimentos: Hospital do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Seridó e Fundação Hospitalar Dr. Carlindo Dantas, conforme determina o art. 1º da Lei Nº 12.101/2009 e do Decreto Nº 7237/2010;

9.3.6. exigência de atualização cadastral, relativa aos profissionais de saúde e aos equipamentos, da rede assistencial sob gestão do município nos sistema de informações de saúde do Datasus, cujo descumprimento constitui afronta ao disposto no art. 37, inciso I, da Portaria GM/MS Nº 204/2007;

9.3.7. necessidade de as entidades privadas vinculadas ao SUS identificar o convênio através de placa padronizada, que devem ser posicionadas em local de boa visibilidade, conforme determina o Manual do ABC do SUS - Comunicação Visual - Instruções Básicas - Vol. 4, da Secretaria Nacional de Assistência à Saúde/MS;

9.3.8. necessidade de expressar em seus contratos com prestadores de serviços cláusulas que não estabeleçam limitações quanto aos dias de atendimento;

9.3.9. obrigatoriedade de cumprir fielmente a Portaria 1.286/93, em especial o seu art. 8º;

9.3.10. necessidade de cumprir o disposto na Lei Nº 8.142/1990, no que se refere à existência de Plano de Saúde referente ao quadriênio 2010-2013;

9.4. alertar o Conselho Municipal de Saúde de Caicó/RN que:

9.4.1. constitui irregularidade a ausência de deliberação sobre as contas prestadas pelo gestor responsável pela execução dos recursos financeiros destinados ao custeio do Sistema Único de Saúde, nos termos do art. 33, Lei Nº 8.080/90 c/c com o art. 6º, I, do Decreto Nº 1.651/95;

9.4.2. é necessário convocar, caso ainda não tenha feito, Reunião Plenária objetivando a eleição da presidência do Conselho, conforme disciplina o art. 6º, § 1º, da Lei Municipal Nº 4.208/2006 e a Terceira Diretriz da Resolução Nº 333/2003 do Conselho Nacional de Saúde;

9.5. encaminhar, aos responsáveis indicados no subitem 9.1, cópia das peças pertinentes ao exercício pleno da ampla defesa e do contraditório;

9.6. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam,à Prefeitura Municipal de Caicó/RN, ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde, ao Denasus/RN e à Câmara dos Vereadores de Caicó/RN.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0293-04/11-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 294/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 018.978/2010-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Itajaí - SC.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina - Secex/SC.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria que objetivou avaliar a regularidade da aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), repassados pela União, na modalidade fundo a fundo, para o Município de Itajaí/SC, no exercício de 2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. alertar a Secretaria de Saúde de Itajaí/SC para a necessidade de adoção das seguintes providências:

9.1.1. instituição de instrumentos de controle e avaliação dos serviços contratados no âmbito do SUS, conforme determina o art. 67, Lei 8666/1993 c/c art. 10, Portaria/GM 1034/2010, a exemplo da instituição de comissão de acompanhamento dos contratos e convênios;

9.1.2. elaboração de Plano Operativo para os estabelecimentos contratados ou conveniados para prestar serviços de saúde ao SUS no município, conforme disciplina o art. 7º da Portaria GM/MS Nº 1.034, de 2010;

9.1.3. formalização do respectivo ajuste quanto da contratação de serviços ao SUS junto a estabelecimentos privados de saúde, em obediência ao art. 2º, parágrafo único da Lei 8.666/1993, ao inc. X, art. 18 da Lei Nº 8.080/1990 e ao art. 3º da Portaria GM/MS Nº 1.034, de 2010, devendo ser regularizada a situação da Fundação Universidade do Vale do Itajaí, que presta serviços de fonoaudiologia e por meio do Hospital Universitário Pequeno Ânjo, bem como a de qualquer outro prestador de serviço que se encontre em situação semelhante;

9.1.4. manutenção de cadastro atualizado dos prestadores de serviços de saúde nos sistemas de informações do Datasus acerca dos equipamentos disponíveis na rede assistencial sob gestão do município, em cumprimento ao disposto no inc. I, art. 37, da Portaria GM/MS Nº 204, de 2007;

9.1.5. verificação da regularidade fiscal do contratado ou conveniado quando da realização do pagamento de despesas com fornecedores, conforme determina o inc. XIII do art. 55 c/c inc. III e IV, art. 29, Lei Nº 8666/1993.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, à Prefeitura Municipal de Itajaí/SC, à Câmara de Vereadores do Município de Itajaí/SC e ao Denasus/SC.

9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0294-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 295/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 020.629/2010-9.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Lagarto/SE.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria que objetivou avaliar a regularidade da aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), repassados pela União, na modalidade fundo a fundo, para o Município de Lagarto/SE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria Municipal de Saúde de Lagarto/SE que se abstenha de remanejar recursos financeiros entre as contas bancárias definidas para cada bloco de financiamento, sem a adequada justificativa para essa alteração, por afrontar a norma do parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar Nº 101/2000, c/c o art. 6º da Portaria GM/MS Nº 204/2007;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão bem como do Relatório e Voto que o fundamentam à Prefeitura Municipal de Lagarto/SE, ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde, ao Conselho Municipal de Saúde, ao Denasus/SE e à Câmara dos Vereadores de Lagarto/SE;

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0295-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 296/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 018.484/2010-7.

2. Grupo I - Classe V- Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União

3.2. Responsáveis: Carlos Augusto Moreira Junior; Eliane Chomatas; Valmir Luiz Chiochetta; Aldmar Osternack; Deise Sueli de Pietro Caputo.

4. Entidade: Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco, Secretaria Municipal de Saúde de Palmas e Consórcio Paraná Saúde.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - PR (SECEX-PR).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional realizada pela Secex/PR na Secretaria de Saúde do Estado do Paraná; nas Secretarias Municipais de Saúde de Curitiba, Pato Branco e Palmas; e no Consórcio Paraná Saúde, integrante de Fiscalização de Orientação Centralizada - FOC, sob a coordenação da 4ª Secretaria de Controle Externo - 4ª Secex, destinada a analisar a implantação e operacionalização da assistência farmacêutica básica no Estado do Paraná, avaliando a eficiência na gestão dos recursos pelos entes estaduais e municipais e os controles realizados pelo Ministério da Saúde/MS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar à Secretaria de Estado da Saúde do Paraná que:

9.1.1. observe rigorosamente o cronograma de transferência dos valores correspondentes à contrapartida estadual referente à AFB ao Consórcio Paraná Saúde, consoante definido pela Cláusula Segunda, I, do Termo de Convênio Nº 009/2008;

9.1.2. promova a adequação das Regionais de Saúde para o recebimento, separação e distribuição dos medicamentos adquiridos pelo Consórcio, conforme Cláusula Segunda do Termo de Convênio Nº 009/2008; e

9.2. recomendar ao Consórcio Paraná Saúde que verifique a viabilidade de incluir, nos editais de licitação, cláusula que especifique que a entrega dos medicamentos destinados ao município-sede das regionais de saúde deverá ser feita diretamente nas respectivas secretarias municipais de saúde.

9.3. recomendar à Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba que proceda ao controle e registro da temperatura e umidade relativa da central de armazenagem farmacêutica, bem como dos locais de estocagem de medicamentos nas UBS, nos termos preconizados pelo - item 5.4.1.4 do Manual de Instruções Técnicas para Organização da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica;

9.4 alertar a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba que a recusa em atender prescrições de médicos da rede privada na assistência farmacêutica básica contraria o art. 196 da Constituição Federal de 1988 e o art. 2º, § 1º, da Lei 8.080 de 1990;

9.5. recomendar à Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco que:

9.5.1. proceda à alocação das despesas referentes à Assistência Farmacêutica Básica em dotação orçamentária própria e contemple a AFB em capítulo próprio no Plano Municipal de Saúde e no Relatório Anual de Gestão - RAG, bem como sua execução orçamentária, nos termos definidos pela Portaria Nº 3.176/2008;

9.5.2. proceda ao controle e registro da temperatura e umidade relativa da central de armazenagem farmacêutica, bem como dos locais de estocagem de medicamentos nas UBS, nos termos preconizados pelo - item 5.4.1.4 do Manual de Instruções Técnicas para Organização da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica; e

9.5.3. desenvolva estratégias eficientes de divulgação e adesão dos médicos à Relação Municipal de medicamentos.

9.6. recomendar ao Departamento de Saúde da Prefeitura Municipal de Palmas que:

9.6.1. proceda ao controle e registro da temperatura e umidade relativa da central de armazenagem farmacêutica, bem como dos locais de estocagem de medicamentos nas UBS, nos termos preconizados pelo - item 5.4.1.4 do Manual de Instruções Técnicas para Organização da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica;

9.6.2. utilize o espaço interno da CAF exclusivamente para o armazenamento de medicamentos;

9.6.3. promova o registro e controle de todos os medicamentos destinados ao descarte e que identifique e fiscalize os métodos utilizados pela empresa responsável pelo procedimento para eliminação dos produtos;

9.6.4. designe profissional da área de saúde, do quadro de servidores da Prefeitura, para responder pelas farmácias das UBS;

9.6.5. estabeleça, nos editais de pregão para aquisição de medicamentos, prazo de validade dos produtos em percentual, proporcional ao prazo de validade total.

9.7. alertar o Departamento de Saúde da Prefeitura Municipal de Palmas que:

9.7.1 a recusa em atender prescrições de médicos da rede privada na assistência farmacêutica básica contraria o art. 196 da Constituição Federal de 1988 e o art. 2º, § 1º, da Lei 8.080 de 1990;

9.7.2 a não-aplicação da contrapartida municipal na Assistência Farmacêutica Básica contraria o disposto no art. 2º, inciso III, da Portaria MS Nº 2.982/2009, resultando na suspensão dos recursos transferido pelo MS, conforme o art. 14, inciso II, da mesma Portaria.

9.8. encaminhar cópia deste Acórdão, assim como Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministério da Saúde, à Secretaria Estadual de Saúde do Paraná, à Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, à Secretaria Municipal de Saúde de Pato Branco, ao Departamento de Saúde da Prefeitura Municipal de Palmas e ao Consórcio Intergestores Paraná Saúde.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0296-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 297/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n.º TC-032.055/2010-2

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação

3. Interessado: Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá

4. Entidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás)

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá, com fulcro no §1º do art. 113 da Lei 8.666, de 1993, onde são relatadas possíveis irregularidades presentes em licitações e contratações a serem conduzidas pela Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao interessado e à entidade; e

9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0297-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 298/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 002.328/2010-0

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação

3. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

4. Representante: Datamétrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing Ltda. (CNPJ: 01.077.145/0001-53).

4.1 Responsável: Star Segur Engenharia Ltda. (CNPJ: 04.424.629/0001-10).

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: 5ª Secex

8. Advogados constituídos nos autos: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF Nº 6.546), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF Nº 22.885), Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (OAB/DF Nº 29.760), Gustavo Valadares (OAB/DF Nº 18.669), Josemar da Silva (OAB/MG Nº 60.509)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Datamétrica Consultoria, Pesquisa e Telemarketing Ltda. em que relata a existência de irregularidades nos procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico Nº 13/2009, realizado pelo INSS para a contratação de empresa prestadora de serviços de central de atendimento telefônico.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 43 da Lei Nº 8.443/1992, art. 113, § 1º, da Lei Nº 8.666/1993 e art. 237, inciso VII e § único, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar ao INSS que exija da empresa Star Segur Engenharia Ltda. a comprovação, mediante documentos hábeis (balanço patrimonial e outros), de sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, adotando os procedimentos necessários à anulação do contrato decorrente do Pregão Eletrônico Nº 13/2009 caso não reste demonstrado o seu enquadramento como tal, hipótese em que também deverá ser avaliada a possibilidade de aplicar-lhe outras sanções, conforme previsto no art. 88, incisos II e III, da Lei Nº 8.666/1993;

9.3. determinar à 5ª Secex que monitore o cumprimento do disposto no subitem anterior;

9.4. dar ciência desta decisão à representante e à empresa Star Segur Engenharia Ltda.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0298-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 299/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC-024.090/2009-7 (com 2 anexos, sendo o anexo 1 com 24 volumes)

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Acompanhamento

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti)

8. Advogado constituído nos autos: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de acompanhamento no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o objetivo de examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão relativos à aquisição de bens de tecnologia da informação, vinculados ao Plano de Expansão da Rede de Atendimento da autarquia.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 43, inciso I, e 45 da Lei Nº 8.443/92, e nos arts. 169, inciso IV e 250, incisos II e III, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar ao Instituto Nacional do Seguro Social que, nas futuras contratações de bens e serviços de tecnologia da informação, aprimore os mecanismos de controle do Processo de Planejamento de Contratação de TI, a fim de detectar erros na elaboração da pesquisa de preços e garantir, efetivamente, o confronto dos valores cotados com aqueles praticados com outros órgãos da Administração;

9.2. alertar o Instituto Nacional do Seguro Social quanto:

9.2.1. à necessidade de adoção de medidas com vistas a obter uma avaliação real e fidedigna do valor de mercado dos bens e serviços de TI a serem licitados, realizando estimativas que considerem, além de pesquisa de preços junto a fornecedores, outras fontes, como, por exemplo, contratações em outros órgãos e entidades da Administração Pública, conforme previsto no art. 15, inciso V, § 1º, c/c o art. 43, inciso IV, da Lei Nº 8.666/1993;

9.2.2. à necessidade de inclusão, no edital, de penalidades no caso de licitante que deixa de apresentar amostra para homologação técnica, conforme previsto no art. 7º da Lei Nº 10.520/2002, c/c o art. 28 do Decreto Nº 5.450/2005;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Instituto Nacional do Seguro Social, ao Ministério da Previdência Social e à 5ª Secex, para avaliação do possível reflexo das ocorrências aqui relatadas nas contas do INSS relativas ao exercício de 2009;

9.4. arquivar o processo.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0299-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 300/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 009.842/2004-8 (com 1 volume e 1 anexo)

2. Grupo I, Classe I - Recurso de Revisão (em processo de tomada de contas - exercício de 2003)

3. Unidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Espírito Santo - SESI/ES

4. Recorrente/responsáveis:

4.1. Recorrente: Ministério Público junto ao TCU

4.2. Responsáveis: Sebastião da Cunha Sena, ex-Gestor Financeiro (CPF 125.179.337-15); Cleuza Maria Cassaro, ex-Superintendente (CPF 343.284.247-34); e S. C. Consultoria e Assessoria Técnica Ltda. (CNPJ 03.894.828/0001-29)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1 Relator da Decisão Recorrida: Ministro Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidades Técnicas: Secex/ES e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Edison Viana Santos (OAB /ES 7547) e Luciano Olimpio Rhem da Silva (OAB/ES 10.978)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão, interposto pelo MP/TCU, contra o Acórdão Nº 1.641/2005 - Segunda Câmara (Relação Nº 81/2005 - Ministro Substituto Augusto Sherman), que julgou regulares com ressalva as contas do Serviço Social da Indústria no Estado do Espírito Santo - SESI/ES, relativas ao exercício de 2003.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 12, incisos I e II, e § 3º; 16, inciso III, alíneas "c" e "d"; 19, **caput**; 23, inciso III, alínea "a"; 24; 25; 28; 32, inciso III; 35, inciso III; 57; 81, inciso IV, da Lei Nº 8.443/1992; 202, incisos I e II, §§ 1º, 2º, 6º e 8º; 205; 206; 209, incisos III e IV, e §§ 4º, inciso II, e 6º; 214, inciso III, alíneas "a", "b" e "c"; 215; 217; 219; e 288 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer do presente recurso de revisão para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando sem efeito o Acórdão Nº 1.641/2005 - Segunda Câmara no que diz respeito às contas de Sebastião da Cunha Sena e de Cleuza Maria Cassaro;;

9.2. julgar irregulares as contas de Sebastião da Cunha Sena e de Cleuza Maria Cassaro, condenando-os solidariamente com a empresa S. C. Consultoria e Assessoria Técnica Ltda. ao pagamento da quantia de R$ 5.986,40 (cinco mil, novecentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Serviço Social da Indústria no Estado do Espírito Santo - SESI/ES, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 09/10/2003, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar, individualmente, multa a Sebastião da Cunha Sena, Cleuza Maria Cassaro e à empresa S. C. Consultoria e Assessoria Técnica Ltda. no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias devidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, em caso de não atendimento das notificações;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, à Delegacia Especializada em Crimes contra a Administração Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo (ref. ao Inquérito Policial Nº 17/2006) e à 7ª Vara Criminal de Vitória/ES (ref. à Ação Penal Nº 024.070.603.386).

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0300-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 301/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 010.735/2002-4 (com 1 volume e 1 anexo)

2. Grupo I, Classe I - Recurso de Revisão (em processo de tomada de contas - exercício de 2001)

3. Unidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Espírito Santo - SESI/ES

4. Recorrente/responsáveis:

4.1. Recorrente: Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU

4.2. Responsáveis: Sebastião da Cunha Sena, ex-Gestor Financeiro (CPF 125.179.337-15); Cleuza Maria Cassaro, ex-Superintendente (CPF 343.284.247-34); e S. C. Consultoria e Assessoria Técnica Ltda. (CNPJ 03.894.828/0001-29)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1 Relator da Decisão Recorrida: Ministro Substituto Lincoln Magalhães da Rocha

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidades Técnicas: Secex/ES e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Edison Viana Santos (OAB /ES 7547) e Luciano Olimpio Rhem da Silva (OAB/ES 10.978)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão, interposto pelo MP/TCU, contra o Acórdão Nº 2.898/2003 - Primeira Câmara (Relação Nº 67/2003 - Ministro Substituto Lincoln Magalhães da Rocha), que julgou regulares com ressalva as contas do Serviço Social da Indústria no Estado do Espírito Santo - SESI/ES, relativas ao exercício de 2001.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 12, incisos I e II, e § 3º; 16, inciso III, alíneas "c" e "d"; 19, **caput**; 23, inciso III, alínea "a"; 24; 25; 28; 32, inciso III; 35, inciso III; 57; 81, inciso IV, da Lei Nº 8.443/1992; 202, incisos I e II, §§ 1º, 2º, 6º e 8º; 205; 206; 209, incisos III e IV, e §§ 4º, inciso II, e 6º; 214, inciso III, alíneas "a", "b" e "c"; 215; 217; 219; e 288 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer do presente recurso de revisão para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando sem efeito o Acórdão Nº 2.898/2003 - Primeira Câmara no que diz respeito às contas de Sebastião da Cunha Sena e de Cleuza Maria Cassaro;

9.2. julgar irregulares as contas de Sebastião da Cunha Sena e Cleuza Maria Cassaro, condenando-os solidariamente com a empresa S. C. Consultoria e Assessoria Técnica Ltda. ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Serviço Social da Indústria no Estado do Espírito Santo - SESI/ES, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das datas abaixo indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data Original	Valor do Débito
12/07/2001	R$ 7.880,00 (sete mil, oitocentos e oitenta reais)
31/07/2001	R$ 1.970,00 (um mil, novecentos e setenta reais)
19/10/2001	R$ 4.728,00 (quatro mil, setecentos e vinte e oito reais)

9.3. aplicar individualmente multa a Sebastião da Cunha Sena, Cleuza Maria Cassaro e à empresa S. C. Consultoria e Assessoria Técnica Ltda. no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias devidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, em caso de não atendimento das notificações;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, à Delegacia Especializada em Crimes contra a Administração Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo (ref. ao Inquérito Policial Nº 17/2006) e à 7ª Vara Criminal de Vitória/ES (ref. à Ação Penal Nº 024.070.603.386).

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0301-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 302/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 025.954/2010-5.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidade: Departamento Nacional de Infra -Estrutura de Transportes - MT.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Obras 1 (SECOB-1).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Relatório de Auditoria realizada no DNIT com a finalidade de verificar a adequabilidade dos custos unitários da mão de obra do Sistema de Custos Rodoviários do DNIT (Sicro) aos padrões de mercado, assim como a sistemática de coleta de dados e a sua inserção no sistema.

ACÓRDÃO os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Departamento Nacional de Infra -Estrutura de Transportes, com fundamento no inciso I do art. 43 da Lei 8.443/1992, combinado com o inciso II do art. 250 do Regimento Interno que:

9.1.1. apresente a este Tribunal, no prazo de 180 dias, a conclusão dos estudos acerca da metodologia a ser adotada para a estimativa dos custos de mão de obra do Sicro;

9.1.2. informe a este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotas com relação aos custos superestimados de mão de obra nos orçamentos das obras de implementação da BR-230/PA (lotes 1, 2 e 3) e obras de restauração e manutenção da BR-316/PA (Crema);

9.2. recomendar ao Departamento Nacional de Infra -Estrutura de Transportes, com base no inciso I do art. 43 da Lei 8.443/1992, combinado com o inciso III do art. 250 do Regimento Interno que:

9.2.1. adote as providências necessárias com vistas a incluir a elaboração das curvas ABC de insumos no escopo das contratações de projetos, até que a funcionalidade do Sicro 3 que permite a extração de tais informações dos orçamentos esteja implementada de fato, constituindo um banco de dados com essas informações;

9.2.2. avalie, no âmbito do estudo a ser realizado com vistas a propor metodologia alternativa para a estimativa dos custos de mão de obra do Sicro, a possibilidade de utilizar os dados constantes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados- Caged e da Relação Anual de Informações Anuais-Rais, ambos sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, como referenciais de mercado para os custos de mão de obra;

9.2.3. promova a compatibilização entre as categorias de mão de obra do Sicro e da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;

9.3. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam;

9.3.1. ao Dnit;

9.3.2. a Casa Civil da Presidência da República;

9.3.3. ao MPOG-Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, gestor das obras do PAC, para avaliar os eventuais reflexos dos achados dessa auditoria em obras do PAC, cujos custos de mão-de-obra tenham sido orçados com base no Sicro 2.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0302-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 303/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-021.483/2003-1.
2. Grupo: II - Classe de assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Agamenon Rodrigues do Prado (220.387.791-04); José Luiz dos Reis (422.152.691-20); Fábio Portela Machinski (164.466.581-68); Ana Maria Chaves Faustino Tiete (450.499.478-04); Jane Aparecida da Silva (201.663.201-10); Marci Maria das Graças Vieira de Mello (160.525.871-72); Sônia Savi (202.226.531-91); Maria Madalena Frozino Ribeiro (558.950.691-34); Valdete de Barros Martins (322.479.821-15); Estado de Mato Grosso do Sul (15.412.257/0001-28).
4. Unidade: Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda de Mato Grosso do Sul - Seter/MS.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade técnica: Secex/MS.
8. Advogados constituídos nos autos: Renata Corona Zuconelli (OAB/MS 8.791); Cyrio Falcão (OAB/MS 2.842); José Valeriano de Souza Fontoura, (OAB/MS 6.277); Fernando Lopes de Araújo, (OAB/MS 8.150); Kátia Silene Alvares Pinheiro (OAB/MS 6.540); Raul dos Santos Neto (OAB/MS 5.934); Ulisses Schwarz Viana (OAB/MS 5.343).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em decorrência de irregularidades detectadas na execução dos Contratos 10/99, 54/99, 55/99, 60/99, 61/99, 89/99 e 17/00, celebrados entre o Estado do Mato Grosso do Sul, por intermédio de sua Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda - Seter/MS, e a Fundação de Promoção Social de Mato Grosso do Sul - Promosul para realização de cursos de qualificação profissional relativos ao Planfor,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis arrolados no item 3 supra, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, dando-se-lhes quitação.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0303-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 304/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-021.496/2009-9
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessada: 5ª Secretaria de Controle Externo
4. Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria de Natureza Operacional nas ações referentes ao Programa Seguro-Desemprego, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com enfoque nos mecanismos de controle das ações envolvidas, avaliando-se o desempenho dos trabalhos realizados pelo Sistema Nacional de Emprego - Sine, a confiabilidade dos sistemas de checagem e controle para pagamento dos benefícios e a adequabilidade dos preços pagos aos agentes operadores e financeiros envolvidos,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. recomendar à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que:
9.1.1. divulgue às unidades do Sistema Nacional de Emprego - Sine, de forma mais efetiva, o manual de atendimento do Seguro-Desemprego, bem como estabeleça cronogramas e rotinas de treinamento, de forma a promover uma maior padronização e qualidade do atendimento;
9.1.2. estabeleça cronograma de informatização dos postos de atendimento do Seguro-Desemprego que ainda não têm acesso ao Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego - Sigae ou a outro sistema equivalente;
9.1.3. adote medidas no sentido de dotar o maior número de postos possível do acesso aos sistemas necessários à consulta para verificação do atendimento dos requisitos de habilitação;
9.1.4. adote providências no sentido de disponibilizar relatórios no Sigae que facilitem a correção, pelos Sine, de inconsistências identificadas após a triagem;
9.1.5. intensifique a divulgação aos trabalhadores de informações sobre o Programa do Seguro-Desemprego, por meio do site do Ministério ou de campanhas informativas no âmbito dos Sine, e dos canais de comunicação existentes com o MTE e com os postos de atendimento;
9.1.6. edite norma estabelecendo prazo para a apreciação dos recursos administrativos do Seguro-Desemprego;
9.1.7. estude a viabilidade de aumentar a descentralização da análise dos recursos administrativos do seguro-desemprego para as Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego - SRTE;
9.1.8. promova estudo para identificar, com detalhes, os erros que mais geram notificações, em especial aquelas que, posteriormente, se revelam improcedentes, gerando o deferimento dos recursos administrativos do seguro-desemprego, e atue no sentido de aprimorar os cruzamentos com as bases de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged, de forma a minimizar a ocorrência destas notificações indevidas;
9.1.9. padronize os sistemas de informática e suas bases de dados, a fim de que forneçam funcionalidades voltadas para a integração das ações;
9.1.10. considere, na definição dos cursos de qualificação profissional a serem oferecidos, a identificação das necessidades locais, bem como a possibilidade de viabilizar a oferta regular e permanente de cursos;
9.1.11. defina estrutura organizacional mínima das unidades do Sistema Nacional de Emprego - Sine, com as respectivas atividades em manual de orientação, submetendo-a à aprovação do Conselho Deliberativo do FAT - Codefat, e inclua essa exigência nos termos de convênios firmados com os Sine;
9.1.12. aprimore os mecanismos de definição e de apuração do cumprimento de metas dos Convênios Plurianuais Únicos (CPU) firmados com os Sine, a fim de demonstrar suas realizações efetivas;
9.1.13. atue junto à Secretaria de Orçamento Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional a fim de garantir, tempestivamente, a liberação de recursos orçamentários e financeiros para manutenção das atividades dos Sine;
9.1.14. estabeleça cronograma de análise de descentralização dos recursos financeiros relativos à qualificação profissional, pelo Conselho Deliberativo do FAT - Codefat, compatível com as necessidades de liberações das ações de Habilitação ao Seguro-Desemprego - HSD e Intermediação de Mão de Obra - IMO;
9.1.15. implemente controles que mitiguem o risco de ocorrências de trabalhadores receberem parcelas do Seguro-Desemprego de forma indevida, como, por exemplo, verificar a viabilidade de alimentação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged em um período menor, ou investigar e combater as causas de benefícios que tiveram situação de reemprego detectada e houve o pagamento indevido de mais de uma parcela de Seguro-Desemprego;
9.1.16. informe à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), periodicamente, as empresas que possuem vínculo com as ocorrências de mais de uma parcela a restituir, com o objetivo de subsidiar atividades de planejamento de fiscalizações que visem a identificar a não alimentação do Sistema Caged pelas empresas;
9.2. recomendar ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que:
9.2.1. coordene atividades de colaboração técnica junto às áreas envolvidas na execução das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - SPETR, a fim de que elaborem, em conjunto, uma metodologia de supervisão *in loco* das ações desenvolvidas pelos Sine, e definam um cronograma de visitas, contemplando todas as ações do Programa;
9.2.2. estude a possibilidade de obter a base de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, considerando, inclusive, o prazo de implantação da nova rotina de habilitação do Seguro-Desemprego, sem custos ou nos moldes do contrato celebrado com o Serpro;
9.2.3. caso haja valores envolvidos, realize comparação dos custos relacionados à celebração desse novo contrato, bem como à manutenção da base de dados, com os custos do contrato pendente de assinatura com a Dataprev e adote a decisão mais vantajosa para a Administração.
9.3. determinar à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que:
9.3.1. estabeleça mecanismos de ateste dos serviços prestados, em especial, de Documentos Seguro-Desemprego (DSD) emitidos, que tenham como parâmetros informações próprias do Ministério ou, na impossibilidade de geração destas, que implemente rotinas de auditorias nos sistemas, com objetivo de comprovar a veracidade das informações atestadas;
9.3.2. realize, quando dos atestes das faturas de serviços relativos à operacionalização do Seguro-Desemprego, criterioso controle da quantidade de operações (pagamentos, restituições, notificações), compatibilizando, por meio da geração de relatórios de acompanhamento contratual, as informações divergentes entre os sistemas e os respectivos quantitativos de operações com as saídas e entradas efetivas dos recursos financeiros;
9.3.3. identifique as causas das divergências apontadas, tendo como parâmetro a tabela 9 do Relatório de Auditoria, em relação aos quantitativos de Documentos Seguro-Desemprego emitidos, aos totais de recursos financeiros transferidos para Caixa e pagos aos trabalhadores, e apure os valores corretos, procedendo aos acertos pertinentes;
9.3.4. quando da assinatura do novo contrato com a Dataprev, faça constar do respectivo processo de contratação a justificativa de preços, mediante orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários;
9.3.5. realize, quando dos atestes das faturas dos serviços relacionados ao Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, criterioso controle da quantidade de consultas a sistemas, compatibilizando, por meio da geração de relatórios de acompanhamento contratual, eventuais informações divergentes;
9.3.6. quando da renovação do contrato relativo aos serviços de agente financeiro do seguro-desemprego com a Caixa, faça constar do respectivo processo de contratação a justificativa de preços, a partir de estudo de preços praticados por outras instituições financeiras que também operem programas sociais, de outros programas sociais operacionalizados pela Caixa, bem como comparações dos custos de habilitação dos trabalhadores ao Seguro-Desemprego realizados pelos SINE e pelas SRTE;
9.3.7. quando da renovação do contrato relativo aos serviços de agente financeiro do seguro-desemprego com a Caixa, individualize os serviços a serem prestados, assim como os seus custos, mediante orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários;
9.3.8. realize, quando dos atestes das faturas dos serviços prestados pelo agente financeiro do seguro-desemprego, criterioso controle da quantidade de operações (pagamentos, restituições, notificações), compatibilizando, por meio da geração de relatório de acompanhamento contratual, as informações divergentes entre os sistemas de informática e os respectivos quantitativos de operações com as saídas e entradas efetivas dos recursos financeiros (recursos transferidos para a Caixa, pagamentos dos benefícios e recebimento de restituições dos trabalhadores);
9.3.9. identifique as causas das divergências apontadas nos quantitativos de operações de pagamento de benefícios e de recebimento de restituições, em relação aos totais de recursos financeiros referentes a esses eventos, tendo, como exemplo, as tabelas 13 e 14 do Relatório de Auditoria, e apure os valores corretos, procedendo aos acertos pertinentes.
9.4. determinar à Coordenação-Geral de Informática - CGI, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que:
9.4.1. aprove e divulgue Política de Controle de Acesso - PCA, com o objetivo de promover a melhoria dos controles internos, bem como da forma de atuação na área de TI;
9.4.2. elabore e aprove Plano de Continuidade de Negócios, conforme definido na norma NBR ISO/IEC 27002:2007;
9.4.3. após a conclusão do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti), encaminhe cópia do documento finalizado ao Tribunal, especificamente para a Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
9.5. determinar ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que remeta ao Tribunal, no prazo de 120 dias, plano de ação, elaborado em conjunto com as áreas de Seguro-Desemprego, Intermediação de Mão de Obra e Qualificação Social Profissional, com cronograma de adoção das medidas necessárias à implementação das recomendações e determinações prolatadas pelo Tribunal;
9.6. determinar à 5ª Secex que monitore a implementação das determinações e recomendações acima delineadas;
9.7. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam e do relatório de auditoria em exame aos seguintes destinatários: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE e Coordenação-Geral de Informática - CGI.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0304-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 305/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-019.118/2009-9.
2. Grupo: II - Classe de assunto: V - Monitoramento.
3. Responsáveis: Dionísio Corteletti (CPF 125.467.987-15), João Felício Scardua (CPF 002.028.431-49).
4. Unidades: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac/ES, Serviço Social do Comércio - Sesc/ES, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai/ES, Serviço Social da Indústria - Sesi/ES, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP/ES, Serviço Nacional de Aprendizagem de Transporte - Senat, Serviço Social do Transporte - Sest, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae/ES.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não há.
7. Unidade técnica: Secex/ES.
8. Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098), Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Henrique Araújo Costa (OAB/DF 21.989), Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668), Ben-Hur Brenner Dan Farina (OAB/ES 4.813), Maria José Gonçalves (OAB/ES 323B).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de relatório de monitoramento, autorizado pelo Acórdão 1.162/2009 - Plenário, com vistas a verificar o cumprimento, pelas entidades integrantes do Sistema "S" no Estado do Espírito Santo, dos procedimentos de seleção e recrutamento de empregados conforme critérios elencados no item 9.2 do Acórdão 2.305/2007 - Plenário, relativos à publicidade do processo seletivo, ao recrutamento interno, à avaliação dos candidatos, aos procedimentos simplificados e céleres de recrutamento externo e ao aproveitamento de candidatos aprovados em processo seletivo anterior;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. alertar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Administração Regional no Estado do Espírito Santo) - Senac/ES para a necessidade de:

9.1.1. observar as disposições contidas na Resolução Senac Nº 875/2008, abstendo-se, por exemplo, de promover a inclusão de etapa de avaliação psicológica dos candidatos, procedimento não previsto no referido normativo; e

9.1.2. doravante proceder à numeração das folhas e apor as rubricas dos empregados que sejam responsáveis pelos autos dos procedimentos de seleção de pessoal, de modo a dificultar a inserção, a retirada ou a substituição de peças processuais;

9.2. alertar ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Espírito Santo - Sebrae/ES para a necessidade de:

9.2.1. observar as disposições contidas no Manual de Políticas e Procedimentos do Sistema de Gestão de Pessoas, aprovado pela Resolução CDN Nº 59/2002, abstendo-se, por exemplo, de promover a inclusão de etapa de avaliação psicológica dos candidatos;

9.2.2. passar a estabelecer, em consonância com a jurisprudência desta Corte (v.g Acórdão 2.427/2005 - 2ª Câmara, Acórdão 119/2006 - Plenário, Acórdão 969/2006 - Plenário, Acórdão 2.305/2007-Plenário), critérios objetivos de avaliação no tocante à fase de entrevistas (análise de dados ou fatos), constando dos seus futuros editais de recrutamento o conteúdo que será objeto da entrevista, o qual deverá estar relacionado com pré-requisitos do cargo e os critérios de atribuição de notas, dentre outros dados relevantes, em ordem a minimizar o subjetivismo natural que permeia esse instrumento e a ocorrência de intereferências pessoais na escolha do profissional; e

9.2.3. doravante proceder à numeração das folhas e apor as rubricas dos empregados que sejam responsáveis pelos autos dos procedimentos de seleção de pessoal, de modo a dificultar a inserção, a retirada ou a substituição de peças processuais, consoante tratado nos itens 90 e 91 do relatório de fls. 28-42;

9.3. alertar ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Administração Regional no Espírito Santo) - SESCOOP/ES para a necessidade de:

9.3.1. elaborar, nos futuros processos seletivos, incluindo no respectivo instrumento convocatório (edital ou documento equivalente), critérios objetivos de avaliação da etapa de entrevista, de modo a afastar os riscos de que a subjetividade da avaliação possa macular a impessoalidade do certame, bem assim permitir a possibilidade de interposição de recursos por parte dos candidatos irresignados com a sua avaliação, em cumprimento ao subitem 9.2.3 do Acórdão 2.305/2007-Plenário; e

9.3.2. doravante proceder à numeração das folhas e apor as rubricas dos empregados que sejam responsáveis pelos autos dos procedimentos de seleção de pessoal, de modo a dificultar a inserção, a retirada ou a substituição de peças processuais;

9.4. alertar ao Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Administração Regional no Estado do Espírito Santo) - Sest/ES e Senat/ES para a necessidade de:

9.4.1. divulgar expressamente, nos próximos processos de recrutamento e seleção de pessoal e em cumprimento ao princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput*, da Constituição, o nome da entidade promotora do mesmo, de modo que não pairem dúvidas entre eventuais interessados acerca da pessoa jurídica em cujo quadro pretendem ingressar;

9.4.2. abster-se de promover processos seletivos para contratação de pessoal sem a elaboração de instrumento convocatório (edital ou documento equivalente) que esclareça, de forma detalhada, quais são as fases do concurso, os procedimentos que serão utilizados, as fórmulas utilizadas para pontuação, os critérios de desempate, o conteúdo programático das provas, os prazos para interposição de recurso e outras informações necessárias para garantir a transparência e a impessoalidade do certame, além da igualdade entre os candidatos; e

9.4.3. doravante proceder à numeração das folhas e apor as rubricas dos empregados que sejam responsáveis pelos autos dos procedimentos de seleção de pessoal, de modo a dificultar a inserção, a retirada ou a substituição de peças processuais.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0305-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 306/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-009.487/2005-6

2. Grupo: II - Classe: IV - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia (13.937.032/0001-60).

3.2. Responsáveis: Ana Maria Dortas Matos Vieira (314.188.805-15); Hospital Geral de Camaçari/BA (13.937.131/0044-81); José Carlos de Carvalho Pitangueira (037.116.175-49).

4. Unidades: Hospital Geral de Camaçari/BA, CNPJ 13.937.131/0044-81.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo/BA (Secex/BA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade de José Carlos Carvalho Pitangueira e Ana Maria Dortas Matos Vieira, e do Hospital Geral de Camaçari, no Município de mesmo nome no Estado da Bahia, instaurada em razão de indícios de irregularidades na cobrança irregular de serviços hospitalares ao Sistema Único de Saúde - SUS, durante o exercício de 2000,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, e 23, II, da Lei 8.443/92, em:

9.1. julgar as presentes contas regulares, com ressalvas;

9.2. determinar à Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Saúde - FNS, sob acompanhamento do Ministério da Saúde, e juntamente com representante do Fundo Municipal de Saúde de Camaçari/BA, do Fundo Estadual de Saúde da Bahia e do Hospital Geral de Camaçari, esses dois últimos se necessário, que proceda, se ainda não o fez, aos acertos determinados pelo item 8.1.3. da Decisão 525/2001-Plenário, relativamente aos pagamentos impugnados nos presentes autos, conforme abaixo:

Valor (R$)	Data de ocorrência
1.593,55	7/7/2000
16.361,76	6/10/2000
27.770,74	9/11/2000

9.3. determinar ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS que acompanhe e se manifeste sobre procedimento adotado em razão da determinação contida no item 9.2, acima;

9.4. determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde - SE/MS que faça constar de sua próxima prestação de contas a manifestação objeto da determinação contida no item 9.3, acima, e

9.5. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Bahia, como subsídio ao Inquérito Civil Público Nº 1.14.000.000587/2001-03.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0306-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 307/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 032.818/2010-6

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Agravo.

3. Interessado: Trivale Administração Ltda (00.604.122/0001-97).

4. Unidades: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional - MTE; Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional - MDS.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: não atuou.

8. Advogados constituídos nos autos: Sidney Ferreira Batalha (OAB/DF 11.016) e Francisco de Paula Filho (OAB/DF 7.530).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de agravo interposto em razão da concessão de medida cautelar que suspendeu a realização do Pregão Conjunto Nº 67/2010 CNI/Sesi/Senai/IEL, que tem por objetivo contratar empresa especializada na prestação de serviços de alimentação coletiva (refeição-convênio),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente agravo, com fundamento no art. 289 do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. com fundamento no art. 146, § 2º, do Regimento Interno, negar o ingresso da empresa Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. como parte interessada nos autos e, por conseguinte, indeferir o pedido de vista eletrônica dos autos formulado por aquela empresa, e

9.3. dar ciência deste acórdão ao agravante.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0307-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 308/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-027.253/2009-8

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Responsável: Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral (CPF 435.102.567-00).

4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit/MT).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/GO.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secex/GO com o intuito de verificar possíveis irregularidades no processo de doação do projeto executivo para a restauração e duplicação da BR - 060, relativo ao trecho entre Abadia de Goiás/GO e Jataí/GO (268,1 km), efetuada pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit/MT),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, em:

9.1. conhecer desta representação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit/MT) que, com vistas a garantir a satisfação do interesse público, estabeleça como condicionantes para a aceitação de projetos de obras rodoviárias doados à autarquia, entre outros fatores que a entidade venha a considerar necessários:

9.2.1. a demonstração de que as normas, os manuais, os parâmetros e os sistemas de referência do Dnit aplicáveis a essa espécie de projeto foram seguidos;

9.2.2. a demonstração de que as soluções técnicas adotadas fundamentaram-se em estudos, levantamentos e ensaios atualizados e adequados;

9.2.3. a demonstração de que a empresa projetista detém aptidão e responsabilidade técnica compatíveis com o porte e a complexidade do projeto;

9.2.4. a realização de avaliação criteriosa e a aprovação do projeto pelas diretorias competentes da sede do Dnit, cujos técnicos e dirigentes dessas unidades ficam corresponsáveis pela qualidade e adequação técnica do projeto;

9.3. dar ciência deste acórdão ao responsável;

9.4. juntar cópia deste acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, ao TC-008.198/2010-1, e

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0308-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 309/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-028.552/2009-1

2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Relatório de Levantamento de Auditoria.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. Responsáveis: João Reis Santana Filho (CPF 005.832.605-78), José Edmar Brito Miranda (CPF 011.030.161-72), Elielma Oliveira Bezerra (CPF 007.886.961-73), Amanda da Rosa Lena (CPF 877.301.971-20), Luiz Alberto Osório de Castro (CPF 167.098.450-87), Cláudio Manoel Barreto (CPF 955.957.837-53), Manoel José Pedreira (CPF 060.815.681-72) e Anízio Costa Pedreira (CPF 082.731.381-00).

4. Unidade: Secretaria dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Estado de Tocantins (SRHMA/TO).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: 1ª Secob.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de apartado do TC-008.875/2009-5 (Fiscobras/2009), por força do Acórdão 2.830/2009-TCU-Plenário, no qual se cuida das audiências dos responsáveis em razão das irregularidades apuradas na fiscalização da obra de construção da Barragem do Rio Arraias, em Arraias/TO,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Anízio Costa Pedreira em relação às audiências promovidas por este Tribunal;

9.2. acatar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. José Edmar Brito Miranda em relação à ocorrência descrita no ofício de audiência como "não ter adotado o parcelamento obrigatório do objeto do Contrato 45/2005, embora a opção fosse técnica e economicamente recomendável, contrariando o artigo 23, § 1º da Lei 8.666/1993";

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis em relação às demais ocorrências constantes dos ofícios de audiência que lhes foram encaminhados por este Tribunal;

9.4. aplicar ao Sr. Anízio Costa Pedreira, com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, § 2º, do Regimento Interno do TCU, multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) em razão da realização de licitação de obras apresentando as seguintes falhas: a) ausência de previsão orçamentária; b) projeto executivo desatualizado; c) cláusulas restritivas à competitividade; bem como a celebração de contrato com sobrepreço decorrente de BDI e preços excessivos e homologação de licitação sem a existência de critérios de aceitabilidade de preços unitários;

9.5. aplicar ao Sr. José Edmar Brito Miranda, com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, § 2º, do Regimento Interno do TCU, multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em razão da homologação de licitações com restrições à competitividade decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento, pela homologação e adjudicação de certames com sobrepreço decorrente de BDI e preços excessivos e pela homologação de licitação sem a definição de critérios de aceitabilidade de preços unitários;

9.6. aplicar aos Srs. Luiz Alberto Osório de Castro, Cláudio Manoel Barreto, Elielma Oliveira Bezerra e Amanda da Rosa Lena, com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, § 2º, do Regimento Interno do TCU, multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) em razão da adoção de índice irregular de reajustamento dos preços do concreto compactado com rolo, ocasionando superfaturamento no pagamento dos serviços;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.8. determinar ao Ministério da Integração Nacional que, em um prazo de sessenta dias, providencie o cadastramento no Siasg dos Contratos 117/2004 e 45/2005, firmados pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SRHMA/TO) no âmbito do Convênio 113/2007, em conformidade com as disposições do art. 21, § 2º, da LDO 2007;

9.9. alertar o Ministério da Integração Nacional e a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Meio Ambiente do Estado do Tocantins (SRHMA/TO) quanto à observância do disposto no § 1º do art. 4º da IN/STN 01/97 quando da celebração de convênios ou seus termos aditivos, e

9.10. apensar o presente processo ao TC-008.875/2009-5.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0309-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 310/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 002.817/2008-6.

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Hortência Maria Santana Linhares (CPF 217.091.305-04); Zilda Maria da Silva (CPF 400.440.505-00); Marli Francisca dos Santos Palmeira (CPF 361.629.225-53); Mirian Christina dos Santos Carvalho (CPF 425.172.145-49); Louise Maria Holtz Santos de Oliveira (CPF 169.862.025-04); Bárbara Bezerra Tavares (CPF 267.241.625-72); Silvana Menezes dos Santos (CPF 588.268.075-15); Carlos Eduardo Santana (CPF 653.743.475-00); Ângela Maria Menezes de Souza (CPF 919.116.215-72); Maria dos Santos (CPF 381.499.155-91); Kátia Vieira Gomes Ferreira (CPF 556.904.915-00); Elizano Santos de Assis (CPF 149.438.675-53); Mondrian Editora e Comunicação Ltda. (CNPJ 01.715.405/0001-79); Monte & Reinol Advogados Associados (CNPJ 04.125.089/0001-73); Gomes e Júlio Advogados Associados (CNPJ 07.036.091/0001-64).

4. Entidade: Conselho Regional de Enfermagem em Sergipe - Coren/SE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade: Secex/SE.

8. Advogados constituídos nos autos: Antônio Correia Matos (OAB/SE 1.955); Claudinei dos Santos Pereira (OAB/SE 4.372); Leão Magno Brasil Junior (OAB/SE 2.825); Emanuel Messias Barboza Moura Júnior (OAB/SE 2.851); Fábio Rosa Rodrigues (OAB/SE 3.510); Emanuel Messias Oliveira Cacho (OAB/SE 207-B); Vânia Maria Barros Andrade (OAB/SE 4.776); e Kleber Renisson Nascimento dos Santos (OAB/SE 2.473).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da tomada de contas especial convertida por meio do Acórdão 1.968/2007-Plenário, a partir de representação autuada, sob o TC 004.666/2007-0, a partir de documentos encaminhados a este Tribunal pelo juiz federal da 3ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, Exmo. Sr. Edmilson da Silva Pimenta, com vistas a apurar indícios de irregularidades praticados no Conselho Regional de Enfermagem daquele Estado - Coren/SE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei Nº 8.443, de 16 de julho de 1992, os seguintes responsáveis: Marli Francisca dos Santos Palmeira, Mirian Christina dos Santos Carvalho, Bárbara Bezerra Tavares, Silvana Menezes dos Santos, Carlos Eduardo Santana, Ângela Maria Menezes de Souza, Maria dos Santos, Monte & Reinol Advogados Associados e Mondrian Editora e Comunicação Ltda.;

9.2. rejeitar as razões de justificativas e/ou alegações de defesa apresentadas pelos seguintes responsáveis: Hortência Maria Santana Linhares, Zilda Maria da Silva, Louise Maria Holtz Santos de Oliveira, Kátia Vieira Gomes Ferreira, Elizano Santos de Assis e Gomes e Júlio Advogados Associados;

9.3. julgar irregulares, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei Nº 8.443, de 1992, c/c o art. 19, da mesma Lei e com os arts. 1º, inciso I, e 209, inciso III, do RITCU, as contas dos seguintes responsáveis: Hortência Maria Santana Linhares, Zilda Maria da Silva, Marli Francisca dos Santos Palmeira, Mirian Christina dos Santos Carvalho, Louise Maria Holtz Santos de Oliveira;

9.4. julgar irregulares, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei Nº 8.443, de 1992, c/c o art. 19, da mesma Lei e com os arts. 1º, inciso I, e 209, inciso II, do RITCU, as contas dos seguintes responsáveis: Bárbara Bezerra Tavares, Silvana Menezes dos Santos, Carlos Eduardo Santana, Ângela Maria Menezes de Souza, Maria dos Santos, Kátia Vieira Gomes Ferreira e Elizano Santos de Assis;

9.5. condenar Hortência Maria Santana Linhares e Monte & Reinol Advogados Associados, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir de 30/6/2004 até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de (15) quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei Nº 8.443, de 1992, c/c o art. 216 do RITCU;

9.6. condenar Marli Francisca dos Santos Palmeira, Mirian Christina dos Santos Carvalho e Monte & Reinol Advogados Associados, solidariamente, ao pagamento das quantias relacionadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de (15) quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei Nº 8.443, de 1992, c/c o art. 216 do RITCU:

DATA	VALOR (R$)
17/10/2006	8.720,00
10/10/2006	8.720,00
09/11/2006	8.720,00
12/12/2006	8.720,00
08/01/2007	8.720,00
08/02/2007	8.720,00

9.7. condenar Marli Francisca dos Santos Palmeira e Mirian Christina dos Santos Carvalho, solidariamente, ao pagamento das quantias relacionadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de (15) quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei Nº 8.443, de 1992, c/c o art. 216 do RITCU:

DATA	VALOR (R$)
17/08/2006	784,04
03/08/2006	1.971,40
03/11/2006	684,54
05/10/2006	1.886,80
22/12/2005	245,00
23/01/2006	325,00
30/03/2006	373,00
08/05/2006	177,00
25/05/2006	420,00
19/06/2006	1.900,00
05/07/2006	847,00
31/07/2006	567,00
13/10/2006	673,42
27/10/2006	239,40
11/12/2006	550,00
29/12/2006	1.170,00
13/12/2006	1.220,00
29/12/2006	3.891,00
06/09/2006	174,70
? 20/09/2006	6.445,08
07/12/2006	924,00

9.8. condenar Marli Francisca dos Santos Palmeira, Mirian Christina dos Santos Carvalho e Gomes e Júlio Advogados Associados, solidariamente, ao pagamento das quantias relacionadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de (15) quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei Nº 8.443, de 1992, c/c o art. 216 do RITCU:

DATA	VALOR (R$)
03/04/2007	8.720,00
02/05/2007	8.720,00
09/05/2007	8.720,00

9.9. condenar Marli Francisca dos Santos Palmeira, Mirian Christina dos Santos Carvalho e Mondrian Editora e Comunicação Ltda., solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir de 4/1/2006, fixando-lhes o prazo de (15) quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei Nº 8.443, de 1992, c/c o art. 216 do RITCU;

9.10. condenar Hortência Maria Santana Linhares e Zilda Maria da Silva, solidariamente, ao pagamento das quantias relacionadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de (15) quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei Nº 8.443, de 1992, c/c o art. 216 do RITCU:

DATA	VALOR (R$)
21/12/2002	955,09
03/04/2003	22,50
15/04/2003	33,40
07/04/2003	39,20
24/04/2003	344,00
15/05/2003	344,00
14/05/2003	37,80
30/05/2003	19,50
04/06/2003	20,50
11/06/2003	23,00
18/06/2003	56,90
18/06/2003	6.450,00
05/07/2003	20,90
31/07/2003	6.020,00
05/08/2003	112,94
16/08/2003	21,78
16/08/2003	38,40
19/08/2003	15,60
30/08/2003	136,18
06/08/2003	712,80
13/08/2003	225,00
21/09/2003	46,20
05/09/2003	16,80
05/09/2003	24,40
06/09/2003	34,76
07/09/2003	23,00
07/09/2003	44,50
08/09/2003	16,00
09/09/2003	89,00
10/09/2003	32,89
11/09/2003	13,00
14/09/2003	54,00
11/09/2003	10,20
13/09/2003	70,27
05/09/2003	61,60
12/09/2003	12,79
06/09/2003	53,47
01/09/2003	33,20
21/09/2003	63,85
08/09/2003	15,00
06/09/2003	34,50
14/09/2003	8,60
07/09/2003	83,20
10/09/2003	23,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

07/09/2003	41,57
08/09/2003	94,93
06/07/2003	46,24
14/09/2003	60,98
01/09/2003	735,00
30/08/2003	850,00
29/08/2003	900,00
12/09/2003	2.976,60
12/09/2003	39,86
04/10/2003	20,02
09/10/2003	66,08
13/10/2003	13,30
07/10/2003	20,00
15/12/2003	18,50
18/12/2003	22,00
26/12/2003	17,45
23/12/2003	2.291,00
23/03/2004	17,60
19/02/2004	28,40
03/03/2004	24,31
04/03/2004	24,10
08/03/2004	48,80
18/03/2004	27,68
30/03/2004	14,08
23/03/2004	17,60
29/03/2004	49,18
27/03/2004	190,00
22/04/2004	25,00
01/04/2004	1.460,00
03/04/2004	251,30
07/04/2004	363,00
17/04/2004	248,40
05/05/2004	416,79
10/05/2004	1.295,00
13/05/2004	11,90
13/05/2004	5.817,92
07/06/2004	42,80
08/06/2004	14,70
13/07/2004	15,29
13/07/2004	160,70
17/07/2004	71,00
19/07/2004	11,90
07/08/2004	62,00
14/08/2004	85,00
24/08/2004	44,98
04/09/2004	62,00
11/09/2004	81,90
18/09/2004	82,00
01/10/2004	300,00
05/10/2004	1.230,50
21/10/2004	44,80
22/10/2004	35,30
29/10/2004	26,00
27/10/2004	370,86
24/11/2004	14,00
22/11/2004	19,80
30/11/2004	47,80
30/11/2004	13,00
01/12/2004	19,00
03/12/2004	35,80
07/12/2004	45,90
17/01/2005	13,50
18/01/2005	15,00
26/01/2005	7,00
27/01/2005	9,00
28/01/2005	32,70
28/01/2005	44,70
13/02/2003	1.114,00
22/04/2003	511,17
14/07/2003	1.774,45
08/08/2003	302,04
13/08/2003	302,04
25/08/2003	1.774,48
25/08/2003	1.774,48
25/08/2003	1.774,48
25/08/2003	1.774,48
25/08/2003	1.774,48
10/12/2003	1.897,20
23/12/2003	156,15
23/03/2004	1.264,80
29/03/2004	2.202,25
31/03/2004	2.108,00
28/04/2004	3.171,24
31/05/2004	3.171,93
19/08/2004	2.205,40
19/08/2004	882,16
15/09/2004	4.048,00
08/10/2004	4.410,80
18/10/2004	1.158,35
06/12/2004	2.646,48
09/12/2004	2.205,40
03/12/2004	6.616,20
14/01/2005	3.087,56
26/01/2005	3.528,78
05/01/2005	737,37
15/07/2003	1.950,00
21/08/2003	110,64
10/07/2003	750,00
04/08/2003	5.500,00
22/08/2003	4.200,00
20/08/2003	30,00
17/09/2003	250,00
09/09/2003	70,00
26/08/2003	26,00
04/09/2003	4,00
04/09/2003	15,00
04/09/2003	1,50
04/09/2003	2,00
04/09/2003	20,00
09/09/2003	15,50
08/09/2003	200,00
08/09/2003	10,00
08/08/2003	2.000,00
02/09/2003	2.700,00
12/09/2003	995,00
02/09/2003	1.560,00
04/09/2003	100,00
04/09/2003	70,00
04/09/2003	200,00
06/09/2003	68,00
09/09/2003	7,00
08/09/2003	840,00
16/09/2003	260,00
26/08/2003	100,00
02/06/2003	1.281,99
02/06/2003	163,00
02/06/2003	3.550,00
09/06/2003	105,00
12/06/2003	392,80
12/06/2003	326,00
13/06/2003	297,69
17/06/2003	234,00
17/06/2003	923,80
? 17/06/2003	102,70
? 17/06/2003	263,00
? 17/06/2003	155,00
? 23/06/2003	1.063,62
? 23/06/2003	64,00
? 23/06/2003	217,90
? 26/06/2003	839,50
? 02/07/2003	273,26
? 15/07/2003	132,00
? 17/07/2003	198,28
? 06/10/2003	169,63
? 27/10/2003	158,76
? 23/12/2003	76,80
? 13/02/2004	1.095,00
? 19/02/2004	725,50
? 05/03/2004	580,00
? 16/03/2004	391,50
? 16/03/2004	352,15
? 08/04/2004	131,66
? 06/01/2005	917,80
? 06/01/2005	700,00
? 06/01/2005	3.271,38
? 11/01/2005	3.609,82
? 11/01/2005	9.233,18
? 17/01/2005	5.125,02
? 18/01/2005	1.869,05
? 18/01/2005	1.783,17
15/05/2003	4.200,00
15/05/2003	900,00
15/05/2003	500,00
15/05/2003	1.950,00
06/06/2003	1.476,00
? 19/09/2003	7.800,00
? 19/09/2003	3.507,00
? 21/02/2003	4.687,50
? 30/03/2004	6.123,00
? 30/04/2004	4.165,00
? 17/08/2004	4.800,00
? 17/08/2004	5.250,00
? 24/112004	5.250,00
? 07/04/2004	3.150,00
? 13/04/2004	5.976,00
? 08/10/2004	3.500,00
? 27/10/2004	7.900,00
? 19/02/2004	890,10
? 19/03/2003	80,00
? 19/03/2004	60,00
? 09/08/2003	35,00
? 18/02/2004	20,00
? 16/07/2003	84,00
? 05/08/2003	10,00
? 17/09/2003	37,00
? 25/03/2004	342,00
? 19/03/2004	200,00
? 31/03/2004	490,00
? 09/12/2004	99,00
? 06/01/2005	10.846,50

9.11. condenar Louise Maria Holtz Santos de Oliveira e Zilda Maria da Silva, solidariamente, ao pagamento das quantias relacionadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de (15) quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei Nº 8.443, de 1992, c/c o art. 216 do RITCU:

DATA	VALOR (R$)
07/03/2005	4.345,00
18/03/2005	1.364,33
20/09/2005	684,12

9.12. aplicar, individualmente, aos responsáveis relacionados a seguir a multa prevista no art. 57 da Lei Nº 8.443, de 1992, c/c o art. 267 do RITCU, no valor indicado, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor:

9.12.1. Hortência Maria Santana Linhares: R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

9.12.2. Marli Francisca dos Santos Palmeira: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

9.12.3. Louise Maria Holtz Santos de Oliveira: R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9.12.4. Zilda Maria da Silva: R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

9.12.5. Mirian Christina dos Santos Carvalho: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

9.12.6. Monte & Reinol Advogados Associados: R$ 10.000,00 (dez mil reais);

9.12.7. Gomes e Júlio Advogados Associados: R$ 3.000,00 (três mil reais);

9.12.8. Mondrian Editora e Comunicação Ltda.: R$ 10.000,00 (dez mil reais);

9.13. aplicar, individualmente, aos responsáveis relacionados a seguir a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei Nº 8.443, de 1992, c/c o art. 268, inciso II, do RITCU, no valor indicado, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor:

9.13.1. Bárbara Bezerra Tavares: R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9.13.2. Carlos Eduardo Santana: R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9.13.3. Elizano Santos Assis: R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9.13.4. Silvana Menezes dos Santos: R$ 3.000,00 (três mil reais);

9.13.5. Ângela Maria Menezes de Souza: R$ 3.000,00 (três mil reais);

9.13.6. Maria dos Santos: R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);

9.13.7. Kátia Vieira Gomes Ferreira: R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);

9.14. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei Nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas a que se referem os itens 9.5 a 9.13 deste Acórdão em até (24) vinte e quatro prestações mensais e sucessivas, caso requerido;

9.15. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os itens 9.5 a 9.13 deste Acórdão, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei Nº 8.443, de 1992;

9.16. considerar graves as infrações cometidas por Hortência Maria Santana Linhares, Marli Francisca dos Santos Palmeira, Louise Maria Holtz Santos de Oliveira, Zilda Maria da Silva e Mirian Christina dos Santos Carvalho, e inabilitá-las para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal, pelo prazo de 8 (oito) anos, nos termos do art. 60 da Lei Nº 8.443, de 1992;

9.17. determinar ao Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe que:

9.17.1. no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da ciência desta deliberação, adote providências com vistas a cumprir o art. 37, inciso II, da Constituição Federal e a Súmula Nº 231 da Jurisprudência do TCU, promovendo concurso público com o objetivo de substituir os funcionários ilegalmente contratados a partir de 18/5/2001 e rescindindo, em consequência, os respectivos contratos de trabalho;

9.17.2 ao final do prazo fixado no item precedente, envie relatório circunstanciado à Secex/SE, devidamente acompanhado de documentação que ateste o cumprimento da determinação constante do item anterior;

9.17.3. adote providências, no prazo de 30 (trinta) dias, se ainda não o fez, no sentido de excluir as designações do Plenário com o nome de "Enf. Gilberto Linhares Teixeira" e do Auditório com o nome de "Enf. Hortência Maria Santana", abstendo-se de atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, que tenha sido adquirido, fabricado ou construído com recursos públicos federais ou de utilizar nomes, símbolos e imagens que caracterizem a promoção pessoal de autoridades ou agentes públicos, nos termos dos arts. 1º e 3º da Lei Nº 6.454, de 1977, e art. 37, **caput** e §1°, da Constituição Federal de 1988;

9.18. encaminhar cópia do Acórdão ora proferido, acompanhado do Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamenta:

9.18.1. aos Srs. Antônio José Machado Oliveira, Guilherme Diangellis Gomes, Kátia Vieira Gomes Ferreira, Maria Angélica Nunes Bezerra e Rosalvo dos Santos;

9.18.2. ao juízo da 3º Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Sergipe;

9.18.3. à Controladoria-Regional da União no Estado de Sergipe;

9.18.4. à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; e

9.18.5. ao Procurador-Chefe da República no Estado de Sergipe, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei Nº 8.443, de 1992, e, ainda, ao Exmo. Procurador da República no mesmo Estado Paulo Gustavo Guedes Fontes.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0310-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 311/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 006.306/2008-3.
2. Grupo II; Classe de Assunto: V - Levantamento de Auditoria.
3. Responsável / Interessado:
3.1. Responsável: José Paulo Assis (CPF 167.249.849-04).
3.2. Interessado: Congresso Nacional.
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secex/PR.
8. Advogados constituídos nos autos: Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF 814), Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329), Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770), Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235), Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360), Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114), André Uryn (OAB/RJ 110.580), Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668), Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758), Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683), Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078), Henrique Pohl Figueiredo (OAB/DF 7.271/E), Fernando Augusto M. Nazaré (OAB/DF 11.485), Vera Lúcia Santana Araújo (OAB/DF 5.204), Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.652), Frederico Rodrigues Barcelos de Sousa (OAB/DF 16.845), Marco Antonio Cavalcante da Rocha (OAB/PE 2.940), Meg Montana Kebe (OAB/RJ 124.440), Zilto Bernardi Freitas (OAB/RJ 97.299).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia o Relatório de Levantamento de Auditoria realizado nas obras de modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Estado do Paraná, no âmbito do Fiscobras 2008;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. rejeitar parcialmente as razões de justificativa apresentadas por José Paulo Assis;
9.2. determinar à Petrobras a adoção das seguintes providências:
9.2.1. exclua, se ainda não o fez, o item orçamentário atinente ao *"Fornecimento de Serviços Complementares"* de todos os contratos celebrados com vistas à execução das obras de modernização da Repar, sejam eles por preços globais ou preços unitários;
9.2.2. apresente a este Tribunal detalhamento sobre eventuais pagamentos efetuados a título na rubrica *"Fornecimento de Serviços Complementares"* nos seguintes contratos:
9.2.2.1. Contrato 0800.0030222.07.2, Serviço de Apoio Técnico para a área de Propeno -Atp - Assessoria, Tecnologia e Planejamento Ltda.;
9.2.2.2. Contrato 0800.0027054.06.2, Serviços de Apoio Técnico e Administrativo - Atp - Assessoria, Tecnologia e Planejamento Ltda.;
9.2.2.3. Contrato 0800.0025357.06.2, Serviços Técnicos de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - IMC Saste Construções Ltda.;
9.2.2.4. Contrato 0800.0032380.07.2, Serviços Técnicos - carteira de Gasolina Tecnosolo Eng. e Tecnologia de Solos e Materiais S.A.;
9.2.2.5. Contrato 0800.0035852.07.2, Serviços Técnicos no Centro Integrado de Controle - Acv Tecline Engenharia Ltda.;
9.2.2.6. Contrato 0800.0032563.07.2, Serviços Técnicos - Carteira de Coque e HDT Tecnosolo Eng. e Tecnologia de Solos e Materiais S.A.;
9.2.3. exclua o item orçamentário denominado *"Eventos Globais"* do Contrato Nº 0800.0035013.07.2 (IERP 101) e de todos os contratos celebrados com vistas à execução das obras de modernização da Repar, independente da modalidade de contratação;
9.2.4. com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal e art. 45 da Lei Nº 8.443, de 16 de julho de 1992, instaure processo interno com vistas à recuperação dos valores eventualmente pagos, de forma indevida, a título de remuneração relativa ao item *"Eventos Globais"* ao consórcio Conpar, formado pelas empresas Norberto Odebrecht S.A., UTC Engenharia S.A. e Construtora OAS Ltda., no âmbito do Contrato Nº 0800.0035013.07.2, sob pena de responsabilização solidária dos responsáveis, nos termos do art. 8º da Lei Nº 8.443, de 1992;
9.3. fixar o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da ciência desta deliberação, para o atendimento das determinações contidas neste Acórdão, com o envio de documentação comprobatória a este Tribunal;
9.4. alertar os gestores de que o descumprimento de decisão do Tribunal poderá ensejar a aplicação de multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei Nº 8.443, de 1992, c/c o art. 268, inciso VII, do Regimento Interno do TCU;
9.5. determinar à Secex/PR que promova o monitoramento das determinações objeto desta deliberação.
10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0311-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 312/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 013.504/2008-0.
1.1. Apenso: TC 018.742/2009-2
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Levantamento de Auditoria.
3. Interessado/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
3.2. Responsáveis: Hideraldo Luiz Caron (CPF 323.497.930-87); Luis Munhoz Prosel Junior (CPF 459.516.676-15); Marcos Ledermann (CPF 001.422.550-68); Mauro Barbosa da Silva (CPF 370.290.291-00).
4. Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Rio Grande do Sul - Dnit/RS.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secex/RS e Secob-2.
8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles, OAB/DF 28.108; Tathiane Vieira Viggiano Fernandes, OAB/DF 27.154; Patrícia Guercio Teixeira, OAB/MG 90.459; Marina Hermeto Corrêa, OAB/MG 75.173; Francisco de Freitas Ferreira, OAB/MG 89.353; Renata Aparecida Ribeiro Felipe, OAB/MG 97.826; Érlon André de Matos, OAB/MG 103.096; Caroline Feitosa Dolabela Chagas, OAB/MG 96.205; Nayron Sousa Russo, OAG/MG 106.011; Mariana Barbosa Miraglia, OAB/MG 107.162; Cristiano Nascimento e Figueiredo, OAB/MG 101.334; Flávia da Cunha Gama, OAB/MG 101.817; Cynthia Póvoa de Aragão, OAB/DF 22.298; Fernando Antônio dos Santos Filho, OAB/MG 116.302; Vitor Magno de Oliveira Pires, OAB/MG 108.997; André Guimarães Cantarino, OAB/MG 116.021; Clara Sol da Costa, OAB/MG 115.937; André Naves Laureano Santos, OAB/MG 112.694; Ademir Antônio de Carvalho, OAB/MG 121.890; Luciana Cristina de Jesus da Silva, OAB/MG 126.357; Luís Henrique Baeta Funghi, OAB/MG 124.463; Lara Maria de Araújo Barreira, OAB/MG 126.039; Ângela Tomazia Rosa, OAB/MG 126.413; Paulo Vinícius de Barros Martins Jr., OAB/PR 19.608.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina Levantamento de Auditoria realizado na Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes no Estado do Rio Grande do Sul - Dnit/RS, no período de 16/6 a 4/7/2008, com objetivo de fiscalizar as obras de Adequação do Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS - Osório/RS - na BR-101/RS.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir a responsabilidade do Sr. Luiz Antônio Pagot, Diretor-Geral do Dnit, da presente relação processual;
9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis, Srs. Hideraldo Luiz Caron, Diretor de Infra-Estrutura Rodoviária/Dnit, Luís Munhoz Prosel Júnior, Coordenador-Geral de Construção Rodoviária/Dnit, relativamente à assinatura do 12º Termo Aditivo ao Contrato TT-167/2004-00, que resultou em acréscimo de 73,66% sobre o valor originalmente contratado, por não estar em desacordo com o limite máximo de 25% estabelecido nos parágrafos 1º e 2º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, já que, entre outras situações, está em consonância com a excepcionalidade contida na Decisão 215/1999-TCU-Plenário; e
9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0312-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 313/2011 - TCU - Plenário

1. Processo Nº TC 015.038/2001-2.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração.
3. Embargantes: Joseph Brais (CPF 831.982.028-68); Júlio Roberto de Barros Sampaio (CPF 432.668.787-87); e Luis Filipe Medeiros de Macedo (CPF 795.972.707-49).
4. Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secex/RJ.
8. Advogado constituído nos autos: Eduardo Antônio Lucho Ferrão, OAB/DF 9.378; Luiz Felipe Bulus, OAB/DF 15.229; e Vanessa Alves Pereira Barbosa, OAB/DF 24.336.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, referentes embargos de declaração opostos pelos Srs. Joseph Brais e Júlio Roberto de Barros Sampaio e Luis Filipe Medeiros de Macedo em face do Acórdão 2.173/2010-TCU-Plenário, por meio do qual esta Corte de Contas julgou irregulares as contas dos embargantes, com imposição de débito e aplicação de multa, em decorrência de irregularidades apuradas pela Secex/RJ na execução das obras de implantação do Parque Tecnológico de Xerém, conduzidas pela administração do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, entre os anos de 1998 e 2000.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Joseph Brais, Júlio Roberto de Barros Sampaio e Luis Filipe Medeiros de Macedo, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0313-04/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 314/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC 013.724/2010-0. Apenso: TC 000.337/2010-2
2. Grupo: I; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Interessado/Responsável:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
3.2. Responsáveis: Empresa CMR4 Engenharia e Comércio Ltda, CNPJ n. 68.876.606/0001-29; Ariosto Ferraz da Nóbrega, CPF n. 058.139.134-91); Luciano da Nóbrega Pereira CPF n. 635.149.904-68; Rubens Falcão da Silva Neto CPF n. 338.529.604-87; Simão Araújo Barbosa de Almeida CPF n. 308.632.284-53; Stanley Medeiros Lopes CPF n. 887.711.054-68.
4. Entidades: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Governo do Estado da Paraíba e Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - Cagepa.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras - 1ª Secob.
8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles, OAB/DF n. 28.108; Tathiane Vieira Viggiano Fernandes, OAB/DF n. 27.154; Evilásio Pereira da Silva Junior, OAB/SP 92.780; Patrícia Guercio Teixeira Delage, OAB/MG n. 90.459; Marina Hermeto Corrêa, OAB/MG n. 75.173; Francisco de Freitas Ferreira, OAB/MG n. 89.353; Nayron Sousa Russo, OAB/MG n. 106.011; Érlon André de Matos, OAB/MG n. 103.096; Fernando Antônio dos Santos Filho, OAB /MG n. 116.302; Flávia da Cunha Gama, OAB/MG n. 101.817; Mariana Barbosa Miraglia, OAB/MG n. 107.162; Cristiano Nascimento e Figueiredo, OAB/MG n. 101.334; Vitor Magno de Oliveira Pires, OAB/MG n. 108.997; André Guimarães Cantarino, OAB/MG n.116.021; Clara Sol da Costa, OAB/MG n. 115.937; André Naves Laureano Santos, OAB/MG n. 112.694; Ademir Antonio de Carvalho, OAB/MG n. 121.890; Luciana Cristina de Jesus Silva, OAB/MG n. 126.357; Luís Henrique Baeta Funghi, OAB/MG n. 124.463; Lara Maria de Araújo Barreira, OAB/MG n. 126.039; Angela Tomazia Rosa, OAB/MG n. 126.413; Richard Paul Martins Garrel, OAB/MG n. 127.318.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial decorrente do Relatório de Levantamento de Auditoria realizado pela 1ª Secob, em cumprimento ao Acórdão n. 2.490/2009 - Plenário, objetivando verificar a adequabilidade da execução das obras realizadas com utilização de recursos alocados ao PT 17.512.0122.10SC.0025/2009 - "Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes, no Estado", por meio do Contrato de Repasse n. 224.981-92.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir a empresa CMR4 Engenharia e Comércio Ltda. da presente relação processual;
9.2. acolher, parcialmente, as alegações de defesa dos Srs. Luciano da Nóbrega Pereira e Stanley Medeiros Lopes, no que concerne ao indício de sobrepreço inicialmente detectado no Contrato n. 046/2008;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3. determinar à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - Cagepa e a Gerência de Filial de Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal em João Pessoa que observe o estrito cumprimento ao art. 115 da Lei n. 11.514/2007 e à determinação contida no Acórdão n. 1.736/2007-Plenário, no tocante à elaboração e aprovação de orçamento de obra contendo custos unitários inferiores à mediana daqueles constantes do Sinapi, obtidos, preferencialmente, no banco nacional de composições daquele sistema;

9.4. revogar a medida cautelar determinada no item 9.7 do Acórdão n. 2.154/2010-Plenário;

9.5. restituir os autos à 1ª Secob, para que seja efetuada a análise das razões de justificativas atinentes ao subitem 9.2.5 do Acórdão n. 1.021/2010-Plenário.

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Propostas de Deliberação que o fundamentam, ao Ministério das Cidades, à Caixa Econômica Federal e à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - Cagepa, para conhecimento.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0314-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ATO NORMATIVO APROVADO (v. Anexo IV a esta Ata)

DECISÃO NORMATIVA Nº 111 - "Aprova, para o exercício de 2011, os percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros nos recursos previstos no art. 159, inciso III e §4º, da Constituição Federal."

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo Nº TC-029.515/2009-2, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, o Dr. Rui Pinheiro Junior não compareceu para produzir sustentação oral que havia requerido.

Na apreciação do processo Nº TC-026.846/2006-7, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, o Dr. Marcelo Augusto Bernardes Normando produziu sustentação oral em nome da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e Demais Empresas Estatais, da Associação Nacional dos Anistiados da Petrobras, da Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Anistiados da Petrobras e Subsidiárias no Estado do Rio de Janeiro e do Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo - Regional Campinas.

Na apreciação do processo Nº TC-023.803/2006-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, o Dr. Andreive Ribeiro de Sousa produziu sustentação oral em nome do Sr. Rodrigo Sobral Rollemberg.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo Nº TC- TC-019.192/2002-9 (Ata Nº 32/2008) e o Tribunal aprovou por unanimidade o Acórdão Nº 260.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo Nº TC-003.851/2009-0, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Aroldo Cedraz. Já votou o relator, cujo relatório e voto proferido bem como a minuta de Acórdão apresentada constam do Anexo IV desta Ata.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta os processos Nº s:

TC-013.229/2005-8, TC-027.577/2006-1 e TC-015.583/2002-3, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes; e

TC-031.356/2007-5, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro.

PROCESSOS ORIUNDOS DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CARÁTER RESERVADO

Fazem parte desta Ata, ante o disposto no parágrafo único do artigo 133 do Regimento Interno, os acórdãos Nº s 321, 322, 323, 327 e 330, a seguir transcritos, proferidos na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado realizada nesta data.

O acórdão Nº 330 consta também do Anexo V desta Ata, juntamente com o relatório e voto em que se fundamentou.

RELAÇÃO Nº 5/2011 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 321/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei Nº 8.443/92 c/c os arts. 143 inciso III e 235 par. único do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da presente denúncia, porquanto não devidamente preenchidos os requisitos de admissibilidade aí previstos; levantar o sigilo dos presentes autos; dar ciência ao denunciante do presente Acórdão e arquivar o processo, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.890/2011-1 (DENÚNCIA)
1.1. Interessado: Identidade preservada
1.2. Unidade: Município de Sertãozinho/SP
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 322/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 53 da Lei Nº 8.443/92 c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 143, V, "a"; e 235, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da denúncia, por preencher os requisitos de admissibilidade conforme os pareceres emitidos n os autos.

1. Processo TC-011.453/2009-8 (DENÚNCIA)
1.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Unidade: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Md
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (SECEX-ES)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. comunicar ao interessado que os fatos por ele denunciados estão sendo apurados no TC 013.389/2006-0, cuja apreciação de mérito lhe será remetida tão logo seja proferida decisão pelo Tribunal no referido processo;
1.6. declarada a insubsistência parcial do item 9.1 do Acórdão Nº 2.360/2009 - Plenário, no que concerne ao apensamento do TC 002.731/2009-8 ao processo TC 013.389/2006-0;
1.7. Cancelada a chancela de sigiloso que recai sobre o presente processo, inclusive quanto à autoria da denúncia; e
1.8. Arquivar o presente processo, com fundamento no art. 234, § 4º, c/c o art. 250, inciso I, ambos do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 323/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI e 53 da Lei Nº 8.443/92 c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 143, V, "a"; 235, do Regimento Interno/TCU, e arts. 125 e 126 da Resolução Nº 191, de 2006, ACORDAM em conhecer da denúncia para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, retirar a chancela de sigiloso dos autos e arquivar, encaminhar cópia deste Acórdão ao denunciante.

1. Processo TC-033.809/2010-0 (DENÚNCIA)
1.1. Interessado: Identidade Preservada (189.185.558-14)
1.2. Unidade: Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
1.3. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Negar o pedido de medida cautelar formulado pelo denunciante; e
1.6. Alertar a VALEC de que, nos procedimentos relativos à Concorrência Nº 005/2010, foi identificada falha no procedimento de avaliação da qualificação técnica do Consórcio Galvão / OAS, referente ao Lote 02, consistente no acatamento de Certidões de Acervo Técnico de profissional não vinculado à licitante, em desacordo com os itens 5.3.5, alíneas "b" e "c", do edital, e item 6.1 do respectivo Termo de Referência.

Ata n° 4/2011 - Plenário
Data da Sessão: 9/2/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado

ACÓRDÃO Nº 327/2011 - TCU - Plenário

Considerando que a presente denúncia versa sobre possíveis irregularidades ocorridas no âmbito da Oitava Região Militar, da Oitava Divisão do Exército, do Oitavo Depósito de Suprimentos e da Comissão Regional de Obras da Oitava Região Militar;

Considerando que as diligências promovidas pela Unidade Técnica elidiram parcialmente as irregularidades apontadas;

Considerando que, em relação às irregularidades verificadas nos autos, a Diretoria de Auditoria do Exército, ao apresentar as razões de justificativa do Comando da 8ª Região Militar, certificou, por meio do Ofício Nº 295-SCCR/D Aud, a não ocorrência das falhas questionadas no Ofício de Diligência Nº 741/2008-TCU/SECEX-3;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, 234, 235, e 250, incisos I e II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Nº 155/2002, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; retirar a chancela de sigilo dos autos; e fazer o seguinte alerta e as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.186/2006-3 (DENÚNCIA)
1.1. Interessado: Identidade preservada.
1.2. Órgão/Entidade: 8ª Região Militar/8ª Divisão do Exército, 8º Depósito de Suprimento e Comissão Regional de Obras da 8ª Região.
1.3. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo (Secex-3).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Alertar o Comando da 8ª Região Militar/8ª Divisão do Exército quanto à necessidade da fiel observância do Decreto Nº 4.307, de 18/7/2002, e demais instrumentos normativos concernentes ao pagamento de gratificação de representação e diárias, e da Portaria Normativa Nº 4.883, de 7/8/2000, do Gabinete do Ministro do Exército, e demais instrumentos disciplinares relativos à concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos.
1.6. Determinar à 3ª Secex que:
1.6.2.1. encaminhe cópia desta deliberação, acompanhada de cópia da instrução de fls. 696/720, à Diretoria de Auditoria do Comando do Exército, para conhecimento e adoção das providências pertinentes e ao denunciante;
1.6.2.2. arquive os presentes autos.

Ata n° 4/2011 - Plenário
Data da Sessão: 9/2/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado

ACÓRDÃO Nº 330/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n. 011.315/2010-5.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: VII - Denúncia.
3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE/SP.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo - Secex/SP.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Denúncia, em que foram noticiadas possíveis irregularidades na área de pessoal no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 234 e 235 do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente Denúncia para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE/SP que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação, informe a esta Corte de Contas:

9.2.1. o lugar de lotação dos servidores requisitados, se em secretarias ou cartórios eleitorais;

9.2.2. o período de tempo em que cada servidor atualmente requisitado presta serviços ao TRE/SP;

9.2.3. o tempo e a quantidade de servidores do TRE/SP que estejam cedidos a outros órgãos;

9.3. retirar o sigilo dos autos, nos termos do art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992;

9.4. apensar este processo ao TC-014.770/2009-9, que trata de Relatório de Auditoria realizada em diversos Tribunais Regionais Eleitorais, dentre eles o TRE/SP;

9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e ao denunciante.

10. Ata n° 4/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 9/2/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0330-04/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 32 minutos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária de Caráter Reservado para ser realizada a seguir e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MÁRCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 11 de fevereiro de 2011

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EXTRATO DA PAUTA Nº 5/2011
SESSÃO ORDINÁRIA
Em 16 de fevereiro de 2011, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução Nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-005.468/2008-7
Natureza: Representação
Responsáveis: Cleonice Negreiros de Oliveira (079.389.002-06); Dorinaldo do Vale Braz (196.392.282-49); Luiz Carlos Lopes de Vasconcelos (245.584.007-72); Maria Cristina Soares Rocha (308.234.392-91); Raimundo Angelim Vasconcelos (028.209.352-49); Viza Soluções Em Engenharia Ltda. (05.634.034/0001-51); Wolvenar Camargo Filho (964.212.158-15)
Interessado: Secretaria de Controle Externo/AC (SECEX-AC)
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rio Branco - AC
Advogado constituído nos autos: não há

TC-020.386/2009-2
Natureza: Representação
Interessado: Secex-RR (00.417.607/0028-38)
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
Advogados constituídos nos autos: Antonio Pedro da Silva Machado, OAB/DF 1739-A; Antonio Rugero Guibo, OAB/SP 114.145;Neila Maria Barreto Leal,OAB/DF 15.547;Paulo César Guerche, OAB/SP 68.537; Amir Vieira Sobrinho, OAB/GO 15.235;André Luiz de Medeiros e Silva, OAB/DF 5.539;Ângelo Altoé Neto, OAB/BA 7.410; Ângelo Aurélio Gonçalves Pariz, OAB/SP 74.864 e OAB/DF 23.980;Célio Cota de Queiroz, OAB/DF 18.265;Erika Cristina Frageti Santoro, OAB/SP 128.776; Hortência Maria de Medeiros e Silva, OAB/DF 3.744; Orival Grahl, OAB/SC 6.266; Jorge Vergueiro da Costa Machado Neto, OAB/DF 6.744; Leonardo Gauland de Magalhães Bortoluzzi, OAB/DF 18.056; Lucinéia Possar, OAB/PR 19.599; Luiz Antonio Borges Teixeira, OAB/DF 18.452; Luiz de França Pinheiro Torres, OAB/DF 8.523; Marco Aurelio Aguiar Barreto, OAB/BA 8.755;Nilo Alfredo Moroni, OAB/DF 21.605; Pedro Afonso Bezerra de Oliveira, OAB/DF 5.098; Samis Antônio de Queiroz, OAB/SP 115.698; Agnaldo Garcia Campos, OAB/SP 130.036; Alberto Lemos Giani, OAB/DF 10.801; Alexandre Pocai Pereira, OAB/SC 8.652; Altemir Bohrer, OAB/DF 23.260; Amilcar Martins de Oliveira, OAB/DF 14.900; Ana Claudia Cardoso Borges Bessa de Souza, OAB/SP 184.528; Ana Diva Teles Ramos Ehrich,OAB/CE 4.149; Antonio Carlos da Rosa Pellegrin, OAB/SC 15.672-B; Antonio Carlos Rosa, OAB/MT 4.990-B; Auderi Luiz de Marco, OAB/SC 20.525-B; Augusto Cesar Machado, OAB/DF 18.765; Carlos José Marcieri, OAB/SP 94.556; Cesar Jose Dhein Hoefling, OAB/DF 24.758;Danielle Costa do Amaral, OAB/DF 26.781; Edino Cézar Franzio de Souza, OAB/SP 113.937; Edivaldo José Bento, OAB/SP 108.464; Elda Ettinger de Menezes, OAB/BA 6.597; Eneida de Vargas e Bernardes, OAB/SP 135.811-B; Fernando Alves de Pinho, OAB/RJ 97.492; Flávio Márcio Firpe Paraíso, OAB/DF 4.866;Flávio Renato Fanchini Terrasan, OAB/SP 227.304;Gilberto Eifler Moraes, OAB/RS 13.637; Herbert Leite Duarte, OAB/DF 14.949; Ìndio Brasil Leite, OAB/DF 19.624; Jairo Waisros, OAB/DF 24.769; Jefferson Luís Mathias Thomé, OAB/DF 20.666; João Frederico Hofstatter Trott, OAB/SC 12.809-B; Jorge Elias Nehme, OAB/MT 4.642; Luciano Henrique Pereira de Menezes, OAB/RJ 126.407; Luis Alberto da Silva, OAB/DF 26.767; Luis Carlos Kader, OAB/RS 46.088; Luiz Emiraldo Eduardo Marques, OAB/SP 117.402-B; Luzimar de Souza, OAB/GO 7.680; Magda Montenegro, OAB/DF 8.055; Mário Eduardo Barberis, OAB/SP 148.909; Marly Figueiredo Mubarac, OAB/AC 1.180; Mayris Fernandez Rosa, OAB/DF 5.451; Nelson Buganza Junior, OAB/SP 128.870;Paulo Sérgio França, OAB/SP 115.012; Rogério Aparecido Gil, OAB/SP 123.500; Rosângela de Souza Raimundo, OAB/DF 11.242; Sandro Diehl, OAB/RS 67.136-B; Sandro Nunes de Lima, OAB/DF 24.693; Sebastião Donizete Batista Pires, OAB/SP 76..652; Solon Mendes da Silva, OAB/RS 32.356; Stella Maria Ferreira de Castro, OAB/DF 21.935; Sueli Santos Mendonça, OAB/DF 9.782; Valdemi Mateus da Silva, OAB/SP 213.593; Vilmar de Souza Carvalho, OAB/GO 17.820; Vilmon Malcorra Villagran, OAB/PE 860-B; Vitor da Costa de Souza, OAB/DF 17.542;Wagner Martins Prado de Lacerda, OAB/SP 111.593; Wilderson Botto, OAB/MG 66.037; Wilson Roberto Parpinelli, OAB/SP 135.266.

TC-033.877/2010-6
Natureza: Representação
Interessado: Grenit Serviços de Telemarketing, Desenvolvimento, Comércio e Representação Comercial de Hardwares e Softwares Ltda.(06.936.483/0001-17)
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - Regional de Sustentação ao Negócio em São Paulo (RSN Logística/SP)
Advogados constituídos nos autos: Arystóbulo de Oliveira Freitas, OAB/SP 82.329; Ricardo Brito Costa, OAB/SP 173.508; Monica Fernandes do Carmo, OAB/SP 115.832.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-021.266/2008-0
Natureza: Denúncia
Responsável: José Roberto Correia Serra, Presidente
Interessado: Companhia Docas do Estado de São Paulo S.A. - Codesp
Órgão: Companhia Docas do Estado de São Paulo S.A. - Codesp
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

TC-007.756/2010-0
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero
Recorrente: Aerosat Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. (CNPJ 06.251.745/0001-00)
Advogado constituído nos autos: Ângela R. Pinheiro (OAB/DF 31.608)

TC-007.804/2009-9
Natureza: Monitoramento
Entidade: Município de Xapuri/AC
Responsáveis: Ana Beatriz de Oliveira (074.376.148-04), Diretora do Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável e do Fundo Nacional do Meio Ambiente- DFDS/FNMA
Advogado constituído nos autos:não há

TC-009.855/2010-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Município de Araporã/MG
Responsável: Valdir Inácio Ferreira (CPF 123.789.336-49)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-010.924/2009-9
Apensos: TC 014.402/2009-2 (REPRESENTAÇÃO); TC 020.070/2009-6 (DENÚNCIA)
Natureza: Representação
Órgão: Ministério da Integração Nacional - MI
Interessada: 4ª Secretaria de Controle Externo - TCU
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

TC-008.496/2006-9
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Responsáveis: Alexandre de Oliveira (737.967.786-15); ARG Ltda. (20.520.862/0001-52); Egesa Engenharia S.A. (17.186.461/0001-01); Gelson Cunha (080.110.876-49); Hugo Sternick (296.677.716-87); João de Sousa Freitas (104.715.101-49); Sebastião de Abreu Ferreira (044.253.596-15); Álvaro Campos de Carvalho (013.034.732-91).
Interessados: Congresso Nacional; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (04.892.707/0001-00).
Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-008.662/2006-1
Apenso: TC 011.925/2010-8 (SOLICITAÇÃO)
Natureza: Representação
Responsáveis: Construtora A Gaspar S/A (08.323.347/0001-87); David José de Castro Gouvêa (232.236.859-87) Tecnosolo Engenharia S/A.
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Paraná (00.414.607/0013-51)
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Paraná - DNIT/MT.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.062/2009-8
Natureza: Recurso ao Plenário
Órgão: Tribunal de Contas da União.
Interessado: Bethânia Nicoli Guimarães (073.166.277-60).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-012.106/2009-6
Natureza: Relatório de Levantamentos
Responsáveis: Antonio Viana Filho (002.555.135-34); Cibele Anunciação Ribeiro (033.819.296-40); Clementino de Souza Coelho (065.913.295-87); Leonardo Nunes Lyra (810.985.024-34); Nelson Luiz Pugliesi (185.082.238-70); Orlando Cezar da Costa Castro (135.259.215-00)
Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE (Secex-SE)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-014.116/2010-3
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Minas Gerais - SES/MG
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (Secex-MG)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.530/2010-9
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsável: Agnaldo Gomes da Costa (018.034.842-68)
Entidade: Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas - Susan
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (Secex-AM)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-027.054/2009-4
Natureza: Monitoramento
Responsáveis: Bárbara Maria Dultra Pereira Maurício (162.826.125-00); Eduardo de Freitas Filho (000.475.035-72); Maria Inês Almeida de Oliveira (116.153.115-72); Naomar Monteiro de Almeida Filho (060.177.035-87); Neusa Dias Andrade de Azevedo (039.589.225-20)
Entidade: Universidade Federal da Bahia - UFBA/MEC
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA (Secex-BA)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-014.983/2010-9
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessado: Congresso Nacional
Unidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - MT
Advogados constituídos nos autos: Ademir Antonio de Carvalho (OAB/MG 121.890); Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108); André Naves Laureano Santos (OAB/MG 112.694); Ângela Tomazia Rosa (OAB/MG 126.413); Angélica Berquó Camelo (OAB/GO 19.380); Antônio Augusto Berquó Curado Brom (OAB/GO 17.471); Clara Sol da Costa (OAB/MG 115.937); Cristiano Nascimento e Figueiredo (OAB/MG 101.334); D'Artagnan Vasconcelos (OAB/GO 26.123); Elcio Berquó Curado Brom (OAB/GO 12.000); Eney Curado Brom Filho (OAB/GO 14.000); Eneyda Berquó Curado Brom (OAB/GO 26.370); Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/MG 116.302); Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817); Francisco Freitas de Melo Franco Ferreira (OAB/MG 89.353); Gabriel Machado Sampaio (OAB/MG 126.653); Lara Maria de Araújo Barreira (OAB/MG 126.039); Luciana Cristina de Jesus Silva (OAB/MG 126.357); Luis Henrique Baeta Funghi (OAB/DF 32.250); Mariana Barbosa Miraglia (OAB/MG 107.162); Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173); Melina Lobo Dantas (OAB/GO 16.010); Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011); Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB/MG 90.459); Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826); Renata Arnaut Araújo Lepsch (OAB/DF 18.641); Richard Paul Martins Garrell (OAB/MG 127.318); Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154); Vitor Magno de Oliveira Pires (OAB/MG 108.997); Wander Lúcia Silva Araújo (OAB/GO 11.026).

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-009.986/2006-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: CJ Construções Ltda. (04.445.928/0001-30); e outros
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Palmeirândia - MA
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-016.188/2006-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Antonieta Barros de Oliveira (361.705.501-04); e outros
Órgão/Entidade: Fundação Nacional do Índio - MJ
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.999/2010-7
Natureza: Consulta
Interessado: Conselho Regional de Farmácia/MG (17.203.837/0001-30)
Unidade: Conselho Regional de Farmácia/MG
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-005.182/2008-0
Natureza: Representação.
Entidade: Município de Santa Cruz Cabrália/BA.
Interessado: Vander Oliveira Borges, Coordenador da Comissão de Transição do Fundeb/FNDE.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-007.439/2010-5
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa e Fundação de Aprimoramento e Desenvolvimento de Recursos Humanos do Amazonas - Faderh/AM
Interessada: Secretaria de Controle Externo - AM (Secex-AM)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-033.916/2010-1
Natureza: Consulta
Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Interessado: Flavio Coutinho de Carvalho, Auditor Chefe do CNPq
Advogado constituído nos autos: não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-015.567/2010-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Caixa Econômica Federal - Ministério da Fazenda (vinculador)
Responsável: Josiane Alves Kolc (CPF 451.591.579-72), ex-empregada
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-021.470/2009-2
Apartado do TC-010.546/2009-4
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Entidade: Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF: 042.750.395-72), Asley Monteiro de Barros (CPF: 601.533.507-68), César Arantes Sobral (CPF: 941.593.008-04), Renato de Souza Duque (CPF: 510.515.167-49), Pedro José Barusco Filho (CPF: 987.145.708-15), Paulo César Messina Fragoso (CPF: 793.783.741-15), Vinicius Felipe May (CPF: 253.795.258-81), Tarcísio Secioso de Sá (CPF: 692.773.207-10), Sérgio dos Santos Arantes (CPF: 335.417.367-04), Sandoval Dias Aragão (CPF: 229.203.586-34), Rodrigo Avelino Mesquita dos Santos (CPF: 274.450.878-00), Maurício de Freitas Costa (CPF: 092.078.997-87), Fernando Almeida Biato (CPF: 329.803.107-00), José Francisco Martins (CPF: 073.705.658-40), José Paulo Assis (CPF: 167.249.849-04), Consórcio Montcalm/Slovenské Enegetické Strojárne - SES (CNPJ: 08.337.197/00001-60).
Advogados constituídos nos autos: Nilton Antonio de Almeida Maia, OAB/RJ 67.460; Nelson Sá Gomes Ramalho, OAB/RJ 37.506; Guilherme Rodrigues Dias, OAB/RJ 58.476; Ésio Costa Júnior, OAB/RJ 59.121; Hélio Siqueira Júnior, OAB/RJ 62.929; Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque, OAB/RJ 57.404; Carlos da Silva Fontes Filho, OAB/RJ 59.712; Gustavo Cortês de Lima, OAB/DF 10.969; Claudismar Zupiroli, OAB/DF 12.250; Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, OAB/DF 814; Roberto Cruz Couto, OAB/RJ 19.329; Ricardo Penteado de Freitas Borges, OAB/SP 92.770; Marcelo Certain Toledo, OAB/SP 158.313; Idmar de Paula Lopes, OAB/DF 24.882; Rodrigo Muguet da Costa, OAB/RJ 124.666; Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro, OAB/RJ 141.195; Juliana de Souza Reis Vieira, OAB/RJ 121.235; Daniele Farias Dantas de Andrade, OAB/RJ 117.360; Ingrid Andrade Sarmento, OAB/RJ 110.580; Marta de Castro Meireles, OAB/RJ 130.114; André Uryn, OAB/RJ 110.580; Paula Novaes Ferreira Mota Guedes, OAB/RJ 114.649; Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth, OAB/RJ 121.685; Maria Cristina Bonelli Wetzel, OAB/RJ 124.668; Rafaella Farias Tuffani de Carvalho, OAB/RJ 139.758; Thiago de Oliveira, OAB/RJ 122.683; Marcos Pinto Correa Gomes, OAB/RJ 81.078; Rodrigo Silveira Bueno Verdelle, OAB/SP 226.370.

TC-021.471/2009-0
Apartado do TC-010.546/2009-4
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Entidade: Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF: 042.750.395-72), Ademar Kiyoshi Itakussu (CPF: 37.068.049-04), Renato de Souza Duque (CPF: 510.515.167-49), Pedro José Barusco Filho (CPF: 987.145.708-15), Sérgio dos Santos Arantes (CPF: 335.417.367-04), Sérgio de Araújo Costa (CPF: 174.345.217-91), Sandoval Dias Aragão (CPF: 229.203.586-34), Rosa Akie Stankewitz (CPF: 232.208.569-34), Marco Túlio Jennings (CPF: 069.177.677-60), Fernando Almeida Biato (CPF: 329.803.107-00), Ilson Paulo Castello de Barros (CPF: 157.631.459-68), Jefferson de Alencar Ponciano Ramos (CPF: 601.533.507-68), José Paulo Assis (CPF: 167.249.849-04), Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (CNPJ: 57.259.392/0001-25).
Advogados constituídos nos autos: Nilton Antonio de Almeida Maia, OAB/RJ 67.460; Nelson Sá Gomes Ramalho, OAB/RJ 37.506; Guilherme Rodrigues Dias, OAB/RJ 58.476; Ésio Costa Júnior, OAB/RJ 59.121; Hélio Siqueira Júnior, OAB/RJ 62.929; Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque, OAB/RJ 57.404; Carlos da Silva Fontes Filho, OAB/RJ 59.712; Gustavo Cortês de Lima, OAB/DF 10.969; Claudismar Zupiroli, OAB/DF 12.250; Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, OAB/DF 814; Roberto Cruz Couto, OAB/RJ 19.329; Ricardo Penteado de Freitas Borges, OAB/SP 92.770; Marcelo Certain Toledo, OAB/SP 158.313; Idmar de Paula Lopes, OAB/DF 24.882; Rodrigo Muguet da Costa, OAB/RJ 124.666; Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro, OAB/RJ 141.195; Juliana de Souza Reis Vieira, OAB/RJ 121.235; Daniele Farias Dantas de Andrade, OAB/RJ 117.360; Ingrid Andrade Sarmento, OAB/RJ 110.580; Marta de Castro Meireles, OAB/RJ 130.114; André Uryn, OAB/RJ 110.580; Paula Novaes Ferreira Mota Guedes, OAB/RJ 114.649; Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth, OAB/RJ 121.685; Maria Cristina Bonelli Wetzel, OAB/RJ 124.668; Rafaella Farias Tuffani de Carvalho, OAB/RJ 139.758; Thiago de Oliveira, OAB/RJ 122.683; Marcos Pinto Correa Gomes, OAB/RJ 81.078; Anapaula Catani Brodella Nichols, OAB/SP 87.362; Maria Angela Hebisz, OAB/SP 131.763; Wiliam Simões Cerqueira, OAB/SP 243.780; Rodrigo Centeno Suzano, OAB/SP 202.286.

TC-023.598/2009-8
Apartado do TC-010.546/2009-4
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Entidade: Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 042.750.395-72), Ademar Kiyoshi Itakussu (CPF 324.068.049-04), Júlio Hedilberto Ludwig Júnior (CPF 321.095.559-04), Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49), Pedro José Barusco Filho (CPF 987.145.708-15), Sérgio dos Santos Arantes (CPF 335.417.367-04), Sandoval Dias Aragão (CPF 229.203.586-34), Rosa Akie Stankewitz (CPF 232.208.569-34), Fernando Almeida Biato (CPF 329.803.107-00), Jefferson de Alencar Ponciano Ramos (CPF 679.189.569-15), José Paulo Assis (CPF 167.249.849-04), Bueno Construção Civil Ltda. (CNPJ 76.736.123/0001-57).
Advogados constituídos nos autos: Nilton Antonio de Almeida Maia, OAB/RJ 67.460; Nelson Sá Gomes Ramalho, OAB/RJ 37.506; Guilherme Rodrigues Dias, OAB/RJ 58.476; Ésio Costa Júnior, OAB/RJ 59.121; Hélio Siqueira Júnior, OAB/RJ 62.929; Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque, OAB/RJ 57.404; Carlos da Silva Fontes Filho, OAB/RJ 59.712; Gustavo Cortês de Lima, OAB/DF 10.969; Claudismar Zupiroli, OAB/DF 12.250; Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, OAB/DF 814; Roberto Cruz Couto, OAB/RJ 19.329; Ricardo Penteado de Freitas Borges, OAB/SP 92.770; Marcelo Certain Toledo, OAB/SP 158.313; Idmar de Paula Lopes, OAB/DF 24.882; Rodrigo Muguet da Costa, OAB/RJ 124.666; Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro, OAB/RJ 141.195; Juliana de Souza Reis Vieira, OAB/RJ 121.235; Daniele Farias Dantas de Andrade, OAB/RJ 117.360; Ingrid Andrade Sarmento, OAB/RJ 110.580; Marta de Castro Meireles, OAB/RJ 130.114; André Uryn, OAB/RJ 110.580; Paula Novaes Ferreira Mota Guedes, OAB/RJ 114.649; Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth, OAB/RJ 121.685; Maria Cristina Bonelli Wetzel, OAB/RJ 124.668; Rafaella Farias Tuffani de Carvalho, OAB/RJ 139.758; Thiago de Oliveira, OAB/RJ 122.683; Marcos Pinto Correa Gomes, OAB/RJ 81.078; Luiz Daniel Felipe, OAB/PR 12.073; Manoel Eduardo Alves Camargo, OAB/PR11.103; Edson Isfer, OAB/PR 11.307.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-002.307/2011-1
Natureza: Representação
Entidade: Município de Manaus, no Amazonas
Interessado: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Classe I - Recursos

TC-010.012/2004-8
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - MME
Responsáveis: Antonio Palocci Filho; Antônio Luiz Silva de Menezes; Antônio Sérgio Oliveira Santana; Carlos Tadeu da Costa Fraga; Celso Barreto Neto; Claudio Luiz da Silva Haddad); Cláudia Rebello Massa; Dilma Vana Rousseff; Eduardo Coutinho Guerra; Eleazar de Carvalho Filho; Fabio Colletti Barbosa; Francisco Roberto André Gros; Gerald Dinu Reiss; Gleuber Vieira; Guilherme de Oliveira Estrella; Ildo Luis Sauer; Irani Carlos Varella; Jaques Wagner; Jorge Gerdau; Jorge Luiz Avila da Silva; Jorge Marques de Toledo Camargo; José Coutinho Barbosa; José Dirceu de Oliveira e Silva; José Eduardo Carramenha; José Eduardo de Barros Dutra; José Manoel Buarque Franco Neto; José Sérgio Gabrielli de Azevedo; João Pinheiro Nogueira Batista; Luiz Gonzaga Leite Perazzo; Marco Antônio Gomes de Lima; Marcos Antonio Silva Menezes; Maria Auxiliadora Alves da Silva; Maria Lucia de Oliveira Falcon; Nelson Rocha Augusto; Nestor Cunat Cervero; Nilton Antônio de Almeida Maia; Osvaldo Petersen Filho; Paulo Manuel Mendes de Mendonça; Pedro Pullen Parente; Renato de Souza Duque; Rogério Almeida Manso da Costa Reis; Ronaldo Jorge Araujo Vieira Junior; Tulio Luiz Zamim; Valdery Frota de Albuquerque; Virmondes Alves Pereira; Wanderley Pinto de Medeiros; Wellington Pereira de Oliveira; Zenildo Gonzaga Z. de Lucena; Édison Freitas de Oliveira
Interessado: Petróleo Brasileiro S.A.
Advogados constituídos nos autos: Gustavo Cortes de Lima (OAB/DF 10.969); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250); Gabrieli Corcino Pires Ribeiro (OAB/DF 16.846); Frederico Rodrigues Barcelos de Sousa (OAB/DF 16.845); Fernando Augusto M. Nazaré (OAB/DF 11.485); Vera Lúcia Santana Araújo (OAB/DF 5.204); Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666); Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770); Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313 - OAB/RJ 112.853); Meg Montana Kede (OAB/RJ 124.440); Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235); Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360); Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690); Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114); André Uryn (OAB/RJ 110.580); Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649); Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685); Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668).

TC-013.223/2002-0
Natureza: Recurso de Revisão - Prestação de Contas -
Exercício: 2001
Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - MDIC
Responsáveis: Fernando Marques dos Santos e Isac Roffé Zagury
Interessado: Ministério Público junto ao TCU
Advogados constituídos nos autos: Sérgio Bermudez (OAB/RJ 17587); Márcio Vieira Souto Costa Ferreira (OAB/RJ 59384); Alexandre Sigmaringa Seixas (OAB/RJ 64035); Frederico Ferreira (OAB/RJ 107016); e Bernardo Felipe Fonseca Iunes (OAB/DF 25374)

TC-016.150/2009-2
Natureza: Pedido de Reexame (em Solicitação do Congresso Nacional)
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso - Incra/MT
Responsáveis: Gustavo Alberto Almonacid; João Bosco de Moraes
Interessado: CN SF Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
Advogados constituídos nos autos: Fernando Henrique Ferreira Nogueira (OAB/MT Nº 5.888), Heloísa Branda Penteado (OAB/MT 13.459-A)

TC-017.894/2004-9
Natureza: Embargos de Declaração (em Relatório de Auditoria)
Entidade: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras
Responsáveis: Aristóteles Bassin, José Carlos Parreira Paiva e Sérgio dos Santos Arantes
Interessados: Aristóteles Bassin, José Carlos Parreira Paiva e Sérgio dos Santos Arantes
Advogados constituídos nos autos: Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Frederico Maia Mascarenhas (OAB/TJ 155.437), Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969).

TC-021.490/2003-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego.
Recorrente: Agamenon Rodrigues do Prado
Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego (vinculador)
Advogada constituída nos autos: Maria Celeste da Costa e Silva (OAB/MS 3.281)

TC-032.031/2010-6
Natureza: Agravo (em processo de Representação)
Órgão: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Responsável: Ieda Maria de Miranda
Interessados: EBCO Systems Ltda. e VMI Sistemas de Segurança Ltda
Advogado constituído nos autos: Jonas Lima (OAB/DF 12.907)

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-029.600/2009-5
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Órgão: Senado Federal
Interessado: Senado Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.607/2009-6
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Órgão: Senado Federal
Interessado: Senado Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-575.031/1996-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Funasa - Coordenação Regional/RJ - MS.
Responsáveis: Glauber Viana Almeida e João Luis Machado Tenório
Advogado constituído nos autos: Riley Nunes David (OAB/RJ 20175).

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-023.031/2008-3
Natureza: Relatório de Monitoramento
Entidade: Caixa Econômica Federal - MF.
Responsáveis: Maria Fernanda Ramos Coelho e Clovis Marcelo Dias Bueno
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

Classe I - Recursos

TC-012.047/2010-4
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Banco do Brasil S.A.
Recorrente: Nordeste Segurança e Transporte de Valores Bahia Ltda. (CNPJ 05.191.191/0001-30)
Advogados constituídos nos autos: Bruno Moury Fernandes (OAB/PE 18.373), Leonardo Henrique Pires Lopes (OAB/PE 18.979), João Fernando Amorim (OAB/PE 26.268) e Cybelle de Andrade Diogo (OAB/PE 26.059).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Classe II - Pedidos de Informação e outras Solicitações formuladas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas ou por qualquer das respectivas Comissões

TC-028.492/2007-5
(com 1 volume e 2 anexos)
Apenso: TC 017.075/2007-4 (com 1 volume e 8 anexos)
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional.
Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica - MME.
Interessado: Câmara dos Deputados.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-021.731/2007-4
(com 1 volume e 10 anexos).
Apensos: TC-014.864/2005-4, TC-024.915/2007-5 e TC-024.916/2007-2
Natureza: Acompanhamento (Desestatização)
Entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Ministério de Minas e Energia (MME)
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogados constituídos nos autos: Cláudia Yu Watanabe (OAB/SP 152.046, OAB/RJ suplementar 157.239, OAB/DF suplementar 29.737).

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-003.739/2008-2
Natureza: Representação
Unidade: Coordenação - Geral de Logística do Ministério da Justiça
Responsáveis: Jean Pierre Ernest Küng (CPF 246.136.227-00) e Lilian de Azevedo Gonçalves (CPF 153.307.881-53)
Advogados constituídos nos autos: Luís Eduardo da Graça Souto (OAB/DF 23.441), Alexandre Rocha Pinheiro (OAB/DF 12.968)

TC-024.097/2009-8
Natureza: Representação
Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)
Responsáveis: Dorivan Ferreira Gomes (CPF 120.750.431-91), Heliton Ribeiro Tavares (CPF 245.891.952-91)
Interessadas: 6ª Secex e Plural Editora e Gráfica Ltda. (CNPJ 01.306.088/0001-37)
Advogado constituído nos autos: José Inácio Gonzaga Franceschini (OAB/SP 28.711)

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe I - Recursos

TC-001.446/2007-3
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de Passira/PE.
Recorrente: Processo Engenharia Ltda.
Advogados constituídos nos autos: José Luiz de Oliveira Azevedo Neto, OAB/PE Nº 17.388.

TC-002.081/2002-4
Natureza: Embargos de Declaração
Órgão: Ministério dos Transportes - MT.
Recorrente: Arnoldo Braga Filho (CPF 143.958.431-15)
Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto, OAB/DF 6.098; Antonio Perilo Teixeira Netto, OAB/DF 21.359; José Gerardo Grossi, OAB/DF 586; Túlio Borges de Carvalho, OAB/DF 22.391; Mário Henrique Buiatti, OAB/DF 5.755-E; Adriana Netto Pinto de Castro, OAB/DF 20.809; Paula Cardoso Pires, OAB/DF 23.668.

TC-011.582/2003-6
Natureza: Pedido de Reexame.
Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.
Recorrente: Aparecido Dorival Caetano, CPF Nº 569.680.278-87.
Advogados constituídos nos autos: Gustavo Cortês de Lima, OAB/DF Nº 10.969; Marcos César Veiga Rios, OAB/DF Nº 10.610; Frederico Rodrigues Barcelos de Souza, OAB/DF Nº 16.845; Idmar de Paula Lopes, OAB/DF Nº 24.882; e Claudismar Zupiroli, OAB/DF Nº 12.250.

TC-019.799/2007-3
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Roraima - GRA/MF/RR.
Interessados: Maria Cirlana da Silva Nascimento e Gilmar Horta Thomé.
Advogado constituído nos autos: Marcela Medeiros Queiroz Franco Santos, OAB/RR Nº 433.

TC-350.161/1996-8
Natureza: Embargos de Declaração.
Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
Interessados: Aldy Mello de Araújo (027.696.463-20) e Raimundo Nonato Palhano Silva (025.333.163-34).
Advogados constituídos nos autos: Marcelo Trindade de Almeida, OAB/PR Nº 19.095; João Luiz Arzeno da Silva, OAB/PR Nº 23.510-B; Flávio José Souza da Silva, OAB/PR Nº 35.358-B; Ana Paula Brandt Mielke, OAB/PR 25.882; Ricardo dos Reis Pereira (OAB/PR 41.130); João Henrique Cabral Coaracy (OAB;MA 912); e Gustavo Brandão de Lima (OAB/MA 8.421).

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-004.238/2008-2
Natureza: Representação.
Entidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional/PR (Sesi/PR) - MDS.
Responsáveis: Alan Buck (254.023.749-53); Antônio Bento Rodrigues Pontes (028.870.538-68); Endel Daniel Araújo (875.910.579-87); Rodrigo Costa da Rocha Loures (002.928.269-15).
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex/PR).
Advogados constituídos nos autos: Marco Antônio Guimarães, OAB/PR Nº 22.427, Fernanda Ehalt Vann, OAB/PR Nº 21.693; Rodrigo Pozzobon, OAB/PR Nº 25.997; Thiago Morelli Rodrigues de Sousa, OAB/PR Nº 38.379; Maria Lucia Wood Saldanha, OAB/PR Nº 18.251; Carlos José Sebrenski, OAB/PR Nº 27.644.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-013.761/2010-2
Natureza: Relatório de Auditoria.
Unidade: Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT.
Responsável: Luiz Antônio Rodrigues Elias, secretário executivo (CPF 549.900.767-53).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.903/2010-6
Natureza: Relatório de Auditoria.
Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS - TRT/4.
Responsável: Carlos Alberto Robinson (CPF 063.912.730-49).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.758/2010-6
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal do ABC.
Interessado: Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-000.320/2011-0
Natureza: Representação.
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Espírito Santo - Secex-ES.
Unidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Espírito Santo - Sesc/ES.
Responsáveis: Guttman Uchôa de Mendonça, diretor regional (CPF 014.722.327-04); José Ivo Grilo, presidente da comissão permanente de licitação (CPF 525.617.557-20); Gabrielly Móveis Ltda. (CNPJ 01.804.837/0001-56); MEGA MED Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ 04.961.126/0001-83).
Advogado constituído nos autos: Fernando Antônio Vervolet (OAB/ES 7.195).

TC-009.822/2008-8
Natureza: Representação.
Unidade: Prefeitura Municipal de Conceição - PB.
Responsáveis: Alexandre Braga Pegado (586.650.644-00); Construtora Doroteu Comércio e Serviços Ltda. (02.389.627/0001-01); Construtora Pau D'arco Ltda. (06.264.744/0001-08); Construtora Terra Forte Ltda. (04.214.702/0001-29)
Interessados: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União; Prefeitura Municipal de Conceição - PB (08.943.227/0001-82); Secex-PB - Secretaria de Controle Externo da Paraíba (00.414.607/0012-70)
Advogado constituído nos autos: José Marcílio Batista (OAB-PB 8.535).

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe I - Recursos

TC-021.555/2003-2
Natureza: Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
Interessados: Agamenon Rodrigues do Prado e Grupo Teatral Amador Campo-Grandense - Gutac
Unidade: Governo do Estado do Mato Grosso
Advogados constituídos nos autos: Maria Celeste da Costa e Silva (OAB/MS 3.281), Fernando Lopes de Araújo (OAB/MS 8.150), Raul dos Santos Neto (OAB/MS 5.940) e José Valeriano de S. Fontoura (OAB/MS 6.277)

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-012.093/2009-6
Apenso: TC 016.212/2002-0]
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Município de Flores (PE)
Responsáveis: Município de Flores (PE); Gilmar de Queiroz (CPF n.º 994.617.068-04); J.E. Cristovão de Carvalho - ME (CNPJ n.º 40.866.543/0001-00)
Advogados constituídos nos autos: Rodrigo Valadares Alves (OAB/PE n.º 20.862); Edilson Xavier de Oliveira (OAB/PE n.º 9.299); Manoel Arnóbio de Souza (OAB/PE n.º 10.857)

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-029.771/2010-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, Estado de Minas Gerais
Vinculação: Ministério da Educação - MEC
Responsável: Virmondes Rodrigues Junior, Reitor da UFTM
Interessado: TCU
Advogado constituído nos autos: não há

TC-031.356/2007-5
Apenso: TC 027.236/2007-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Caixa Econômica Federal - CAIXA
Vinculação: Ministério da Fazenda/MF
Responsáveis: Presidentes, Jorge Eduardo Levi Mattoso (CPF 010.118.868-47) e Maria Fernanda Ramos Coelho (CPF 318.455.334-53)
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-012.768/2010-3
Apenso: TC 013.734/2010-5
Natureza: Representação.
Unidade: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Regional do Espírito Santo (SEBRAE/ES); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) (vinculador).
Interessado: Magaly Nunes do Nascimento (997.921.177-68)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Classe I - Recursos

TC-014.919/2010-9
(com 1 volume e 10 anexos)
Natureza: Agravo
Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit e Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro
Interessada: Secretaria de Estado de Obras do Estado do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-016.915/2010-0
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Município de João Pessoa - PB.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.365/2010-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade: Secretaria de Saúde do Estado de Alagoas, Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, Secretaria Municipal de Saúde de Feira Grande, Secretaria Municipal de Saúde de Feliz Deserto
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.584/2010-5
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Entidade: Município de São João Del Rei/MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.667/2010-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Interessado: Tribunal de Contas da União
Entidade: Prefeitura Municipal de Recife - PE
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-033.876/2010-0
Natureza: Representação
Interessada: Empresa QIAGEN BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.
Órgão: Departamento de Logística em Saúde - DLOG/SE/MS
Advogado constituído nos autos: André Luiz Porcionato (OAB/SP Nº 245.603)

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Classe I - Recursos

TC-012.089/2009-3
(com 2 volumes e 8 anexos)
Natureza: Pedido de Reexame (em processo de Relatório de Levantamento de Auditoria)
Unidade: Prefeitura Municipal de Aracaju/SE
Recorrente: Caixa Econômica Federal
Advogadas constituídas nos autos: Cintia Tashiro (OAB/DF 18.050) e Aline Lisbôa Naves Guimarães (OAB/DF 22.400).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-003.817/2004-8
(com 3 volumes e 2 anexos, sendo o anexo um com 3 volumes)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Prefeitura Municipal de São Cristóvão/SE
Responsáveis: Armando Batalha de Góis (CPF Nº 274.577.705-00), ex-prefeito; Dilene Miranda Job (CPF Nº 572.382.277-20), ex-secretária de educação e ex-presidente do Conselho de Alimentação Escolar do Município de São Cristóvão/SE; Tânia Sueli Silva dos Santos (CPF Nº 584.487.215-00), presidente da CPL em 2003 e membro da CPL em 2004; Edjane Silva (CPF Nº 336.244.295-15), membro da CPL durantes os exercícios de 2003 e 2004; Ivone Costa Passos (CPF Nº 336.686.715-91), membro da CPL em 2003 e presidente da CPL em 2004; Júlio Prado Vasconcelos Com. e Rep. Ltda. (CNPJ Nº 13.005.053/0001-47); França-Indústria e Com. de Prod. Alimentícios Ltda. (CNPJ Nº 13.947.536/0001-60), Amorim Filhos Ltda. (CNPJ Nº 32.801.169/0001-37), Representações Universal Com. e Serv. Ltda. (CNPJ Nº 03.354.611/0001-26)
Advogados constituídos nos autos: Danniel Alves Costa (OAB/SE Nº 4.416), Ricardo Almeida Alves Santos (OAB/SE Nº 4.465), Adalício Morbeck Nascimento Júnior (OAB/SE Nº 4.379) e Bruno Novaes Rosa (OAB/SE Nº 3.556).

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-011.314/2010-9
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria
Unidade: Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras)
Responsáveis: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (Presidente, CPF 042.750.395-72), Joel Trindade Mariz Junior (Gerente de Implementação de Empreendimentos de Energia, CPF 697.999.117-53), Henidio Queiroz Jorge (Gerente Geral de Engenharia, CPF 509.885.067-34), Paulo Fernando Gomes de Barros Cavalcanti (Gerente Geral de Engenharia, CPF 083.336.454-53), Leandro Mazeli França (Coordenador da Comissão de Licitação, CPF 013.294.817-63), Leandro Sereno Pereira (Coordenador da Comissão de Licitação, CPF 072.421.337-69) e Marco Aurélio da Rosa Ramos (Gerente Executivo de Materiais, CPF 352.544.320-04)
Interessados: Congresso Nacional, Zopone Engenharia e Comércio Ltda. (CNPJ 59.225.698/0001-96), Engecampo Engenharia Ltda. (CNPJ 91.894.774/0001-69) e Universal Process Equipamentos Industriais Ltda. (CNPJ 74.570.763/0001-04)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.248/2010-8
Natureza: Relatório de Fiscalização
Interessado: Congresso Nacional
Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-029.249/2010-4
Natureza: Relatório de Fiscalização
Interessado: Congresso Nacional
Unidade: Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear)
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-032.061/2008-1
(com 1 volume e 6 anexos)
Natureza: Monitoramento
Unidades: Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar e Polícia Civil do Distrito Federal
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-006.067/2008-2
Natureza: Tomada de contas especial
Unidade: Município de Santa Inês/MA
Responsáveis: Valdevino Cabral Filho, CPF 032.213.343-20; Marluce Ferreira de Pinho, CPF 251.381.033-34; Tomaz Roberth Lopes Aguiar, CPF 799.960.433-04; Claudean Serra Reis, CPF 613.372.423-49; Município de Santa Inês/MA, CNPJ 06.198.949/0001-24;
Advogados constituídos nos autos: Sônia Maria Lopes Coelho, OAB/MA Nº 3.811, Cristina Tadeu Teixeira de Sales, OAB/AM Nº 2.830, Marcos Antonio Amaral Azevedo, OAB/MA 3.665 e José Alberto Santos Penha, OAB/MA 7.221.

TC-010.327/2003-9
(com 13 volumes e 1 anexo)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Estado da Paraíba - Senar/PB.
Responsáveis: Antônio Celso Cavalcanti de Andrade Filho, CPF 386.936.824-15; Carlos José Castro Marques, CPF 929.964.424-15; Deuslírio Pires de Lacerda, CPF 008.456.394-04; Eraldo Dantas da Nóbrega, CPF 162.216.054-15; Eraldo Xavier Pimentel, CPF 040.261.524-72; Frank Roberto Santana Lins, CPF 086.338.604-06; Geraldo Clemente Galvão, CPF 046.452.941-72; Iênio Gomes da Veiga Pessoa Júnior, CPF 885.164.404-78; Joel de Moraes Andrade (falecido), CPF 050.645.034-15; José Martinho de Andrade Silveira, CPF 015.911.184-68; José Ramalho Felipe, CPF 016.276.004-34; Josefa Alves da Costa, CPF 160.414.534-04; Loester Imperiano da Silva, CPF 008.499.604-87; Manoel Porfírio Neves, CPF 020.006.104-63; Marcus Alânio Martins Vaz, CPF 308.449.404-53; Maria Amantina da Silva, CPF 161.330.804-34; Otávio Augusto Sitônio Pinto, CPF 251.373.444-00; Rivaldo Alves Pereira Costa, CPF 204.635.534-20; Roberto Vasconcelos Alves, CPF 049.621.504-30; Rousseau Imperiano da Silva, CPF 373.866.034-87; Federação de Agricultura da Paraíba - Faepa, CNPJ 08.560.005/0001-80; FV - Assessoria Educacional e Empresarial Ltda., CNPJ 02.925.866/0001-39.
Advogados constituídos nos autos: Chystiane Mariz Maia Pessoa, OAB/PB 11.396; Félix Araújo Filho, OAB/PB 9.454; Francisco de Assis Vieira, OAB/PB 4.377; Frank Roberto Santana Lins, OAB/PB 1.320; Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo, OAB/PB 11.134; Hugo Limeira Henriques, OAB/PB 11.240; Joaquim de Souza Rolim Júnior, OAB/PB 11.146; Johnson Gonçalves de Abrantes, OAB/PB 1.663; José Gomes da Veiga Pessoa Neto, OAB/PB 2.769; Klebert Marques de França, OAB/PB 11.193; Manoel Porfírio Neves, OAB/PB 6.963; Maria Auxiliadora de Brito Veiga Pessoa, OAB/PB 4.291; Vanildo Pereira da Silva, OAB/PB 2.227.

TC-010.349/2003-6
Apenso: TC 013.858/2008-7
Natureza: Tomada de contas,
Exercício: 2002
Unidade: Delegacia Regional do Trabalho/MA
Responsáveis: (Comercial Reparos) EC do Nascimento Comércio (CNPJ 05.155.752/0001-45); Alexsandro de Oliveira Passos Dias (CPF 75.585.983-20); Center Kennedy-car Peças e Serviços Ltda. (CNPJ 02.479.083/0001-79); Fernanda Cristina Ferreira Borgneth (CPF 206.961.753-04); Jose Henrique Rego dos Santos (CPF 252.117.493-91); Lourival da Cunha Souza (CPF 104.132.003-53); Maria de Fatima Pinto de Menezes (CPF 245.229.291-53); Maria de Jesus Mesquita Pinheiro (CPF 125.321.343-72); Neivaldo Mendes Gonçalves (CPF 249.739.203-04); Orcemir Jose da Paz Furtado (CPF 076.008.283-91); Regiane Sousa Garcia Ribeiro (CPF 488.478.523-15); Silvio Conceição Pinheiro (CPF 137.571.483-04); Rosimar Ribeiro da Mota (CPF 147.126.793-87); Maria do Socorro Rocha Reis (CPF 127.691.853-49); Águida Gonçalves da Silva (CPF 258.798.631-15); Vilma de Souza (CPF 365.527.046-15); Manoel Pereira Barros Neto (CPF 432.078.207-00).
Advogados constituídos nos autos: José Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912); Gustavo Brandão de Lima (OAB/MA 8.421); Doriana dos Santos Camêllo (OAB/MA 6.170); Esdras da Silva Guedêlha (OAB/MA 5.542); José Maria Diniz (OAB/MA 3.738); Liz Cristina de Melo Brito (OAB/MA 3.790); Edimarilys Silva da Conceição (OAB/MA 8.562).

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-003.701/2010-7
Natureza: Relatório de Auditoria Operacional
Unidade: Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - Snear/Ministério do Esporte
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-003.861/2009-7
Natureza: Representação
Unidades: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai/AC.
Responsáveis: Solange Maria Chalub Bandeira Teixeira (CPF 138.266.892-91), João Francisco Salomão (CPF 277.793.949-72), Mauro Renato Alves Salomão (CPF 021.900.792-68), Janaína Santos da Silva (CPF 716.457.052-34), Christiano dos Santos Villela Junior (CPF 461.532.412-04), Júnior Cardenas Moreno (CPF 839.492.082-91), José Hélio Freire Viana (CPF 122.490.332-34), Fran do Vale Batalha Maia (CPF 233.197.202-87), F. Chagas Moura Araújo (CNPJ 02.131.750/0001-28), Codil Importação e Exportação Ltda. (CNPJ 04.010.582/0001-48), Zortton Construções e Comércio Ltda. (CNPJ 05.573.238/0001-20), Ábaco Engenharia Construções e Comércio Ltda. (CNPJ 63.593.594/0001-01), MAV Construtora Ltda. (CNPJ 14.294.656/0001-79).
Interessado: Secex/AC
Advogados constituídos nos autos: Raimundo Gomes da Silva Costa (OAB/AC 1.284), Amilcar Pinheiro Filho (OAB/AC 2.249), Amilcar dos Santos Pinheiro (OAB/AC 767), Luiz Felipe Montenegro Pinheiro (OAB/AC 1.139), Jefferson Marinho (OAB/AC 784), José Hélio Freire Viana (OAB/AC 292), Maria Carolina Lopes Teles (OAB/AC 2.633), Kellen Rejane Nunes Sobrinho (OAB/AC 3.098), Ibaneis Rocha Barros Junior (OAB/DF 11.555), Marlucio Lustosa Bonfim (OAB/DF 16.619), Renato Borges Barros (OAB/DF 19.275), Washington de Vasconcelos Silva (OAB/DF 16.900), André Cavalcante Barros (OAB/DF 22.948), Lucas Mesquita de Moura (OAB/DF 25.999), Patrícia Paraguassu Carvalho (OAB/DF 30.603), Ricardo Santoro Nogueira (OAB/DF 31.704), Fernando Modesto Magalhães Vieira (OAB/DF 30.788).

TC-024.216/2009-0
Natureza: Representação
Unidade: Conselho Regional de Odontologia do Paraná - CRO/PR.
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR.
Advogados constituídos nos autos: Alexandre Rodrigo Mazzeto, OAB/PR 45.138; Everson da Silva Biazon, OAB/SP 262.050; Fábio Ciuffi, OAB/PR 7.724; Homero Flesh, OAB/PR 27.050-A; Amani Khlil Muhd, OAB/PR 40.827; Adriana Andréia de S. Salvador Ferraz, OAB/DF 13.620.
- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-025.536/2009-4
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidades: Caixa Econômica Federal - CAIXA e Ministério das Cidades - MiCi.
Interessado: Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe I - Recursos

TC-032.508/2010-7
Natureza: Agravo
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Interessada: CPD - Consultoria, Planejamento e Desenvolvimento de Sistemas Ltda
Advogados constituídos nos autos: Ana Carolina Graça Souto, OAB/DF Nº 22.744 e Luís Eduardo da Graça Souto, OAB/DF Nº 23.441

Classe IV - Tomadas e Prestações de Contas

TC-005.764/2004-1
Apenso: TC-003.673/2004-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Estado do Amapá
Responsáveis: Adauto Vieira dos Santos (CPF 037.276.962-49); Annibal Barcellos (CPF 001.288.647-53); Antônio Waldez Góes da Silva (CPF 126.175.552-91); Claudio Pinho Santana (CPF 061.605.062-34); Eduardo da Silva Moura (CPF 261.485.792-00); Fernando Antonio Van Erven Santos (CPF 005.928.397-10); Francisco Gomes Martins (CPF 171.859.802-59); Glauco Mauro Cei (CPF 099.144.552-04); Jaezer de Lima Dantas (CPF 215.821.652-20); Joel Buna Rocha Pinto (CPF 054.589.863-34); Joucier Chaves Pinto (CPF 523.666.183-87); Luiz Alcântara da Silva (CPF 066.810.422-87); Maciel Rodrigues de Oliveira (CPF 095.421.831-00); Maria Cristina do Rosário Almeida Mendes (CPF 251.416.192-49); Odival Monterozzo Leite (CPF 072.960.532-91); Rodolfo Fernandes da Silva Torres (CPF 086.236.878-25); Ruy Guilherme Smith Neves (CPF 089.852.192-00)
Advogado constituído nos autos: não há

TC-026.901/2008-7
Apensos: TC-013.172/2008-8, TC 015.996/2009-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Regional de Enfermagem/Coren/RS
Responsáveis: Maria da Graça Piva (CPF 168.779.000-06); Sylvia Hinterholz (CPF 191.162.840-20), Helena Pontremoli Zabluk (CPF 280.466.920-34); Louise Merye Lyra (CPF 917.451.600-00) e Janir Basso Carbonell (CPF 342.143.210-49)
Advogados constituídos nos autos: Julio Cesar do Monte OAB/RJ 82.200, Alexandre Reinol da Silva OAB/RJ 103.952

TC-030.761/2008-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (CNPJ 33.654.831/0033-13)
Responsável: Loraine Maria Medeiros Schuch (CPF 293.516.500 49)
Advogado constituído nos autos: Francis Campos Bordas, OAB/RS Nº 29.219

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-009.763/2007-7
Natureza: Levantamento de Auditoria
Unidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes no Estado do Paraná - 9ª Unit/PR.
Responsáveis: Mauro Barbosa da Silva (CPF 370.290.291-00); David José de Castro Gouvêa (CPF 232.236.859-87); Gilberto Massucheto (CPF 161.036.619-00); e Sconntec - Construtora de Obras Ltda. (CNPJ 01.283.982/0001-39)
Interessado: Congresso Nacional
Advogados constituídos nos autos: Paulo Vinicius de Barros Martins Jr. (OAB/PR Nº 19.608); e Mariana Carvalho Pozenato Martins (OAB/PR Nº 36.532)

TC-024.889/2009-0
Natureza: Acompanhamento
Entidade: Instituto Nacional de Tecnologia - MCT
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

Classe VI - Matérias remetidas pelo Relator ou pelas Câmaras, na forma estabelecida no § 1º do art. 17 e no parágrafo único do art. 139.

TC-011.885/2008-5
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - TRT/PE
Interessado: Laurene Bezerra de Almeida (CPF 062.888.394-34)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-004.735/2010-2
Natureza: Relatório de Auditoria.
Órgão: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.
Responsáveis: Edgar da Silva Fagundes Filho (153.625.901-20) e João Augusto Gomes de Queiroz (758.617.397-49).
Interessado: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (07.129.796/0001-26).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.001/2008-6
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria.
Órgão: Governo do Estado do Amapá.
Responsáveis: Antônio Waldez Góes da Silva (126.175.552-91); Arnaldo Manuel Antunes (093.977.017-20); Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - MT (04.892.707/0001-00); Dultevir Guerreiro Vilar de Melo (006.976.567-72); Edivan Barros de Andrade (341.831.592-53); Edmilson Araujo Filho (137.497.063-87); Elmo Teodoro Ribeiro (019.385.509-78); Enéas Villar Etrusco (003.571.624-04); Governo do Estado do Amapá (00.394.577/0001-25); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Mma (03.659.166/0035-51); Joao Bosco Lobo (005.984.702-63); José Aurélio Delgado Bastos (053.242.623-15); Márcio dos Santos Herrera (561.671.480-15); Raimundo Brito Façanha (019.270.352-87); Rodolfo Fernandes da Silva Torres (086.236.878-25); Ruy Guilherme Smith Neves (089.852.192-00); Severino Galdino Filho (160.959.284-00); Valdir de Lima Vilas Boas (020.285.499-04).
Interessados: Congresso Nacional (00.530.352/0001-59); Cr Almeida S.A. - Engenharia de Obras (75.129.429/0001-82); Edivan Barros de Andrade (341.831.592-53); Egesa Engenharia S.a (17.186.461/0001-01); Glicério Tavares da Silva (163.520.092-04); Joao Bosco Lobo (005.984.702-63); José Aurélio Delgado Bastos (053.242.623-15); Maia Melo Engenharia Ltda. (08.156.424/0001-51); Raimundo Brito Façanha (019.270.352-87); Rodolfo Fernandes da Silva Torres (086.236.878-25); SD Consultoria e Engenharia Ltda. (90.515.024/0001-76).
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 14 de fevereiro de 2011.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DA PAUTA Nº 5/2011
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA RESERVADA
Em 16 de fevereiro de 2011, às 14h30min

Resumo dos processos incluídos em Pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária Reservada, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Nº 155/2002, com alterações promovidas pela Resolução Nº 195/2006.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro UBIRATAN AGUIAR

TC-000.429/2010-4
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: Cristiano Vieira Petronetto (OAB/ES 7900)

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-012.017/2010-8
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-019.367/2010-4
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-008.244/2010-3
Natureza: Denúncia
Advogados constituídos nos autos: Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.652), Alex Azevedo Messeder (OAB/RJ Nº 119.233), Alexandra Lorga Villar (OAB/RJ Nº 139.078), Alexandre Luis Bragança Penteado (OAB/RJ Nº 88.979), Alexandre Rosa Botelho (OAB/SP Nº 206.529), Alexandre Yukito More (OAB/DF Nº 22.742), Alexnaldo Queiroz de Jesus (OAB/RJ 151.829), Alexsandra Enes de Araújo Lebre (OAB/RJ Nº 147.565), Aline Dias de Souza Mendes (OAB/RJ Nº 141.708), Amilton Rodrigues Júnior (OAB/MG Nº 101.743), Ana Paula Mioni Acuy (OAB/RJ Nº 107.126), André de Almeida Barreto Tostes (OAB/DF Nº 20.596), André Luis Fares Francis (OAB/RJ Nº 66.211), Andréia Bambini (OAB/DF Nº 18.331), Antônio Carlos Motta Lins (OAB/RJ Nº 55.070), Bernardo Braga Pasqualette (OAB/RJ Nº 148.828), Breno Gonçalves Arman (OAB/RJ Nº 127.317), Bruno Gabriel Esteves (OAB/RJ Nº 139.099), Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF Nº 15.345), Cândido Ferreira da Cunha Lobo (OAB/RJ Nº 49.659), Carlos Antônio Plácido (OAB/MG Nº 75.364), Carolina Bastos Lima (OAB/RJ Nº 135.073), Cláudia Padilha de Araújo Gomes (OAB/RJ Nº 119.361), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Cristiane Carvalho Monte Lage (OAB/RJ Nº 94.802), Cristiane de Carvalho Lopes (OAB/RJ Nº 112.376), Cristina Maria Andrade Soares (OAB/RJ Nº 148.416), Daniela Couto da Silva (OAB/RJ Nº 115.470), Daniela Farrulla Lara Fernandes (OAB/RJ 96.130), Daniele Domingues Lima e Silva (OAB/AL 7.286), Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360), Danieli Ribeiro Silva (OAB/RJ Nº 127.133), Danielle Gama Bessa (OAB/RJ Nº 115.408), Diogo Jorge Favacho dos Santos (OAB/RJ Nº 114.256), Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ Nº 57.404), Eduardo Luiz Ferreira Araújo de Souza (OAB/RJ 140.563), Eduardo Valiante de Rezende (OAB/RJ Nº 114.485), Elisaura Fernandes da Silva (OAB/RJ Nº 138.329), Ellen Cristiane Jorge (OAB/DF Nº 19.821), Erika Cilena Baumann (OAB/RJ Nº 133.791), Ésio Costa Júnior (OAB/RJ Nº 59.121), Fábio Ribeiro Soares da Silva (OAB/RJ Nº 131.412), Fabíola Fernandes de Paulo (OAB/RJ Nº 147.428), Fernando de Sousa (OAB/RJ Nº 35.895), Fernando Salles Xavier (OAB/RJ Nº 65.895), Frederico Maia Mascarenhas (OAB/RJ 155.437), Frederico Rodrigues Barcelos de Sousa (OAB/DF 16.845), Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ Nº 58.476), Gustavo Dimitri de Souza Gonçalves (OAB/MG Nº 80.338), Gustavo Henrique da Silva Marques (OAB/RJ Nº 122.044), Gustavo Herrera Salgueiro (OAB/RJ Nº 130.669), Gustavo Ribeiro Ferreira (OAB/RJ Nº 104.339), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ Nº 62.929), Heloísa de Paula Batista Zorattini (OAB/RJ Nº 149.195), Henrique da Silva Louro (OAB/RJ Nº 114.792), Igor Vasconcelos Saldanha (OAB/DF Nº 20.191), Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690), Joeny Gomide Santos (OAB/DF Nº 15.085), Juliana Barroso Monteiro (OAB/RJ Nº 118.350), Juliana Carneiro Martins de Menezes (OAB/DF Nº 21.567), Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235), Jussara Martins Pimentel (OAB/DF Nº 27.883), Leandro Gilbert Reis (OAB/RJ Nº 131.401), Lenoir de Souza Ramos (OAB/DF Nº 3.492), Leonardo da Costa Couceiro (OAB/RJ Nº 140.969), Liana Ferreira Rocha Costa e Campos (OAB/RJ Nº 112.943), Lívia Maria Morais Vasconcelos Saldanha (OAB/DF Nº 21.035), Luana Lobosco Folly (OAB/RJ Nº 152.011), Luciana de Lourdes e Castro Mourão (OAB/RJ Nº 153.242), Luis Carlos Nogueira Alves (OAB/RJ Nº 121.230), Luis Manoel Borges do Vale (OAB/CE 22.061), Marcela Conrado de Farias Ribeiro (OAB/RJ Nº 138.779), Marcelo Barbi Gonçalves (OAB/RJ Nº 152.104), Márcio Polito Fontes (OAB/MG Nº 79.903), Marco Antônio Cavalcante da Rocha (OAB/PE 2.940), Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana (OAB/RJ Nº 141.108), Marcos de Oliveira Araújo (OAB/RJ Nº 49.940), Meg Montana Kebe (OAB/RJ 124.440), Míriam Venancia Ribeiro Avena (OAB/RJ Nº 145.632), Monique Sá Freire Chagas (OAB/RJ Nº 148.037), Nelson Barreto Gomyde (OAB/SP Nº 147.136), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ Nº 37.506), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ Nº 67.460), Pedro Bastos de Souza (OAB/RJ Nº 135.165), Rafael de Matos Gomes da Silva (OAB/DF Nº 21.428), Raphaela Cristina Nascimento Perini Rodrigues (OAB/RJ 129.398), Renato Amado Barreto (OAB/RJ Nº 136.456), Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666), Sílvia Alegretti (OAB/DF Nº 19.920), Tales David Macedo (OAB/DF Nº 20.227), Tatiany Batista Coutinho da Costa (OAB/RJ 146.702), Tude José Cavalcante Brum de Oliveira (OAB/RJ Nº 119.500), Vitor Thomé El Hader (OAB/RJ Nº 103.466), Zilto Bernardi Freitas (OAB/RJ 97.299).

TC-032.703/2010-4
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-006.898/2009-0
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-017.900/2010-7
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-004.418/2009-9
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-013.640/2010-0
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

TC-018.987/2008-7
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

TC-030.728/2007-8
Natureza: Denúncia
Advogados constituídos nos autos: Ivo Aguiar Lopes Borges (OAB/ME 9.104); Bruno Sampaio da Costa (OAB/RJ 102.299); Juliana da Silva Ribeiro Gomes (OAB/RJ 116.570); Fabrício Brito de Lima Macedo (OAB/RJ 127.547); Nilton Cabral Silva (OAB/RS 53.047); Luciano Sant'Anna Balzano (OAB/RJ 126.305); e João Marcelo Vieira Ribeiro (OAB/RJ 130.735)

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-032.314/2010-8
Natureza: Denúncia (com pedido de cautelar)
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AUGUSTO NARDES

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-002.193/2011-6
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Classe V - Auditorias e Inspeções

TC-025.754/2010-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Auditor AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-016.391/2009-6
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

TC-027.970/2009-7
Natureza: Denúncia
Advogados constituídos nos autos: Djalma Fausto Marinho de Medeiros, OAB/RN 4.598; Érica Tenille Brito Ferreira, OAB/DF 24.574; João Augusto de Lima, OAB/DF 20.264; João de Carvalho Leite Neto, OAB/DF 19.914; Luiz Gustavo Souza Moura, OAB/MG 77.576.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-002.700/2011-5
Natureza: Administrativo.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

Classe VII - Denúncias, Representações e outros assuntos de competência do Plenário.

TC-010.472/2008-0
Apenso: TC-002.095/2008-9
Natureza: Denúncia
Advogados constituídos nos autos: Ricardo dos Santos Abreu, OAB/PR Nº 17.142, Samira Nabbouh Abreu, OAB/PR Nº 17.143, Jean Carlo de Almeida, OAB/PR Nº 22.929 e Caroline do Ferraz da Costa, OAB/PR Nº 32.480

TC-012.338/2008-2
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

Secretaria das Sessões, 11 de fevereiro de 2011.
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
SECRETARIA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 11 de fevereiro de 2011

Ante os pareceres da Assessoria Jurídica - ASJUR e da Secretaria de Controle Interno - SECOI e considerando a justificativa técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIN, à qual se vincula, ratifico, na forma do Art. 26 da Lei 8.666/93 e do Art. 63, inciso XII, alínea p, do Regulamento Geral da Secretaria do Tribunal, a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa OFFICE IT SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E COMÉRCIO LTDA., pelo valor de R$45.970,00 (quarenta e cinco mil, novecentos e setenta reais), referente à prestação de serviços especializados de Treinamento em Governança de TI, com fundamento no art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei n.º 8.666/93.

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
EXPEDIENTE FORENSE
SECRETARIA-GERAL DA CORREGEDORIA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO NÚCLEO BANDEIRANTE
VARA CRIMINAL E TRIBUNAL DO JÚRI

PORTARIA Nº 1, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011

A Doutora DELMA SANTOS RIBEIRO, MM. Juíza de Direito da VARA CRIMINAL E TRIBUNAL DO JÚRI DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Provimento Geral da Corregedoria, seção II, artigo 3º, parágrafos 1º e seguinte, resolve:

Art. 1º - Designar o período de 1º de março a 31 de março de 2011, das 14 às 18 horas, para Inspeção Ordinária dos serviços da Secretaria deste Cartório, referente ao ano de 2010;

Art. 2º - O atendimento ao público será normal nos dias designados para Inspeção e os prazos judiciais não serão suspensos e/ou interrompidos;

Art. 3º - Oficie-se ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Distrito Federal, à Assistência Judiciária do Distrito Federal e, por fim, à Corregedoria desta Corte.

DELMA SANTOS RIBEIRO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 978, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2011

Prorroga os prazos para pagamento das anuidades referente ao exercício de 2011 pelas pessoas físicas e jurídicas domiciliadas na Região Serrana do Rio de Janeiro.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "f" do artigo 16 da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968,

Considerando o desastre natural ocorrido no início de 2011 nos Municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando que, dentre os atingidos, encontram-se profissionais inscritos e pessoas jurídicas registradas no Sistema CFMV/CRMVs;

Considerando a solicitação feita pelo CRMV-RJ para ser prorrogado o prazo de pagamento das anuidades, exercício 2011, das pessoas domiciliadas nos municípios da Região atingida; resolve:

Art. 1º Os profissionais e as pessoas jurídicas inscritos no CRMV-RJ e domiciliados nos municípios de Areal, Bom Jardim, Nova Friburgo, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro e Teresópolis, todos no estado do Rio de Janeiro, terão prorrogados os prazos para pagamento da anuidade referente ao exercício de 2011.

§ 1º O pagamento da anuidade poderá ser efetuado até o dia 30 de setembro de 2011 com desconto de 10% (dez por cento).

§ 2º O pagamento da anuidade poderá ser efetuado em 03 (três) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 30 de setembro de 2011, a segunda em 31 de outubro de 2011 e a terceira em 30 de novembro de 2011.

Art. 2º Todos os demais termos das Resoluções que disciplinam o pagamento de anuidade no âmbito do Sistema CFMV/CRMVs ficam mantidos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Diário Oficial da União à venda avulsa em São Paulo, Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe, Espírito Santo, Amazonas e Minas Gerais.

Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:



AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

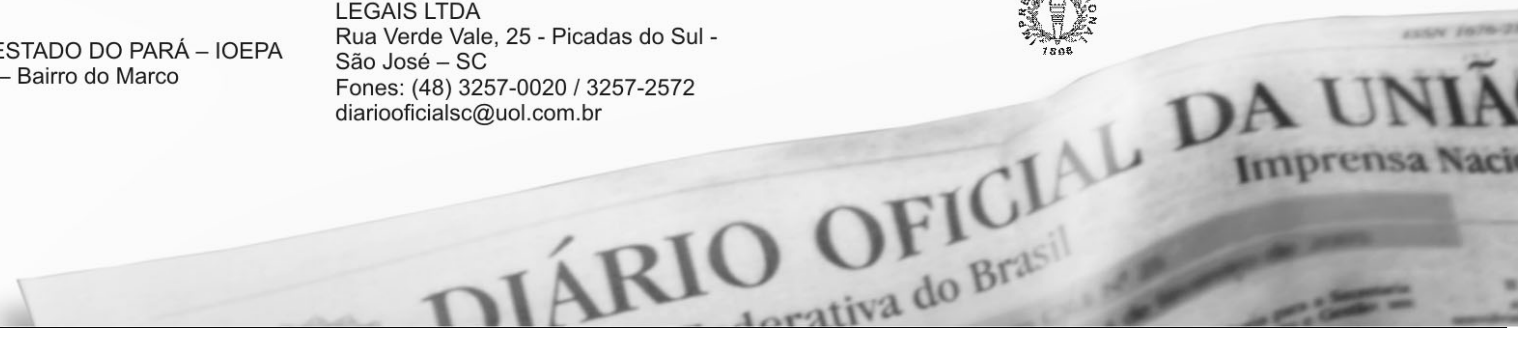
PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572
diariooficialsc@uol.com.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br



Leis, Decretos e Medidas Provisórias
agora reunidos em volumes mensais



A Imprensa Nacional lança a série
Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
0800 725 6787

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808


Resolve:
Brasil
Cidadania
Publique-se
Informações oficiais
Memória
Transparência
Modernidade
Fonte
exclusiva da
informação oficial
Brasil
Oficial
Imprensa Nacional
Credibilidade
Memória
Cidadania
Acessibilidade
Tradição
Imprensa Nacional
202 anos
Divulgando e preservando
a história oficial brasileira
Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808